

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 2, IIIª Série, 2º Trimestre 2002

RC, no. 2, IIIrd Series, 2nd Quarter 2002

CONSULTOR

Consultant

Rui Manuel Loureiro

(História / History)

TEXTOS

Writers

Cathryn Hope Clayton

Chen Wenyuan

Franco Demarchi

Gu Wei-min

Giuliano Bertuccioli

Roderich Ptak

Rui d'Ávila Lourido

Rui Manuel Loureiro

Tang Kaijian

Tian Yingxia

Yang Renfei

TRADUÇÃO

Translation

Chen Yongyi, Huang Huixian, Li Jian, Yu Huijuan e Zeng Yongxin (Chinês-Português)

Iva Flores (Inglês-Português)

Cathryn Hope Clayton e Paula Sousa

(Português-Inglês)

Stefania Carnemolla (Italiano-Português)

REVISÃO

Proofreading

Cathryn Hope Clayton (Inglês)

Anabela Monteiro, Iva Flores

e Luís Ferreira (Português)

FOTOGRAFIA

Photography

Gabinete de Comunicação Social

do Governo da RAE de Macau

Instituto Cultural do Governo

da RAE de Macau

Mica Costa-Grande

AGRADECIMENTOS

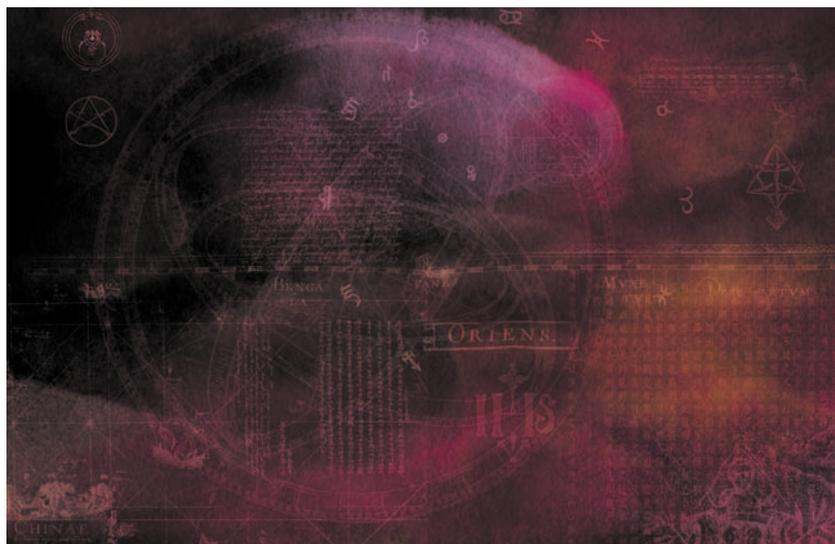
Acknowledgements

Centro Studi Martino Martini (Itália)

Instituto de Estudos Portugueses

da Universidade de Macau

Instituto Português do Oriente



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Religião e comércio, a ordem é arbitrária, estiveram na origem do contacto entre os povos da Europa Ocidental, do Sul, e os povos do Extremo-Oriente – a China, o Japão e os países do Sudeste Asiático. A propagação da Fé e a busca da Fortuna moveram missionários e mercadores/navegadores, mais do que propriamente a vontade de dominar territórios além-mar, como sucedeu noutras paragens onde aportavam, nos idos de quinhentos e seiscentos, as naus dos “bárbaros do sul” – a forma como Portugueses, Espanhóis, Italianos e outros Europeus eram vistos pelos povos da Ásia Extrema. Deste Encontro, nasceria, de parte a parte, a necessidade de desvendar o “Outro”, e surgem os primeiros estudos sobre as culturas “remotas”, ainda que rudimentares e, porventura, preconceituosos. A nossa capa evolui, em fundo, de um mapa de J. L. Barbuda de 1584 pontilhado de entrepostos Portugueses no Extremo-Oriente (que reproduzimos na página 6 desta edição) para a emergência de simbologia e documentação religiosa e científica – marca indelével do labor de missionários jesuítas –, além de documentos imperiais extraídos de fontes chinesas, designadamente, do *Ou-Mun Kei Leok*. Na combinação dos grafismos da capa e do verso da capa, Victor Hugo Marreiros concretiza, em síntese, o tema central do presente número de RC: o Encontro Oriente/Ocidente e o papel incontornável de Macau no contexto deste acontecimento.

OUR COVER

Religion and commerce (though not necessarily in that order) were two of the motivating themes in the earliest contacts between the peoples of Western Europe and the South, and the peoples of the Far East—namely China, Japan and the countries of southeast Asia. It was the desire to spread their faith and seek their fortune, more than the desire to dominate lands overseas, that motivated the European missionaries and merchant-navigators who followed, in the sixteenth and seventeenth centuries, aboard the ships of the “southern barbarians”—as the Portuguese, Spanish, Italians and other Europeans were viewed by the peoples of the Far East. From this encounter was born the mutual need to understand the “Other,” and from it emerged the first (admittedly rudimentary and often ethnocentric) studies on “remote” cultures. Our cover, based on a map drawn by J. L. Barbuda in 1584 (reproduced in full on page 6 of this edition) which is dotted with Portuguese entrepôts in the Far East, combines the symbology of scientific and religious documentation—the indelible mark of the work of the Jesuit missionaries—with that of imperial documents from Chinese sources, especially the *Ou-Mun Kei Leok*. In this graphic synthesis on the front and back covers, Victor Hugo Marreiros gives form to the central theme of this issue of RC: the East/West encounter and Macao’s undeniable role in its occurrence.

SUMÁRIO

Index



ENCONTRO DE CULTURAS * CULTURAL ENCOUNTER

- 6 PRIMÓRDIOS DA SINOLOGIA EUROPEIA ENTRE MACAU E MANILA EM FINAIS DO SÉCULO XVI
Rui Manuel Loureiro
- 25 THE PORTUGUESE, THE MARITIME SILK ROAD AND MACAO'S CONNECTION WITH THE PHILIPPINES IN THE LATE MING DYNASTY
Rui D'Ávila Lourido
- 47 ALMÍSCAR, CALAMBAQUE E AZOUGUE NO COMÉRCIO MACAU-JAPÃO E NO COMÉRCIO DA ÁSIA ORIENTAL (CERCA DE 1555-1640)
Roderich Ptak
- 62 UM PROTAGONISTA DA MISSÃO DOS JESUÍTAS NA CHINA NO SÉCULO XVII - MARTINO MARTINI S. J.
Franco Demarchi / Giuliano Bertuccioli
- 90 COOPERATION AND CONTRADICTION: PORTUGAL AND THE HOLY SEE IN THE ECCLESIASTICAL AFFAIRS IN CHINA IN 17-18TH CENTURIES
Gu Wei-min

A FUNDAÇÃO DE MACAU II * THE FOUNDING OF MACAO II

- 96 REFLEXÕES A RESPEITO DOS CARGOS DE *SHOU AO GUAN* E DE *HAI DAO FUSHI* E OUTROS PROBLEMAS DA HISTÓRIA DE MACAU
Yang Renfei
- 108 COMPILAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS SOBRE PORTUGAL E MACAU NO *REGISTO DA DINASTIA MING*
Chen Wenyuan
- 130 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS RELATIVAS A MACAU NOS *RELATÓRIOS DE CANTÃO*
Tang Kaijiang
- 145 APONTAMENTOS DE VISITAS A MACAU DURANTE AS DINASTIAS MING E QING
Tian Yingxia
- 161 GLOSSÁRIO COMPREENSIVO * COMPREHENSIVE GLOSSARY
- 167 BIBLIOGRAFIA COMPREENSIVA * COMPREHENSIVE BIBLIOGRAPHY



EDUCAÇÃO * EDUCATION

- 170 HISTORY OF AND FOR MACAO: SOME OBSERVATIONS ON TEACHING LOCAL HISTORY AND IDENTITY IN MACAO'S MIDDLE SCHOOLS
Cathryn Hope Clayton

ARTE * ART

- 192 XIII ARTS FESTIVAL - ARTISTS' VISIONS OF MACAO HERITAGE
- 204 RESUMOS [EM PORTUGUÊS]
- 207 ABSTRACTS [IN ENGLISH]





Gravura 1 - Carta da China de Luís Jorge de Narbuda, 1ª edição: Antuérpia – 1584.

Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI

RUI MANUEL LOUREIRO*

Quando os portugueses partiram para a Índia em 1497, não dispunham de quaisquer informações acerca da China, pois esta potência asiática era então perfeitamente desconhecida na Europa e não era possível obter sobre ela quaisquer dados fidedignos e actualizados. Quanto muito, os portugueses mais cultos e mais curiosos poderiam ter ouvido falar do Cataio, que tinha sido revelado aos europeus dos séculos XIII e XIV pelos grandes viajantes medievais. Mas o paradigmático relato do veneziano Marco Polo sobre o fabuloso império oriental do Grande Khan tinha-se tornado irremediavelmente anacrónico na época em que Vasco da Gama ancorou ao largo de Calicute.¹ Nas décadas seguintes, os navegadores portugueses, e depois também os espanhóis, iriam ser os grandes responsáveis pelos primeiros contactos com a China, pela descoberta da civilização chinesa e pela constituição de um vasto corpo de notícias que configuram aquilo a que poderíamos chamar de proto-sinologia. Os observadores ibéricos, entretanto, acabariam por ir um pouco mais além da mera recolha de elementos superficiais sobre a realidade chinesa, ensaiando tentativas bem conseguidas de decodificação da língua e da cultura chinesas.

A primeira referência escrita à China em fontes europeias modernas surge em 1502, numa legenda do chamado *Planisfério de Cantino* colocada junto a Malaca, na qual se referem as principais mercadorias chinesas que regularmente afluam àquele importante entreposto do comércio asiático. A primeira imagem que os portugueses recolhem e divulgam da China é, pois, a de um mercado deveras atraente, situado nos mais longínquos confins asiáticos, onde brilha a miragem de proveitosos negócios. Os primeiros encontros com chineses, ocorridos precisamente

naquela cidade malaia em 1509 e 1511, confirmaram esta impressão inicial, logo contribuindo para atrair os portugueses ao litoral chinês. Com efeito, em 1513, apenas dois anos depois da conquista de Malaca pelos portugueses, já Jorge Álvares visitava a ilha de Tamão, na embocadura do rio das Pérolas. As relações luso-chinesas, a partir de então, não mais se interromperiam.²

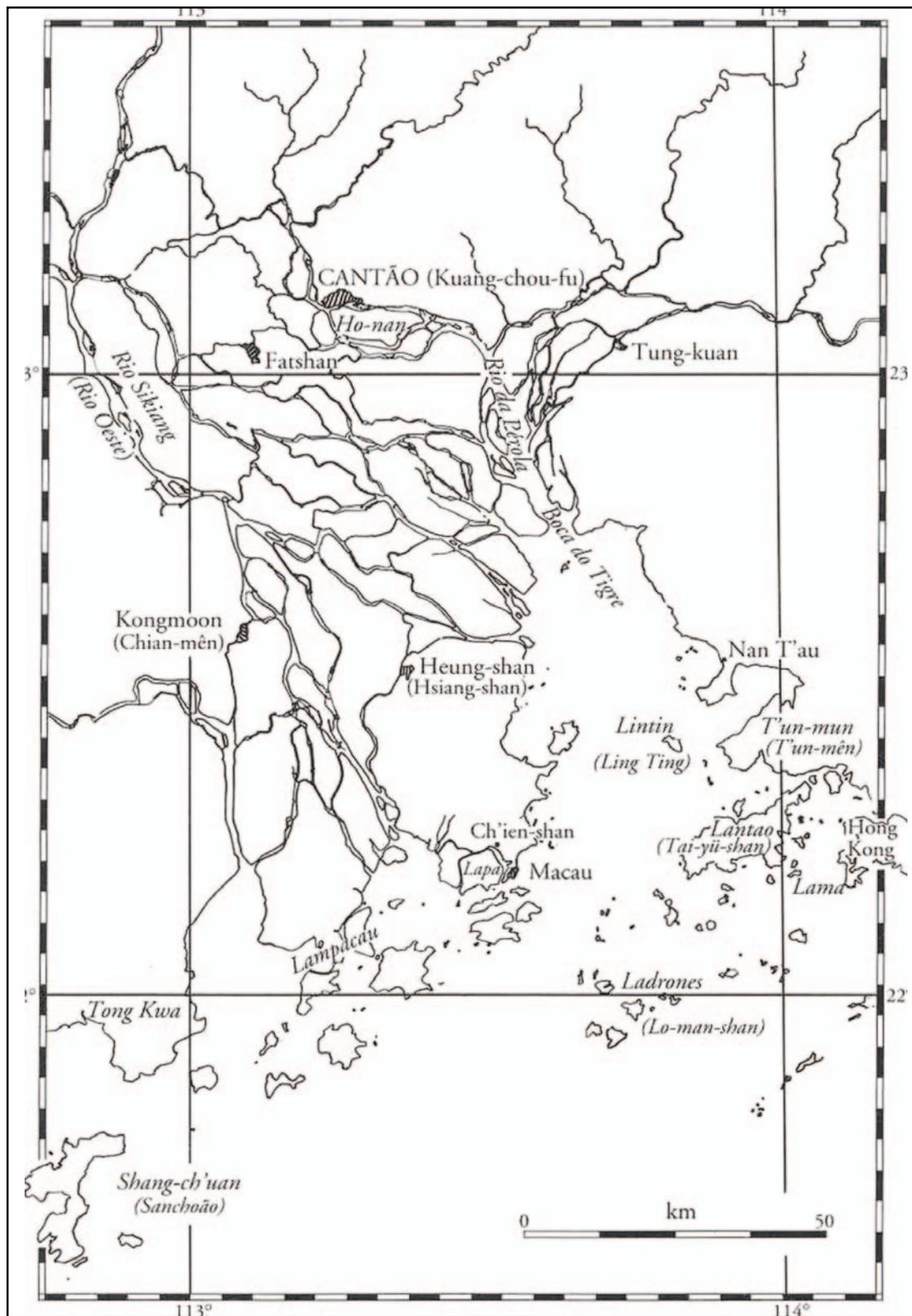
A *Suma Oriental* de Tomé Pires, concluída na Índia em 1515, apresentava um balanço das notícias que até então tinham sido recolhidas a respeito da China, revelando que, no curtíssimo espaço de quinze anos, os portugueses tinham revolucionado totalmente as noções europeias de geografia do Extremo Oriente, área que começava a ganhar contornos cada vez mais definidos.³ Os dados recolhidos nos primeiros tempos, contudo, eram quase sempre de natureza pragmática, destinados à utilização imediata de navegadores, comerciantes e estrategas, que pretendiam conhecer as potencialidades da China nos respectivos campos de actuação. Mas a grande expedição de Fernão Peres de Andrade a Cantão, em 1517-1518, permitiria aos portugueses um significativo aprofundamento dos seus conhecimentos a respeito da China. E a partir desse momento começa-se a formar em Portugal uma imagem extremamente positiva daquele império, que surge aos olhos dos portugueses como uma das maiores potências asiáticas, capaz de rivalizar com a Europa em numerosos aspectos, nomeadamente nos domínios da civilidade (ou da 'polícia', como então se dizia), do centralismo político, da justiça social, da prosperidade económica, da densidade populacional, da organização administrativa, etc.⁴

Após um curto período de confrontos que se seguiu ao fracasso da embaixada de Tomé Pires a Pequim, em 1517-1521, as relações luso-chinesas vão-se normalizando pouco a pouco, à medida que os portugueses se vão impondo como parceiros essenciais nos lucrativos negócios que tinham lugar no litoral meridional da China. A perspectiva dominante nesta aproximação, entretanto, continuava a ser redutível aos interesses de ordem económica, que se desenvolviam

*Doutorado em História pela Universidade de Lisboa, é professor convidado da Universidade de Macau e investigador do Centro Português de Estudos do Sudoeste Asiático (Lisboa). Actualmente, é bolseiro da Fundação Oriente.

Ph.D. from the Faculty of Arts at the University of Lisbon. Visiting professor at the University of Macau and researcher at the Centro Português de Estudos do Sudoeste Asiático [Portuguese Centre for Southeast Asia Studies] (Lisbon). Currently holds a scholarship from the Fundação Oriente.

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia

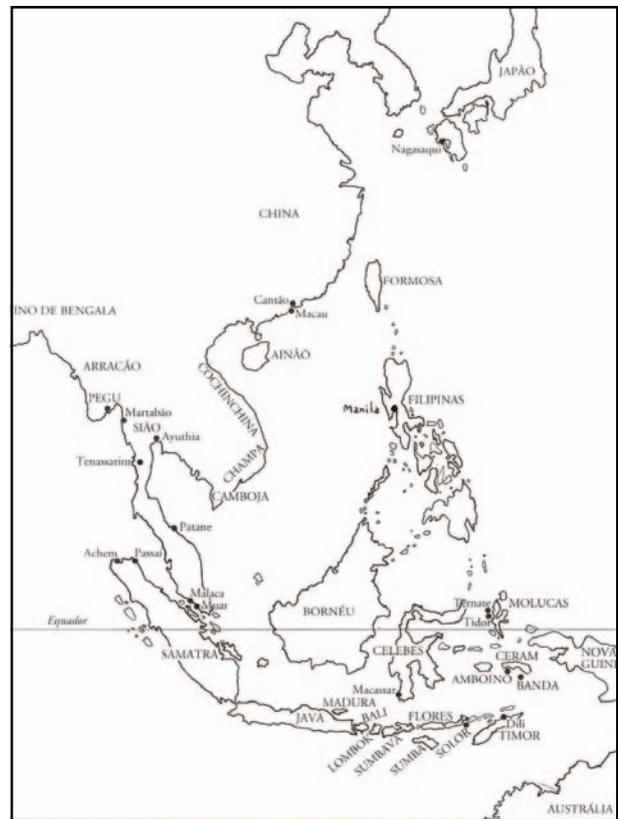


Mapa 1 - Macau e a embocadura do Rio das Pérolas.

com o auxílio de intermediários chineses. Mas o contacto regular dos portugueses com a China, entre 1525 e 1550, embora não gerasse de imediato a produção de conhecimentos propriamente sinológicos, acabaria por dar origem a uma recolha cada vez mais sistemática e abrangente de notícias sobre a realidade chinesa. Homens como Manuel de Chaves, Galote Pereira e Amaro Pereira escreveram então detalhadas relações vivenciais sobre os mais variados aspectos do mundo sínico, muito embora sem conhecimentos significativos de língua chinesa.⁵

Entretanto, na sequência do primeiro contacto dos portugueses com o Japão em 1543, um complexo conjunto de circunstâncias levou-os a demandarem a embocadura do rio das Pérolas, onde acabariam por se fixar duradoramente a partir de 1557, com o beneplácito das autoridades do Guangdong.⁶ Maiores contactos com a China, obviamente, implicaram uma mais intensa recolha de notícias, que cedo começará a ter consequências importantes. Sobretudo por intervenção de religiosos da Companhia de Jesus, que por estes anos estavam a seguir as rotas anteriormente reconhecidas pelos mercadores portugueses, avaliando as perspectivas que se poderiam abrir à missionação católica na Ásia oriental. Os jesuítas, com efeito, logo após a sua chegada ao Oriente, tinham introduzido uma fortíssima dimensão cultural na dinâmica de recolha de notícias sobre a realidade chinesa, dando origem a relatórios bastante mais abrangentes e exaustivos do que aqueles que tinham sido produzidos até então.⁷ Valerá a pena lembrar, em contexto sinológico, que o padre Francisco Xavier, segundo as fontes jesuítas, em 1551 preparou um catecismo em chinês durante o regresso da expedição que efectuou ao arquipélago nipónico, para utilizar mais tarde, quando concretizasse uma projectada viagem ao Celeste Império. Contudo, embora o padre afirmasse que esta obra fora escrita em “letra de la Chyna” pelos seus colaboradores japoneses, o catecismo deveria ter sido redigido em transcrição fonética de algum dialecto chinês, talvez o cantonense, pois de outra maneira não teria qualquer utilidade prática para o missionário.⁸

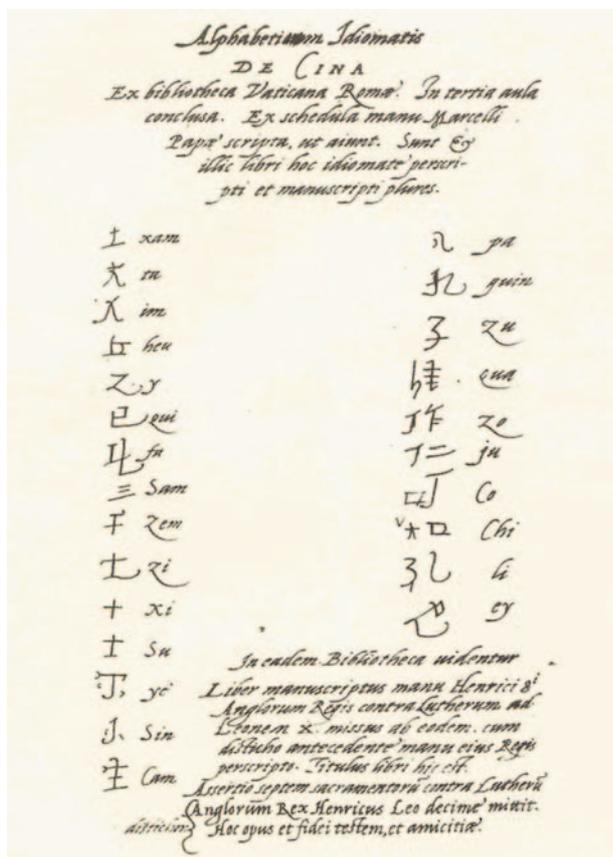
Ao que parece, Vasco Calvo, um dos ‘cativos de Cantão’, terá sido o único português que na primeira metade do século XVI obteve alguma fluência numa das variantes do chinês, pois em 1536 afirmava saber ler e escrever “a letra da terra”.⁹ Calvo, entretanto, terá enviado para Portugal um livro chinês impresso, sobre



Mapa 2 - Macau e as Filipinas na Ásia Oriental.

geografia, o qual poderá ter chegado às mãos de João de Barros, o conhecido historiógrafo português.¹⁰ E é neste intercâmbio, precisamente, que detectamos os primeiros indícios da formação de uma sinologia europeia. Porque as notícias enviadas regularmente do Oriente vão-se acumulando em Portugal e começam a ser sistematizadas por cronistas como Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, que em obras publicadas a partir de 1551-1552 apresentam sínteses extremamente bem elaboradas sobre a China e os chineses.¹¹ Se Lopes de Castanheda, na sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, impressa em Coimbra a partir de 1551,¹² se limitava a tratar informações de origem portuguesa, já Barros recorria a materiais chineses, pois através dos seus contactos orientais tinha adquirido livros impressos em chinês, que procurava traduzir com o auxílio de um auxiliar chinês culto. A *Ásia - Década I*, publicada em Lisboa em 1552, fazia referências explícitas a “hum livro de cosmographia dos Chijs impresso per elles”.¹³ O cronista português, entretanto, afirmava ter enviado ao humanista italiano Paolo Giovio um dos seus livros

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia



Gravura 2 - Alfabeto chinês de origem portuguesa.
Manuscrito – c. 1555 / British Library.

chineses,¹⁴ juntamente com um alegado ‘alfabeto’ chinês, que parece ser de inequívoca origem portuguesa e que constituiu certamente uma das primeiras tentativas de descodificação da língua sínica.¹⁵ As informações sobre a China de origem portuguesa, assim, muito rapidamente eram difundidas por toda a Europa.

Poucos anos mais tarde, Gaspar da Cruz redigia o seu conhecido *Tratado das cousas da China*, publicado em Évora em 1570, que foi a primeira monografia expressamente dedicada a assuntos chineses a ser impressa na Europa. A obra do missionário dominicano sistematizava de forma brilhante todas as notícias de diversas origens que então estavam disponíveis nos meios ultramarinos portugueses, apresentando uma panorâmica extremamente bem informada dos mais variados aspectos da realidade chinesa. Para além dos materiais produzidos pelos seus compatriotas, frei Gaspar, para documentar a história do relacionamento luso-chinês, utilizara também documentos chineses



Gravura 3 - *Tratado das cousas da China* de Gaspar da Cruz.
1ª edição: Évora – 1570.

traduzidos em português, que tinha conseguido obter durante uma breve visita a Cantão em 1556. Retomando algumas informações de origem jesuíta, complementadas pelas suas próprias observações, o missionário fornecia curiosíssimos dados sobre a vida cultural chinesa e nomeadamente sobre as características da escrita ideográfica (“tudo o que escrevem é por figuras”¹⁶) e a enorme difusão de que esta disfrutava entre numerosos povos da Ásia mais longínqua. Gaspar da Cruz, graças ao seu enciclopédico *Tratado*, que resultara de uma investigação diligente e desprovida de propósitos imediatamente utilitários, pode bem aspirar ao título de primeiro sinólogo português.

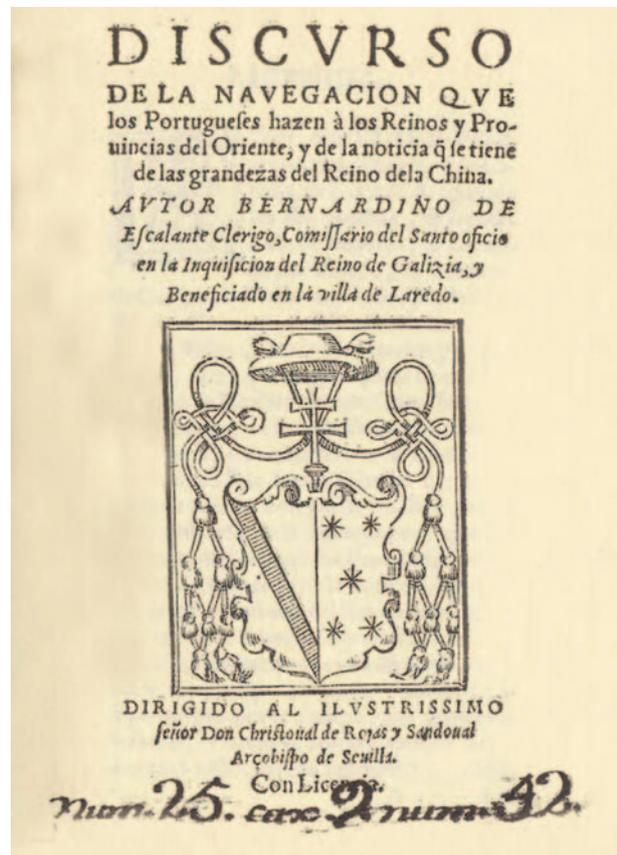
REFLEXOS EM ESPANHA DO ESTABELECIMENTO DE MACAU

As notícias sobre o estabelecimento dos portugueses em Macau e sobre os proveitosos negócios

a que se dedicavam naquelas remotas paragens depressa chegaram a Espanha, desencadeando no reino vizinho uma conjuntura de enorme interesse pela Ásia oriental. Os espanhóis desde cedo tinham tentado obter uma base estratégica naquelas partes, mas, apesar de terem enviado com sucesso várias expedições até às Molucas a partir do Novo Mundo, acabavam sempre por cair nas mãos dos portugueses, pois ainda não tinham conseguido descobrir a rota de regresso, que lhes permitiria fundar um estabelecimento autónomo. Apenas em 1565 o piloto Andrés de Urdañeta estabeleceu pela primeira vez a ligação entre as Filipinas e o México, abrindo finalmente as portas do Oriente aos espanhóis.¹⁷ Em escassa meia dúzia de anos, estes já controlavam o arquipélago das Filipinas, tendo fundado um sólido reduto em Manila. Entretanto, indícios documentais vários sugerem que os espanhóis, na realidade, procuravam uma base que lhes possibilitasse uma intervenção activa nos lucrativos tráficos com a China e o Japão que por esses anos faziam a fortuna dos portugueses.¹⁸

Com efeito, a rápida ocupação das Filipinas é acompanhada por insistentes esforços, da parte dos espanhóis, para a obtenção de notícias sobre a China. Um dos mais activos colecionadores de materiais foi D. Juan de Borja, embaixador de Espanha em Portugal, que por volta de 1575, entre outros materiais, recebeu um relatório do padre Gregório Gonzalez, que poucos anos antes participara na fundação de Macau,¹⁹ e obteve um elaborado mapa da China preparado pelo cartógrafo português Luís Jorge de Barbuda.²⁰ Outro espanhol especialmente inquisitivo foi o clérigo Bernardino de Escalante, que durante uma visita a Lisboa, mais ou menos na mesma altura, adquiriu um exemplar do *Tratado das cousas da China*, entrevistou vários chineses e manuseou dois livros chineses impressos da colecção da Rainha D. Catarina.²¹ De regresso a Sevilha, publicaria naquela cidade, em 1577, o seu *Discurso de la navegacion de los Portugueses*, que era quase todo dedicado à China, sendo amplamente tributário do trabalho de Gaspar da Cruz. Para além das mais variadas referências a assuntos culturais, nas páginas desta obra figuravam dois ideogramas, que teriam sido desenhados por chineses residentes em Lisboa.²²

Mas, entretanto, é a partir das Filipinas que os espanhóis dão decisivos passos na constituição de um importante cabedal sinológico. Com efeito, em 1575,



Gravura 4 - *Discurso de la navegacion de los portugueses* de Bernardino de Escalante, 1ª edição: Sevilha – 1577.

o governador Guido de Lavezares despachara uma missão rumo ao litoral do Fujian, aproveitando os contactos disponibilizados pela importante comunidade de *sangleyes* de Manila.²³ Os espanhóis pretendiam formalizar as relações com a China, obter notícias detalhadas sobre aquele império e, eventualmente, conseguir autorização para a fundação de um entreposto em território chinês, análogo ao que os portugueses possuíam em Macau. Na prática, apenas o segundo objectivo foi alcançado, pois os enviados espanhóis conseguiram recolher amplas notícias sobre a realidade chinesa, pela primeira vez de forma vivencial, ao mesmo tempo que adquiriam um importante conjunto de pelo menos 28 livros chineses impressos, que foram trazido para Manila graças às diligências de Martín de Rada, um agostinho que anteriormente tinha desenvolvido trabalho missionário entre os *sangleyes*. Curiosamente, uma fonte mais ou menos coetânea apresenta uma relação detalhada dos títulos que compunham a primeira biblioteca chinesa

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia



Gravura 5 - Casal de *sangleys* de Manila. Manuscrito de finais do século XVI que pertenceu a Charles R. Boxer.

adquirida por europeus, que pouco depois seria remetida para o México e daí para a Europa.²⁴ Trata-se de um conjunto verdadeiramente impressionante de obras, dedicadas aos mais variados temas e respeitantes às mais diversas disciplinas. Alguns destes livros chineses ainda hoje se conservam em bibliotecas espanholas, sobretudo no Escorial, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que se sabe que Filipe II nutria um especial gosto por este tipo de objectos exóticos.²⁵

Martín de Rada, de regresso às Filipinas, logo providenciou para que porções significativas das obras que trouxera da China fossem rapidamente vertidas para espanhol, com o auxílio de tradutores recrutados em Manila. Ele próprio reconhece que fez largo uso destas traduções no manuscrito da sua *Relación verdadera de las cosas del reyno de Taibin* que preparou ainda em 1575, afirmando que às suas mãos tinham chegado “livros impressos de todas as ciências, incluindo astrologia e astronomia, fisiognomonia, quiromancia, aritmética, leis, medicina, esgrima e jogos, assim como [livros] sobre divindades”.²⁶ Os seus estudos de língua chinesa permitiram-lhe concluir diversas obras nos dois anos seguintes. Por um lado, um *Bocabulário de llengua sangleya*, que se debruçava sobre a língua falada pela comunidade chinesa de Manila, que era maioritariamente originária do Fujian, e uma *Arte de la lengua chincheo*, igualmente dedicada ao principal dialecto da mesma província chinesa.²⁷ Por outro lado, vários manuais de carácter religioso, em chinês romanizado com traduções em espanhol, destinados à catequização dos chineses estabelecidos nas Filipinas.²⁸ Assim, Martín de Rada, que faleceu pouco depois durante uma expedição ao Bornéu, parece ter sido um dos principais responsáveis pelo efectivo lançamento da sinologia ibérica.

E isto mesmo de forma indirecta, pois os seus materiais manuscritos e a sua biblioteca chinesa seguiram para o México, onde em 1581 foram cuidadosamente compulsados por Juan González de Mendoza. Este religioso agostinho, que pouco depois seguia para Roma, publicaria em 1585, por expressa encomenda do Vaticano, uma *Historia del Gran Reino de la China*, a mais popular e mais sistemática relação das coisas chinesas impressa na Europa no século XVI, que no curto espaço de quinze anos conheceu nada menos de quarenta edições em diferentes línguas europeias.²⁹ O tratado do missionário espanhol, para além de sistematizar de forma muito competente os

anteriores relatos de homens como João de Barros, Gaspar da Cruz e Bernardino de Escalante, utilizava e amplificava os materiais produzidos por Rada, para além de recorrer às traduções dos livros chineses que este trouxera da sua viagem ao Fujian.³⁰ Durante muitos anos, a obra de González de Mendoza seria o grande manual europeu de introdução à realidade chinesa.

Assim, vemos que os primeiros estudos sinológicos que envolvem conhecimentos linguísticos relativamente aprofundados surgem nas Filipinas, e não

*O estabelecimento
dos portugueses em Macau
desencadeou em Espanha
uma verdadeira corrida
à Ásia Oriental,
que culminará a breve prazo
com a ocupação das Filipinas,
entre 1565 e 1572,
e com o desenvolvimento
de importantes investigações
de carácter sinológico
por parte dos religiosos
espanhóis, entre 1575
e 1585.*

em Macau, ao contrário do que seria de esperar, pois era aí que os portugueses estavam estabelecidos desde 1557 e era aí que tinham contacto directo com língua chinesa e com as vias mais acessíveis para a sua decifração. E a primeira biblioteca de obras chinesas reunidas por europeus surge também nas Filipinas, por iniciativa de missionários agostinhos. O rápido desenvolvimento da sinologia filipina está intimamente relacionado com a missão da comunidade chinesa de Manila, pois os religiosos procuravam munir-se dos instrumentos linguísticos necessários para

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia



Gravura 6 - *Historia del Gran Reino de la China* de Juan González de Mendoza, 1ª edição: Roma – 1585.

desenvolverem cabalmente as suas funções evangelizadoras, embora nela existisse também uma componente mais prosaica, que se ligava aos interesses estratégicos dos espanhóis em relação ao comércio da China. Mas a sinologia que se desenvolve nas Filipinas está viciada à partida, uma vez que recorre de forma quase sistemática à variante linguística originária do Fujian e às respectivas transliterações espanholas. Assim, um manual ou um vocabulário preparado especificamente para os *sangleyes* filipinos não poderia ser usado no Guangdong, por exemplo, onde nenhum leitor chinês o poderia entender, mas apenas poderia ter alguma utilidade entre os chineses do litoral fujinense.

O RAMO MACAENSE DA SINOLOGIA

Apesar destes precoces, mas algo limitados, avanços espanhóis no campo da sinologia, Macau em breve iria recuperar o tempo perdido, dando início a

um segundo andamento no processo de decifração da língua e da cultura chinesas. Não por influência das autoridades portuguesas locais, já que os fidalgos e os mercadores sediados na povoação podiam, sem quaisquer problemas, depender de intérpretes chineses ou luso-chineses para o normal funcionamento dos seus ‘negócios da China’. O intercâmbio mutuamente proveitoso de mercadorias, que tinha estado na origem de Macau e que contribuía decisivamente para o seu continuado crescimento, podia desenvolver-se com conhecimentos e competências de comunicação mínimos. Por isso mesmo, os portugueses, que já rondavam o litoral da China há mais de meio século, nunca se tinham preocupado com o desenvolvimento de empreendimentos de carácter linguístico, limitando-se a dominar rudimentos dos dialectos das diferentes regiões que frequentavam. Os habitantes de Macau, quando muito, aprenderiam cantonense suficiente para gerirem a sua vida quotidiana e os seus negócios com os chineses. O projecto de estudar de forma mais aprofundada a língua escrita e a cultura chinesa erudita vai partir de determinados sectores da Companhia de Jesus.

O primeiro jesuíta a alimentar a ideia de evangelizar a China tinha sido Francisco Xavier, que falecera na ilha de Sanchoão, em 1552, quando tentava conseguir autorização para entrar em território chinês e ali permanecer. A partir de então, o sonho da conquista espiritual da China começou a desenvolver-se paulatinamente nos meios jesuítas do Oriente, sem que, no entanto, grandes passos fossem dados para a sua concretização.³¹ Quando o padre Francisco Pérez tentou conseguir autorização para permanecer em Cantão, em 1565, os mandarins cantonenses tinham-lhe perguntado se dominava a língua chinesa; perante a resposta negativa do jesuíta, o seu pedido tinha sido rotundamente indeferido.³² Macau servia então essencialmente de base de apoio às missões jesuítas do Japão e a Companhia de Jesus apenas ali mantinha um pequeno contingente de religiosos, que se limitavam a exercer o seu ministério entre a comunidade portuguesa, sem conseguirem quaisquer resultados em relação à China.

A situação alterar-se-ia radicalmente a partir de 1577, com a chegada a Macau de Alessandro Valignano. O visitante jesuíta, com a sua apurada visão estratégica, desde logo se apercebeu que a entrada no Celeste Império apenas seria conseguida com uma mudança

radical nas formas de aproximação utilizadas. E logo escreveria numa das suas cartas que era “cosa muy acertada que algunos de los nuestros aprendiessen la lengua manderin”,³³ diligenciando para que o jesuíta Michele Ruggieri, que se encontrava na Índia, viesse para Macau e se dedicasse inteiramente ao estudo da língua chinesa escrita. Valignano, depois de analisar as notícias disponíveis sobre o mundo sínico, entendera que os missionários apenas conseguiriam entrada na China se iniciassem de imediato um processo de adaptação exterior à cultura chinesa, com a complementar aprendizagem da língua ‘mandarim’. Esta metodologia teria duas vantagens óbvias: por um lado, os religiosos poderiam granjear, a partir destas novas premissas, uma maior aceitação entre os chineses, povo desconfiado em extremo de tudo o que era novo e estrangeiro; por outro lado, poderiam dispor de competências linguísticas suficientes para transmitirem aos chineses todas as subtilidades conceptuais da religião católica, sem terem de recorrer à intervenção sempre incómoda de intérpretes. Entretanto, não é improvável que o plano de Valignano tivesse sido influenciado por notícias oriundas de Manila e chegadas a Macau, dando conta dos esforços que estavam a ser desenvolvidos pelos agostinhos espanhóis.

Michele Ruggieri, chegado a Macau em 1579, começou de imediato a estudar a língua chinesa escrita, com o auxílio de um letrado chinês que, depois de reprovar nos exames para “alcançar grao”, se tinha fixado em Macau.³⁴ O jesuíta italiano dava assim início ao ramo macaense da sinologia, que a breve trecho se viria a revelar particularmente fértil. Dois anos depois, de acordo com o testemunho de Pedro Gómez, um jesuíta espanhol que passou pela cidade, o italiano dedicava-se a tempo inteiro às “letras y lengua de la China”, dominando já uns doze mil caracteres. A fama dos seus estudos sinológicos, entretanto, começava a despertar interesse entre os mandarins de Cantão, sinal claro de que as intuições e as instruções de Valignano tinham sido acertadíssimas. Durante os meses em que permaneceu em Macau, entretanto, Gómez colaborou com Ruggieri na preparação de uma *Doutrina Christiana*.³⁵ Esta obra, que logo foi traduzida em “letra sínica”,³⁶ seria impressa em Macau em 1584, por processos xilográficos, com o título de *Tian zhu shilu* ou “Verdadeira exposição sobre o Senhor do Céu”. Dois exemplares ainda hoje se conservam em Roma.³⁷ Este seria, ao que tudo leva a crer, o primeiro livro em



Gravura 7 - *Tian zhu shilu* de Michele Ruggieri.
1ª edição: Macau 1584 / impressão xilográfica.

caracteres chineses produzido por um europeu. Michele Ruggieri, decerto com o auxílio do seu amigo letrado, produziu vários outros textos religiosos em ideogramas chineses, todos de curta extensão, um decálogo, um confessionário e uma selecção de vidas de santos, o primeiro dos quais, pelo menos, foi também impresso por métodos xilográficos na povoação macaense.³⁸ Além disso, por volta de 1585 tinha já preparado um *Vocabulário latim-chinês*, que continha elementos necessários à compreensão pelos chineses da terminologia específica utilizada na doutrinação cristã. Um exemplar desta obra manuscrita conserva-se igualmente em Roma.³⁹

A partir de 1582, Ruggieri passou a contar com a colaboração de Matteo Ricci, um outro jesuíta que também fora destacado para a missão da China. Assim, dois italianos, em Macau, são responsáveis pelo desenvolvimento dos primeiros estudos de língua chinesa escrita e pela publicação das primeiras obras europeias em ideogramas chineses. É evidente que

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia

Ferrar casas	cuí pan	蓋板
Ferrado, refido	yeu li	有稟
Forada contra	ze pan sy'a	有板傷
Ferrar, esutar garbier	yum sin sid	用省世
Forte contra	chien cu	堅固
Fortalecer	ze in chien cu	作城堅固
Fortaleza	pin yn	兵營 兵塞
Fouce, falsa	zan lien	草鑲鑲
Fugir	zeu	走
Fugido	pi' cus	走 背
Fugido de terra, fugitivo	tan zeu	逃 走
Fogueiras	yen cus	烟 火
Fugareiro	cus pen	烟 盆
Fumis	yen	烟
Fumeiro	yen cus	烟筒
Fumegar	sa'm yen	燒 烟
Fundo de vato	ti	底 日
Funda contra profu'ta	sim	底 深
Fundar casa	chi' cia' chio	起 牆 脚
Fundamento aligeer	cia' chio	牆 脚
Fundador	tan zu chi	當 初 起 初 時 起
Fundir, tender manje	man' chin' zeu' d	有 益 有 利
Fundir geralm'te	de p'nta' cia	鑄
Fundidor	de p'nta' chion yin	傾 銀
	de p'nta' jin' cia'	銀 匠
	de p'nta' chion' cia'	鑄 銅 匠
Funil	leu	漏
Furo, permes	ciu' yen	錐 眼

Gravura 8 - Silabário português-chinês de Michele Ruggieri, Matteo Ricci e outros. Manuscrito - Macau, 1588.

todos estes esforços de descodificação linguística estavam intimamente ligados ao projecto jesuíta de conquista espiritual da China. Contudo, podemos falar com alguma propriedade de sinologia, pois os trabalhos de Michele Ruggieri e de Matteo Ricci, ultrapassando os circunstancialismos regionais e as variedades dialectais, utilizavam a língua mandarim ou língua da administração, que era usada e compreendida em todo o Celeste Império, demonstrando claramente que procuravam atingir uma audiência mais vasta e mais culta. Uma das mais brilhantes produções sinológicas deste período é o *Silabário português-chinês*, preparado entre 1582 e 1588 por Ruggieri, Ricci e toda uma equipa de colaboradores chineses, da qual fariam parte certamente Bastião Fernandes e Francisco Martins,⁴⁰ chineses cristianizados de Macau. [N. do E. - Em 2001, Biblioteca Nacional (Lisboa), Instituto Português do Oriente e Ricci Institute (S. Francisco) editaram o *Dicionário Português-Chinês*, de Michele Ruggieri e Matteo Ricci, edição dirigida por John W. Witek, S. J., que contou com o patrocínio do Instituto Cultural, entre outros.] Esta obra pioneira, que continua muito mal estudada, inclui cerca de 3 mil vocábulos relacionados com as mais diversas áreas semânticas, mas com uma predominância de termos ligados à vida quotidiana macaense e ao normal relacionamento luso-chinês, a maioria dos quais inclui os correspondentes caracteres chineses, com a respectiva transcrição em mandarim.⁴¹ Constituiria decerto um instrumento de iniciação à língua chinesa destinado predominantemente aos missionários jesuítas, mas também a outros habitantes europeus de Macau.

A natureza das traduções produzidas, entretanto, não era especialmente pacífica, pois sabe-se que poucos anos mais tarde, quando já dominava de forma mais apurada a língua chinesa, Matteo Ricci mandou destruir os exemplares ainda existentes da primeira doutrina impressa por Michele Ruggieri, alegando que demasiados erros haviam sido cometidos na respectiva tradução.⁴² O que revela bem as dificuldades que a empresa sinológica jesuíta tinha de enfrentar, ao tentar traduzir para um público oriundo de um mundo cultural radicalmente exótico os fundamentos do pensamento católico. Mais do que traduções, os jesuítas tinham de fazer adaptações, num processo extremamente complexo, que muito facilmente podia gerar perigosos equívocos.

O que se passou foi que, aparentemente, tanto Michele Ruggieri como Matteo Ricci, nos seus primeiros contactos com o mundo sínico, atribuíram excessiva importância ao budismo chinês, circunstância que se veio a reflectir nas suas traduções. Em 1583 os jesuítas sediados em Macau foram finalmente autorizados pelas autoridades chinesas a abrir um estabelecimento no interior da província de Guangdong. O seu evidente interesse pelas coisas chinesas sensibilizara determinados mandarins, que encaravam com alguma curiosidade o facto inédito dos ‘bárbaros estrangeiros’ estudarem afincadamente a língua e a cultura chinesas. Ora, quando os jesuítas se instalaram em Zhaoqing, assumiram inicialmente o traje e a postura dos bonzos budistas.⁴³ Este facto é normalmente pouco focado pela historiografia jesuíta, mas é significativo que, durante mais de uma década, primeiro Michele Ruggieri e logo depois Matteo Ricci tenham insistido neste tipo de aproximação, apresentando-se como bonzos da religião do ‘senhor do Céu’. As suas primeiras obras de carácter sinológico, evidentemente, são produzidas neste contexto.⁴⁴

Michelle Ruggieri, entretanto, regressou à Europa em 1588, em circunstâncias algo enigmáticas. Granjeou alguma reputação como sinólogo experiente, já que levava consigo cerca de duas dezenas de livros chineses impressos, que interpretava com a ajuda de um companheiro chinês, assim como exemplares das várias obras que sob a sua responsabilidade tinham sido compostas, e impressas, no sul da China.⁴⁵ Uma das suas traduções para chinês, o “Pai Nosso”, foi incluída na *Bibliotheca apostolica vaticana*, obra impressa em Roma em 1591, da autoria de Angelo Rocca, bibliotecário do Vaticano;⁴⁶ e uma das suas traduções de textos chineses, algumas linhas iniciais do *Da Xue* ou “Grande Ensino”, um dos quatro grandes clássicos confucianos, foi impressa em Roma em 1593, na obra *Bibliotheca selecta qua agitur de ratione studiorum*, do pedagogo jesuíta Antonio Possevino.⁴⁷ Aparentemente, Ruggieri alimentava a ambição de publicar em Roma traduções de alguns clássicos chineses preparadas no sul da China por ele próprio e por Matteo Ricci, com o auxílio indispensável de colaboradores chineses. Mas o projecto não foi em frente, pois, curiosamente, o próprio Alessandro Valignao exprimiu significativas dúvidas a respeito dos conhecimentos sinológicos de Ruggieri numa carta que em 1596 dirigiu aos responsáveis máximos da

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia



Gravura 9 - *Tratado del verdadero Dios y de la Iglesia* de Juan Cobo. 1ª edição: Manila - 1593 / impressão xilográfica.

Companhia de Jesus.⁴⁸ O papel de Ruggieri nos primórdios da sinologia europeia merecerá certamente um estudo mais atento.

ENTRE MACAU E MANILA

Entretanto, valerá a pena regressar às Filipinas, onde, por estes anos, os estudos chineses conheciam um novo fôlego, graças às actividades de Juan Cobo. Este dominicano espanhol, com efeito, estava desde 1586 a ocupar-se da evangelização da comunidade chinesa de Manila, e para o efeito estudara afincadamente não só o dialecto falado pelos *sangleyes* como também a língua escrita chinesa de que chegou a dominar três mil caracteres.⁴⁹ Como resultado destas pesquisas linguísticas, uma obra de Cobo em caracteres chineses, intitulada *Tratado del verdadero Dios y de la Iglesia*, foi publicada em Manila em 1593, por métodos xilográficos.⁵⁰ O missionário partira no ano anterior para uma viagem ao Japão, da qual não regressaria,

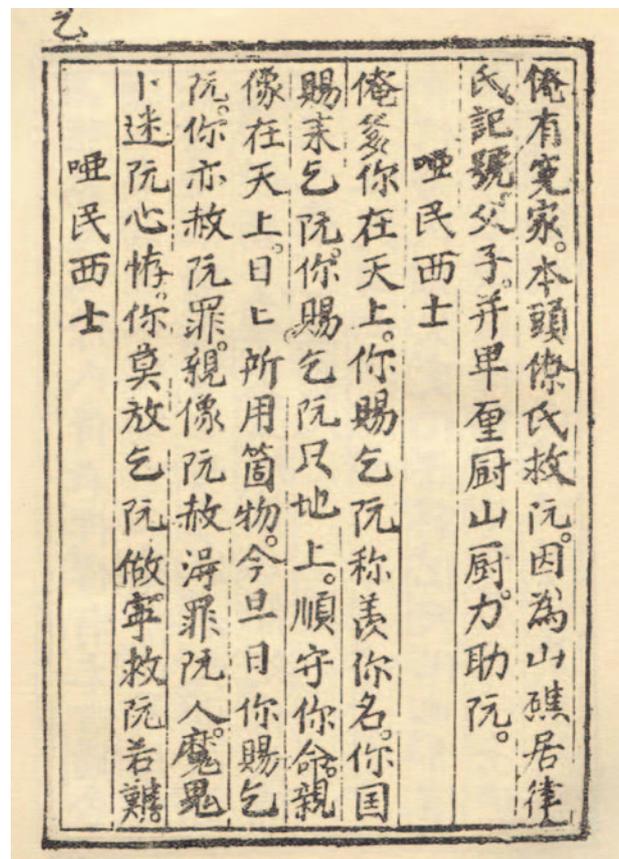
pois naufragou na Formosa.⁵¹ Mas deixou manuscrita uma tradução de um livro chinês, a que deu o título de *Beng Sim Po Cam* ou “Espejo rico del claro corazón”. Esta obra, conhecida como *Mingxin baojian*, fora originalmente compilada por Fan Li-pen e constava de 673 aforismos extraídos de obras mais de cem autores chineses.⁵² Ainda em 1593 era impressa em Manila, também por meio de blocos xilográficos, uma anónima *Doctrina Christiana en letras y lengua China*, que poderia ter contado com a colaboração de Juan Cobo.⁵³ É evidente que o religioso dominicano pôde dispor da ajuda de *sangleyes*, um dos quais seria um tal Juan Sami, que o acompanhou como intérprete na missão ao Japão.⁵⁴ A sinologia espanhola dava passos decisivos nas Filipinas, ultrapassando as iniciais limitações regionais. Mas sempre intimamente ligada às actividades missionárias.

Antes de concluir, será importante referir que para os lados da China meridional as coisas, do ponto de vista da sinologia, conheciam uma significativa evolução. Com efeito, em 1595 os missionários jesuítas procediam a radicais ajustamentos na sua estratégia de acomodação, que começa então a ser decididamente encabeçada por Matteo Ricci. Um relatório jesuíta oriundo de Macau testemunhava que os jesuítas da missão chinesa, por determinação de Alessandro Valignano, haviam abandonado o “nome dos bonzos”, tinham deixado crescer as barbas e passado a vestir-se como “os mandarins e letrados chinas”. Esta alteração era explicada pelo facto de se ter entretanto apurado que “os bonzos entre elles sam comumente ignorantissimos, e gente baixa, e de vida mui perdida”. Os jesuítas, estabelecendo analogias com os religiosos budistas, não conseguiam alcançar qualquer impacto significativo entre a classe dos letrados, o mais destacado agrupamento social chinês.⁵⁵ É difícil explicar por que motivo os religiosos da Companhia de Jesus demoraram mais de dez anos a entender que os bonzos chineses ocupavam uma posição social relativamente baixa e que qualquer assimilação com eles teria repercussões negativas nos seus projectos de conquista espiritual da China. No fim de contas, já vários observadores portugueses, entre eles religiosos jesuítas e não só, tinham notado anteriormente que os bonzos eram “aborrecidos e desestimados” pelos chineses e que qualquer tentativa de missionação dirigida aos elementos mais humildes da população chinesa estaria irremediavelmente condenada ao fracasso.⁵⁶



Gravura 10 - *Doctrina christiana en letras y lengua China*.
1ª edição: Manila – 1593 / impressão xilográfica.

Contudo, graças a esta mudança fundamental na política de acomodação jesuíta, os missionários começaram a granjear algum sucesso entre os mandarins como ‘homens de letras’ ocidentais. As portas foram-se abrindo, e em 1601 já Matteo Ricci chegava a Pequim, onde a partir de então existiria uma residência jesuíta permanente, que chegou a deter algum ascendente sobre mandarins do mais elevado grau.⁵⁷ O grande catecismo de Ricci impresso em caracteres chineses em 1604, o *Tianzhu shiyi* ou “Verdadeiro significado do Senhor do Céu”, repleto de discussões filosóficas e de referências aos clássicos chineses, marca bem a mudança de estratégia dos jesuítas, que secundarizam as tentativas de missão popular para se concentrarem nas elites letradas de Pequim.⁵⁸ E marca também decisivos avanços na sinologia, pois os missionários da Companhia, e entre eles Ricci em primeiro lugar, começavam a interessar-se pela cultura erudita chinesa, procurando não só compreender os seus segredos, através do domínio da



Gravura 11 - Outra página de *Doctrina christiana en letras y lengua China*.

língua escrita, mas também iniciando a respectiva divulgação em línguas europeias.

CONCLUSÃO

É tempo de concluir, lembrando as linhas mestras do complexo processo de construção da sinologia europeia, que teve lugar no sul da Europa e nos entrepostos portugueses e espanhóis da Ásia oriental ao longo do século XVI.

1. Partindo de um verdadeiro grau zero de informação, os portugueses, desde os primeiros anos do século XVI, através de contactos regulares com a China e com os chineses, reuniram um importante volume de notícias sobre o mundo sínico. Esta recolha sistemática, que culminou em 1570 com a publicação do trabalho de Gaspar da Cruz, processou-se sempre com a mediação linguística de intérpretes ou com um conhecimento rudimentar de algum dos dialectos falados nas províncias chinesas do sul. Os objectivos

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia

declaradamente mercantis que orientavam os contactos luso-chineses dispensavam um conhecimento mais aprofundado das realidades linguísticas e culturais do Celeste Império, mesmo depois da fundação de Macau.

2. O estabelecimento dos portugueses em Macau desencadeou em Espanha uma verdadeira corrida à Ásia Oriental, que culminará a breve prazo com a ocupação das Filipinas, entre 1565 e 1572, e com o desenvolvimento de importantes investigações de carácter sinológico por parte dos religiosos espanhóis, entre 1575 e 1585. Estes estudos, protagonizados por Bernardino de Escalante, Martín de Rada e Juan González de Mendoza, foram motivados quer pela existência de uma larga comunidade de chineses em Manila, quer pelas pretensões espanholas de ocupar posições significativas nos lucrativos negócios da China. Os espanhóis, contudo, produziram uma sinologia parcelar, ou regional, centrada no estudo do dialecto do Fujian falado pelos *sangleyes* de Manila. Mas tiveram o mérito de reunir a primeira biblioteca de obras chinesas que foi enviada para a Europa.

3. Talvez sob o impacto de notícias chegadas das Filipinas a respeito do desenvolvimento dos estudos chineses, os missionários da Companhia de Jesus, por volta de 1580, começaram a estudar a língua geral da China, procurando dominar o chinês escrito e entrando em contacto com a cultura erudita chinesa. Michele Ruggieri e Matteo Ricci foram os protagonistas desta avançada sinológica, na qual participaram também missionários portugueses, assim como chineses cristianizados de Macau. Trabalhos de relevo começaram a ser produzidos no colégio macaense e em outros estabelecimentos jesuítas na China, nomeadamente traduções para chinês de literatura religiosa europeia, traduções para línguas europeias de clássicos da literatura chinesa, e vocabulários ou dicionários de português-chinês e de latim-chinês. Mas os primeiros anos de adaptação jesuíta à realidade chinesa foram marcados por um enorme equívoco, pois os missionários estabeleceram analogias sobretudo com as práticas budistas, para mais tarde virem a descobrir que esse caminho lhes fechava irremediavelmente as portas de acesso aos grupos chineses letrados.

4. Nas Filipinas, entretanto, os dominicanos em breve seguiriam o exemplo dos jesuítas de Macau, quer estudando a língua escrita chinesa, quer tentando de forma persistente conseguir entrada na China. Destaque especial merece Juan Cobo, pelos seus conhecimentos de língua chinesa e pelas suas múltiplas produções sinológicas, sempre intimamente ligadas à evangelização da comunidade *sangleye* de Manila. Mas esta é uma história ainda mal conhecida, fruto sobretudo da maior visibilidade das fontes jesuítas e da maior militância da historiografia jesuíta, que tem relegado as restantes ordens religiosas para um segundo plano.⁵⁹

5. Depois de 1595, os religiosos jesuítas descobriram finalmente que o caminho de acesso à China e à cultura erudita chinesa passava pela adopção de uma postura de homens de letras, estudiosos da palavra escrita, em estreito paralelo com as práticas culturais multisseculares dos letrados chineses. Assim, os missionários jesuítas, encabeçados por Matteo Ricci, seriam os grandes responsáveis pela construção de um conhecimento cada vez mais rigoroso da língua escrita e da cultura clássica chinesas. Eles foram os verdadeiros fundadores de uma sinologia europeia consistente e obstinada.⁶⁰ Nota importante, contudo, a sinologia jesuíta de forma alguma era uma disciplina desinteressada, já que estava intimamente ligada à estratégia de missionação definida para a China. Como escrevia em 1596 o padre Duarte de Sande, que fez também parte do grupo de primeiros sinólogos, “entre estas nacoins que sam tam apartadas das nossas, e tem leis e custumes tam diferentes he necessario entrar com a sua para sair com a nossa, acomodando-sse a ellas no que permite nossa Santa Fee, pera desta maneira lhe poder divulgar e ensinar nossa santa doutrina, a qual elles não receberião doutra maneira”.⁶¹

6. O que é certo é que a primeira sinologia europeia, em Manila tal como em Macau, é desenvolvida de forma quase exclusiva por homens de religião, não conseguindo desligar-se das actividades evangelizadoras. Os missionários latinos, nestes primeiros esforços sinológicos, parecem deter um protagonismo quase exclusivo, face ao total desinteresse dos poderes laicos português e espanhol, no estabelecimento de pontes culturais entre a Europa e a China. **RC**

NOTAS

- 1 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Demanda do Oriente*, pp.9-23.
- 2 Para um tratamento mais amplo e documentado desta temática, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, caps. 3 a 5.
- 3 Cf. descrição de Tomé Pires em Rui Manuel Loureiro, “Visões da China”, pp.20-25. Para uma edição recente da *Suma Oriental*, vd. Rui Manuel Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa*, passim.
- 4 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 17.
- 5 Estas descrições estão publicadas em *Enformação das cousas da China*, passim.
- 6 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, pp.21-61. Vd. Mapa 1.
- 7 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, caps. 15 e 18.
- 8 *Epistolae S. Francisci Xaverii*, vol.2, p.292.
- 9 Rui Manuel Loureiro, *Cartas dos Cativos de Cantão*, p.96.
- 10 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, p.357, n.67 e p.460, n.51.
- 11 Para uma análise circunstanciada das obras destes cronistas, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp.449-459 e 596-600.
- 12 Edição moderna: Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento*, passim.
- 13 João de Barros, *Ásia - Década 1*, liv.9, cap.1, p.337. Para uma tentativa de identificação da obra em questão, vd. Charles R. Boxer, “A note on the chronicler João de Barros”, p.84.
- 14 João de Barros, *Ásia - Década 1*, liv.9, cap.1, p.344.
- 15 Vd. Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.3, tm.3, p.513. Vd. Gravura 2.
- 16 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap.17, p.187. Vd. Gravura 3.
- 17 Vd. Isacio Rodríguez Rodríguez & Jesús Álvarez Fernández, *Andrés de Urdañeta*, pp.189-231.
- 18 Vd. William Lytle Schurtz, *El galeón de Manila*, pp.55-89. Vd. Mapa 2.
- 19 Este documento está publicado em Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, pp.193-202.
- 20 A carta de Barbuda foi impressa pela primeira vez in Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum* (Antuérpia, 1584). Para a respectiva análise, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp.660-663. Vd. Gravura 1.
- 21 Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegación*, caps.6-16.
- 22 Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegación*, fl.62v. Vd. Gravura 4. Uma anterior edição de cartas jesuítas incluía já caracteres chineses desenhados pelo padre Baltasar Gago no Japão (cf. *Cartas que os Padres*, fl.clxxxi. Os caracteres chineses incluídos na obra de Escalante apareceriam pouco depois no verso da carta da China de Luís Jorge de Barbuda publicada por Ortelius em 1584 (cf. supra, nota 20).
- 23 Este termo, que era utilizado para designar os chineses ultramarinos estabelecidos nas Filipinas, parece derivar de ‘seng li’, ou ‘comércio’, no dialecto falado em Xiamen, no Fujian (William Lytle Schurtz, *El galeón de Manila*, p.93). Vd. Gravura 5.
- 24 Rui Manuel Loureiro, “Visões da China”, pp.112-113. Cf. Anexo 1. Donald F. Lach tenta identificar alguns dos possíveis títulos trazidos da China por Martín de Rada (*Asia in the Making of Europe*, vol.1, pp.779-780).
- 25 Vd. Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.1, pp.779-780.
- 26 A relação de Rada foi publicada em tradução inglesa por Charles R. Boxer, *South China in the Sixteenth Century*, pp.243-310 (citação na p.261 [traduzo do inglês]). O manuscrito conserva-se na Biblioteca Nacional de Paris.
- 27 Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China*, p.274. Os manuscritos conservam-se na British Library.
- 28 Vd. Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China*, pp.262-277.
- 29 Vd. Carlos Sanz, *Primitivas relaciones*, pp.386-397. Edição moderna: Juan González de Mendoza, *Historia del Gran Reyno de la China*, passim.
- 30 A obra de González de Mendoza é analisada por Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.1, pp.742-794, onde são identificadas as suas principais fontes. Vd. Gravura 6.
- 31 Vd. Rui Manuel Loureiro, “Origens do Projecto Jesuíta”, pp.131-150.
- 32 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, pp.38-42.
- 33 *Documentação - Índia*, vol.12, p.524.
- 34 *Monumenta Historica Japoniae*, vol.1, p.386.
- 35 *Monumenta Historica Japoniae*, vol.1, pp.116-117.
- 36 *Monumenta Historica Japoniae*, vol.1, p.386.
- 37 Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China*, p.278. Vd. Gravura 7.
- 38 Henri Bernard, “Les adaptations chinoises”, p.313.
- 39 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.2, liv.3, pp.496-497.
- 40 *Monumenta Historica Japoniae*, vol.1, p.286.
- 41 Vd. Luís Filipe Barreto, “A dinâmica cultural de Macau”, pp.52-56. Vd. Gravura 8.
- 42 Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China*, p.278.
- 43 Sobre os primórdios da missão jesuíta na China, vd. Jonathan D. Spence, *O Palácio da Memória*, passim.
- 44 Vd. Jacques Gernet, *China and the Christian Impact*, passim.
- 45 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.2, tm.3, pp.496-497.
- 46 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.2, tm.3, p.494.
- 47 Cf., a propósito, Knud Lundbaek, “The First European Translation”, pp.36-37.
- 48 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.2, tm.3, p.528.
- 49 Diego Aduarte, *Historia de la Provincia del Santo Rosario*, pp.217-223.
- 50 Carlos Sanz publicou um fac-símile desta obra em *Primitivas relaciones*, 487-524. Vd. Gravura 9.
- 51 Juan Gil, *Hidalgos y samurais*, p.43-45.
- 52 Vd. Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol.1, pp.805-806. Esta obra (a que não tive acesso) foi publicada por Carlos Sanz em Madrid em 1959 (Juan Cobo, *Beng Sim Po Cam o espejo rico del claro corazón - Primer libro chino traducido en lengua castellana*).
- 53 Esta obra foi publicada em fac-símile por Carlos Sanz, *Primitivas relaciones*, pp.400-464. Vd. Gravura 10 e Gravura 11.
- 54 Juan Gil, *Hidalgos y samurais*, p.43-45.
- 55 *Cartas Anuas*, p.75.
- 56 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap.10, p.141. Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp.524-527.
- 57 Vd. Jonathan D. Spence, “Matteo Ricci and the Ascent to Peking”, pp.3-18.
- 58 Cf. Matteo Ricci, *The True Meaning of the Lord of Heaven*, passim.
- 59 Vd. Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China*, passim.
- 60 Vd. David E. Mungello, *Curious Land*, passim.
- 61 *Cartas Anuas*, p.75.

ENCONTRO DE CULTURAS / Sinologia

ANEXO Lista de livros chineses adquiridos na China por Martín de Rada em 1575

- 1) Da descrição de todo o reino da China, e em que parte está cada uma das quinze províncias; a largura e o comprimento de cada uma delas; os reinos com que confinam.
- 2) Dos tributos e rendas do rei, e da ordem do seu palácio real, e dos salários ordinários que dá; com os nomes de todos os oficiais de sua casa, e até onde se estende o poder de cada um deles.
- 3) Dos tributários que tem cada província, [com] o número dos que estão livres de pagar tributo; e as épocas e a ordem em que se devem cobrar.
- 4) Para fazer navios de muitas maneiras, e de como se há-de navegar, com as alturas dos portos e a qualidade de cada um em particular.
- 5) Do tempo e da antiguidade do reino da China, e do princípio do mundo e em que tempo e quem o começou.
- 6) Dos reis que teve o reino e como se sucederam nele, e de que maneira e modo governaram, com a vida e costumes de cada um deles.
- 7) Das cerimónias com que hão-de oferecer sacrifícios aos ídolos que eles têm por deuses, e os nomes de cada um deles e o princípio que tiveram, e as épocas em que se hão-de fazer tais sacrifícios.
- 8) Do que pensam sobre a imortalidade da alma, do céu e do inferno, e do modo de sepultar os defuntos e das exéquias que por eles se hão-de fazer, com os lutos que cada um é obrigado a trazer, segundo o parentesco que com o defunto tinha.
- 9) Das leis que tem o reino, e em que épocas e por quem foram feitas, e as penas que pela sua quebra se hão-de dar, com outras muitas coisas tocantes ao bom governo.
- 10) Muitos livros de ervas medicinais, e como se hão-de aplicar para que aproveitem e curem as enfermidades.
- 11) Outros muitos [livros] de medicina, de autores daquele reino, antigos e modernos, com a ordem que os enfermos hão-de ter para se curarem das enfermidades e para evitarem sofrer delas.
- 12) Das propriedades de pedras e metais, e de coisas naturais que têm em si alguma virtude, e de como as pérolas, o ouro, a prata e os demais metais podem servir à vida humana, comparando entre uns e outros a utilidade de cada qual.
- 13) Do movimento dos céus e do seu número; dos planetas e estrelas, e dos seus efeitos e influências particulares.
- 14) De todos os reinos e nações de que têm notícia, e das coisas particulares que de cada um se sabem.
- 15) Das vidas que tiveram os homens a quem eles têm por santos, e onde passaram suas vidas, e onde morreram e estão enterrados.
- 16) De como se hão-de jogar as damas e o xadrez, e de como hão-de fazer jogos de mãos e marionetas.
- 17) Da música e cantares, com os nomes dos inventores.
- 18) Da matemática e das contas, e das regras para a saber bem.
- 19) Dos efeitos que faz uma criatura no ventre da mãe, e de como está cada mês e se sustenta, e quais são os bons ou maus tempos para o seu nascimento.
- 20) Da arquitectura, e para todas as maneiras de fabricar; com a largura e comprimento que um edifício há-de levar para ter proporção.
- 21) Das propriedades da boa ou má terra, e dos sinais para a conhecer; e que coisas [se devem] cultivar em cada uma.
- 22) Da astrologia natural e judiciária, e das regras para a aprender; e como levantar figuras para fazer adivinhação.
- 23) Da quiromancia e fisiognomonía e outros sinais, e do que cada uma significa.
- 24) Do estilo de escrever cartas, e dos títulos que se hão-de dar a cada um, segundo a dignidade ou qualidade de sua pessoa.
- 25) De como se hão-de criar os cavalos, e para os ensinar a correr e a caminhar.
- 26) Para adivinhar por sonhos e deitar sortes, quando começam alguma jornada ou fazem alguma obra cujo fim é duvidoso.
- 27) Dos trajes de todos os do reino, começando pelo rei e pelas insígnias dos que governam.
- 28) Para fazer armas e instrumentos de guerra, e para saber formar esquadrões.
In Juan González de Mendoza, *Historia del Gran Reino de la China*, pt.1, liv.3, cap.17.

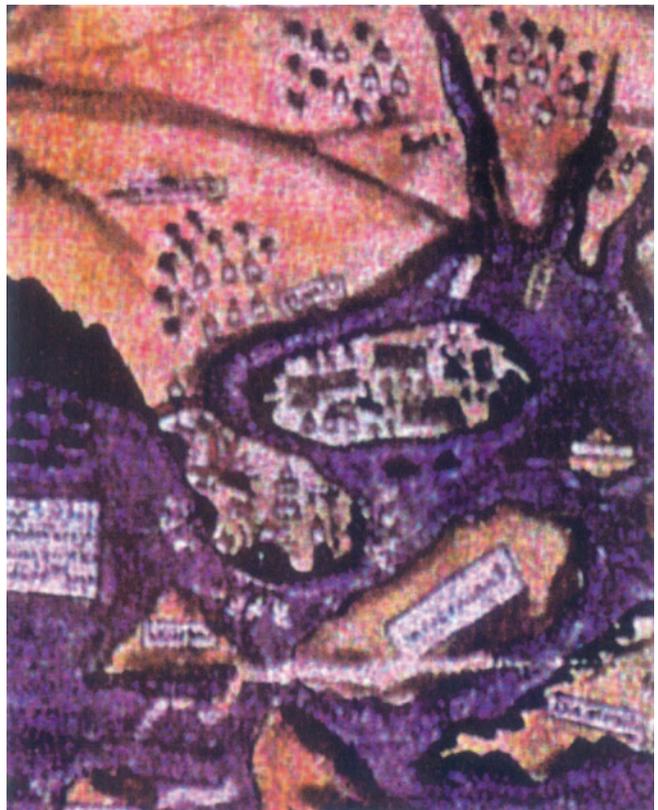
BIBLIOGRAFIA

- Aduarte, Diego - *Historia de la Provincia del Santo Rosario de la orden de los Predicadores en Filipina, Japón y China*. Edição de Manuel Ferrero. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.
- Barreto, Luís Filipe - "A dinâmica cultural de Macau, c.1560-c.1660". *Macau* (Macau), sér.2, n.58, 1997, pp.42-56.
- Barros, João de - *Ásia - Década I*. Edição de António Baião. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- Bernard, Henri - "Les adaptations chinoises d'ouvrages européens". *Monumenta Serica* (Pequim), vol.10, 1945, pp.1-55 & 309-388.
- Boxer, Charles R. - *South China in the Sixteenth Century*. Londres: Hakluyt Society, 1963.
- Boxer, Charles R. - "A Note on the Chronicler João de Barros and his Interest in Ming China". In *Studies in Portuguese Literature and History in Honour of Luis de Sousa Rebelo*. Edição de Helder Macedo. Londres: Tamesis Books, 1992, pp. 83-87.
- Cartas Ánuas do Colégio de Macau (1594-1627)*. Edição de João Paulo Oliveira e Costa & Ana Fernandes Pinto. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses & Fundação Macau, 1999.
- Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos de Iapão escreverão aos da mesma Companhia*. Coimbra: António de Mariz, 1570.
- Castanheda, Fernão Lopes de - *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. 2 vols. Porto: Lello & Irmão, 1979.
- Cruz, Gaspar da - *Tratado das Coisas da China*. Edição de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Edições Cotovia, 1997.
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Índia*. Edição de António da Silva Rego. 12 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1947-1958.
- Enformação das Cousas da China - Textos do Século XVI*. Edição de Raffaella d'Intino. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- Epistolae S. Francisii Xavierii*. Edição de Georg Shurhammer & Josef Wicki. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1944-1945.
- Escalante, Bernardino de - *Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen à los Reinos y Provincias del Oriente, y de la noticia que se tiene de las grandezas de Reino de la China (Sevilha, 1577)*. Edição de Maria de Lourdes Díaz-Trechuelo. Salamanca: Universidade Cantabria & Ayuntamiento de Laredo, 1991.
- Gernet, Jacques - *China and the Christian Impact - A Conflict of Cultures*. Cambridge & Paris: Cambridge University Press & Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990.
- Gil, Juan - *Hidalgos y samurais - España y Japón en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Alianza, 1991.

CULTURAL ENCOUNTER / Sinology

- Girard, Pascale - *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Macau & Instituto Politécnico de Macau, 1999.
- González de Mendoza, Juan - *Historia del Gran Reino de la China*. Edição de Ramón Alba. Madrid: Miraguano Ediciones & Ediciones Polifemo, 1990.
- Lach, Donald F. - *Asia in the Making of Europe - The Century of Discovery*. vol.1, 2 tms. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- Lach, Donald F. - *Asia in the Making of Europe*. vol.2, 3 tms. Chicago: The University of Chicago Press, 1970-1977.
- Loureiro, Rui Manuel - *Cartas dos Cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.
- Loureiro, Rui Manuel - *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996.
- Loureiro, Rui Manuel - *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- Loureiro, Rui Manuel - "Visões da China na Literatura Ibérica - Antologia Documental", *Revista de Cultura* (Macau), n.31, 1997, pp.9-211.
- Loureiro, Rui Manuel - *Em Demanda do Oriente - Viagens e Notícias Quatrocentistas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- Loureiro, Rui Manuel - *Fidalgos, Missionários e Mandarins - Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Loureiro, Rui Manuel - "Origens do Projecto Jesuíta de Conquista Espiritual da China (1549-1552)". In *Portugal e a China - Conferências do III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*. Coordenação de Jorge dos Santos Alves. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp.131-150.
- Lundbaek, Knud - "The First European Translations of Chinese Historical and Philosophical Works". In *China and Europe - Images and Influences in Sixteenth to Eighteenth Centuries*. Edição de Thomas H.C. Lee. Hong Kong: The Chinese University Press, 1991, pp.29-43.
- Monumenta Historica Japoniae*. Edição de Josef Franz Schütte. 1 vol. pub. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1975.
- Mungello, David E. - *Curious Land - Jesuit Accommodation and the Origins of Sinology*. Honolulu: The University of Hawaii Press, 1989.
- Ricci, Matteo - *The True Meaning of the Lord of Heaven (T'ien-chu Shih-i)*. Edição de Douglas Lancashire, Peter Hu Kuo-chen & Edward J. Malatesta. Taipé: Institut Ricci, 1985.
- Rodríguez Rodríguez, Isacio & Álvarez Fernández, Jesús - *Andrés de Urdañeta, Augustino*. Valladolid: Estudio Augustino, 1992.
- Sanz, Carlos - *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceanía*. Madrid: Librería General Victoriano Suarez, 1958.
- Schurtz, William Lytle - *El galeón de Manila*. Edição de Leoncio Cabrera & Pedro Ortiz Armengol. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.
- Spence, Jonathan D. - *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.
- Spence, Jonathan D. - "Matteo Ricci and the Ascent to Peking". In *East Meets West - The Jesuits in China, 1582-1773*. Edição de Charels E. Ronan & Bonnie B.C. Oh. Chicago: Loyola University Press, 1988, p.318.





RC poster: "Topographical map of the region of Macao and Canton, by Jorge Pinto de Azevedo, 1646," in the Biblioteca da Ajuda, appended to Ms. 54-XI-21 . This map was thoroughly examined and first published by Rui d'Avila Lourido in his article "A Portuguese Seventeenth-Century Map of the South China Coast," in *Santa Barbara Portuguese Studies*, edited by the Center for Portuguese Studies, University of California, Santa Barbara, vol. 1, 1994, pp. 240-271.
The above is a detail of this map showing Macao.

The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty¹

RUI D'ÁVILA LOURIDO*

The search for a direct maritime route between Europe and China, despite all its attendant risks and fears (which were exacerbated by the medieval mentality),² was motivated by the desire to access precious oriental merchandise (namely spices, silk and porcelain) in a sustained way and at more reasonable prices than was possible via the land-bound trade routes through Central Asia. The land routes entailed a variety of obstacles stemming from the political, military and religious turmoil that disturbed the territories through which the caravans passed. There did exist an old,

traditional maritime route linking the Mediterranean Sea to the Indian Ocean through the Red Sea or the Persian Gulf. However, when the Portuguese discovered and opened a route around the south of Africa (via the Cape of Good Hope), not only did the journey become faster, but it also skirted the numerous intermediary agents (Arabs and Indians) upon whom the earlier sea route had depended. Part of the journey along the traditional maritime silk route had to go overland, requiring the transshipment of goods; this raised the price of freight as well as the probability of damage and embezzlement. Normally, at the entrance to the Red Sea or the Persian Gulf, merchandise would change hands: the Arabs did not allow entry to Europeans or Indians, but rather reserved for themselves the task of transporting the merchandise to the Indian coast, where once again it would change hands before arriving in southeast Asia and the South China Sea. Sometimes this passage was made overland, and the merchandise would cross the Malayan peninsula by convoy.

To underline the strategic role of the Cape of Good Hope route, the eminent English economist Adam Smith wrote, in 1776 in *The Wealth of Nations*, “the discovery of America and that of a passage to the East Indies by the Cape of Good Hope are the two greatest and most important events recorded in the history of mankind.”³

Likewise, we should be aware of the ancient nautical and technological expertise of the people of the South China coastal regions. Archaeological findings prove that as early as the Neolithic era, these regions, especially Zhejiang, had been engaged in shipbuilding and navigation.⁴ During the Han dynasty, the city of Panyu (today Guangzhou) was the Chinese empire's main hub for navigation to Southeast Asia.⁵

*MA in History (University of Lisbon) and Master in the History of the Discoveries and Portuguese Expansion during the 15th – 17th Centuries (Universidade Nova de Lisboa). Currently he is a researcher at the European University institute in Florence, and is preparing a Ph.D. thesis entitled “Europeans in the Chinese Seas: Trade and Pragmatism in Macao, 1600-1683.” He is a member of the Working Group of the UNESCO National Committee for the “Integral Study of the Silk Roads: Roads of Dialogue” Project, and has held a scholarship from the Foundation for Science and Technology (Portugal) since 1998.

Licenciado em História (Universidade de Lisboa) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Sécs. XV - XVIII (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente, é investigador do Instituto Universitário Europeu em Florença e prepara doutoramento subordinado ao tema “Os Europeus nos Mares da China: Comércio e Pragmatismo em Macau entre 1600-1683”. Membro do Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da UNESCO para o Projecto “Estudo Integral das Rotas da Seda - Rotas do Diálogo” e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) desde 1998.

INNOVATION AND CONTINUITY

In the fifteenth century, the Portuguese developed the navigational techniques necessary to sail the high Atlantic and around the cape of Africa. These developments allowed, for the first time, a direct link between Europe and India (1498) and on to China (1513) exclusively by sea. In remembering these developments, we must not overlook the fact that the Portuguese benefited from the knowledge of other civilisations, such as the Chinese, the Indian or the Arabic, in expanding their body of nautical knowledge

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

and techniques. This fact, however, does not diminish the merit of the pioneering efforts of the Portuguese to assimilate this knowledge creatively, and to innovate new techniques in the art of navigation.

Portugal's control of the maritime route to India, and its ensuing monopoly over this trade during the entire sixteenth and early seventeenth centuries, was due to a combination of factors. Salient among these were the Portuguese traders' strategic capacity for understanding the relations among regional forces, their successful integration into the traditional interregional networks of the Indian and southeast Asia trade, and their naval superiority combined with a diplomatic strategy that advocated enticing local rulers into allying with them, but responding with violence against any Islamic forces that tried to dispute their monopoly.

It bears emphasis that insofar as the Portuguese came to dominate the traditional maritime silk route through the Indian Ocean, they did so in a novel way, connecting the Indian Ocean to the Atlantic in a new, continuous maritime route around the Cape of Good Hope. It was their strategic union of war and commerce that allowed the Portuguese to gain political and economic control of part of the Atlantic and Indian Ocean routes, which from then on were militarised and monopolised whenever necessary and possible. The *cartaz* ("poster") policy (in which Portugal sold navigation licences to individual vessels along the route it controlled) was emblematic of that system.

Military force—in the form of the new and devastating firepower of Portuguese artillery (Portuguese cannon had the longest range at the time, and Portuguese rifles were more efficient and manoeuvrable than others), whether mounted on ships or in the fortresses they built at strategic points along the maritime routes—was always used whenever there was resistance to these imperialist plans. War, however, was practised more selectively against their competitors: in particular the Muslims, but also the Dutch and English when they attacked Portuguese territories and merchant ships. Piracy, as well as attacks by European competitors (most notably the Dutch), would become a decisive factor in the dismemberment and decline of the Portuguese *Estado da Índia*, as well as in the rise of the Dutch (and later English) mercantile monopoly.

However, although the advent of Portuguese control did exert a centralising influence along these

trade routes, and created a temporary monopoly, in general, it did not truly change the traditional system of commerce in the Indian Ocean. Rather, the Portuguese inserted themselves into pre-existing regional networks in Asia, altering neither the kinds of goods traded nor the way they were exchanged. They only temporarily succeeded in diverting the greater part of the volume of mercantile flow across the Indian Ocean away from the Middle Eastern route, with its well-established connections to the Mediterranean. However, Vitorino Magalhães Godinho, the well-known historian of the Portuguese and European expansion, points out the impact of the Portuguese introduction of bills of exchange: "The Cape route introduced, almost from its inception, an important innovation regarding the system of traffic in the Levant [between the Mediterranean and the Indian Ocean]. ... Between Lisbon, on the one hand, and Cochin and Goa, on the other..., a system was established, beginning in the first years of the sixteenth century, whereby compensation of accounts was done by means of bills of exchange, without the material displacement of cash."⁶ In general, however, the Portuguese continued to pay gold and silver in exchange for precious goods from Asia. In China, the Portuguese integrated themselves into the traditional Chinese model for the accommodation of foreigners in their territory.⁷ At each port of call along the long voyage from Lisbon to Macao, Portuguese ships would trade part of the merchandise they had acquired at previous ports. Thus on any given ship, only the most precious goods made the entire journey from Portugal to China and from China to Portugal. Gold and silver were the major items with which the Portuguese and other Europeans could buy pepper in India and silk, porcelain and, later, tea in China. In the Southeast Asia, they could trade cotton cloth for spices.

PERIODICITY

Navigation along the Cape route was concentrated during favourable periods of the year, as determined not only by ocean currents, but also by the seasonal winds (monsoons) that periodically changed direction. In some months, these winds were favourable for navigation towards India, and in other months towards Lisbon. Normally, ships sailed from Lisbon between March and April (87%, according to

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

Godinho). Ships that sailed at other times of the year risked longer voyages and even shipwreck, either because they were forced to turn back to the port of their departure (the so-called *arribadas*, generally caused by bad weather on the Atlantic), or because they had to find a safe port at some point along the journey (usually in Mozambique), to wait for the favourable monsoon. The most convenient schedule was to pass the Cape of Good Hope in July.

The voyage to India could last between four and seven months. Sometimes it was shorter, but it could be as long as one and a half years if the ship had to winter in Mozambique. Ships would arrive at one of the ports of call along the western coast of India (such as Angediva, Cochin, Cananor or Goa) usually in the second fortnight of August. From India they would set sail between December and January. After 1580, ships began departing later from the Tagus River and, as a result, later also from India. On the return voyage, they arrived in Lisbon between July and September; this voyage could take as few as four or as many as nine months, but the majority of ships completed the journey in five to seven and a half months.

After 1580, the number of ships that sailed outside of these favourable periods rose from 11% (1500 to 1579) to 18% (1580-1635), and this trend continued in later years. This phenomenon had two causes: on one hand, during the favourable season, there were often difficulties loading goods onto the ships in time, because the purchase of spices and other precious goods would leave the Portuguese government in India short of cash. On the other hand, delays were caused by trying to flee from pirate raids and the growing number of attacks by other European naval powers (Holland, England and France), which led to a doubling of the number of ships lost (5% until 1590, then 10% and later 24%); these attacks also motivated the search for lesser-known alternative routes (like the one from Macao direct to Lisbon). Godinho estimates that in the first 136 years of this trade, 11% of Portuguese ships were lost on the voyage to India, while on the return to Lisbon, 15% of ships were lost just in the first period. Luis de Albuquerque and Charles Boxer calculate that 10% of the 301 ships that set sail from the Tagus River before 1525 were lost. Filippo Sassetti, long used to sailing in the Mediterranean and the Atlantic (aboard Portuguese ships) wrote from Lisbon (and not from Cochin, as Godinho indicates), on

November 29th, 1852, “it is less dangerous to go from here (Lisbon) to India than from Barcelona to Genoa...because of the dangers of the sea or of pirates” (Sassetti, p. 327).

However, the war against the Portuguese conducted by rival European countries, along the Cape route and its subsidiaries, did not result only in a greater number of Portuguese ships choosing to set sail during periods that were less favourable for navigation, despite the risks involved. It also caused the cost of the voyage to rise dramatically, due to the increasing need for warships to accompany the Portuguese merchant ships along the Cape Route (*Carreira da Índia*), and led to an ebb in the flow of Portuguese mercantile activity. Another factor that contributed to the weakening of defences and the increase of losses was the state's growing disregard for the protection of mercantile fleets after 1570-80, when the management of the voyages was largely privatised (for example, the navy was often not sent to the Azores).

Before the invention of the steamship, navigation between China and Manila also depended on the monsoons. Therefore there were also times of the year that were considered more favourable for the trip to Manila and back. The best period to leave the coast of China was at the time of the new moon in the month of March; ships would usually return from Manila at the end of May or June, before typhoon season.⁸

According to António Morga (the Spanish factor) and official Portuguese documents, for example, a certain Lopo de Carvalho requested the reduction of his debt after one of his ships sank on the voyage to Manila; his request was denied, although he said that “the voyage would be sold only to those who will navigate during the ordinary monsoons.”⁹ In this document, it is stated that a licence for one Manila voyage corresponded to each of the monsoons, but the holder of the licence could send as many ships as he wished.

The month in which the largest number of ships arrived in Manila from China varies depending on the period under observation. Between 1577 and 1644, about 1088 ships arrived in Manila, mostly between May and June. Nevertheless, although there were many arrivals in May and June, ships also continued to arrive throughout the year. From 1607 to 1645, the first ships arrived in Manila in January. Most of the ships arrived before July, but there were also one or two arrivals in November and even in December.¹⁰

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

We may thus conclude that Macao-Manila trade took place on an annual basis, but intermittently. Often, the link was not official: clandestine trade took place more or less intensively, not always respecting the monsoons. When the Macao-Manila trade gained official approval, the authorities of the Portuguese State of India sent many directives dictating the need to respect the favourable period of the monsoons: “because the success of the voyages from Japan and Manila normally comes from ships that sailed from China to those parts at the beginning of the monsoons.”¹¹

The ships capable of sailing successfully along the Cape route were mainly “naus”—carracks or galleons of different tonnages. However, the caravel, even though it was smaller in size, was used in some fleets, such as that of 1533. With the development of mercantile traffic, there was a progressive rise in the tonnage of ships. They increased by almost 50% of their cargo weight, going from an average of 400 tons in the first third of the sixteenth century, to 500 to 1000 tons. The regulation (dated 1570) concerning the construction and loading of the ships for the Indian Ocean route (known as the *Carreira da Índia*), as well as the number of passengers and seamen allowed on board, stipulated that the ships should have a cargo capacity of 300 to 450 tons. As for stowage, it was stipulated that the lowest level of the hold should carry sufficient ballast (usually stones, sometimes already prepared for the construction of churches and the homes of European elites in the East), and that cargo should be properly packed in the spaces in the hold and in lockers. However, abuses of this regulation included the overloading of ships, to the extent that cargo would sometimes even occupy space on the deck that was necessary for the proper operation of the ship, thus increasing the danger of shipwreck in case of storms. Some unscrupulous captains even reduced the number of crew so as to fill more space with precious cargo. During the last decade of the sixteenth century, reality differed dramatically from the regulations: there were huge ships weighing 1500 to 2000 tonnes, capable of transporting 23,000 to 30,000 cwt of merchandise, while the norm was between 6,000 and 8,000 cwt of goods.

The ship's pharmacy would include a great variety of medicines. According to Charles Boxer, a *nau* would usually have a crew of 120 men (including

the pilot, the boatswain, the boatswain's mate, the surgeon, the chemist, as well as sailors and cabin-boys), and could transport 400 to 500 passengers; on the return voyage, however, captains usually reduced the number of passengers so as to increase the cargo capacity (Godinho estimates that ships carried 25% more cargo than was allowed by the regulations). The loading and equipping of ships were the responsibility of government organs in Lisbon, such as *the Casa da Guiné* and later (from 1506 on) the *Casa da Índia*, in accordance with the instructions of the *vedor da fazenda* (comptroller of the treasury). In India, brokerage and the obligatory deposit fell to the Crown factories. In Macao, this was the responsibility of the *Câmara Municipal* (Town Hall).

Ships could be outfitted for a voyage to the East at the initiative of the king or of private investors, or both. The private capital of wealthy Portuguese (noblemen like the brother of the Duke of Bragança, D. Alvaro, or the governor of India, Afonso de Albuquerque, or members of the bourgeoisie, like Fernão de Noronha or Rui Mendes) was often associated with that of foreigners, in joint ventures lasting for a specific period of time, in order to outfit ships and develop mercantile networks. This happened, for example, with the Florentines (in 1501, as a joint venture between the crown and private interests, with Bartolomé Marchione as the major shipowner), the Genovese, the Germans, and the Castilians; the Welsers, the Fuggers, and the Imhofs were especially important families in this regard. The selection of ships' captains (like the captains of fortresses) was the responsibility of the Royal Chancellery.

TRADE CONNECTIONS WITH CHINA AND PHILIPPINES

Trade between China and the Philippines grew in intensity as the Ming dynasty accepted a policy of gradually opening maritime commerce with the exterior. During the reign of Jia Jing (1522-1567) the *Wako* pirates (Japanese and Chinese) that had plagued China's coasts were finally quashed. Then, during the first year of Long Qing (1567) the mandarin responsible for the province of Fujian (Du Zemin) requested that his region be opened to maritime trade with the Eastern and Western Countries. Chinese traders at this time could travel freely overseas if they

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

were provided with the proper licence.¹² In 1589, 88 licences were granted, and this number grew to 110 thereafter. In 1597, 137 licences were requested for ships from the Zhangzhou (Chincheo, Fujian) region. Half the licences were given for trade in the Eastern Ocean and the other half for trade in the Western Ocean, and a different licence registration tax was charged for each region.¹³

The maritime Chinese and Portuguese trade, formerly clandestine, flourished with its new freedom. Merchants from Moon Harbour in Zhangzhou began to trade directly with the island of Luzon, and this route soon came to supplant the much longer Guangzhou-to-Luzon route that went via Champa (today's Vietnam) and Borneo. Although the Portuguese tried to monopolise the Macao-Manila trade, and to secure exclusive trading rights with their partners along this route, the direct trade between China and the Philippines persisted and grew in importance, while the Portuguese trade with Manila declined.

The enormous Chinese consumer market and production capabilities, which the Portuguese had glimpsed in the flourishing mercantile life of the *Canton* (Guangdong), *Chincheo* (Fujian), and *Liam pó* (Ningbo, in Zhejiang) regions, impressed them so much that many contemporary authors were convinced that, with free access to the Chinese market, Portugal would not need any of its other markets. Two examples follow: "if the Chinese trade were free for us, Portugal could renounce all other markets because Chinese goods are very much appreciated throughout Asia and all over the world" (Bocarro¹⁴); and, "If the Portuguese could have free access to the China trade, Macao could survive and grow without any other voyages to Japan and Manila, because the Chinese kingdom is such that their vassals may survive without foreign trade, and Macao's

inhabitants are considered by the Chinese authorities to be Chinese vassals (dependants)."¹⁵

Because of its geographical position, Macao was forced to buy its goods in Canton: "Within the limits of the city no products or textiles are produced and all that is necessary for these voyages [of trade with SE Asia, Japan and India] has to be brought from Canton in junks and other ships." The food supply for Macao's inhabitants also depended on the goodwill of the Chinese.¹⁶

According to the framework set out in the Spanish agreement for sovereignty over Portugal, trade between the Portuguese and Spanish colonies was forbidden, in order to preserve the economic interests of both societies. Thus, the Macao-Manila route was abolished by the Spanish-Portuguese administration because it competed with the routes from Spain (Seville-America-Philippines) and Portugal (Lisbon-Goa-Macao) via the Cape of Good Hope. This rivalry was due to the fact that when the Mexican and Peruvian markets were better supplied with silks and other Chinese products via the Philippines, they would import fewer worked silks from Spain. The Portuguese central power and traders associated with the Lisbon-Goa route also saw their habitual profit reduced when the Macao and Malacca traders sold silk directly in Philippines. The profits from customs duties at Goa and Lisbon were also reduced with the diminution of goods transported along these routes.¹⁷

During the end of the sixteenth century and the first half of the seventeenth century, in spite of successive orders reaffirming these interdictions, the Macao-Manila route was frequently plied by private, clandestine traders who were both Portuguese and Spanish. However, in response to pressure from the Portuguese in Macao and the Spaniards in the Philippines, the authorities in Manila and Goa, on behalf of the central authority in Madrid, legalised

Although the Portuguese tried to monopolise the Macao-Manila trade, and to secure exclusive trading rights with their partners along this route, the direct trade between China and the Philippines persisted and grew in importance, while the Portuguese trade with Manila declined.

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

Date	MACAO		CHINA		JAPAN		INDIA		OTHER		TOTAL	
	Average	%	Average	%	Average	%	Average	%	Average	%	Average	%
1586/1590	1,159.0	8.66	3,750.0	28.02					8,474.0	63.32	13,383.0	100
1591/1595			22,065.0	61	295.0	0.80			13,795.05	38.2	36,155.5	100
1596/1600			24,155.5	56.04	258.5	0.60	861.0	1.99	17,829.5	41.37	43,104.5	100
1601/1605	200.0	0.50	30,104.2	70.03	572.20	1.33			12,106.5	28.14	42,982.9	100
1606/1610	8.6	0.01	46,382.6	78.52	46.0	0.08			12,629.0	21.39	59,066.0	100
1611/1615	50.0	0.1	64,432.0	91.4			396.5	0.50	5,476.5	8.00	70,355.0	100
1616/1620	6,798.0	13.2	31,045.0	60.3	353.0	0.60	2,463	4.79	10,678.0	21.11	51,337.0	100
1626/1630	7,110.50	27.65	11,513.0	34.70	31.0	0.11	1,813.25	7.10	5,252.2	20.4	25,720.0	100
1631/1635	9,327.6	22.1	24,951.2	59	17.4	0.04	1,281	3.04	6,611.8	15.82	42,194.0	100
1636/1640	3,556.8	11.46	23,927.0	77.1			898.4	2.90	2,654.8	8.54	31,037.0	100
1641/1642	15,735.5	50.8	13,194.5	41.98					2,495.5	7.94	31,425.0	100
1641/1645	6,294.0	28.5	12,305.4	55.4			677.8	3.10	2,797.8	13	22,075.0	100

Table 1 ANNUAL AVERAGE VALUE, IN PESOS, CHARGED BY THE CUSTOMS OF MANILA, AND PERCENTAGE OF TOTAL REVENUE
 Source: Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, *Introduction méthodologique et indices d'activité*, pp. 200-206.

the Macao-Manila route during certain periods. The tolerance and subsequent legalisation of the clandestine Macao-Manila trade by the Portuguese authorities in Goa must be related to the economic difficulties of the *Estado da Índia*. Part of the profits from the Macao-Manila trade (such as the royal monopoly or concession) was channelled to the Royal Treasuries in Manila and Macao, and the other part went to finance the *Estado da Índia* in its war against its European and Asian enemies.¹⁸

As usual, economic interests established the border between solidarity and conflict. The Portuguese Macao traders protested against the participation of Portuguese traders from Goa in the Canton fairs. In 1622, the Viceroy protected the Goa traders against the Macao protest, giving written authorisation for their activities in one of the two annual Canton fairs, and tried to exclude the Macao traders from that Canton fair (September). The *casados*¹⁹ of Macao accused the Goa traders of endangering the stability of the Sino-Portuguese

relationship. They said that the Goa traders paid no heed to Chinese traditions and law, but were only looking for a faster way to make money; they cited the Goans' practice of buying slaves to take to India, which contravened Chinese law and the oral agreements between Macao and China.²⁰

CUSTOMS DUTIES

The Macao-Manila route and its silk trade was a source of profit not only for the traders themselves, but also for the Macao and Manila customs in the form of taxes. The Chinese authorities also imposed different types of taxes on the Portuguese and other foreign ships, whether they arrived in Macao or in Guangzhou. Two kinds of taxes were levied upon the Portuguese: a commerce tax on ships, and a ground rent for the right to live in the territory of Macao. Foreign private trade with South China, particularly with Fujian province, was officially approved in 1567, after a long discussion among Chinese authorities

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

YEARS	SHIPS	YEARS	SHIPS	YEARS	SHIPS
1580	2	1601	1	1622	0
1581	0	1602	0	1623	0
1582	1	1603	0	1624	0
1583	1	1604	5	1625	0
1584	2	1605	2	1626	0
1585	0	1606	1	1627	6
1586	0	1607	0	1628	2
1587	0	1608	0	1629	2
1588	2	1609	1	1630	6
1589	0	1610	1	1631	3
1590	0	1611	0	1632	4
1591	0	1612	6 - 7	1633	3
1592	0	1613	0	1634	0
1593	0	1614	0	1635	4
1594	0	1615	0	1636	1
1595	0	1616	0	1637	3
1596	0	1617	0	1638	3
1597	0	1618	0	1639	3
1598	0	1619	0	1640	3
1599	0	1620	5	1641	2
1600	0	1621	1	1642	1

Table 2 N° OF SHIPS ARRIVING IN MANILA FROM MACAO, 1580–1642

Sources: “Legajos” dos fundos da Contaduria das Filipinas do *Archivo General de Indias* em Sevilla (cf. bibliog.); BPAD. Évora, cd.CXVII/2-5; Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*; B. & R., *op. cit.*, XI e XVIII.; APO, fasc.3.

(both imperial and regional) about the advantages and the disadvantages of such trade. Until 1567, in China, only the official tribute trade had been allowed, and Macao was the only exception to this rule. The Chinese demand for silver was clearly mentioned as the reason that the Chinese allowed Portuguese trade on the south China coast, in a report dated 1535 from the Cantonese Governor (*bu zheng shi*, named Lin Fu).²¹

Customs duties were the responsibility of the Department of Foreign Mercantile Ships (*Shi Bo Si*), which the Chinese authorities transferred to Macao in 1535. The method of calculating these taxes changed over this period: between 1535 and 1571 the *chou fen* method was used (the tax was calculated on a percentage basis—20% of the value of the goods); in 1571 the *zhang chou* method was adopted (the tax was worked out according to the tonnage of the ships). The reason for this change was that there was some difficulty in calculating the specific value of each type of merchandise.²²

These customs taxes were not applied equally to all foreign ships; the Portuguese in fact received privileged treatment in relation to other European and even other Asian ships (which came from the “Great Western Ocean”—that is, the Indian Ocean).

- Portuguese ships of up to 200 tons were classified into two categories, depending on whether or not it was their first voyage to China. The tax on the first voyage was 1800 *taels* of silver. For all subsequent voyages Portuguese ships would pay only 600 *taels* of silver.

- other foreign ships, independent of the number of trips they had made to China, had to pay a tax of 5,400 *taels* of silver. Excluding the first voyage, then, Portuguese ships paid about one ninth what other foreign ships paid.

Various Chinese sources (e.g., the *Guangdong Fu Yi Quan Shu*) mention the customs duties charged at Macao as well as the manner in which they were levied.²³ Upon the arrival of foreign ships in Macao, the mandarin in charge would inform the district of

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

Xiangshan, asking for instructions from the *Bu zheng shi* (the provincial governor during the Ming dynasty) and from the *Hai Dao Fu Shi* (admiral of the command station of the Guangdong province). The Department of Foreign Mercantile Ships (*Shi Bo Si*) and the Chief of the District (*Xiangshan*) would send officials to the ships in order to measure it and thus establish the tax according to the regulations. The ship would then be registered and the money handed over to the Chinese authorities.

There were two other ways in which Portuguese ships were privileged: first, the military ships that escorted the Portuguese merchant ships paid no taxes; and second, a Portuguese ship involved in an accident would be rescued by the Chinese free of charge, whereas other foreign ships in such circumstances would be charged by the rescue service. Commerce with Portugal was therefore clearly favoured; there were great advantages for the transportation of goods in Portuguese ships.

Zhang Ru Lin and Yin Guang Ren (authors of *The Monograph of Macao*, or *Ao Men Ji Lue*) tell us that *fan bo* (which were smaller than most ocean-going ships) were authorised to sail in Chinese seas, and were classified as *xiang*. Twenty of these ships were given their licences by the Chinese maritime authorities. These authors also mention that during the subsequent twenty years, sea damage reduced the number of these ships by half.²⁴

OTHER MACAO TAXES

The City of Macao, through the city council, charged half a percent on the goods that entered the city. In 1606 the Viceroy, Bishop D. Pedro de Castilho, wrote to His Majesty requesting permission for the inhabitants of Macao to levy a tax of one-half percent in order to strengthen the walls of the city and pay for a captain.²⁵ In 1607 (January 10) the King agreed to this request.²⁶

In order to respond to attacks by the Dutch and English navies, the Senate of Macao raised the taxes on goods in foreign ships. These taxes were levied according to the quality of the merchandise, ranging from 1% on lower quality goods to 1.5% on those of medium quality, and 2% on high quality items.²⁷ In 1623, the Macao customs rate was increased to 10% in order to raise funds for the

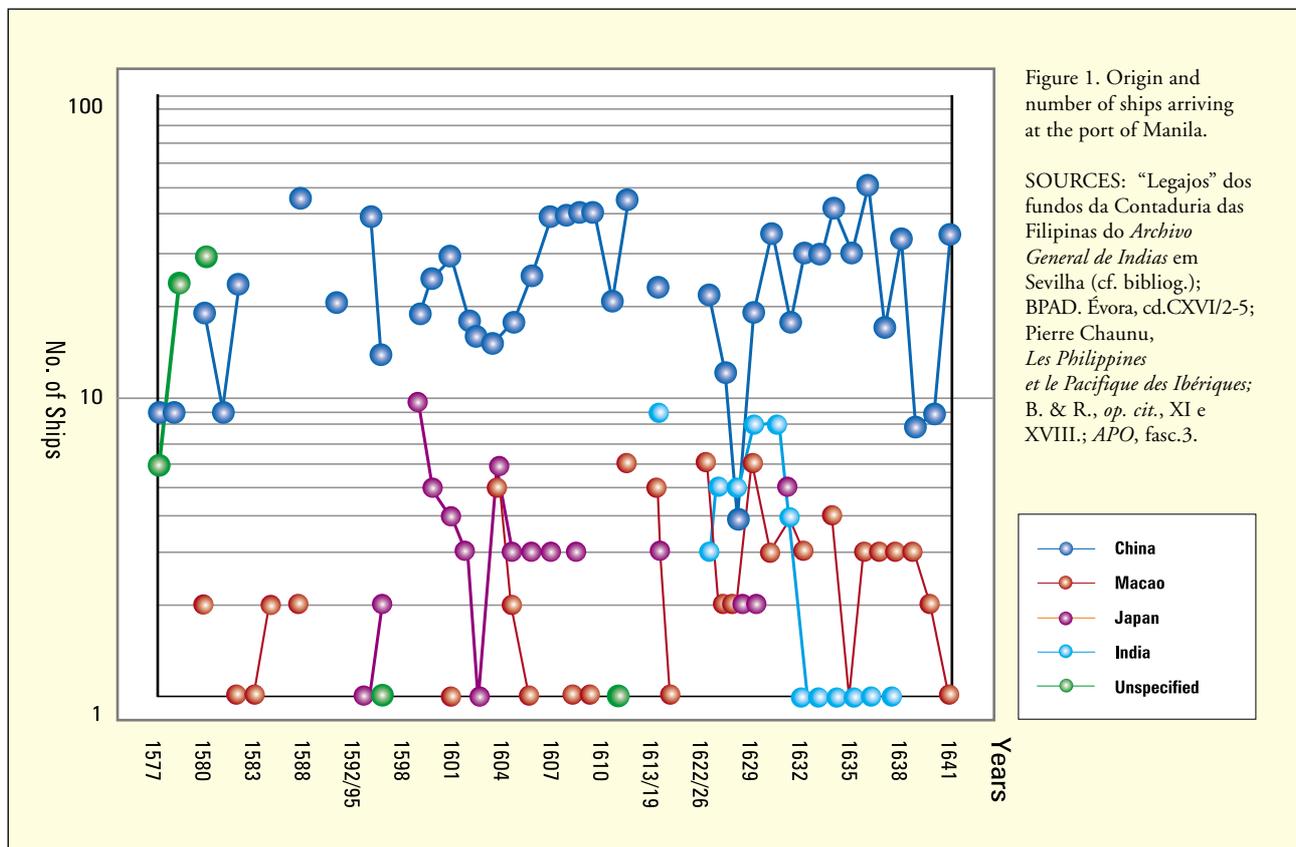
fortification of the city.²⁸ According to the representatives from Macao in Goa,²⁹ in 1623, the City Council's expenditures on the city of Macao were as follows: 10% of the budget went to pay taxes to Chinese customs, another 10% went to pay the *Capitão Mor* of the Macao-Japan voyage, and 6% to 7% went to cover the ordinary expenses of the city.³⁰

MANILA TAXES

Throughout the history of the Spanish presence in Philippines, the Manila customs levied different types of taxes under the *almojarifazgo* (maritime trade taxes). In general, these taxes can be classified into two types, the first a relatively low tax and the other relatively high. From 1610 onwards there was a tax of 3% on all commerce originating from the Indian Ocean and Japan, and a tax of 6% on Chinese commerce.³¹ These different tax rates, however, were not very significant in relation to the overall revenue of the Manila customs. On a long-term basis, they essentially reflected the policy of protecting trade with certain regions while exploring trade with others; in other words, they were an attempt to curb the predominance of the Chinese in the economic activities of Manila. Between 1630 and 1640, ships arriving in Manila from Macao would be subject to different tax rates: if they were private, they would pay 6%, but if they were royal they would pay 14%, including transportation charges.³²

In the city of Manila, the *pancada*³³ was the most common kind of contract. This consisted of a system of fixing a price for the total value of the cargo (which the Spanish merchants would purchase in bulk) to silk and other goods transported by junk from the various ports of south China. The price of Chinese merchandise would vary annually, depending on its quantity and quality, and on variations in the flow of silver to China. In fact, the Macao merchants protested the inflation of silk prices in Canton and Macao caused by the great amount of silver that reached China with Chinese merchants (from Fujian Province). The Portuguese could only react by accepting the purchase at market price and selling the goods, or refusing the price and returning the merchandise to Macao—the latter being a very expensive alternative. However, the Macao merchants still managed to carry on a very profitable trade with

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes



Manila. The *pancada* system was not new for the Portuguese merchants: it was also used by merchants in Japan, when they bought silk from Portuguese merchants, after which the Japanese would distribute the silk for resale.³⁴

MARITIME TRADE BETWEEN MACAO AND MANILA

The sea traffic between Macao and Manila, which totalled about 80 ships (more precisely, 77 ships were counted from 1580 to 1642) from Macao, was characterized by its irregularity (keeping in mind the economic, political, and military constraints on this trade). This traffic can be subdivided into three distinct periods of twenty years each.

The profits from Portuguese commerce along the Macao-Manila route can be estimated by examining the taxes collected on maritime trade in Manila (the *almojarifazgo*), and comparing this with the number of Manila-bound ships originating from Macao, China, India and Japan. In order to obtain some degree of standardization, the annual values of the taxes collected

on ships arriving from each of these points of origin have been averaged over a period of five years (starting from the total annual amounts charged by the *almojarifazgo*).³⁵ These figures are shown in Table 1.

By comparing the information in Table 1 with the data on the number of ships (see Table 2 and following Figures 1-6)³⁶ from Macao that entered the port of Manila during the same period, we may verify the main characteristics of the three periods suggested.

For the Macao-Manila route, during the initial period (1580-1600), not only does the smallest number of ships (8) register in Manila, but compared with the other periods, the cargoes of these ships also register a lower overall value. The periods in which the total amount of cargo transported from Macao was the least valuable were the years 1606-1610, 1611-1615, and 1601-1605, in which the annual average tax paid was 8.6 pesos, 50 pesos, and 200 pesos, respectively. During the period of development (1601-1621) there was an increase of 255% in the number of ships (to 23), as well as a significant increase in the overall value of transported goods (which increased from an annual

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

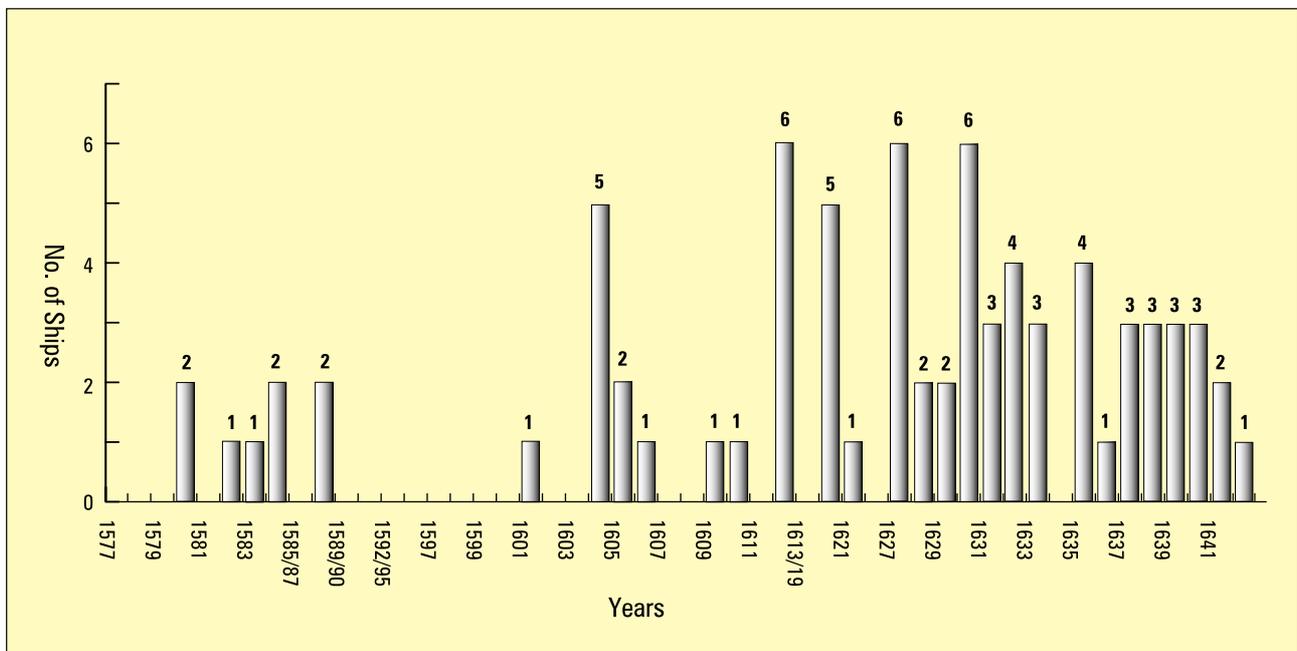


Figure 2. Number of ships arriving in Manila from Macao.

average of 8.6 pesos charged by the *almojarifazgo* in 1606-1610, to 6,798 pesos in 1616-1620). The period of expansion (1622-1642) saw an increase of 501% in the number of ships (46), and reached a peak in the overall value of the cargo transported by ship from Macao and taxed in Manila. The annual average in 1641-1642 is the highest, with a value of 15,735.5 pesos or 50% of the total customs revenue from all ships entering Manila. A rather curious point (which is also evident from the accounts of the *almojarifazgo*) is that in these two years only three ships arrived, while between 1627 and 1630, six ships arrived from Macao—the largest number of ships until the end of the eighteenth century.³⁷

CHINESE TRADE WITH MANILA

The volume of the goods transported by Chinese traders from Guangzhou, Quanzhou and Fuzhou, who mainly dealt in silk but also in other Chinese goods, provided the Manila customs with forty thousand pesos annually, with customs duties calculated at a rate of 3%. The sale of this merchandise gave China an annual income of one and a half million in gold.³⁸

In the last quarter of the sixteenth century, Chinese traders from Fujian province took preponderance in the China-Manila route. This is clear

from the level of tax they paid, which frequently exceeded 50% of the total customs revenues in Manila. The flow of Chinese trade to Manila continued to increase: while at the beginning of the seventeenth century it accounted for 80% of the total amount of taxes collected in Manila, in 1641-1642 it rose to more than 90%.³⁹

Pedro de Baeza refers to an annual average (by the end of the first decade of the seventeenth century) of thirty to forty junks arriving in Manila from the province of Fujian. These junks would trade embroidered or plain silk in exchange for the much-desired silver. Although he may be exaggerating somewhat, Baeza calculated that this trade was worth 2.5 to 3 million *reais* of silver annually.⁴⁰ Sebastião Soares Paes states that in 1633, with the beginning of the royal monopoly on the Macao-Manila route, the direct trade between China and Manila intensified: “forty ships called *somas* left the province of Chincheo (Fujian, mainly from the bay of Amoy) for Manila, loaded down with merchandise.”⁴¹ A more realistic estimate than Baeza’s is the one that, in 1591, calculated the value of this trade at about 300 thousand pesos annually. The currency normally used was the silver peso, also known as the rial-of-eight.⁴²

There were both internal and external reasons for the preponderance of Chinese in this trade.

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

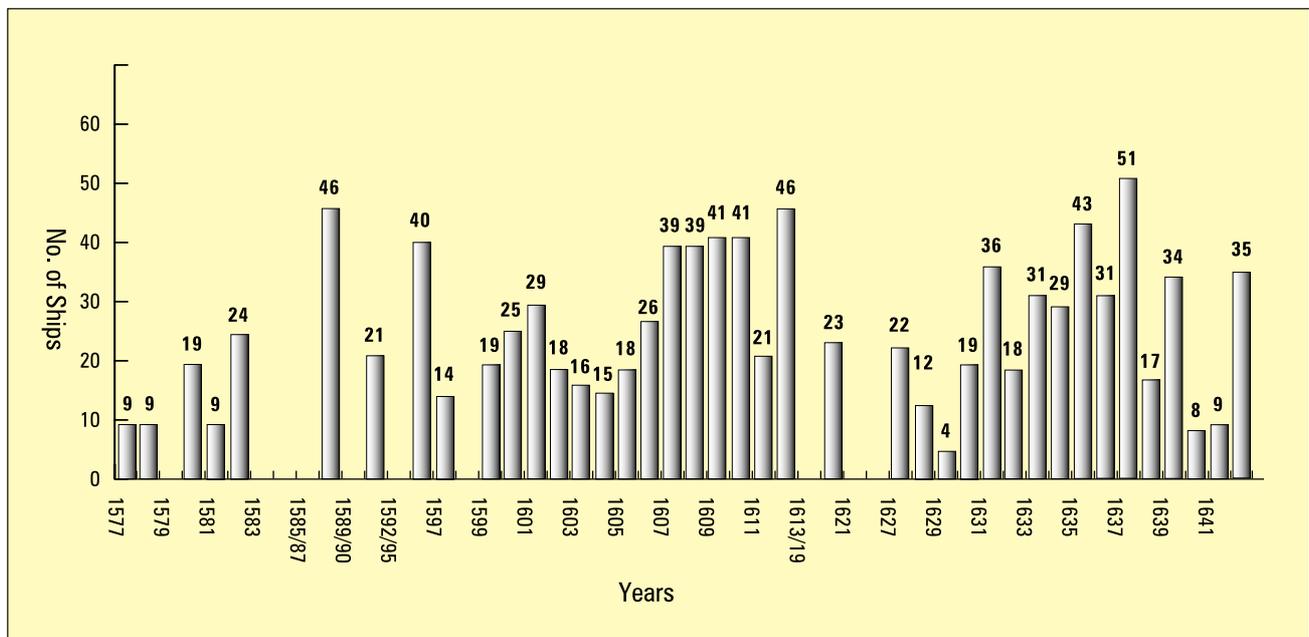


Figure 3. Number of ships arriving in Manila from China (excluding Macao).

Internally, the late Ming dynasty was a period of rapid economic and social development. Some external factors included the Chinese control of the silk trade, the war between the European nations in the Indian and Atlantic Oceans, the long history of Chinese trade in the Indian Ocean, and the waning of Japanese trade with the Philippines.

The Portuguese from Macao, however, were the ones most affected by the increase in direct commerce between the Chinese (from Fujian and Guangdong) and Manila. The Portuguese felt that their position as intermediaries between the Chinese market and the Philippines was weakening. Another source of concern for the merchants from Macao was the direct commerce that existed between Manila and Japan, despite the official prohibition of this trade. Portuguese authorities, especially the Captain-General of Macao, issued several rulings that aimed to impede and even forbid the trade between “Chinese merchants and Manila and Japan.” Fines and punishments were established for those who did not obey the law: five hundred *pardaus* of *reales* and the confiscation of the merchandise in question, which would be turned over to the Royal Treasury. Those who brought this kind of trade to the attention of the authorities would be rewarded with 100 *pardaus*, to be paid by the guilty party. These regulations were

publicized in the usual places (on the city walls of Macao), with a translation into Chinese.⁴³

Maritime commerce opened up during the late Ming dynasty (at the end of the sixteenth century) and stimulated Chinese trade with Southeast Asia; this is verified by both the Chinese and Portuguese documents of that period.⁴⁴ Letters from King Philip, for example, illustrate the way in which the authorities tried to protect the interests of the Iberian Empire in Southeast Asia. The objective of this legislation was to prevent the Chinese merchants (*chincheos*) from sailing directly to the regions of “Sunda, Patane, Andregir, Jambix and Solor” and buying pepper and sandalwood directly, thus protecting the routes and markets connected with Portuguese Malacca.⁴⁵ The opening of the Central Kingdom to commerce with the exterior made it easier for Spanish from the Philippines to trade directly with China. The merchants from Macao, however, protested strongly. An example of this is the letter from the Viceroy and Bishop D. Pedro de Castilho to the King, in which the former spoke of the interests of Macao’s inhabitants in forbidding “the Spanish from the Philippines to trade directly with China.”⁴⁶

From the data in Table 1, we may reach the following conclusions:

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

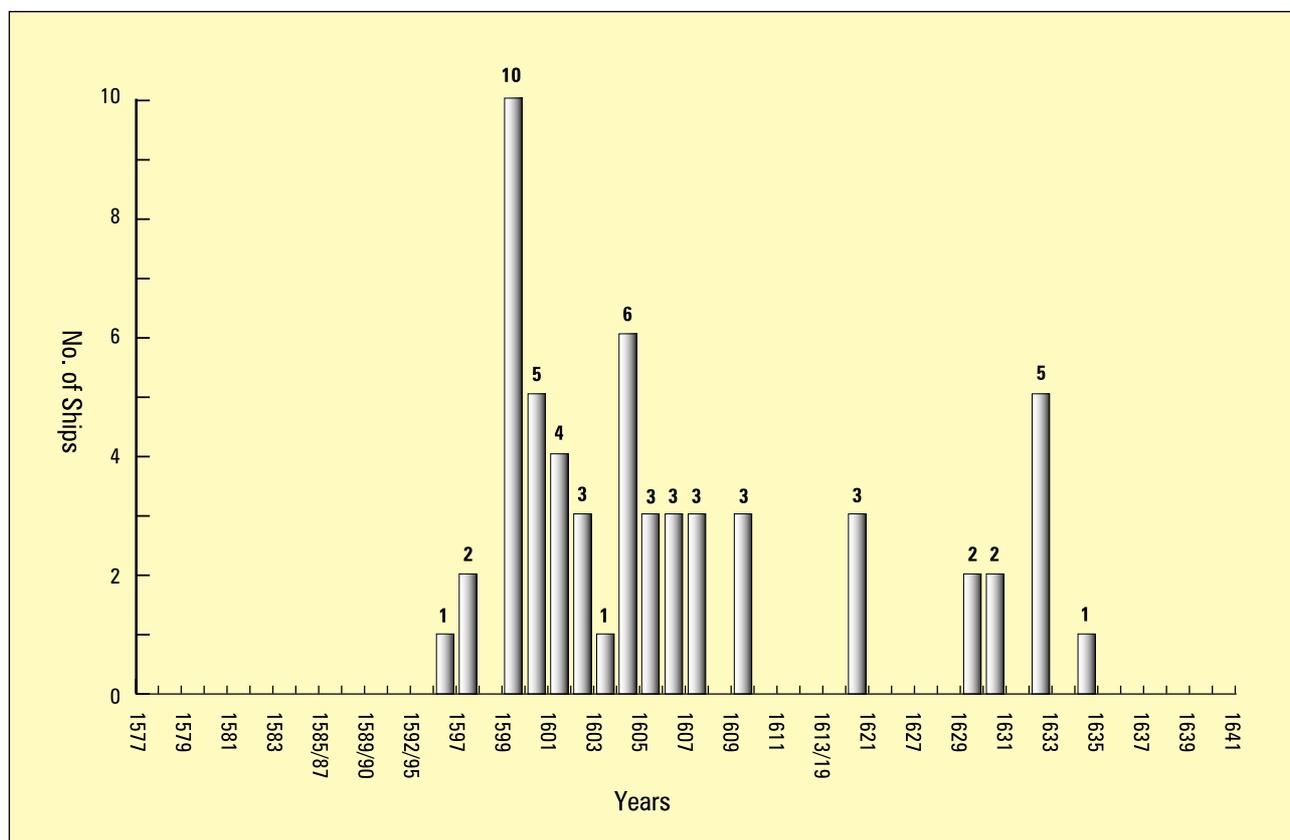


Figure 4. Number of ships arriving in Manila from Japan.

The period of peak trade along the Macao-Manila route does not coincide with the period of peak trade along the China-Manila route. Between 1580 and 1645, Chinese maritime trade with Manila accounted for the majority of the tax money collected by the *almojarifazgo* (with the exception of the period between 1586-1590, the only time in which trade with *Nueva España* accounted for more than 40% of customs revenues, reaching 61%).

The initial period (1580-1600) also witnessed the “take-off” of trade between China and Manila. The revenues from this trade went from 28.02% of the total (an annual average of 3,750 pesos in 1586-1590) to 56.4% (an annual average of 24,155.5 pesos in 1596-1600). During this time no ships from Macao were registered with the Manila customs. It is probable that goods from Macao were carried on Chinese ships.

During the following period (1601-1620), there was little trade with Macao, whereas Chinese trade with Manila expanded and indeed peaked. Between 1601-1605, the percentage of *almojarifazgo* revenues deriving

from the China trade rose suddenly to 70.03 % (an annual average of 30,104.20 pesos), and hit a peak of 91.4 % (64,432.00 pesos) in 1611-1615, after passing the 78.5% mark in 1606-1610. It is interesting to note that this peak in Chinese commerce corresponds to a decline in Portuguese trade between Macao and Manila (in 1606-1610, the annual average tax levied on goods from Macao was only 8.6 pesos, representing 0.01% of the *almojarifazgo* revenue, and in 1611-1615 it was 50 pesos, or 0.1 %). From 1615 onwards, Chinese trade in Manila began to decline.

The China-Manila trade entered a period of recession from 1620 to 1645 (which lasted until 1670-80, when another long period of expansion began); Portuguese trade with Manila peaked during this time.

JAPANESE TRADE WITH MANILA

Trade between Japan and Manila was of much less importance. It began between 1591-1595 (the total tax in this period of 295.0 pesos corresponds to 0.8 %

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

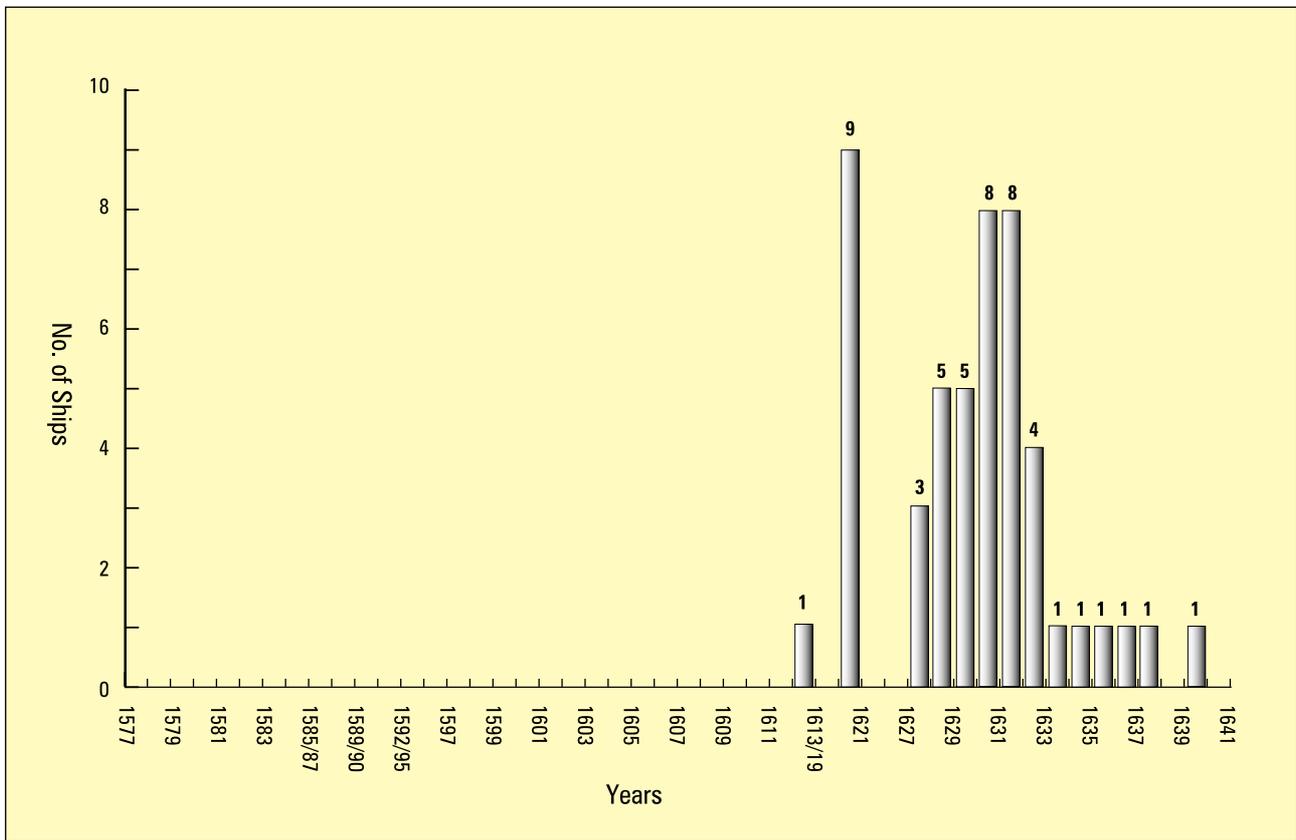


Figure 5. Number of ships arriving in Manila from India.

of the *almojarifazgo*) and 1596-1600 (258.5 pesos corresponds to a 0.6% of the *almojarifazgo*). It should be noted that during these ten years no ships from Macao arrived in Manila. Therefore it is possible that some of the merchants from Macao may have used some Chinese ships. In the following period (1601-1605), the annual average rose to 572.20 pesos, corresponding to 1.33 % of the total revenues of the *almojarifazgo*. The final period (1606-1610), followed by a small recovery in 1616-1620 (with 353 pesos), and finally the nadir came in 1631-1635, with an annual average of just 17.4 pesos.

INDIAN TRADE WITH MANILA

As for the trade originating from India, it contributed the most (in terms of percentages) to the *almojarifazgo* of Manila during the years 1626-1630 (7.05%, which corresponds to 1,813.25 pesos). In 1620, however, the cargoes of the nine Portuguese ships

that sailed from India to Manila were the most valuable. Therefore, although no ships were registered between 1616 and 1619, the value of the customs tax paid in 1620 was so high that when this amount is divided by five (for the five-year period 1616-1620), this period still has the highest average annual value, of 2,463 pesos. The registered cargo was the least valuable in the years 1611-1615 and 1641-1645, in which the Manila customs collected an annual average of 396.5 and 507.2 pesos, respectively. The majority of this trade was controlled by the Portuguese.

It is interesting to note that in the periods during which the merchants of Macao were unable to send their ships directly from Macao to Manila, Portuguese commerce with Manila originated from other intermediary ports in Southeast Asia, such as Macassar, Cambodia and CochinChina. Malacca sent at least one ship in 1597;⁴⁷ its cargo was evaluated and registered in the accounts of the *almojarifazgo* at 1.99% of the total, with an annual average of 861 pesos between 1596-1600.

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

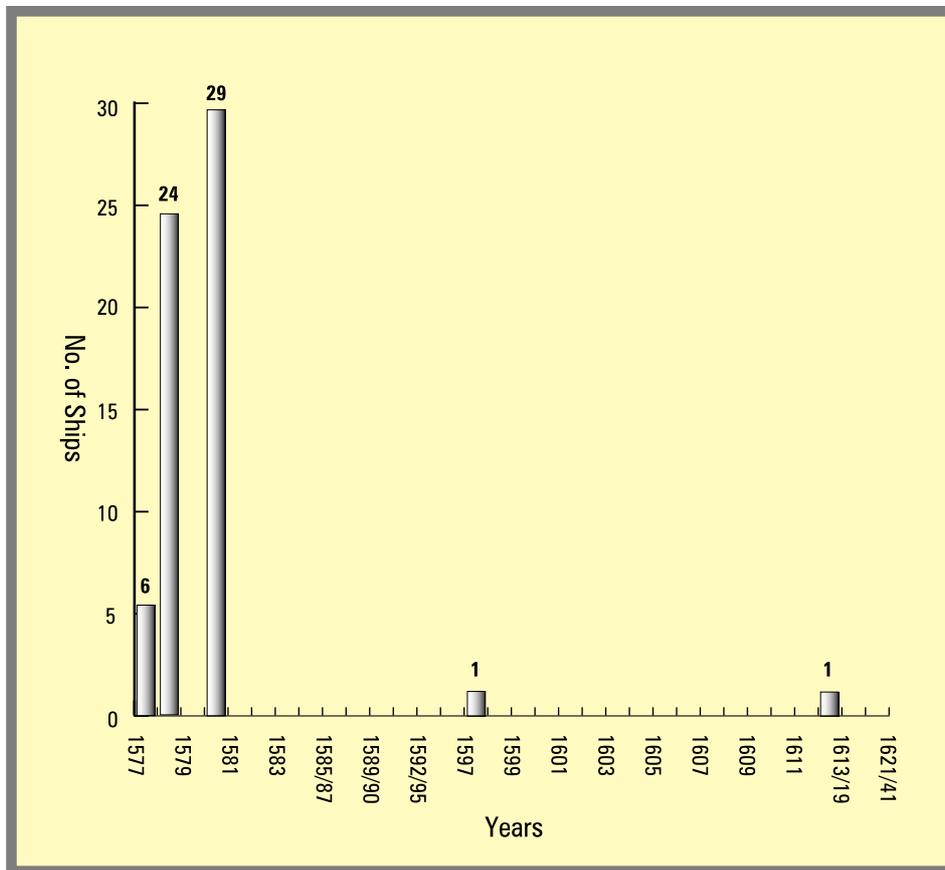


Figure 6. Number of ships arriving in Manila from other ports in the Philippines and from unidentified points of origin.

However, one must be very careful with the interpretation of the data mentioned above, because it does not provide all the facts concerning maritime traffic along the Macao-Manila trade route. One fact that must be considered is that, since trade was often officially forbidden, its continuity was assured through smuggling. Depending on the period and the political circumstances, a variety of other routes to Manila would be used, namely via Southeast Asia, India (especially Goa), or Japan. Between 1577 and 1644, around fifty Portuguese ships arrived from Malacca and from the Indian ports of Goa, Malabar, and Coromandel.

Another way of getting around official restrictions was to use ships from other countries, such as the ships from Japan in 1591, 1599, 1600, and 1601, which carried Portuguese goods. It is probable, however, that Chinese ships were used for most of the clandestine commerce from Macao to Manila, with independent merchants from Macao travelling in ships originating in Canton, or through Chinese agents

(*respondentes*).⁴⁸ Further documentation supporting this can be found in the *legajos* (codices) of the *Contadoria*, which refer to the presence of Chinese Christians (in 1633 and in 1634), and mention that the Chinese captain of one of the thirty-nine ships of 1608 was Christian; they also indicate that the owner of five of the 33 Chinese ships of 1631 was a Chinese Christian. The Portuguese could thus use some of these ships that were registered with customs without mentioning their place of origin, along with some of the registered coastal trade ships.

This pragmatic ability to overcome difficulties by finding alternate trade routes is an example of how Macao could survive the interruption and loss of trade from Japan, Manila, and Malacca. Macao traders worked clandestinely through Chinese agents or transported products along alternative routes, such as those from Siam, Cambodia, Cochinchina, Tonkin, Timor and Macassar;⁴⁹ from some of these ports, Macao merchants continued to trade with Manila even after Macao ships were barred from Manila. According

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

to Claude Guillot, the best period for the Macassar and Banten trade (until the late seventeenth century) was when they traded with Manila.⁵⁰ During the second half of the seventeenth century, Macao traders were particularly active in the Macassar-Manila trade.⁵¹ Macao traders also used ships from other European countries. For example, the English ship of Francis Breton, president of the East India Company in Surat, was sent to Manila in 1644-45.⁵²

SOME NOTES TOWARDS A CONCLUSION

The trade along the silk routes always depended on the political contexts and the relations between the nations that controlled the regions (or seas) that the traders crossed. When the overland caravan routes through the grasslands, deserts and high mountains became even more dangerous because of political instability, merchants reoriented their trade along alternative routes, with a preference for the maritime route. Under the Ming and Qing dynasties, political and economic relationships between foreign countries and China were acceptable only if legally framed as “tribute missions.” This so-called “diplomacy of silk” in fact allowed delegations from foreign countries to conduct a kind of disguised trade (in silk and other Chinese products) through which they could make back more than the value of the gifts they brought as tribute. In ancient times, in Rome, silk was more valuable than gold. In medieval and modern times, however, as the techniques of silk weaving came to be known in production centres outside of China, such as in Central Asia, Sicily and even in Lyons (France), the value of silk was somewhat reduced.

To understand the fundamental role played by Macao in the secular Portuguese monopoly of the trade between China and the West—as well as the reasons for its survival as a Luso-Chinese city—we must consider the interaction of three main kinds of factors: economic, geographical and political. The geographic position of Macao was simultaneously a cause for the city's fragility and for the strength of the Portuguese community there. Macao's main importance derived from its strategic location near the terminus of the ancient maritime silk route, the city of Guangzhou (Canton). This geographical fact, combined with the isolationist policy of the Ming and the prohibition on Chinese maritime trade,

allowed the Portuguese of Macao to become middlemen in the trade between China and the maritime world that surrounded it. However, because it occupied a very small peninsula, lacking the means to produce either food to sustain its residents or merchandise to trade with others, Macao's survival depended entirely on the cooperation between its residents and the Chinese authorities, both for the provision of daily necessities and the maintenance of its role as a mercantile intermediary between China and other countries. The Canton authorities had only to close the *Portas do Cerco*, and Macao's inhabitants would be subdued by hunger.

The Portuguese could satisfy China's great appetite for silver, which they brought from Japan and from America (via the Philippines or the Cape route). The abandonment of the fifteenth-century Chinese policy of maritime expansion and the prohibition on Chinese navigation contributed to the spread of clandestine trade and to the growth of piracy in the south China seas—piracy against which the Portuguese themselves also fought. The Portuguese did not represent a threat to China, either militarily or politically, since they integrated themselves and they accepted the dual political suzerainty of both the Portuguese and Chinese governments. To the latter, they paid a ground rent for living in Macao and a tax on maritime trade, and made “donations” to the governor of Canton whenever the authorities so instructed. Its dependence on China led Macao's Portuguese community, especially the merchants, to adopt a kind of pragmatism which in turn guaranteed the survival of Macao as a Luso-Chinese city. The residents of Macao opposed any unrealistic or even utopian project of expansion into the interior of China, and at times they required—even by use of force—officers of the Portuguese Crown to submit to the demands of the Chinese authorities.

In these complex and contradictory characteristics lay the originality of the Luso-Chinese city of Macao. The best example of this originality was the *Câmara Municipal* (City Hall) of Macao, with its real, pragmatic governmental capacity and functions. At the same time, at least in part, Macao reproduced the traditional Portuguese model of expansion, as evidenced by the remarkable mobility of the Portuguese settlers, the centralized administration which depended on the Viceroy of the

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

Portuguese *Estado da Índia*, and the marked preference for precious and exotic goods, such as silk and porcelain, or gold and silver.

In a sense, then, the Portuguese in Macao represented an economic and political “added value” for the regional authorities of Canton, which became economically stronger vis-à-vis other regional authorities in China (namely those of other coastal provinces) due to its long-time role as the only legal port for foreign trade. Cantonese authorities in turn began to be able to exert greater political pressure than other mandarins, due to their ability to provide the imperial court with the exotic precious goods, such as ambergris, that the Imperial Court requested.

The Portuguese in Macao and the Spanish in Manila developed a policy of intermarriage; their descendants adopted elements of Chinese and Asian culture as well as of Portuguese and Castilian culture. Macao and Manila were two cosmopolitan cities, two great hubs of the maritime commercial networks that were economically so important in the sixteenth and seventeenth centuries. They were also well-fortified cities, whose fortresses provided protection against the numerous enemies (Dutch and English) of the era.

Starting from the mid-seventeenth century, however, Portuguese dominion over the maritime routes of the Indian Ocean gave way to Dutch, and then English and French, control. These powers followed and developed the mercantile system that the Portuguese had used (in terms of the routes travelled, the products traded, the integration into regional trading networks in Asia, and the continuing deficit in the balance of payments), at least until the Opium War in the nineteenth century.

It is also necessary to consider that, despite its success, the maritime route around the Cape of Good Hope did not eliminate the earlier routes overland or via the Red Sea. These routes, although substantially weakened, continued to supply central Asia, the Middle East and even the Mediterranean.

From a global perspective, the civilisational effects that the silk routes had upon humanity were crucial to the development of a multicultural and multiethnic world. They contributed to the cosmopolitanism of the great Chinese and Western cities. The cities of Macao and Manila are good

examples. The silk routes comprised a set of terrestrial and maritime itineraries that allowed the circulation not only of human beings and their material goods, such as the exotic and valuable merchandise discussed above, but also of cultural values in the broadest sense of the term: philosophical and religious concepts, scientific and technological advances, linguistic and musical ideas, fashions and cuisines. Of course, this circulation was bi-directional: East and West interacted in a remarkable way, which is still evident in the multifaceted cities of Macao and Manila.

Thus it was not only merchandise such as silks and porcelains that were transported along these routes; the sophisticated production techniques behind them were transported as well. The Europeans introduced new technologies, for everything from shipbuilding, astronomy and cartography, to the technologies that gave rise to the industrial revolution. Meanwhile, the daily eating habits of Europeans were modified by the introduction of spices and tea. In 1585, Filippo Sassetti, an Italian businessman, was charged by Francesco dei Medici, Grand Duke of Toscana, “to acquire the seeds of some plants to send him” in Florence (Sassetti, p.448). In the nineteenth century, the emperor of Brazil received from Macao, by way of the Cape route, an offer of several Chinese and Asian plants to be planted in the Botanical Gardens of Rio de Janeiro. Conversely, in Asia, potatoes and corn from the Americas, and several plants of African origin, came into popular use. Social habits such as clothing styles still today reflect the great prestige of exquisite silks. In the West, many holidays began to be celebrated with cheerful fireworks (whose Chinese origin we have already forgotten). In the field of thought, the mutual influence was even more intense, involving the diffusion of Buddhism, Islam, Nestorianism and Christianity.

Finally, the Cape Route and its associated voyages, which linked Europe to China and the Philippines, intensified the interpenetration between new social and political-philosophical models. The Chinese conception of state centralism based on a learned elite of state officials influenced the European Enlightenment philosophy, while European ideas of liberalism and libertarianism, in turn, influenced elements of the Asian elite. **RC**

NOTES

- 1 This text originated as a paper presented at a conference in Kunming, China, entitled "Comparative Studies on the Silk Roads" (2001-10-28 / 2001-11-2). The Fundação Jorge Alvares sponsored my participation in this conference. See also my article entitled "The Impact of the Macau–Manila Silk Trade from the Beginnings to 1640", published in *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*, ed. UNESCO and Berghahn Books, New York – Oxford, 2000.
- 2 José Mattoso, "Antecedentes Medievais da Expansão Portuguesa", in *História da Expansão Portuguesa*, vol. 1, pp.12-25, Lisboa, ed. Circulo de Leitores, 1998.
- 3 Adam Smith, *The Wealth of Nations*, London, II vol., p.139, 1905.
- 4 Chen Dasheng and Denys Lombard, "Le rôle des étrangers dans le commerce maritime de Quanzhou ("Zaitun") aux 13e et 14e siècles", in *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13e- 20e siècles*, ed. Denys Lombard e Jean Aubin, Paris, 1988, pp.21-29.
- 5 Sun Yitu, ed., *The Silk Road on Land and Sea*, Beijing, China Pictorial Publications, 1989.
- 6 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols. 2nd edition, ed. Presença, 1982-85, vol. 1, p.247. To the interested reader, I recommend Godinho's synthesis of the structure of this route in "A rota do Cabo" (re-issued in 1981). Another work that takes up relevant themes is *De Ceuta a Timor*, by Luís Filipe Thomaz, and especially his contribution "Os Portugueses e a Rota das Especiarias" (pp.169-187). In it, Thomaz analyzes the system of voyages and the contradictions in its development (namely, the different currents of opinion and groups of interest in the court of Portugal).
- 7 Studies by Wu Zhiliang and Jin Guoping document this procedure. Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência*, in *História Política de Macau*, Macau, 1999. Jin Guo Ping, "Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau", in *Revista Militar*, (n. especial, no. 2364, pp.199-228), Lisboa, 1999. I thank Jin Guoping for the following observation, which their most recent research has proven (but that previously had been previously a working hypothesis): that there was some continuity between the regulations and procedures that the Chinese applied to the foreigners in the city of Suzhou, on the northwest border of the terrestrial silk road, and the way that the Portuguese were later accommodated on China's southern coast. Jin and Wu analyze this theme in the paper they presented at the Kunming conference, "Puren Rujia Aomen Kaibu Lishi Yuanyuan Xintan" ("New directions in the search for the historical origins of the establishment of the Portuguese in Macao").
- 8 António Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Mexico, 1609, annotated by José Rizal, Paris, edited by Librería de Garnier Hermanos, 1890; and the edition from W. E. Retana, Madrid, 1909, p.351.
- 9 "Treslado do assento que se tomou em conselho da fazenda sobre a composição que se faz com Lopo Sarmiento de Carvalho, por via da transação," codex CXVII/2-5 fl. 99, of the Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Évora. Published in the *Diário do 3º Conde de Linhares*, pp.87-91, and in Boxer 1988: 253-256. Note that both Marco d'Avalos and António Bocarro, in their descriptions of Macau, give an inaccurate account of the Macao-Manila voyage during these periods. The former states (p.85) that the vessels leave Macao in April and generally return in October, while the latter says that it is possible to sail "during the whole year to Manila" (p.47), which, as we have observed, was not recommended. This contradiction is probably based on stories told in Goa (where Bocarro was located) about the clandestine trade, which perhaps did not strictly obey the normal calendar.
- 10 Rui Lourido, *The Silk Roads...*, p.213.
- 11 "Regimento que se deu a Romão de Lemos que vay por administrador das viagens de Japão e das mais anexas a ellas que se fazem por conta da fazenda de sua magestade (24 de Abril de 1637)" in the Historical Archive of Goa, «Livro do regimento e instruções», III, fls. 38 verso 51; and published in Boxer 1988:286-306.
- 12 Chang, T'ien-Tse, *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*, Leiden, 1934.
- 13 Chang, Stephen Tseng-Hsin, *Commodities Imported into the Zhang-Zhou region of Fujian, China during the late Ming period - A Comparative and Analytical Study*, Universitat Heidelberg, 1989 (Paper presented at a Symposium - 31-8 / 3-9, 1989), p.3.
- 14 In Portuguese, this reads, "se possuirmos livre só o comércio da China bastava sem nenhum outro porque pera todo este Oriente serve o que nelle ha e pera todo o mundo." From Bocarro's perspective, this statement was justified by the fact that "de tudo o que a natureza produziu em muitos Reinos ha neste só muita cópia que parece que só nelle se dá, e nunca houve tanto cabedal de mercadores que lhes faltace em Quantão senão duma sorte, doutras muitas de fazendas e todas que servem." Quotations from the historian António Bocarro, in "Descrição da cidade do nome de D.s da China," which is found in a volumous work of 300 pages that includes the plans of 48 forts in Portuguese possessions in Asia. The full title is as follows: *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições da altura em que estão, e de tudo que há nellas, Artilharia, Presídio, gente de Armas, e Vassallos, rendimento, e despeza, fundos e baxos das Barras, Reis da Terra dentro, o poder que tem, e a paz, e a guerra, que guardão, e tudo que está debaxo da Coroa de Espanha. Dedicado à Sereníssima Magestade del Rey Filipe o IV das Espanhas, e III de Portugal Rey, e Senhor nosso*, Goa, 1634. The description of Macau used here was published in Boxer 1942:37.
- 15 The original quotation reads: "Sendo que se lhes tivessem liberdade pera entrar e mercenciar pello Reino poderão conservarse, e crescer sem mais viagens para Jappão, nem pera Manila, por resão de ser tal a monarchia da China que não necessita de comercios estranhos pera sustento dos Vassallos, e os de Machao estão lá tidos por vassallos..." BA. 54-XI-219, J.P. de Azevedo, *Advertencias...*, f. 20v.
- 16 "Relação do principio que teve a Cidade de Macau e como se sustenta ate o presente," BPAD: Évora, cód. CV/2-7, fol. 65, published by Fr. Manuel Teixeira, Macau e a sua Diocese, IX, O Culto de Maria em Macau, Macau, 1969, p.423.
- 17 This argument was also expressed by the contemporaneous Spanish feitor in the Philippines, Antonio Morga: "Por haberse engrosado tanto este trato, que hacia daño y perjuicio à las mercadorias de España, que se cargaban al Perú y à la Nueva España, y à los derechos reales, que por razon dellas se cobran, y haberse acodiciado les hombres de negocios de Méjico y el Perú, à tratar y contratar en las Filipinas, por mano de sus encomenderas y factores; de suerte, que cesaba en la mayor parte el trato de España," in Antonio Morga, *Sucesos de las Islas...*, p.350.
- 18 In April 1629, a secret order from King Filipe IV authorizing the Macao-Manila trade, was personally delivered by the Viceroy Miguel de Noronha on his voyage to Índia. See ANTT, "Livros das Monções ou documentos remetidos da Índia," Liv. XXXVIII, fl. 351; *Diário do 3º Conde de Linhares*, I, p.51-52. See also Boxer 1988: 250.
- 19 The term "casado" refers to a Portuguese man who is married and has established himself in a city under Portuguese control. Status as a casado conferred certain privileges as well as some duties to the Portuguese administration. It corresponds to a social status of privilege and honor.

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

- 20 "Arezoado, em que se apontão alguas rezois por onde não convêm ao bem desta cidade erem os Portugueses a Cantão à feira" (1622), in Luís Gonzaga Gomes, "Documentos Setecentistas Portugueses no Arquivo Colonial da Holanda," in *Boletim do Instituto Luís de Camões* (1975), pp.40-60, p.57.
- 21 Chang Pin-Tsun, "Chinese Maritime Trade: the Case of Sixteenth Century Fuchien (Fukien). A thesis presented to Princeton University in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in East Asian Studies," Princeton, New Jersey, 1983, p.165. See also K. C. Fok, "The Macau Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-sixteenth Century to the Opium War Period," a thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy to Hawaii University, 1978, pp.33-64, and an abridged version in Portuguese, "O debate Ming acerca da acomodação dos Portugueses e o aparecimento da 'Fórmula de Macau,' a colónia portuguesa e as primeiras reacções Chinesas," in *Revista de Cultura*, n.16, Instituto Cultural de Macau, Macao, 1991, pp.13-30. Finally, see Luís G. Gomes, *Ou-Mun Kei Leok, Monografia de Macau*, Macau, Quinzena de Macau edition (Lisbon, 1979), p.103.
- 22 Huang Hongjian, *História de Macau*, (Nanjing, 1986). I thank Lu Yanbin and Wang Suoying for their translation (from the Chinese) of Chapter Six, "External Trade in the Ming Dynasty" (typewritten). Luís G. Gomes, in *Ou-Mun Kei Leok*, published different reports on foreign trade, such as "Memorial de Uóng-Hei-Mân acerca do facto de se dever prestar grande importância às fronteiras ser o mesmo que fazer ressuscitar o povo," pp.100-104, and "Memorial de P'óng-Sèong-P'áng acerca da forma como deve ser dividida Macau e como se deverá proceder para manter a tranquilidade em todas as reintrâncias do litoral," pp.104-109.
- 23 For an analysis of Chinese customs, see Yue Hai Guan Zhi (Reports of the Guangdong Customs-House); *Guangdong Fu Yi Quan Shu* (Complete Report on Taxes and Corvees of Guangdong Province). See also Zhu Huai, ed., *Xinxiu Xiangshan Xianzhi*, (1927), juan 6, p.27a.
- 24 "From the time that Kuóng-Iâm was the mayor of Hèong-Sán" to the period in which "the mayor was U-Lâm," in Luís G. Gomes, op. cit., p.227.
- 25 "...pretendem que S.M. lhes conceda nas fazendas que nella entrarem, pera com esse dinheiro cercarem a cidade e sobre se por nella hum capitão assistente que entenda nesta obra e tenha a seu cargo a guarda da dita cidade..." in BA., Cod. 51-VIII-18, n. f199, December 17, 1606.
- 26 BA., Cod. 51-VIII-6, nº 620, royal letter to the bishop D. Pedro de Castilho "sobre o direito por sento que pedem os moradores de Macau..."
- 27 Luís G. Gomes, op. cit., p.227.
- 28 "Treslado dos Apontamentos de Lopo Sarmiento de Carvalho" (1-3 Maio de 1623), and "Treslado da Resposta dos Procuradores da Cidade de Macau," in Boxer 1988: 241-244.
- 29 Manuel Pereira, João Simões de Carvalho and Lourenço de Carvalho were the representatives of Macau in Goa. On May 3, 1623, they signed the document called "Transcript of the reply of the representatives of the City of Macau" ("Treslado da resposta dos procuradores da cidade de Macau"). See Boxer 1988: 243-244.
- 30 "Treslado da Resposta dos Procuradores da Cidade de Macau," in Boxer 1988: 243-4.
- 31 Almojarifazgo was the term used in the Spanish Empire for a series of taxes levied on maritime commerce. A comparison of the almojarifazgo levied on the Chinese trade before and after the tax was increased from 3% to 6% in 1610 reveals (after a short initial period that saw an overall increase in tax revenues) a balance, or even, during some years, a reduction in the average amount of income taxed per ship, in part due to the systematic under-valuation of goods in the Manila customs. In 1607 and 1608, the 78 Chinese boats paid 70,093.5 pesos, at a rate of 3%; in 1609-1610 the new tax rate of 6% was applied to the 82 Chinese ships, thus increasing this revenue to 128,338 pesos. The payment per ship increased from 900 pesos to about 1,500 pesos between 1607-1608 and 1609-1610. In 1611, a total of 31,683 pesos was collected from 23 ships, which means a tax of about 1,400 pesos per ship. In 1612, when the payment totalled 97,180 pesos for 46 ships, the payment per ship was about 2,100 pesos; and in 1620 the level of 1,200 pesos was maintained. On the other hand, in 1627 the payment per ship decreased to about 830 pesos, for a total of about 17,450 pesos paid to Customs. See Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, *Introduction méthodologique et indices d'activité*, pp.34-35.
- 32 Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*, pp.200-206; and Benjamin Videira Pires, S.J., *Viagem do Comércio Macau-Manila...* p.24.
- 33 The derivation of the name "pancada" is not clear. José Caetano Soares gives us two possibilities: the name may have originated either from "The custom of auctioneers to close the bidding by knocking on the table, in the markets, or from the regional term used in the north of Portugal, viagar de pancada, which means to follow in a group" (in *Macau e a Assistência*, pp.120). See Boxer 1988: 66.
- 34 Directive of "Conde Vice Rey da India," Dom Francisco Mascarenhas, 1584, in codex 49 IV-57, fls. 170 verso and following; «Jesuítas na Ásia» of BA. Published for the first time (according to C. R. Boxer) by Y. Okamoto in *Nichi-po Kotsu*, II, Tokyo, 1943, and also published in Boxer 1988: 197-200.
- 35 Taxes levied on maritime commerce, roughly calculated according to the value of the merchandise - ad valorem. From an examination of the documents (mainly, the *Extracto historial del expediente que pende en el Consejo de Indias a instancia de la ciudad de Manila...*, Madrid, 1736, fs.,324, gr. in 4º), it is possible to state that there was a direct correlation between the degree of mercantile development (of the maritime trade) and the total tax revenue (of the almojarifazgo) of Manila. See Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques XVIe - XVIIIe Siècles, Introduction méthodologique et indices d'activité*, Paris, 1960. For a detailed list of the manuscript documentation used here, found in many archives of several countries—such as the list of the "legajos of Fundos da Contaduria of Arquivo das Indias de Seville" (for the period from 1577 to 1645)—see Rui Lourido, *A rota marítima da seda e da prata: Macau-Manila desde as origens a 1640*, Thesis presented to the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of the Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- 36 I also used these tables in "The Impact of the Macau - Manila Silk Trade from the Beginnings to 1640", in *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*, UNESCO and Berghahn Books, New York and Oxford, 2000.
- 37 See Rui Lourido, *The Silk Roads...*, 2000.
- 38 *Guang Dong Hai Fang Hui Lan* (Collection on the Maritime Defence of Guangdong), juan 37, compiled by Lu-Kun. Translated by Dr. Lu Yan Bin. António Morga, in his work *Sucesos de las Islas Filipinas*, wrote: "Los derechos del tres por ciento de las mercaderías que traen de la China los navíos sangleyes, valen un año con otro, cuarenta mil pesos" (p.360). In this work he refers to a "relação escrita pelo Almirante D. Jerónimo de Bänueles y Camillo" in which he informed the king that "one and a half million in gold enters China each year." (p.350).
- 39 Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*, Paris, 1960, pp.199-219.
- 40 Pedro de Baeza, "Esta relación y discurso, me mando V. Excelência que hiziesse... para que en el satisfizesse las dudas que me pusieron

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

- cerca de la grande costa que la armada avia de hazer." Madrid, 1608, fls. 11v. 13. In Boxer 1988: 74.
- 41 "Carta de desembargador Sebastião Soares Paes para a Princesa Margarida, Duquesa de Mantua," Goa, 19 of January, 1637, in the ANTT, Lisboa, "Livros das Monções," XXXVIII, fls 468 and following. Also published in Boxer 1988: 278-286. This letter was a response to that of the Dutchess of Mantua (Regente do Reino de Portugal), dated March 7, 1636.
- 42 Rial-of-eight (*peso de "ocho reales"; "peso de plata"; "el duro"*). The commonest and most popular European coin in the Far East after the establishment of the Spaniards in the Philippines (C.R. Boxer). At Goa in 1584 it was officially valued at one cruzado (400 reis), or 6.66 tangas. In Peter Mundy's day, it oscillated around 10 tangas. The gold peso coin (or "peso de oro") was also in circulation and was worth 16 Spanish reals. For more detailed information about gold currency, see Boxer 1988: 336-337.
- 43 "Fundo Geral de Manuscritos" of BPAD. de Évora, códice CXVI/12-5, fl. 270, "Mandado do capitão Geral D. Francisco de Mascarenhas, acerca do comércio com Manilla e Japão."
- 44 See Wu Zhiliang, "Segredos da Sobrevivência," *História Política de Macau*, Macau, 1999.
- 45 See the January 1591 letter from Filipe I to Viceroy Martins de Albuquerque (HAG., "Livro das Monções," n. 3 fl. 430 (2ª via) and fl. 438 (4ª via), also published in the Arquivo Português Oriental, fasc. 3º, parte 1ª, doc. 78, pp.286-299, and in the *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, nº 2 pp.309-312, reference: 13, 20-23/14-4. See also another royal letter, dated four years later (28/2/1595), in which the Viceroy is instructed to prevent, as far as possible, the "chincheos" from going to the islands of Solor to obtain sandalwood, not only because of the damage suffered by the royal treasury, but also because of the disruptions they caused. In *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, nº 2, pp.332-333, reference 44, 70-71/15-3, or in "Livro das Monções" n. 3-B, pp.589-590.
- 46 BA., Cod. 51-VIII-18, nº 243, fs.112-113v.
- 47 AGI, *Filipinas*, cd. 1204.
- 48 See, for example, the *correspondência* bonds of Tristão Tavares (1637) and Pero Fernandes de Carvalho (1638), published in Boxer 1988: 284-287. Among the various documents that confirm the existence of smuggling, the letter from Sebastião Soares Paes to Princess Margarida, Duchess of Mantua, dated January 19, 1637 (in the ANTT, Lisbon, "Livros das Monções," XXXVIII, fls. 468 and following) deserves mention. This is the reply to a letter from Princess Margarida dated March 7, 1636. Boxer published a summary of this letter, in English, in the article "Portuguese Commercial Voyages to Japan 300 Years Ago," in TJS, XXXI (1933-34) pp.65-75; this same author also published the complete text of the letter in Portuguese in Boxer 1988: 278-286. See the *Mandado do Capitão Geral D. Francisco de Mascarenhas* on the Macau-Manila-Japan trade. The original is in the BPAD. de Évora, códice CXVI/12-5, f. 270.
- 49 "Termo de fretamento que se fez para o Macassar, Cambodja, Cochinchina, Tonquim e mais partes conforme o consentimento dos senhorios das embarcações de 12 de Novembro de 1640," in *Arquivos de Macau*, (AM), vol. 3, n. 2, August 1930, pp.61-63.
- 50 Claude Guillot, "Les Portugais et Banten (1511-1682)," in *Revista de Cultura, Os mares da Ásia, 1500-1800, Sociedades Locais, Portugueses e Expansão Europeia*, Macau, 1991, n. 13-14, pp.80-95. See also Chaunu, op. cit., 160-161. Between 1641 and 1646, eight ships sailed from Macassar to Manila.
- 51 Claude Guillot, "Les Portugais et Banten (1511-1682)," idem, p.93.
- 52 "The man who spurred that inspiration was an enterprising Portuguese merchant in Surat, Joseph de Brito, who pointed out to Francis Breton the considerable benefits that would be gained from trade in Manilla," in Serafin Quiazon, *English "Country Trade" with the Philippines, 1644-1765*, Quezon City, University of the Philippines Press, 1966, p.5. For more information on José de Brito, see W. Foster, *The English Factories in India, 1642-1645*, Oxford, 1927, p.219.

BIBLIOGRAPHY

1. PRIMARY SOURCES

1.1. MANUSCRIPTS

Arquivos Nacionais - Torre do Tombo :

*Colecção São Vicente, caixa 15.

* Convento da Graça, Lisbon, Caixa 16 D,

*Documentos Remetidos da Índia, also called *Livros das Monções* nº 1-61.

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora: Fundo Geral de Manuscritos, códice CXVI/12-5, CV/12-7 e CV/12-5.

Biblioteca da Ajuda: Codex 51-VII-27 fls. 196-210, Codexes 54-XI-21, and some Codexes of the "Colecção Jesuitas na Ásia," mainly - 49-IV-51, 49-IV-52, 49-IV-55, 49-IV-58, 49-IV-66, 49-IV-65, 49-IV-66, 49-V-56, 49-V-1 a 49-V-12.

Biblioteca da Casa de Cadaval e Muge: Códice K.VII.20, fls. 40 to 45v. and 50 to 52v.

1. 2. PRINTED MATTER

Bocarro, António. 1876. *Década XIII da História da Índia*, 2 vols. Lisbon.

*"Descrição da Cidade do nome de D.S da China", in his book: *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições da altura em que estão, e de tudo que há nellas, Artilharia, Presídio, gente de Armas, e Vassalos, rendimento, e despeza, fundos e baxos das Barras, Reys da*

Terra dentro, o poder que tem, e a paz, e a guerra, que guardão, e tudo que está debaxo da Coroa de Espanha. Dedicado à Serenissima Magestade del Rey Filipe o IV das Espanhas, e III de Portugal Rey, e Senhor nosso. In the Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. This was published by C.R. Boxer in *Macau na Época da Restauração (Macau three hundred years ago)*, p.37.

Cardim, António Francisco, S. J. 1643. *Relação da gloriosa morte de quatro Embaixadores Portugueses, da cidade de Macau, com sincoenta, e sete Cristãos de sua companhia, degolados todos pella fee de Christo em Nagasaki, cidade de Iappão, a tres de Agosto de 1640.* Lisbon.

Cortesão, Armando. 1978. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues.* Edição Acta Universitatis Conimbrigensis.

Couto, Diogo. 1612. *Década Quinta da Ásia.* Lisbon.

Couto, Diogo. 1612. *Sexta Década da Ásia.* Lisbon.

Couto, Diogo. 1616. *Década Sétima da Ásia.* Lisbon.

Couto, Diogo. 1673. *Década Outava da Ásia.* Lisbon.

Couto, Diogo. 1645. *Década Doze* (five books). Paris.

Couto, Diogo. 1778-1788. *Da Ásia* (17 vols., complete edition of his *Décadas*). Lisbon.

Coutre, Jacques de. 1991. *Andanzas Asiáticas.* Madrid: Eddy Stols, B.Teensma e J.Werberckmoes (eds.).

Guerreiro, S. J., P. Fernão. *Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóino, Malaca, Pegu, Bengala,*

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

Bisnagá, Madure, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Dio, Etiópia a alta ou Preste-João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil. Nos anos de 1600 a 1609 e do processo de conversão e cristandade daquelas partes: Tirada das Cartas que os Missionários de lá escreveram. 1º and 2º vols. published in Coimbra, 1930, 1931; and the 3rd vol. in Lisbon, Imprensa Nacional, 1942. Edition of Artur Viegas, Imprensa da Universidade, II (1931), p.7 and p.91.

Linschotten, J. Hugo Van. 1598. *Discours of voyages*. London. Book I, ch 25., *The Voyage of John Huygen Van Linschotten to the East India*, London, Hakluyt Society, 2 vols. 1884-5, (reimp., Madras, 1988).

Maria, Frei José de Jesus. 1941 (I). *Azia Sinica e Japonica*. Edited and annotated by C. R. Boxer. Macao.

Mundy, Peter. 1919. *The travels of Peter Mundy in Europe and Asia*, vol. III, pt. I; *Travels in England, Western India, Achin, Macao and Canton River, 1634-1637*, 2ª Serial, vol. XLV. London: R. C. Temple and L. Anstey; Hakluyt Society.

Pyrard de Laval, Francisco. 1944. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, transl. and notes by Cunha Rivara, 2 vols. Porto: Livraria Civilização.

Sassetti, Filippo. 1970. *Lettere da vari paesi, 1570-1588*, Introduction and Notes by Vanni Bramanti. Milan: Longanesi.

Solis, Duarte Gomes de. 1622 [1943]. *Discursos sobre los comercios de las dos Indias donde se tratam materiais importantes de Estado y Guerra*. Madrid. [Lisbon: Moses Amzalak.]

Solis, Duarte Gomes de. 1628. *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental, y comercios Ultramarinos que de nuevo se instituyo en el Reino de Portugal*. [Reissued by Moses Amzalak, Lisbon, 1955. Mémoires inédits de Duarte Gomes de Solis (décembre 1621), ed. by Léon Bourdon, Lisbon, 1955.]

1.3. COLLECTIONS OF PORTUGUESE DOCUMENTS

Andrade e Silva (José Justiniano de). 1854. *Colecção Chronologica de Legislação Portuguesa, compilada e anotada por...*, 16 vols. This book covers the period 1603-1856.

Arquivo Histórico Português, 11 vols. 1903-1917. Lisbon. [Plus another volume edited in 1923-1925 under the direction of Anselmo Braamcamp Freire and D. José da Silva Pessanha.]

Arquivo Português-Oriental, 8 vols. 1857-1876. Nova Goa: J. H. Cunha Rivara.

Arquivos de Macau, 4 vols. 1929-1941. Macao.

Assentos do Conselho do Estado (da Índia). 1953-1954. Direction and notes by Panduronga S. S. Pissurlencar, 1618-1643, 2 vol. Bastorá (Goa).

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. 1954ss. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Iapão e China aos da mesma Companhia da Índia, e Europa, desde anno de 1549 até o de 1580. 1598. Evora. [The date of 1580 in the title must be understood as 1589, because the first part covers the years 1549-1580, and the second part the years 1581-1589.]

Documenta Indica, vols. XIII-XVI. 1979. Ed. Joseph Wicki S. J. and John Gomes S. J. Rome.

Documentos Remettidos da Índia ou Livros das Monções, 5 vols. 1880-1935. Lisbon. [Covers the period 1605-1619.]

Gavetas da Torre do Tombo (As). 11 vols. 1965-1975. A. da Silva Rego (ed.). Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Nunes, António, "Livro dos Pesos da Yndia, e assy Medidas e Moedas". [1554] 1868. Rodrigo José de Lima Felner (ed.), *Subsidios para a Historia da Índia Portuguesa*, Colecção de Monumentos Ineditos para a Historia das Conquistas dos

Portuguezes em Africa, Asia e America, t.V. Lisbon, pp.1-64.

1.4. SPANISH SOURCES

Baeza, Pedro de. 1608. *Esta Relacion y discurso me mando V. Excelência que hiziesse... para que en el satisfizesse las dudas que me puseron cerca de la grande costa que la armada avia de lazer*. Madrid.

Blair, E. H., & Robertson, J. A. (editors and translators). 1903-1905. *The Philippine Islands, 1493-1898*, 55 vols. Cleveland Ohio. [Vols. 1 - 35 cover the period to 1650.]

Colín, Francisco. 1900-1904. *Labor Evangélica de los obreros de la Compañia de Jesús en las Islas Filipinas, por el P. Francisco Colín de la misma Compañia*. Edition of Pablo Pastells S. J., 3 vols. Barcelona. [The title of the first edition (Madrid, Joseph Fernandez de Buendia – MDCLXVI) is: *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las Islas Filipinas...Parte primeira sacada de los manuscritos del Padre Pedro Chirino, el primeiro de la compañía que passo de los reynos de España a estas Islas.*]

Ferrando, Fr. Juan. 1870-72. *Historia de los PP. Dominicos en las Islas Filipinas y en sus misiones del Japón, China, Fung-King y Formosa, que comprende los sucesos principales de la historia general de este archipiélago, desde el descubrimiento y conquista de estas islas por las flotas españolas hasta el año de 1840*, 6 vols. Original and unedited work corrected by P. Fr. Joaquín Fonseca, and appendix, printed by order of the M. R. P. Pro. Fr. Pedro Pago. Madrid: Impr. de M. Rivadeneyra.

Legajos de los Fondos de la Contaduría del Archivo de las Indias de Seville: Caixa das Filipinas: 1195,1200,1202, 1204 ao 1212, 1214 ao 1224, 1225-A e 1225-B.

Morga, António de. 1609. *Sucesos de las Islas Filipinas*. Mexico. [Annotated by José Rizal, Paris: Librería de Garnier Hermanos, 1890; Madrid: W. E. Retana, 1909.]

Pastells, S. J. Pablo (editor). 1925-1936. *Historia General de Filipinas. Catálogo de los documentos, relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla* by D. Pedro Torres y Canzas, 8 vols. Barcelona.

Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias, lib. VIII, t. LXV.

Remesal, Fray António. 1619. "La carta que el Domingo P. Fr. Juan Cobo, dirigido a sus hermanos de religión de la provincia de Guatemala y España", in *Historia de la provincia de Sanvicente de Chyaga y Guatimala, de la ordem de nuestro glorioso Padre Santo Domingo*. Madrid, livro XI.

Salazar, Fr. Domingo de, (O.P.). 1897. *Carta - relación de las cosas de la China del Parian de manila, enviada al Rey Felipe II*. Written in Manila, 24 - 6 - 1590. Published for the first time by W. E. Retana. Madrid: Archivo del Bibliófilo Filipino.

San Antonio, Fr. Juan Francisco de. 1738, 1741, 1744. *Crónicas de la apostólica provincia de S. Gregorio de religiosos descalzos de N.S.P.S. Francisco en las Indias Philippinas, China Japón* (3 vols.). Sampaloc: Imprenta del uso de la misma Provincia, sita en el Convento de Ntra. Sra. de Loreto.

Sanz, Carlos de. 1958. *Primitivas relaciones de España com Asia y Oceanía*. Madrid: Librería General.

1. 5. CHINESE SOURCES

Guang Dong Hai Fang Hui Lan, juan 37, compiled by Lu-Kun. Translated by Dr. Lu Yan Bin.

Pan Ku, *History of the former Han dynasty*. 1938. Translated by H. Dubs. London: Kegan, Paul, Trubner.

Yin Guang Ren, and Zhang Ru Lin. 1751. *Ao Men Ji Lue* (*Gazetteer of Macao*), first Chinese edition. Translated by Luís Gonzaga Gomes under the title: *Ou-Mun Kei-Lok: Monografia de Macao*, written

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

- by Tcheong-U-Lâm and by Ian-Koung-Iâm, Lisbon, 1979 (reedition). The different spellings of the authors' Chinese names is due to the use of different systems of romanization. I have used the official Chinese system (*banyu pinyin*).
- Si-Yu-Ki, *Buddist records of the Western World, transl. from the Chinese of Hiuen Tsang (A.D. 629)*, Compiled by S. Beal, London, Kegan Paul, Trench, Trubner. Reissued, San Francisco, Chinese materials center, 1976.
- 1.6. OTHER SOURCES
- Bergeron, Pierre. 1634. *Relation des Voyages en Tartarie de Fr. Guillaume de Rubruquis, Fr. Jean du Pan Carpin... tout recoueuilli par Pierre Bergeron, Parisien*. Paris: Michel Soly.
- Batoutah, Ibn. 1990 [1914]. *Voyages*. 3 volumes. Translated by Defremery. Paris: La Découverte.
- Kappler, C. and Kappler. 1985. R., *Guillaume de Rubrouck, Voyage dans l'Empire mongol (1253-1255)*, Paris: Payot.
- Pline L'Ancien, *Histoire naturelle*. 1848-1850. French translation by E. Littré. Paris. [Le Livre VI, 2e partie (L'Asie centrale et orientale, l'Inde)]. 1980. Translated and annotated by J. André e J. Fillozat. Paris: Les Belles Lettres.]
- Periplus of the Erythrean Sea (The), Travel and trade in the Indian Ocean...* 1912. Schoff, W. H. (translator). London: Longman, Green and Co. [Also in G. Coedès, *Textes d'auteurs grecs et latins relatifs à l'Extreme-Orient depuis le IV siècle avant J.-C. jusqu'au XIVe siècle*, Paris, E. Leroux, 1910, which includes the original Greek text.]
- Sassetti, Filippo, *Lettere da vari paesi, 1570-1588*. 1970. Introduction and notes by Vanni Bramanti. Milan: Longanesi, 1970.
- Sulaymân, *Akbâr al-Shîn wal Hind* (Description of China and India). 1922. French translation: Gabriel Ferrand, *Relation de la Chine et de l'Inde*. Éditions Bossard, coll. "Classiques de l'Orient". Critical edition by M. Sauvaget, *Les Belles Lettres*, "Collection arabe". 1948. Recently analysed by Etiemble, *L'Europe Chinoise*, Gallimard, coll. "Bibliothèque des Idées", T. I, pp. 72-96, 1988.
2. SECONDARY SOURCES
- AAVV. 1998. *From the Mediterranean to the China Sea: miscellaneous notes*, (vol. 7 of *South China and Maritime Asia* series, edit. by Roderich Ptak). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- AAVV. 1995. "Languages and Cultures of the Silk Roads," Symposium entitled "An integral studies project of the silk roads: roads of dialogue of UNESCO. Proceedings published in «Diogenes (International Council for Philosophy and Humanistic Studies)», n. 171.
- AAVV. 1999. *Merchants, Companies and Trade, Europe and Asia in the Early Modern era* (in the collection *Studies in Modern Capitalism*), Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge (United Kingdom).
- AAVV. *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*. 2000. Coordinated by Vadime Elisseeff. New York – Oxford: UNESCO – Berghahn Books.
- AAVV. *The Silk Road on Land and Sea*. 1989. Beijing: edited by Sun Yitu, China Pictorial Publications.
- AAVV. Proceedings of the Kunming Conference (2001-10-28 / 2001-11-2): Comparative Studies on the Silk Roads.
- Albuquerque, Luís de, n.d. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 3rd Edition revised, S.L. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Albuquerque, Luís de. 1994. "Carreira da Índia" in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, 204-208. Lisbon.
- Anquetil, J. 1992. *Les Routes de la Soie*, Paris, C. Lattès.
- Attman, A. 1981. *The Bullion Flow between Europe and the East, 1000-1750*. Goteborg: Kungl.
- Boxer, C. R. 1965. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. London: Hutchison.
- Boxer, C. R. 1988 [1959]. *The Great Ship From Amacon*. Lisbon: Instituto Cultural de Macau.
- Boxer, C. R. 1961. "The carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)", in *O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, p. 33.
- Boxer, C. R. 1951. *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Berkeley and London: University of California Press.
- Boxer, C. R. 1942. *Macau na época da Restauração (Macau three hundred years ago)*. Macao: Imprensa Nacional.
- Braga, J. M. 1939. *O Primeiro Acordo Luso-Chinês de 1554*. Macao.
- Braga, J. M. 1949. *The Western pioneers and their discovery of Macao*. Macao: Imprensa Nacional.
- Boulnois, L. 1999. *A Rota da Seda*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Chang, T'ien-Tse. 1934. *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644: A synthesis of Portuguese and Chinese sources*. Leiden: E.J. Brill.
- Chaudhuri, K. N. 1968. *The Trading World of Asia and the English East Indian Company, 1660-1760*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chaudhuri, K. N. 1985. *Trade and Civilisation in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chaudhuri, K. N. 1990. *Asia Before Europe: Economy and Civilization of the Indian Ocean from the Rise of the Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chang Pin-Tsun. 1983. "Chinese Maritime Trade: the Case of Sixteenth Century Fuchien (Fukien)." Ph.D. thesis, Princeton University, New Jersey.
- Chen, Liang. 1983. *Sseu lou che houa*. Lantcheou.
- Chuan Hansheng. 1977. "The Chinese Silk Trade with Spanish America from the late Ming to the Mid-Qing Period", in *Chine Ancienne, Actes du XXIXe Congrès International des Orientalistes, Juillet 1973*. Section organisée par Michel Soymié. Paris: L'Asiathèque.
- Deng, Kaisong, and Huang Qichen. 1988. "The Development of Macao's foreign trade in the Ming Dynasty." *Revista de Cultura*, vol. 6 (July-September 1988).
- Deng, Kaisong, and Huang Qichen. 1991. *Colecção das Fontes Históricas sobre o Porto de Macau*. Guangdong: Guangdong People's Press.
- Disney, A. R. 1978. *Twilight of the Pepper Empire: Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Drege, J. P., and E. M. Buhner. 1989. *La route de la Soie*. Paris: Gallimard.
- Ebrey, P. 1996. *The Cambridge Illustrated History of China*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press.
- Etiemble. 1988. *L'Europe Chinoise* (2 vols). Mayenne (France): Éditions Gallimard. [see especially his "À la recherche de Cathay," Part I, and "Réactions de l'Europe aux nouvelles de Chine," Vol. I, Part II].
- Fonseca, Quirino da. 1938. *Diários da Navegação da Carreira da Índia*, Lisbon: Academia das Ciências.
- Fok, K. C. 1978. "The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-sixteenth Century to the Opium War Period." PhD thesis, University of Hawaii.
- Godinho, V. M. 1982-85 [1963-65]. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Second edition, with corrections. Lisbon: Editorial Presença.
- Godinho, V. M. 1981. "A rota do Cabo" in *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas.
- Gupta, A. Das, and M. N. Pearson, eds. 1987. *India and the Indian Ocean, 1500-1800*. Calcutta. Oxford University Press.

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

- Huang, Hongjian. 1986. *História de Macao*. Nanjing.
- Huang, Qicheng. 1995. *História de Macau, desde a Antiguidade até 1840*. Macao: Sociedade de História de Macau.
- Hopkirk, P. 1980. *Foreign devils on the Silk Road*. London: J. Murray.
- Hopkirk, P. 1981. *Boudhas et rôdeurs sur la route de la soie*. Paris: Arthaud.
- Jin, Guo Ping. 1999. "Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau." *Revista Militar*, Special Edition n. 2364, pp. 199-228.
- Jin, Guo Ping and Wu Zhiliang. 2001. "Puren Ruju Aomen Kaibu Lishi Yuanyuan Xintan (New Directions in the search for the historical origins of the establishment of the Portuguese in Macao)." Paper presented at the Kunming Conference, September 2001.
- Leur, J. C. van. 1955. *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*. Translated from Dutch by James S. Holmes and A. van Marle. The Hague: W. Van Hoeve.
- Lourido, Rui D'Ávila. 1994. "A Portuguese Seventeenth Century Map of the South China Coast." *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol.1, pp. 240-271.
- Lourido, Rui D'Ávila. 1996. *A rota marítima da seda e da prata: Macau-Manila desde as origens a 1640*. Thesis, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of the Universidade Nova de Lisboa, Lisbon.
- Lourido, Rui D'Ávila. 2000. "The Impact of the Macau-Manila Silk Trade from the Beginnings to 1640, in V. Elisseeff, ed., *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*. New York: Berghahn Books, and Oxford: UNESCO.
- Manguin, Pierre-Yves. 1999 [1983]. *Os Nguyen, Macau e Portugal, Aspectos políticos e comerciais de uma relação privilegiada no Mar da China, 1773-1802*. Macao: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Mazaheri, A. 1983. *La Route de la Soie*. Paris: Papyrus.
- Meilink-Roelofs, M. A. P. 1962. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Hague: Nijhoff.
- Meilink-Roelofs, M. A. P. 1964. "European Influence in Southeast Asia 1500-1630: A Reply." *Journal of Southeast Asian History* vol. II (Sept. 1964), pp.184-197.
- Meilink-Roelofs, M. A. P. 1980. "The Structures of Trade in Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries: A Critical Appraisal." *Mare Luso-Indicum* vol. IV, pp.1-43.
- Moloughney, Brian and Xia Weizhong. 1989. "Silver and the Fall of the Ming: a Reassessment," in *Papers on Far Eastern History*, pp. 51-78. Canberra: The Australian National University.
- Montalto de Jesus, C. A. 1926. *Macau Histórico*. 2nd edition. Macao.
- Morse, H. B. 1975 [1926-29]. *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*. [Taiwan re-issue].
- Morse, H. B. 1912 [1908]. *The Trade and Administration of the Chinese Empire*. Second edition. Shanghai: Kelly & Walsh.
- Myrdal, J. 1980. *La Route de la Soie: Voyages dans les provinces chinoises du Nord-Ouest, Sinkiang et Kansou (Sidenwagen en resa Fran hoga Pamir och Ili genom sinkiang och Kansu, 1977)*. Paris: Gallimard.
- Needham, J. 1954-2000. *Science and Civilization in China*. Cambridge (UK): Cambridge University Press. [On textile technology, see 1988 edition, vol. 5, book 9].
- Needham, J. 1970. *Clerks and Craftsmen in China and the West*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Needham, J. 1969. *Within the Four Seas: The Dialogue of East and West*, London, Allen and Unwin.
- Pelliot, Paul. 1949. "Un ouvrage sur les premiers temps de Macao." *T'oung Pao* vol. XXXIX, pp.81-292.
- Pelliot, Paul. 1984. *Recherches sur les Chrétiens d'Asie Centrale et de l'Extrême Orient*. Paris: Fondation Singer-Polignac.
- Peri, Noel. 1923. *Essai sur les relations du Japon et de l'Indochina aux XVI^e et XVII^e siècles*. Hanoi.
- Pires, Benjamin Videira. 1987 [1971]. *A viagem do comércio Macau-Manila nos séc. XVI a XIX*. 2nd edition. Macao: Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- Ptak, Roderich. 1991. "China and Portugal at Sea: The Early Ming System and the *Estado da Índia* compared." *Revista de Cultura* n. 13-14 (Jan-June 1991), pp. 21-38.
- Ptak, Roderich, and D. Rothermund, eds. 1991. *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*. Stuttgart: Franz Steiner.
- Peres, Damião. 1928-38. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora.
- Reinaud, M. 1966 [1863]. *Relations politiques et commerciales de l'Empire romain avec l'Asie orientale (l'Hyrcanie, l'Inde, la Bactriane et la Chine) pendant les cinq premiers siècles de l'ère chrétienne, d'après les témoignages Latins, Grecs, Arabes, Persans Indiens et Chinois*. Osnabruck: Otto Zeller.
- Scott, William Henry. 1989. *Filipinos in China Before 1500*. Manila: China Studies Program, De La Salle University.
- Smith, Adam. 1905 [1776]. *The Wealth of Nations*. London.
- Souza, George Bryan de. 1986. *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Steensgaard, Niels. 1974. *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*. Chicago: University of Chicago Press.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1986. "The Coromandel-Malacca trade in the 16th century: A study of its evolving structure." *Moyen Orient & Océan Indien*, III .
- Sykes, P. 1938. *A la recherche du Cathay*. Translation of *The quest for Cathay*, London: A&C Black, 1936.
- Thomaz, Luís Filipe. 1994. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide.
- Tracy, James D., ed. 1990. *The Rise of Merchant Empires: Long-Distance Trade in the Early Modern World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tracy, James D., ed. 1991. *The Political Economy of Merchant Empires: State Power and World Trade, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tsing, Tung-Chun (or Tseng T' Ong-Tch'Ouen). 1928. *De la production et du commerce de la soie en Chine*. Paris: Geuthner.
- Vasconcelos, Frazão de. 1960. *Subsídios para a História da Carreira da Índia no tempo dos Filipes*. Lisbon: O Mundo do Livro.
- Wills, John E., Jr. 1993. "Maritime Asia, 1500-1800: The Interactive Emergence of European Domination." *American Historical Review* 98 (1), Feb. 1993.
- Wills, John E., Jr. 1979. "Maritime China from Wang Chih to Shih Lang: Themes in Peripheral History." In J. D. Spence and J. E. Wills, Jr., eds., *From Ming to Ch'ing: Conquest, Region and Continuity in the Seventeenth Century*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Wu, Zhiliang. 1999. *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*. Macao: Associação de Educação de Adultos de Macau.

Almíscar, Calambaque e Azougue no Comércio Macau-Japão e no Comércio da Ásia Oriental (cerca de 1555-1640)

RODERICH PTAK*



INTRODUÇÃO

É facto desde há muito conhecido e frequentemente mencionado na literatura que, no século XVI e princípios do século XVII, as relações comerciais entre Macau e o Japão se baseavam essencialmente na troca de seda e prata. Macau exportava seda chinesa para o Japão e por seu lado recebia prata japonesa, que os mercadores portugueses utilizavam para, em Cantão, comprarem mais seda e outras mercadorias.¹ Na realidade, além da seda e da prata, só outras duas coisas desempenhavam um papel de relevo: o ouro e o cobre. Na literatura encontram-se muitas informações também a este respeito.² Menos conhecido, pelo contrário, é o comércio com “mercadorias raras” que, em pequenas quantidades, iam de Macau para o Japão. O objectivo deste artigo é, pois, focar as exportações de Macau para o Japão de três coisas de relativa “insignificância” e ao mesmo tempo integrá-las no contexto geral das correntes comerciais marítimas inter-asiáticas. Trata-se dos seguintes produtos: almíscar, calambaque/pau-de-águila e azougue, portanto, de produtos de origem animal, vegetal e mineral.

É óbvio, e não se deve deixar de mencionar que, no século XVI e princípios do século XVII, os portugueses de Macau não eram os únicos fornecedores de produtos chineses para o Japão e muitas vezes nem sequer constituíam o grupo mais importante de

negociantes estrangeiros. Muito pelo contrário, o Japão estava ligado, através de uma série de outros grupos de negociantes e até pelos seus próprios negociantes, ao sistema comercial internacional asiático e, muito especialmente, ao mercado chinês. Por conseguinte, em primeiro lugar, uma lista sumária daqueles contactos comerciais que ligavam o Japão com a costa chinesa e com a restante Ásia marítima:

(a) Barcos japoneses, possuidores de licenças, navegaram até 1635 para a Indochina, Sião, Filipinas e para outros lugares do Sudeste da Ásia, de onde, entre outras coisas, traziam mercadorias chinesas.

(b) A partir dos portos chineses e dos portos do Sudeste Asiático, os chineses comerciavam com o Japão, se bem que a maior parte das ligações se fizessem através da província de Fujian; durante muitos anos estes contactos com o Japão foram considerados ilegais, por parte dos chineses.

(c) Os mercadores, que viviam nas ilhas Riukiu, mantinham uma rede comercial própria que ligava entre si o Japão, a Coreia e a China com diversos pontos do Sudeste da Ásia.

(d) Contrabandistas e piratas, nas fontes chinesas designados por *Wokou* e muitas vezes, mas na maior parte dos casos falsamente igualados aos japoneses, negociavam igualmente entre o Japão, a China e outros lugares.

(e) De vez em quando, os barcos espanhóis partiam das Filipinas para o Japão e transportavam também mercadoria chinesa.

(f) Por vezes, barcos de países do Sudeste Asiático traziam especialmente do Sião mercadoria para o Japão, devendo-se observar, que muitos destes transportes eram comandados por chineses e uma parte da tripulação também era chinesa.

(g) A partir dos começos do século XVII, os holandeses começaram a circular no Japão e, entre 1609 e 1623, os ingleses também mantiveram lá, temporariamente, uma pequena feitoria; ambos

*Sinólogo; Professor da Universidade de Munique. Licenciado em Economia (Universidade Guelph, Canadá) e em Sinologia. Professor Associado de Sinologia na Universidade de Heidelberg (1983-1990). Professor de Língua e Cultura Chinesa na Universidade de Mainz. Vasta obra publicada sobre Literatura Chinesa, o comércio marítimo Ming e a expansão marítima Portuguesa.

Sinologist. Professor at the University of Munich. MA in Economy (University Guelph, Canada) and in Sinology. Associate Professor of Sinology at the University of Heidelberg (1983-1990). Professor of Chinese Language and Culture at the University of Mainz. Has published extensively about Chinese literature, the Ming maritime trade and the Portuguese maritime expansion.

N. do A. - Manuscrito preparado em 1991, com algumas alterações em 1996.

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

ofereciam principalmente mercadorias chinesas e do Sudeste Asiático.

É evidente que através desta vasta rede de relações comerciais, o Japão recebia em parte os mesmos produtos que os portugueses de Macau forneciam. Como veremos a seguir, o almíscar, o calambaque/pau-de-águila e o azougue não constituíam nenhuma excepção. Portanto, para se avaliar o significado dos fornecimentos portugueses, no contexto geral do comércio sino-japonês e do Sudeste Asiático, tem de se examinar simultaneamente as fontes europeias e asiáticas disponíveis relativas às remessas de mercadorias de outros grupos de negociantes, que circulavam paralelamente. Naturalmente é mais fácil de dizer do que fazer, pois – teoricamente – em cada fonte histórica podem estar escondidas referências respeitantes a produtos específicos e também ao curso tomado pelas mercadorias. Por vezes, a descoberta de tais referências é devida a um mero acaso, visto que só poucos índices nas obras primárias e nas secundárias citam separadamente os produtos. As descrições aqui representadas são, por conseguinte, um fragmento – baseado exclusivamente sobre fontes publicadas – que, assim espero, possa vir a ser completo no decorrer do tempo com pormenores adicionais; só assim se poderia completar finalmente o quadro.

ALMÍSCAR

Durante a época Ming e também já anteriormente, o almíscar era um perfume muito estimado. Nas fontes Ming é claramente designado como *shexiang* [麝香], porém, este termo era por vezes confundido com outras duas designações – *shexiang mu* [麝香木] e *wa'naqi* [膻脐] – que correspondiam a outras substâncias.³ *Shexiang* [麝香] é um produto animal. A este respeito lê-se:⁴

“É a secreção duma bolsa que possuem, entre o umbigo e as partes genitais, os machos dos chamados *moschos* (*Moscas moschiferos*, L.), conhecidos vulgarmente por *almiscareiros* ou *cabras almiscaradas*. Enquanto fresco, o almíscar é um líquido de consistência semelhante ao mel, vermelho escuro, de cheiro característico, extremamente forte...”

Textos portugueses mais antigos e outros textos europeus contêm uma série de descrições semelhantes, mas nem sempre correctas em todos os pormenores,

referentes à extracção e uso do almíscar.⁵ Tomé Pires também não possuía conhecimentos muito precisos:⁶

“...ho almjzqr he dalymarias como cabras esfolam as E a carne pisada com o samgue fazem Do coiro hos bisalhõs a que chamamos papos e esta he a Vrdade Do almjzqr he nom Da postemas E se os olhardos bem mujtos acharas ajmda com os osos.”

Ralph Fitch apresenta uma descrição semelhante nos seus relatos de viagem, que se referem ao período de 1583-1591:⁷

“The muske commeth out of Tartarie, and is made after this order, by report of the marchants which bring it to Pegu to sell; in Tartarie there is a litle beast like unto a yong roe, which they take in snares, and beat him to death with the blood: after that they cut out the bones, and beat the flesh with the blood very small, and fill the skin with it: and thereof commeth the muske.”

De facto, tal como Fitch menciona, extraía-se o almíscar nas zonas periféricas da China sobretudo na parte montanhosa ocidental e meridional. Mesmo das serras do Laos vinha esta substância tão procurada. Daí, da China meridional e das zonas fronteiriças do Tibete era transportada para o actual Vietname, para o Sião, Camboja e Ava (Birmânia). Uma parte substancial saía provavelmente de Ava para o importante centro comercial de Pegu (também na Birmânia) e daí entrava na rede comercial marítima. Nas fontes históricas encontram-se numerosas informações a este respeito.⁸

Igualmente importantes, senão ainda mais importantes, eram os transportes de almíscar no interior da própria China para os portos chineses de Fujian e Guangdong, de onde o almíscar era igualmente transportado, por barco, para os países da Ásia oriental e su-sueste. Já na época anterior aos portugueses, a China exportava, assim, pequenas quantidades de almíscar para Java, Ceilão ou Malaca. Nos princípios do século XVI aumentam então as notícias alusivas às exportações do almíscar chinês.⁹ O facto desta substância ser frequentemente mencionada nas antigas fontes portuguesas permite-nos, pois, concluir, que o almíscar era um dos mais importantes produtos da exportação chinesa.

Das obras de Pires e Barbosa deduz-se que o almíscar era distribuído através dos grandes empórios asiáticos por toda a Ásia. Malaca desempenhava naturalmente um papel central. Daqui e de Pegu o almíscar chegava, por exemplo, através da rede

comercial dos Gujaratis, até Cambaia e seguia para Adem e Ormuz.¹⁰ De quando em quando, chegavam carregamentos de almíscar, a bordo de barcos portugueses, também à costa de Malabar, de onde, de vez em quando, seguiam pequenas quantidades para Lisboa.¹¹

Entre os vários mercadores, que traziam almíscar para Malaca, encontram-se os das ilhas Riukiu.¹² Provavelmente eram estes comerciantes que, juntamente com os chineses, transportavam, por vezes, o almíscar do litoral chinês para o Japão, onde, tal como na China, era utilizado para fins medicinais e como ingrediente para diversas essências.¹³

Os portugueses que, possivelmente, já nos princípios de 1540, visitavam o Japão regularmente, devem ter logo participado neste negócio. Porém, as informações são inicialmente escassas. Em várias passagens da sua *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto relata, por exemplo, que os seus compatriotas teriam adquirido almíscar na China. Além disso, faz alusão a que havia muito almíscar próximo de “Xamoy”, portanto, Amoy, ou antes Xiamen [厦門], de onde partiam numerosos contactos comerciais para o Japão, e que os próprios mercadores chineses exportavam almíscar.¹⁴ Estas informações referem-se à época anterior à fundação de Macau (1555-1557). Pouco depois (1569), Gaspar da Cruz menciona que a seda e o almíscar constituíam os produtos comerciais mais importantes que os portugueses compravam na China. Mas também nesta obra falta uma referência explícita referente aos transportes portugueses desta substância para o Japão, bem como nas obras de C. Frederick (1563), Martín de Rada (1575) e outros, que se limitam a repetir que há muito almíscar na China.¹⁵

A indicação mais antiga que encontrei alusiva a tais transportes está na já citada obra de Ralph Fitch, onde se diz:¹⁶

“When the Portuguese go from Macao in China to Japan, they carry much white silk, golde, muske, and porcelanes: and they bring from thence nothing but silver...”

Uma outra referência encontra-se no relato de Luís Fróis (ano 1585).¹⁷ É estranho que em ambas as fontes só se designem quatro coisas pelo nome, como mercadorias de transporte de Macau para o Japão, e entre elas precisamente o almíscar, do que se depreende que este produto terá sido um componente essencial dos transportes totais. Pelo final do século, Carletti

(1598/99) menciona também uma “grande quantidade de almíscar” e indica ao mesmo tempo um preço: na China ele pagara 12 taéis por um cate [斤] de almíscar.¹⁸

De uma relação de mercadorias, que é muitas vezes citada, escrita por volta de 1600, deparámos com informações ligeiramente diferentes: Diz-se que nesse ano somente 2 picos de almíscar (ca. de 200 cates [斤]) teriam sido enviados de Macau para o Japão. Esta quantidade comparada às quantidades de outras mercadorias da mesma lista (pelo menos 100 picos de cada) parece, de facto, insignificante. O preço indicado para Cantão, 8 reais por cate [斤] (cerca de 6,4 taéis [兩] por 0,01 pico, ou seja, 640 taéis [兩] por 1 pico) condiz melhor com os números mencionados por Carletti. Segundo esta relação, o preço do almíscar no Japão variava, conforme a qualidade da mercadoria fornecida, entre 14 e 16 reais por cate [斤].¹⁹ Os lucros atingiam, portanto, os 100 por cento. Ao todo, os portugueses pagavam à volta de 1.280 taéis pelo almíscar na China, e no Japão recebiam 2.400 taéis. Aliás, com excepção do ouro, o almíscar em relação ao seu peso era uma das mais caras mercadorias de exportação. Comparado às receitas totais e apesar da quantidade mínima, o almíscar ocupava o nono lugar nas exportações de Macau para o Japão. Considerando as alusões anteriores, talvez nos surpreenda a relativa insignificância da quantidade, esta, contudo, parece ser confirmada por informações semelhantes: assim, por exemplo, Chang T’ien-tsé refere-se a uma fonte, para mim inacessível, segundo a qual os portugueses compraram cerca de 800 libras de almíscar (5 a 6 picos).²⁰ A citada relação de mercadorias, à volta de 1600, relata que anualmente iam cerca de 6 a 7 picos de almíscar de Macau para a Índia.²¹

Durante as quatro décadas seguintes, o almíscar é citado em muitas outras fontes como produto de exportação chinesa ou como produto de importação japonesa e nomeadamente agora também relacionado com as actividades comerciais dos ingleses e holandeses. O diário de Richard Cocks contém várias referências, que nos levam a concluir que chegavam constantemente pequenas quantidades de almíscar ao Japão e que então aí eram negociadas.²² O almíscar destinado ao mercado japonês era provavelmente adquirido pelos holandeses por várias vias: directamente das embarcações chinesas, que assaltavam, sobretudo durante os anos de 1620; através dos portos do litoral do Vietname, em especial de Faifo, e, finalmente, de outro lugares do Sudeste da



Por volta de 1634 o almíscar aparece mencionado numa lista de presentes ao *shogun* japonês. (Biombo namban do século XVII.)

Ásia. Aliás, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) o almíscar chegava simultaneamente à Índia e à Europa.²³ Além dos ingleses e dos holandeses, é claro que os próprios japoneses também compravam almíscar, sobretudo, mas com algum grau de incerteza, na Indochina, onde, como se sabe, viviam muitos comerciantes japoneses, que aí cultivaram intensas relações comerciais com os naturais e com os negociantes chineses.²⁴

Durante o século XVII, já se encontram mais informações alusivas aos portugueses. Por volta de 1634 o almíscar aparece mencionado numa lista de presentes ao *shogun* japonês.²⁵ António Bocarro relata no ano seguinte que o âmbar e o almíscar trouxeram ao imperador chinês um lucro de 1.035.000 taéis. É certo que fontes chinesas não confirmam tal, porém, nos cálculos de Bocarro, estes produtos constituíam, de qualquer modo, depois da prata, pérolas e pedras preciosas, a riqueza mais importante da corte chinesa.²⁶

Pelos vistos nesta época, o almíscar existia em tal abundância na China meridional que, sem dúvida,

pertencia às “ninharias”, que os portugueses de Macau enviaram em 1636 para o Japão. Uma lista de mercadorias importadas pelo Japão em 1636 diz que os portugueses enviaram, para lá, 472 cates [斤]. O valor era de 20.719 taéis. No ano seguinte, o almíscar é novamente mencionado numa relação de mercadorias como produto de exportação de Macau: nesse ano enviara-se para o Japão 600 cates [斤] (cerca de 5 a 6 picos) num valor total de 14.138 taéis – portanto, 23 taéis por cate [斤].²⁷ Se é que os câmbios acima indicados são exactos, isso implicaria uma nítida subida de preço e de quantidade em relação ao período de 1600.

Num relatório d’Avalo de 1638, o almíscar também aparece em Macau como mercadoria comercial.²⁸ Surgem mais referências datadas logo após a ruptura das relações entre Macau e o Japão.²⁹ Em 1642 o jesuíta Cardim alude à possibilidade de se poder importar almíscar da China.³⁰ Ainda antes da interrupção temporária do comércio Macau-Manila, que se realizou após ter sido posto termo ao comércio Japão-Macau. Ou seja, por esta altura passavam-se



também clandestinamente pequenas quantidades de almíscar de Macau para as Filipinas. Provavelmente os espanhóis recebiam muitas vezes almíscar de Macau, assim, pelo menos, o diz Diego de Bobadilla à volta de 1640.³¹

Os ingleses continuavam a comprar naturalmente almíscar da China, enquanto que os holandeses só de vez em quando.³² Mas depois de 1623, os ingleses deixaram de fornecer o mercado japonês, para passarem a abastecer os próprios centros comerciais situados a Ocidente da China. Os holandeses, que entretanto se tinham estabelecido na Formosa e estavam em comunicação sobretudo com os portos de Fujian, ao que parece, não participavam grandemente no comércio do almíscar no Japão. Pouco depois, como os barcos japoneses já não podiam viajar para o estrangeiro e tanto os portugueses como os holandeses deixaram de existir como parceiros comerciais do Japão, é possível que o Japão agora recebesse a maior parte das importações de almíscar através dos comerciantes chineses de Fujian e de Zhejiang. Estes mercadores teriam importado para Nagasaki 86 cates [斤] de

almíscar em 1641 e 269 cates [斤] em 1642. As quantidades registadas variam grandemente entre 1645 e 1648.³³

Evidentemente é muito difícil de verificar se as quantidades dos anos de 1640, fornecidas pelos chineses, eram superiores às quantidades que os portugueses já tinham enviado. Depois de 1640 começou a prosperar o tráfico dos juncos chineses para o Japão; é possível, pois, que os transportes chineses de almíscar para o Japão aumentassem. Por outro lado, há que considerar que a maior parte dos juncos chineses vinham de, ou iam via Fujian, para Nagasaki, embora, possivelmente, fosse mais fácil adquirir almíscar no mercado de Cantão do que no mercado de Fujian. Só num estudo muito pormenorizado da história destas regiões poderia, pois, esclarecer este facto, o que nos transportaria à época posterior a 1640.

CALAMBAQUE E PAU-DE-ÁGUILA

Um outro produto, que encontramos no comércio português da Ásia e que é completamente

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

diferente, é o lenho aromático calambaque. Nas fontes chinesas, este produto é geralmente designado *qi'nan* [奇南], *ji'a'nan* [伽(加)南] ou *jialan* [伽(加)兰]. Todas estas expressões estão em conexão fonética com a expressão malaia *kelembak*. Uma outra designação chinesa, *chenxiang* [沈香], cuja equivalente vietnamita é *tram huong*, geralmente diz respeito a uma qualidade mais inferior de *kelembak* e significa literalmente: “perfume que vai ao fundo”. O significado deriva do peso específico da madeira *kelembak* que, sendo mais pesada que a água, vai, por conseguinte, ao fundo. *Chenxiang* [沈香] é, ao mesmo tempo, também outra designação sob a qual, nas antigas enciclopédias chinesas e em outros textos, se encontram as mais detalhadas informações quanto à origem e natureza desta madeira.³⁴ Neste caso, as fontes chinesas diferenciam muitas vezes entre diversas espécies e qualidades, o que, porém, para nós não é de grande relevância.³⁵

Uma outra fonte sobre a origem das designações para calambaque (*gharu*, ou seja, *gharu kaya* etc., portanto, madeira-*gharu*), esta remonta à forma do sânscrito *agaru*. A forma “pau d’aquila” e suas modificações ortográficas entraram no vocabulário português através da variante do tamil. Daí resultou então um cruzamento com a palavra “águia”, que levou a “pau-de-águia”, “eaglewood”, “Adlerholz”, “bois d’aigle” e outras.

Lenho-aloes, ou seja, “bois d’aloes”, “lignum aloes”, é a terceira designação importante que, provavelmente através de uma variante do Próximo Oriente, está relacionada com as já citadas formas do sânscrito. Esta forma aparece sobretudo na documentação portuguesa mais antiga sob a forma “linalol”.³⁶

As madeiras agrupadas sob as denominações “calambaque”, “gharu”, “pau d’aquila”, e “lenho-aloes” representavam uma série de espécies distintas da *Aquilaria*. Calambaque, a madeira melhor e mais cara, na literatura era a maior parte das vezes equiparada com a *Aquilaria agallocha*, que já se encontra descrita nos livros mais antigos sobre a Ásia portuguesa. Segundo a opinião de alguns, as melhores qualidades cultivavam-se no Vietname e Camboja, razão por que as encontramos mencionadas na famosa obra de Loureiro, *Flora cochinchinensis* de 1790.³⁷ Uma grande parte da valiosa madeira-calambaque, que se vendia no comércio asiático, provinha, aliás, do litoral da

Indochina. Outros países exportadores e reexportadores eram a Tailândia e diversas regiões da Indonésia.

Precisamente antes da chegada dos portugueses, verificam-se, por exemplo, uma série de remessas de calambaque do Sudeste Asiático para a China. A China recebia constantemente calambaque sobretudo de Champa.³⁸ Calambaque era tão procurado na China que, tal como o almíscar, era mencionado em muitos dos chamados *xiangpus* [香谱], “Listas de Perfumes”. Calambaque era utilizado na produção de essências, em cerimónias e na medicina, por exemplo contra a diarreia. O mesmo se dava no Japão, onde sobretudo o *chenxiang* [沈香] aparece em alguns ingredientes para receitas.³⁹ Na época anterior aos portugueses, o Japão importava o pau-de-águia e calambaque através dos mercadores de Riukiu e dos chineses, pois ambos tinham estreitas relações com os países do Sudeste da Ásia.⁴⁰ O calambaque de boa qualidade atingia preços altíssimos, o que incitava por vezes alguns negociantes a pôr em circulação produtos falsificados. Por exemplo, na obra *Lingwai daida* [岭外代答] encontra-se uma primeira referência que, no entanto, nada tem a ver com o Japão.⁴¹

As fontes portuguesas dos princípios do século XVI bem como as fontes chinesas, a maior parte das vezes, associam calambaque, lenho-aloes e pau-de-águia com Champa e Cochinchina. Pires, por exemplo, observa:⁴²

“As mercadorias De champaa a principall he calambaque que he o lenho aloees ho Vrdadeiro a melhor espeçia Delle por que o que laa em portuguall se vsa guaro De que qua ha matos tem grande Deferença o calambuc em cheiro he sabor & odor asy como ouro a chumobo em ualía E deste calambaque em champa ha o melhor & a fonte delle he gomoso De veas bramquas & pretas he paão mole vall em malaq^a cada aRates seis sete cz^{dos} & a tall q vall Doze & qmto ho paão em prefeycã & mör asy sobe em valija do pequeno posto q seja Da mesma vomdade.”

Além disso, deduz-se das obras de Pires, Barbosa e de outros, que o calambaque se comercializava em muitas partes da Ásia, ocupando Malaca, por sua vez, uma posição muito importante como distribuidora. Deste ponto, os negociantes de Java, do Sião, de Pase e da própria Malaca enviavam a tão cobiçada madeira para a China e destes países saíam também muitas das remessas destinadas à Índia e ao Próximo Oriente.⁴³ Tanto os portugueses como os asiáticos operavam

naturalmente como negociantes intermediários e, nesta função, assumiam, de vez em quando, pequenos transportes para a China e o Japão, quer a partir de Malaca ou directamente do litoral vietnamita. Porém, de um modo geral, são raras as informações referentes à participação portuguesa no comércio de calambaque e pau-de-águila. A maior parte da documentação existente limita-se a referir que estas espécies de madeira existiam na Indochina, ou que eram relativamente preciosas.⁴⁴

A escassez das referências deve-se talvez ao facto de os portugueses raras vezes navegarem para a Indochina. O comércio com a Indochina, que na maior parte das vezes se realizava a partir de Macau, e que só nos fins do século XVI se tornou habitual, destinava-se particularmente a apoiar os missionários no Vietname e só raras vezes dava grandes lucros. Além disso, o negócio com a seda desempenhava um papel muito mais relevante que o comércio com madeiras preciosas ou perfumes.⁴⁵

Escassas são também as indicações respeitantes a preços e a quantidades. Por volta de 1600, vemos que os portugueses negociavam entre si o calambaque da Cochinchina por 50 cruzados (por cate), enquanto que na própria Cochinchina por uma determinada quantidade de calambaque se pagava a mesma quantidade de prata. Diz-se, que o calambaque de Champa seria ainda mais fino, portanto, mais caro.⁴⁶ Outras fontes mencionam que o bom calambaque era pago a peso de ouro,⁴⁷ e Borri, um jesuíta, que entre 1618 e 1621 se fixou na Cochinchina, chega à seguinte conclusão:

“...the best recompense that the King can giue to a Captaine of Malacca, is, to trade and traffique with this *Aquilla*: by reason that *Brachmans* and *Banians* of India, being accustomed to burne the bodies of the dead with this odoriferous wood, will quickly dispatch and rid him of an infinite quantity thereof.”

Borri informa ainda que, no interior da Cochinchina, o preço de compra importava em 5 ducados, enquanto que no litoral já se pagavam 16 ducados por meio quilo (pouco mais que um cate [斤]). No Japão, o meio quilo atingira os 200 ducados e por grandes pedaços chegaram-se a pagar até 300 a 400 ducados.⁴⁸ Mesmo que nestes dados haja muito de confuso e não se deva realmente comparar ducados com cruzados, e mesmo que Yamada Kentaro forneça,

por vezes, outros números, tudo indica, no entanto, que com a venda de calambaque se podiam alcançar lucros consideráveis.⁴⁹

Além dos portugueses, os barcos japoneses também transportavam calambaque e pau-de-águila para o Japão. Entre 1604 e 1635 foram concedidas 331 licenças comerciais a barcos japoneses, sendo mais de metade destinadas a viagens para o Vietname e Camboja e 65 licenças exclusivamente para viagens à Cochinchina.⁵⁰ Muitos destes veleiros com destino à Indochina terão, pois, transportado pequenas quantidades de calambaque para o Japão. Cerca de 1608, tem-se notícia de um barco japonês carregado de pau-de-águila que fizera escala em Macau. A tripulação deste barco envolve-se numa briga com os marinheiros de um outro transporte japonês, que também fizera escala em Macau, incidente este que muito desagradou às autoridades chinesas.⁵¹

No Japão, por volta de 1616, parece ter aumentado a procura de calambaque e de pau-de-águila (possivelmente isto explica o preço elevado que Borri menciona em relação ao Japão).⁵² Talvez agora tivesse aumentado a participação dos japoneses nestes transportes para o Japão. No entanto, tanto o relato de Borri como as outras fontes mencionam, que os japoneses compravam na Indochina com a sua prata sobretudo “seda crua processada, ébano e pau-de-águila” e que, de vez em quando, os soberanos indochineses enviavam calambaque ou pau-de-águila como presentes para o Japão.⁵³ Deve-se acrescentar que, também por vezes, iam da Tailândia, onde existia uma grande “colónia” japonesa, pau-de-águila e calambaque para o Japão.⁵⁴

Extinto o comércio entre Macau e o Japão, Macau continuou a comprar pequenas quantidades de pau-de-águila e de calambaque, que em geral eram destinadas a Manila.⁵⁵ Somente em 1647, quando os portugueses enviaram presentes para o Japão, na esperança de poderem recomeçar o comércio Macau-Japão, ouvimos dizer uma vez mais, que seguira um grande e especialmente valioso pedaço de pau-de-águila de Macau para o Japão. Porém, a missão malogrou e o acesso directo para o Japão ficou interdito aos portugueses.⁵⁶

O mercado japonês era agora abastecido pelos holandeses e chineses, que já dantes, ao que parece sobretudo nos anos de 1630, tinham levado calambaque e pau-de-águila para o Japão. As

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

quantidades importadas eram muitas vezes consideráveis: em 1644 chegaram a bordo dos juncos chineses 3.500 cates [斤] de pau-de-águila, em 1645 foram 2.785 cates [斤] e em 1648, 4.500 cates [斤]; as maiores quantidades de calambaque ficavam entre os 321 e os 450 cates [斤]. Os holandeses trouxeram um pouco menos: até 1648 o máximo que transportavam anualmente era 1.300 cates [斤] de pau-de-águila e 120 cates [斤] de calambaque.⁵⁷ Ambos importavam calambaque e pau-de-águila da Indochina e do Sião. Os transportes dos chineses e dos holandeses para o Japão eram, comparados com as antigas remessas dos portugueses, provavelmente muito superiores. Porém, no total, tanto para os importadores portugueses como para os holandeses, o calambaque e o pau-de-águila teriam desempenhado no comércio com o Japão um papel meramente secundário.

AZOUGUE

O azougue, o terceiro produto de que nos ocuparemos a seguir, era explorado durante os fins da Idade Média e nos princípios da Idade Moderna em diversas partes da Europa e Ásia. Aqui interessa-nos sobretudo a produção chinesa. Durante a época Song, a exploração parece ter-se concentrado no Noroeste,

investigação de Xia [夏 (湘蓉)], Li [李 (仲均)] e Wang [王 (根元)] mostram que, até ao começo da era Qing, a produção anual do azougue em Guizhou ultrapassou os 5.000 cates [斤].⁵⁸

O azougue era utilizado na China para fins diversos: por exemplo, na medicina, na alquimia para a produção de elixires, na conservação de cadáveres, na amálgama, na prateação e douradura de superfícies, na produção de espelhos, como suplemento para a pólvora, e outros.⁵⁹ Em outros países da Ásia o azougue tinha, normalmente, aplicações semelhantes. Assim, no Japão encontramos-lo na alquimia e na medicina. Além disso, aí se utilizava este produto, como também na América Latina e na China, na amalgamação, portanto, na produção de ouro e de prata, a partir dos respectivos minérios. Tal aconteceu, sobretudo a partir do final do século XVI, depois que os japoneses aprenderam com os europeus a técnica da amalgamação.⁶⁰

Pouco se sabe acerca dos transportes chineses do azougue no interior da China, porém, podemos partir do princípio que este metal chegava com regularidade às cidades portuárias das regiões litorais e daí era exportado, isto ainda antes da chegada dos portugueses. Com a chegada dos portugueses à Ásia, aumentam, então, as notícias referentes ao comércio marítimo do azougue. Uma grande parte do azougue, que circulava

O almíscar e o azougue vinham quase exclusivamente da China, enquanto no comércio com o calambac e também o pau de águila tanto Macau como a China constituíam apenas escalas entre o Sudeste asiático e o Japão. Comum às três mercadorias é terem sido transaccionadas em muitas partes da Ásia e, por isso, estavam de certo modo enquadradas no comércio mundial.

nas províncias de Gansu e Shenxi, e no Sudoeste, na província de Guangxi. Por exemplo, durante a era Yuanfeng (1078-1085) ter-se-iam produzido no Noroeste cerca de 3.350 cates [斤] de azougue (em chinês *shuiyin* [水銀] ou *gong* [汞]) por ano e, em Guangxi, cerca de 3.650 cates [斤] de cinábrio (*chensha* [长砂], *dansha* [丹砂], *zhusha* [朱砂] etc.), do qual também se podia extrair o azougue. Nos princípios do século XV, um dos principais produtores era o Sudoeste, a província de Guizhou. Os números mencionados na

nas regiões costeiras asiáticas, não provinha da China, mas sim do Sudeste da Ásia, da Europa ou de outras regiões. Uma importante carreira de abastecimento circulava pelo Mar Vermelho. Por conseguinte, através de Jiddah e do Adem o azougue chegava a Ormuz e a Cambaia. Um outro comprador era a Índia, que, em parte, era fornecida directamente por Lisboa.⁶¹

Também no Sudeste Asiático, o azougue parece ter sido uma mercadoria comercial importante. Segundo Pires e Barbosa comerciava-se pau-de-águila,

por exemplo, contra o azougue, em Malaca, Birmânia, Tailândia e Camboja, desempenhando Malaca, uma vez mais, um papel relevante como “distribuidora”. Daqui, este metal chegava a Pegu ou à Tailândia, às Molucas e a outras regiões da Indochina oriental.⁶² A própria Malaca era, provavelmente, abastecida por postos de produção da Península da Malaia e por remessas que vinham de fora.⁶³ Obviamente, no princípio do século XVI valia a pena a importação para Malaca, pois em 1510 lemos numa carta de Rui de Araújo dirigida a Afonso de Albuquerque: “As mercadaryas que Vosa Merce deve de mandar trazer sam estas, a saber: azougue...”⁶⁴ Neste documento o azougue é nomeado em primeiro lugar, o que significa, provavelmente, que havia uma grande procura do produto em Malaca.

Enquanto que nesta altura o azougue saía ainda da região do Oceano Índico para Malaca, pelos finais do século XVI a imagem parece ter-se invertido. Por volta de 1600 os portugueses trouxeram da China para a Índia 100 picos de azougue e 500 pedaços de cinábrio. Através de Malaca, o azougue agora tomara a direcção Oriente-Occidente e na Índia dava 70 a 80 por cento de lucro.⁶⁵

Igualmente de relevância era o transporte do azougue da China para o Japão, no qual os portugueses, possivelmente já desde o início, participavam e que sem dúvida estava relacionado com a introdução da já mencionada técnica de amalgamação no Japão. Através desta técnica e com a ajuda do azougue aumentara-se, sobretudo, a produção da prata, que no Japão desempenhava um papel de grande importância.⁶⁶ Por consequência, o azougue começou a ter mais procura no Japão. Por volta de 1600, os portugueses transportaram anualmente cerca de 150 a 300 (ou seja 200) picos de azougue de Macau para o Japão. Nesse tempo, o preço pago pelo azougue em Cantão (Guangzhou) era de 40 taéis por pico, com o fornecimento de Cantão para Macau subiu para 53 taéis e no Japão o azougue atingia os 90-92 taéis.⁶⁷

Devido ao seu elevado peso, tanto o azougue como o cinábrio tinham possivelmente uma certa importância como material de lastro. Isto deduz-se, por exemplo do facto de, no ano de 1573, um barco português naufragar na viagem com destino ao Japão, em consequência de uma distribuição imprópria da carga; cobre, chumbo e azougue tinham sido colocados por cima dos camarotes, portanto, em lugares nada

adequados para mercadorias pesadas.⁶⁸ Em resumo, como lastro, o azougue e o cinábrio não deviam ter sido tão importantes como o estanho, o zinco, o açúcar ou também o chumbo, produtos estes que, vindos de Macau, em certas alturas chegavam em consideráveis quantidades ao Japão. Souza é de opinião, que, de início, os portugueses nas suas viagens ao Japão utilizavam o açúcar como lastro e mais tarde de preferência o zinco, tendo deixado o transporte do açúcar cada vez mais aos outros, sobretudo aos chineses.⁶⁹ Não é possível averiguar o papel que o azougue desempenhava nesta constelação.

Em 1635 Bocarro escreve que existia muito azougue na China e que este era muito procurado no Japão.⁷⁰ Em Janeiro de 1636 os holandeses relatam a chegada a Nagasaki de “três navetas” vindas de Macau, que traziam diversas mercadorias e uma “boa quantidade de azougue”. Mais precisamente esta quantidade era 262,87 picos com um valor de venda de 33.864 taéis.⁷¹ Em 1637 encontra-se a palavra azougue na já duas vezes citada lista de exportações de Macau para o Japão. Nesse ano, tinham sido enviados para o Japão 18.120,1/4 cates [斤] (181,205 picos) de azougue com um valor de venda de 15.715 taéis. No ano seguinte foram 92,355 picos com um valor de 8.765,2 taéis. Por conseguinte, o preço por pico era de 121,8 taéis em 1636, 86,7 taéis em 1637, e 94,9 taéis em 1638. Portanto, pouco diferia do registado em 1600 e a quantidade em 1637 era mais ou menos a mesma.⁷² No ano seguinte, d'Avalos menciona ainda o transporte de azougue de Macau para o Japão, depois as notícias extinguem-se por completo, em virtude do corte de relações e das divergências entre portugueses e japoneses.⁷³

Como já no caso do almíscar e do calambaque, também no transporte do azougue para o Japão, os portugueses tinham, provavelmente durante todo o tempo, até 1639/40, de concorrer com outros fornecedores. Já por volta dos meados do século XVI, os chineses parecem ter transportado azougue para o Japão, tendo 100 cates [斤] (portanto 1 pico) atingido lá, segundo se conta, 500 taéis, sendo o preço 10 vezes superior ao que regulava na própria China.⁷⁴ Isto significaria que na China, por volta de 1550, um pico custava cerca de 50 taéis, o que corresponderia ao preço de Macau, ou antes, ao de Cantão em 1600.

Ao contrário dos portugueses e dos chineses, durante a era Ming, os holandeses e japoneses devem

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

ter tido acesso relativamente difícil às fontes do azougue na Ásia oriental. Também só raras vezes terão comprado o azougue na Tailândia ou na Indochina e por conseguinte trouxeram pequenas quantidades para o Japão. Só a partir de 1640 é que os ingleses começaram a desempenhar um papel de certa importância, e compravam então mais frequentemente azougue na China, mas estas compras não se destinavam ao mercado japonês.⁷⁵

Os transportes de azougue de Macau para Manila foram, ainda que temporariamente, ainda mais importantes do que os de Macau para o Japão. Os espanhóis necessitavam deste metal para a produção da prata na América e recolhiam-no nas mais diversas regiões: na própria América, na Jugoslávia e, por volta de 1600, também na China. De início, os juncos chineses traziam provavelmente o azougue de Fujian para Manila.⁷⁶ Antes de 1610, possivelmente só chegaram à América pequenas quantidades vindas de Manila. Em consequência de um acordo de curta duração entre portugueses e espanhóis, por volta de 1612, a quantidade aumentou então para cerca de 200 quintais (mais ou menos 150 picos), Macau era o ponto de partida destas remessas, para então baixarem drasticamente depois de 1615.⁷⁷

O motivo porque os portugueses por volta de 1612 concordaram temporariamente em transportar maiores remessas para Manila, era, na opinião de Souza, devido à evolução pouco feliz que o comércio Japão-Macau tomara durante os anos de 1607 a 1610. Bloqueios holandeses e o infortúnio, frequentemente narrado, que ocorrera a Pessoa no Japão, diminuíram, pelo menos durante algum tempo, as esperanças de Macau com respeito ao futuro desenvolvimento do comércio com o Japão. Visto Macau necessitar urgentemente de prata, os portugueses recorreram, por conseguinte, aos espanhóis, que dispunham da prata americana.⁷⁸ Neste caos o azougue era, sem dúvida, apenas uma das muitas mercadorias que Macau costumava enviar para Manila.

É difícil averiguar até que ponto os espanhóis conseguiram comprar grandes quantidades de azougue directamente aos chineses, evitando os mercadores portugueses de Macau. Nas fontes encontram-se referências esporádicas a várias remessas, estas, contudo, são difíceis de quantificar.⁷⁹ Souza considera-as secundárias; por outro lado, por vezes lê-se em documentos, como por exemplo em Juan de Medina (1630), que barcos chineses teriam transportado azougue

para toda a Ásia oriental.⁸⁰ De tudo isto se poderia deduzir, que talvez tivesse chegado mais azougue a Manila vindo de ou via Fujian do que as fontes fazem acreditar. Se de facto existia uma correlação entre a irregularidade dos fornecimentos macaenses para Manila e as remessas chinesas directas para lá e se, por conseguinte, havia uma ligação entre as remessas chinesas e as de Macau para o Japão, isto, receio bem, quase não se conseguirá averiguar.

OBSERVAÇÃO FINAL

Nas mercadorias acima descritas, que iam de Macau para o Japão, trata-se nos três casos de produtos relativamente caros. Dois dos produtos mencionados – o almíscar e o azougue – vinham quase exclusivamente da China, enquanto que no comércio com o calambaque e também o pau-de-águila tanto Macau como a China constituíam apenas escalas entre o Sudeste Asiático e o Japão. Comum às três mercadorias é terem sido transaccionadas em muitas partes da Ásia e, por isso, estavam de certo modo enquadradas no comércio mundial. Comum às três também é que, sob o aspecto quantitativo, não assumiam uma grande importância no volume total das mercadorias de exportação de Macau para o Japão; como vimos, somente durante a fase inicial das relações luso-japonesas é que o almíscar teria tido uma certa relevância.

No entanto seria falso concluir que as “mercadorias raras”, em especial os artigos de luxo, tal como o almíscar ou o calambaque, tivessem sido uma “insignificância” para o mercador em Macau. Pelo contrário: estes dois produtos eram presentes ideais, ocupavam, além disso, pouco espaço, possuíam um alto valor e, em caso de naufrágio, provavelmente podiam ser mais facilmente salvos do que os produtos de seda ou outros objectos volumosos. Como também já vimos, uma grande parte das mercadorias “raras” negociadas em pequenas quantidades era utilizada na Ásia oriental para fins medicinais, neste caso está também o azougue. Deste modo podia-se reduzir mais facilmente o risco dos prejuízos com que, aliás, o comerciante tinha sempre de contar, comparados com certas mercadorias reservadas a um determinado mercado; é que as mercadorias “raras” podiam vender-se, tal como o ouro ou as pedras preciosas, em quase toda a parte na Ásia, constituindo assim como que uma “segurança”, que por vezes facilitava ao comerciante a sobrevivência económica.

A disponibilidade de mercadorias “raras” era naturalmente limitada; elevados preços de compra e uma procura limitada contribuía para que as mercadorias “raras” permanecessem igualmente “raras” e, por isso, atractivas. Sob vários aspectos os produtos “raros”, mais do que os artigos menos “raros” parecem, pois, terem sobrevivido melhor às crises económicas e às transformações na estrutura do curso das mercadorias.

Assim, as exportações de prata do Japão terminaram no decorrer do século XVII, pelo contrário o calambaque e o pau-de-águila continuaram a ser exportados da Indochina durante séculos. O comércio com as “desconhecidas”, particularmente com as preciosidades exóticas da Ásia, merece, pois, sem dúvida um estudo mais pormenorizado e, a meu ver, devia ser-lhe dedicada mais atenção. **RC**

NOTAS

- 1 Algumas obras sobre o comércio de seda e prata: Boxer, *Great Ship*; Boxer, *Fidalgos*; Boxer, “Portuguese Commercial Voyages”; Souza, *Survival*; Okamoto, *Jûroko-seiki*; Quan Hansheng, “Mingdai”; Moloughney e Xia, “Silver and the Fall of the Ming”.
- 2 Sobre o ouro e o cobre por exemplo: Hall, “Notes”; Brown, “The Importation of Gold”; obras citadas nº 1
- 3 Cf. por exemplo Wheatley, “Geographical Notes”, pp. 105-106, 124-125; Hirth e Rockhill, *Chau Ju-Kua*, pp. 212, 234-235; Netolitzky, *Ling-wai tai-ta*, p. 168; Chen Dazhen, *Dade Nanhai zhi*, p. 28.
- 4 *Grande Enciclopédia*, II, pp. 88-89. Também Dalgado, *Glossário*, I, p. 27; Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos*, II, p. 206; *Encyclopaedia Heibonsha*, VI, p. 1260; Thomaz, “Especiariais”, pp.288-289.
- 5 Cf. por exemplo Dames, *Barbosa*, II, S. 160-161 e nº 1; Gonzalez de Mendoza, *The Historie*, cap. 4, pp. 8-9; Gaspar da Cruz em Boxer, *South China*, pp. 76-77.
- 6 Cortesão, *Suma Oriental*, I, p. 96 (todas referências ao texto inglês). Também veja o novo estudo sobre o texto de Lisboa: Loureiro, *O manuscrito de Lisboa*, especialmente o dicionário (referências, p. 207: almíscar).
- 7 Fitch em Hakluyt, *Principal Navigations*, V, p. 504.
- 8 Cf. por exemplo Cortesão, *Suma Oriental*, I, pp. 96, 98, 111; Gaspar da Cruz em Boxer, *South China*, pp. 76-77; Groslier, *Angkor et le Cambodge*, p. 162; Manguin, *Les Portugais*, p. 37; Sá, *Documentação*, I, p. 28; Mendez Pinto, *Peregrinação*, II, cap. 158, p. 332.
- 9 Cf. por exemplo Mills, *Ma Huan*, pp. 97, 129, 176; Sá, *Documentação*, I, p. 30 (Java), p. 70. Também veja Mo Rennan, “Zhongguo yaowu”, p. 12.
- 10 Cortesão, *Suma Oriental*, pp. 16, 21, 43, 125; Dames, *Barbosa*, I, pp. 56, 93, 159, 173; II, p. 214. Mais referências ao comércio de almíscar nos princípios do século XVI em Okamoto, *Jûroko-seiki*, pp. 64, 65, 68, 78; Teixeira, *Macau no século XVI*, p. 7. Também veja Thomaz, *De Ceuta a Timor*, p. 302.
- 11 Cf. por exemplo Mathew, *Portuguese Trade with India*, p. 140; Bouchon, *Navires*, pp. ix, xi, xii, 2, 49.
- 12 Cortesão, *Suma Oriental*, I, p. 130; Sá, *Documentação*, I, p. 27; Schurhammer, “O descobrimento do Japão”, p. 61.
- 13 Para o uso de almíscar na China e no Japão veja, por exemplo, Li Shizhen, *Bencao gangmu* [李时珍本草纲目], IV, cap. 51, pp. 2867 et seq.; *Qinding Gujin tushi jicheng*, LXIII, Qinchong dian, cap. 77, pp. 758-761; textos em *Shuiginkei yakubutsu seihôsho*, por exemplo pp. 104, 159, 160, 220, 224, 229; Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], passim. Também veja Costa, *Tratado*, p. 247, e Orta, *Colóquios*, especialmente II, p. 42).
- 14 Mendes Pinto, *Peregrinação*, por exemplo I, cap. 55, pp. 210, 213; cap. 60, p. 240; III, cap. 221, p. 317.
- 15 Boxer, *South China*, p. 190; Hakluyt, *Principal Navigations*, V, p.406.
- 16 *Ibid.*, V, p. 498 (Fitch); Boxer, *Fidalgos*, p. 6; Okamoto, *Jûroko-seiki*, p. 688. Também veja Matsuda, *Kinsei shoki*, p. 569.
- 17 Citado por Boxer, *Great Ship*, p. 48; Okamoto, *Jûroko-seiki*, p. 688; Kobata, *Shisetsu Nihon*, p. 62.
- 18 Citado por Teixeira, *Macau através*, pp. 10, 13.
- 19 A lista de mercadorias de 1600 era frequentemente citada; cf. por exemplo Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XIX, pp. 307-308; Boxer, *Great Ship*, pp. 179-181, 184; Boxer, *Christian Century*, pp.109, 464 nº 12; Souza, *Survival*, pp. 50-51; Okamoto, *Jûroko-seiki*, p. 690; Huang Qichen e Deng Kaisong, “Ming Jiajing Chongzhen”, p. 283; Quan Hansheng, “Mingdai” [黄启臣、邓开颜：明代中叶后澳门的海外贸易], pp. 258-259. – 1 picul (pico, picol etc.) = 100 cates; 1 tael = cerca 1,25 reais. – Saris diz que por volta de 1608 o preço era 7 reais em Cantão (cerca 5,6 taéis); veja Satow, *The Voyage*, pp. 216, 226.
- 20 Chang T'ien-tsê, *Sino-Portuguese Trade*, p. 108.
- 21 Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XIX, p. 310; Boxer, *Great Ship*, p. 181. Outras fontes portuguesas dos princípios do século XVII também falam das exportações portuguesas de almíscar para a Índia; por exemplo Fitch em Hakluyt *Principal Navigations*, V, p.498.
- 22 Thompson, *Diary of Richard Cocks*, I, passim; II, pp. 72-76. Também carta de Saris (1614) - Satow, *The Voyage*, p. 204 - : “Muske, worth the wayght in Siluer”.
- 23 *Dagh-Register*, 1624-1629, p. 9; *Generale Missiven*, I, p. 249. Também Kato, “The Japanese-Dutch Trade”, p. 64.
- 24 Por exemplo Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 1, pp. 255, 258. Para o almíscar no comércio nipo-siamês cf. Iwao, *Nanyô*, p. 153.
- 25 Boxer, “Portuguese Commercial Voyages”, p. 42 nº 19.
- 26 Boxer, *Seventeenth Century*, p. 26.
- 27 *Generale Missiven*, I, p. 514; Innes, *The Door Ajar*, p. 657; Boxer, *Great Ship*, p. 195; *Nihon kankei...Oranda...* [日本倭荷兰], I.2, p. 140, II.1, p. 172, III.1, p. 102.
- 28 Boxer, *Seventeenth Century*, p. 80.
- 29 Por exemplo, Boxer, *Ásia sinica e japônica*, I, pp. 229, 235.
- 30 Boxer, *Seventeenth Century*, p. 137.
- 31 Videira Pires, “A viagem”, p. 29, cit. um documento dos *Arquivos de Macau*, ser. 1, III, pp. 173-174. Bobadilla em Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XXIX, p. 306.
- 32 Por exemplo Morse, *Chronicles of the East India Company*, I, passim.
- 33 Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], pp. 394-396. Sobre os holandeses, por exemplo, *De Dagregisters van...Taiwan*, pp. 424, 494, 499, 501, 505.
- 34 Cf. por exemplo Netolitzky, *Ling-wai tai-ta*, pp. 117-118; Hirth e Rockhill, *Chau Ju-Kua*, pp. 204-208; Wheatley, “Geographical Notes”, pp. 69-72; Dalgado, *Glossário*, I, pp. 17-18, 180-182; Fillastre, “Bois d’aigle”; Manguin, *Les Portugais*, pp. 244-249; Groslier, *Angkor et le Cambodge*, pp. 152-153; Li Shizhen, *Bencao*

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

- gangmu [李时珍本草纲目], III, cap. 34, pp. 1936 et seq.; Orta, *Colóquios*, especialmente II, pp. 60 et seq.
- 35 Ibid.; Qu Dajun, *Guangdong xinyu*, cap. 26, pp. 669-673.
- 36 Cf. por exemplo Manguin, *Les Portugais*, p. 37.
- 37 Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 1, p. 256; pt. 2, p. 319.
- 38 Cf. por exemplo Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], pp. 373 et seq. Também veja *Ming shilu*, Hongwu, cap. 121, p. 1960; cap. 184, p. 2768; cap. 192, p. 2891; Xuande, cap. 29, p. 758; cap. 79, p. 1837; Wade, *The Ming shi-lu*, III e IV. É possível que, nos princípios da dinastia Ming, a ilha de Hainão também produzisse pequenas quantidades de calambaque e pau de águila; cf. Kobata, *Shisetsu Nihon*, pp. 166, 177-180.
- 39 Cf. por exemplo Li Shizhen, *Bencao gangmu* [李时珍本草纲目], III, cap. 34, pp. 1936 et seq.; Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 1, pp. 249-251; *Shuiginkei yakubutsu seihōsho*, pp. 174, 190, 229 etc.; Borri, *Cochin-China*, cap. 3 (sem pág.); Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], passim, esp. pp. 321 et seq.
- 40 Para o comércio das Ilhas Riukiu, por exemplo *ibid.* pp. 378 et seq., 390 et seq.; Kobata e Matsuda, *Ryukyuan Relations*.
- 41 Netolitzky, *Ling-wai tai-ta*, p. 94.
- 42 Cortesão, *Suma Oriental*, I, p. 113; Loureiro, *O manuscrito de Lisboa*, pp. 142, 144. Também Manguin, *Les Portugais*, pp. 40, 44, 246. Outras referências por exemplo: Dames, *Barbosa*, II, pp. 209-210; Falcão em Bishop Smith, *The First Age*, p. 37. Também veja Andrade, “Drogas”, pp. 132, 142, 178.
- 43 Cortesão, *Suma Oriental*, I, p. 118; II, p. 270; Dames, *Barbosa*, I, pp. 92, 93; II, p. 175; Brito em Sá, *Documentação*, I, pp. 67, 68; Mendes Pinto, *Peregrinação*, III, cap. 189, p. 127. Breve sumários em Magalhães Godinho, *Os descobrimentos*, II, pp. 210-211; Mathew, *Portuguese Trade with India*, p. 134.
- 44 Cf. por exemplo Dalgado, *Glossário*, I, pp. 17-18, 181-182; Gaspar da Cruz (Boxer, *South China*, p. 59); *Documentação ultramarina portuguesa*, I, p. 233.
- 45 Para o comércio Macau-Indochina veja por exemplo Manguin, *Les Portugais*, esp. pp. 184 et seq.; Teixeira, *Macau e a sua diocese*, t. XV: *Relações comerciais de Macau com o Vietnam*; Souza, “Portuguese Society in Macao and Luso-Vietnamese Relations”.
- 46 Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XIX, p. 317.
- 47 Por exemplo Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 2, pp. 313-315; Giraud, *Voyages*, p. 88: “... aussi est-il (calambaque) bien cher, car on le pèse deux fois pesant d’or contre une fois de ce bois”.
- 48 Borri, *Cochin-China*, cap. 3; Manguin, *Les Portugais*, p. 186; Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 2, p. 314.
- 49 Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], esp. pp. 392-393. Preços diferentes apud Saris” (Satow, *The Voyage*, p. 229).
- 50 Cf. por exemplo Iwao, *Nanyō*, pp. 2-4; Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], pp. 388-389.
- 51 Boxer, *Christian Century*, pp. 270-271; Boxer, *Great Ship*, pp. 70-71; Boxer, “The Affair”, pp. 64-65.
- 52 Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], p. 390. Nos princípios do século XVI os ingleses também importavam o calambaque do Japão; cf. por exemplo Thompson, *Diary of Richard Cocks*, I, passim; II, pp. 48, 84.
- 53 Cf. por exemplo Borri, *Cochin-China*, cap. 3 e 8; Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 1, p. 258; pt. 2, p. 314; Teixeira, *Macau e a sua diocese*, t. XV: *Relações comerciais de Macau com o Vietnam*, p. 99; Péri, “Essai”, p. 71; Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], p. 392.
- 54 Cf. por exemplo Yoneo, “Seventeenth Century Japanese Documents”, pp. 162, 163.
- 55 Cf. por exemplo Teixeira, *Macau e a sua diocese*, t. XV: *Relações comerciais de Macau com o Vietnam*, pp. 168, 170; Manguin, *Les Portugais*, pp. 200, 203, 310; Boxer, *Seventeenth Century*, p. 137; Videira Pires, “A viagem”, p. 29.
- 56 Fillastre, “Bois d’aigle”, pt. 2, p. 314; Boxer, “The Embassy”, p. 43.
- 57 *Dagh-Register*, por exemplo 1631-1634, pp. 211, 212, 300, 427; 1636, pp. 64, 291; 1637, pp. 134, 135, etc.; *De Dagregisters van ... Taiwan*, passim; Yamada, *Tozai* [山田宪太郎东西香药史], p.394; Kato, “The Japanese-Dutch Trade”, p. 64; Innes, *The Door Ajar*, p. 668.
- 58 Xia Xiangrong et al., *Zhongguo gudai* [中国古代], pp. 110-111, 157-158, 194-195, 307-317. É possível que durante a dinastia Song e a dinastia Yuan a China ainda importasse o azougue do Japão; veja Chen Gaohua e Wu Tai, *Song Yuan*, p. 51; Kobata, *Shisetsu Nihon*, p. 11.
- 59 Cf. por exemplo Needham, *Science and Civilisation*, V, pt. 2-4, passim; Li Shizhen, *Bencao gangmu* [李时珍本草纲目], I, pp. 517 et seq.; *Qinding Gujin tushu jicheng*, VIII, Kunyu [坤域] dian, cap. 22, pp. 227-235; Netolitzky, *Ling-wai tai-ta*, pp. 129-131.
- 60 Para o Japão, veja por exemplo Kobata, *Kōzan* [铦山历史], passim; *Shuiginkei yakubutsu seihōsho*, esp. textos 1-4, 7, 8; *Zusetsu Nihon bunka no rekishi*, pp. 124-129; *Kokushi daijiten*, VIII, p. 8 (obra não acessível, citada por Kobata: Onishi Genichi, “Nihon shuigin...no shiteki kenkyū”, *Kōkugaku zasshi*, 8.10-12); Vogel, “The Transfer”, p. 92.
- 61 Cf. por exemplo Cortesão, *Suma Oriental*, I, p. 43; Dames, *Barbosa*, I, pp. 55, 56, 93; Magalhães Godinho, *Os descobrimentos*, I, pp. 235, 240, 245; Mathew, *Portuguese Trade with India*, pp. 149-153. Para o modo de transporte do azougue, veja, por exemplo, *Generale Missiven*, I, pp. 341, 509-510.
- 62 Cortesão, *Suma Oriental*, I, pp. 93, 108, 111, 112; Loureiro, *O manuscrito de Lisboa*, referências na p. 210; Dames, *Barbosa*, II, pp. 164, 173, 174, 189, 196, 198, 202; Thomaz, *De Ceuta a Timor*, pp. 335-338.
- 63 Mills, “Eredia”, pp. 51-52, 177 (produção na Malásia).
- 64 Sá, *Documentação*, I, pp. 30-31.
- 65 Boxer, *Great Ship*, p. 182; Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XIX, p. 310; Quan Hansheng, “Mingdai”, p. 252.
- 66 Kobata, *Kōzan* [铦山历史], por exemplo p. 172. Também veja Lewin e Hauptmann, *Kodozuroku*, pp. 94-101.
- 67 Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XIX, pp. 308, 314; Boxer, *Great Ship*, pp. 180, 184; Souza, *Survival*, pp. 50, 72; Quan Hansheng, “Mingdai”, pp. 258-259. Kobata (*Kokushi daijiten*, VIII, p. 8): nos princípios do século XVII, o total das importações chinesas, portuguesas e holandesas no Japão era por volta de 30.000 kin (cerca 300 picos) por ano.
- 68 Schurhammer e Voretzsch, *Die Geschichte Japans*, p. 430; Okamoto, *Jūroko-seiki*, p. 417.
- 69 Souza, “Ballast Goods”. Para o açúcar, por exemplo, Iwao, “Kinsei Nisshi”, pp. 1010-1013; Lin Renchuan, *Ming mo Qing chu*, pp.236-243.
- 70 Boxer, *Seventeenth Century*, p. 26.
- 71 *Generale Missiven*, I, p. 514; Innes, *The Door Ajar*, p. 657.
- 72 Boxer, *Great Ship*, p. 194; Souza, *Survival*, p. 51; Okamoto, *Jūroko-seiki*, p. 690; Innes, *The Door Ajar*, p. 657; *Nihon kankei... Oranda...* [日本...荷兰], II.1, p. 172; III.1, p. 101; III.2, pp. 154, 207; também I.2, p. 71. Saris (Satow, *The Voyage*, pp. 204, 228) diz que em 1614 o preço do azougue era de 30-40 taéis e o preço de cinabre de 30-60 taéis no Japão.
- 73 Boxer, *Seventeenth Century*, p. 76.
- 74 *Chou hai tubian* [筹海图编] Lin Renchuan, *Ming mo Qing chu*, p. 269; Kobata, *Shisetsu Nihon*, pp. 64, 234.
- 75 Cf. por exemplo Kato, “The Japanese-Dutch Trade”, p. 66; Morse, *Chronicles of the East India Company*, I, passim; Dermigny, *La Chine et l’Occident*, I, pp. 427-428. Mais informações nos *dagregisters* neerlandeses.
- 76 Oliver van Noordt (cerca 1600), cit. Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XV, p. 303.

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

- 77 Souza, *Survival*, p. 72.
 78 Carta de Juan Silva (1610), Blair e Robertson, *Philippine Islands*, XVII, p. 149: 50.000 pesos mandados de Manila a Macau.
- 79 Ibid., VII, p. 68; Gonzalez de Mendoza, *The Historie*, pp. 350, 368.
 80 Blair e Robertson, *Philippine Islands*, por exemplo XVIII, p. 18; XXIII, p. 193.

GLOSSÁRIO

- Bencao gangmu 本草綱目
 Chen Gaohua 陈高华
 Chen Menglei 陈梦雷
 Chensha 辰砂
 Chenxiang 沈香
 Dansha 丹砂
 Deng Kaisong 邓开颂
 Edo kagaku kotenshō 江戸科学古典丛书
 Encyclopaedia Heibonsha 平凡社大百科事典
 Gansu 甘肃
 Gong 汞
 Guangdong 广东
 Guangdong xinyu 广东新语
 Guangxi 广西
 Guizhou 贵州
 Haijiao shi yanjiu 海交史研究
 Hayashiya Tatsusaburo 林屋辰三郎
 Huang Qichen 黄启臣
 Iwao Seiichi 岩生成一
 Jialan 伽(加)兰
 Jianan 伽(加)南
 Júroko-seiki Nichi-ō kōtsū-shi no kenkyū 十六世纪日欧交通之研究
 Kinsei Nisshi boēki ni kansaru surroteki kosatsu 近世日支贸易汇关数量的考察
 Kinsei shoki Nihon kankei Nanban shiryō no kenkyū 近世初期日本关系南蛮史料研究
 Kinzei fuzoku zufu, Namban 近世风俗图谱
 Kobata Atsushi 小叶田淳
 Kokushi daijiten 国史大辞典
 Kokushi...henshūinkai 国史...編集委員会
 Kōzan no rekishi 铤山历史
 Li Shizhen 李时珍
 Li Zongjun 李仲均
 Lin Renchuan 林仁川
 Linwai daida 岭外代答
 Matsuda Kiichi 松田毅一
 Mingdai zhongyehou Aomen de haiwai maoyi 明代中叶后澳门的海外贸易
- Ming Jiajing Chongzhen nian jian Aomen duiwai maoyi de fazhan 明嘉靖崇祯年间澳门对外贸易的发展
 Ming mo Qing chu siren haishang maoyi 明末清初西人海上贸易
 Ming Qing Guangdong shehui jingji yanjiu 明清广东社会经济研究
 Ming shilu 明实录
 Mo Rennan 莫仁南
 Manyō Nihon-machi no kenkyū 南洋日本町研究
 Okamoto Yoshitomo 冈本郎知
 Qinan 奇南
 Qinding Gujin tushu jicheng 钦定古今图书集成
 Qu Dajun 屈大均
 Quan Hansheng 全汉升
 Shenxi 陕西
 Shexiang 麝香
 Shexiang mu 麝香木
 Shigaku zasshi 史学杂志
 Shisetsu Nihon to Minami-Shina 史说日本之南支那
 Shuiginkei yakubutsu seihōsho 水银系药物制法书
 Shuinsen boēkishi no kenkyū 朱印船贸易史之研究
 Shuiyin 水银
 Song Yuan shiqi de haiwai maoyi 宋元时期的海外贸易
 Tozai koyaku shi 东西香药史
 Wanaqi 膻脐脐
 Wang Genyuan 王根元
 Wu Tai 吴泰
 Xiamen 厦门
 Xiangpu 香谱
 Xia xiangrong 夏湘蓉
 Yamada kentaro 山田宪太郎
 Zhejiang 浙江
 Zhongguo gudai kuangye fazhan shi 中国古代矿业展史
 Zhongguo yaowu xizhuan kao 中国药物西传考
 Zhongyang yanjiuyuan lishi yuyan Yanjiusuo 中央研究院历史语言研究所
 Zhusha 朱砂
 Zusetsu Nihon bunka no rekishi, Azuchi Momoyama 图说日本文化之历史·安土桃山

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES PRIMÁRIAS, TRADUÇÕES E COLEÇÕES DE DOCUMENTOS

- Barbosa, Duarte – cf. Dames.
 Blair, Emma H. e James A. Robertson (ed. e trad.) – *The Philippine Islands, 1493-1803: Explorations by Early Navigators...* Cleveland: The A. H. Clark Company, 1903-1909, 55 tomos.
 Borri, Christophoro – *Cochin-China: Containing many admirable Rarities and Singularities of that Country. Extracted out of the Italian Relation lately presented to the Pope...and published by Robert Ashley.* Amsterdão, Londres: Theatrum Orbis Terrarum e Da Capo Pr., 1970 [reed. da ed. de 1633].
 Bouchon, Geneviève (ed.) – *Navires et cargaisons retour de l'Inde en 1518. Caderno dos oficiais da India da carreguacam das naos que vieram o anno de bxxbij.* Paris: Société d'Histoire de l'Orient, 1977.
- Boxer, Charles R. – *The Embassy of Captain Goncalo de Siqueira de Souza to Japan in 1644-7.* Macau, 1928. [Reed. com Boxer, *A Portuguese Embassy*, num tomo. Washington, D.C.: Univ. Publ. of America, 1979.]
 Boxer, Charles R. (ed. e trad.) – *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations.* Hong Kong: Heinemann Educational Books (Asia), 1984.
 Boxer, Charles R. (ed.) – *South China in the Sixteenth Century. Being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O. P., Fr. Martin da Rada, O. E. S. A. (1550-1575).* Londres: Hakluyt Soc., 1953.
 Boxer, Charles R. (ed.): *Asia Sinica e Japonica.* [Reed. Macau: Instituto Cultural de Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, 2 tomos.]
 Boxer, Charles R. (trad.) – *A Portuguese Embassy to Japan (1644-1647).* Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner, 1928 (reed. com Boxer, *The*

ENCONTRO DE CULTURAS / Rotas Comerciais

- Embassy of Captain Goncalo*, num tomo. Washington, D.C.: Univ. Publ. of America, 1979).
- Chen Dazhen 陈达晨 – *Dade nanhai zhi* 大德南海法. Guangzhou: Guangzhou shi difang zhi yanjiu, 1986.
- Cocks, Richard – cf. Thompson.
- Cortesão, Armando (ed. e trad.) – *The Suma Oriental of Tomé Pires... and the Book of Francisco Rodrigues...* Londres: Hakluyt Soc., 1944, 2 tomos.
- Costa, Cristovão da – *Tratado das drogas e medicinas das Índias Orientais no qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta* (trad. Jaime Walter). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- Dagh-Register gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlands-India*, ed. por J. E. Heeres et al. Haia, Batavia: Nijhoff e Landsdrukkerij, 1887-1931, 31 tomos.
- Dames, Mansel Longworth (ed. e trad.) – *The Book of Duarte Barbosa...* Londres: Hakluyt Soc., 1918-1921, 2 tomos.
- Documentação Ultramarina Portuguesa* – Lisboa, 1960-1965, 4 tomos.
- Farrington, Anthony (ed.) – *The English Factory in Japan, 1613-1623*. Londres: The British Library, 1991, 2 tomos.
- Fróis, Luís – cf. Schurhammer.
- Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden an Heeren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, ed. pelo W. Ph. Coolhaas. Haia: Nijhoff, 1960-1985, 8 tomos.
- Giraud, Yves – *Voyages et aventures du capitaine Ripon aux Grandes Indes, journal inédit d'un mercenaire (1617-1627), postface de Gérard A. Jaeger*. Thonon-les-Bains: L'Albaron, Société Présence du Livre, 1990.
- Godinho de Eredia, Emanuel – cf. Mills.
- Gonzalez de Mendoza, Juan – *The Historie of the Great and Mightie Kingdome of China, and the Situation thereof: Together with the Great Riches, huge Cities, politikeo Government, and rare Inventions in the same* (trad. R. Parke). Amsterdão, Nova Iorque: Theatrum Orbis Terrarum e Da Capo Pr., 1973 [reed. da ed. do Londres de 1588].
- Hakluyt, Richard (ed.) – *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques & Discoveries of the English Nation, Made by Sea or Over-Land to the Remote and Farthest Distant Quarters...* Glasgow: James MacLehose and Sons, 1903-1905, 12 tomos.
- Hirth, Friedrich e W. W. Rockhill (trad.) – *Chau Ju-Kua: His Work on the Chinese and Arab Trade in the Twelfth and Thirteenth Centuries, entitled Chu-fan-chi*. Reed. Taipé: Ch'eng-wen Publishing, 1970.
- Kobata, Atsushi e Mitsugu, Matsuda – *Ryukyuan Relations with Korea and South China Sea Countries. An Annotated Translation of Documents in the Rekidai Hōan*. Kyoto, 1969.
- Lewin, Bruno (trad.), Hauptmann, Andreas (ed.) – *Kodo-zuroku, "Illustrierte Abhandlung über die Verhüttung des Kupfers" 1801*. Bochum: Deutsches Bergbau-Museum, 1984.
- Loureiro, Rui Manuel – *O manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996.
- Ma Huan – cf. Mills.
- Mills, J. V. (trad.) – "Eredia's Description of Malacca, Meridional India and Cathay", *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* 8.1 (1930), pp. 1-288.
- Mills, J. V. G. (trad.) – *Ma Huan: Ying-yai Sheng-lan. 'The Overall Survey of the Ocean's Shores' [1433]*. Cambridge: Univ. Pr., 1970.
- Ming shilu* 明实录, ed. pelo Zhongyong yanjiuyuan lishi yuyan yanjiusuo. Nangang, 1966, 133 tomos.
- Morse, Hosea Ballou – *The Chronicles of the East India Company trading to China, 1635-1834*. Oxford: Clarendon Pr., 1926, 4 tomos.
- Netolitzky, Almut – *Das Ling-wai tai-ta von Chou Ch'ü-fei. Eine Landeskunde Südchinas aus dem 12. Jahrhundert*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1977.
- Nihon kankei kaigai shiryō. Oranda shōkanchō nikki (geibun)*, ed. por Tokyo Daigaku Shiryō Hensanj. Tokyo, 1974-1977. 9 vols.
- Orta, Garcia da – *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1987, 2 tomos. [Reed. da ed. de 1895, ed. pelo Conde de Ficalho.]
- Pinto, Fernão Mendes – *Peregrinação*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1829, 4 tomos. [Baseado na ed. de 1614.]
- Pires, Tomé – cf. Cortesão; Loureiro.
- Qinding Gujin tushu jicheng* 钦定古今图书集成禽虫典, ed. por Chen Menglei et al. Taipé: Wenxing shudian, 1964, 100 tomos.
- Qu Dajun 屈大均 – *Guangdong xinyu* 广东新语. Hong Kong: Zhonghua shuju, 1975.
- Sá, Artur Basílio de (ed.) – *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente: Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954-1958, 5 tomos.
- Saris, John – cf. Satow.
- Satow, Ernest M. (ed.) – *The Voyage of Captain John Saris to Japan, 1613*. Londres: Hakluyt Soc., 1900.
- Schurhammer, Georg, e Voretzsch, E. A. (trad.) – *Die Geschichte Japans (1549-1578) von Luis Fróis, S. J. Nach der Handschrift der Ajudabibliothek in Lissabon*. Leipzig: Verlag der Asia Major, 1926.
- Shizhen, Li – *Bencao gangmu*. Beijing: Renmin Weisheng Chubanshe, 1976, 4 tomos.
- Shuiginkei yakubutsu seihoshō* 水银系药物制法书. Tokyo, 1980 [Edo kakaku kotenshō, t. 25].
- Smith, Ronald Bishop – *The First Age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations to the Kingdoms and Islands of Southeast Asia (1509-1521)*. Bethesda: Decatur Pr., 1968.
- Teixeira, Manuel – *Macau Através dos Séculos*. Macau: Imprensa Nacional, 1977.
- Thompson, Edward M. (ed.) – *Diary of Richard Cocks, Cape-Merchant in the English Factory in Japan, 1615-1622, with Correspondence*. Londres: Hakluyt Soc., 1833, 2 tomos.
- Wade, Geoffrey P. – *The Ming Shi-lu (Veritable Records of the Ming Dynasty) as a Source for Southeast Asian History: Fourteenth to Seventeenth Centuries*. Hong Kong: University of Hong Kong, 1994, 7 tomos. [Tese de doutoramento não publicada.]
- Zhao Rugua – cf. Hirth e Rockhill.
- Zhou Qufei – cf. Netolitzky.

II. OUTRAS OBRAS

- Andrade, António Alberto de – "Drogas do Oriente (no V centenário do nascimento de Vasco da Gama)", *Arquivos do Centro Cultural Português* 3 (1971), pp. 112-188.
- Boxer, Charles R. – "Portuguese Commercial Voyages to Japan three hundred years ago (1630-1639)", *The Transactions and Proceedings of the Japan Society of London* 31 (1934), pp. 27-78.
- Boxer, Charles R. – "The Affair of the 'Madre de Deus' (A Chapter in the History of the Portuguese in Japan)", *The Transactions and Proceedings of the Japan Society of London* 26 (1929), pp. 3-90.
- Boxer, Charles R. – *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*. Reed. Hong Kong: Oxford Univ. Pr., 1968.
- Boxer, Charles R. – *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Reed. Berkeley: Univ. of California Pr., 1967.
- Boxer, Charles R. – *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.
- Brown, Delmer M. – "The Importation of Gold into Japan by the Portuguese during the Sixteenth Century", *The Pacific Historical Review* 16.2 (1947), pp. 125-133.
- Chang T'ien-tse – *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644. A Synthesis of Portuguese and Chinese Sources*. Reed. Leyden: E. J. Brill, 1969.
- Chen Gao-hua e Wu Tai 陈高华, 吴泰 – *Song Yuan shiqi de haiwai maoyi* 宋元时期的海外贸易. Tianjin: Tianjin renmin chubanshe, 1981.

CULTURAL ENCOUNTER / Commercial Routes

- Dalgado, Sebastião Rodolfo – *Glossário luso-asiático (com uma introdução de Joseph M. Piel)*. Reed. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 1982, 2 tomos.
- Dermigny, Louis – *La Chine et l'Occident. Le commerce à Canton au XVIII^e siècle*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1964, 3 tomos e álbum.
- Encyclopaedia Heibonsha*, t. 6. Tokyo, 1975.
- Fillastre, Adrien – “Bois d' aigle et bois d' aloès. Étude géographique”, *Revue Indo-Chinoise* 8.4 (Fevereiro 1905), pp. 248-262 [parte 1]; 8.5 (Março 1905), pp. 311-325 [parte 2].
- Godinho, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. Reed. Lisboa: Editorial Presença, 1982-1984, 4 tomos.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, 40 tomos.
- Groslier, Bernard P. – *Angkor et le Cambodge au XVI^e siècle d'après les sources portugaises et espagnoles* (em colaboração com C. R. Boxer). Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- Hall, John – “Notes on the Early Ch'ing Copper Trade with Japan”, *Harvard Journal of Asiatic Studies* 12 (1949), pp. 444-461.
- Hall, John Whitney (ed.) – *The Cambridge History of Japan*, t. 4: *Early Modern Japan*. Cambridge: Cambridge Univ. Pr., 1991. [Não citado.]
- Hayashiya Tatsusaburo et al. (ed.) – *Kinsei fuzoku zufu*, t. 13: *Namban*. Tokyo, 1982.
- Huang Qichen e Deng Kaisong – “Ming Jiajing Chongzhen nian jian Aomen duiwai maoyi de fazhan” 明嘉靖崇禎年間澳門對外貿易的發展, em *Ming Qing Guangdong shehui jingji yanjiu*, hg. v. Ming Qing...yanjiuhui. Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1987. pp. 280-299.
- Innes, Robert Leroy – *The Door Ajar: Japan's Foreign Trade in the Seventeenth Century*. University of Michigan, 1980. [Tese de doutoramento não publicada.]
- Iwao Seiichi 岩生成一 – “Kinsei Nisshi boeki ni kansaru suroteki kosatsu”, *Shigaku zasshi* 62.11 (1953), pp. 981-1020.
- Iwao Seiichi 岩生成一 – *Nanyo Nihon-machi no kenkyū* 南洋日本町研究. Tokyo, 1944.
- Iwao Seiichi 岩生成一 – *Shuin sen boekishi no kenkyū*. Tokyo, 1958.
- Jansen, Marius B. – *China in the Tokugawa World*. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Pr., 1992. [Não citado.]
- Kato Eiichi – “The Japanese-Dutch Trade in the Formative Period of the Seclusion Policy, Particularly of the Raw Silk Trade by the Dutch Factory at Hirado, 1620-1640”, *Acta Asiatica* 30 (1976), pp. 34-84.
- Kobata Atsushi 小叶田淳 – *Kōzan no rekishi* 鉢山历史. Tokyo, 1966.
- Kobata Atsushi 小叶田淳 – *Shisetsu Nihon to Minami-Shina* 史说日本之南支那, Taipé, 1942.
- Kokushi daijiten* 国史大辞典, ed. de Kokushi...henshu iinkai, T. 8. Tokyo, 1987.
- Lin Renchuan [林仁川] – *Ming mo Qing chu siren haishang maoyi* 明清初私人海上貿易. Shanghai: Huadong shifan daxue, 1987.
- Ljungstedt, Anders – *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. Reed. Hong Kong: Viking Hong Kong Publ., 1992.
- Manguin, Pierre-Yves – *Les Portugais sur les côtes du Viêt-Nam et du Campa. Étude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles)*. Paris: École Française d' Extrême-Orient, 1972.
- Mathew, K. S. – *Portuguese Trade with India in the Sixteenth Century*. Nova Dehli: Manohar Publications, 1983.
- Matsuda Kiichiç 松田毅一 – *Kinsei shoki Nihon kankei Nanban shiryō no kenkyū* 近世初期日本关系南蛮史料研究. Reed. Tokyo, 1981.
- Mo Rennan 莫仁南 – “Zhongguo yaowu xi zhuan kao” 中国药物西传考, *Haijiao shi yanjiu* 17 (1990), pp. 8-12.
- Moloughney, Brian, e Xia Weizhong – “Silver and the Fall of the Ming: A Reassessment”, *Papers on Far Eastern History* (Setembro 1989), pp.51-78.
- Mueller, Gerhard – *Wohlwollen und Vertrauen. Die Investiturgesandtschaft von Chen Kan im Jahr 1534...* Heidelberg: Edition Forum, 1991.
- Needham, Joseph et al. – *Science and Civilisation in China*. Cambridge: Univ. Pr. 1954.
- Okamoto Yoshitomo – *Jūroku-seiki – Nichi-O kotsu-shi no kenkyū* 岡本郎知：十六世紀日緬交通研究. Reed. Tokyo, 1974.
- Péri, N. – “Essai sur les relations du Japon et de l' Indochine”, *Bulletin de l' École Française d' Extrême-Orient* 23 (1923), pp. 1-136.
- Pires, Benjamin Videira – “A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX”, *Boletim do Instituto Luís de Camões* 5.1-2 (1971), pp. 5-120.
- Quan Hansheng: “Mingdai zhongyehou Aomen de haiwai maoyi”, *The Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong* 5.1 (1972), pp. 245-272.
- Schurhammer, Georg – “O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, *Anais da Academia Portuguesa da História* 2.1 (1946), pp. 17-172.
- Souza, George B. – “Ballast Goods: Chinese Maritime Trade in Zinc and Sugar in the Seventeenth and Eighteenth Centuries”, in: Roderich Ptak e Dietmar Rothermund (ed.), *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c.1400-1750* (Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991), pp. 291-315.
- Souza, George B. – “Portuguese Society in Macao and Luso-Vietnamese Relations, 1511-1751”, *Boletim do Instituto Luís de Camões* 15.1-2 (1981), pp. 68-114.
- Souza, George B. – *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*, Cambridge: Cambridge Univ. Pr., 1986.
- Teixeira, Manuel – *Macao e a sua diocese*, t. 15: *Relações comerciais de Macau com o Vietnam*. Macau: Imprensa Nacional, 1977.
- Teixeira, Manuel – *Macao no século XVI*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. – “Especiarias do velho e do novo mundo (notas histórico-filológicas)”, separata de *Arquivos de Centro Cultural Calouste Gulbenkian* 34 (Mélanges offerts à Frédéric Mauro) (1995), pp. 219-345.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: DIFEL, Difusão Editorial, S.A., 1994.
- Vogel, Hans Ulrich – “The Transfer of Mining and Smelting Technology between Asia and Europe in the Sixteenth to Early Nineteenth Centuries”, *Journal of the Japan-Netherlands Institute* 3 (1991), pp.74-101.
- Wheatley, Paul – “Geographical Notes on some Commodities involved in Sung Maritime Trade”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* 32.2 (1959), pp. 1-140.
- Xia Xiangrong, Li Zhongjun e Wang Genyuan – *Zhongguo gudai kuangye fazhan shi*, Beijing: Dizhi chubanshe, 1980.
- Yamada Kentaro – *Tozai koyaku shi*. Reed. Tokyo, 1964.
- Yamashiro, José – *Okinawa, uma ponte para o mundo*, São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993.
- Yoneo, Ishii – “Seventeenth Century Japanese Documents about Siam”, *The Journal of the Siam Society* 59.2 (1971), pp. 161-174.
- Zusetsu Nihon bunka no rekishi*, t. 7: *Azuchi Momoyama*. Tokyo, 1980.

Um Protagonista da Missão dos Jesuítas na China no Século XVII Martino Martini S. J.

FRANCO DEMARCHI*

*Professor Emérito; Presidente Honorário do Centro Studi Martino Martini, Trento (Itália), instituição vocacionada para a valorização da figura do missionário-cientista trentino. Estudou em Bolzano, Como, Rovereto e Trento. Consagrado sacerdote em 1943, licenciou-se em Ciências Políticas (Universidade Católica de Milão). Na qualidade de responsável da divisão de cultura do Instituto Ítalo-Chinês para os Intercâmbios Cultural e Económico de Milão, fundou e dirigiu a revista trimestral *Mondo Cinese*. É membro da Comissão Científica do Instituto Nacional de Sociologia Rural de Roma e integra os conselhos editoriais de várias revistas sociológicas italianas.

Professor Emeritus and Honorary President of the Centre Studi Martino Martini, in Trento, Italy, an institution dedicated to publicizing the importance of the missionary-scientist from Trento. Dr. Demarchi studied in Bolzano, Como, Rovereto and Trento. Consecrated as a priest in 1943, he has a MA in Political Science (Catholic University of Milan). While responsible for the cultural department of the Italo-Chinese Institute for the Cultural and Economic Exchange in Milan, he founded and directed a quarterly magazine, Mondo Cinese. He is a member of the Scientific Committee of the National Institute of Rural Sociology in Rome and of the editorial advisory boards of several Italian sociological magazines.

Frei Martino Martini S.J., num retrato anónimo do século XVII (óleo sobre tela; 91,5x66 cm). Original no Museo Provinciale d'Arte do Castello del Buonconsiglio, em Trento, Itália. Esta reprodução, bem como as restantes gravuras que acompanham o artigo, extraídas da obra monumental de M. Martini – designadamente, do *Novus Atlas Sinensis*, Amesterdão, 1655 – foram gentilmente cedidas pelo Centro Studi Martino Martini, Trento.



P. MARTINUS MARTINI^o TRID. GEOGRAPHIÆ & ASTRONOMICI^o MDCXLI IN SINAS PENETRAVIT. A REGIS OB EXIMIAM PRUDENTIAM ET VIRTUTEM HONORARIAM ROMAM PROCURATOR MISSUS, A PIRATIS EXCIPIENTE VEXAT^o OB. IN URBE HANGCHEU, VI. JUN. MDCLV.

A figura e a obra do jesuíta Martino Martini têm sido redescobertas, depois de duzentos anos de esquecimento, há só pouco tempo. Uma nova luz tem sido lançada assim sobre a célebre Questão dos Ritos chineses, em que ele exercitou uma função central, preanunciando o actual e relevantíssimo problema da infiltração quer dos valores cristãos, quer de todos os valores especificadamente europeus nos países doutras tradições culturais.

Três são as questões que tencionamos expor neste trabalho: porque é que Martino Martini teve tanta importância no século XVII; porque caiu no esquecimento; como foi redescoberto.

A história do encontro entre as civilizações mais avançadas da terra coincide com a história do cristianismo na China. Entre as datas fundamentais da evangelização da China lembra-se geralmente a de 1582, quando Matteo Ricci desembarcou em Macau, donde entrou em Guandong, que era a província meridional do Celeste Império, e o ano de 1656, quando o papa Alexandre VII promulgou o Decreto que aceitava os ritos chineses por serem de natureza civil e não-religiosa. Este decreto, confirmado só em 1939, reconhecia a validade teológica do método seguido pelos jesuítas para a introdução da religião cristã na China. Era um método muito civilizado, que reconhecia não só a bondade substancial da natureza humana, mas também a de muitos aspectos das culturas ignoradas, que eram rejeitados, julgando-se, como inexactas e caluniosas, as objecções contrárias.

No mesmo ano do célebre decreto pontifício, Blaise Pascal (1623-1662) escrevia de Port-Royal *Les provinciales*,¹ que denunciava a doutrina probabilista dos jesuítas, considerada uma abertura a favor do laxismo, de que, fora o sinal da cruz e tudo o mais, o método seguido pelos jesuítas na evangelização dos chineses representava um exemplo. Naquele ano, o cardeal Pietro Sforza Pallavicino (1607-1667) publicava a *Storia del Concilio di Trento*,² rectificação duma obra anterior de Paolo Sarpi de assunto tendencioso. O decreto respeitante à Ásia oriental podia parecer sem dúvida bastante secundário no que diz respeito aos grandes problemas políticos e religiosos do mundo que mais se debatiam naquele ano. Além disso, lembre-se que o governo francês, presidido por Mazarino, e o governo inglês, guiado por Cromwell, iam preparando uma surpreendente aliança contra a Espanha.

Entretanto, em Roma, Gian Lorenzo Bernini³ desenhava o projecto da grandiosa colunata na *Piazza San Pietro*, enquanto, em Florença, os discípulos de Galileu fundavam a *Accademia del Cimento*. Ainda hoje, tanto a Colunata como a Academia podem ser considerados factos simbólicos solenes duma civilização europeia que se expande por todo o planeta com uma confiança, por vezes, excessiva. Neste contexto de grandeza e de responsabilidade, os sinais de mesquinhez e de estranheza, frequentemente atribuídos à Questão dos Ritos, perdem em importância; ela documenta, pelo contrário, a função histórica dum caminho acidentado que conduziu à formação duma cultura civil de amplitude universal.

1. A FUNÇÃO EXERCIDA POR MARTINO MARTINI NA QUESTÃO DOS RITOS

O estado de espírito que animava os jesuítas do século XVII na profissão duma determinada abertura a favor de experiências culturais imprevistas e dificilmente compreensíveis, deparava inevitavelmente com o sentimento daqueles que receavam que a dilatação do horizonte pudesse significar o extraviio dum património de verdade que até então tinha representado o pedestal da civilização contra toda barbárie.

Por esta razão, o decreto pontifício de 1656 pode ser considerado um acto de grande coragem, um primor intelectual e jurídico que antecipa os nossos séculos, apesar de ser pouco compreensível naquele século europeu. Além disto, acrescente-se que o dito decreto derribava uma posição tomada pela Santa Sé apenas onze anos antes. Esta posição era de todo contrária à confiança na classe dirigente da China que ia ensaiando as primeiras, possíveis, composições entre duas grandiosas histórias culturais, tão ilustres como autónomas. Ainda hoje elas são reduzidas a duas referências antitéticas (*Oriente e Ocidente*), como se fossem patrimónios de saber inexoravelmente alternativos.

Mas o decreto de 1656 tinha acolhido a opinião mais moderna e favorável: o diálogo podia construir o reino da Verdade com mais confiança do que as formas existentes da contraposição e do desafio. O pontífice que decretava esta confiança no encontro pacífico entre as duas civilizações não ficou isolado, sendo apoiado pela Congregação da *Propaganda Fide*, quase por unanimidade.⁴

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

Que possibilitou, num só decénio, esta inversão de avaliação a níveis tão altos de sabedoria? A discussão estava bem apoiada por uma clara percepção da diversidade entre a “quæstio iuris” e a “quæstio facti”. E quem preparou uma ilustração dos factos tão eficaz, que obteve, em poucos dias, o assentimento sobre temas tão árduos como o significado do culto dos mortos e a valorização duma personalidade representada pela figura de Confúcio e pela sua doutrina?

A personagem que conseguiu apresentar o mundo chinês aos pináculos da cultura europeia da época foi ignorada durante muito tempo ou lembrada só quase acidentalmente. Uma figura de grande mérito tem saído à luz há pouco tempo: trata-se do missionário Martino Martini (1614-1661) “italicus lingua, germanicus fidelitate”, jesuíta nascido em Trento, formado no Colégio Romano, consagrado sacerdote em Roma e pároco em Hangzhou.

Ele não chegou, de maneira nenhuma, ao Santo Ofício com pouca preparação, como se deduz das suas obras poderosas, chegou, ali, decerto num momento particularmente feliz, em que homens de autoridade e de notável grandeza mental esperavam por ele com curiosidade e esperança.

Se Ludwig von Pastor⁵ tivesse sabido mais sobre esta personagem, teria sido muito mais seguro, enquanto K. Bihlmeyer e M. Tuechle⁶ teriam sido mais precisos. O ensaio vulgarizador de Chen Chih-Mai sobre *La Chiesa Cattolica in Cina*⁷ também não o nomeia, apesar desta obra mencionar missionários ilustres. Quer a obra de René Laurentin,⁸ quer a obra, mais recente, de Jean Charbonnier,⁹ as duas bastante louváveis, limitam-se a mencionar Martini, assinando-lhe uma função marginal na qualidade de informador ocasional. Tudo isto surpreende, sendo possível constatar a desproporção entre os escassos conhecimentos histórico-geográficos sobre a China, anteriores à publicação dos volumes produzidos por Martini, e a contribuição destes últimos. Com mais razão, o silêncio sobre o nosso cientista pesa mais negativamente sobre a avaliação que Hans Küng (e Julia Ching)¹⁰ faz acerca deste facto. Infelizmente, análogo silêncio se constata na obra de Giacomo Martina.¹¹ À luz dos factos, não surpreende que também a recente, estimável obra sobre os ritos chineses apresentada por David Mungello¹² não ponha em relevo a nossa personagem, o que nós consideramos necessário à luz dos estudos de S. Zoli, B. Bolognani, G. Melis, C. von

Collani, G. Bertuccioli e de outros estudiosos de que se falará neste trabalho.

A vida de Martini foi curta: faleceu aos 47 anos, dez dos quais passados na China e oito navegando pelo mar entre naufrágios, epidemias e desafios de piratas; contudo deixou alguns documentos de extraordinária importância, a saber:

- o primeiro atlas da China com 17 tábuas
- a primeira história da antiga China de quase 400 páginas
- a primeira crónica dos acontecimentos políticos contemporâneos do Celeste Império
- a primeira gramática chinesa em língua latina
- o primeiro relatório pormenorizado da difusão do cristianismo naquele país
- a primeira introdução catecumenal em chinês em terra de missão
- a primeira explicação etimológica do nome *China*

Ninguém até então tinha contribuído para constatar a realidade concreta da civilização chinesa com análoga amplitude e precisão. As suas obras são ainda admiradas e estudadas pelos próprios chineses. A “quæstio facti” não podia esperar por um material mais abundante e rigoroso ainda que exposto em língua latina. Na verdade, as comissões romanas agiram com seriedade perante o material apresentado pelo próprio missionário; contudo elas não se mostraram muito convencidas, do que resulta a reconstrução deste facto feita pelo Professor Severino Vareschi, há pouco tempo.¹³

As obras de Martini representam uma poderosa documentação daquela metade oriental do planeta, a civilização chinesa, que, até então, era conhecida de forma indirecta. Elas chegaram à cultura europeia numa época de importância excepcional, isto é, no meio daquela “crisi della coscienza europea”, como foi definida por Pe. Hazard,¹⁴ que acabou por substituir uma civilização sustentada pela ideia do dever por uma civilização sustentada pela do direito.

Um estudo biográfico da personagem teria que tratar, necessariamente, de três problemáticas, a saber: da preparação que lhe permitiu desenvolver uma actividade amplamente documentada e convincente; das peripécias que acompanharam Martini até à China pelas suas províncias e por ocasião do regresso dela; da

repercussão quer dos seus escritos, quer dos seus contactos no ambiente chinês e europeu em que ele viveu e trabalhou.

2. VIDA EM TRENTO, ROMA, LISBOA

Martino Martini nasceu em Trento em 1614 numa família de comerciantes, que vivia no sector alemão da cidade. Tinha onze anos quando os jesuítas, em 1625, abriram uma escola em Trento.¹⁵ Ali, Começou a aprender não só o método próprio da Companhia de Jesus e a sua disciplina, mas também as dimensões mundiais do empenho missionário, inspirado em Francisco Xavier. No mesmo ano do nascimento de Martini (1614), o padre jesuíta Nicolas Trigault¹⁶ tinha publicado os *Diari* de Matteo Ricci, que tinha trazido consigo da China e traduzido do original italiano para o latim. O novo texto espalhou uma rajada de renovado entusiasmo e curiosidade por aquele imenso país culturalmente e politicamente evoluído.

Aos dezoito anos Martini deixou Trento para seguir a sua vocação missionária na Ordem dos Jesuítas: foi então para Roma e para o Colégio Romano, que em 1553-1554 tinha celebrado pela primeira vez a “*instauratio solemnitas studiorum*” com a criação do curso de filosofia e teologia, depois de ter nascido como “*Scuola di grammatica, di umanità e dottrina cristiana, gratis*”. Desta maneira a sede de Roma acabava por se juntar às sedes do Colégio, em Paris e Lovaina. Sendo gratuito o ensino, nele eram admitidos rapazes “*omnis conditionis*”. Quando Martini chegou a Roma, o Colégio estava no cume da sua fama por eficiência didáctica, vigor intelectual e funcionalidade organizadora. Os inscitos eram dois mil alunos e provinham de diversas nações europeias, o que explica o título dado ao Colégio Romano, isto é, o de “*Collegium universale*” e o de “*Omnium Nationum Seminarium*”.¹⁷

O que constituía o alvo fundamental perseguido pelo Colégio Romano era a formação “*non minus...ad virtutem et pietatem, quam ad eruditionem animos informari*”.¹⁸

Junto dos jesuítas romanos, Martini aumentou a sua preparação numa maneira substancial. E estudou retórica, cuja aspiração era representada pela consecução da perfeição expressiva e da beleza formal mediante o conhecimento das línguas clássicas, bem como mediante o estudo de Cícero e da filosofia. Neste



domínio, no Colégio, seguia-se escrupulosamente Aristóteles. Os professores destinados ao ensino tinham que garantir, de facto, fidelidade a este mestre, o único a ser proposto. Segundo os jesuítas escolásticos e os que depois do curso de filosofia tinham intenção de estudar teologia (o único modelo era representado por São Tomás de Aquino) e, também segundo Martino Martini, os estudos filosóficos tinham um cunho determinado: “*artes vel scientiæ naturales ingenia disponunt ad theologiam et ad perfectam cognitionem et usum illius inserviunt, et per se ipsas ad eundem finem iuvant*”.¹⁹ Os professores, a quem eram recomendados estes cursos, tinham que ser capazes de expor com perícia a matéria, “*ricercando sinceramente la gloria e l’amore di Dio*” e não os interesses humanos.

Além do conhecimento do “*universus Aristotelis contextus*”, era dada muita atenção às ciências exactas, tão abstractas quanto aplicadas, a saber: a geometria e a perspectiva, a aritmética, a geodesia, a esfera e a

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

cosmografia, as tábuas astronómicas, os astrolábios e os relógios, a música, a mecânica, a hidrografia, a arquitectura. Estas disciplinas eram obrigatórias, o que comprova a importância de que gozavam. A razão desta atenção tem que ser procurada na vontade de secundar a abertura a favor do desenvolvimento científico da época, na convicção que “ad finem nostrum conveniunt”.²⁰

Foi durante o biênio de retórica, isto é, em Agosto de 1634, que Martini fez um pedido oficial para partir para a Índia. À espera duma resposta afirmativa,²¹ prosseguiu nos seus estudos com renovado empenho, tencionando adquirir grande competência nas ciências matemáticas, ciente da vantagem que estas tinham oferecido a quem, como Matteo Ricci, se tinha introduzido com êxito na China antes dele.

Ele teve um professor de nível extraordinário, o Pe. Athanasius Kircher (1601-1680), de Fulda,²² a quem ficou ligado por afecto e estima e com quem esteve sempre em contacto, mesmo depois da sua partida para a China. Ele enviou-lhe, de facto, as suas investigações sobre o magnetismo. Aos seus ouvidos tinha chegado, em 1627, a notícia acerca da célebre Inscrição nestoriana de Xian, cuja descoberta remontava a dois anos antes, e que ele tinha mandado traduzir e dar a conhecer como *Dichiarazione d'una pietra antiga*, enquanto, numa obra posterior (*China illustrata*), tinha dado a conhecer os seus monumentos sagrados e profanos. Aquela inscrição documentava a chegada do cristianismo à China, vindo da Síria e da Pérsia, já no século VII. É fácil imaginar a repercussão daquela antiga memória nas escolas europeias da época.

Martino Martini chegou a Lisboa exactamente no momento mais saliente da reivindicação nacionalista portuguesa (1638). Foram anos cheios de acontecimentos: lembre-se só o processo contra Galileu (1633) e o ensino de Cornelis Jansen (W1638) em Lovaina.

Martini permaneceu algum tempo na capital de Portugal segundo a praxe destinada aos missionários. Estudou não só teologia e a língua portuguesa, mas também a pastoral missionária no estilo jesuítico, que pregava uma abordagem não-rígida com as realidades que os homens da época se aprestavam para encontrar. Tendo como meta a China, Martini aplicou-se, com os outros missionários que também tinham que se dirigir para lá, ao estudo dos costumes chineses. A sua formação mental, aberta a favor de cada estímulo cultural novo, impeliu-o a interessar-se também pela

ciência náutica, conhecimento que em seguida lhe foi muito útil.²³ A vida numa cidade cosmopolita e vivaz, em virtude da sua posição geográfica estratégica, enriqueceu-o ulteriormente: a sua estadia entre pessoas de origens e culturas diferentes foi decerto uma profícua experiência de vida.

Tem que se ter presente também o clima social e político da época: enquanto estudava na capital portuguesa, o duque de Bragança, instigado pelos franceses, preparava a revolta (1638) para libertar Portugal do domínio espanhol. Entretanto, uma grande conjuração guiada por Gastão, irmão de Luís XIII (W1643), lançava as suas bases em Madrid, no próprio governo de Gaspar Olivares (W1645),²⁴ com a intenção de suprimir o cardeal Armand Richelieu (W1642). A vasta conspiração foi afogada em sangue, o que comprova o enorme vazio de amizade cristã que grassava pelas cortes principescas da época.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) tinha esgotado os armamentos das forças militares mobilizadas, quer para conservar o império europeu nas mãos dos Habsburgos da Espanha, quer para executar o projecto francês que tencionava impor uma nova hegemonia na Europa. Os expedientes diplomáticos e a corrupção tinham que dar lugar a medidas concretas para reparar os custos produzidos pela miséria das pestilências, das carestias e dos estragos.

Havia um esgotamento geral das reservas de ouro dos governos por causa dos custos de quase um milhão de soldados numa Europa de cerca cem milhões de habitantes. Por outro lado, naqueles mesmos anos, as revoltas camponesas e a invasão tartária num país com uma povoação pobre, se comparada à do nosso Ocidente, e com um complexo de forças armadas de um milhão de soldados, produziam eventos análogos. No parecer do nosso missionário dever-se-ia, então, formar uma força alternativa baseada na expressão interpessoal e internacional da amizade, considerada em sentido cristão. A amizade será, de facto, o tema central do seu apostolado. Hoje, toda a sua actividade tem que ser interpretada à luz deste valor vivido constante e concretamente.

3. A EXPLORAÇÃO DO MUNDO CHINÊS

Martini partiu de Lisboa no final de Março de 1640, aos 26 anos, pouco depois da sua consagração sacerdotal em Roma. Foi uma travessia árdua – como

nos dá conta no seu diário – que parece tirada dum romance. Quase seis meses depois, Martini chegou por fim a Goa, que era o natural porto de chegada das expedições com destino ao Oriente. Faltando os navios para a prossecução da sua viagem, só partiu um ano depois, isto é, em Dezembro de 1641.²⁵

Chegou a Surate (ca. 240 quilómetros ao norte de Bombaim) num navio inglês, prosseguindo, em seguida, noutro navio inglês para Samatra, até ferrar em Bantam, o porto da Java Maior.

À sua chegada a Jacarta foi detido pelos holandeses, tendo apenas conseguido chegar a Macau em Agosto de 1642.

Em 1643, em traje de militar e em companhia do vice-provincial, Pe. Giulio Aleni, e do Pe. Simão da Cunha,²⁶ Martini deu à vela para a China, onde desembarcou, provavelmente em Fevereiro ou Março do mesmo ano.

O seu destino era Hangzhou – na província de Zhejiang –, que já naquele tempo era a capital da indústria da seda, “città eccezionale, la cui rinomanza ha superato i confini della Cina”. Marco Polo elogiava-a frequentemente: “al mondo non vi è altra città che offra simili delizie, tanto che si potrebbe credere di essere in paradiso”.²⁷ Aqui Martini teve que exercer a função de pároco.

Para não cair em mais perigos, ele escolheu a via interior, navegando sobretudo por rios e canais. Chegou a Nanxiong via Cantão, atravessando, logo a seguir, a passagem de Meiling, até chegar, seguindo alguns rios e atravessando muitos lagos, à boca do Grande Canal e a Hangzhou.

Antes de chegar à sua nova residência, Martini permaneceu durante alguns meses em Xangai junto do confrade Francesco Brancati, aplicando-se ao estudo da língua chinesa. Foi durante esta estadia que decidiu adoptar o apelido chinês *Wei* e o nome *Kuangguo*, isto é, O Salvador do País, e um segundo nome, *Jitai*, que significa *ajudar, assistir*, e cuja pronúncia chinesa lembra a de *Xitai*, isto é, do Extremo Ocidente, que era o nome que tinha sido escolhido por Matteo Ricci.

Havia uma guerra civil entre a dinastia Ming e a dinastia Qing, que Martini viveu pessoalmente e que contará em seguida na sua *De Bello Tartarico Historia*.

Em Outubro de 1643, Martini chegou a Hangzhou, tendo, já em Fevereiro de 1644, que se sair da cidade para ir a Suzhou. Um mês depois, recebeu a ordem de se dirigir para Nanquim para substituir o

Pe. Francesco Sambiasi. Aqui, recebeu a notícia da morte do imperador Ming, Zhou Youjian, e da queda de Pequim às mãos dos manchus.

Convocado pelo vice-provincial, Martini chegou a Hangzhou em Julho de 1644. Em Agosto de 1645, os manchus chegaram a Hangzhou, e, entrando nela, ocuparam-na depois duma batalha que o próprio Martini descreveu provavelmente escondido em algum lugar ali perto.

Em Agosto de 1645, foi enviado para a província de Fujian, onde o imperador Ming Longwu, que se tinha escondido durante algum tempo, pretendia que Martini pusesse à sua disposição os seus conhecimentos científico-militares, pelo que outorgou ao nosso missionário o cargo de Grande Funcionário da Pólvora.

Em 1648, Martini regressou a Hangzhou, onde ficou até 1650. Nestes anos, teve ocasião de conhecer alguns expoentes de alto nível do exército invasor, os quais o convenceram da sua enorme eficiência e da inevitável liquidação da dinastia Ming, que evidenciava, sem esperança, uma certa resistência nas províncias meridionais do império. Em 1650, ele viajou pelo Canal Imperial até Pequim para pedir licença para poder permanecer nesta cidade, mas a sua tentativa não teve êxito. Ficou na capital provavelmente desde o mês de Março até ao de Abril de 1650. Aqui firmou acordos e colheu informações junto dos seus confrades, entre os quais se distinguia, por prestígio e ciência, o Pe. Adam Schall von Bell (1592-1666), de quem tomou em seguida a defesa em Roma; visitou a Grande Muralha e daqui regressou à sua paróquia, onde despachou os trabalhos para a construção da sé.

Segundo Giorgio Melis, cujas cuidadosas reconstruções temos referido, as deslocações do Jesuíta no interior da China pertencem ao itinerário ordinário da época, pelo que a expressão “ho percorso gran parte della Cina”, empregada pelo próprio Martini, pode ser explicada à luz do estilo adoptado. O que escreve Martini na passagem conclusiva da sua introdução (*Ad lectorem praefatio*) do *Atlas* goza de mais consideração: “mi sono recato in sette provincie”.²⁸

Em virtude da sua cultura científica, exactamente quando “il mondo erudito dell’epoca si interessava assai vivamente alle matematiche e alle scienze naturali”,²⁹ conseguiu entabular, duma maneira extraordinária, relações sociais com algumas personalidades importantes da época, que foram capazes de lhe fornecer um vasto volume de informações sobre as

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

etapas do avanço tartário e a sua consistência, sobre as dimensões geográficas e as estruturas sociais do país, sobre a antiga história da China. Tudo isto foi referido nas obras supracitadas.

Por um encadeamento de circunstâncias singulares, entre o final de 1650 e o começo de 1651, foram enviados da China para Roma dois procuradores, a saber: Martinho Martini e Michele Boym.³⁰ A natureza da missão dos dois era absolutamente diferente: o Pe. Boym queria conquistar simpatias na

a Macáçar; daqui foi para Batávia, onde foi detido pelos holandeses durante quase oito meses; finalmente zarpu para a Europa num navio holandês.

Quando desembarcou em Amesterdão, em 1653, trazia consigo 50 livros chineses. Conseguiu mandar imprimir as suas obras junto de alguns tipógrafos holandeses, belgas e bávaros. Em Bruxelas, encontrou então o arquiduque Leopoldo Guilherme da Áustria, a quem dedicou o *Novus Atlas Sinensis*, pelo que obteve assim uma renda anual de cem ducados napolitanos.

À sua chegada a Jacarta foi detido pelos holandeses, tendo apenas conseguido chegar a Macau em Agosto de 1642. Em 1643, em traje de militar e em companhia do vice-provincial, Pe. Giulio Aleni, e do Pe. Simão da Cunha, Martini deu à vela para a China, onde desembarcou, provavelmente, em Fevereiro ou Março do mesmo ano.

Europa a favor da dinastia Ming, enquanto que para Martini era evidente a impossibilidade duma restauração. Os jesuítas, tendo de facto experimentado a tolerância dos Qing manchus para com eles, tencionavam tirar fruto da aproximação que tinham encetado com o novo governo.

As razões do regresso de Martini talvez tenham que ser procuradas também na vontade do vice-provincial Dias e na do visitador Furtado³¹ de o compensar por não lhe ter sido dada licença para permanecer em Pequim, e, isto, provavelmente por sugestão do nosso próprio cientista, que estava deseioso de publicar o abundante material informativo que havia recolhido. Tudo isto foi por certo decidido, a toda a pressa, por causa da oposição portuguesa a uma viagem sua via Manila que, pelos oceanos, o teria conduzido até Cádiz, em Espanha. Foi assim que Martini partiu quase às escondidas, em Janeiro de 1651.

4. A DEMORA EUROPEIA (1653-1657)

Martini deu à vela de Amóim para as Filipinas e aqui ficou durante cerca de um ano à espera de navio. Aproveitou esta circunstância para reordenar, de maneira sistemática, todo o material histórico e geográfico acumulado na China, bem como para continuar a redacção já iniciada.³² Chegou à Indonésia,

Chegou por fim a Roma em Novembro, ou, provavelmente, em Dezembro de 1654, onde, para além de mandar publicar a *Brevis Relatio (...)* por De Lazzery, cumpriu a sua tarefa principal em que todos nutriam certa esperança, isto é, sublinhar ao pontífice, ao Santo Ofício e à Congregação da *Propaganda Fide* a necessidade de corrigir as precedentes decisões (1645) que condenavam os ritos chineses da genuflexão e da prostração em frente dos simulacros dos antepassados e de Confúcio. Segundo a opinião dominante entre os missionários jesuítas, tratavam-se de ritos civis e não-religiosos, e, por isso, não-supersticiosos, sendo tolerados enquanto fosse caso para isso.

Estava à sua espera Alexandre VII (1655-1667), isto é, Fabio Chigi, nascido em Sena em 1599 duma família de banqueiros.³³ Crescido na Cúria Romana, tinha exercido, durante vinte anos, as funções de nuncio apostólico na Alemanha, em especial em Colónia, Munster e Aachen, onde tinha tido a possibilidade de se adestrar, da melhor maneira, na arte diplomática. O conflito entre as aspirações hegemónicas da monarquia francesa, em contraste com a Espanha e o Império, viu-o empenhado na procura dum difícil equilíbrio entre as potências europeias. Em harmonia com a Companhia de Jesus, manteve uma posição firmemente anti-jansenista, mas também severa em relação à propensão para a degeneração do probabilismo

tendente ao laxismo. Apesar do seu carácter rígido, foi bastante favorável às pias devoções, entre as quais teve uma predilecção pela “Filotea” de S. Francisco de Sales, que beatificou em 1661 e canonizou cinco anos depois.

Os contrastes de natureza doutrinal e política que agitavam o catolicismo europeu repercutiam-se no Extremo Oriente, donde a Questão dos Ritos chineses em relação aos antepassados e ao filósofo Confúcio tinha atingido a atenção da Santa Sé, desde a difusão do pensamento e do método de Matteo Ricci por Nicolas Trigault. Entretanto, informações sobre o aumento súbito do número de cristãos na China suscitam acusações de que estariam a ser feitas conversões pelo método jesuítico da aceitação de obséquios supersticiosos intoleráveis pela ortodoxia (como a professada sobretudo pelos padres dominicanos). É por isso que Martini recebeu a ordem urgente de ir a Roma³⁴ para expor directamente observações contrárias às acusações avançadas dez anos antes. Ele procurava defender a tese da adaptação, sobretudo pela publicação das suas obras histórico-geográficas. Em Roma encontrou um ambiente muito disposto a acolher a sua interpretação. Alexandre VII podia ser visto como o defensor de uma visão pragmática e universalista da Igreja, que necessitava de compensações depois das humilhações sofridas em consequência do Tratado de Vestefália (1648), onde ele próprio tinha desempenhado o cargo de nuncio. Também bastante recente era a condenação das cinco proposições do *Augustinus* de Jansen (1655) e a consequente polémica entre os jesuítas e os dominicanos, entre os fautores da tolerância e os fautores do rigor. Não deve ter custado muito a Martino Martini – agora bem armado de documentação recolhida *in situ* – fazer triunfar em Roma a tese da adaptação aos ritos chineses, o que lhe valeu, pelo contrário, a crescente e áspera hostilidade dos fautores do rigorismo, isto é, dos tucioristas.

“Con tanta fretta per il desiderio di quanto prima arrivare alla mia amata Cina e di soccorrere a quei miseri popoli”, como ele próprio escreve numa carta dirigida ao cardeal Francesco Barberini, o Pe. Martini partiu de Roma a 11 de Janeiro de 1656. Em Génova embarcou para Espanha junto com nove confrades. Depois de seis dias de navegação, e já com a costa espanhola à vista, o navio em que iam foi assaltado por um barco pirata comandado por um corsário francês.

Como escreve o próprio Martini, “non avendo li francesi ne pur rispetto o riverenza alcuna agli ordini sacri”, aqueles piratas despojaram-nos de todos os seus bens, bem como da roupa, pelo que foram obrigados a regressar a Génova. É durante o tempo em que está à espera doutro navio que lhe permita tentar outra vez a partida para a China que, a 26 de Fevereiro, Martini escreve uma carta³⁵ para pedir que lhe enviem “le valutazioni de dubii da me proposti”, além de uma ajuda material que consistisse, pelo menos, no estritamente necessário para poder prosseguir a sua viagem.

Chegado a Lisboa, permaneceu na capital portuguesa durante um ano por não ter recebido a tempo o texto do decreto pontifício de 23 de Março de 1656. Partiu para a sua paróquia chinesa a 4 de Abril de 1657. Empreender uma viagem para a China por motivos religiosos, parece hoje em dia, devido a todos os perigos que isso comportava, algo mais do que os prazeres da aventura, sobretudo se uma viagem tão difícil era empreendida pela segunda vez. Nós diríamos, verdadeiramente, que a tèmpera moral de missionários tão generosos é exactamente o avesso, a antítese, do manzoniano D. Abbondio, que vivia na Lombardia enquanto se espalhava a grande peste, 1633, de que tinha falecido, em Trento, também o pai de Martino Martini.

No *Brevis Relatio* (...), tinha escrito que os jesuítas entrados na China até então eram sessenta; mas hoje afirma-se com certeza que os jesuítas que tinham partido para a China antes da supressão da Ordem (1773) deviam ser mais de mil. Neste entretanto (1614-1691), no Japão, milhares de cristãos sofriam uma sanguinária perseguição, o que todavia não desanimou os missionários.

Junto com ele viajaram dois missionários de grande talento, a saber: o siciliano Prospero Intorcetta (W1696) e o belga Ferdinand Verbiest (W 1688). O primeiro divulgou as obras de Confúcio no Ocidente,³⁶ enquanto o segundo dirigiu o Observatório Astronómico de Pequim.³⁷ Verbiest expôs as dramáticas vicissitudes da sua viagem num relatório pormenorizado em que descreve “la forte personalità del Martini, la sua abilità e immaginazione, la sua audacia e generosità, le sue vampate d’ira e la sua propensione a vedere tutto come un’esperienza elettrizzante per i missionari novizi”.³⁸ Não é por acaso que Martini foi alcunhado “o almirante”.

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião



Depois da normal escala em Goa, a 30 de Janeiro de 1658, ele retomou a sua viagem por mar, chegando a Macau a 17 de Julho. Daqui escreveu, informando que os tártaros tinham concluído a ocupação da China, soçobrando quase por inteiro toda resistência.³⁹

Martini sobreviveu na China durante dois anos; consolidou as bases da sua missão; estreitou os vínculos de amizade contraídos durante a sua precedente demora; baptizou centenas de neófitos. Morreu por causa duma terapia errada a 6 de Junho de 1661. O seu corpo ficou incorrupto durante cinquenta anos, sendo depois causa de controvérsias entre os cristãos e os budistas acerca da pretensão de o conservar.⁴⁰ É emblemático o que escreve a este respeito o médico Zhu Shi que tinha estreitado amizade com ele em

Lanqi, durante o conflito tartárico: “ha maniere eccezionali: è grande nella persona, di animo illuminato e splendidamente caritatevole. A guardarlo sembra un angelo. È quel che si dice un uomo perfetto”.⁴¹ As palavras do literato Xu Erjue, neto do famoso mandarim Xu Guangqi, que tinha apresentado Matteo Ricci à corte imperial, não são menos significativas. Ele apresenta Martino Martini da seguinte maneira: “Nella sua grande virtù e saggezza egli illustra e spiega in maniera semplice e dettagliata. La sua mente è limpida come uno specchio, i suoi sentimenti giusti come una bilancia. È limpida e così vede chiaramente ciò che è bene e ciò che è male; è giusta e così non pensa a sé quando deve dare un giudizio. Stringe amicizia con la mentalità di chi ama gli altri come se

stesso e che fa sì che i buoni diffondano a lungo la loro benefica influenza ed i cattivi si correggano. Il signore oggi è morto (6 giugno 1661), ma questo suo *Trattato sull'Amicizia* è un'opera che sfiderà imperitura i secoli".⁴²

5. A INFLUÊNCIAS DE MARTINI SOBRE A CULTURA ORIENTAL DOS EUROPEUS

O interesse pela China na cultura europeia aumentou rapidamente desde meados do século XVI até ao início do século XVIII. De 132 obras registadas por Harmut Walravens na sua obra *China Illustrata* (1987), e aparecidas durante aqueles 150 anos, 18 são anteriores a 1600; 24 são anteriores a 1654, isto é, quando começaram as publicações de Martini, enquanto que, até 1659, duas são suas contemporâneas. Desde então, e até ao final do século XVII, as obras são 80. Desde que Martini aparece no mercado até ao momento em que Gottfried Leibnitz publica *Novissima Sinica* (1697), durante quarenta anos, os estudos sobre a China registadas pelo dito catálogo são, fazendo as contas, o dobro a respeito dos cem anos precedentes.

É em consideração às suas obras que a Martino Martini tem que ser reconhecido o considerável mérito de ter levantado alguns problemas de grande importância. Sem dúvida, um mérito histórico: através da *Sinica Historia Decas Prima* colocou quesitos de alguma importância, soçobrando a cultura histórica europeia e obrigando os estudiosos a uma revisão radical dos princípios que guiavam as opiniões dominantes acerca das origens do género humano e da data do Dilúvio Universal, bem como os critérios em que se baseava a historiografia da época.⁴³

As obras de Martini provocaram a crise da reconstrução rigorosa dos acontecimentos históricos promovida naqueles anos. Se o que ele escrevia era verdadeiro, isto é, como exprime o Decreto de 1656, "si vera sunt quæ narrantur", apresentava-se logo toda uma série de dúvidas. A mensagem da Bíblia e, por consequência, a Redenção, diziam então só respeito ao povo hebraico e aos descendentes de Noé? Além disto, os que tinham vivido antes do Dilúvio tinham que ser considerados livres do Pecado Original? E mais, tinha sido o Dilúvio, propriamente *universal*? Os quesitos que nasciam de seguida e as respostas a concertar eram de grande importância. Martini estava ciente de tudo isto, bem como do que naquele período

era opinião geral na Europa; contudo, decidiu não se fechar completamente em si, entre as paredes duma interpretação até então indiscutível, sem por isto excogitar outras hipóteses. Seguindo um sério critério de objectividade historiográfica, preferiu, mais duma vez, não tomar uma posição precisa, o que é testemunhado pela frequência de cláusulas dubitativas (*forse*) e pelo emprego do tempo condicional dos verbos. Pela primeira vez na história, limitou-se a oferecer aos europeus, e como problemática discutível, uma historiografia de origem oriental anterior a Noé.

A orientação fundamental, que animou e explica o sentido missionário da sua actividade, foi a fidelidade a uma atitude dialógica que transmite, mas que ao mesmo tempo aprende: é o que a autoridade eclesíastica tem recomendado cuidadosamente na encíclica *Redemptoris Missio* (Dezembro de 1991). A *Sinica Historia Decas Prima* reveste-se de um valor de importância basilar, como desde então "gli storici europei che scrivevano la storia del mondo, dovettero prendere in considerazione la storiografia cinese".⁴⁴

Outro incontestável mérito martiniano é o geográfico. O *Novus Atlas Sinensis* (17 cartas geográficas e 170 páginas de comentário) é considerado um primor pela riqueza das suas informações e a perfeição do seu método cartográfico; este é o juízo não só dos europeus que durante quase um século o adoptaram, mas também o de alguns especialistas chineses.⁴⁵

Segundo o historiador italiano Sergio Zoli, estas duas obras de Martini têm posto as premissas decisivas "per il passaggio da un'angusta concezione medievale ad una visione moderna e planetaria del ruolo del genere umano nello spazio e nel tempo".⁴⁶

Outro mérito martiniano consiste em ter descrito na sua *De Bello Tartarico Historia* a passagem da dinastia Ming à dinastia Qing. Muito tem sido escrito como comentário a esta obra na Europa, onde foi publicada e difundida com admirada surpresa, reveladora de acontecimentos contemporâneos grandiosos e misteriosos. Os estudiosos chineses,⁴⁷ pelo seu lado, julgam esta obra de Martini indispensável e fundamental pelo conhecimento dos acontecimentos da época. Pela nossa parte, ela necessitaria duma verificação no que diz respeito às centenas de milhares de mortes ocorridas naquelas batalhas. Serão estas cifras atendíveis? Considerando que na China se praticava a inumação e não a cremação, teríamos que crer na existência de cemitérios imensos.

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

Igual relevo tem que ser dado à primeira gramática chinesa em latim preparada por Martini e que ele próprio deu ao cientista Jacob Golius,⁴⁸ que visitou em Amesterdão. Vale a pena referir a impressão que o célebre arabista teve do “intelligentissimus Martinius”: “All’inizio dell’estate scorsa, quando si è diffusa la notizia che con le nostre navi era giunto dall’India orientale ed era sbarcato qui un uomo di vasta cultura che, durante la sua lunga permanenza in Cina aveva acquisito delle conoscenze straordinarie, da nessun altro possedute, sono stato preso dal grande desiderio di vederlo e di parlargli. Mi ha accolto con molta cortesia e, dopo aver scambiato poche parole, ho capito che la fama, di cui egli godeva per le sue straordinarie doti non era affatto vana o fallace”. A dita gramática foi difundida entre os estudiosos da Europa setentrional (é possível encontrar algumas cópias em Inglaterra e em terra polaca).

À sua chegada a Roma, apresentou às autoridades do Vaticano o seu opúsculo *Brevis relatio de numero et qualitate Christianorum apud Sinas*, com o óbvio fim de informar as ditas autoridades acerca da situação dos 150.000 católicos chineses, da sua deslocação e do seu comportamento. O dito opúsculo contém também o elenco das obras publicadas na China, bem como o rol dos 73 missionários que nelas trabalharam.⁴⁹ Uma verdadeira novidade é representada pela recente tradução italiana do *Trattato sull’Amicizia* de Martino Martini. A dita obra tem sido conservada e reimpressa na China, mas uma sua recente tradução ocidental deve-se ao Professor Giuliano Bertuccioli. Pela nossa chave de leitura,⁵⁰ no *Trattato* têm que ser distinguidas duas partes: a primeira representa a tentativa duma exposição sistemática do assunto, enquanto a segunda tem que ser considerada uma depreciação das condições deploráveis da sociedade da época que ele tinha experimentado em pessoa, pelo menos quando os piratas o despojaram dos seus bens.⁵¹ Mediante este tratado o Jesuíta conseguiu ilustrar, de forma didáctica, a mensagem cristã e, especificadamente, o tema da graça santificante, isto é, da amizade com Deus.

A sua metodologia missionária estava bem longe da duma série de aparições espectaculares a que tinha recorrido S. Francisco Xavier cem anos antes dele. Um século de experiências tinha consolidado a validade do método cauto e prudente da adequação inaugurado por Alessandro Valignano e Michele Ruggeri, em Macau, e adoptado com decisão por Matteo Ricci. É

por isso que o *Trattato* pode ser considerado uma traça de instrução catecumenal, uma preparação à doutrina cristã conforme com a praxe prudente e gradual seguida pela Companhia de Jesus. O método dos jesuítas tinha sido elaborado segundo as directrizes da “ratio studiorum” do Colégio Romano, que se pode considerar uma pedagogia cujo fundo de carácter lógico-formal resultou ser muito eficaz junto das pessoas cultas.⁵²

Este tratado pode ser também considerado uma tentativa de projecção para o futuro. Entre os intelectuais de formação confuciana,⁵³ Martini tinha encontrado uma abertura a favor do cristianismo, superior a toda expectativa: eles tinham-se revelado bastante próximos, pois provinham duma base reflexiva de estudos semelhante à ocidental. Mais difícil parecia-lhe a promoção da religião cristã entre o povo, agora influenciado pelas superstições de origem tauista e budista.

Já as controvérsias do final do século XVII tinham produzido um ataque bastante pessoal à personagem Martini – como o do dominicano J. H. Serry no quadro da disputa geral contra os jesuítas,⁵⁴ o que determinou um esquecimento da sua figura e da sua obra, que durou dois séculos e meio.

O decreto de 1656 de facto não pôs fim à disputa sobre os ritos: os adversários não se renderam. No mesmo ano da morte de Martini, o missionário dominicano Antonio de S. Maria Caballero escreveu um memorial que continha as razões adversas dos missionários das Ordens mendicantes.

Quinze anos depois do falecimento de Martini (1676), Domingo de Navarrete,⁵⁵ ainda que tivesse partilhado com os jesuítas a experiência do cativo e, naquela ocasião, chegado a uma certa afinidade com eles, publicou em Madrid os *Tratados históricos, políticos, eticos y religiosos de la monarchia de China*, um duro requisitório em que foi incluído também o memorial do jesuíta Nicolò Longobardo (1565-1655), antigo superior provincial da China, com as suas perplexidades e as suas críticas para com o método adoptado.

Mediante o decreto de 1669, o Santo Ofício declarou válido “per le circostanze rispettivamente descritte” o que tinha sido decidido quer em 1645, quer em 1656. Por outras palavras, a Santa Sé reafirmava o pronunciamento de juízos de verdade acerca dos quesitos a ela submetidos, mas que não era seu dever verificar a veracidade dos opostos (“si vera

sunt narrata”). Os jansenistas e os que eram contrários ao probabilismo ético contudo não se contentaram, insistindo assim em manter viva a polémica.

Os historiadores da filosofia Giovanni Reale e Dario Antiseri escrevem que “il periodo di tempo che va pressapoco dalla data di pubblicazione del *De Revolutionibus* di Niccolò Copernico, e cioè dal 1543, all’opera di Isaac Newton, i cui *Philosophia Naturalis Principia Mathematica* furono pubblicati per la prima volta nel 1687, si è ormai soliti indicarlo come il periodo della “rivoluzione scientifica”. Si tratta di un possente movimento di idee che avrà la sua espressione ormai classica nell’immagine newtoniana dell’universo concepito come una macchina, come un orologio”.⁵⁶

É nesta altura que a verificação empírica das melhores hipóteses se vem livrando, com custo, daquelas aproximações fantasiosas que punham em campo tantas informações acrílicas à espera de aprofundamento. Um exemplo evidente é representado, neste caso, pelo que tinha acontecido a A. Kircher, que, mediante o estudo dos obeliscos romanos, pensava alcançar a formulação duma língua universal primordial.

Desde que Copérnico, dois anos antes do começo do Concílio de Trento (13 de Dezembro de 1545), tinha publicado a proposta duma teoria heliocêntrica considerada de fundamento bíblico até à formulação da lei da gravitação universal por Newton, tinham decorrido cinquenta anos, durante os quais nos ambientes da alta cultura europeia, a imagem do mundo tinha, sem dúvida, mudado por inteiro. Os próprios historiadores escrevem que “interconnesso con tale mutamento è”, porém, “il cambiamento - anch’esso lento, tortuoso, ma decisivo - delle idee sull’uomo, sulla scienza, sull’uomo di scienza, sul lavoro scientifico e le istituzioni scientifiche, sui rapporti tra scienza e società, sulle relazioni tra scienza e filosofia e tra sapere scientifico e fede religiosa”.

É exactamente em 1687 que D. Papin inventa a máquina a vapor. Dois anos antes tinha sido revogado o édito de Nantes, que ordenava a transferência de milhares de huguenotes para a Europa do Norte, onde difundiram aquela cultura francesa que deu à Prússia as estruturas administrativas válidas que a tornaram um estado potente e antagonista. É neste contexto que tem que ser avaliado o cientista e o jesuíta Martino Martini, a quem F. von Richthofen chamou “o pai da geografia da China”. Como Walravens revela no seu

ensaio *Bibel versus Annalen*,⁵⁷ a posição revolucionária de Martini na história comparada não foi todavia menos participativa do que a problemática que naquele tempo agitava todos os intelectuais. Toda a Questão dos Ritos chineses em que Martini exercitou certa função está implicada em tudo isto.

Foi assim que começou o processo de decadência da missão católica na China. Para superar o antagonismo entre a interpretação rigorista dos ritos chineses e a interpretação acomodável professada pelos jesuítas, inseriu-se, mediante a nomeação dos vigários gerais, a política francesa de expansão colonial.

Eles assumiram, todavia, a posição dos rigoristas, contribuindo para alterar a contribuição de Martini, considerado, já por volta do final do século, pouco objectivo e fautor duma visão aberrante do pensamento cristão. A Questão dos Ritos tem sido tratada da dita maneira há só pouco tempo. René Étiemble escreve: “I Gesuiti e gli altri missionari miravano alla conquista spirituale almeno in Cina;...tutti costoro fecero così bene l’elogio del popolo cinese, dei dotti e del sovrano della Cina, che gli occidentali si domandarono perché mai evangelizzare un Paese così ricco, così morale, così ben governato. Invece di cristianizzare l’Impero di Mezzo, le imprese dei missionari contribuirono vigorosamente a scristianizzare l’Europa...”.⁵⁸ Sergio Zoli tem presente que o próprio Voltaire na sua obra *Il Secolo di Luigi XIV* partilhava o mesmo juízo.⁵⁹ Uma revalorização da função informativa própria de Martini é, à luz de tudo isto, uma tarefa dos nossos estudos mais recentes.

D. E. Mungello assim escreve na introdução da sua recente obra:⁶⁰ “Nel 1966 lo studioso francese R. Étiemble pubblicò un’opera popolare dal titolo *I Gesuiti in Cina (1552-1773)*, la *Questione dei Riti*, in cui vedeva la controversia come inseparabile dalle più ampie espressioni dell’imperialismo europeo e della mentalità europea orientale a considerare la Cina culturalmente inferiore. Dal suo punto di vista il culmine della controversia dei riti non era derivato dalle disposizioni papali dell’*Ex illa die* (1715) e *Ex quo singulari* (1742) che concludevano in opposizione ai riti cinesi, ma piuttosto dal *Dominus ac Redemptor* (1773) con cui il papa Clemente XIV sciolse la Compagnia di Gesù. Étiemble vide le potenze dominanti d’Europa in opposizione non soltanto all’interpretazione gesuitica dei riti cinesi, ma all’intero approccio dei Gesuiti che trattavano la civiltà cinese con un riguardo troppo

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião



análogo all'europea. Egli condivise la scelta dei Gesuiti che in maggioranza sostenevano che "o Roma accetterà senza riserve i riti cinesi o sarà necessario lasciare la Cina". Roma non accolse i riti cinesi e così perse la Cina. Étiemble riferisce che la missione di Macartney alla corte dell'imperatore Qianlong sostituiva al punto di vista dei Gesuiti quello dei mercanti". Foi assim que se perdeu a memória de Martini e a da sua apologia da civilização chinesa em proveito dos mercadores europeus, que a desvalorizaram.

A. Huonder⁶¹ atribui a responsabilidade do ocaço da missão chinesa da época moderna às decisões sobre os ritos tomadas em Roma no século XVII e às polémicas das Ordens mendicantes e dos missionários de Paris. Giacomo Martina é da mesma opinião, escrevendo que: "La polemica sui riti e la decisione del 1742 ebbero funeste conseguenze non solo in Oriente, dove i contrasti tra i missionari prima, l'ostilità

imperiale poi, finirono per paralizzare e quasi annientare le fiorenti missioni della Cina, ma anche in Occidente, aumentando i dissensi fra i cattolici, proprio quando più forte si sferrava l'assalto del razionalismo illuministico e aggravando il clima di sfiducia verso la Compagnia di Gesù, con danno del suo apostolato".⁶²

Severino Vareschi, pela sua parte, reconhece a estas interpretações uma validade de fundo, mas, ao mesmo tempo, aconselha a ter presente, na avaliação da disputa, também a função exercitada pelas instituições de que os missionários dependiam: por um lado, a Congregação da *Propaganda Fide*, o Padroado Português, os Jesuítas e o Santo Ofício, e, por outro, os vigários apostólicos, os missionários de Paris e o envolvimento de interesses nacionalistas, o que se associa, a seu aviso, "ad una serie di discussioni teoriche e pratiche, che si contrapponevano e vedevano l'un contro l'altro armati i diversi ordini religiosi: da quelli

sulla grazia a quelle sui sistemi morali, da quelle mariologiche a quelle appunto missiologiche”.⁶³

A poderosa contribuição de Martini para um conhecimento objectivo e respeitoso da China tem sido considerada em sentido anticristão, quer pelos libertinos, quer pelos iluministas, até provocar a clausura da sua memória pelos mais acérrimos defensores europeus da fé, bem como pelos obstinados adversários da Companhia de Jesus, a que pertencia Martini:⁶⁴ por consequência, a obra martiniana já não foi utilizada a partir do século XVII.

6. A RECENTE RECUPERAÇÃO DA FIGURA E DA OBRA DO MISSIONÁRIO TARENTINO

É só pouco depois da Segunda Guerra Mundial que começa finalmente, como ilustra Mungello, uma revalorização da função e do método dos Jesuítas na China, em que se torna concreta uma recuperação da figura e da obra do nosso missionário-cientista.

No final da década de 70 do século XX, ele foi resgatado, por mérito de Sergio Zoli e do Pe. Bonifacio Bolognani, por duas publicações quase contemporâneas.

No Convénio de Estudos que teve lugar em Santa Margherita Ligure em Maio de 1977,⁶⁵ Sergio Zoli apresentou um ensaio sobre *La Cina nella cultura europea del Seicento*. Em 78 páginas a Questão dos Ritos é tratada com competência e amplitude de altíssimo relevo. Neste estudo, a figura de Martini ocupa aquele lugar central que merece em consideração à amplitude das “notizie allarmanti e informazioni sconvolgenti”⁶⁶ que ele tinha distribuído por meados do século XVII. Zoli não se limitou a registar quão “rapida fu la diffusione e grande il clamore” que aquelas informações receberam, confirmando, mediante um exame directo, o juízo de imparcialidade,⁶⁷ de seriedade e de rigor da narração martiniana⁶⁸ que tinha sido contestada com êxito, ainda que tivesse fornecido o texto-base dos discursos sobre a China dos anos das publicações (1654-1659) até à importante obra do jesuíta belga⁶⁹ Jean Baptiste de Halde (1674-1743), *Transcription de la Chine et de la Tartarie Chinoise*, publicada em 1735 (Haia) e logo traduzida do francês para o inglês, o alemão e o russo.

Zoli aponta com exactidão a tese martiniana da possível relação entre o Dilúvio bíblico de Noé e as suas ramificações chinesas,⁷⁰ registando a surpreendente

distância de seiscentos anos (ca. 3000 a.C.-2350 a.C.) que tinha provocado uma controvérsia acerca da veracidade histórica do texto bíblico. Dela aproveitou a corrente dos *libertinos*, isto é, dos protoiluministas da época, o que resultou, em seguida, ser bastante contraproducente no que diz respeito às intenções do nosso missionário precursor. A seu aviso “la Cina diviene uno dei capitoli essenziali della nuova prospettiva razionalista che si viene costruendo nel Seicento”.⁷¹

O holandês Isaac Vossius⁷² já em 1659 abraça com entusiasmo as informações de Martini, divulga-as e transmite-as em Inglaterra mediante a obra *Dissertatio de vera etate mundi*; mas, em 1687, de Londres, Pierre Alix, um protestante que deseja conciliar a cronologia bíblica e a chinesa, abraça aquela crítica apertada às notícias de Martini, que tenciona “relegarle nel sopramondo del favoloso”,⁷³ uma crítica que, como toda a gente sabe, teve êxito.

Por outro lado, as obras de Martini encontraram um acolhimento favorável junto do seu importante mestre romano Athanasius Kircher, que se aproveitou delas na obra *La Chine*, editada em Amesterdão em 1670, e, provavelmente, também no anexo Dicionário chinês-francês.⁷⁴ A crónica da guerra tartária composta por Martini e publicada em Amesterdão em 1654 teve um enorme renome, como provam as suas 21 edições, em nove línguas, publicadas até 1704.⁷⁵

A mitificação do Celeste Império recebeu graças a Martini uma contribuição imprevisível, mas sem dúvida determinante, de que o Pe. Daniello Bartoli⁷⁶ foi um fecundo divulgador.

O modo como a ideia leibniziana da China influenciou, em seguida, o pensamento iluminista do século XVIII francês tem sido amplamente ilustrada por Sergio Zoli.⁷⁷ Ele faz emergir oportunamente, da função assumida entre os dois séculos pelo célebre filósofo e sinólogo Gottfried Leibnitz (1646-1716), um ponto de chegada.

Enquanto as obras mais conhecidas sobre a China que circulavam na Europa, isto é, as de Mendoza, Trigault e Smedo – como escreve Zoli – “non offrivano dati e informazioni sicuri e circostanziati”,⁷⁸ as de Martini podiam apresentar algumas garantias – a que hoje chamaríamos científicas –, acerca das quais se podia desenvolver uma reflexão teológica e metafísica estranha aos debates de inspiração contingente e pessoal, uma reflexão que podia preparar um progresso

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

de conhecimento e de consciência religiosa e civil. Deste gigantesco passo em frente, Leibnitz é o fundamento. A seu aviso “l’idealizzazione della civiltà cinese... finisce per diventare una grande utopia di pacificazione e di tolleranza universale”.⁷⁹

Martini tem que ser considerado “un apostolo d’eccezione della causa dei Gesuiti in Oriente” e, por esta razão, do seu método de inculturação acomodante. A repercussão do seu pensamento será relevada mais de cem anos depois, pela condenação pronunciada pela Sorbonne em 1700 e pelo retrocesso da Santa Sé, influenciada pelos expoentes das Missões Estrangeiras de Paris, quem os opositores mais consideravam.

Contemporâneas do Convénio de S. Margherita Ligure são duas empresas culturais de notável importância que tiveram lugar na Itália, a saber: o estabelecimento, em Milão, do Instituto Ítalo-Chinês para os Intercâmbios Cultural e Económico e a obra histórica do franciscano Pe. Bonifacio Bolognani, em Trento. Em 1978, publica a sua primeira biografia sobre Martini, intitulada *L’Europa scopre il volto della Cina*, que suscita finalmente, no ambiente italiano e, sobretudo, no tridentino, a atenção que o ilustre protagonista merece. É curioso que, como admite o próprio Bolognani, o interesse por Martini tenha nascido nele quase por acaso durante uma sua investigação sobre o Pe. Eusebio Chini,⁸⁰ o missionário que explorou a Califórnia e que se declarava primo de Martini. Nos arquivos romanos, o estudioso recolheu muito material inédito (cartas, diários, decretos), até então inexplorado. A obra de Bolognani, logo percebida como verdadeiramente “affascinante”, foi depois assumida como referência fundamental tendo em vista a Sessão de Estudo de carácter internacional, centrada na figura e na obra de Martino Martini, que teve lugar em Trento em Outubro de 1981, por iniciativa da Administração Provincial.⁸¹

Foi um Convénio importante – presidido pelo Professor Luciano Petch, membro da *Accademia Nazionale dei Lincei* – que teve a participação de 18 conferencistas provenientes de universidades italianas, alemãs e chinesas. Naquela ocasião, tomou-se oficialmente posição a favor duma completa redescoberta do Jesuíta tridentino, “sottraendo la sua memoria al silenzio nel quale, dopo le lunghe glorie secentesche, era caduta”.⁸² Os relatórios apresentados e as Actas publicadas em 1983 apresentavam Martini na qualidade de geógrafo, de historiador, de homem

de acção. As suas obras foram analisadas de diferentes ângulos; foram avançadas as primeiras hipóteses, bem como os primeiros modelos interpretativos.

Lembre-mo-nos só, rapidamente, do estudo pontual apresentado por Giorgio Melis acerca das viagens fluviais de Martini na China⁸³ e da contribuição de Piero Corradini, que, mediante o exame da *De Bello Tartarico Historia*, evidenciou o valor duma interpretação ocidental das lutas internas chinesas; o de Carlo Ghisalberti, que leu os escritos de Martini à luz da sua formação intelectual. Original foi a apresentação de Martini sugerida por Maria Rosa De Simone por ocasião do Convénio de 1981: “La sostanziale e incrollabile fedeltà all’ortodossia, la profonda cultura umanistica che emerge dai suoi scritti, la penetrante capacità investigativa nelle materie scientifiche testimoniata dalle sue opere geografiche, la duttile capacità di adattamento agli usi e costumi cinesi, la fiducia in se stesso e la sicurezza psicologica nell’affrontare disagi e pericoli, fanno di Martino Martini uno dei più caratteristici risultati dell’educazione impartita al Collegio Romano”.

Historicamente relevante foi então a contribuição de Joseph Sebes,⁸⁴ que, mediante alguns documentos originais, reconstruiu a função de Martini no âmbito da controvérsia dos ritos, e a de Ma Yong,⁸⁵ que demoliu a tese pela qual o *Atlas* seria ou uma tradução integral, ou um compêndio de um qualquer livro chinês de assunto geográfico. A obra, como afirma o relator, baseia-se, sem dúvida, nas histórias chinesas locais; mas Martini decerto controlou e estudou mais material. As fontes utilizadas para as várias províncias levam, de facto, datas diferentes. Além disto, o que prova o estudo pessoal empreendido por Ma Yong, Martini incorre em alguns erros de leitura dos ideogramas chineses e da fonetização de alguns topónimos segundo a pronúncia dialectal da província de Zhejiang; contudo, segundo Ma Yong, não é aceitável a ideia de que o *Atlas* deriva do *Guang Yu Ji* ou do *Guang Yi Tu*. Diferente do *Novus Atlas Sinensis*, a primeira obra tem, de facto, falta de cartas geográficas, não tendo nada em comum com o *Atlas* no que diz respeito à parte descritiva. Provavelmente Martini consultou a segunda, apesar de não ter sido a sua fonte principal. O método cartográfico então em uso e empregue por Luo Hongxian é o chinês tradicional, que consistia em “quadrettare le distanze”, enquanto Martini empregou o método cartográfico europeu da época, baseado na

longitude e na latitude. Disto resulta que as bases das duas obras são demasiado distantes.⁸⁶

Em 1983, durante um Convénio organizado em Caltagirone, foram celebrados os padres jesuítas Francesco Brancati, Nicolò Longobardo, Ludovico Buglio e Prospero Intorcetta. As contribuições foram publicadas no livro *Scienziati siciliani gesuiti in Cina nel secolo XVII*.⁸⁷ Na década de 80, em Hangzhou, foi reconstituída a organização diocesana sob os auspícios do Bispo Zhu Feng Qinq, que é reconhecido quer pelo Governo, quer pela Santa Sé. O sepulcro de Martini foi então restaurado e munido dum portal monumental: já começaram as peregrinações da Itália para a China.

O 350º aniversário da entrada de Martini na China (1993) foi vivido em Trento com muita participação, mostrando quer o interesse, quer a vontade de haver a outro Convénio que desse uma resposta às questões que tinham ficado em suspenso depois do Simpósio de 1981 e que fizesse o ponto de ordem dos diferentes avanços dados. Análogo estado de alma difundia-se em Hangzhou, onde o estudioso Chen Cunfu dava à estampa uma colectânea sobre os missionários do século XVII. Figuram nela, por mão de autores italianos e chineses, além da revocação de Martini, alguns ensaios sobre Giulio Aleni, Prospero Intorcetta e Adam Schall von Bell.⁸⁸

O objectivo foi então alcançado quando, em 1994 (5-6-7 de Abril), Martino Martini se tornou objecto dum Convénio Internacional de Estudos organizado por iniciativa da Academia de Ciências Sociais de Pequim que o acolheu, da Academia Chinesa de Cultura Internacional de Beijing, do Instituto Ítalo-Chinês de Milão e da Universidade dos Estudos de Trento.⁸⁹ As intervenções neste Simpósio foram de alto nível: alguns dos relatores tinham participado também no primeiro Convénio, enquanto outros tratavam a temática pela primeira vez. A participação dos estudiosos chineses, cerca de catorze, foi mais numerosa do que em 1981. Os dezoito relatores ocidentais foram guiados por Renzo Leonardi, Chefe da Faculdade de Ciências Matemáticas da Universidade dos Estudos de Trento.

A prolução foi pronunciada pelo Professor Franco Demarchi da Universidade dos Estudos de Trento,⁹⁰ que naquela ocasião ilustrou o ambiente europeu em que viveu e se formou o Jesuíta, bem como as peculiaridades das suas obras histórico-geográficas que

tanto influência exerceram sobre o pensamento da época. Muito interessantes foram os comentários às obras em que o nosso cientista tinha mostrado, pela primeira vez, aos europeus a estrutura geográfica do Celeste Império, comparando a história antiga dos dois mundos.

Tomaremos agora em consideração só as informações mais importantes que é possível tirar das Actas do Convénio de Pequim. O sinólogo romano Piero Corradini ilustrou *La vita culturale cinese* na época de Martini. Devido ao facto de o grande missionário ter passado muito anos no mar, Aldo Caterino, de Génova, especialista de ciência náutica, investigou e reconstruiu minuciosamente as modalidades de viagens transoceânicas da época, conseguindo tornar agradáveis, em todos os aspectos, até as necessárias explicações técnicas, a saber: a descrição do itinerário e das suas razões; a tipologia dos navios utilizados, com alguns esclarecimentos pontuais sobre as modificações introduzidas e a vida de bordo. Guido Lorenzi, especialista de história tridentina, ofereceu uma ampla descrição do Principado tridentino no século XII, isto é, no tempo dos cardeais Madruzzo.

No Convénio de Pequim foram tratados numerosos assuntos: Riccardo Scartezzini, da Universidade dos Estudos de Trento, ilustrou as relações entre o poder central e as administrações locais (*Autorità centrale e poteri locali nella Cina imperiale*), enquanto Arnold Zingerle, de Bayreuth, tratou o tema *La burocrazia cinese e il cambio di dinastia del Seicento*. Os outros relatórios foram apresentados por Maria Rosa Arnoldi (*La struttura urbana cinese del '600 secondo l'Atlas*), Giuliano Bertuccioli (*Il De Amicitia e altre opere cinesi*), Giuseppe Brancaccio (*La Sinica Historia Decas Prima: alcune ipotesi di lettura*), Victor Campero (*Lisbona, il porto delle Indie orientali*), Orlando Lentini (*La sociografia nell'opera martiniana*), Raffaella Mantovanelli (*La condizione femminile in Cina*), Gabriele Pollini (*L'approccio di Martini alle religioni della Cina: note di geografia delle religioni*), Bruno Sanguanini (*L'amicizia come legame sociale: interazioni tra cultura cinese e cultura europea*), Vittorio Tonazzo (*Indicazioni tributarie dell'impero cinese contenute nel Novus Atlas Sinensis*), Severino Vareschi (*Il decreto del Sant'Ufficio del 1656 nella questione dei riti cinesi e il ruolo di Martini*), Claudia von Collani de Würzburg (*Teologia e cronologia nella Sinica Historia Decas Prima*).

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

Se a tarefa dos intervenientes ocidentais foi notável, a dos estudiosos chineses não foi menor. Giuseppe Shih S. J., da Pontifícia Universidade Gregoriana, pôs em evidência, a propósito da *De Bello Tartarico Historia*, que considera “documento molto importante e veramente imparziale per chiunque voglia studiare la storia cinese di quel tempo”, algumas perplexidades que emergem desta obra. A narração de Martini diverge da de alguns historiadores manchus e chineses. O Pe. Mark K. Chang S. J., da Universidade de Taipé, tratou o tema *L'acettazione del Cristianesimo in Cina durante il XVII secolo*.

A figura de Martini foi apresentada com uma viva percepção e serenidade de avaliação, superiores às nossas expectativas, também pelos outros doze relatores. Já dos discursos pronunciados, por ocasião da inauguração do Convénio, tinha emergido um caloroso sentimento de estima pelo Jesuíta, considerado “il più importante sinologo del XVII secolo in Italia e in Occidente”, “un uomo di cultura famoso in tutto il mondo”, “padre della geografia” que “gode del profondo rispetto del popolo cinese”, como disse o Professor Ru Xin, Vice-Reitor da Academia. O próprio Lü Tongliu, a quem pertence o mérito de ter organizado o Simpósio, exprimiu juízos semelhantes, sublinhando a importância duma conferência sobre esta personalidade organizada pela primeira vez na China.

O diálogo impõe-se e encontra grande vantagem na superação das distâncias oceânicas. Martini compreendeu que ao diálogo estava subjacente uma gramática e que os chineses tinham que chegar à Europa com análoga frequência àquela com que os europeus chegavam à China.

Os relatores chineses aventuraram-se, de forma relevante, no exame das obras do cientista-missionário, e ainda que não tivessem à sua disposição abundante material de arquivo, conseguiram desfrutar das fontes acessíveis da melhor maneira. Mostrando-se objectivos, admitiram a importância das contribuições dos europeus com vista a uma ampliação dos seus conhecimentos.

Os elogios feitos aos escritos do Jesuíta não tiveram conta. O *Novus Atlas Sinensis* tem que ser considerado “un'opera molto preziosa, di valore eterno. È il migliore libro di geografia cinese”, afirmou Gu Weimin, de Xangai; “l'opera geografica di padre Martini, preparata in Cina, pubblicata in Europa e tornata nell'Impero Celeste è rimasta come una pietra miliare nella storia degli scambi culturali fra il mondo cinese e il mondo europeo”, disse Shen Dingping, investigador do Instituto de História da Academia de Pequim. Geralmente partilhado foi o juízo expresso por Gu Weimin: “Martini ha colmato una lacuna nella storiografia cinese, anche perché i libri scritti dai mancesi non sono credibili, mentre la sua opera è imparziale e senza mezzi termini, degna di essere creduta”. Análogo mérito reconheceu-lhe Zhang Lanqing, investigador junto do Instituto Central de Investigação de Ciências Pedagógicas, como “con uguale spirito fece conoscere ai cinesi la cultura europea e agli europei la cultura cinese”; “molte furono le conoscenze scientifiche, filosofiche ed artistiche che i cinesi acquisirono dal Nostro”.

Xu Minglong, do Instituto de História Mundial da Academia, expôs os resultados de algumas das suas recentes investigações sobre a actividade do Jesuíta na China; Liu Jiantang, de Tianjin, analisou as responsabilidades da classe política do século XVII, enquanto Du Wen Ping, ele também de Tianjin, fez outrotanto pela história europeia. De todos os relatórios transparece um sentimento de admiração incondicional pela Companhia de Jesus, de que Martini é um alto expoente. Lendo as intervenções, parece que “missionário jesuíta” é considerado sinónimo de abertura e conhecimento, o que determinou a grande fama da Companhia na China. O mais empenhado de todos, pelo que diz respeito ao nosso tema, parece ter sido Xu Mingde, de Hangzhou, que afirmou: “padre Martini è ormai noto a tutti gli studiosi della Cina e dell'Italia e al vasto pubblico per la sua indubitabile opera di tramite fra i due mondi”, e mais: “la sua sepoltura è stata dichiarata monumento di importanza storica dal Governo della Provincia in cui visse e

mori”.⁹¹ Foi agradável verificar como de tantos centros de investigação convergiram sobre a nossa personagem elogios fortes e explícitos. À luz de tudo isto, é com a grande razão que muitas histórias modernas da evangelização na China deveriam fazer mais do que limitar-se a, apenas, mencionar o seu nome. Todos os relatores chineses se mostraram também cientes da importância da tradição iniciada por Martini, que consistia em mandar estudar jovens chineses para a Europa. A este respeito Xu Mingde está convencido de que “la diffusione della fede religiosa costituisce un’importante forma di scambio culturale e una condizione di contatto fra popoli diversi e ciò è riscontrabile anche nella storia cinese”. Martini ficaria, sem dúvida, recompensado, de todas as mesquinhas sofridas, com afirmações como esta, que, repetimos, foi adoptada por todos os relatores.

Isto representa a prova de que a história tem uma vida mais longa do que a dos seus detractores. A isto têm que ser acrescentados os importantes resultados conseguidos em consequência do Simpósio e que representam a prova tangível de que o percurso de redescoberta já foi irremediavelmente encetado: a publicação das Actas do Simpósio de Pequim, entregues por ocasião do I Convénio (Trento, Dezembro de 1995), aos relatores chineses⁹² e a constituição do Centro de Estudos Martino Martini – cujo director é o Professor Riccardo Scartezzini – junto da Universidade dos Estudos de Trento, tudo isto concretiza o desejo que foi formulado no Convénio Internacional de Trento de 1981 pelos geógrafos que nele participaram. Está em curso a publicação da *Opera Omnia* de Martini: já foram impressos o volume I (*Lettere e documenti*, pp. 547) e o volume II (*Opere minori*, pp. 516), e estarão, em breve, disponíveis o volume III (*Novus Atlas Sinensis*), o volume IV (*Sinica Historia Decas Prima*) e o volume V (*De Bello Tartarico Historia e documentazioni aggiuntive*).

A publicação dos dois primeiros volumes foi enriquecida pela edição das separatas nº 1 (*Cronologia della vita e delle opere di Martino Martini S. J. - 1614-1661*) e nº 2 (*Trattato sull’Amicizia*).

Ainda hoje é uma questão muito importante compreender se, à entrada do terceiro milénio, a cultura atlântica e a cultura chinesa se encontram mais próximas do que na época em que Giulio Aleni (1582-1649) propôs a tradução de Aristóteles⁹³ e Martino Martini a de Suarez. Os tempos em que Martini nos revelava a

grandiosidade da História dum misterioso Celeste Império e o Pe. Intorcetta traduzia Confúcio do chinês para o latim, são só os pródromos dum tarefa que agora teremos que cumprir, já que a problemática se tem dilatado, especializado e facetado enormemente.

O diálogo impõe-se e encontra grande vantagem na superação das distâncias oceânicas. Martini compreendeu que ao diálogo estava subjacente uma gramática, compreendendo também que os chineses tinham que chegar de qualquer maneira à Europa com análoga frequência àquela com que os europeus chegavam à China.

É, todavia, por outros aspectos que hoje o diálogo se impõe com maior urgência, apesar das dificuldades parecerem tão árduas como há quatro séculos atrás. De qualquer modo, hoje nós podemos caminhar seguindo o rasto de alguns precursores, generosos gigantes de coragem e de trabalho, cujos meios ao seu dispor quase se limitavam à obra *Il Milione* de Marco Polo, um mercador.

Todo o nosso encontro de ideias poderá ser uma etapa dum caminho que realize, “sotto lo stesso cielo”, a colaboração de todas as nações, embora sejam distantes as terras de que provêm. Uma prova deste entendimento foi a coincidência da comemoração de Martini com a inauguração do seu busto na rua *Tre Novembre* em Trento (7 de Março de 1998) e o Convénio de Trento (4 de Novembro de 1998) sobre o tema *Le relazioni Europa-Cina dall’età delle grandi scoperte ai giorni nostri*, que teve a participação de Wu Minglian, embaixador da República Popular da China. Naquela ocasião foram publicados os *Studi su Martino Martini* (pp. 154) na revista *Studi Trentini di Scienze Storiche* (LXXVII-4-1998), enquanto foi inaugurado um centro de assistência, para além de um edifício sagrado, em Fu Yan, na periferia de Hangzhou, a antiga residência pastoral de Martini, junto do mausoléu que guarda a sua memória. Lembre-se também a recente publicação do Instituto Monumenta Serica, *Martino Martini S. J. (1614-1661) und die Chinamission im 17. Jahrhundert*, Roman Malek e Arnold Zingerle (ed.), D-53757 Sankt Augustin 2000, pp. 260. **RC**

N. do E. - O presente trabalho, agora apresentado em português com ulteriores esclarecimentos, foi publicado pela primeira vez e em italiano, em Trento, na *Rivista della Società di Studi Trentini di Scienze Storiche*, a. LXXIV, sez. I - nº 4 - 1995, pp.413-446. Está em curso a sua tradução, também enriquecida de ulteriores esclarecimentos, em língua espanhola, inglesa, francesa, chinesa e polaca.

Traduzido do original italiano por Stefania Elena Carnemolla.

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

NOTAS

- 1 B. Pascal, *Les provinciales*. Tratam-se das cartas escritas desde o mês de Janeiro de 1656 até ao mês de Março de 1657 por Louis de Montalde a um provincial seu amigo e aos RR. PP. jesuítas, sobre a moral e a política dos ditos padres.
- 2 Pe. Sforza Pallavicino, Roma 1606-1667, jesuíta, cardeal desde 1659.
- 3 G. Bernini, Roma 1598-1680. A Colunata foi construída no decénio de 1657-1667.
- 4 S. Vareschi, "L'opera di evangelizzazione e di mediazione culturale di Martino Martini S. J. (1614-1661) tra Europa e Cina", in *Rivista della Società di Studi Trentini di Scienze Storiche*, LXXIII (1994), s. I, n° 4, pp.365-409.
- 5 L. von Pastor, *Storia dei Papi dalla fine del Medioevo*, Roma, 1910-1934, vol. XIV, pp.428ss.
- 6 K. Bihlmeyer-h. Tuechle, *Storia della Chiesa*, Iginio Rogger (ed.), vol. IV, Brescia, 1958.
- 7 Chen Chih-ma, embaixador da República da China junto da Santa Sé, *La Chiesa cattolica in Cina*, ed. Mediterranee, Roma, 1975, p.135.
- 8 R. Laurentin, *Chine et Christianisme. Après les occasions manquées*, Paris, 1977; trad. it. *Cina e Cristianesimo, al di là delle occasioni mancate*, Città Nuova, 1981.
- 9 J. Charbonnier, *Histoire des Chrétiens de Chine*, Paris, 1992.
- 10 H. Küng-j. Ching, *Christentum und Chinesische Religion*, Munique, 1988; trad. it. *Cristianesimo e religiosità cinese*, Mondadori, Milão, 1989.
- 11 G. Martina, *Storia della Chiesa. Da Lutero ai giorni nostri*, ed. Morcelliana, Brescia, 1993, 2 vol.
- 12 D. E. Mungello, *The Chinese Rites Controversy*, Sankt Augustin, 1994, p.356.
- 13 S. Vareschi, "Martino Martini S. J. e il decreto del Sant'Ufficio nella questione dei riti (1655-56)", in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, LXIII (1994), p.209ss. Vd. também M. Martini, *Opera Omnia*, vol. I, Trento, 1998, pp.319-444.
- 14 P. Hazard, *La crise de la conscience européenne: 1680-1715*; trad. it. *La crisi della coscienza europea*, vol. I, Milão, 1968, p.12.
- 15 G. Lorenzi, "Il Principato vescovile tridentino e il secolo di M. Martini, in Martino Martini, umanista e scienziato nella Cina del secolo XVII". *Atti del Simposio Internazionale su Martino Martini e gli scambi culturali tra Cina e Occidente. Accademia Chinese delle Scienze Sociali (Pechino 5-6-7- aprile 1994)*, F. Demarchi-R. Scartezzini (ed.), Università degli Studi di Trento, Trento, 1995, pp.45-58; Lia de Finis, *Dai maestri di grammatica al Ginnasio Liceo di Via S. Trinità in Trento*, Trento, 1987, p.490.
- 16 N. Trigault S. J., *De Christiana Expeditione apud Sinas suscepta ab Societate Jesu. Ex P. Matthei Ricij eiusdem Societatis Commentariis*, Libri V, Augustae Vind. 1615.
- 17 M. R. de Simone, "Il Collegio romano nella prima metà del Seicento e formazione culturale di Martino Martini", in *Atti del Convegno Internazionale Martino Martini, geografo, cartografo, storico, teologo*, co-editores Província Autónoma de Trento e Museu Tridentino, Trento, 1983, pp.301-317 (trad. ingl. pp.318-331).
- 18 Centro Studi Ricciani, *Atti del Convegno Internazionale di Studi Ricciani*, Macerata, 1984, p.218.
- 19 Ibid., p.220.
- 20 Ibid., p.222.
- 21 Vd. *Lettera I*, in M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. I, pp.51-55.
- 22 H. Walravens, *China illustrata. Das europäische Chinaverständnis im Spiegel des 16. bis 18. Jahrhunderts*, Acta humaniora, Hannover, 1987, p.96.
- 23 J. Sebes, "Il ruolo di Martino Martini nella controversia dei Riti Cinesi", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., pp.445-471 (trad. ingl. pp.472-492).
- 24 D. P. O'Connell, *Richelieu*, Londres, 1968 (trad. it. Milão, 1983).
- 25 B. Bolognani, *L'Europa scopre il volto della Cina*, co-editores Museu Tridentino de Ciências Naturais e Biblioteca dos PP. Franciscanos, Trento, 1978, pp.37-42; *Lettera V*, in M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. I, pp.95-140.
- 26 G. Melis, "I viaggi di Martino Martini in Cina", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., pp.393-420 (trad. ingl. pp.421-444).
- 27 J. P. Desroches, "Un paradiso fuggente", in *L'umana avventura*, Jaca Book., 1989-1990, p.17.
- 28 Vd. *Novus Atlas Sinensis, Ad lectorem praefatio*, ed. Museu Tridentino-Provincia Autónoma de Trento, Trento, 1981, p.26 (trad. it. p.62; trad. alemã p.188).
- 29 E. Balazs, *La burocratie céleste. Recherches sur l'économie et la société de la Chine traditionnelle*, Paris, 1968; trad. it. *La burocrazia celeste*, Il Saggiatore, Milão, 1971, p.169.
- 30 *China illustrata...*, op. cit., p.248. M. Boym, polaco, é autor do tratado *Flora Sinensis* - publicado em Viena em 1656 - em que expôs a botânica e a zoologia da China.
- 31 J. Sebes, op. cit., p.446
- 32 B. Bolognani, op. cit., p.95.
- 33 Vd. L. von Pastor, op. cit., vol. XIV, p.311ss.
- 34 B. Bolognani, *L'Europa scopre...*, op. cit., p.103; H. Bosmans, *Documents sur Albert Dorville de Bruxelles*, Lovaina, 1911, pp.16-18.
- 35 Vd. *Lettera XXX*, in M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. I, pp.463-467.
- 36 *Scienziati siciliani gesuiti in Cina nel secolo XVII*, A. Luini (ed.), Istituto italo-chinês, Milão, 1985, p.262.
- 37 J. Witek S. J., *Ferdinand Verbiest, Jesuit Missionary, Scientist, Engineer and Diplomat*, Sankt Augustin, 1994, pp.602.
- 38 G. Melis, "Ferdinand Verbiest and Martino Martini", in *Ferdinand Verbiest, Jesuit...*, op. cit., p.471ss.
- 39 Carta de Martini de 17 de Julho de 1658 do Arquivo Provincial dos Jesuítas de Munique.
- 40 B. Bolognani, op. cit., p.149.
- 41 Vd. *Trattato sull'Amicizia, Introduzione*, in M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. II, p.205.
- 42 Ibid., op. cit., p.204.
- 43 C. von Collani, "Teologia e cronologia nella Sinicae Historiae Decas Prima (1658) de Martino Martini", in *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit., pp.241-253.
- 44 S. Zoli, "La Cina nella cultura europea del '600", in *L'Europa cristiana nel rapporto con le altre culture nel secolo XVII. Atti del Convegno di Santa Margherita Ligure (19-21 maggio 1977)*, La Nuova Italia, Florença, 1978, pp.87-164.
- 45 Vd. *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit.
- 46 S. Zoli, op. cit., p.125.
- 47 Vd. *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit.
- 48 Vd. *Grammatica Sinica*, in M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. II, pp.349-481.
- 49 A. Lazzarotto, *La cristianità in Cina secondo la Brevis Relatio*, in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., pp.377-384 (trad. ingl. pp.385-391); M. Martini, *Opera Omnia*, op. cit., vol. II, pp.31-143.
- 50 Vd. *Trattato sull'Amicizia, Genesi del Trattato*, in M. Martini,

- Opera Omnia*, op. cit., vol. II, pp.185-193.
- 51 B. Bolognani, op. cit., p.118.
- 52 Centro Studi Ricciani, op. cit., p.215.
- 53 Liu Jiantang, vd. *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit., pp.339-349.
- 54 J. H. Serry, in S. Vareschi, *L'opera di evangelizzazione*, op. cit., p.402.
- 55 H. Walravens, op. cit., p.196.
- 56 G. Reale-D. Antiseri, *Il pensiero occidentale dalle origini ad oggi*, La Scuola, Brescia, 1983, vol. II, p.139.
- 57 *China Illustrata*, op. cit., *Bibel versus Annalen-Streit um ein Weltbild*, pp.17ss. e *Geographie und Kartographie*, p.112ss.
- 58 R. Étienne, *L'Orient philosophique au XVIIIe siècle, II, Missionnaires et Philosophes*, Paris, 1957-1959, p.178; *ibid.*, in *Nuova Rivista Storica* (maio-agosto de 1976), p.350; D. E. Mungello, op. cit., p.5.
- 59 F. M. Voltaire, *Il secolo di Luigi XIV*, E. Sestan (introd.)-U. Morra (trad.), Einaudi, Turim, 1951, p.495.
- 60 D. E. Mungello, "An Introduction to the Chinese Rites Controversy", in *The Chinese Rites Controversy*, op. cit., p.5.
- 61 A. Huonder, *Der chinesische Ritenstreit*, Aachen, 1921, pp.47.
- 62 G. Martina, *Storia della Chiesa. Da Lutero ai giorni nostri*, ed. Morcelliana, Brescia, 1993, p.354.
- 63 S. Vareschi, op. cit., p.406.
- 64 S. Zoli, op. cit., p.96.
- 65 *L'Europa cristiana nel rapporto con le altre culture nel secolo XVII. Atti del Convegno di S. Margherita Ligure (19-21 maggio 1977)*, La Nuova Italia, Florença, 1978.
- 66 S. Zoli, op. cit., p.128.
- 67 *Ibid.*, p.149.
- 68 *Ibid.*, p.116.
- 69 *China illustrata...*, op. cit., pp.106-110.
- 70 S. Zoli, op. cit., p.143.
- 71 M. dal Pra, "Prefazione", in *Atti del Convegno di S. Margherita Ligure...*, 1977, op. cit., pp.IX-XIII.
- 72 I. Vossius, mencionado in *China illustrata...*, op. cit., p.18.
- 73 S. Zoli, op. cit., p.149.
- 74 *China illustrata...*, op. cit., p.97. O P. Athanasius Kircher "personalità misteriosa e sconcertante, recentemente rivalutata", depois dum longo ostracismo, por Anton Haakman, *De onderaardse wereld van Athanasius Kircher*, Amesterdão, 1991 (trad. it. *Il mondo sotterraneo di Athanasius Kircher*, Garzanti, Milão, 1995). Depois dum período de grande interesse pelas suas descobertas, em especial no campo egíptológico, sofreu um considerável e longo repúdio com a acusação de «folle sognatore» e até de embusteiro por causa das suspeitas suscitadas pelas suas profundas e geniais intuições. É provável que a sua parábola tenha arrastado até o bom nome de Martini, que lhe tinha entregue muitas informações sobre a China.
- 75 *Ibid.*, pp.178-179.
- 76 D. Bartoli, *Historia della Compagnia di Gesù. La Cina 1663*.
- 77 S. Zoli, "Il mito settecentesco della Cina in Europa e la moderna storiografia", in *Nuova Rivista Storica* (maio-agosto de 1976), pp.335ss.
- 78 S. Zoli, op. cit., p.111.
- 79 *Ibid.*, p.157.
- 80 B. Bolognani, op. cit., p.11.
- 81 *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit., pp.584.
- 82 G. Lorenzi, "Presentazione", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., p.14.
- 83 G. Melis, "I viaggi di Martino Martini in Cina", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., pp.393ss.
- 84 J. Sebes, "Il ruolo di Martino Martini nella controversia dei Riti Cinesi", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., p.46; Ma Yong, "Attività di Martino Martini in Cina e sue opere di storia e geografia della Cina", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., (vers. it. p.246; vers. ingl. p.261).3.
- 85 Ma Yong, "Attività di Martino Martini in Cina e sue opere di storia e geografia della Cina", in *Atti del Convegno Internazionale...*, Trento, 1983, op. cit., (vers. it. p.246; vers. ingl. p.261).
- 86 Vd. também H. Walravens, *Geographie und Kartographie*, op. cit., pp.112-116.
- 87 *Scienziati siciliani...*, op. cit., pp.59,73,103,121,171,197.
- 88 Vd. revista chinesa de *Estudos de Religião e Cultura*, Chen Cunfu (ed.), Universidade de Hangzhou (texto em chinês e inglês), 1994, p.350.
- 89 G. Brancaccio, "Martino Martini e gli scambi culturali fra Cina e Occidente", in *Mondo Cinese*, n° 85 (1994); A. Macchi S. J., "Un Convegno a Pechino su Martino Martini (5-7 aprile 1994)", in *Civiltà Cattolica*, I (1995), pp.257-262; "Delegazione diocesana tridentina al Convegno di Pechino su Martino Martini S. J.", in *Rivista Diocesana*, CXX, n° 5 (Maio de 1994).
- 90 F. Demarchi, "Figura e opera di Martino Martini, Introduzione", in *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit., pp.17-21.
- 91 Xu Mingde, "Le attività di Martino Martini in Cina", in *Atti del Simposio Internazionale...*, Pequim, 1994, op. cit., pp.25-40.
- 92 Vd. edições em língua italiana, inglesa e chinesa, Università degli Studi di Trento, 1995.
- 93 E. Menegon, *Un solo cielo, Giulio Aleni S. J., geografia, arte, scienza, religione dall'Europa alla Cina*, ed. Grafo, Brescia, 1994.

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

VIDA E OBRAS DE MARTINO MARTINI S.J.

Nesta primeira tentativa de redigir uma cronologia da vida e obras de Martini procurou-se assinalar as fontes primárias de que foram tiradas as notícias relacionadas com os principais episódios da sua vida. Nem sempre isto foi possível, faltando muitos documentos sobre alguns momentos da vida de Martini. Tais são os anos que ele passou na China, desde 1642 até 1650, mas sobretudo os que vão de 1651, quando foi à Europa, até 1658, ano do seu definitivo regresso à terra de missão. São anos cheios de encontros com algumas personalidades políticas e culturais da Europa e enriquecidos de viagens a vários lugares, nem sempre documentáveis duma maneira exaustiva no estado actual dos nossos conhecimentos. Na esperança que ulteriores e fortuosas investigações nos arquivos da Europa permitam encontrar mais cartas e documentos que sejam úteis para o aperfeiçoamento desta cronologia, sempre que não foi possível confirmar datas e acontecimentos mencionando as fontes primárias, recorreu-se às notícias encontradas em algumas biografias e em alguns estudos sobre Martini. Isto foi feito pressupondo que as fontes, nem sempre mencionadas por inteiro e que nem sempre foi possível controlar, fossem certas e atendíveis. Um asterisco (*) foi então escolhido para assinalar tais casos.

20.9.1614 - Nasce em Trento de Andrea e Cecilia de Rubeis (Rossi) e é baptizado na Paróquia de SS. Pietro e Paolo.
Trento, Arquivo da Paróquia de SS. Pietro e Paolo, *Registro dei Nati*, vol. II, f. 177 bis, n. 1.

26.11.1625 - A Companhia de Jesus abre uma escola em Trento, onde Martini frequenta provavelmente os cursos do ginásio, que naquele ano começaram, de facto, a 26 de Novembro.
F. Ghetta, *Martino Martini nella sua città* in *Martino Martini, geografo, cartografo, storico, teologo. Trento 1614-Hangzhou. Atti del Convegno Internazionale* (Trento, 1983), G. Melis (ed.), pp.344-345; Lia de Finis, *Dai maestri di grammatica al Ginnasio Liceo di via S. Trinità in Trento*, Trento, 1987, p.116.

7.10.1632 - Entra na Companhia de Jesus em Sant'Andrea del Quirinale, em Roma.
A.R.S.I., *Rom. 173*, f. 20v.

1634-1635 - Acaba o período de noviciado e frequenta logo a seguir os cursos do biénio de retórica junto do Colégio Romano.
A.R.S.I., *Rom. 80*, ff. 220v, 247r.

11.8.1634 - Apresenta o pedido ao P. Geral, Muzio Vitelleschi para partir para a Índia, como missionário.
A.R.S.I., *Fondo Gesuitico 740*, f. 209rv. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta I, pp.51-55.

1636-1637 - Frequenta os cursos do biénio de filosofia junto do Colégio Romano, onde tem como "magister" o P. Athanasius Kircher S. J.
A.R.S.I., *Rom. 80*, f. 268v; 57, f. 21, n. 164. Kircher assim escreve na sua obra *Magnes* (etc.), Roma, 1654, p.316: "P. Martinus Martinus meus in Mathematicis privatus hic Romæ discipulus".

22.7.1638 - Tendo sido acolhido o seu pedido de partir como missionário, recebe a ordem de seguir para a China.
Biblioteca Nacional, Lisboa, *Ms. 722 do Fundo Geral*, ff. 328rv-329r: "*Annua do Padre Martino Martini do anno 1644*", f. 328v.

1638 - Nos primeiros dias de Setembro é ordenado sacerdote. Ibid.

19.9.1638 - Parte de Génova com onze companheiros a caminho de Portugal, mas pouco depois é constringido a arribar por causa das más condições do mar.
Ibid.

20.12.1638 - Observa uma eclipse da Lua, que descreve numa carta ao P. A. Kircher.
A.P.U.G. 567 (*Kircher, Misc. Epist. XIII*) f. 74r. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta II, pp.57-70.

25.12.1638 - Parte de Génova num navio inglês. A viagem por mar, muito trabalhosa, acaba em Cádiz. Martini, então, prossegue, por terra, até Évora, onde chega em Janeiro. Pouco depois segue para Lisboa.
Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 328v; A.P.U.G. 567, ob. cit., f. 74v.

13.5.1639 - Falha uma primeira tentativa de partir para a Índia, tendo o seu navio encontrado ventos contrários e as calmarias do golfo de Guiné. O dito navio arribou para Lisboa depois de cinco meses, isto é, no Outono.
Ibid.; A.R.S.I., *Goa 34.1*, f. 81r. Kircher, *Magnes* (etc.), Roma 1654, p.316, indica erroneamente o Outono de 1638; A.P.U.G. 567, ob. cit., f. 223v. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta III, pp.71-86.

23.3.1640 - Com 24 confrades embarca em Lisboa na nau *Nossa Senhora da Atalaia* de partida para a Índia. A nau parte só a 26 de Março.
A.R.S.I., *Goa 34.1*, f. 81r; J. Wicki, *Liste der Jesuiten Indienfahrer 1541-1758* in "Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte", Munster 1967, n. 75/890, pp.296-297. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta V, pp.95-140.

19.9.1640 - Chega a Goa, domínio português na Índia.
A.R.S.I., *Goa 34.1*, f. 85r.

19.12.1641 - Faltando navios para a prossecução da viagem, só parte de Goa a caminho de Macau um ano depois.
Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 329r; A.P.U.G. 567, ob. cit., f. 189r. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta VII, pp.155-165.

4.8.1642 - Chega a Macau depois duma viagem bastante aventurada, feita primeiro em dois navios ingleses e, depois, num navio holandês. Na sua *Annua do anno 1644* Martini é algo parco em notícias acerca das circunstâncias da sua viagem, da data exacta da sua chegada e da duração da sua estadia nesta cidade, sendo mais preciso, a este respeito, na carta enviada de Macau, a 1 de Novembro de 1642, ao seu professor Athanasius Kircher.
Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 329r; A.P.U.G. 567, ob. cit., f. 189r. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta VII, pp.155-165.

1643 - Sem especificar nem o dia nem o mês, escreve na dita *Annua* ter embarcado a caminho da China como (ou vestido como) um militar ("em traje de soldado") em companhia do Vice-Provincial, P. Giulio Aleni, e do P. Simão da Cunha, que decerto deviam regressar à sede. É um momento muito difícil para Martini, que era ainda muito jovem, bem como inexperiente pelo que diz respeito ao país e incapaz de se exprimir correctamente na língua chinesa, decerto não podia enfrentar a longa viagem sozinho. Na falta de notícias mais precisas, o ano do seu ingresso na China pode ser tirado do rol dos jesuítas que

aqui residiam no ano de 1646, onde se lê que ele “fuit in Missione Sinensi annos 3” (1646-3=1643), o que pode ser confirmado pelas duas obras de seguida mencionadas, que especificam que regressou à China durante o décimo sexto ano do reinado Chongzhen (19 de Fevereiro de 1643-7 de Fevereiro de 1644). Em relação ao mês, julgase ter sido Fevereiro ou Março de 1643.

Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 329r; A.R.S.I. *I.134*, f. 236r, n. 24; Han Lin-Zhang Geng, *Shengjiao xinzheng* (Testemunhos da Santa Religião), Pequim, 1668, f. 21rv; F. Couplet, *Catalogus patrum Societatis Jesu, qui post obitum S. Francisci Xaverii ab Anno 1581 usque ad Annum 1681 in Imperio Sinarum Jesu Christi fidem propugnauerunt...* in F. Verbiest, *Astronomia Europea*, Dilingæ, 1687, p.118, n. LV.

Sendo impraticável a via marítima ao longo das costas da China, pouco segura por causa dos piratas e das tempestades, seguia-se a via interior, navegando sobretudo por rios e canais. De Cantão até Nanhiung (Nanxiong) a via seguida era a fluvial, para logo a seguir se tomar a via terrestre, isto é, quando era preciso atravessar o passo Meiling. Logo depois, seguindo o curso dos rios e atravessando alguns lagos, encontravam-se os seguintes lugares: Cancheu (Ganzhou), Nanchang, Kieukiang (Jiujiang), Kiangning (Nanquim) e Chinkiang (Zhenjiang). Aqui entrava-se no Grande Canal, a via de água construída pelo homem e que ligava Pequim a Hangcheu (Hangzhou). Martini descreverá os ditos lugares no seu *Novus Atlas Sinensis*, porém especificando raras vezes se e quando os visitou. Baseando-se em alguns dados da sua *Annua do anno 1644* é possível concluir que, ao contrário do que foi presumido até agora pelos outros estudiosos, a primeira viagem de Martini foi mais rápida do que se pensava, como não parece que demorasse muito em Nanquim (que visitou, ao contrário, por ocasião da sua segunda viagem), dirigindo-se logo para Hangzhou. Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 329r; M. Martini, *Novus Atlas Sinensis*, Amsterdão 1655, reprodução anastática, Trento, 1981, pp.85, 86, 88, 89, 91, 92; G. Melis, *I viaggi di Martino Martini in Cina* in *Martino Martini*, ob. cit., p.398.

27.6.1643 - No fim da sua longa viagem e provavelmente antes de chegar a Hangzhou, vai ao encontro do P. Francesco Brancati S. J. em Xam Hay (Shanghai). Vivendo num ambiente mais culto do que podia ter encontrado em Macau, é provavelmente nesta época que começa o estudo sistemático da língua chinesa, tomando também a decisão de adoptar o apelido chinês *Wei* e o nome, evocatório, *Kuangguo*, que significa “Salvador do país”, isto é, da China; logo depois escolherá, como segundo nome, *Jitai*, que tem o significado implícito de “ajudar, assistir, socorrer”, e, por outro lado, uma pronúncia próxima de *Xitai* (i.e., do Extremo Ocidente), o nome que tinha sido adoptado por Matteo Ricci. Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 329r.

Outubro de 1643 - Encontra-se em Hangzhou, donde se ausentará muitas vezes para visitar alguns lugares na região de Kiangnan (Jiangnan) – que corresponde à actual província de Jiangsu – e na de Chekiang (Zhejiang). *Ibid.*, f. 329r.

14.2.1644 - Tem o encargo de ir para Cham Xo (Changshu), a norte da cidade de Su cheu (Suzhou), com o Frei Francisco Ferreira de Macau. Redige um relatório sobre a missão, onde só demorará um mês e 22 dias. *Ibid.*, ff. 329r-332r.

ca. III década de Março de 1644 - Recebe do Vice-Provincial, P. Giulio Aleni, a ordem de partir para Nanquim para substituir o P. Francesco Sambiasi, cuja partida para Macau parecia iminente, onde tinha que

solicitar ajuda em favor da causa da dinastia Ming. *Ibid.*, ff. 331v-332r.

25.4.1644 - Na China setentrional, a sorte da dinastia Ming é precipitada pelas traições dos generais e pela pressão dos manchus invasores. Para não cair nas mãos de Li Zicheng, o general traidor, o imperador Ming Zhu Youjian (1611-1644), que tinha reinado com o nome de Chongzhen, suicida-se em Pequim.

6.6.1644 - Pequim é ocupada pelos manchus. As operações militares transferem-se para a China central (e depois para a meridional), onde alguns príncipes Ming tentarão durante algum tempo, mas com muito pouco êxito, a resistência.

Surpreendido pelo precipitar dos acontecimentos, Martini recebe em Nanquim a notícia da morte do imperador, difundida na cidade a 17 de Maio, e a da ocupação de Pequim. Ambas as notícias lançam a população de Nanquim no temor e na desordem.

M. Martini, *De Bello Tartarico Historia*, Antuérpia 1654 (editio altera), p.86: “Tum temporis ego ipse in urbe Nanking eram...”.

19.6.1644 - O príncipe Ming Zhu Yousong proclama-se imperador em Nanquim, assumindo o sob o nome de Hongguang. Reinará só um ano, morrendo em 1646, cativo dos manchus.

M. Martini, ob. cit., pp.86-91.

6.7.1644 - Convocado pelo Vice-Provincial, Martini regressa a Hangzhou para substituir o P. João Monteiro.

Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 332r.

8.6.1645 - Nanquim é ocupada pelos manchus, cujas forças avançam para sul, em direcção a Hangzhou.

M. Martini, ob. cit., p.91.

Agosto de 1645 - Os manchus ocupam Hangzhou. Martini descreve a batalha pela conquista da cidade, não dizendo, contudo, onde se encontrava no momento da entrada dos vencedores. Presume-se que se ocultasse em algum lugar próximo e que só a seguir mudasse para o Zhejiang meridional e o Fujian setentrional. Segundo o que diz, sabemos, porém, que em 1645 (por certo depois da queda de Hangzhou) foi convocado pelo Vice-Provincial, P. Giulio Aleni, que o mandou para Jen Ping (Yanping, nome actual: Nanping), na província de Fujian, para cumprir algumas tarefas, entre as quais a de introduzir ao estudo do chinês o P. Johannes Nikolaus Smogulecki, que tinha chegado do Guangdong havia pouco tempo.

M. Martini, ob. cit., pp.94-95; Biblioteca Nacional, Lisboa, *Ms. 722 do Fundo Geral*, ff. 346r-350r: “*Annua de Yen pim do Padre Martino Martini de 1646*”, f. 346rv.

Depois da tomada de Hangzhou, o ímpeto ofensivo dos manchus parece enfraquecer durante algum tempo; no entanto, os partidários da dinastia Ming não conseguem formar uma estável frente comum contra o invasor.

18.8.1645 - O príncipe Ming Zhu Yujian (1602-1646), também conhecido pelo nome de príncipe de Tang, proclama-se imperador, adoptando o nome de Longwu. Governará de 1645 até 1646, estabelecendo a sua base na província de Fujian.

Num primeiro tempo terá como aliado e depois, como rival, outro príncipe Ming, isto é, Zhu Yihai (1618-1662), conhecido sobretudo pelo nome de príncipe de Lu.

M. Martini, ob. cit., pp.96-98.

II mês lunar de 1646 (20 Fevereiro-21 de Março) - Num primeiro momento o imperador Longwu estabelecerá a sua capital na região

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

mais interior do Fujian, em Yien Ning (Jianning, nome actual: Jian'ou), e, logo a seguir, na vizinha Yanping, onde se encontra Martini. Tudo isto determina o envolvimento do nosso missionário nas actividades dos partidários da dinastia Ming contra os manchus. *Mingshi* (História dos Ming), cap. CXVIII, ed. Zhonghua, 1974, vol. XII, pp.3609-3610.

Martini refere que um alto dignitário daquela corte, o *Colao* (Grande secretário), lhe pediu várias vezes e com certa insistência que aceitasse a dignidade de mandarim, oferecida pelo imperador, que estava deseioso de se servir dos seus ensinamentos sobre as "cousas de Europa". Apesar da sua recusa, os chineses por fim mandaram-no ir de grande uniforme, cujas insígnias eram representadas por dragões bordados. Martini aceitou, porém com a reserva de se servir de tão linda veste como paramento para dizer missa.

Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., ff. 346v-350r; B. M. Biermann O. P., *Was Martin Martini chinesischer Mandarin?* in "Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft", n. 11, 1955, pp.221-225; veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XX, nota 3, p.313.

Na realidade ao imperador Longwu e aos seus partidários interessavam os conhecimentos de Martini no domínio da balística, da fundição dos canhões, bem como no da preparação da pólvora. Martini entrou em contacto com o general Ming Liu Zhongcao – falecido em 1649 – como perito nestes domínios e foi provavelmente para ele que fundiu alguns canhões, o que lhe permitiu ganhar o título de *huoyao dachen* (Grande Funcionário da Pólvora).

Ma Yong, *Jindai Ouzhou Hanxuejia de Xianqu Maerdini* (Martini, Pioneiro da Moderna Sinologia Europeia) in "Lishi yanjiu", n. 6, 1980, p.159; veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XX, notas 3-4, pp.313-314.

Foi provavelmente nesta época que teve lugar o desagradável incidente (veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XX, introdução, pp.307-308) causa de discórdia entre Martini e os dominicanos, que o acusavam de os ter tratado como "parentes pobres" depois de ter obtido a honorífica qualificação. Talvez Martini se refira às suas divergências com os dominicanos e às dificuldades por estes levantadas, por zelo excessivo, à actividade missionária, quando, na *Annua de Yem pim de 1646*, escreve: "são bons religiosos, mas mais zelantes do que prudentes, como é preciso ser nas novas comunidades cristãs".

Biblioteca Nacional, Lisboa, ob. cit., f. 348v.

VI mês lunar de 1646 (13 Julho-10 de Agosto) - Os manchus retomam o seu avanço em direcção ao sul, sem encontrarem forte resistência. Por ordem de Longwu, Martini tinha partido para um centro junto de Wenzhou, no Zhejiang meridional, a que ele chama por erro Venxui, mas que é possível identificar como Xuigan (Rui'an). Surpreendido pelo avanço dos manchus, correu risco de vida durante o saque da cidade. Salvou-se, colando à porta da sua morada uma grande folha de papel vermelho em que tinha escrito "Aqui mora um doutor da lei divina do Grande Ocidente" e pondo à vista, na sua antecâmara, os livros, os instrumentos científicos e as imagens sagradas que estavam à sua disposição. Foi assim que conseguiu entreter os soldados manchus e suscitar o interesse de um comandante, que o tratou com cordialidade, persuadindo-o a aderir à causa dos manchus. Ele próprio o vestiu com o traje manchu e o rapou deixando apenas os cabelos da nuca formando uma trança. Assim terminou a breve experiência de Martini como mandarim dos Ming, começando uma outra, que o viu convicto partidário do novo regime, que considerava justamente mais sólido e destinado perdurar, e mais favorável para com a religião cristã.

M. Martini, ob. cit., pp.99-100; *Mingshi*, loc. cit., p.3610; J. J. L. Duyvendak, *Early Chinese studies in Holland* in "T'oung Pao", XXXII, 1936, pp.326-327.

29.9.1646 - O imperador Longwu fuge de Yanping sendo morto pouco depois.

Mingji nanlüe (Sumário da História dos Ming Meridionais), Taipei, 1968, p.249; M. Martini, ob. cit., pp.101-102.

V mês lunar de 1647 (5 de Junho-1 de Julho) - Depois de algumas prováveis mudanças para lugares vizinhos, Martini chega à residência dos jesuítas em Lanxi, cidade do Zhejiang. Daqui muda-se para Lingyan, onde encontra o estudioso local Zhu Shi, com quem troca algumas ideias sobre o tema da amizade. A pedido de Zhu Shi Martini, compôs o *Qiyuou pian* (Tratado da Amizade), que todavia só será publicado postumamente.

M. Martini, ob. cit., p.100; id., *Qiyuou pian* (Tratado da Amizade), 1661, prefácio de Zhu Shi.

1648 - Encontra-se na residência de Hangzhou.

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 134, f. 326r, n. 24.

Com a ajuda dum literato convertido, isto é, Cosma Zhu (Zhu Zongyuan), nascido em 1609 na cidade de Ningbo, começa a tradução para chinês da obra de Francisco Suarez S. J. (1548-1617). Esta tradução não será concluída, pois terão que se separar depois de 1650. T. I. Dunin-Szpot S.J., *Historia Sinarum 1641-1687*, f. 69v in A.R.S.I., *Jap. Sin.* 103; id., *Collectanea Historia Sinensis 1641-1680*, f. 89r, ibid. 104.

1650 - É dado por superior da residência de Hangzhou.

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 134, f. 343, n. 16.

1650 - O Padre Provincial Manuel Diaz S. J. (1574-1659) dispõe o envio de Martini para Pequim para colaborar com Adam Schall von Bell no Observatório de Astronomia. Os dois, ambos com um carácter forte e autoritário, não estavam destinados a viver em boa harmonia. Depois de ter chegado a Pequim, não podendo confiar na assistência de Schall, Martini permaneceu na cidade durante pouco tempo, provavelmente, como tem sido presumido, de finais de Março até ao fim de Abril. Tem sido insinuado que não era do agrado de Schall a presença a seu lado de um colaborador demasiado inteligente e capaz como Martini, que acabaria por tomar o seu lugar e, de qualquer modo, por fazer-lhe sombra. Provavelmente Schall não pensou intervir com a necessária energia junto das autoridades para que a Martini fosse dada licença para se estabelecer em Pequim, temendo que o seu passado de "colaboracionista" dos Ming, ao vir ao conhecimento de muitos, pudesse prejudicar a posição da Missão dos jesuítas na capital. Martini recebeu assim ordem para regressar a Hangzhou. Durante a sua estadia em Pequim de qualquer modo encontrou maneira de visitar, como um turista moderno, a Grande Muralha, se for tomado à letra o que escreve na dedicatória do seu *Novus Atlas Sinensis*: "donec in muro illo...ipse constiti".

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 142.25, ff. 125-128v; ibid., 142.38, ff. 169r-173v; J. Sebes, *Il ruolo di Martino Martini nella controversia dei Riti cinesi in Martino Martini*, ob. cit., pp.451-453; G. Melis, *I viaggi di Martino Martini in Cina* in *Martino Martini*, ob. cit., pp.406-407, 415-418.

1650 - O Padre Provincial Manuel Diaz S. J., de acordo com o Visitador, P. Francisco Furtado, decide enviar Martini para Roma como procurador da Missão com a dúplice tarefa de ilustrar às autoridades da Congregação da *Propaganda Fide* quer a questão relativa à posição de Schall como chefe do Observatório de Astronomia, quer a razão pela qual os jesuítas não tinham observado as ordens dadas pela Santa Sé, em 1645, sobre a Questão dos Ritos. Nem todos os missionários jesuítas presentes na China estiveram de acordo com tal nomeação, julgando Martini não apto para tal tarefa, por ser muito jovem, bem como, provavelmente, por estar preconcebido para com Shall depois

do que tinha acontecido em Pequim. Por consequência, foi decidido mandar partir Martini a toda a pressa, quase às escondidas e de um lugar diferente do tradicional, Macau, levantando assim as suspeitas das autoridades portuguesas.

J. Sebes, ob. cit., pp.446-453; G. Melis, ob. cit., p.407.

1651 - Em Janeiro, Martini chega a Anhai, centro da província de Fujian ao norte da ilha de Jinmen ou Quemoy. Pouco depois embarca para Manila.

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 162, f. 51r; M. Martini, *Novus Atlas Sinensis*, ob. cit., p.130; *Relatio ad Ministrum provinciale, Anhai febr. 1651 in Sinica Franciscana*, VII/I, Roma, 1965, p.39: "P. Martinus Martini S.J. mense jan. 1651 in Anhai pervenit, Romam per viam Philippinarum petiturus".

Março de 1651 - Muito provavelmente Martini embarca num junco da frota mercante que cada ano, sobretudo em Março, ia dos portos do Fujian até Manila.

J. de Casanova O.F.M., *Carta de Anhai* de 18 de Março de 1651 in *Sinica Franciscana*, II, Firenze, 1933, p.610: "P. Martinus Martini S. J. Romam proficiscitur"; A. de Morga, *Sucesos de las islas Philipinas*, trad. ingl. de J. S. Cummins, Cambridge, 1972, p.305; S. D. Quaison, *The Sampan Trade, 1570-1770 in AA.VV., The Chinese in the Philipines*, Manila, 1966, p.161.

Março de 1651 - Não parte sozinho. Como aqueles missionários jesuítas que nos séculos XVII-XVIII regressavam à Europa com encargos por conta da Missão chinesa, também Martini foi acompanhado por um jovem chinês. O jesuíta tridentino, que o apresentou na Europa como literato e até como mandarim, serviu-se dele como criado, secretário, intérprete e dicionário vivo e isto sempre que tinha de interpretar algum texto chinês. Este jovem, que se chamava Domenico Siquin, era originário da província de Hebei; em 1651 tinha 28 anos e tinha sido baptizado pelos dominicanos do Fujian havia oito anos. Estes tinham-no apresentado ao próprio Martini, que lhes tinha pedido um jovem chinês, cristão e fiel, que estivesse disposto a acompanhá-lo até à Europa. Não é claro, todavia, que Domenico tenha regressado à China com Martini.

D. Navarrete O. P., *Tratados historicos, politicos, ethicos y religiosos de la Monarchia de China*, Madrid, 1676, p.341; V. Ricci, *Relazione ai signori cardinali di Propaganda Fide*, Manila, 22 de Junho de 1651, in A.P.E., S.O.C.G., vol. CXIII, f. 279v; id. Carta de 23 de Janeiro de 1652, *ibid.*, f. 233rv.

Março de 1651-Janeiro de 1652 - A demora de Martini nas Filipinas prolongou-se até 1652, já tinha que ficar à espera de algum navio para a prossecução da sua viagem. Decerto que Martini aproveitou aquela longa e forçada estadia para pôr em ordem todo o material histórico e geográfico que tinha preparado na China em vista da futura publicação das suas obras de maior relevo. Certamente teve ocasião de ter contactos úteis e de recolher, assim, os documentos necessários para demonstrar, à sua chegada a Roma, a irracionalidade das críticas que os dominicanos, em especial, tinham endereçado à obra dos jesuítas na China.

A sua prolongada paragem pode, porém, ser atribuída a outra razão ainda a considerar. Em 1647, o navio *La Concepcion*, que vinha de Macau com uma carga de preciosas mercadorias, tinha sido bloqueado pelas autoridades da alfândega de Manila, que tinham aprisionado a tripulação e confiscado a carga, que incluía também 27 libras de almíscar de primeira qualidade, pertencente aos jesuítas da China. Os padres, que em caso de necessidade nunca deixavam de praticar o comércio, tendo esperado tirar da sua venda bastante dinheiro para pagar as despesas da sua Missão, agora pretendiam a restituição pelo

menos dos 2.430 escudos de prata ou "patações", provento da venda em leilão determinada pelas autoridades da alfândega. Como procurador da Missão, Martini, encontrando-se em Manila, foi decerto envolvido no contencioso que se arrastava havia muitos anos e que provavelmente o persuadiu a adiar a partida na esperança de conseguir obter uma solução que favorecesse a Missão. Ainda que tudo isto não tivesse êxito, Martini não se rendeu, como, à sua chegada, como se verá em seguida, nunca deixará de se bater, interessando na questão até um soberano!

M Martini, *De Bello Tartarico Historia*, ob. cit., p.12: "Philippinis in Insulis dum navigij opportunitatem per aliquot menses expecto...". Para a documentação relativa ao contencioso dos Jesuítas com a alfândega de Manila veja-se *17 de Novembro de 1654*.

23.1.1652 - Vittorio Ricci O. P., nesta data, entrega uma carta a Domenico Siquin, o jovem chinês que tinha acompanhado Martini na sua viagem para a Europa. Presume-se que Martini e Domenico embarcaram logo a seguir.

1652 - Martini visita o sultão de Makar, que, impressionado pela sua cultura matemática e conquistado pelas suas prendas, lhe pede que mande chegar à sua ilha alguns missionários jesuítas.

Veja-se *Relazione sul Mondo Nuovo (etc.)*, nota 13, in M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. II.

Maiço de 1652 - Bloqueado e transferido para Batávia (Jacarta), onde é retido pelos holandeses durante quase oito meses, numa aparente situação de cativo, interessados que estavam nos seus conhecimentos da situação na China. Aproveita esta nova paragem forçada para pôr em ordem os seus trabalhos históricos e geográficos, o que continuará a fazer também durante a sua viagem por mar a caminho da Europa.

1.2.1653 - Parte de Batávia, provavelmente no navio holandês *Oliphant*, um dos três navios que naquele dia zarparam para a Europa às ordens do contra-almirante A. Frisius. Chegado ao Cabo da Boa Esperança, ficará em terra durante vinte dias como hóspede do governador Van Riebeeck, a quem fornece úteis indicações sobre as escalas ao longo da costa africana.

M. Martini, *De Bello Tartarico Historia*, ob. cit., p.12; J. J. L. Duyvendak, *Early Chinese Studies in Holland* in "T'oung Pao", vol. XXXII, 1936, p.311, nota 2; (*) H. Bernard, *Les sources mongoles et chinoises de l'Atlas Martini (1655)* in "Monumenta Serica", vol. XII, 1947, p.139, nota 51.

31.8.1653 - Depois de ter passado o Cabo da Boa Esperança e rodeado as ilhas britânicas, evitando atravessar a Mancha, o navio em que ia Martini chega a Bergen, na Noruega.

M. Martini, ob. cit., p.12: "...superato Bonæ Spes Promontorio, circumnavigatisque Insulis Britannicis, qua parte America respiciunt, inter Scotiam demum et Islandiam Berghas Norvegiæ appuli die XXXI Augusti eiusdem anni".

Setembro de 1653 - Logo depois do desembarque em Bergen, dirige-se primeiro para Hamburgo, donde prosseguirá a caminho de Amesterdão e depois para Antuérpia e Bruxelas.

M. Martini, ob. cit., pp.12-13: "Inde mox Hamburgum, atque in Hollandiam, uti et Anterpiam Bruxellamque deveni...".

7.11.1653 - Chega a Amesterdão.

(*) H. Bernard, ob. cit., p.139.

Janeiro de 1654 - Na sua viagem para sul a caminho de Antuérpia, Martini encontra nas proximidade de Leiden o célebre estudioso

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

holandês Jacob Golius (1596-1667), professor de arábico naquela universidade. É um encontro brevíssimo, que dura apenas o tempo necessário para Martini mandar substituir o barco que pelos canais o levará até Antuérpia, mas suficiente para confirmar a Golius que a fama de que Martini gozava como estudioso era merecida: "...ex paucis dictis et responsis facile perspexi de insignibus Viri dotibus minime vanam aut fallacem fuisse famam".

J. Golius, *De Regno Catayo additamentum*, p.II, in M. Martini, *Novus Atlas Sinensis*, Amsterdão, 1655.

Janeiro de 1654 - Chega a Antuérpia antes de 20 de Janeiro.

De uma carta (20-1-1654) de O. Worm a seu filho, mencionada por N. Golvers in *Viaggio di reclutamento di M. Martini S.J. attraverso i Paesi Bassi nel 1654* in "Studi Trentini di Scienze Storiche", LXXIV, Trento, 1995, pp.447-474.

Fevereiro de 1654 - Encontra-se em Bruxelas, como resulta de algumas cartas suas. Numa carta de 20 de Fevereiro ao P. Geral, Goswin Nickel, Martini procura justificar a razão pela qual não tinha prosseguido logo para Roma, uma razão que dependia também da necessidade de chegar a um acordo, quer na Bélgica, quer na Holanda, com os estudiosos e os editores locais tendo em vista a publicação das suas obras.

A.R.S.I., *Fondo Gesuitico 649, 379*, ff. 1rv-2rv. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XII, pp.231-245.

1654 - Provavelmente em Fevereiro encontra em Bruxelas o arquiduque da Áustria Leopoldo Guilherme (1614-1662), governador da Bélgica, com quem tem uma conversa em italiano e em alemão e a quem dedicará o *Novus Atlas Sinensis*.

M. Martini, ob. cit., p.3 da dedicatória.

1654 - Por ocasião de uma primeira visita ao Colégio dos Jesuítas de Lovaina, feita em Fevereiro, decerto antes de 7 de Março, Martini faz uma conferência para descrever a sua viagem e a Missão chinesa. Ilustrará a dita conferência com algumas projecções feitas provavelmente com uma "lanterna mágica", confirmando assim ser um precursor também neste domínio.

G. Schottus S. J., *Magia Universalis, pars I continet Optica*, Herbopoli 1677, pp.424 ss.; V. P. Liesegang, *Der Missionar und China geograph Martin Martini (1614-1661) als erste Lichtbildredner* in "Proteus", 2, 1937, pp.112-116; N. Golvers, ob. cit., pp.467-468.

Março de 1654 - *A De Bello Tartarico Historia*, publicada em Antuérpia pelo editor B. Moret, tem um êxito extraordinário. Só em 1654 serão publicadas quatro edições do texto latino (duas em Antuérpia, uma em Colónia e uma em Veneza) e cinco traduções (alemã, italiana, francesa, inglesa e holandesa).

A data provável da publicação (12-3-1654) pode ser tirada da *Summa Privilegi* publicada na página 166, bem como de uma carta de Martini a A. Kircher de 21 de Fevereiro de 1654 em que o informava que a impressão estava a ser ultimada.

A.P.U.G. 567, ob. cit., f. 252rv. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XIII, pp.247-253.

De meados de Março até aos primeiros dias de Junho de 1654 Martini permanece outra vez em Amsterdão, provavelmente para preparar a publicação do Atlas junto do editor Blaeu, não tendo conseguido chegar a um acordo neste sentido com o editor Moret de Antuérpia. (*) N. Golvers, ob. cit., pp.464-465.

9.6.1654 - Outra vez de passagem por Antuérpia, onde ficará só oito dias, Martini encontra pela segunda vez J. Golius, que a 9 de Junho

tinha pedido à sua universidade licença para o encontrar. Junto com Golius, Martini encontrará em Antuérpia dois insígnos estudiosos e colecionadores de coisas orientais: o conselheiro jurídico Jacob Edelheer, de Antuérpia, e Justin de Nobelaer.

J. Golius, ob. cit., p.111; A. Kircher, *China Monumentis qua Sacris qua Profanis...illustrata*, Amsterdão, 1667, p.185; N. Golvers, ob. cit., pp.459-460, nota 39 e p.464, nota 59.

Junho de 1654 - Encontra-se em Bruxelas, onde lhe é feito um retrato, hoje perdido.

M. Martini, *De Bello Tartarico Historia*, ob. cit., p.166: "dum in Belgio Bruxellæ adhuc agerem mense junio 1654..."; N. Golvers, ob. cit., p.466, nota 62.

Julho de 1654 - Visita pela segunda vez o Colégio dos Jesuítas de Lovaina, de onde partirá em Julho juntamente com o jovem confrade Albert Dorville, dirigindo-se para Roma.

H. Bosmans, *Documents sur Albert Dorville de Bruxelles*, Lovaina, 1911, p.13 e (*) p.18 ("dès le courant de juillet Dorville s'était mis en route, avec Martini, pour Vienne, en Autriche; d'ou, après quelques temps, ils se rendirent à Rome").

16.7.1654 - Por ocasião da sua passagem por Düsseldorf e da sua viagem a caminho de Roma, Martini e Dorville obtêm de Leopoldo Guilherme, conde palatino do Reno, duque de Neuburg, governador da Bélgica, a promessa de que a partir daquela data serão pagos à Missão jesuítica em terra chinesa 100 ducados napolitanos por ano. Carta de Leopoldo Guilherme, de Düsseldorf de 16 julho de 1654, a Antonio Macambruno residente em Nápoles, in A.R.S.I., *Fondo Gesuitico, Missione in Cina, Fondatori e Benefattori 1616-1757, 722/17*.

28.7.1654 - O P. Geral, G. Nickel, escreve a Martini pedindo-lhe que apresse a sua chegada a Roma: "Avide expecto R.V. cuius præsentia est hic valde necessaria...". A sua carta só chegará à Bélgica depois da partida de Martini.

H. Bosmans, ob. cit., pp.16-18.

1654 - Provavelmente Martini dirige-se para Roma passando pela Áustria e pelo Tirol.

9.9.1654 - Um decreto do imperador Fernando III da Áustria, de Ebersdorff, prevê o pagamento anual, a partir de Março de 1655 e a favor da Missão chinesa dos jesuítas, de mil florins do Reno, provenientes dos impostos sobre o vinho, bem como sobre o sal e a cerveja da Boémia.

A.R.S.I., *Fondo Gesuitico, Missione in Cina, Fondatori e Benefattori 1616-1757, 722/17*. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XVI, pp.275-283.

Setembro de 1654 - Segundo o que escreve o dominicano Domingo Navarrete (1618-1686), um "gran misionario" que tinha sido acolhido pelo imperador da Áustria em Viena, apresentou-lhe um jovem chinês, que se chamava Domenico, como se fosse uma alta personalidade e até como rei ou filho do soberano da China, enganando desta maneira Fernando III, que tratou o chinês até com demasiada cortesia. Este episódio, segundo Navarrete, não seria um caso isolado, já que outros jesuítas tinham feito o mesmo, o que demonstraria a sua duplicidade e a sua tendência para enganarem até os soberanos a fim de alcançarem de qualquer modo os seus objectivos. Navarrete abstém-se de dizer quem era aquele "gran misionario", ainda que seja evidente uma clara referência a Martini e também não dá os nomes dos outros jesuítas, que, no dizer dele, se comportaram da mesma maneira, e que são

todavia identificáveis. Na descrição deste episódio e na sua tentativa de atribuir a responsabilidade ora a este ora àquele jesuíta de se ter aproveitado da boa-fé, ou antes, da “ingenuidade” deste ou daquele soberano europeu, Navarrete parece exercitar de qualquer maneira a sua fantasia.

Navarrete, *Tratados historicos, politicos, ethicos y religiosos de la Monarchia de China*, Madrid, 1676, p.25.5 e p.333.5.

Do mesmo aviso é um contemporâneo de Navarrete, que, apesar de não negar o dito encontro, afirma que o episódio da apresentação do chinês como filho do soberano da China é tão absurda que parece ser fruto da fantasia de Navarrete e dos dominicanos, que o tinham assim posto a circular para descreditar Martini e os jesuítas.

J. Cortes Osorio S. J., *Reparos historiales*, Pamplona 1677, pp.13rv-14r, n. 28.

Outubro de 1654 - Martini chega a Roma, como resulta da sua carta de 8 de Outubro ao professor Lorenz Forer, bem como de uma carta de 31 Outubro do P. Geral, G. Nickel, ao Provincial das Flandres e da Bélgica.

Munich, Hauptstaatsarchiv, *Jesuitica* 607/112, n. 279; H. Bosmans, ob. cit., p.26.

1.11.1654 - O imperador Fernando III da Áustria escreve de Viena ao rei de Espanha D. Filipe IV a comunicar o que Martini lhe tinha exposto (“nobis exposuit”) de viva voz numa conversa sob o sequestro da carga do navio *La Concepcion* e sobre a vontade dos Jesuítas de ser pagos pelos danos sofridos (ver *supra*, Março de 1651-Janeiro de 1652). Tem assim começo uma troca de cartas entre Filipe IV, o embaixador da Áustria e o *Consejo de Indias*, em Madrid, e o governador das Filipinas e a *Real Hacienda* de Manila, que por causa da distância e da lentidão dos meios de comunicação se arrastará durante alguns anos. Quando, finalmente, a 18 de Junho de 1662 Filipe da Espanha pede à *Real Hacienda* que pague a Martini a quantia devida, o jesuíta tinha já falecido a 6 de Junho de 1661.

Sevilha, *Archivo Geral de Indias*, carta de Fernando III in *MP-Documentos Reales*. 5; Instruções de Filipe IV in *Filipinas*, 330, L. VI, ff. 14rv-15rv, além de mais documentos catalogados in F. Navas del Valle, *Catalogo de los documentos relativos a las islas Filipinas existentes en 10 tomos (1493-1662)*, t. IX, Barcelona 1936 (os dois documentos são indicados pelos números 19658 e 20782).

Novembro-Dezembro de 1654 - Provavelmente nestes dois meses endereça aos “Eminentissimi Cardinali” as duas cartas (sem data) em que anuncia a sua chegada pedindo que o ouçam sobre a questão relacionada com os Ritos chineses.

A.P.F. 193, ff. 83r-90v e 84r-89v; veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXI e carta XXII.

Dezembro de 1654 - A *Brevis Relatio de Numero et Qualitate Christianorum apud Sinas* é publicada em Roma pelo editor I. de Lazzaris.

1655 - No decorrer do ano apresenta algumas instâncias e petições a fim de obter facilidades e privilégios para os cristãos chineses, subvenções para comprar livros e pagar quer as despesas da viagem para a China dos seus confrades, quer as despesas relativas à instituição dum seminário na China para a formação dos futuros sacerdotes chineses.

2.4.1655 - Só uma carta tem data e é a endereçada de Roma ao P. Geral, em que Martini propõe a possibilidade de chegar à China por via terrestre.

Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XVII.

21.6.1655 - O cardeal Francesco Albizzi apresenta à Congregação da *Propaganda Fide* a petição de Martini para a solução de algumas dúvidas e dificuldades no serviço da Missão chinesa. A Congregação, porém, não trata do assunto como “iussit adiri S. Officium”.

Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, documento VI, pp.345-346.

1655 - Provavelmente na segunda metade do ano apresenta um prolixo memorial ao Santo Ofício sobre a Questão dos Ritos chineses.

Veja-se o memorial n. XXVIII in M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I.

15.8.1655 - Pronuncia os quatro votos solenes e as cinco promessas particulares na casa da Companhia de Jesus, em Roma, na presença do P. C. Schorrer.

Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, documento n. XXV e documento n. XXVI.

22.8.1655 - Escreve ao P. Geral de Roma pedindo-lhe que se interesse pela cobrança do dinheiro e pela transferência para a vice-província chinesa do dinheiro oferecido por alguns benfeitores.

A.R.S.I., *Fondo Gesuitico, Missione in Cina, Fondatori e Benefattori* 1616-1767, 722.17. Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, documento n. XIX.

Segunda metade de 1655 - Em Amesterdão, o editor J. Blaeu publica o *Novus Atlas Sinensis*, dedicado a Leopoldo Guilherme, arquiduque da Áustria e governador da Bélgica. Da data da *Summa Privilegi* (i.e., 11 de Maio de 1655) resulta que a obra foi publicada no segundo semestre do ano.

19.12.1655 - Com o P. Prospero Intorcetta S. J. deixa Roma a fim de se dirigir para Génova.

A.R.S.I., *Hist. Soc.* 23 (Diari 1610-1655), f. 90.

11.1.1656 - Parte de Génova no navio mercante holandês *Trigla* ou *Mullo*, fretado por alguns mercadores holandeses e com destino a Portugal. Com ele viajavam nove jesuítas, que tinham que se dirigir para as missões da China e dos quais ele é o superior, além de um grupo de jesuítas com destino à Índia e dos quais era responsável o P. Giacinto de Magistris.

Carta de F. Verbiest a I. Melgaert, escrita de Génova no final de Fevereiro de 1656, mencionada por H. Bosmans, ob. cit., pp.33-57.

15.1.1656 - O navio *Trigla* é atacado por um barco pirata francês e, apesar da corajosa resistência da tripulação, é levado Para ilha de Santa Margarida, junto à Costa Azul, onde chega a 1 de Fevereiro de 1656. H. Bosmans, ob. cit., pp.36-47.

16.2.1656 - Depois de ter combatido com coragem, Martini evidencia-se também como hábil e astuto negociador por ocasião das longas negociações com o comandante do barco pirata, conseguindo subtrair ao cativo todos os seus confrades, que, por fim, chegam sãos e salvos a Génova.

H. Bosmans, ob. cit., p.56; M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXIX e carta XXX.

19 e 26.2.1656 - Martini dirige-se primeiro ao P. Geral, G. Nickel, e depois ao cardeal Francesco Barberini para relatar o que lhe tinha acontecido e para solicitar ajuda material para si e para os seus confrades a fim de prosseguir a sua viagem para a China. Ao P. Geral pede também que possa regressar a Roma para seguir de perto as questões que tinha tomado a peito e ao mesmo tempo acabar, nas

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

horas livres, a sua obra sobre a História da China.
Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXIX e carta XXX.

23.3.1656 - Os juizes do Tribunal do Santo Ofício dão uma solução favorável às teses dos Jesuítas sobre a Questão dos Ritos que tinham sido expostas por Martini. O Decreto de Alexandre VII, de 23 de Março, então perde validade face ao precedente Decreto de 1645.

Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, pp.431-444.
O estado actual das pesquisas não permite saber como e onde Martini passou o ano na Europa à espera de partir outra vez para a China. Atrasando a partida para a China, Martini pôde ir à procura de uma cópia do Decreto de 23 de Março de 1656, que então lhe foi possível ler, bem como completar a sua obra histórica; contudo não descuidou as suas responsabilidades enquanto procurador da Missão chinesa, procurando mandar partir logo alguns dos seus confrades para Lisboa, de onde zarparão, a 30 de Março de 1656, para o Extremo Oriente no navio *Bom Jesus do Carmo*.

4.4.1657 - Martini parte de Lisboa com mais dezasseis jesuítas no navio *Bom Jesus da Vidigueira*.
J. Wicki, ob. cit., n. 89/1031, p.301.

1657 - Chega a Goa provavelmente no final do ano.
A. Ferrão, *Relação da viagem que fizeram de Goa à Machao os Missionarios da China o anno de 658...* in A. A. Ferreira da Cruz, *Noticias do Oriente Portugues em 1658 segundo uma relacion inedita*, Porto, 1958, p.17. Ferrão, que tinha viajado com Martini, escreve que a 3 de Janeiro de 1658, antes de deixar Goa, confiou a um navio que ia partir para Lisboa uma carta sua. Daqui resulta que quer ele quer Martini tinham chegado a Goa pelo menos no mês anterior.

30.1.1658 - Parte de Goa juntamente com nove confrades.
Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXXI.

30.3.1658 - Chega a Larantuka (Solor), Flores oriental.
A. Ferrão, ob. cit., p.30.

10.6.1658 - Parte de Larantuka.
A. Ferrão, ob. cit., p.38.

21.5.165 - Chega a Makasar em más condições de saúde, como de resto os seus companheiros de viagem.
A. Ferrão, ob. cit., p.39.

Maio-Junho de 1658 - Durante a sua estadia em Makasar, encontra Domingo Navarrete O. P., que lhe pede, obtendo-a, uma cópia não-autenticada do Decreto do Santo Ofício de 23 de Março de 1656, que logo enviará ao Arcebispado de Manila e aos seus superiores.
D. Navarrete, *Controversias antiguas y modernas de la Mission de la Gran China...*, Madrid, 1679, pp.328-329 (Trat. VI); B. Ibanez O. F. M., *Brevis Relatio (an. 1668)* in *Sinica Franciscana*, III, Florença, 1936, pp.81-82, n. 13.

17.6.1658 - Parte de Makasar para Macau juntamente com cinco confrades.
A. Ferrão, ob. cit., p.42.

17.7.1658 - Chega a Macau com os cinco confrades: André Ferrão, Albert Dorville, Ferdinand Verbiest, Prospero Intorcetta e o coadjutor Manuel dos Reys. Dos nove confrades que tinham partido juntamente com ele de Goa, três tinham falecido na viagem.

Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXXI, e A. Ferrão, ob. cit., p.46.

1658 - Domingo Navarrete, que tinha chegado a Macau dois dias antes de Martini, procura pedir ao Jesuíta tridentino mais uma cópia do Decreto do Santo Ofício, mas através do P. Marquez, do arcebispado de Macau. Apesar de Navarrete fazer duas vezes o pedido, Martini recusa entregar-lha, dizendo que não quer “publicare alcun documento di S. Santità in Cina”; porém, mais tarde, entregará uma cópia do documento a Domingo Coronado O. P., acrescentando que “il p. generale non voleva che fosse publicato”.
D. Navarrete, ob. cit., pp.328-329.

30.9.1658 - Numa carta enviada de Macau ao P. Geral, G. Nickel, o belga Dorville critica o comportamento de Martini por ocasião da longa viagem de Lisboa. Acusa-o de se ter comportado duma maneira demasiado autoritária; de não se ter abastecido de remédios em quantidade suficiente, pelo que quase todos tinham adoecido, morrendo alguns deles; de não ter mostrado compreensão pelos padecimentos dos doentes; de ter disposto arbitrariamente dos fundos da Missão e dos que tinham sido concedidos pelo duque de Neuberg (cfr. carta de 16 de Julho de 1654), concessão cujo mérito Dorville a si próprio atribuía. A dita carta, além de em parte estar cifrada, não favorece o seu autor, tanto mais que tem que ser provavelmente imputada às más condições físicas e mentais de que Dorville deve ter padecido por ocasião da longa viagem. De facto, ele não tem em consideração que o próprio Martini tinha adoecido, chegando a Macau – como escreve Ferrão – semiparalítico e atormentado por cólicas que lhe provocavam agudíssimas dores abdominais; contudo, durante uma tempestade a 7 de Fevereiro, no momento em que o navio dobrava o Cabo Comorim, tinha tido forças para substituir o piloto que tinha desviado de medo. O próprio Ferrão acrescenta que Martini tinha tido o leme durante uma noite inteira, salvando todos dum naufrágio certo.
A.R.S.I., *Jap. Sin. 162*, ff. 32rv-33rv; A. Ferrão, ob. cit., p.39.

30.10.1658 - Numa outra carta enviada, sempre de Macau, ao P. Geral, G. Nickel, Dorville descreve a viagem de Goa a Macau. Desta vez elogia o comportamento de Martini durante a tempestade por ter tomado o comando do navio.
A.R.S.I., *Jap. Sin. 162*, ff. 36rv-37rv.

Outubro-Novembro de 1658 - Segundo a supracitada carta de Dorville e uma de Martini de 2 de Novembro, em Macau tinham rebentado algumas desordens envolvendo a população chinesa, as autoridades portuguesas e os jesuítas. Parece que um jesuíta português tinha mandado aprisionar um marinheiro chinês que se tinha comportado inconvenientemente numa igreja, molestado uma mulher. A notícia do seu aprisionamento tinha provocado a reacção da população chinesa. As autoridades de Cantão aproveitaram aquela circunstância para tomar medidas contra os portugueses, inclusive proibindo de entrada dos estrangeiros na China. Martini ficou então bloqueado em Macau sem poder prosseguir a sua viagem a caminho da sua terra de missão.
Veja-se M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, carta XXXI, além da supracitada carta de Dorville.

Novembro-Dezembro de 1658 - A *Sinica Historia Decas Prima* é publicada em Munique pelo editor L. Straub. A sua impressão deve ter sido concluída no final de 1658, pois a dedicatória ao imperador Leopoldo I da Áustria é de 1 de Novembro.

6.2.1659 - Numa carta de 6 de Fevereiro de 1659 ao P. Geral, G. Nickel, Martini revela que está para regressar à China. Como já tinha

escrito na sua carta de 2 de Novembro de 1658, a situação em Macau ia voltando ao normal, o que teria facilitado a revocação das medidas tomadas pelas autoridades chinesas. Pelo que diz respeito a Martini, a sua partida foi facilitada pelas intervenções feitas a seu favor em Pequim quer por A. Schall von Bell, quer por um “prefeito” seu amigo, provavelmente Tong Guoqi, governador do Zhejiang de 1658 a 1660. Tendo-lhe sido dada licença para partir, Martini pôde retomar a sua viagem, agora tratado com todas as honras. Com ele viajavam mais nove jesuítas, que se preocupou em distribuir pelas residências que lhes tinham sido assinadas em terra de missão.

Veja-se a carta XXXI nota 25 e carta XXXIII nota 2 in M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I, e A. Greslon, *Histoire de la Chine sous la domination des Tartares*, Paris, 1671, p.13.

11.6.1659 - Regressa a Hangzhou.

Veja-se a carta XXXIII in M. Martini, *Opera Omnia*, ob. cit., vol. I.

1659-1661 - Graças ao apoio financeiro que lhe tinha sido concedido por duas mulheres convertidas – a mulher de Tong Guoqi, conhecida pelo nome cristão de Ágata, e a concubina de Su Quinwang, descendente da família Zhao, que logo depois da morte do marido tinha assumido o nome de Judite –, Martini inicia (1659) a construção de uma igreja num terreno adquirido em Hangzhou, que ficava ao sul do Tianshuiqiao (Fonte da água celeste) e no interior da Beiguanmen (Porta dos muros setentrionais). A dita igreja foi desenhada – provavelmente pelo próprio Martini – segundo o estilo ocidental, com uma fachada que parece ter certa semelhança com a “Chiesa del Gesù” em Roma. Acabada a sua construção, foi então reconhecida como a igreja mais linda da China. Nos primeiros tempos foi chamada de “Templum Salvatoris”, sendo-lhe logo a seguir posto o nome de “Igreja da Imaculada Conceição”. Martini seguiu os trabalhos da construção da igreja e do colégio anexo “magna cura et industria”, conseguindo nela reunir (1660) 207 baptizantes, que foram então aspergidos com a água benta da vizinha “acqua celeste”.

T. I. Dunin-Szpot, *Collectanea Hist. Sinensis, 1641-1680* in A.R.S.I., *Jap. Sin.* 104, ff. 146v-147r; C. Le Gobien, *Histoire de l'édit de l'empereur de la Chine*, Paris, 1698; trad. it. Turim, 1699, pp.59-61; Fang Hao, *Zhongguo Tianzhujiào shì renwù zhuàn* (Biografias de Algumas Personalidades da História da Religião Católica na China), vol. II, Hong Kong, 1970, pp.49-50, 115-116; J. Dehergne, *Les chrétiens de Chine de la période Ming (1581-1650)* in “Monumenta Serica”, vol. XVI, 1957, pp.117-118; D. E. Mungello, *The forgotten Christians of Hangzhou*, Honolulu, 1994, pp.28-35.

6.6.1661 - Martini falece depois de uma breve doença devida a uma terapia errada. As circunstâncias do seu falecimento, que o colheu quando era ainda jovem, cheio de entusiasmo e de zelo pelas actividades da sua missão, são conhecidas graças a uma carta de Philippe Couplet (1622-1693) a Christian Mentzel de 26 de Abril de 1687. Padecendo de dores de estômago, provavelmente em consequência de uma infecção surgida durante os quarenta dias da sua estadia em Lantuka (veja-se 21 de Maio de 1658), Martini tomou uma dose excessiva de ruibarbo, muito mais do que lhe tinha prescrito o médico chinês. Martini faleceu assim no espaço de alguns dias.

A carta original de Couplet encontra-se na Staatsbibliothek Preuss, Kulturbesitz, Handschrift Abteilung, Ms. Germ. f. 1479, auftragnr 81/25, ff. 31rv-32rv, e uma cópia na Glasgow University Library, Special Collections Dept., Hunter Collection: *Collectio Sinicorum*

Manuscriptorum Opusculorum n. 8, Cupletiana epistola ad Christianus Mentzelium ex autographis, pp.171-176.

O corpo de Martini foi enterrado fora da cidade de Hangzhou, em Dafangjing, num terreno que tinha sido dado à missão dos jesuítas pelo filho de Yang Tingyun (1562-1627), uma das maiores personalidades da cultura chinesa da época, que tinha abraçado a fé católica.

Fang Hao, *Hangzhou Dafangjing Tianzhujiào gu mu zhi yan ge* (Evolução do Antigo Cemitério Cristão de Dafangjing em Hangzhou) in *Fang Hao liushi zidinggao* (As obras de Fang Hao Revistas e Editadas por ele próprio por ocasião dos Seus Sessenta Anos), Taipei, 1969, vol. II, pp.1940-1946; N. Standaert, *Yang Tingyun, Confucian and Christian in late Ming China*, Leiden, 1988, pp.68-69; Xu Mingde, *Shiqi shiji Yidali Wei Kuangguo mudi kao* (Investigação acerca do Túmulo do Sinólogo Italiano do Século XVII Wei Kuangguo, isto é, Martini) in “Sino-Western Cultural Relations Journal”, XI, 1989, pp.1-10; D.E. Mungello, *The forgotten Christians of Hangzhou*, Honolulu, 1994, pp.51-57.

1661 - Aparece postumamente e em língua chinesa o *Qiyou pian* (Tratado da Amizade).

1676 - O P. Prospero Intorcetta S. J. compra mais um terreno em Dafangjing, mas mais seco e elevado do que o primeiro, com o propósito de para lá transferir os despojos mortais dos jesuítas enterrados no velho cemitério, cujos túmulos se tinham deteriorado por causa da humidade. A trasladação daqueles despojos mortais começará em 1678.

Inícios de Agosto de 1678 - À abertura do seu túmulo, descobriu-se que o corpo de Martini, diferentemente dos outros, estava quase intacto, isto é, livre de “corruptione ac putredine”.

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 117, ff. 189rv-190rv e sobretudo f. 189v.

20.4.1679 - Apesar de tão surpreendente descoberta, o seu corpo foi deixado no mesmo “humidíssimo” lugar até 1679, quando um novo reconhecimento permitiu verificar que estava ainda em bom estado bem com as óptimas condições das suas vestiduras e a falta de mau cheiro. Transferidos para a capela do novo cemitério, os despojos mortais de Martini, cujo processo de decomposição parecia ter abrandado, tornaram-se objecto de culto para os fiéis e também para os pagãos. Segundo os testemunhos de alguns missionários, no começo do século XIX o corpo de Martini estava ainda em razoáveis condições, acabando por se pelas excessivas manifestações de culto. O último testemunho remonta a 1843. Em 1877, os missionários lazaristas, em consideração à já avançada deterioração dos despojos mortais de Martini, bem como para pôr fim às manifestações de culto dos pagãos, que se pareciam com a idolatria e a superstição, reuniram os ossos de Martini numa urna, sepultando-os na capela do cemitério.

A.R.S.I., *Jap. Sin.* 166, *Sine Epistole 1694-1699*, ff. 428-441; T. I. Dunin-Szpot, *Hist. Sinarum 1641-1687*, ff. 201v-202r in A.R.S.I., *Jap. Sin.* 103; id., *Collectanea Historiae Sinensis 1641-1680*, ff. 147rv, 310rv; ibid. 104. Pfister, p.259, nota 2; Fang Hao, *Zhongguo Tianzhujiào shì renwù zhuàn* (Biografias de Algumas Personalidades da Religião Católica na China), vol. II, Hong Kong, 1970, p.116. **RC**

Texto de Giuliano Bertuccioli.

Traduzido do original italiano por Stefania Elena Carnemolla.

Cooperation and Contradiction: Portugal and the Holy See in the Ecclesiastical Affairs of China in the 17-18th Centuries

GU WEI-MIN*

*[顾卫民] Professor in the Department of History at the University of Shanghai. Member of the Milan International Association of History. Specialty: the history of Christianity in China.

Professor do Departamento de História da Universidade de Xangai. Membro da Associação Internacional de História de Milão. Especialidade: História do Cristianismo na China.

"Jesus Nailed on the Cross," from the *Historical Evangelical Images*, an illustrated history of Catholicism that was published in Macao in 1610, by the Italian Jesuit Giulio Aleni.



ORIGINS OF THE ROYAL PATRONAGE

As early as the fifth century, wealthy laymen were called upon by the Catholic Church to help in the construction of churches and the establishment of other religious institutions. In return, they were offered several kinds of privileges. The Council of Trent publicly recognized this matter. Rights that could be bestowed upon patrons included the administration of ecclesiastical benefice, and the right to nominate candidates to offices such as bishop, parish priest, abbot, and so on. Christianity developed throughout Europe by means of this system of patronage,¹ and Portugal was no exception. Kings and nobles were patrons of many churches, chapels, and other religious institutions.

In the fifteenth century, the Pope extended Portuguese patronage overseas. When Europe began to expand, there was a tacit mutual agreement that Christian states had the right to possess the lands of heathens and infidels without regard for the native

peoples. Another doctrine that was accepted, at least by Portugal and Spain, was the Pope's right to assign temporal sovereignty over any lands not possessed by a Christian ruler. As early as 1454, Pope Nicholas V issued a bull granting the Portuguese title to the territories they were exploring along the African coast toward India. On May 4, 1493, Pope Alexander defined a line of demarcation running 100 leagues west of the Azores and the Cape Verde Islands, granting to Spain all the lands to the west of this line, and to Portugal all the lands to its east. On June 7, 1494, Spain and Portugal negotiated an agreement, the Treaty of Tordesillas, that moved the line 270 leagues further west. Actually the demarcation line left to Portugal the only route to India that was feasible at the time,² and the treaty of 1529 that determined ownership of the Moluccas delimited the Spanish and Portuguese spheres of influence. Portugal asserted an exclusive right to the East, and only by a geographical fiction were the Philippines permitted to fall within the Spanish zone. The Portuguese, moreover, under several Papal bulls,

claimed control over the Church in the East, and objected to any poaching on their preserves.

The Pope's main concern was that the Catholic Church had now gained an advantage over its adversary, the Protestants, and that it was thus necessary to encourage the Portuguese to carry their Catholic faith overseas. So from beginning of the Portuguese expansion, the attitude of the Pope was very enthusiastic. It was the Order of Christ, established in Portugal in 1319 to replace the Order of the Knights Templar, then just recently suppressed, that received this right of patronage. As the administrators of the Order of Christ were members of the Portuguese royal family, the system of overseas patronage became known as the Royal Patronage (*Padroado Real*).³

In 1534, Goa in India was made a bishopric with jurisdiction over all Portuguese possessions between the Cape of Good Hope and China. The right of patronage for this See was given to the King of Portugal.⁴

THE ESTABLISHMENT OF THE VICARS-APOSTOLIC

By the middle of sixteenth century, the "age of discoveries" of Spain and Portugal had already passed its peak, and the advantages gained by the Church through the *padroado* system had gradually begun to diminish. The first innovation to this system resulted from a suggestion made by the French Jesuit Alexandre Rhodes (1596-1660). He was assigned to the missions of the East Indies and inaugurated his missionary labours in 1624, meeting with great success in Cochinchina. In 1627 he proceeded to Tonkin where, within three years, he converted 6000 persons, including several bonzes. When in 1630 persecution forced him to leave the region, these new converts continued the work of evangelisation.⁵ After an extensive tour of the East, Rhodes came to the conclusion that the Church could not depend altogether on the decadent *padroado* diocese. He suggested that the Holy See should appoint titular bishops, or Vicars-Apostolic, that would be sent directly by Rome and would be independent of Lisbon.⁶

The Sacred College of the Propaganda Fide was established in Rome on January 6, 1622. It was confirmed by the bull *Inscrutabili Divinae* on June 22 of the same year. The original College consisted of thirteen cardinals, two prelates, and a secretary. The two chief factors that

made this kind of missionary organization necessary were the lack of unity in mission methodology among the various religious orders, and the excessive control that Spain and Portugal were then exercising over the administration of the missions under the terms of the patronage. There was need for a firm and uniform organization within the Holy See itself to direct missionary work. Pope Pius V had earlier attempted to place the immediate direction of missionary activity more firmly in the hands of the Church, but his attempts had failed. The founding of the Propaganda was an important step in wresting control of the missions from Spain and Portugal.⁷ Through a study of the evangelical conditions overseas, the Propaganda was able to accumulate a wealth of knowledge on missionary affairs that enabled it to draw up the fundamental principles destined to govern all future missionary activity. The weaknesses and faults revealed by this study included an insufficient number of missionaries, their ignorance of native languages and cultures, the mercantile rather than missionary interests of many of them, the discord and conflict between the religious Orders, and an unwillingness to adapt to indigenous cultural values. Newly aware of these obstacles, the Propaganda Fide set to work to improve the Church's evangelical methods, to increase the supply of missionaries, and to foster the development of a native clergy.⁸

In 1658 the Holy See appointed the first two Vicars-Apostolic, Francis Pallu, Bishop of Heliopolis, and Peter De La Motte Lambert, Bishop of Verith. They were charged with the task of administering missions not only in Tonkin and Cochinchina, but also in all adjoining territories. One of their priorities was to cultivate a native clergy as soon as possible. Tonkin and Cochinchina had both been part of the *padroado*: Tonkin had been under the jurisdiction of the Macao diocese, but was taken over by the Propaganda in 1696, as was Cochinchina. In 1660, the Holy See appointed the third Vicar-Apostolic, Ignatius Cotelendi, to be the bishop of Nanjing, but Cotelendi died in Siam before ever entering China. Francis Pallu, however, did visit Fujian province several months before his death in 1684.⁹

The position of Vicar-Apostolic carried with it, in cases such as these, the same episcopal powers as a bishop, for the holder of the office was made titular bishop of a vacant See. However, while a bishop would rule in his own name, the Vicar-Apostolic ruled in the name of Pope, and the Holy See often restricted his powers. Vicars-Apostolic were under the immediate jurisdiction of the

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

Pope, who usually acted through the Propaganda. They were not subject to control by Portugal nor by the Primate of Portuguese India, the Archbishop of Goa.¹⁰ This was in order to avoid trouble with the Portuguese Crown, which still had the right to create ordinary bishoprics. In 1659, an unusual instruction from Propaganda Fide to three new Vicars-Apostolic in Tonkin and Cochinchina virtually mandated flexibility on the whole issue of adapting Christianity to local Chinese customs. The instruction read as follows:

“Do not try to persuade the Chinese to change their rites, their customs, their ways, as long as these are not openly opposed to religion and good morals; what would be sillier than to import France, Spain, Italy, or any other country of Europe into China? Don't import these, but build faith. The faith does not reject or crush the rites and customs of any race, as long as these are not evil. Rather, it wants to preserve them.

Generally speaking, men prize and love their own ways, and especially their own nation more than others. That is the way they are built. There is no more effective cause of hatred and estrangement than to change a country's customs, especially those people have been used to them from time immemorial. This is particularly true if, in place of the customs that have been suppressed, you substitute the practice of your own country. Do not disdain Chinese ways because they are different from European ways. Rather, do everything you can to get used to them.”¹¹

THE ATTITUDE OF THE PORTUGUESE

From the beginning, the Portuguese government was against the establishment of the system of Vicars-Apostolic. Portugal was of the opinion that since the *padroado* diocese had been created and their boundaries marked through a series of Papal bulls, any changes to these diocese would have to be agreed upon through mutual consultation. Furthermore, according to Portuguese officials, the Vicars-Apostolic would be welcome in territories not yet assigned to *padroado* diocese, but once within diocesan boundaries, they would automatically come under the jurisdiction of the diocese. King Pedro II sent a diplomatic delegation to Rome to negotiate this issue. In September of 1680, after intensive study and discussion, the Sacred College reached the following conclusions: (1) no Papal bulls had ever granted the Portuguese Crown jurisdiction over the development

of Christianity in all Asia; rather, they had simply guaranteed the king's right to exercise patronage in the churches he sponsored; (2) in previous times, the Popes had required missionaries in Asia to first apply for licences from the Portuguese Crown, but since the Spain, Holland, France and other countries had settlements in Asia also, Urban VII had repealed this policy; (3) the Holy See did not accept the claim that the King could administer Christian churches in pagan countries that were beyond his control; (4) the power of Portuguese Archbishop in Goa would not be decreased by the Pope sending Vicars-Apostolic to Asia; and (5) the authority of the Portuguese Crown in East Asia would not be diminished by the sending of Vicars-Apostolic to the region.¹²

However, the Portuguese government did not abandon its original stand. In November of 1689, King Pedro II sent a letter to the Pope in which he requested permission to set up two episcopate diocese in Beijing and Nanjing, in addition to the one already in existence in Macao, and retain for the Portuguese Crown the right of presentation. The Propaganda did not agree this arrangement, but Pope Alexander VIII conceded to Portugal the privilege of fixing the limits of these diocese. This settlement seem to leave no room in China for the Vicars-Apostolic, for the Portuguese divided practically all China among their three bishoprics. The question soon arose as to who had jurisdiction over Guangdong and Guangxi—the Vicar-Apostolic or the Bishop of Macao—and this question was not resolved for several years.

In 1696 the Pope again asserted himself against the Portuguese. He limited the diocese of Nanjing, Beijing, and Macao to two or three provinces each, and created eight Vicariates-Apostolic, apportioning among them Fujian, Zhejiang, Jiangxi, Sichuan, Yunnan, Guizhou, Huguang, Shanxi and Sha'anxi. In three or four of these provinces there was as yet little or no missionary work being done.¹³ In creating these vicariates, Rome organized a level of episcopal supervision that would be sufficient for as many Christians as China was to have for many years to come. The reason given for this act was that the edict issued by Emperor Kangxi in 1692, granting tolerance towards Christianity, had so increased the opportunity for missions that more adequate ecclesiastical supervision would be required than that which was afforded by the existing three dioceses. The King of Portugal demurred, but in vain. The Vicars-Apostolic continued to be sent, and continued to be subject to

direct control from Rome. They were not subject to the Portuguese Crown or to the Primate of Portuguese India.¹⁴

THE MISSION OF DE TOURNON, MEZZABARBA AND PORTUGUESE PATRONAGE

On November 20, 1704, the Holy See in Rome issued a decree condemning the Chinese Rites. To promulgate this decree in China, the Pope had decided to send a special papal legate.¹⁵ It was also hoped that on his way to China via India, the legate would settle the related issue of the “Malabar Rites.”

Late in 1701 Charles Maillard de Tournon was given the title of Patriarch of Antioch, and a few months later was appointed as *legatus a latere* (ambassador plenipotentiary) to the East Indies and China. Although Portugal was notified of this appointment, the approval of the Crown was not obtained. The Holy See allowed de Tournon to sail on a French ship. Considering the prestige of Portugal in both India and China, this could only mean trouble. In India, the Legate stopped at Pondicherry—a French post—and there attempted to settle the issue of the Malabar rites.¹⁶

During the long period of the late Ming and early Qing dynasties, not only was there an intensification of the Chinese Rites controversy, but a somewhat similar dispute had arisen in India over the Jesuits’ attitude toward what were known as the “Malabar rites.”

The Holy See wished to establish more direct relations with the growing Christian communities in the East and to supervise more carefully the work of the clergy and the Vicars-Apostolic in that vast region. In so doing, however, Rome would need not only to satisfy the missionaries and native Christians in these regions, but also to avoid offending European colonial powers, especially the Portuguese.¹⁷

The “Malabar rites” was the conventional term for certain customs practiced by the natives of south India, which the Jesuit missionaries allowed their neophytes to continue practicing after conversion. This policy of cultural accommodation was advocated by Father Roberto de Nobili and other missionaries, but was later prohibited by the Holy See.¹⁸

Less than eight months after his arrival in India, de Tournon considered himself justified in issuing a

decree of vital import to the whole of the Christians of India. It consisted of sixteen articles concerning customs then practiced, or supposedly practiced, by neophytes in Madura and the Karnatic. The Legate condemned and prohibited these practices as defiling the purity of the faith and religion, and forbade the missionaries, on pain of heavy censures, to permit them any more.¹⁹

At the very beginning, the Legate was acknowledged and welcomed by Gaspar Alphonsus, Bishop of Mylapore. However, after the Legate published certain ecclesiastical censures against some missionaries in that diocese, he incurred the wrath of the Archbishop of Goa. Agostino da Annuniação issued a pastoral denouncing him on May 12, 1704. This edict was later publicized in the churches of towns or regions in Madraspatam and Pondicherry, and perhaps even elsewhere, and de Tournon’s decree was declared invalid. The censured clergy were allowed to administer the sacraments. Each and every person, ecclesiastic and lay alike, was instructed not to obey Monsignor de Tournon, and to disregard his censures. Moreover, the Legate, in a reversal of the penalties inflicted by canonical sanctions, was forbidden the free exercise of his jurisdiction.²⁰

Things did not go much better in China. In August, 1706, Emperor Kangxi ordered the Legate to prepare for an early return to Europe. In December of that year, the Emperor issued an edict decreeing that all missionaries in China would have to be examined by him and to obtain a certificate of imperial approval—a certificate that would be granted only to those who agreed to abide by the missionary practices of Matteo Ricci. When the Legate learned of this edict he almost immediately (on February 7, 1707) published, at Nanjing, a decree of his own, which insisted on the Papal decision of November 1704. He threatened those who disobeyed with excommunication—an even severer penalty than that stipulated in the original Papal decree. In June of 1707, the Imperial Court delivered the Legate into the hands of the Portuguese civil and ecclesiastical authorities in Macao.²¹

Meanwhile, on January 1, 1707, Pope Clement XI had written officially to the mission in India, supporting the censures that de Tournon had imposed in Mylapore and declaring invalid the actions of the Archbishop of Goa.²²

ENCONTRO DE CULTURAS / Religião

The Legate was kept under a kind of house arrest by soldiers sent by the governor of Macao, Diogo de Pinho Teixeira.²³ The bishop of Macao, João de Casal, at the direction of the Archbishop of Goa, Agostino da Annuniação, issued a pastoral forbidding the recognition of the Legate's power, and prohibiting him from exercising any authority in his Diocese of Macao. He furthermore forbade his subjects to obey him. Moreover, Lourenço Gomes, the Vicar General in Macao, imposed an interdict and other ecclesiastical penalties upon the Macao community of the Order of the Hermits of St. Augustine,²⁴ because they had extended an honourable welcome to the Legate. In his turn, the Legate excommunicated the Bishop and some of Portuguese clergy and civil officials, and declared that anyone—be they of high status or low, laymen or ecclesiastics, secular or religious clergy of any Order—who had attended any of the meetings or assemblies against the authority of the Holy See would be subject to ecclesiastical penalties. De Tournon also issued an interdict against the Jesuit College and Cloister at Macao.

On August, 1, 1707, the Pope elevated de Tournon to the Cardinalate. But the bearers of the biretta (the ecclesiastical vestment worn by a cardinal) did not reach Macao until early in 1710, and in any case de Tournon did not long survive his investiture even with the insignia of his newfound dignity. By June 8th of that year he was dead.²⁵ Rome had been pressuring Lisbon on behalf of its Legate, but to no avail. On March 15, 1711, Pope Clement XI issued a papal brief decrying the treatment of de Tournon at the hands of the Bishop of Macao, and confirming de Tournon's censures against both prelates. The Pope declared all decrees against the person or dignity of Apostolic Legate completely null and void. On October 14, 1711, after the news of de Tournon's death reached Rome, the Pope delivered an allocution at a memorial service for his Legate in St. Peter's Basilica. On September 17, 1712, the Pope wrote a brief letter to the Bishop of Mylapore stating that de Tournon's decree regarding the Malabar Rites was still effect.²⁶

Rome was preparing to take still more vigorous action. In March, 1715, Pope Clement XI issued the bull *Ex illa die*. This reaffirmed the prohibitions outlined in the decree of 1704, and upheld de Tournon's edict of 1707.²⁷ Early in 1716, the Pope also wrote to the king of Portugal arguing that the practice of the Chinese Rites were dangerously

superstitious, and imploring the King to support the Holy See's efforts to halt the practice of these rites by Christians. The letter pleaded, "We are well aware of the illustrious services rendered the Catholic religion by the Kings of Portugal" and "please support us energetically with your royal authority." Obviously, Rome changed its attitude and sought the cooperation rather than the opposition of the Portuguese Crown in the religious affairs of the Far East.²⁸

In May, 1719, Jean Ambrose Charles Mezzabarba was given the title of Patriarch of Alexandria and Visitor Apostolic, and departed Rome. This time the mission gained the full consent of Portugal, as the King recognized in it an opportunity to safeguard what he deemed his rights by placing certain restrictions on Mezzabarba's powers. The Legate sailed from Lisbon in March, 1720, and King of Portugal and the Senate of Macao bore his expenses. In the meantime (1716), the Pope, in appointing a new Archbishop of Goa, had limited the jurisdiction of that See in a way which he hoped would leave no doubt as to the place and the authority of the Vicar-Apostolic. Mezzabarba arrived in Macao late in September, 1720, and he was received by the Portuguese authorities with every honour.²⁹

On the last day of 1720, after meeting the wary Emperor Kangxi, Mezzabarba put off as long as possible the delivery of the actual text of *Ex illa die* to the Emperor. When the Emperor finally received and reviewed the text, he was extremely angry. After some time Mezzabarba presented to the Emperor some concessions regarding the terms of the *Ex illa die* that he was authorized to make, which became known as the "Eight Permissions;" he hoped these would mollify some of the Emperor's concerns, but Kangxi was not at all satisfied.

At last, on July 11, 1742, Pope Benedict XIV issued the Papal constitution *Ex quo singulari*, which put an end to the Chinese Rites controversy. The constitution confirmed the bull *Ex illa die*,³⁰ annulled Mezzabarba's eight permissions, and ordered all missionaries who disobeyed to be returned to Europe for punishment.

CONCLUSION

Royal patronage was a kind of church-state relationship in which the state played an active role

in the administration and support of the Catholic Church. It developed rapidly in the early stages of the Portuguese and Spanish colonial empires, when the Holy See used it as a powerful method for expanding evangelical activities. However, with the passage of time, the Holy See began to feel that king's power interfered with the internal affairs of the Church, especially in the question of nominations to the episcopacy. The creation of the system of Vicars-Apostolic was the way the Church tried to change this state of affairs. This led to the creation of two kinds of diocese in China, which threw Church administration into confusion. At the same time, however, the Holy See sought the cooperation

and support of the Portuguese king on the issue of the Chinese Rites controversy. This contradictory relationship between the Portuguese Crown and the Holy See determined the very complicated circumstances that informed the evangelical missions in China. Given these circumstances, it is hardly surprising that the process of naturalizing the Chinese Catholic Church was delayed and the cultivation of native clergy ignored. It should also be noted, however, that most of the Western missionaries in the late Ming and early Qing era in China were not influenced by the *padroado*; their work formed an important part of the cultural exchange between East and West. **RC**

NOTES

- 1 *New Catholic Encyclopedia*, p. 1114.
- 2 R.S. Whiteway, *The Rise of Portuguese Power in India, 1497-1550* (Westminster, 1899), 441.
- 3 Fang Hao, *Historical Intercourse between East and West* (Hunan, 1987), 655.
- 4 C.W. Allen, *Jesuit at the Court of Peking* (Shanghai, n.d.), 171.
- 5 *Ibid.*, 173.
- 6 Paschal Elia, *The Catholic Missions in China: A Short Sketch of the History of the Catholic Church in China from the Earliest Records to Our Own Days* (Shanghai, 1934), 31.
- 7 K. S. Latourette, *A History of Christian Missions in China* (New York, 1929), 93.
- 8 *Ibid.*, 131.
- 9 Allen, 283.
- 10 Chou Jing-Lan, *History of Diplomatic Relations between China and Portugal* (Beijing, 1996), 171.
- 11 Ray R. Noll, ed., *100 Roman Documents concerning the Chinese Rites Controversy* (San Francisco, 1992), 6-7.
- 12 Anders Ljungstedt, *A historical Sketch of the Portuguese Settlements in China; and Roman Catholic church and Mission to China* (Beijing, 1996), 232.
- 13 Stanislas Rou Guang, *History of Apostolic Nuncios to China* (Taipei, 1983), 164.
- 14 Gu Wei-min, *Historical Relationship between China and the Holy See* (Orient Press, 2000), 44-45.
- 15 Fang Hao, *Historical Characters in the History of the Catholic Church in China* (Beijing, 1981), vol. 2, 317.
- 16 F. L. Cross, ed., *The Oxford Dictionary of the Christian Church* (New York, 1983), 860-861.
- 17 Fang Hao, *Historical Characters*, Vol. 2, 284.
- 18 Cross, 861.
- 19 Noll, 24.
- 20 *Ibid.*, 25.
- 21 Latourette, 93.
- 22 Fang Hao, *Historical Characters*, 324.
- 23 Noll, 25.
- 24 Fang Hao, *Historical Characters*, Vol. 2, 325.
- 25 *Ibid.*, Vol 2, 320.
- 26 *Ibid.*, Vol.2, 326.
- 27 Noll, 41.
- 28 Ljungstedt, 84.
- 29 Gu, 44-45.
- 30 *Ibid.*, 81.

BIBLIOGRAPHY

- Allen, Charles Wilfrid. n.d. *Jesuits at the Court of Peking*. Shanghai: Kelly & Walsh.
- New Catholic Encyclopedia*. 1967. Prepared by an editorial staff at the Catholic University of America, Washington, D.C. New York: McGraw-Hill.
- Chou, Jing-Lan. 1996. *History of Diplomatic Relations between China and Portugal*. Beijing: Commercial Press.
- Cross, F.L., ed. 1983. *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. New York: Oxford University Press.
- Elia, Pasquale M. d'. 1934. *The Catholic Missions in China: A Short Sketch of the History of the Catholic Church in China from the Earliest Records to Our Own Days*. Shanghai: The Commercial Press.
- Fang, Hao. 1987. *Historical Intercourse between East and West*. Hunan: Yulu Press.
- Fang, Hao. 1981. *Historical Characters in the History of the Catholic Church in China*. Beijing: Zhonghua Book Store.
- Gu, Wei-min. 2000. *Historical Relationship between China and the Holy See (1294-1949)*. Orient Press.
- Latourette, K.S. 1929. *A History of Christian Missions in China*. New York: Macmillan.
- Ljungstedt, Anders. 1996 [1836]. *A historical Sketch of the Portuguese Settlements in China; and Roman Catholic church and Mission to China*. Edition in Chinese. Beijing: Dongfang Publishing.
- Noll, Ray R., ed. 1992. *100 Roman Documents concerning the Chinese Rites Controversy (1645-1941)*. San Francisco: Ricci Institute for Chinese Studies.
- Rou, Guang (Stanislas). 1983. *History of Apostolic Nuncios to China*. Taipei: Biography Literature Press.
- Whiteway, R. S. 1899. *The Rise of Portuguese Power in India, 1497-1550*. Westminster: A. Constable.



Reflexões a Respeito dos Cargos de *Shou Ao Guan* e de *Haidao Fushi* e Outros Problemas da História de Macau

YANG RENFEI*

Para quem estuda a História dos primórdios da evolução de Macau são numerosos os enigmas ainda por desvendar e os factos ainda por clarificar ou comprovar, gerando confusões e mal-entendidos de toda a espécie. De há alguns anos, prevalece entre os historiadores uma atitude de macro-abordagem, sem se prestar suficiente atenção a uma micro-abordagem dos factos históricos. Diversas causas impossibilitaram o aprofundamento dos estudos respeitantes aos primeiros anos da presença portuguesa em Macau. Vivamente ciente desta deficiência no curso das minhas pesquisas dos cerca de dez últimos anos sobre a História de Macau, dei-me ao trabalho de consultar todas as fontes disponíveis sempre que tive tempo, com o intuito de desvendar, mesmo que parcialmente, alguns dos enigmas que de há tanto tempo nos vêm atormentando. Levando em conta que, até agora, foram sempre feitos em termos muito gerais os estudos a respeito dos funcionários de base que em meados da dinastia Ming tinham a seu cargo os variados aspectos da administração de Macau, recolhi todas as informações a que tive acesso e tratei de inferir delas certas conclusões sobre o tema. Vou expor a seguir algumas reflexões, nem sempre originais, na esperança de poder despertar entre os círculos académicos certo interesse por um problema até agora insuficientemente estudado.

OS *SHOU AO GUAN* DESTACADOS PARA MACAU NOS MEADOS DA DINASTIA MING

A importância que a Macau atribuiu o governo da dinastia Ming ficou a dever-se à presença portuguesa. No entanto, de 1553 a 1557, mesmo antes de os portugueses conseguirem autorização de residência e

comércio em Macau através de peitas para alguns funcionários locais de Guangdong, o governo da dinastia Ming já tinha em Macau *shou ao guan* [funcionário estacionado em Macau, 守澳官]. Entre 1573 e 1580, o governo central da dinastia Ming autorizou a residência e as actividades comerciais dos portugueses em Macau e estabeleceu um sistema coerente de mecanismos de administração oficial, composto, no topo, por mandarins de tão elevada categoria hierárquica como o *bu zheng shi* [tesoureiro provincial, 布政使], o *xun fu* [governador civil, 巡抚], o *an cha shi* [desembargador provincial, 按察使], o *haidao fushi* [subintendente da Defesa Costeira (aitão), 海道副使], a *Shi bo ti ju si* [Superintendência dos Navios Mercantes, 市舶提举司] e, na base, por funcionários tão modestos como o do *xun jian si* [departamento de inspector de segurança, 巡檢司], o *bei wo* [oficial preparado para combater a pirataria japonesa, 备倭] e o *ti diao* [subdirector, 提调]. Por via de regra, os últimos três cargos eram catalogados em forma genérica como *shou ao guan* [守澳官]. No livro *Ou Mun Kei Leok* [Monografia de Macau, *Aomen Ji Lue*, 《澳门纪略》], compilado por Yin Guangren [印光



Carta do distrito de Xiangshan (acima e na pág. anterior). Originalmente publicado no *Atlas da Prefeitura de Cantão de Guangdong* [广东广州府舆图], a cores sobre papel de seda, este mapa foi produzido pelo governo imperial no ano 24º do reinado de Kang Xi (1685), com o formato de 49,5x66,5 cm. A respeito de Macau, lê-se no referido atlas: “Ou Mun [澳门], aliás Hau King Ou [濠镜澳], está situado fora das muralhas da fortaleza Chin San [前山], a 120 li a sudeste da cidade.” A carta é desenhada numa perspectiva panorâmica, com as montanhas a verde-mar, árvores nítidas e a água representada em traços ondulados. Nesta carta, a cidade de Xiangshan (no topo) é demarcada por muralha de quatro pórticos, destacando-se no seu interior algumas edificações e as montanhas Wu Shan e Qi Xing Shan. O quartel Chin San, mais próximo da zona de Macau, tem a configuração de posto fortificado. Macau fica ao sul desta fortaleza, sendo visíveis casas e igrejas. [Gravura extraída de *Colecção de Mapas Antigos de Macau*, Pequim, Ed. Arquivos Históricos Chineses, Centro de Estudos de Macau “Um País, Dois Sistemas”, 1999.]

*[杨仁飞] Investigador-adjunto da secção de Hong Kong e Macau da Academia de Ciências Sociais da província de Guangdong. Trabalha na Associação de Intercâmbio com o Ultramar do município de Xiamen (Amoy).

Assistant Researcher in the Hong Kong and Macau Section of the Guangdong Academy of Social Sciences. He works at the Xiamen (Amoy) branch of the Overseas Exchange Association.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

任] e Zhang Rulin [张汝霖], ambos magistrados distritais de Macau, sucessivamente, durante a dinastia Qing, lemos que “durante a dinastia passada, funcionavam (em Macau) três repartições públicas, isto é, as do *ti diao*, do *bei wo* e do *xun ji*. A perda das fontes históricas determinou que, mesmo durante a imediatamente posterior dinastia Qing, pouco fosse sabido dos *shou ao guan*.”

Consultando os documentos históricos da dinastia Ming, vemos que foi Pang Shangpeng [庞尚鹏], natural de Nanhai, província de Guangdong, e então o censor imperial [*yu shi*, 御史], que pela primeira vez usou o termo *shou ao guan* num documento oficial. Escrevia em 1565 na sua “Proposta de delimitar Haojing e salvar a segurança do litoral”: “No Sul da província de Guangdong está situado o distrito de Xiangshan [香山], banhado pelas águas do mar. Lá, de Yongmo [雍陌] a Haojing, a distância é de um dia de caminho. Tudo em volta era mar. Trata-se de uma localidade para as trocas com os navios mercantes dos bárbaros. É prática habitual os bárbaros que trazem os seus tributos pagarem, segundo os regulamentos, os impostos pelas mercadorias que de passagem trazem para além dos tributos. Quanto aos outros bárbaros, que são mercadores privados, as mercadorias que trazem são examinadas e vistoriadas pelos *shou ao guan*, que, por sua vez, informam o *haidao fushi* [海道], bem como as repartições do *fu* [perfeitura, 抚] e do *an* [接], antes de autorizarem a sua entrada no porto. Logo a seguir, sobre estas mercadorias, por enquanto imobilizadas sob selos postos por funcionários nomeados para tal efeito, arrecada-se um imposto de duas décimas em espécie, antes de se conceder a liberdade para a sua comercialização”. Refere, além do mais, que, devido à dificuldade para os portugueses residirem longamente em Langbai’ao [Lampacau, 浪白澳], os *shou ao guan* lhes deram ordem de se alojarem em barracas em Macau. Refere também que os *shou ao guan* eram alvo de pouco respeito por parte dos portugueses por serem de baixa categoria hierárquica.

Em 1563, o jesuíta Francisco Pérez, que chegara a Macau como missionário, teve uma entrevista no Senado de Macau com um *shou ao guan* da dinastia Ming e solicitou-lhe autorização para a missão no interior da China, recebendo, porém, do interlocutor uma resposta inteligente. O diálogo foi o seguinte:

“— Sabe falar chinês? — perguntou-lhe o *shou ao guan*.”

— Não, senhor.

— Então, é melhor que o Senhor aprenda a nossa língua como estudante antes de nos explicar como mestre a sua doutrina religiosa.”¹

A referência aos *shou ao guan* está feita na “Proposta” de Pang Shangpeng em termos muito gerais, sem indicar concretamente que tipo de funcionários eram, nem desde quando é que lá exerciam as suas funções. Outros funcionários, posteriores a Pang Shangpeng, mencionaram nos seus textos os *shou ao guan*, entre os quais o *ti diao*, sugerindo que eram funcionários de modesta posição hierárquica.

A respeito do cargo de *ti diao*, há uma referência, constante numa proposta apresentada no ano de 1613 à Corte imperial por Guo Shangbin, à existência dos *shou ao guan* da dinastia Ming em Macau e em que se fala da desobediência dos portugueses relativamente a esses funcionários chineses. “Destacámos funcionários para Macau a fim de conter a cobiça deles, mas eles têm os seus pequenos barcos ancorados na barra de Macau para custodiar os barcos chineses que às escondidas lhes fornecem mantimentos. Com que insolência rejeitam a inspecção dos nossos soldados! Temos lá a repartição do *ti diao* para controlá-los em certa medida, mas eles têm a ousadia de armar estroinices diante das portas da repartição. Com que desobediência tratam a nossa autoridade administrativa!”²

Yu Anxing [俞安性], que na mesma época exercia o cargo de *xunshi haidao qianshi* [巡视海道佥事], fez no ano 41 do reinado do imperador Jiajing, uma viagem de inspecção a Macau, conjuntamente com Dan Qiyuan [但启元], magistrado distrital de Xiangshan. Ordenou a expulsão dos japoneses e proibiu a presença deles como criados em casa dos portugueses de Macau. No ano seguinte, estabeleceu o *Decreto das Proibições*, bem conhecido na História de Macau. A quarta das proibições é a seguinte: “Proíbe-se a compra privada. Todas as mercadorias que os bárbaros quiserem comprar devem ser-lhes vendidas na capital da província pelas autoridades oficiais, com o produto da venda a reverter para o fisco. Caso algum malfeitor ouse trazer às escondidas a Macau mercadorias para os bárbaros, o facto deve ser denunciado perante o *ti diao*, e então todas as mercadorias confiscadas serão entregues ao denunciador como prémio. Serão confiscados mesmo os barcos envolvidos e a sua aparelhagem. Será igualmente punido

THE FOUNDING OF MACAO II

quem ousar fazer as compras infringindo a lei”.³ Aqui há uma referência ao *ti diao* e o contexto parece sugerir que as suas atribuições consistem em combater o contrabando, controlar e vistoriar as transacções de importação e exportação dos navios estrangeiros e arranjar o fornecimento de mantimentos e outros artigos de primeira necessidade aos portugueses.

Quando ao *xun jian si* [巡檢], convém salientar que no sistema de quadros militares locais da dinastia Ming não se conhecia o cargo de *xun ji* [巡緝], mas sim o de *xun jian si* [departamento de inspector de segurança, 巡檢] e de *fu xun jian* [subdirector da repartição de segurança, 副巡檢]. “Tanto o *xun jian si* como o *fu xun jian* são do nono nível na hierarquia burocrática. Compete-lhes apanhar os ladrões e bandidos e descobrir os malfeitores. A sua presença abrange todas as prefeituras e distritos bem como os pontos importantes nas linhas de transporte, para comandar os recrutas e garantir a ordem pública”.⁴

Quando ao *bei wo*, na *História da Dinastia Ming* [*Ming Shi*, 明史] vol. 76, encontramos: “O *zong bing* [capitão-mor, 总兵], o *fu zong bing* [capitão-mor adjunto, 副总兵], o *can jiang* [brigadeiro, 参将], o *you ji jiang jun* [coronel, 游击将军], o *shou bei* [segundo-comandante, 守备] e o *ba zong* [oficial subalterno, 把总] não têm patente fixa nem número fixo na lista dos quadros militares. (...) Há também cargos como o *ti du* [capitão-mor, 提督], o *ti diao* [提調], o *xunshi* [visitador, 巡视], o *bei yu* [preparador de aparelho, 备御], o *lingban* [capataz, 领班], o *bei wo du zhi hui* [comandante provincial das forças antipirataria (japonesa), 备倭], etc.” Durante a dinastia Ming, em algumas praças fronteiriças importantes havia, abaixo do *ba zong*, o cargo de *tidao*. No caso de Macau, o *ti diao* e o *bei wo* parecem ter aparecido após a vinda dos portugueses. Isso é particularmente certo quanto ao *bei wo*, cargo instituído especialmente para combater a pirataria japonesa, que assolava o litoral chinês nos meados da dinastia Ming, ao passo que a rota principal de navegação dos portugueses era invariavelmente a linha Macau-Japão após o início da presença portuguesa em Macau. Tratava-se de uma rota de navegação que dava aos mercadores portugueses lucros fabulosos e ao mesmo tempo facilitava o trabalho apostólico dos missionários no Japão, que nas suas viagens do Japão para Macau traziam consigo numerosos cristãos japoneses, alguns deles tomados mais tarde como criados em casas de portugueses. Nestas circunstâncias, frequentavam Macau

também mercadores e mesmo aventureiros japoneses. Tudo isso era intolerável para o governo da dinastia Ming, com a sua política de interdição marítima. Foi assim que os frequentes contactos de Macau com o ultramar tornaram necessária e inevitável a presença de um oficial *bei wo*.

De tudo o que expusemos é possível inferir que os três tipos de *shou ao guan* não foram instituídos simultaneamente. O primeiro a ser instituído foi o *xun jian si*, seguido mais tarde pelo *bei wo* e o *ti diao*. Todos estes três cargos oficiais eram de facto bastante modestos, pertencendo ao nível nono ou mesmo ainda inferior, sendo, por exemplo, o *bei wo* e o *ti diao* pequenos funcionários locais sem categoria na hierarquia burocrática.

O primeiro homem que podemos identificar claramente como *shou ao guan* com base em fontes pormenorizadas é Wang Chuo [王綽], que foi nomeado para o referido cargo depois do seu sucesso em duas edições dos exames imperiais, da série marcial, a de 1555 e a de 1558, sem que, porém, saibamos com certeza se o seu cargo foi *xun jian si* ou *bei wo*. Segundo uma fonte, “ciente da natureza arrogante e selvagem dos bárbaros, Wang Chuo instalou, lá onde ele morava, um acampamento militar e dirigiu treinos militares todos os dias, infundindo medo aos bárbaros”.⁵

Apesar da sua baixa categoria hierárquica, os *shou ao guan* foram os primeiros a entrarem em contacto directo com os portugueses de Macau e a gerirem os assuntos do comércio exterior da China através desse porto. Estavam subordinados ao magistrado distrital [*zhi xian*, 知县], ao superintendente dos Navios Mercantes [*shi bo ti ju si*, 市舶司], ao subintendente da Defesa Costeira (aitão) [*haidao fushi*, 海道副使], ao governador civil [*xun fu*, 巡抚] e ao tesoureiro provincial [*bu zheng si*, 布政司]. Além do mais, no ano 1º do reinado do imperador Tian Qi estabeleceu-se em Qianshan uma guarnição sob o comando de um *can jiang* [参将], facto que veio a culminar a sistematização dos mecanismos da administração chinesa de Macau.

REFLEXÕES SOBRE O CARGO DE *HAIDAO FUSHI*

De modo nenhum se pode menosprezar o papel do *haidao fushi* na história dos primeiros anos de Macau, já que foi um funcionário que exercia esse cargo quem

A FUNDAÇÃO DE MACAU II



Manuscrito de Memorial ao Trono emitido pelo ministro da Guerra Zhao Yan sobre o investimento de um oficial imperial no cargo de “aitão” de Cantão [Guangzhou], responsável pela defesa marítima da zona e por “impor respeito a embarcações bárbaras” de Haojing [Macau] e de Xiangshan, entre outras localidades (datado de 10 de Fevereiro de 1624). [Gravura extraída de Coleção de Tesouros Documentais das Dinastias Ming e Qing sobre a Questão de Macau, Fundação Macau, 2001.]

possibilitou a residência e as actividades comerciais dos portugueses em Macau, e que, durante longos anos posteriores, os funcionários que ocuparam sucessivamente esse cargo tomaram parte, com enorme autoridade oficial, na administração do comércio exterior e do sistema fiscal. Tudo isso torna indispensável examinar o papel do *haidao fushi* nas pesquisas dos primeiros anos da presença portuguesa em Macau. O que mais me interessa aqui são, no entanto, o problema da origem do nome desse cargo oficial e o das suas atribuições. O cargo de *haidao fushi*, inexistente no sistema burocrático constante da *História da Dinastia Ming*, aparece, no entanto, com grande frequência em fontes locais e memoriais e relatórios de mandarins. O que é que se passava? Qual é a verdade dos factos históricos?

1) O que hoje se sabe do *haidao fushi*.

Alguns estudiosos sustentam nas suas obras que o mencionado *haidao fushi* corresponde ao “haitao” ou “aitão” das fontes ocidentais, e que a denominação completa desse cargo deve ser *xunshi Guangdong haidao an chasi fushi* (ou *qianshi*) [desembargador-adjunto para

os Assuntos de Defesa Costeira de Guangdong, 巡視广东海道按察司副使]. O sistema burocrático local da dinastia Ming estabelecia para cada província o cargo de um *an cha shi*, coadjuvado por vários *fushi* (subintendentes) e *qian shi* [assessor de ministro, 僉事], que distribuíam entre si próprios diferentes domínios de assuntos de governo: a guerra, a cultura e educação, a defesa marítima, a administração militar, os correios, o arroteamento e agricultura, etc. Os encarregados de um domínio eram da categoria quarta no caso dos *fushi*, e quinta no caso dos *qian shi*. O *fushi* encarregado da defesa marítima era um importante funcionário que administrava todos os assuntos marítimos da província. Por exemplo, ao *haidao fushi* de Guangdong competiam atribuições semelhantes, nos assuntos da defesa, à do *shui shi ti du* [almirante de esquadra, 水师提督] da dinastia Qing, e nos assuntos da administração do comércio ultramarino, à do *yue hai guan jian du* [inspector da Alfândega de Cantão, ou vulgarmente Hopo, 粤海关监督], também da dinastia Qing.

2) O *haidao fushi*, cargo peculiar de Guangdong para o controle dos assuntos marítimos.

THE FOUNDING OF MACAO II

Segundo o *Ming Shi* [*História da Dinastia Ming*, 明史], secção 4 da parte *Zhiguan Zhi* [*Quadros do funcionalismo*, 《职官志》], nº 51, o governo da dinastia Ming tinha em Guangdong um organismo chamado de *ti xing an cha si* [departamento do desembargador provincial, 提刑按察司], cujo titular, o *an cha shi* [按察使], “tinha a seu cargo os assuntos judiciais, eliminado os abusos de burocratas, combatendo as malfetorias, rectificando as sentenças erradas e desfazendo as injustiças, de modo a moralizar os costumes e a impor a autoridade da lei”. Na mesma fonte refere-se que cada *fushi* tinha a seu cargo uma *dao* [área de inspecção, 道], tendo o da área de Lingnan [岭南] a sua repartição em Huizhou [惠州], o da área de Lingxi [岭西] a sua em Zhaoqing [肇庆], o de Haibei [海北] em Leizhou [雷州] e o de Hainan [海南] em Qiongzhou [琼州].⁶ Mas não se encontra qualquer menção do título de *haidao fushi*.

A inexistência deste título na lista dos quadros do funcionalismo não significa, porém, a sua inexistência na prática. Afigura-se-me que a denominação de *haidao fushi* pode ter sido uma forma abreviada e genérica que abrangia os cargos de *an cha shi fushi* encarregados da área de Hainan e da de Haibei, respectivamente, por ser na altura prática habitual a abreviação dos títulos oficiais e dos topónimos nos documentos. Por exemplo, na “Proposta” de Pang Shangpeng de 1565 refere-se que “quanto aos outros bárbaros, que são mercadores privados, as mercadorias que trazem são examinadas e vistoriadas pelos *shou ao guan*, que, por sua vez, informam o *haidao*, bem como as repartições do *fu* e do *an*, antes de autorizar a sua entrada no porto. Logo a seguir, sobre estas mercadorias, por enquanto imobilizadas sob selos postos por funcionários nomeados para tal efeito, arrecada-se um imposto de duas décimas em espécie, antes de se conceder a liberdade para a sua comercialização”.⁷ Aqui tanto *haidao* como *fu* e *an* são formas abreviadas. Por *fu* entende-se *xun fu* [巡抚], e por *an*, *an cha shi* [按察司]. Vê-se bem que é altamente provável que para as áreas de Hainan e Haibei se tenha empregado o nome genérico e abreviado de *haidao*.

3) O *haidao fushi*, importante funcionário mandatado para administrar directamente a defesa marítima de Macau e o seu comércio exterior.

Nos meados e na fase final da dinastia Ming, na administração do comércio exterior de Macau e dos assuntos relacionados com os estrangeiros da localidade,

participavam directamente os *shou ao guan*, o magistrado distrital de Xiangshan, o superintendente dos Navios Mercantes e o *haidao fushi*. Quanto às suas respectivas categorias na hierarquia burocrática, as mais baixas eram as dos *shou ao guan*, da categoria nona para baixo, sendo o magistrado distrital de Xiangshan da categoria sexta ou sétima, ao passo que o *haidao fushi* tinha categoria superior e o *haidao qianshi*, quinta. Pertencendo, portanto, à mais elevada categoria hierárquica entre os funcionários da administração dos assuntos de Macau, o *haidao fushi* desempenhava um papel muito importante nesses assuntos, papel que se traduz na autorização para os portugueses entrarem e mercadejarem em Macau, na participação na arrecadação dos direitos alfandegários e na elaboração de regulamentos normativos do comportamento dos portugueses.

A princípio, foi muito importante o papel da Superintendência dos Navios Mercantes na administração do comércio exterior. A partir, no entanto, dos meados da dinastia Ming e sobretudo em Macau, alguns dos seus poderes passaram para as mãos do *haidao fushi*. Durante o reinado do imperador Jiajing, “foram demitidos os eunucos que tinham a seu cargo a administração dos Navios Mercantes, de modo que, sempre que chegavam navios a Macau, era o magistrado distrital quem fazia a escolha de funcionários capazes e honestos para irem cobrar os impostos, sem que intervesse a Superintendência dos Navios Mercantes”.⁸ Como diz Pang Shangpeng na sua “Proposta”, “é prática habitual os bárbaros que trazem os seus tributos pagarem, segundo os regulamentos, os impostos pelas mercadorias que de passagem trazem para além dos tributos. Quanto aos outros bárbaros, que são mercadores privados, as mercadorias que trazem são examinadas e vistoriadas pelos *shou ao guan*, que, por sua vez, informam o *haidao*, bem como as repartições do *fu* e do *an*, antes de autorizar a sua entrada no porto”.⁹

Desde os meados da dinastia Ming que o litoral chinês era assolado pelos piratas japoneses, de modo que a presença destes era proibida pelo governo Ming, proibição que constituía uma importante política do Estado chinês. Entretanto, a Igreja Católica, com base em Macau, desenvolvia no Japão intensas actividades de missionação. Acresce que o comércio com o Japão foi, durante algum tempo, a vertente mais importante do comércio exterior de Macau e que numerosos cristãos japoneses vieram refugiar-se em Macau perante a

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

perseguição das autoridades japonesas. Radicaram-se em Macau e aí trabalhavam. Ao mesmo tempo infiltraram-se nesta localidade numerosos aventureiros japoneses. Era lógico o *haidao fushi*, responsável pela defesa e a segurança de Macau, ter de tomar medidas perante a presença dos japoneses. No ano 41 do reinado do imperador Wan Li (1613), Zhang Minggang [张鸣冈], vice-rei de Cantão, dizia num memorial à Corte imperial: “No litoral de Guangdong, é constantemente preocupante o comportamento dos bárbaros de Haojing’ao. Muitos deles têm criados japoneses como força auxiliar. Enviei Yu Anxing, encarregado de uma *dao*, e Dan Qiyuan, magistrado distrital de Xiangshan,

imperiais e no ano 36 do reinado do imperador Wan Li fora nomeado *an cha si qianshi* [assistente de desembargador, 按察司佥事] encarregado dos assuntos marítimos. Exerceu esse cargo durante dez anos, num período em que o vice-rei Zhang Minggang implementava a política de tolerar a residência dos portugueses mas intensificar o controle, política que Yu Anxing executou com bons resultados, resolvendo mais ou menos satisfatoriamente o problema da presença japonesa em Macau e conseguindo a obediência dos chefes portugueses a certas proibições, traduzidas no bem conhecido *Decreto das Proibições nos Assuntos Costeiros* [*Haidao Jinyue*, 《海道禁约》].

Em 1563, o jesuíta Francisco Pérez teve uma entrevista no Senado de Macau com um shou ao guan da dinastia Ming e solicitou-lhe autorização para a missionação no interior da China:

— *Sabe falar chinês? — perguntou-lhe o shou ao guan.*

— *Não, senhor.*

— *Então, é melhor que o Senhor aprenda a nossa língua como estudante antes de nos explicar como mestre a sua doutrina religiosa.*

para uma missão de inspecção a Macau, com o objectivo de divulgar a autoridade imperial”.

No ano seguinte, o mesmo Zhang Minggang descrevia, em outro memorial para a Corte imperial, a situação dos japoneses em Macau nos seguintes termos: “No ano 33 do reinado de Vossa Majestade (1605), construíram arbitrariamente muralhas. Quando as nossas gentes de armas lhes foram exigir explicações, opuseram resistência e mataram alguns soldados nossos, sem que as nossas tropas pudessem fazer nada para os conter. Agora, há mais de cem japoneses. Acresce que estão lá há alguns anos e têm as suas casas e famílias, de modo que um decreto nosso de expulsão poderia provocar uma resistência armada. Não seria isso um perigo?”¹⁰ Foi nestas circunstâncias que Zhang Minggang enviou Yu Anxing e outras pessoas para inspecionarem Macau e resolverem o problema dos japoneses, bem como para intensificarem o controle dos portugueses. Yu Anxing, natural do distrito de Shengxian [嵊县], província de Zhejiang, iniciara a sua carreira oficial após o seu sucesso nos exames

Mais tarde, ele próprio fala nos seguintes termos dos efeitos da sua operação de expulsão dos japoneses: “A astúcia é característica dos japoneses. Ao manterem-nos em casa como criados, os portugueses de Macau estavam como que a manter tigres em casa, correndo o risco de serem devorados no futuro. Por ordem superior, e com a autorização do vice-rei e do governador civil, inspecionei a situação dos portugueses de Macau e expulsei os japoneses, repatriando 98 deles. Com o perigo eliminado, já podeis viver com tranquilidade e sem preocupação nesta terra. Daqui em diante, os navios mercantes que vierem não deverão trazer a bordo nem um só japonês, e os portugueses de Macau não deverão manter em casa crianças japonesas. Quem infringir esta proibição, quer seja japonês, quer seja português, será capturado e entregue aos tribunais para ser julgado segundo a lei marcial”.¹¹ Yu Anxing propôs, além disso, que em Yongmo fosse estabelecida uma guarnição chefiada por um *can jiang* [参将] e composta de mil soldados, e que no centro comercial de Macau “se instalasse uma encruzilhada de quatro ruas marcadas

THE FOUNDING OF MACAO II

com colunas elevadas e denominadas respectivamente com os quatro caracteres chineses 畏威怀德 [wei wei huái dè, que significam “temer a autoridade e ter presente a virtude”], numerando as casas dos lados esquerdo e direito de cada rua e distribuindo dez a Leste e dez a Oeste dos vinte caracteres do poema *Lu Ao* [*Bárbaros do Ocidente*, 旅葵]: 明王慎德, 四译咸宾, 无有远迹, 毕献方物, 服食器用 [míng wáng shèn dè, sì yì xián bīn, wú yǒu yuán mí, bì xiàn fāng wù, fú shí qì yòng, que significam: “O ilustre Soberano é tão virtuoso que de todas as partes acodem vassalos tributários, próximos e longínquos, para lhe oferecerem produtos exóticos, vestes, iguarias e utensílios”], de modo que todos os moradores mantivessem entre si ligações de boa vizinhança e de vigilância recíproca, obedecendo todos ao controle oficial e impossibilitando a presença dos malfeitores”. Tudo isso assinala que, a partir da operação de Yu Anxing, o governo da dinastia Ming começou a institucionalizar a administração civil e militar de Macau, sendo o *Decreto das Proibições*, promulgado por Yu Anxing perante os portugueses de Macau, o que veio a marcar esta institucionalização nos seus primeiros passos. Eram cinco as Proibições, cujo texto, gravado numa lápide colocada no local onde é hoje o Senado, era o seguinte:

— Proíbe-se a manutenção de criados japoneses em casa. Todo o mercador português, de há muito tempo radicado ou recém-chegado, que ousar manter, como antes, criados japoneses em casa, poderá ser denunciado por qualquer pessoa que conheça os factos ocorridos e submetido a julgamento segundo a lei marcial. Quem não o denunciar, apesar de o saber, será também punido severamente.

— Proíbe-se a compra de seres humanos. Nenhum mercador português, de há muito tempo radicado ou recém-chegado, poderá comprar crianças chinesas. Quem ousar infringir esta proibição, ou lucrar ilícitamente com a compra e venda, será perseguido e punido.

— Proíbe-se a presença de navios de guerra. Todo o navio estrangeiro que vier a Macau deverá entrar imediatamente no porto e esperar a arqueação e a arrecadação dos impostos. Todo o navio que, em lugar disso, ancorar fora da barra, em sítios como Dadiaohuan [大调环] ou Maliuzhou [马骝洲] será considerado como vindo com propósitos ilícitos e malignos e, portanto, queimado e destruído com toda a carga e gente a bordo, sem clemência.

— Proíbe-se a compra privada. Todas as mercadorias que os bárbaros quiserem comprar devem ser-lhes vendidas na capital da província pelas autoridades oficiais, com o produto da venda a reverter para o fisco. Caso algum malfeitor ouse trazer às escondidas a Macau mercadorias para os bárbaros, o facto deve ser denunciado perante o *ti diao*, e então todas as mercadorias confiscadas serão entregues ao denunciador como prémio. Serão confiscados mesmo os barcos envolvidos e a sua aparelhagem. Será igualmente punido quem ousar fazer as compras infringindo a lei.

— Proíbe-se a construção sem autorização. Excepto aqueles edifícios já construídos, mas deteriorados, cujo restauro será permitido dentro dos limites da sua forma antiga, não se deverão construir novos edifícios pertencentes aos bárbaros. Todos os que se construírem, daqui em diante, e tudo o que se acrescentar, mesmo que seja uma só viga ou um só tijolo, serão demolidos ou incendiados e o infractor será punido.¹²

Vê-se bem o papel extraordinariamente importante do *haidao fushi* como funcionário principal encarregado dos assuntos da defesa marítima de Macau.

WANG BO, IMPORTANTE PERSONAGEM NA HISTÓRIA DA ABERTURA DE MACAU

São diversas as versões dos historiadores chineses e estrangeiros acerca da história dos primeiros anos de Macau e sobretudo acerca de como conseguiram os portugueses entrada em Macau. A versão que hoje prevalece entre os estudiosos chineses é que foi Wang Bo, então *haidao fushi* de Guangdong, que, por ter recebido peitas dos portugueses, lhes deu em troca a permissão de residência temporária e actividades comerciais em Macau. É verdade que nesse importante episódio da História de Macau foi bastante importante o papel de Wang Bo. Porém, é de salientar que, ao dar a permissão aos portugueses, ele estava a agir como intérprete dos grupos de interesses locais de Guangdong, interesses que almejavam o levantamento da interdição marítima e a abertura do comércio ultramarino. O nosso homem exerceu o seu cargo durante mais de dez anos, de 1557 a 1571, período em que se verificaram importantes acontecimentos com relevância para a História de Macau. É por isso que nos interessa examinar o que teve Wang Bo a ver com esta História.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

1) Versões das peitas de Wang Bo segundo fontes históricas.

No livro *Guangdong Tongshi* [*História Geral de Guangdong*, 《广东通史》] do período do reinado do imperador Wan Li, encontramos o seguinte registo: “No ano 32 do reinado do imperador Jiajing, vieram navios de bárbaros que, a pretexto de um temporal, pediram terra de Haojing para porem a secar os tributos, já molhados, que traziam a bordo. Wang Bo, o *haidao fushi*, deu-lhes a permissão. (...) Foi então que começaram os bárbaros a residir em Macau”.¹³ No século XVI, Fernão Mendes Pinto escrevia na sua *Peregrinação*: “Os portugueses comerciaram em Langbai’ao (Lampacau) com os Chineses de 1555 a 1556, e continuavam a fazê-lo em 1557. Foi nessa altura que os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercadores nativos, cederam Macau aos portugueses” (traduzido do chinês).¹⁴ Aqui não menciona Mendes Pinto o nome de Wang Bo, mas deve ser afirmada a verdade de que Wang Bo não concedeu Macau aos portugueses. Segundo fontes coevas, o que aconteceu foi que ele, conjuntamente com outros mandarins, autorizou as actividades comerciais dos portugueses em Macau. Ding Yizhong, o então *an cha shi* de Guangdong, isto é, o principal chefe militar da província e superior imediato de Wang Bo, fez esforços para dissuadir este de aceitar as peitas e de permitir a residência dos portugueses em Macau. Mas “Wang Bo não desistiu” e acedeu ao pedido de residência dos portugueses, já que, agindo assim, podia obter âmbar-cinzento e granjear o favor do imperador.

Estas fontes sugerem que o que fez Wang Bo não foi um acto meramente pessoal. Mesmo o seu superior, Ding Yizhong, tolerou tacitamente essa actuação, apesar de estar informado sobre ela e apesar de discordar.

2) Wang Bo agiu como intérprete de sectores locais de Guangdong interessados na abertura do comércio marítimo.

O que fez Wang Bo é até certo ponto explicável pelo seu objectivo de satisfazer o desejo do imperador Jiajing de obter âmbar-cinzento. O que mais favorecia a carreira oficial de um mandarim era o favor do imperador. Dada a obsessão do soberano pelo âmbar-cinzento, podiam os mandarins de toda a parte deixar de fazer tudo o que podiam para encontrar uma substância para eles tão auspiciosa? Esta ambição burocrática não podia

ser alheia também a Wang Bo. No ano 34 do reinado do imperador Jiajing, ou seja antes da tentativa portuguesa de entrada em Macau, a Chancelaria de Ritos [Shi Li Jian, 司礼监] deu ao ministério de Recenseamento e Finanças [hu bu, 户部] a ordem de procurar cem *jin* de âmbar-cinzento dando a conhecer aos países bárbaros esta procura e oferecendo o preço de mil e duzentos taéis de prata por cada tael de âmbar-cinzento. Foram enviadas pessoas a Xiangshan e Macau para fazer as compras. Mas só conseguiram onze taéis”.¹⁵ Dada a grande dificuldade de conseguir âmbar-cinzento e atendendo a que a maior parte das especiarias que a China importava passavam pelas mãos dos portugueses, que controlavam nessa época as rotas do comércio das especiarias do Sudeste Asiático, os mandarins de Guangdong tinham de comerciar com os portugueses para conseguirem a substância que almejavam. É por isso muito provável terem eles optado por abrir o comércio tributário como solução para a obtenção de âmbar-cinzento.

No entanto, de um ponto de vista mais abrangente, o fornecimento de âmbar-cinzento foi apenas um factor conjuntural. Subjacente estava, no fundo, uma tendência entre os mandarins de Guangdong dos meados da dinastia Ming favorável à abertura do comércio marítimo. Nos primeiros anos do reinado do imperador Jiajing, os funcionários civis e militares de Guangdong recebiam a maior parte dos seus ordenados em forma de mercadorias estrangeiras e, portanto, solicitavam constantemente a abertura da interdição marítima e a permissão para o comércio oficial e privado. Durante longos anos mereceu a atenção de diversos sectores a opinião de Lin Fu [林富], então *xun fu* [巡抚] da província, que salientava “quatro vantagens” da abertura do comércio marítimo:

“A primeira vantagem é que, durante o reinado do imperador fundador da presente dinastia, para além dos tributos que traziam os embaixadores dos países bárbaros, vigorava o sistema do imposto de arqueação, imposto do qual uma pequena parte já bastava para as despesas da Corte imperial. A segunda é que esta solução contribuirá para financiar a manutenção das forças armadas e prevenir os eventuais perigos, enchendo novamente o fisco esgotado pelos longos anos de operações bélicas nas províncias de Guangdong e Guangxi. A terceira é que a navegação dos navios bárbaros facilitará o desenvolvimento de Guangxi, cuja economia, dependente da de Guangdong, esbarra com

THE FOUNDING OF MACAO II

dificuldades sempre que lhe é exigida alguma contribuição, mesmo que insignificante. A quarta é que esta solução permitirá à gente miúda ganhar a vida com os seus esforços no comércio e no transporte”.¹⁶

Os direitos de alfândega, procedentes do comércio exterior, constituíam já uma importante fonte de receitas financeiras do Guangdong. É por isso que nas negociações com os portugueses insistiam os mandarins de Guangdong no pagamento de direitos por parte dos portugueses. Segundo escreve Gaspar da Cruz no seu livro *Tractado da China*, o capitão português Leonel de Sousa dissera na sua carta ao Príncipe D. Luís, irmão de D. João III, escrita desde Cochim, Índia, no dia 15 de Janeiro de 1556, que tinha realizado negociações com o *haidao fushi*. “Fiz em 1552 uma viagem à China com um navio mercante. Pouco adiantavam os negócios, porque os portugueses, considerados como *fulangji*, eram proibidos de utilizar os portos chineses. Ordenei que os portugueses no mar não desembarcassem na terra chinesa nem fizessem nada contra a China, e logo iniciei negociações de paz. Os portugueses comprometeram-se a pagar os direitos, e todos os portugueses concordaram com o acordo”. “O acordo de paz e o pagamento dos diversos direitos foram decididos por ordem do *haidao fushi* da cidade de Cantão. Era um alto funcionário do Estado e comandante da marinha de guerra e tinha a seu cargo a defesa marítima, bem como todos os assuntos dos Navios Mercantes. Quando é necessário, intervém pessoalmente investido de amplos poderes”.

O *haidao fushi* aqui mencionado era Wang Bo, que exercia justamente então esse cargo. O acordo Sousa-Wang Bo foi meramente verbal, sem valor legal. Nem Wang Bo nem Leonel de Sousa tinham sido nomeados pelos respectivos governos, e daí o carácter pessoal da autorização que Wang Bo concedeu para os portugueses comerciarem em Macau. O próprio Sousa reconhece: “Como não tive uma licença, o acordo que atingi com eles não tem forma escrita, e não há documento oficial, mas comprometemo-nos a pagar um direito de vinte por cento, como é habitual” (traduzido do chinês).¹⁷ Wang Bo disse-lhe que o acordo tinha de ser ratificado pelo imperador da dinastia Ming e que a notícia da ratificação só chegaria no ano seguinte. No entanto, como é sabido de todos, passaram muitos anos depois de 1557 sem que o governo da dinastia Ming ratificasse o referido acordo. Além do

mais, o acordo, concluído em privado, nem fora levado ao conhecimento da Corte imperial. Logicamente, o governo central, sem saber nada do acordo, não poderia tê-lo ratificado. No entanto, foi esse compromisso circunstancial que permitiu aos portugueses manterem durante longos anos a sua permanência e as suas actividades comerciais em Macau por meio de peitas.

3) Foi após a demissão de Wang Bo como *haidao fushi* que o governo da dinastia Ming começou a cobrar o foro-do-chão aos portugueses.

É opinião comum dos historiadores que foi por volta de 1573 que os portugueses começaram a pagar o foro-do-chão ao governo da dinastia Ming. O que até então tinha sido peita tornou-se foro-do-chão a reverter para o fisco, porque, por volta de 1571, foi denunciada a corrupção de Wang Bo e os seus sucessores, sem ousarem seguir a antiga prática, tiveram de recorrer a uma solução oficial e entregar o dinheiro ao fisco, para se distinguirem do antecessor e darem provas de honestidade. Das fontes coevas consta que por volta de 1554 os portugueses, autorizados por Wang Bo a residirem em Macau, só pagavam, inicialmente, uma peita anual de 500 taéis de prata ao *haidao fushi* pessoalmente, em lugar de qualquer renda ao governo chinês. Mas o facto foi denunciado em 1573 por outros mandarins e a peita tornou-se foro-do-chão a reverter para o fisco, prática que se prolongaria até ao ano de 1849.

No seu livro *Historic Macao*, Montalto de Jesus refere que, quando os mercadores portugueses vieram a Macau no ano de 1573, os funcionários da alfândega saíram das portas da repartição para receberem os direitos a pagar por eles e em retribuição lhes deram um jarro de vinho e alguns petiscos como presentes. Foi nesse momento que o intérprete, de nome Pedro Gonçalves, foi ter com o *haidao fushi* e lhe disse que os portugueses traziam consigo, além dos direitos de alfândega, 500 taéis de prata, e o *haidao fushi*, em presença dos outros mandarins, teve de aceitar o dinheiro como foro-do-chão e não como peita, apressando-se a declarar que a prata devia ser bem guardada num cofre de ferro, porque pertencia a Sua Majestade o Imperador. Foi então que ficou estabelecida a prática do pagamento anual de 500 taéis de prata como foro-do-chão.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

De tudo isso infere-se que, com o caso das peitas de Wang Bo denunciado, o governo da dinastia Ming procedeu a uma operação de reordenação dos mecanismos de administração dos assuntos de Macau e apertou o controle dos portugueses lá residentes.

4) O que teve Wang Bo a ver com a ajuda que em 1564 prestaram os portugueses no combate aos piratas.

Não é suficientemente fundada a versão, prevalecente entre os historiadores ocidentais, de que Macau foi cedida pelo governo da dinastia Ming aos portugueses por eles terem ajudado a esmagar uma rebelião de piratas. É verdade que em 1564 os portugueses ajudaram as autoridades de Guangdong na repressão de uma rebelião militar e, por isso, obtiveram como recompensa a isenção de um ano de imposto de arqueação e a condecoração de alguns dos seus chefes. No entanto, é interessante apurar se Wang Bo teve algo a ver com essa operação e qual foi o papel que desempenhou na altura. Fontes coevas sugerem que ele tomou parte nos factos e que o seu papel foi considerável.

O que aconteceu foi o seguinte: Em 1564, em protesto contra o atraso no pagamento dos prês, marinheiros estacionados em Zhelin [柘林], prefeitura de Chaozhou [潮州], rebelaram-se sob a liderança de Xu Yongtai [徐永泰] e em coordenação com outras forças armadas. Avançaram contra Cantão. Diogo Pereira, capitão dos portugueses de Macau, enviou um homem a Cantão para exprimir perante Yu Dayou [俞大猷], chefe militar das tropas da dinastia, que os portugueses podiam ajudá-lo a esmagar a rebelião. Então, Yu Dayou tomou a decisão de “utilizar os mercadores bárbaros para combater os rebeldes”.

É interessante perguntar como é que os portugueses ficaram a saber o que se passava e porque é que Yu Dayou tomou uma decisão tão invulgar. Para terem acesso a Yu Dayou, os portugueses tinham de conseguir a cooperação do *haidao fushi*, responsável pela defesa marítima, bem como do magistrado distrital de Xiangshan e do superintendente dos navios mercantes. É compreensível o relacionamento dos portugueses com Wang Bo, que deles recebia peitas. Mas não sabemos ainda como é que esta ideia de ajuda veio a ocorrer aos portugueses, só que temos razões para sustentar que não está excluída a possibilidade de os sectores de interesses locais, com Wang Bo como representante, partindo das suas próprias considerações económicas, terem

aproveitado a ocasião para favorecer os portugueses, já que quando Pereira pediu, a troco da ajuda, a permissão para “enviar uma embaixada a visitar o imperador e para missionar na China”, a resposta de Yu Dayou foi que “os chefes dos bárbaros seriam bem recompensados após a vitória” e que os mercadores portugueses seriam favorecidos com uma “isenção dos impostos por um ano”.¹⁸ É de salientar que Yu Dayou era um funcionário puramente militar. O seu cargo era *zong bing*, sem categoria hierárquica nem número fixo nos quadros, não muito importante na província. Não lhe competia isentar ninguém do pagamento de impostos, funções que competiam ao *an cha shi*, ao *bu zheng shi*, ao *xun fu*, ao *haidao fushi* e ao superintendente dos Navios Mercantes, que tinham nas mãos as rédeas do comércio exterior de Macau. Acreditamos, portanto, que a referida isenção pode ter tido como base uma proposta de Wang Bo.

Não satisfeitos com as vantagens obtidas após a operação, os portugueses continuaram a recusar o pagamento dos direitos de alfândega, e o caso foi resolvido mais tarde também pelo *haidao fushi* e outros mandarins. Wu Guifang [吴桂芳], então *ti du shi lang* [capitão-mor adjunto, 提督侍郎] com acumulação do cargo de *youdu yushi* [revisor imperial da direita, 右都御史] e que mais tarde seria promovido a vice-rei de Cantão, condecorou, após o esmagamento da rebelião, Luís de Melo com uma medalha dourada. Mas os portugueses não se sentiram suficientemente recompensados e consideraram que o que obtinham estava longe do que esperavam. “Recusaram o pagamento do imposto de arqueação”, no intuito de deixar para sempre de pagar impostos ao governo da dinastia. Finalmente, “o *haidao fushi* não deu o braço a torcer e ordenou o bloqueio hermético dos caminhos com tropas oficiais. Os bárbaros tiveram de ceder perante a difícil situação e manifestaram-se dispostos a pagar o dobro do que tinham pago”.¹⁹ Wang Bo agiu assim, apesar de ter autorizado os portugueses a mercadejarem em Macau, porque tinha clara consciência da natureza dos portugueses, que costumavam agir sem rei nem roque, pondo em perigo o futuro da sua própria carreira oficial, o que determinou a sua intolerância relativamente à recusa dos portugueses em pagarem os impostos, cuja arrecadação tinha sido, aliás, um dos factores que justificaram a autorização que lhes dera para comerciarem em Macau.

Confiados no seu poder militar e achando insatisfeitas as suas pretensões, os portugueses foram

THE FOUNDING OF MACAO II

tão longe que desencadearam uma expedição militar avançando contra Cantão, assustando imenso os mandarins cantonenses. Foi por isso que numerosos funcionários chineses propuseram projectos de reordenação dos assuntos de Macau e medidas de precaução contra os portugueses. Por exemplo, uns poucos de anos mais tarde, o mesmo Wu Guifang, vice-rei de Cantão, dizia na sua “Proposta de construir uma muralha exterior em volta da capital da província de Guangdong”: “Nos últimos tempos, os mercadores bárbaros de Haojing’ao, distrito de Xiangshan, vêm-se aglomerando em número cada vez maior e agindo cada vez mais insolentemente. Dada a sua proximidade de Cantão e os seus insondáveis desígnios sinistros, representam para a nossa gente em Guangdong uma ameaça constante e uma doença latente nas entranhas. Recentemente, bárbaros de diversos países apossaram-se da terra de Gongchangdu [恭常都], em Haojing, distrito de Xiangshan, construíram lá arbitrariamente barracas, acampamentos e edifícios, e erigiram sem autorização igrejas e templos religiosos. Deslocam-se para lá e para cá, ou ficam radicados a seu bel-prazer, e têm até filhos e netos. Nos primeiros anos desse comércio, eram poucos os navios bárbaros que vinham e a nossa lei era recente e vigorava eficientemente, de modo que os bárbaros se comportavam de modo mais ou menos obediente e

pagavam o imposto de arqueação como estava previsto, e a China auferia receitas bastante apreciáveis.

Com o decorrer do tempo, porém, vem enfraquecendo o vigor da lei e eles vêm-se recusando a pagar os impostos, cada ano com maior insolência, tornando cada vez menores as nossas vantagens. Acresce que são de raça estranha e totalizam nada menos de dez mil, radicados em Macau há mais de vinte anos. Apesar de estarem comprometidos em relações comerciais connosco, de há muito são considerados por pessoas perspicazes como um perigo latente às próprias portas de Cantão”.²⁰ Conhecendo bastante bem o que se passara e o que se passava em Macau por ter sido testemunha da entrada dos portugueses em Macau, do esmagamento da rebelião e da recusa dos portugueses em pagar os impostos, Wu Guifang acabou por tomar a decisão de intensificar a administração de Macau.

Foi a partir de 1573 que o governo da dinastia Ming começou a institucionalizar definitivamente os seus mecanismos para governar Macau, nomeando para tal efeito funcionários especializados e inaugurando assim uma nova fase da História de Macau. **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (Nr. 33).

Traduzido por Chen Yongyi.

NOTAS

- 1 Cruz, *São Francisco Xavier*, vol. 2, p. 103.
- 2 *Guo Jijian Shu Gao* [Textos de Propostas do *Jijian Guo Shangbin*, 郭给谏疏稿].
- 3 *Aomen Ji Lue* [Monografia de Macau, 《澳门记略》].
- 4 *Ming Shi* [História da Dinastia Ming, 《明史》], vol. 75, “Zhi Guan” [O Funcionalismo, 职官].
- 5 *Xiangshan Xian Zhi* [Registo Distrital de Xiangshan (Heong San), 《香山县志》] do período do reinado do imperador Qian Long, vol. 1, “Wang Chuo Zhuan” [“Biografia de Wang Chuo”, 《王绰传》].
- 6 *Ming Shi* [História da Dinastia Ming, 《明史》], vol. 75, “Zhi Guan” [O Funcionalismo, 职官].
- 7 Yin Guangren [印光任] e Zhang Rulin [张汝霖], *Aomen Ji Lue* [Monografia de Macau, 《澳门记略》], parte primeira, “Xingshi” [Situação, 形势].
- 8 Yan Congjian [严从简], *Shu Yu Zhou Zi Lu* [“O Que Vi e Ouvi em Países Estrangeiros”, 《殊域周咨录》], vol. 9.
- 9 *Aomen Ji Lue* [Monografia de Macau, 《澳门记略》], parte primeira, “Guan Shou Pian” [“A Administração” 《官守篇》].
- 10 “*Ming Shi Zong Shi Lu*” [“Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming”, 《明神宗实录》], edição fac-similar de Jianguo, vol. 527.
- 11 *Xiangshan Xian Zhi* [Registo Distrital de Xiangshan (Heong San), 《香山县志》], vol. 10, “Wai Zhi” [“Crónicas dos Assuntos Exteriores”, 《外志》], entrada “Ao Yi” [“Os Bárbaros de Macau”, 《澳彝》].
- 12 *Aomen Ji Lue* [Monografia de Macau, 《澳门记略》], parte primeira, “Guan Shou Pian” [“A Administração” 《官守篇》].
- 13 “Wan Li Guangdong Tong Zhi” [“Crónica Geral de Guangdong do Período do Imperador Wan Li” 野“m 万历广东通志”], vol. 69, entrada “Aomen” [Macau, 澳门].
- 14 Cit. de Huang Qichen [黄启臣], *Aomen Lishi* [História de Macau, 《澳门历史》] no respeitante aos tempos antigos.
- 15 Zhang Xie [张燮], *Dong Xi Yang Kao* [Estudo sobre as Regiões Ultramarinas do Leste e do Oeste, 《东西洋考》], vol. 12, “Yishi Kao” [“Investigação dos Assuntos Históricos”, 《逸事考》].
- 16 *Aomen Ji Lue* [Monografia de Macau, 《澳门记略》], parte primeira, “Guan Shou Pian” [“A Administração” 《官守篇》].
- 17 Gaspar da Cruz, *Tractado da China*, cap. XXIII.
- 18 Yu Dayou, *Zheng Qi Tang Ji* [“Colectânea das Obras de Zhengqitang”, 《正气堂记》], vol. 15.
- 19 Chen Wude [陈梧德], *Xie Shan Cun Gao* [Textos Escolhidos de Xie Shan, 《谢山存稿》], vol. 1, “Proposta sobre Guangdong”.
- 20 Wu Guifang, “Proposta de Construir uma Muralha Exterior em Volta da Cidade de Cantão”, in *Huang Ming Jing Shi Wen Bian* [Colectânea dos Políticos e Administrativos da Dinastia Ming, 《皇明经世文编》], vol. 357.

Compilação de Dados Históricos sobre Portugal e Macau no *Registo da Dinastia Ming*

CHEN WENYUAN*

INTRODUÇÃO

Macau chama sempre muito a atenção do mundo pelos seus originais panos de fundo históricos e políticos. Desde há muito tempo, historiadores chineses e estrangeiros têm vindo a prestar grande atenção ao estudo da história e cultura de Macau, à história das relações entre a China e Portugal, já tendo obtido resultados satisfatórios. À medida que se foi aproximando a transferência, em 1999, da soberania de Macau para a China, tornava-se cada vez mais necessário o estudo do Território. E foi neste contexto que foi criado o Gabinete de Investigação das Culturas de Hong Kong e de Macau, subordinado ao Instituto de Documentação Histórica e Cultural Chinesa, cujo director é Tang Kaijian. A fim de divulgar os resultados da investigação dos nossos empenhados antecessores e aprofundar esta investigação, planeámos gastar dois ou três anos para compilar e publicar os dados históricos sobre Macau e Portugal, registados na massa documental histórica das dinastias Ming e Qing, tais como *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*, 《明实录》], *Registo da Dinastia Qing* [*Qing Shi Lu*, 《清实录》] e *Fontes da História das Dinastias Ming e Qing* [*Ming Qing Shi Liao*, 《明清史料》], com o fito de contribuir para o trabalho de investigação sobre Macau.

*[陈文源] Investigador-adjunto do Gabinete de Investigação das Culturas de Hong Kong e Macau, do Instituto de Documentação Histórica e Cultural Chinesa, Universidade Jinan, de Cantão.

Assistant-researcher with the Research Committee of Hong Kong and Macau Cultures, Institute of Chinese Historical and Cultural Documents, University of Jinan, Guangzhou.

Registo da Dinastia Ming é um livro histórico oficial dessa dinastia, que contém ricos dados históricos sobre a mesma, sendo por isso a fonte mais importante da investigação da história dos Ming. Mas é pena que durante longos tempos o livro não tenha sido plenamente utilizado pelos estudiosos, devido ao facto de conter numerosos volumes e ser bastante difícil a sua consulta. Desta vez, gastámos vários meses para recolher os dados históricos sobre Macau e Portugal. Foram encontrados, no total, mais de cinquenta pontos da matéria, que reflectem, principalmente, três grandes problemas: o primeiro, no período inicial, respeita às actividades de contrabando feitas pelos comerciantes portugueses nas costas do Sudeste da China, em conluio com comerciantes chineses, piratas e invasores japoneses, provocando vários conflitos com o exército chinês, tais como os ocorridos respectivamente em Março do 2º ano do reinado de Jiajing [Ka Tcheng, 嘉靖], na baía de Xicao no distrito de Xinhui, da província de Guangdong; no 27º ano do reinado de Jiajing, em Haimenwei da prefeitura de Wenzhou [温州], da província de Zhejiang [浙江]; em Julho do 28º ano do reinado de Jiajing, nas ilhas de Wuyu [浯屿] da província de Fujian [福建]; em Agosto do 33º ano do reinado de Jiajing, em Dongguan [东莞] de Guangdong, e em Outubro do mesmo ano do reinado de Jiajing, em Zhelin [柘林] da prefeitura de Chaozhou [潮州]. Os dados históricos referem-se à evolução e conclusão destes conflitos.

O segundo relata como os comerciantes portugueses ocuparam Macau e quais foram as atitudes adoptadas pelos oficiais dentro e fora da Corte Imperial da dinastia Ming. Alguns defendiam a expulsão armada a fim de salvaguardar a soberania do Estado e a segurança do povo chinês, enquanto outros defendiam, a partir de interesses económicos, a manutenção do *status quo* e o reforço do controlo da situação, com o objectivo de aumentar as receitas financeiras locais e nacionais.

O terceiro foca a troca de armas e tecnologia entre os comerciantes portugueses e os funcionários da dinastia Ming, assim como o papel desempenhado pelos portugueses na resistência dos Ming à invasão dos manchus. De tudo isto se vê, com clareza, a grande importância de que se revestem estes materiais históricos para o estudo da História de Macau durante a dinastia Ming e da História das Relações entre a China e Portugal.



Pormenor da “Carta Geral da Província de Guangdong”, séc. XVII (Anónimo, a cores, 62,1x73,2cm), focalizado na foz do delta do Rio da Peróla. A fortaleza Chin San é assinalada por um quadrado vermelho. A extremidade sul da península é designada por “Hau Keng Ou” [Macau]. [Gravura extraída de *Colecção de Mapas Antigos de Macau*].

A concluir, tecemos as seguintes considerações a respeito da presente colecção:

I. Esta colecção foi feita a partir da edição em miniatura do *Registo da Dinastia Ming*, livro publicado pela Editora Chinesa de Taiwan.

II. Foram assim reunidos todos os excertos em que há termos como *fulangjis* [*frangis* ou *frangues*, 佛朗机], os “estrangeiros em Macau” (designações dadas pelos chineses aos portugueses naquela altura N. do T.), bem como “Haojing” [濠鏡] e “Xiangshanao” [香山嶼] (antigas designações de Macau); foram também recolhidos dados em que existem nomes de pessoas que se verificou serem portugueses, tais como “Zaguoluo” e “Yaruoli” (transliterações fonéticas em língua chinesa antiga — N. do T.). Alguns dados,

embora neles não haja termos claramente referentes aos portugueses, têm conteúdos respeitantes a eles e, por isso, também foram reunidos na presente colecção, como materiais de referência.

III. Os dados recolhidos na presente colecção estão dispostos por ordem cronológica.

EXCERTOS

DIA *XINCHOU* DE MAIO DO 12º ANO
DO REINADO DE ZHENG DE [正德] (1517)

Ordenou-se que os estrangeiros pagassem tributos, sendo decidido que se cobriam como imposto dois décimos do valor total das mercadorias trazidas pelos comerciantes estrangeiros.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

Promulgou-se ainda que os produtos estrangeiros não seriam impedidos de ser transportados para a capital, desde que os comerciantes estrangeiros tivessem dado ofertas especiais ao exército chinês. No passado, os elementos malvados de Guangdong [广东] e Guangxi [广西] fizeram contrabando de produtos estrangeiros, seduziram estrangeiros para que lhes pagassem tributos e, mesmo, conspiraram com eles para raptar e vender mulheres chinesas, com o intuito de tirar lucros fabulosos, causando tudo isto grande infelicidade ao povo chinês. Chen Boxian [陈伯献], um dos comandantes das forças armadas fronteiriças, sugeriu que se adoptassem medidas para acabar com essa situação. Segundo ele, os estrangeiros, quer tivessem vindo cedo quer tarde, deviam ser todos mandados regressar. Mas, o governador de Guangdong, Wu Tingju [吴廷举], esforçou-se por justificar o comércio com o estrangeiro e, entretanto, propôs que se tomassem eficazes medidas para resolver os problemas existentes. Com o apoio dos ministros inspectores e dos oficiais do ministério de Recenseamento e Finanças [hu bu, 户部], a opinião dele foi aceite. Assim, poucos anos depois, reapareceram agitações provocados pelos *fulangjis*. O subintendente da Defesa Costeira (aitão) [haidao fushi, 海道副使], Wang Hong [汪鋐], dirigiu as tropas na repressão dos provocadores estrangeiros, mas só se conquistaram vitórias iniciais. Para continuar a fazer frente a estes inimigos e fortalecer a defesa nacional, viram-se obrigados a fabricar anualmente inúmeros canhões e outras armas, gastando-se assim grandes quantidades de dinheiro do Estado. Tudo isto se deveu às provocações dos *fulangjis*, motivo por que foram proibidos de aportar os diversos tipos de embarcações *fulangjis*. No fim de contas, todas estas desgraças acima referidas tiveram origem na posição errada de Wu Tingju. — *Registo do Imperador Wu Zong* [Wu Zong Shi Lu, 《武宗实录》], vol. 149.

DIA *RENYING* DE JANEIRO DA PRIMAVERA DO 13º ANO DO REINADO DE ZHENG DE (1518)

O embaixador oficial do “País Frangue”, Gabitamo (transliteração fonética em chinês clássico – N. do T.), e a comitiva vieram oferecer coisas de grande valor, pedindo a autorização para o seu comércio no nosso país. O comandante da defesa fronteiriça de Guangdong e outros oficiais provinciais recusaram o seu pedido, atendendo a que na lista dos países estrangeiros oficialmente autorizados a comerciarem em zonas costeiras da China não figurava o nome daquele país e porque esses *fulangjis* que chegavam não lhes mostravam nenhum documento oficial do seu país. Então, só lhes

permitiram permanecer temporariamente, para esperarem a resposta ulterior da direcção superior. De acordo com o édito do imperador, o Ministério dos Ritos instruiu: “Mandem-nos regressar de imediato



ao seu país e devolvam-lhes, entretanto, todas as coisas que ofereceram!” — *Registo do Imperador Wu Zong* [Wu Zong Shi Lu, 《武宗实录》], vol. 158.

SETEMBRO DO 16º ANO DO REINADO DE ZHENG DE (1520)

Autoridades locais informaram que algumas instruções superiores, eram, de facto, contraditórias, sendo por isso difíceis de serem levadas a efeito. Informaram ainda que havia muitas ocorrências a tratar urgentemente, tais como o caso dos *fulangjis* terem ocupado Malaca, Champa e outros nossos reinos dependentes, considerando complicada e preocupante a situação de distúrbios provocados pelos estrangeiros. — *Registo do Imperador Wu Zong* [Wu Zong Shi Lu, 《武宗实录》], vol. 191.

DIA *JICHOU* DO 15º ANO DO REINADO DE ZHENG DE (1521)

Embora a tentativa anterior dos *fulangjis* de invadir o nosso país tivesse fracassado, ocuparam recentemente Malaca e expulsaram o rei daquele reino. Além do mais, enviaram novamente um embaixador à China para pagar tributos, a fim de serem autorizados a comerciar de novo no nosso país. Segundo um édito imperial, foi permitido ao embaixador, desta vez, vir à capital. Entretanto, os restantes *fulangjis* só foram autorizados a ficar na zona costeira, esperando o regresso do seu chefe. Mas esses estrangeiros não só não observaram a lei do nosso país, como também chegaram ao extremo de perpetrarem diversas malvadezas, tais como raptar e vender chineses, construir ilegalmente casas no intuito de se estabelecerem, etc. Justamente nesse momento, a nossa corte imperial recebeu um documento oficial de Malaca, pedindo o apoio do nosso governo, mas esse documento nunca conseguiu ser deferido. Nestas circunstâncias, o ministro inspector Qiu Daolong [邱道隆], apresentou ao imperador um memorial em que dizia: “Os *fulangjis* que ocuparam Malaca, um dos reinos dependentes que nos pagava tributos, agora pediram-nos autorização para comerciar com o nosso país. Para respeitar a justiça, considero que não devemos aprovar a solicitação deles. Se eles tiverem o bom senso de fazer amizade connosco, devem manifestar expressamente a sua obediência sincera a Sua Majestade. E só quando devolverem o território de Malaca lhes será permitido virem-nos pagar tributos. Se não nos forem obedientes e continuarem a recusar entrar na razão, devemos unir-nos com os nossos países vizinhos para os condenar e enviar tropas para os reprimir, de modo a desenvolver a justiça no mundo.” Outro ministro inspector, He Ao, também apresentou à corte imperial um memorial, dizendo: “Os *fulangjis* são os estrangeiros mais ferozes e astutos, as suas armas também mais avançadas do que as de outros países estrangeiros. No ano passado, conduziram grandes naus e invadiram de rompante

THE FOUNDING OF MACAO II

as águas marítimas de Guangdong; os canhoneiros ouviram-se nos campos e cidades do litoral. No ano passado, os portugueses que permaneciam nos postos de albergue infringiram os nossos regulamentos de tráfego e agiram a seu bel-prazer. Agora, ouvi dizer que quando eles chegaram à capital para pedirem de novo a autorização do comércio conosco, também não obedeceram à disposição da Corte Imperial. Penso que se for aceite o seu pedido, ocorrerão agitações e mesmo guerras que causarão com certeza inúmeras mortes, ferimentos e outras desgraças infinitas ao povo do Sul. No passado, sempre controlámos estritamente os reinos que nos pagavam tributos, só lhes permitindo desenvolver actividades de negócio no prazo combinado por ambas as partes. Quanto aos estrangeiros que disseram serem atacados pelo vento furioso e pediram abrigo e comércio no nosso país, os departamentos competentes sempre fizeram verificações caso por caso e, com base nisso, apresentaram relatórios à corte imperial, mandando-os, entretanto, pagar impostos segundo as normas interessadas. Naquela altura, como os estrangeiros consideravam que não havia muitas vantagens a obter, não havia muitos estrangeiros que viessem pedir o comércio no nosso país. Recentemente, como o tesoureiro provincial [bu zheng si, 布政司] Wu Tingju [吴廷举] defendeu que aqueles estrangeiros, mesmo que não dessem especiarias e outras ofertas ao nosso exército, mas pagassem impostos, poderiam ser autorizados a comerciar no país, não precisando de se sujeitar à limitação do prazo de comércio, apareceram continuamente barcos estrangeiros nas zonas marítimas de Macau e de outros lugares, dos quais se destacavam as naus *fulangjis* que aproveitando o relaxamento da nossa defesa fronteiriça, ousaram vir aportar a Macau. Proponho que conforme as regulamentações pertinentes expulsem de Macau os *fulangjis* e outros invasores estrangeiros, proíbam as actividades de contrabando e fortaleçam a nossa defesa fronteiriça, de maneira a que as localidades interessadas evitem sofrimentos efectivos e beneficiem desta medida.” O Ministério dos Ritos [li bu, 礼部] discutiu novamente o assunto e deu a seguinte resposta: “Como Daolong foi ex-governador do distrito de Shunde e He Ao é natural deste distrito e, por isso, conhecem muito bem a situação local, exigimos que os responsáveis interessados se unam com o embaixador de Malaca, quando ele chegar, para condenar conjuntamente os *fulangjis* por terem cometido agressões contra os reinos vizinhos do nosso país e, nesta base, apresentem à Corte Imperial uma proposta respeitante ao tratamento e punição dos agressores. Os responsáveis pelos assuntos administrativos, militares e de fiscalização de Guangdong terão de ser despedidos dos seus postos e processados por não terem apresentado relatórios sobre os acontecimentos, nem terem tomado medidas eficazes para salvar o nosso território da invasão estrangeira. Daqui para diante, é imperativo redobrar a vigilância nas zonas litorais, proibir os estrangeiros de permanecerem na China fazendo comércio ilegal e expulsar todos aqueles que não vierem pagar tributos, proibindo, ao mesmo tempo, que da nossa parte lhes cobrem quaisquer impostos. Os casos motivados pela declaração

de Wu Tingju serão tratados pelo Ministério do Recenseamento e Finanças.” Mais tarde, emitiu-se um édito sobre o assunto, que seria posto em prática. — *Registo do Imperador Wu Zong* [Wu Zong Shi Lu, 《武宗实录》], vol. 194.

MARÇO DO 16º ANO DO REINADO DE ZHENG DE (1521)

Constava que os embaixadores vindos de Hami, Turfan e “País Frangue”, para pagarem tributos, foram premiados e mandados regressar aos seus países respectivos. — *Registo do Imperador Wu Zong* [Wu Zong Shi Lu, 《武宗实录》], vol. 197.

DIA JIMAO DE JULHO DO OUTONO DO 16º ANO DO REINADO DE ZHENG DE (1521)

No reinado de Zheng De, os *fulangjis* expulsaram o rei de Malaca, Suduan Mame, e ocuparam o seu reino. Logo depois, enviaram o embaixador Gabitamo para que viesse pedir, através do pagamento de tributos, a autorização do comércio na China. Nesse momento, o embaixador de Malaca, Wei Xi Ying, e a comitiva já tinham chegado ao nosso país para pedirem o apoio da Corte Imperial. Em vista disso, a corte informou a província de Guangdong para que transmitisse ao rei de Malaca o apoio do nosso país e enviasse comandantes para ajudarem o rei na reconquista do seu país. Entretanto, através de sérias discussões, o Ministério dos Ritos decidiu recusar o pedido dos *fulangjis* e devolver-lhes todos os tributos. Mais tarde, veio de Cantão um novo memorial, em que se dizia: “Há estrangeiros em naus *fulangjis* que auxiliaram os nossos embaixadores com roupas e alimentos. Pedimos que os recompensem, aceitem o pagamento dos seus tributos e lhes cobrem impostos segundo o estabelecido.” A este memorial, o Ministério dos Ritos deu a seguinte resposta oficial: “É conveniente mandar os comandantes da defesa fronteiriça costeira expulsarem imediatamente os *fulangjis*, não lhes permitindo, em absoluto, pisar a nossa terra, porque, por um lado, o “País Frangue” não se inclui na lista dos países que são autorizados a pagarem tributos e, por outro lado, eles invadiram países vizinhos nossos dependentes, ignoram a nossa lei e fazem contrabando sem escrúpulos nas nossas águas marítimas, comportando-se como bárbaros ferozes. Quanto ao seu auxílio aos nossos embaixadores, isso é apenas um fenómeno superficial, o seu objectivo real consiste em agradar-nos e em obter a nossa autorização para virem negociar no nosso país. Obviamente, ao fazer isso, os *fulangjis* alimentam intenções ocultas. De ora em diante, é preciso tratar e aprovar, estritamente



A FUNDAÇÃO DE MACAU II

segundo as normas já existentes, os casos de estrangeiros virem pagar tributos e pedirem autorização para comerciar na China. Devem ser recusados todos os casos contraditórios às nossas disposições”. Quanto ao assunto de Malaca pedir o apoio da Corte Imperial, o Ministério dos Assuntos Militares [bing bu, 兵部] discutiu e decidiu: “Condenamos os agressores *fulangjis* e exigimos que devolvam a Malaca o território ocupado. Apelamos ainda para que os países vizinhos auxiliem Malaca,

Constava que os embaixadores vindos de Hami, Turfan e “País Frangue”, para pagarem tributos, foram premiados e mandados regressar aos seus países respectivos.

de maneira a levar por diante a justiça. Se algum responsável pela defesa fronteiriça litoral não informar a tempo de qualquer acidente provocado por estrangeiros, será investigado e castigado.” Esta decisão foi aplicada na prática. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 4.

DIA *REN XU* DE MARÇO DO 2º ANO DO REINADO DE JIAJING (1523)

Os *fulangjis* encabeçados por Pedro invadiram Guangdong. Através de combates violentos, as nossas forças de guarda capturaram Pedro [provavelmente Pedro Homem – N. do E.]. Antes disso, Pedro, considerando-se invencível e contando com canhões de grande tamanho e tropas bem armadas, tinha desencadeado o assalto contra Malaca e outros nossos países vizinhos, agindo a seu bel-prazer no ultramar. Mais tarde, dirigiu juntamente com Sushili [transliteração fonética] mais de mil *fulangjis* que conduziram cinco naus para irem ocupar o Brasil, e agora vieram à baía de Xicao [Xicao Wan, 西草湾] do distrito de Xinhui [新会] de Guangdong. O comandante da defesa fronteiriça litoral da região, Ke Rong [柯荣], e o chefe de pelotão, Wang Ying'en [王应恩], dirigiram conjuntamente forças armadas chinesas na resistência aos invasores na zona costeira local. No combate de Shaozhou [稍州], para onde os inimigos tinham fugido de Xicao, os soldados e habitantes locais, sob o comando de Pan Dinggou [潘丁苟], natural de Xianghua [向化], capturaram vivos Pedro, Sushili e outros quarenta *fulangjis*, dos quais 35 foram decapitados, capturando ainda dois navios inimigos. Em seguida, puseram em liberdade dez homens e mulheres locais que tinham sido detidos pelos *fulangjis*. Os restantes inimigos

liderados por Martim Afonso de Melo, conduziram três navios que continuaram a resistir obstinadamente. Tendo queimado os navios capturados pelos nossos soldados e habitantes locais, e morto cruelmente o chefe Wang Ying'en, fugiram finalmente. Ao corrente deste acontecimento, o governador civil e censor-mor [xun fu du yu shi, 巡抚都御使], Zhang Ling [张岭], e o censor [xun an yu shi, 巡按御使], Tu Jingyi [涂敬以], apresentaram conjuntamente um novo relatório sobre a questão ao Ministério da Fiscalização [du cha yuan, 都察院], que instruiria mais tarde, na sua resposta, que decapitassem todos os inimigos detidos. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 24.

DIA *RENYING* DE ABRIL DO 3º ANO DO REINADO DE JIAJING (1524)

Discutiram o problema de os estrangeiros terem seduzido, por meio de pagamento de tributos, alguns habitantes das zonas costeiras de Fujian a perpetrarem actividades criminosas, que causaram uma série de prejuízos às localidades interessadas, considerando necessário elaborar leis severas para acabar com este fenómeno. Por exemplo, castigar severamente aqueles que usaram embarcações oferecidas para transportar grandes quantidades de produtos privados, tais como madeira e pimenta, antes de terem informado da oferta a direcção superior; aqueles que conspiraram com os estrangeiros para monopolizarem o mercado e criarem diversos distúrbios, como os casos ocorridos em Sichuan [四川], Guangdong, Yunnan [云南], Guizhou [贵州] e Shanxi [陕西]; aqueles que levaram estrangeiros a comprar coisas legalmente proibidas de serem exportadas; e aqueles que fabricaram navios e os venderam ilegalmente aos estrangeiros ou aqueles que exportaram ilegalmente armamentos, causando assim graves efeitos de revelação de segredos militares. No decorrer da discussão, os presentes realçaram a necessidade de castigar severamente os criminosos recalcitrantes e reincidentes, acrescentando que, em caso de necessidade, se poderia ainda punir os seus familiares. Mas indicaram que esta última medida não deveria ser abusiva, especialmente quando se considerasse a punição de familiares demasiado severa. O resultado desta discussão foi finalmente publicado em forma de édito imperial e foi aplicado na prática em Zhejiang [浙江] e Guangdong. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 38.

DIA *JIZI* DE OUTUBRO DO INVERNO DO 8º ANO DO REINADO DE JIAJING (1529)

No início deste ano, Asan [Huo Zhe Asan, 火者阿三], intérprete dos *fulangjis*, foi executado; e as autoridades competentes de Guangdong mandaram expulsar as embarcações estrangeiras, incluindo as oriundas de Jiangnan e Malaca. Então, estas embarcações fugiram secretamente para

THE FOUNDING OF MACAO II

Zhangzhou [漳州], onde iniciaram o comércio ilegal. O capitão-mor adjunto [ti du shi lang, 提督侍郎] de Guangdong e Guanxi, Lin Fu [林富], apresentou um relatório sobre o assunto ao Ministério da Guerra, que dizia: “Como Jiangnan e Malaca são nossos países dependentes desde sempre, devem ser autorizados a fazer negócios no nosso país; a directiva está inscrita nas *Instruções dos Antepassados* [Zu Xun, 《祖训》] e na *Colecção de Códigos* [Hui Dian, 《会典》]. Se Asan foi executado, foi porque tinha conspirado com os *fulangjis* que vieram em meados do reinado de Zheng De. Mas não devemos expulsar, por este motivo, todas as embarcações estrangeiras, sem fazer nenhuma distinção dos casos. E para não falar já de estarmos em condições para fazer sair aqueles que violam a nossa lei. Segundo as disposições interessadas, Guangdong deve ser aberto ao exterior e deve criar um departamento para controlar as embarcações estrangeiras e do exterior, enquanto que Zhangzhou não tem essa tarefa. Daí vemos que Guangdong não deve proibir as actividades de negócio legítimo dos estrangeiros, enquanto Zhangzhou não deve ser aberto ao exterior, mas deve proibir o comércio dos estrangeiros naquela localidade. Exigimos que Guangdong autorize embarcações estrangeiras a aportarem e comerciantes estrangeiros a negociarem nos lugares abertos ao exterior, segundo as normas estipuladas, não devendo recusar o pedido deles a torto e a direito; e, ao mesmo tempo, exigimos que Zhangzhou expulse de imediato todas as embarcações estrangeiras, não devendo nenhuma delas continuar a ancorar naquela localidade.” Esta directriz foi posta em prática. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 106.

DIA GENGCHEN DE DEZEMBRO DO 8º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1530)

O ministro da Fiscalização, Wang Hong, apresentou um memorial ao imperador “No passado vi em Guangdong, com os meus próprios olhos, o grande poderio dos canhões *fulangjis*, que podiam acertar no alvo de muito longe e com os quais os *fulangjis* lograram muitas vitórias, razão por que sugiro que fabriquemos alguns canhões deste tipo, seguindo o modelo *frangue*. O Ministério dos Assuntos Militares discutiu a proposta e decidiu mandar fabricar trezentos canhões do género e distribuí-los por diversas zonas fronteiriças. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 108.

FEVEREIRO DO VI ANO DO REINADO DE JIAJING (1530)

No dia *bingzi*, o Ministério dos Assuntos Militares respondeu ao memorial de Cui Wen [崔文], um dos comandantes das forças armadas costeiras: ... 1. fabricar navios de guerra, segundo o modelo de Guangdong; fabricar navios de tipo “Wugong” [escolopendra, 蜈蚣], a fim de derrotar os *fulangjis*. Escolher soldados pujantes e ensinar-lhes as técnicas

de combate nas águas... — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 110.

DIA XINMAO DE SETEMBRO DO 9º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1530)

O ministro da Fiscalização, Wang Hong, apresentou o seguinte memorial ao Imperador:

“Embora no litoral haja muitas e importantes construções estratégicas, ... sempre que os invasores estrangeiros assaltam, como as nossas forças de guarda não estão em condições de lhes resistir, em cada ocasião, muitos dos nossos oficiais e soldados são mortos ou feridos. A causa principal é que há muito poucos soldados nos postos de defesa fronteiriça, que só são, de facto, algumas torres de observação, enquanto nas fortalezas não há armas que possam acertar no alvo ao longe. Para mudar esta situação, é conveniente armar estas fortalezas com canhões tipo *frangue* o que, no passado, já sugeri. O canhão menor pesa vinte *jin* e pode acertar no alvo que se encontra a mais de seiscentos passos, podendo ser utilizado nos postos de defesa fronteiriça; cada posto deve contar, pelo menos, com um canhão deste tipo, que precisará de três soldados para o guardarem. O canhão que pesa mais de setenta *jin* e pode atingir um alvo que está a cinco ou seis *li* de distância, convirá ser usado nas fortalezas, cada uma das quais deve possuir pelo menos três canhões do género, que precisarão de dez soldados para os guardarem.

É indispensável construir postos de defesa fronteiriça a uma distância de cinco em cinco *li*, e fortalezas a uma distância de dez em dez *li*. Assim, as instalações militares grandes e pequenas poderão apoiar-se umas nas outras e não haverá lacunas que possam ser aproveitadas pelo inimigo. Assim, as nossas forças armadas poderão obter o dobro dos resultados com metade do seu esforço.” ... O imperador Jiajing instruiu os Ministérios dos Assuntos Militares e do Recenseamento e Finanças para que o discutissem. Depois da sua discussão, o ministro dos Assuntos Militares apresentou ao imperador o seguinte relatório: “A arma de fogo tipo *frangue* é, verdadeiramente, uma espécie de arma ideal para uso no nosso exército, podendo ser utilizada como um dos instrumentos de defesa das nossas zonas litorais, motivo por que consideramos conveniente fabricar algumas e distribuí-las pelas nossas forças armadas fronteiriças, assim como convidar uns mestres no assunto para ensinarem aos nossos soldados o uso deste tipo de arma, tal como o ministro Wang Hong sugeriu no seu memorial. Além disso, é também preciso construir mais fortes e fortalezas nas zonas fronteiriças. Mas, valendo-nos destes fortes e fortalezas, só poderemos providenciar em algumas situações de invasão estrangeira, não podendo impedir a invasão do inimigo para sempre. Pela mesma razão, com a arma avançada só poderemos resistir ao inimigo durante algum tempo, não podendo impedir a invasão do inimigo para sempre. Por isso, consideramos que o mais importante para os comandantes militares é que prestem a maior atenção ao treino dos seus soldados, ao estímulo do espírito combativo do seu exército, à indemnização adequada dos familiares dos mártires e ao socorro

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

e auxílio oportuno aos pobres de entre os habitantes locais, podendo ganhar assim o apoio e a confiança do exército e do povo, o que contribuirá mais significativamente para a vitória sobre o inimigo.” — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 117.

DIA *XINGYOU* DE OUTUBRO DO 9º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1530)

O consultor de ministério [gei shi zhong, 给事中], Wang Xiwen [王希文], apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“Guangdong é desde sempre uma das províncias responsáveis pelos assuntos relativos ao acolhimento dos embaixadores dos países nossos dependentes, dos quais os do Sião, Champa, Ryukyu, Java e Kalimantan embarcam por Dongguan para virem pagar tributos. Segundo o código estabelecido pelos nossos antecessores, eles devem vir na data prevista, correspondendo o número dos barcos ao estipulado. Só depois de terem sido verificados podem ser autorizados a prosseguir para o respectivo destino, acompanhados pelo nosso pessoal interessado. Se trazem ao mesmo tempo alguns produtos, a nossa parte deve comprá-los com dinheiro à vista. É certo que todas estas estipulações estão inscritas nas *Instruções dos Antepassados* e podem ser consultadas. No reinado de Hong Wu [洪武], sempre que se descobriam alguns comerciantes que vinham com segundas intenções, juntamente com os embaixadores, era recusado a estes o pagamento de tributo. No reinado de Zheng De, os *fulangjis* infiltraram-se, por meios mentirosos, em Guangdong, causando efeitos muito perniciosos na cidade provincial. Devido a este facto, o vice-governador mandou expulsar todos os estrangeiros que naquela altura se encontravam no nosso país. Desde então até hoje passaram ainda poucos anos, mas o ministro inspector agora sugeriu a reabertura da porta do nosso país ao exterior, a pretexto da dificuldade existente na distribuição de ordenados e da falta de artigos a consumir. Ainda há pouco tempo foram finalmente expulsos aqueles estrangeiros que anteriormente não tínhamos conseguido expulsar durante longo tempo. Se hoje em dia mudarmos a nossa atitude, apesar do êxito alcançado pelo nosso exército através de inúmeros combates, o povo perderá tudo, o que será tão lamentável para todos nós! A reabertura, mesmo que não prejudique as localidades, prejudicará certamente a dignidade da nossa grande dinastia...” Conforme o édito do imperador, o Ministério da Fiscalização deu a seguinte resposta: “Através do estudo profundo das vantagens e desvantagens, consideramos conveniente aceitar, a partir de agora, os tributos dos países que devem vir no tempo previsto e devem ser autorizados a entrar na alfândega depois de se terem verificado os documentos respeitantes. Quanto aos produtos que eles trouxerem, cobrar-se-ão impostos segundo as disposições em vigor. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 118.

O Imperador ordenou ao Ministério dos Assuntos Militares que fabricasse mais canhões tipo *frangue* e os entregasse ao 12º Regimento para uso dos seus soldados no seu exercício. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 135.

DIA *DINGMAO* DE DEZEMBRO DO 12º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1533)

No passado, o director da repartição de segurança de Guangdong [Guangdong xun jian, 广东巡检], He Ruchang [何如常], como tinha feito renderem-se os *fulangjis* e como era versado no fabrico de canhões tipo *frangue* e canhões tipo “Centopeia”, foi promovido ao cargo de conselheiro do governador do distrito de Shangyuan [上元], da prefeitura de Yingtian [应天], e foi enviado para Weimen, na região de Chaojiang, para dirigir o fabrico daqueles canhões, a fim de armar as forças fronteiriças costeiras. Agora, já trabalhou aí três anos, e pelo seu mérito considerável foi promovido ao cargo de governador do distrito de Wanping da prefeitura de Shuntian. De facto, ele foi o pioneiro do fabrico de canhões e outras armas de tipo *frangue* na China. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 154.

SETEMBRO DO 16º ANO DO REINADO DE JIAJING (1536)

Foi distribuído pelas diversas regiões fronteiriças de Shanxi um total de 2500 conjuntos de canhões de bronze, tipo *frangue*. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 191.

DIA *GUIZHI* DE NOVEMBRO DO 26º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1547)

Os *fulangjis* invadiram e assaltaram Zhangzhou, na província de Fujian. Graças à resoluta resistência das forças armadas dirigidas por Ke Qiao [柯乔], o aitaõ [haidao fushi, 海道副使], os invasores fugiram. Quando o ministro inspector da defesa costeira, Jin Cheng [金城], foi informado de que a invasão *frangue* se tinha dado devido à negligência de Ding Tong [丁桐], comandante das ilhas de Wuyu [Wuyu Zhihui, 浯屿指挥], e devido ao facto de Yao Xiangfeng [姚翔凤], outro aitaõ, ter aceite o suborno dos *fulangjis*, apresentou ao Imperador um relatório, pedindo o julgamento de Ding Tong e a demissão de Yao Xiangfeng. O Imperador emitiu um édito sobre a questão, no qual dizia: “Peço ao ministro inspector que faça Tong e Xiangfeng virem à capital, de modo a que os julguemos e castigemos. Quanto aos assuntos de defesa fronteiriça, o Ministério da Defesa Nacional dará instruções depois do seu estudo cuidadoso.” — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 330.

THE FOUNDING OF MACAO II

DIA *XINCHOU* DE SETEMBRO DO 27º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1548)

Foi premiado com moedas de prata o aitão Zhu Wan [朱纨], por ter logrado grande êxito na sua viagem de inspecção. Anteriormente, os piratas que se apoderaram da ilha de Shuangyu durante longo tempo, seduziram invasores japoneses a cometerem assaltos. Em meados de Fevereiro, Zhu Wan mandou secretamente Lu Tang [卢饒], capitão-mor [du zhi hui, 都指挥] de Fujian, conduzir uma frota de navios pequenos de Wenzhou [温州] para Haimenwei, esperando a oportunidade para emboscar os assaltantes, junto do exército de Zhejiang, quando os inimigos chegassem. Derrotados, estes inimigos fugiram para a ilha acima referida. Ao corrente desta notícia, o Ministério dos Assuntos Militares considerou que era necessário registar, em primeiro lugar, o mérito de Zhu Wan e que, relativamente a outros problemas, era conveniente avisar Zhu Wan que os investigasse e apresentasse o relatório respectivo. A decisão do ministério foi concretizada. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》]*, vol. 340.

DIA *XINHAI* DE ABRIL DO 28º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1549)

O relatório apresentado por Zhu Wan refere-se a seis assuntos: 1. No início, como era muito severa a proibição do tráfego marítimo, as diversas localidades viviam em paz. Nos últimos anos, os indivíduos sem lei actuaram sem escrúpulos em conluio com estrangeiros, e os responsáveis locais não se atreveram a tomar eficazes medidas para acabar com o caos, porque quem se atrevesse a desafia-los, sofria a retaliação... — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》]*, vol. 347.

DIA *RENSHEN* DE JULHO DO 28º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1549)

Primeiro, Zhu Wan informou sobre a captura de um chefe dos estrangeiros na ilhas de Wuyu, depois, informou sobre a continuação dos distúrbios provocados pelos estrangeiros, que seduziram alguns habitantes de Binghai a fazerem malvezas, entre os quais se destacavam La Da e Lin Gong [林恭] da ilha de Ruochang [若长]; entre os elementos malvados que auxiliaram os invasores estrangeiros figuravam Yao Guangyu [姚光瑞] e outros, mais de uma centena de pessoas. Perante esta situação, Zhu Wan considerava que era preciso adoptar medidas eficazes para eliminar completamente os inimigos, de modo a que a localidade pudesse viver em paz para sempre. Nesse relatório, Zhu Wan ainda pediu a sua própria demissão, que foi aceite pelo Ministério da Fiscalização depois de uma séria discussão. Segundo a decisão do ministério, o ministro inspector da defesa costeira de Fujian substituiu Zhu no cargo. Este ministro inspector mandou, de imediato, deter os criminosos

acima mencionados. Ao mesmo tempo, foram também detidos e castigados três suspeitos *fulangjis*. Mas o chefe dos malvados conseguiu fugir, motivo por que se emitiu um aviso: seria privilegiadamente premiado quem fornecesse informações ou o detivesse directamente. Ainda se declarou oficialmente que aqueles criminosos que se arrependessem e se emendassem seriam tratados com clemência, sendo mesmo absolvidos. Como os incidentes ocorridos em Zhejiang e Fujian estavam sempre mutuamente ligados, os responsáveis competentes destas duas províncias reuniram-se conjuntamente para discutirem a situação e tomarem medidas sobre a questão. No período inicial, os especuladores do interior do país Wang Zhi [王直], Xu Hai [许海] e outros, instigados pelas três famílias ricas de Yu, Yao e Xie, comercializavam produtos chineses com estrangeiros. Algum tempo depois, a família Xie, como sentiu que tinha lucrado pouco, diminuiu as suas actividades de conluio com os comerciantes especuladores e ameaçou-os dizendo: “Se nos obrigarem mais, vamos denunciá-los aos círculos oficiais.” Como tal, os especuladores, por uma parte, odiaram Xie abertamente e, por outra, sentiram grande medo da ameaça. Então, reuniram os seus lacaios estrangeiros e lançaram um assalto nocturno contra a vivenda da família Xie, incendiando-a e matando vários homens e mulheres. Inteirando-se do sucesso, o magistrado distrital [xianguan, 县官] ficou em pânico e informou imediatamente a direcção superior. O governador civil [xun fu, 巡抚] de Guangdong, Zhu Wan, deu uma ordem para se deterem os assaltantes e exigiu que aqueles que tivessem conspirado com estrangeiros se entregassem e se denunciassem. Nessas circunstâncias, ocorreram alguns casos de acusação falsa. Entretanto, os elementos malvados, que temiam ser detidos, continuaram a conluir-se com estrangeiros e piratas, para perpetrarem assaltos e outras acções criminosas. Ao aperceberem-se da chegada dos assaltantes, os habitantes locais, que viviam em paz durante longo tempo, fugiram todos em pânico. Com a resistência do exército oficial, os bandidos fugiram para zonas costeiras de Fujian e Zhejiang. A fim de os reprimir, os círculos militares enviaram reforços e aumentaram o abastecimento aos soldados. Esta acção da corte imperial não só comoveu o país, como também o ultramar. Através de seis ou sete anos de combates árduos, conquistaram a vitória final sobre o inimigo. Desde então, os distúrbios ocorridos nas zonas litorais diminuíram sensivelmente. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》]*, vol. 350.

DIA *RENZI* DE JULHO DO OUTONO DO 29º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1550)

Primeiramente, Zhu Wan apresentou ao imperador um relatório sobre o facto dos *fulangjis* terem atacado a fronteira de Zhangzhou e o exército oficial os ter contra-atacado, dizendo ainda que no combate em Zoumaxi [走马溪] o nosso exército tinha capturado um pelado de apelido Li e outros noventa e cinco assaltantes, que foram de imediato degolados. O imperador instruiu o Ministério dos Assuntos Militares para

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

que verificasse o facto e premiasse o pessoal militar pelos seus méritos. Mas o ministro inspector Chen Jiude [陈九德] informou que Zhu Wan tinha abusado do poder para fazer execuções que implicaram muitos inocentes. De acordo com a directiva superior, o Departamento da Justiça enviou Du Ruzhen [杜汝禎], consultor do Ministério dos Assuntos Militares [bing ke gei shi zhong, 兵科都给事中], ao local para investigar os factos. A investigação justificou a acusação de Chen, pelo que Zhu Wan foi demitido do seu cargo. O relatório apresentado por Ruzhen e pelo censor imperial [yu shi, 御史] Chen Zongkui [陈宗夔] diz: “No passado, os especuladores chineses, em conluio com os *fulangjis*, todos os anos empregaram secretamente bandidos e outros cínicos de zonas costeiras, para fazerem contrabando de produtos estrangeiros, ocorrendo amiúde incidentes de assalto. No 27º ano do reinado da Sua Majestade Imperial, as autoridades do porto de Yue [Yuegang, 月港] de Zhangzhou e da ilha de Wuyu, não só não detiveram os especuladores e os seus produtos, como também receberam os seus subornos e deixaram-nos ancorar os seus barcos, o que conduziu a que os especuladores e bandidos do interior tivessem passagem livre, sem nenhum obstáculo pela frente. Devido ao conluio dos elementos malvados dentro e fora do país, os estrangeiros manifestaram-se muito arrogantes e recusaram-se mesmo a ser detidos, o que era obviamente prejudicial para a dignidade do nosso Estado. Mas, depois de os bandidos e assaltantes serem finalmente apanhados, Zhu Wan e outros funcionários não distinguiram os criminosos principais dos seus cúmplices e executaram-nos a torto e a direito, conduzindo assim à morte de muitos inocentes. Daí, vemos que a revelação de Jiude é certa. Zhu Wan, que de facto tinha cometido crimes, chegou ao extremo de apresentar um relatório sobre o seu mérito. Outros dois senhores, Tang e Qiao, foram apenas ajudantes de Zhu, razão por que este deve ser o responsável pela alteração dos factos.

Outros funcionários implicados, tais como o ministro inspector Wen Can [温灿], o comandante Li Xixian [李希贤] e o adjunto do comandante Wang Youjian [汪有监], cometeram também crimes. Os crimes do prefeito [zhi fu, 知府] no distrito, Lu Bi [卢璧], e do brigadeiro [can jiang, 参将], Wang Dashou [汪大受] foram menores. Os quatro estrangeiros, incluindo Fangshubai [transliteração fonética], que recusaram ser detidos, devem ter sido executados, outros cinquenta e um estrangeiros devem ser adequadamente castigados, e os agentes dos estrangeiros devem ser exilados à luz da lei.” Logo depois, o Departamento da Justiça do ministério da Defesa Nacional verificou os factos contidos no relatório de Ruzhen. Wan, Tang e Qiao foram punidos segundo os seus crimes respectivos; Wen Can e outros foram demitidos, e o ordenado de Wang Youlin foi reduzido.

Zhu Wan era um homem honesto e íntegro. Quando trabalhava em Fujian e Zhejiang, sempre aplicou a política de castigo severo aos que se conluíavam com os estrangeiros, razão pela qual as regiões costeiras destas duas províncias sempre se encontraram em paz. É certo que ele exagerou demasiado os

seus meritórios feitos no combate de Zoumaxi e que cometeu alguns erros no tratamento dos presos, mas o seu erro não foi, de facto, tão grave como se diz no supracitado relatório de investigação. Nessas circunstâncias, Zhu Wan morreu indignado e entristecido, o que fez com que a opinião pública sentisse muito. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 363.

DIA JIHAI DE JULHO DO 33º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1554)

Os estrangeiros ocidentais em Guangdong, em conluio com mais de mil invasores japoneses, cometeram saques nas águas do mar meridional. O exército oficial chinês derrotou-os e capturou o seu chefe Fang Sixi [方四溪] e outros, e os restantes inimigos fugiram. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 412.

AGOSTO DO 33º ANO DO REINADO DE JIAJING

Inicialmente, os bandidos de Dongguan [东莞], encabeçados por He Yaba [何亚八], perpetraram saques, em conluio com estrangeiros fora-da-lei, ao longo das costas da província de Guangdong. O magistrado distrital [zhi xian, 知县] de Zhenji [禎及], He Jie [何蚘], e outros oficiais recorreram a estratégias para enganar os inimigos. Quando os inimigos relaxaram a sua vigilância, enviaram tropas para os eliminar. Finalmente degolaram mais de uma centena de elementos malvados, capturaram quatro vivos e expulsaram os restantes cento e cinquenta inimigos. Mais tarde, os que tinham méritos foram premiados. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 413.

OUTUBRO DO 33º ANO DO REINADO DE JIAJING

Os piratas provocaram distúrbios em Zhelin, na prefeitura [fu, 府] de Chaozhou de Guangdong, e o comandante Hei Mengyang [黑孟阳] dirigiu as forças armadas para os liquidar. Através de violentos combates, capturaram o chefe do inimigo Fang Sixi, o cabecilha dos invasores estrangeiros Zaguoluo [吒过罗], e cento e trinta e cinco piratas, dos quais trinta e nove foram decapitados e afogados no mar Xu Bixi [徐碧溪], sendo, um, chefe do inimigo e todos os outros bandidos. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [Shi Zong Shi Lu, 《世宗实录》], vol. 415.

DIA GUTWEI DE ABRIL DO 44º ANO
DO REINADO DE JIAJING (1565)

Um estrangeiro, chamado Yaruoli [transliteração fonética], embarcou para pedir a autorização de pagamento de tributos. Inicialmente, disse que era embaixador de Malaca,

THE FOUNDING OF MACAO II

mas disse mais tarde que tinha vindo de Portugal. Informado disso, o oficial superior da Guarda Fiscal de Guangdong e de Guangxi [liang guang zhen xun guan, 两广镇巡官] pediu directrizes ao Ministério dos Ritos [li bu, 礼部], que deu a seguinte resposta: “Dos nossos países dependentes do Sul não há nenhum que se chame Portugal, que talvez seja o nome falso de “País Frangue”. Pedimos que o comandante faça uma cuidadosa verificação. Se se tratar de uma maquinação, recuse o pedido dele vindo, e se houver algum chinês que tenha conspirado com aquele estrangeiro, castigue-o severamente” A directiva foi levada a cabo. — *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming* [*Shi Zong Shi Lu*, 《世宗实录》], vol. 545.

DIA XINYOU DE OUTUBRO DO 3º
DO REINADO DE LONG QING [隆庆] (1569)

O consultor do ministério industrial [gong ke gei shi zhong, 工科给事中] Chen Wude [陈吾德] apresentou o seguinte memorial: (...) 1. Peço a proibição das actividades ilícitas dos estrangeiros. Os comerciantes estrangeiros vindos de Malaca e doutros países são sempre bárbaros e astutos. Desde que conseguiram, por meio de suborno, estabelecer-se em Macau, têm vindo a provocar aí incidentes, uns após outros. Se não se adoptarem medidas imediatas para acabar com todas as suas actividades de contrabando em conluio com habitantes do interior, a situação tenderá a piorar. É preciso reforçar o nosso controlo e aplicar ainda mais estritamente o nosso regime de cobrança de impostos; e, em particular, é imperativo mandar que paguem impostos oportunamente, castigando severamente quem infringir o regulamento. — *Registo do Imperador Mu Zong* [*Mu Zong Shi Lu*, 《穆宗实录》], vol. 38.

DIA RENWU DE NOVEMBRO DO 19º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1591)

O adjunto do vice-rei de Guangdong e de Guangxi [zong du liang guang shi lang, 总督两广侍郎], Liu Jiwen [刘济文], deu uma directriz ao director da luta contra os invasores estrangeiros: (...) Se deixarmos os estrangeiros em Macau entrarem livremente no interior do país, produzir-se-ão más consequências intermináveis. É conveniente estabelecer postos de cobrança de impostos em Xiangshan [Heong San, 香山], Dapu [大埔] e Yongmo [雍陌]. Na época das grandes cheias do Verão, podem-se deixar os comerciantes estrangeiros chegar até Xin'an [新安] e, mesmo, até Yongmo. Uma vez acabado o período das cheias, eles devem regressar. Além disso, é necessário informar as autoridades *fulangjis* em Macau sobre a invasão japonesa, exigindo que detenham o chefe dos invasores e o entreguem à parte chinesa. Se fizerem isto, é preciso premiá-las. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 242.

ABRIL DO 36º DO REINADO DE WAN LI (1607)

Lu Tinglong [卢廷龙], letrado de Panyu [番禺], sugeriu às autoridades locais que fizessem sair os estrangeiros de Xiangshan para a ilha de Langbai [浪白] e guarnecessem bem o território de Macau. Tendo em consideração a dificuldade no cumprimento desta sugestão, decidiram não informar a direcção superior. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 433.

MAIO DO 39º ANO DO REINADO DE WAN LI (1611)

O inspector Zhou Ziyu [周子愚] informou: “Diego de Pantoja [Pangdiwo 庞迪我] e Sabatino de vrsis [Xiongsanba 熊三拔] [transliterações fonéticas], generais do Grande Reino do Mar do Oeste (Portugal) [Da Xi Yang Guo, 大西洋国] que se nos renderam, contam com calendários do seu país. Através da consulta de dados históricos, descobri que o calendário daquele país é bastante avançado e, por isso, sugiro a sua tradução para chinês, de modo a que possa servir-nos como referência.” — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 483.

DEZEMBRO DO 39º ANO DO REINADO DE WAN LI (1612)

No dia *gengwu*, o Ministério dos Ritos apresentou o seguinte relatório ao imperador: “Os nossos especialistas em Calendário consideram que (...) os livros de calendário que possuem Pangdiwo e Xiongsanba, oficiais do Grande Reino do Mar do Oeste (Portugal), têm grande valor de referência para nós. De facto, já foi a partir do 15º ano do reinado de Hongwu [洪武] que Li Chong [李翀], Wu Bozong [吴伯宗] e Hai Daer [海达尔] começaram a consultar aquele tipo de livros, ao actualizarem o livro clássico sobre o calendário das regiões do Noroeste do nosso país. Eles compararam aqueles livros com a obra de Xu Guangqi [徐光启] sobre este problema (...)” Este relatório foi arquivado, embora não fosse sujeito a discussão. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 490.

DIA WUXU DE SETEMBRO DO 40º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1612)

O Ministério dos Assuntos Militares respondeu ao relatório do vice-rei de Guangdong e de Guangxi [liang guang zong du, 两广总督]: (...)

1. Como os estrangeiros em Macau são muito astutos, é conveniente mandar o comandante de Hutou [虎头] reforçar o controlo sobre as actividades daqueles estrangeiros e é preciso construir na baía de Tangji [塘基湾] uma passagem de pedra para fortalecer a defesa fronteiriça, onde se disporão, pelo menos, quatrocentos militares de guarda;

2. Entre Yongmo, Xiangshan e Haojing [侯京]

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

(Macau), 濠镜], é necessário estabelecer postos de controlo de cinquenta em cinquenta *li* de distância, seleccionando quatrocentos soldados para os guardarem por turnos;

3. É preciso impedir atentamente que os estrangeiros que vierem ao interior façam negócios ilícitos, sendo seriamente tratado qualquer caso anormal que seja descoberto; (...).”

Todas estas directrizes foram postas em prática. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 499.

JUNHO DO 41º ANO DO REINADO DE WAN LI (1613)

O adjunto militar do vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Zhang Minggang [张鸣冈], informou: “Tal como Fujian e Zhejiang, Guangdong é também uma zona que tem a missão de luta contra os invasores estrangeiros. Em Zhejiang, não se abrem mercados aos estrangeiros, enquanto em Fujian só há comerciantes chineses que saem para o exterior para comerciarem com estrangeiros, nenhum estrangeiro se atrevendo a entrar. Em Guangdong, contudo, existem contactos mútuos entre os comerciantes chineses e estrangeiros, razão por que é muito difícil proibir a entrada dos estrangeiros, sendo igualmente muito difícil distinguir os bons dos maus. Por exemplo, recentemente, os *fulangjis* macaenses que se encontram no interior subornaram alguns invasores japoneses como lacaios e sentimos que era muito difícil expulsá-los. Também é difícil denunciar os bandidos que se introduzem em Macau e conspiram com alguns *fulangjis* para realizar acções más.

Ultimamente, nas águas do mar de Fujian aparecem também muito frequentemente barcos de contrabando em que os piratas, sob o rótulo de comercialização de arroz, fazem negócios ilícitos. Se se tomarem medidas para os golpear, eles fugirão para zonas vizinhas, onde provocarão novos distúrbios; se não os golpearmos, os problemas das regiões costeiras desta província serão cada vez mais graves. O caso em Guangdong é quase semelhante. Os elementos sem lei comerciam aparentemente, fazendo de facto actividades ilegais. Se se proibir sem distinção a sua comercialização na província, as trocas comerciais legítimas sofrerão consequências negativas; se não se adoptarem medidas para os controlar, concluir-se-ão ainda mais facilmente com os estrangeiros em Macau e com invasores japoneses. Perante esta situação, sentimo-nos presos num dilema. No final de contas, devemos envidar todos os esforços para resolver o problema”. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 509.

DEZEMBRO DO 42º ANO DO REINADO DE WAN LI (1615)

No dia *yivei*, o adjunto militar do vice-rei de Guangdong e de Guangxi, e também ministro inspector, Zhang Minggang, apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“Os estrangeiros que se encontram em Macau de Guangdong são como tumores malignos nas nossas costas;

em conluio com os invasores japoneses, eles são como tigres com asas. No 33º ano do reinado de Wan Li [万历] (1605), uma vez, quando estavam a construir ilegalmente muralhas, oficiais militares chineses aproximaram-se para os interrogar, mas sofreram a sua resistência e foram mesmo mortos. Quão desenfreados eram eles! Hoje em dia, naquele lugar já se encontram mais de uma centena de estrangeiros, que têm filhos e famílias. Se os expulsarmos e eles se unirem para nos resistir, o que faremos? Mas, se hoje não os expulsarmos e os deixarmos continuarem a ignorar a nossa corte imperial, o nosso país não irá sofrer muito maiores desgraças no futuro?! No passado, graças à majestade do imperador, houve um período em que todos os outros estrangeiros foram expulsos, excepto os estrangeiros de Macau, motivo por que conseguiram permanecer aí até hoje. Alguns consideram que é também preciso expulsar estes estrangeiros, mas se não se mobilizar grande número de forças armadas, não poderemos atingir o nosso objectivo. Porém, considero que só deste modo poderemos acabar com os perigos provenientes do exterior. Outros opinam que não sendo conveniente deixar os portugueses ocuparem Macau, é preciso fazer com que se mudem para a ilha de Bailang, deixando-os aí ficar, a desenvolver actividades de comércio marítimo, de modo a que se extingam as agitações no interior. Há quem diga que Macau faz parte do distrito de Xiangshan. Nos seus arredores dispõem-se as nossas forças armadas fronteiriças e todos os produtos que os *fulangjis* consomem são fornecidos pelo interior do país; uma vez descobertas as suas segundas intenções, deixaremos de os abastecer e enviaremos tropas para os eliminar. Caso os façamos sair para a ilha de Bailang, e se lá provocarem distúrbios ou até se conluiarem com bandidos do interior ou com os invasores japoneses, também não teremos remédio para lhes fazer frente. Examinando os prós e os contras, consideramos conveniente continuar a deixá-los permanecer em Macau, enquanto reforçaremos a nossa vigilância, proibindo a saída de maus elementos e a entrada de qualquer estrangeiro sem lei. Desta maneira, poderemos garantir que o nosso povo viva em paz. [...] No interior, é necessário reforçar a administração sobre as prefeituras e distritos, e quanto aos elementos malvados é preciso aproveitar a oportunidade para os reprimir.” O relatório foi discutido pelos departamentos competentes. — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 527.

DIA WUZI DE JULHO DO OUTONO DO 44º ANO DO REINADO DE WAN LI (1616)

O consultor do Ministério dos Ritos [li ke gei shi zhong, 礼科给事中], Yu Maonie [余懋孳], apresentou um memorial sobre a eliminação do paganismo e o reforço da proibição do tráfego marítimo, em que diz: “Com a chegada de Matteo Ricci [Li Ma Dou, 利马窦] à China, o catolicismo do Ocidente foi introduzido no nosso país. Até agora já se

THE FOUNDING OF MACAO II

desenvolveu bastante. Devido à prédica de Afonso Vagnoni [Wang Fengsu, 王丰肃], Manuel Dias [Yang Ma Nuo, 阳玛诺] e outros missionários, já há no nosso país pelo menos dez mil fiéis católicos e, regra geral, o número dos que assistem à missa no primeiro ou décimo quinto dia do mês excede mil. Se não fizermos desaparecer esta religião perversa, como poderemos atingir o objectivo de acabar com o problema dos malvados se conluíarem com estrangeiros? E como poderemos frustrar a sua conspiração com os estrangeiros em Macau? Por isso, considero que o fundamental é erradicar aquela religião perversa e reforçar o controlo das rotas marítimas estratégicas.” Deste memorial não foi informada a corte imperial. — *Registo do Imperador Shen Zong* [Shen Zong Shi Lu, 《神宗实录》], vol. 547.

DEZEMBRO DO 44º ANO DO REINADO DE WAN LI (1617)

Mandaram deter e escoltar Afonso Vagnoni e outros estrangeiros para Guangdong, e expulsá-los daí para o seu país. Inicialmente, foram Matteo Ricci e o seu discípulo Pangdiwo Diego de Pantoja que chegaram primeiro à cidade capital, onde conseguiram estabelecer-se e até encontraram aqui emprego oficial, recebendo ordenado mensalmente. Depois da sua morte, Matteo Ricci foi enterrado numa sepultura respeitável. Mas, com o passar do tempo, o número dos seus discípulos aumentou cada vez mais e eles tornaram-se cada vez mais subreptícios. Alfonso recorreu ao catolicismo para agitar habitantes na antiga capital, ganhando muitos fiéis num espaço de tempo não muito longo. Ele ainda construiu ilegalmente edifícios em Hongwugang [洪武冈] e um jardim frente ao seu pavilhão de residência de Xiaolingwei [孝陵卫]. Estas suas acções ilícitas foram denunciadas pelo Ministério dos Ritos e por outras instituições e funcionários governamentais. Yan Wenhui [晏文辉], um dos altos funcionários da corte imperial, apresentou um memorial, pedindo a sua punição imediata. Entretanto, Pantoja e outros também foram acusados. O Ministério dos Ritos deu a seguinte resposta ao memorial de Wenhui: “Eles envenenaram com uma religião perversa a mente das pessoas, tentando impor a doutrina do Ocidente na China, o que mostra a astúcia dos estrangeiros bárbaros. O seu prejuízo é evidente, pois respeita ao problema da doutrina que devemos usar para armar a mente do nosso povo. Eles desenvolveram actividades em diversas províncias do nosso país, aparecendo e desaparecendo misteriosamente. De facto, muitas das nossas informações secretas foram roubadas por eles, motivo por que há documentos que dizem serem eles autores dos tumultos ocorridos em diversos lugares. Como isto se refere aos importantes assuntos do Estado, muitos oficiais e funcionários comuns pediram a punição deles. Sua Majestade Imperial instruiu que, tendo em consideração a demagogia e intenções ocultas de Alfonso e outros, se informasse o comandante geral de Guangdong, para que os forcesse a regressar ao Ocidente. Embora o Ministério dos Ritos tivesse pedido para deixar

Pantoja permanecer, porque era especialista em calendário, o imperador também instruiu que o fizessem voltar ao país dele. — *Registo do Imperador Shen Zong* [Shen Zong Shi Lu, 《神宗实录》], vol. 552.

DIA XINZI DE MAIO DO 45º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1617)

O Ministério dos Assuntos Militares deu a seguinte resposta ao memorial do ministro inspector [xun'an, 巡按] de Guangdong, Tian Jinsheng [田生金], e do governador da província Zhou Jiamo [周嘉谟]: (...)

1. Tomem as medidas adequadas à questão, segundo a opinião de todos. Como os estrangeiros em Macau, que vieram dum lugar que fica a dezenas de milhares de li do nosso país, já aí vivem há sessenta anos, é inconveniente expulsá-los; e, a sua eliminação será prejudicial para a paz do nosso país. E para não falar de que Macau é um lugar reduzido e o número dos estrangeiros que aí vivem não é grande, razão por que não existem perigos significativos e preocupantes. Eles só podem entrar no interior pelo caminho que conduz a Xiangshan, e ao longo deste caminho temos ainda postos de fiscalização fronteiriços. Por isso, consideramos que podemos viver em paz junto com eles, e mesmo que alimentem segundas intenções, também não teremos muito medo deles. Claro, isto não significa que não precisemos de aumentar a nossa vigilância, mas devemos pôr as barbas de molho em qualquer momento. A este aspecto o comandante das forças armadas fronteiriças deve prestar a devida atenção.

2. É imperativo adoptar medidas eficazes para acabar com o conluio entre malfeitores do interior e os invasores estrangeiros, porque os casos de invasão estrangeira até agora ocorridos resultaram principalmente de os malfeitores do interior servirem de agentes aos invasores. Fomos recentemente informados de que as actividades de piratas em Fujian e Guangdong eram frenéticas, e em Macau havia também piratas e bandidos, problema que exigimos que as autoridades competentes, especialmente as da defesa marítima de Cantão e de Fujian, investiguem e tratem estritamente, não permitindo em absoluto a continuada existência de tais actividades. Quanto à rota terrestre, é indispensável controlar bem os postos de fiscalização ao longo do caminho de Tangjihuan [塘基环]. Os comerciantes estrangeiros só podem ser autorizados a aportar a Cantão depois de ter sido verificado o seu cartão de livre trânsito. O comandante da defesa marítima, cada vez que realizar a inspecção a Macau, deve reafirmar à localidade os devidos regulamentos, e aquando da visita a outras zonas litorais de Guangdong, Fujian e Zhejiang, os inspectores devem igualmente fazê-lo. Se as diversas regiões destas três províncias envidarem esforços comuns no sentido de fazerem frente aos inimigos dentro e fora do país, haverá algum inimigo que não possa ser eliminado?! — *Registo do Imperador Shen Zong* [Shen Zong Shi Lu, 《神宗实录》], vol. 557.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

DIA *YIWEI* DE JUNHO DO 46º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1617)

O departamento do Ministério dos Ritos de Nanjing [南京] apresentou o seguinte relatório: “Conforme o édito imperial, já escoltámos Afonso e outros estrangeiros para Guangdong, e o comandante das forças armadas fronteiriças daquela província mandou-o regressar ao seu país no Ocidente.” — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 558.

OUTUBRO DO OUTONO DO 46º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1618)

No dia *yihai*, o vassalo Pantoja, do Grande Reino do Mar do Oeste (Portugal), apresentou o seguinte memorial: “Tendo percorrido noventa mil *li*, eu e Matteo Ricci, já falecido, assim como mais de dez outros colegas, chegámos ao império esplendoroso de Sua Majestade Imperial, onde já vivemos há dezassete anos. Recentemente, ouvimos dizer que funcionários da corte imperial tinham apresentado um memorial a Sua Majestade, pedindo a nossa expulsão. Sempre cá temos ficado, dedicando-nos à meditação e à divulgação do Evangelho, respeitando exclusivamente Deus. Nestas circunstâncias, acaso temos ainda corações perversos e intentos de acções criminosas? Pedimos sinceramente a Sua Majestade que nos examine estritamente e nos deixe continuar a permanecer aqui, e desejamos ainda que perdoe também os vossos vassallos estrangeiros em Nanjing e noutros lugares. Aproveitando a ocasião, agradecemos desde já a Sua Majestade pela sua grande benevolência e generosidade.” — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 575.

DIA *RENYIN* DE NOVEMBRO DO 46º ANO
DO REINADO DE WAN LI (1618)

O vice-ministro inspector das rotas marítimas [xun shi haidao fushi, 巡视海道副使] de Guangdong, Luo Zhiding [罗之鼎], sugeriu: “Haojing’ao [Macau, 濠镜澳] de Xiangshan é o lugar estratégico mais importante de Guangdong, onde agora só há 600 guardas fronteiriços, número que é obviamente insuficiente para a defesa local. É conveniente transferir um comandante e 600 soldados de Luoding [罗定] para Macau, de modo a reforçar a defesa da localidade.” Mas o responsável de Luoding considerou: “Luoding é uma zona costeira montanhosa, onde viviam diversos tipos de bandidos. Embora eles tivessem sido reprimidos no período inicial do reinado de Wan Li, estavam dispostas numerosas forças armadas para a sua defesa. Recentemente, fomos informados de que seriam transferidos mais de metade dos actuais guardas, o que pensamos que é inconveniente. Quanto à transferência de um comandante daqui para lá, pensamos que isso talvez seja viável.” O segundo departamento do Tesouro Provincial e departamento do desembargador provincial [bu an er si, 布按二司] opinou:

“Em relação a Macau, Luoding é menos importante; em comparação com a montanha do Oeste, a montanha do Leste é menos importante. É conveniente sujeitar a defesa da montanha do Leste do comandante da montanha do Oeste, transferindo-se daí 400 guardas para Ying’erpu [鹰儿埔], onde haverá, assim, mil soldados, se se lhe acrescentarem os originais. Entretanto, é preciso fortalecer a defesa na aldeia de Xiangshan, para onde se enviará mais um general como comandante, e é ainda necessário construir aí mais acampamentos. Pensamos que com estas medidas poderemos garantir que não ocorram graves incidentes naquela zona.” Então, o governador Xu Honggang [许弘纲] e o ministro inspector [xun an yu shi, 巡按御使], Wang Mingxuan [王命璿], apresentaram conjuntamente um memorial ao imperador: “Os estrangeiros em Macau são parcialmente *fulangjis*. Inicialmente, assentaram em Macau o pagamento anual de impostos num valor total de vinte mil taéis de prata. Nos últimos anos, construíram casas e fortalezas na península, onde dispuseram armas de fogo, cujo número já ultrapassou mil. Acumularam ainda grandes quantidades de cereais para desencadear guerras em qualquer momento, e o problema mais grave é que têm vindo a subornar invasores japoneses como lacaios e a reunir bandidos como homens de confiança. Muito perto de Huicheng [会城], Macau encosta-se às montanhas e é banhada em três lados pelas águas do mar, motivo por que a sua localização é estratégica. Se aqueles *fulangjis* se conluiarem com grande número de bandidos, a situação será certamente preocupante. Por isso, consideramos que é preciso adoptar eficazes medidas preventivas, para que não aconteçam agitações inesperadas. Pedimos sinceramente a Sua Majestade que mande o Ministério dos Assuntos Militares discutir o problema.” — *Registo do Imperador Shen Zong* [*Shen Zong Shi Lu*, 《神宗实录》], vol. 576.

DIA *BINGZI* DE JUNHO DO 1º ANO
DO REINADO DE TIAN QI [天启] (1621)

O ministro inspector da defesa fronteiriça [xun’an, 巡按] de Guangdong, Wang Zunde [王宗德], apresentou à direcção superior um relatório sobre a destruição de novos edifícios na Ilha Verde [Qing Zhou Dao, 青洲岛], construídos pelos estrangeiros em Macau, em que faz referência aos meritórios feitos de Feng Conglong [冯从龙] e Sun Changzuo [孙昌祚], generais responsáveis pelas rotas marítimas, nas operações de destruição, pedindo que os registre. A seguir, o Ministério dos Assuntos Militares deu-lhe uma resposta afirmativa. O relatório do comandante diz:

“O lugar de que os estrangeiros se apoderaram chama-se Haojing [濠镜], situado no sul do distrito de Xiangshan de Guangdong, e é uma península vizinha de Humen [虎门]. Inicialmente, os embaixadores de Siam [Xin Luo, 暹罗], Dongxiyang [东西洋] e “País Frangue”, e outros países, vieram à capital provincial pagar tributos e comerciarem com os habitantes locais. Por isso, foi criado o departamento dos assuntos comerciais com o estrangeiro, responsabilizando-se pela cobrança de impostos das mercadorias dos comerciantes estrangeiros. No reinado de

THE FOUNDING OF MACAO II

Zheng De [正德], mandaram as embarcações ancorarem no porto do distrito de Dianbai [电白] da prefeitura de Gaozhou [高州]. No 14º ano do reinado de Jiajing [嘉靖] (1563), o comandante Huang Qiong [黄琼] aceitou subornos e pediu à direcção superior que autorizasse estrangeiros a estabelecerem-se em Haojing'ao. Desde então, aqueles estrangeiros pagaram anualmente impostos num valor de vinte mil taéis de prata e construíram casas, umas atrás das outras. O problema mais grave era que eles se conluiavam pouco a pouco com os fora-da-lei do interior. Por exemplo, tanto a entrada como a saída das suas embarcações contavam com a protecção daqueles malvados. No 34º ano do reinado de Wan Li, chegaram ao extremo de construir na Ilha Verde uma igreja de seis ou sete *zhan* de altura, e muito mais majestosa do que os templos chineses. O governador do distrito pediu a destruição dela, mas este pedido não foi aprovado. No 42º ano do reinado de Wan Li (1563), foi estabelecido o quartel-general [can jiang fu, 参将府] em Yongpoying, para onde foi transferido um comandante de forças armadas fronteiriças e foram enviados mil guardas. Esta medida desempenhou um papel de controle das acções ilícitas dos estrangeiros, mas o problema nunca foi resolvido no fundamental. — *Registo do Imperador Xi Zong [Xi Zong Shi Lu, 《熹宗实录》]*, vol. 11.

DEZEMBRO DO 2º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O censor imperial [yu shi, 御史] Wen Gaomo [温皋谟] pediu indemnização para os familiares dos mártires que deram a vida num combate a leste de Guangdong (...) e informou ainda:

“As armas de fogo dos estrangeiros em Macau podem ser aproveitadas, mas aqueles estrangeiros não merecem confiança. Por isso, podemos comprar-lhes armas, mas não devemos fazer amizade com eles”. O Ministério dos Assuntos Militares respondeu:

“(...) Investiguem cuidadosamente os canhões dos estrangeiros em Macau. Ouvimos dizer que em Guangdong e Fujian há pessoas que conhecem bem aquelas armas, vocês podem ir convidar algumas delas para ensinarem as técnicas de manejo, não devendo em absoluto empregar estrangeiros. Quanto àqueles estrangeiros que convidámos para a capital, fomos informados de que as supracitadas províncias já os tinham mandado partir e pedimos que os avisem que venham à capital o mais rápido possível”. A directiva foi posta em prática. — *Registo do Imperador Xi Zong [Xi Zong Shi Lu, 《熹宗实录》]*, vol. 20.

JANEIRO DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O ministro dos Assuntos Militares Dong Hanru [董汉儒] respondeu ao memorial do censor imperial sobre a proibição de emprego de estrangeiros e sobre os assuntos administrativos:

“Antigamente, os habitantes eram também os soldados que defendiam a sua terra natal, nunca houve casos de um comandante ter de dirigir um exército para um lugar a vários milhares de *li* de distância, para ajudar os habitantes daquele

lugar na sua defesa. Hoje em dia, aqueles que se atrevem a reunir, à revelia da Corte Imperial, bandidos e outros malvados para provocarem tumultos devem ser severamente castigados. Recentemente, o comandante das forças armadas fronteiriças de Guangdong informou que havia certamente quem recorresse a este meio para recrutar soldados, pelo que exigimos que os decapitem de imediato e exponham as suas cabeças cortadas ao público. Quanto aos soldados recrutados, dispensem-nos. Quanto aos estrangeiros, além dos que já estão oficialmente autorizados a estabelecerem-se, não aprovem a permanência de mais ninguém, de modo a evitar a ocorrência de novos incidentes. Se houver ainda estrangeiros a construir fortalezas e muralhas para nos enfrentarem, mandem-nos parar imediatamente, e se houver alguém a continuar a conluiar-se com os estrangeiros, detenham-no e castiguem-no segundo as circunstâncias dos seus crimes. Entretanto, devemos apelar para que os habitantes e soldados locais se organizem para defenderem a sua terra natal e para que os pais e seus filhos se levantem em protecção dos seus próprios lares, medida que é muito melhor do que o recrutamento de milhares e milhares de soldados. No decorrer deste trabalho, é claramente preciso apelar aos senhores das terras locais para que prestem devido apoio; se algum deles ousar fazer sabotagem, castiguem-no. No final de contas, quanto mais reforçadas as organizações de base, especialmente as *bao* e *jia*, mais em paz viverão os habitantes, e assim os malvados não terão onde se esconder. Sua Majestade Imperial exige que o comandante torne públicos estes éditos e que os aplique na prática. Se se assim fizer, o nosso povo não poderá viver e trabalhar em paz?! E donde se poderão originar agitações?!” A directiva foi levada a efeito. — *Registo do Imperador Xi Zong [Xi Zong Shi Lu, 《熹宗实录》]*, vol. 30.

JANEIRO DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O ministro dos Assuntos Militares e outros oficiais deram a seguinte resposta sobre o tratamento para com os estrangeiros em Macau: “Os canhões estrangeiros ainda precisam de ser usados sob a orientação de estrangeiros. No passado, o censor imperial Wen Gaomo considerou que os estrangeiros não mereciam confiança, mas através da nossa discussão, conforme a instrução da Sua Majestade, considerámos que ainda havia a necessidade de pedir à província que enviasse alguns estrangeiros versados em artes do canhão para a capital e exigimos que viessem o mais rápido possível. Agora, através do nosso exame da capacidade dos 24 estrangeiros que chegaram, verificámos que são, com certeza, especialistas em fundição e manejo de canhões. Cada um deles pode ensinar dez soldados nossos. Então, enviámos metade deles para Shan Haiguan [山海关] e a outra metade foi deixada permanecer na capital, para que nos ensinassem a fabricar e a utilizar aquele tipo de arma. Quanto ao tratamento para com os estrangeiros em Macau, façam-no de acordo com a opinião do inspector [du chen, 督臣] Hu Yingtai [胡应台]. Embora

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

aqueles estrangeiros não possam mudar completamente a sua natureza, já há muito tempo que nos prometeram a fidelidade; em referência ao problema de que os estrangeiros alimentam inevitavelmente segundas intenções, julgamos que os holandeses são piores do que os *fulangjis* de Macau, razão por que pensamos que não será uma boa estratégia castigar a torto e a direito estes estrangeiros que já nos estão sujeitos. Quanto à destruição da igreja, somos de opinião que é difícil mandar destruí-la completamente, pois o edifício já está pronto. Se alguns estrangeiros fazem coisas más, é principalmente porque indivíduos sem lei do interior os têm seduzido. Por isso, para acabar completamente com as actividades de sabotagem dos estrangeiros, é necessário denunciar e punir, em primeiro lugar, os maus elementos do interior. Para cobrir as necessidades de consumo do nosso povo em vestuários e alimentação, é indispensável desenvolver comércio adequado com os estrangeiros. Quanto aos indivíduos que fizerem actividades de contrabando, serão castigados com todo o rigor da lei. Deste modo, acaso a ordem social não poderá assim ser bem reajustada?!” A directiva foi posta em prática. — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《 熹宗实录 》], vol. 30.

DIA DE ABRIL DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

A situação de Liaoning [辽宁] é crítica, e o vassalo favorito do imperador, Li Zhizhao [李之藻], sugeriu ao imperador: “Para acabar com a situação de crise e alcançar a vitória, é preciso contar com armas avançadas. Fui informado de que os estrangeiros em Macau têm canhões do Atlântico que são muito poderosos e misteriosos, pelo que considero que é conveniente enviar oficiais para comprarem alguns. Mas, se só comprarmos aquele tipo de arma e ninguém de nós souber fabricá-la e usá-la, também não nos servirá para nada. Sugiro que, através do comandante das forças armadas fronteiriças de Guangdong, mandem vir à capital alguns estrangeiros versados em fundição daquele tipo de armas e os acolham o melhor possível.” Mais tarde, o Ministério dos Assuntos Militares emitiu um documento sobre o assunto. O vice-rei de Guangdong e de Guangxi [liang guang zong du, 两广总督], Hu Yingtai, enviou Zhang Xi [张熹] acompanhado de sete especialistas estrangeiros, um seu chefe e uma comitiva de dezasseis pessoas para a capital. — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《 熹宗实录 》], vol. 33.

DIA XINWEI DE ABRIL DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O ministro dos Assuntos Militares Dong Hanru e outros oficiais apresentaram ao imperador o seguinte relatório:

“Tendo percorrido oito mil *li*, os *fulangjis* chegaram ao nosso império e prometeram-nos fidelidade e obediência. Todos eles são versados em artes de fabrico e utilização de armas de

fogo, sendo os seus canhões especialmente poderosos e misteriosos. Se convidarmos um deles a vir, poderá ensinar dez dos nossos soldados; se nós soubermos fabricar este tipo de arma e se os nossos soldados souberem usá-la, poderemos derrotar qualquer inimigo. Agora, chegaram já à capital sete especialistas estrangeiros, um responsável pelas relações exteriores e outros dezasseis acompanhantes. Consideramos que é preciso conceder-lhes audiência segundo a cerimónia conferida aos embaixadores que vêm pagar tributos, oferecer banquetes em sua honra e dar-lhes grandes quantidades de moedas de prata em sinal do nosso acolhimento caloroso. Vamos enviar de imediato pessoas para aprenderem com eles a fabricar canhões e pólvora, os quais, uma vez formados, serão mandados para Shan Haiguan e outros lugares estratégicos.” O imperador aprovou a proposta. *Ibid.*

DIA XINWEI DE ABRIL DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O ministro dos Assuntos Militares e outros oficiais apresentaram as seguintes propostas relativas ao assunto dos estrangeiros em Macau ensinarem a utilizar armas de fogo:

1. É preciso elevar a vigilância contra a espionagem, fortalecer a guarda no local de treino e não permitir que estranhos entrem nele, de modo a evitar a revelação do segredo.

2. É preciso reforçar a administração e o controlo: só permitir que monitores e interessados entrem pela porta para o campo de treino; escolher cem pessoas capacitadas para que aprendam com os especialistas estrangeiros as técnicas de fabrico de pólvora e utilização de armas de fogo; e designar dois oficiais para supervisionarem o trabalho.

3. É conveniente prestar aos estrangeiros um tratamento privilegiado, sendo os respectivos gastos reembolsados em moedas de prata anteriormente premiadas por Sua Majestade Imperial; quanto aos pagamentos para compra de materiais como nitrato e enxofre, é preciso criar um orçamento especial.” Estas propostas foram aprovadas pelo imperador. — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《 熹宗实录 》], vol. 33.

DIA YIWEI DE MAIO DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

O ministro inspector de Zhejiang, Peng Kunhua [彭鲲化], sugeriu ao imperador: “Originalmente, a China era versada em armas de fogo, e hoje em dia os estrangeiros de Macau vieram transmitir as suas técnicas de fabrico e manejo. Nestas circunstâncias, é-nos conveniente exigir aos responsáveis que organizem o nosso pessoal para o fabrico daquele tipo de armas segundo o modelo existente, e depois, com base na experimentação, distribuir essas armas por desfiladeiros fronteiriços, a fim de fortalecer a nossa defesa nacional.” Mais tarde, recebeu o édito imperial: “Quanto às sugestões que tinha apresentado, já mandei os departamentos interessados porem-nas

THE FOUNDING OF MACAO II

plenamente em prática.” — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《熹宗实录》], vol. 34.

AGOSTO DO 3º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1623)

Na experimentação de canhões novos foram mortos um estrangeiro e um chinês. O departamento competente mandou indemnizar generosamente os seus familiares. — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《熹宗实录》], vol. 37.

ABRIL DO 5º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1625)

O vice-rei de Guangdong e de Guangxi, He Shijin [何士晋], apresentou ao imperador um relatório em que diz que os estrangeiros que ocuparam Haojing [濠镜 Macau] se manifestaram muito belicosos num espaço de tempo bastante longo, e os nossos oficiais interessados tomaram uma série de medidas para os enfrentar. Agora, os agentes inimigos já foram reprimidos e os estrangeiros em Macau já prometeram a sua obediência à Corte Imperial, manifestando a vontade de destruir as muralhas por eles próprios construídas. Por tudo isto, consideramos que podemos deixá-los permanecer naquele espaço de terra, de modo a contribuir para a nossa defesa contra os invasores holandeses. O imperador leu o relatório e transmitiu-o para o Ministério dos Assuntos Militares. — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《熹宗实录》], vol. 58.

FEVEREIRO DO 6º ANO DO REINADO DE TIAN QI (1626)

O ministro dos Assuntos Militares [bing bu zhu shi, 兵部主事], Sun Yuanhua [孙元化], apresentou ao imperador um relatório sobre o fabrico de canhões ocidentais, em que dizia: “(...) No início, para satisfazer o exercício militar, Xu Guangqi [徐光启] mandou comprar quatro canhões a um comerciante de Macau; depois, conforme a sugestão de Li Zhizhao, foram comprados mais vinte e seis canhões. Entre estes, onze foram mandados para Shan Haiguan, um explodiu e os restantes estão dispostos na capital. Examinando a situação actual, considero que já são suficientes para as necessidades e não é preciso comprar outros.” — *Registo do Imperador Xi Zong* [*Xi Zong Shi Lu*, 《熹宗实录》], vol. 68.

JANEIRO DO 3º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN [崇禎] (1630)

Considerando que João Rodrigues [Luruohan 卢若汉] e outros estrangeiros em Macau, tendo percorrido milhares e milhares de *li* para virem ao nosso país, já se tornaram vassalos fiéis da Corte Imperial, e tendo em mente que eles nos ajudaram a fabricar e a manejar armas de fogo, Sua Majestade Imperial mandou o departamento competente oferecer-lhes moedas de prata.” — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [*Chong Zhen Chang Bian*, 《崇禎长编》], vol. 30.

DIA GENGSHEN DE FEVEREIRO DO 3º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1630)

O vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Wang Zunde [王尊德], apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“No passado, não houve canhões na nossa província, embora deles necessitássemos para acabar com as actividades dos piratas. Então, vimo-nos obrigados a pedir emprestados aos estrangeiros em Macau vinte conjuntos de canhões, entre os quais havia quatro de tamanho grande. Mais tarde, fomos informados de que na nossa província também havia mestres que sabiam fabricá-los e, então, empregámos alguns. Actualmente, segundo uma investigação realizada, reúnem-se em Macau pelo menos vinte a trinta mil malfeitores, vindos de Fujian, que nunca deixam de criar o caos na localidade. E os bandidos de Guangdong que se conluíam com aqueles malvados são também inúmeros, motivo por que os habitantes da província não conseguem viver e trabalhar em paz. Embora anualmente cobremos em Macau vinte mil taéis de prata como imposto da terra, esta receita é ainda insuficiente para a despesa, pois temos lá um posto de guarda dirigido por um comandante da defesa fronteiriça, cujos gastos anuais são consideráveis. Quanto ao comportamento dos estrangeiros residentes naquele território, ora se manifestam obedientes, ora arrogantes. Quanto ao fornecimento de canhões, não consideram que seja uma manifestação da sua fidelidade à nossa Corte, mas consideram que é o resultado de um pedido que a Corte Imperial lhes apresentou. Tudo isto mostra a sua vontade de trair a Corte Imperial, embora já se tenham apoderado de Macau, um dos nossos lugares estratégicos, e estejam autorizados a comerciar naquele território. No passado, o departamento competente de Guangdong firmou um acordo com eles, estipulando que ao entrar na cidade de Cantão [Guangzhou, 广州], não podiam trazer consigo espadas ou sabres, de modo a evitar a ocorrência de incidentes inesperados. Hoje, como foram convidados para ir à capital transmitir técnicas de fabrico e uso de canhões, já podem andar à sua vontade pela capital, levando consigo sabres. Será que isto não é preocupante? Acaso isto não é equivalente a deixar os arrogantes agirem a seu bel-prazer? Além disso, ainda há quem tenha apresentado um memorial para mandar convidar mais trezentos estrangeiros para a capital. Obviamente, este número de estrangeiros não será suficiente para atingir o nosso objectivo de subjugar completamente todos os estrangeiros, mas já é excedente para pôr a capital no caos. O convite a tantos estrangeiros não só conduz a que gastemos muito dinheiro, mas também pode levar o nosso país a uma situação tumultuosa. Dizem que em Guangdong e Fujian há pessoas que são capazes de fabricar aquele tipo de canhões e que sabem muito bem como os carregar e disparar. Segundo o meu cálculo, os gastos logísticos das trezentas pessoas serão inúmeros. Se não convidarmos estas pessoas e utilizarmos os respectivos encargos para fabricar aquele tipo de canhões, poderemos ter muito mais centenas de canhões. Já que as vantagens serão tantas, porque não fazemos isso? Os oficiais e

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

soldados da China são numerosos e muito valentes, porque não fazemos isso? Os oficiais e soldados da China são numerosos e muito valentes, e praticando rigorosos exercícios militares, poderão fazer frente a todos os inimigos dentro e fora do país. No final de contas, o convite a demasiados estrangeiros para irem para o interior do país não poderá senão trazer-nos desvantagens: por um lado, os segredos do nosso interior serão facilmente revelados e, por outro lado, o mundo exterior poderá rir-se da incapacidade da nossa superior dinastia. Além disso, os estrangeiros em Macau acreditam todos no catolicismo, que é uma religião misteriosa, com que lhes é fácil desorientar o nosso povo. Muitos deles acreditam fervorosamente naquela religião perversa em Changan [长安], levando a que noventa por cento das famílias daquela cidade se encontrem influenciadas. Nestas circunstâncias, é provável surgirem a qualquer momento agitações no país. Devemos tirar lições dos tumultos ocorridos no templo de Bailian [白莲]. Ainda nos lembramos de como no reinado de Cheng Hua [成化], os sacerdotes estrangeiros aproveitaram a sua religião perversa para envenenar chineses, foram obrigados pelo departamento do Ministério dos Ritos a regressarem ao seu país; no reinado de Wan Li, Alfonso Vagnoni [Wang Fengsu, 王丰肃] e Pantoja [庞迪蛾], bem como outros estrangeiros, foram expulsos pelo Ministério dos Ritos [li bu, 礼部], segundo um édito imperial, por terem pregado demagogias religiosas na capital. O senhor Xu Guangqi, do Ministério dos Ritos, é versado em artes militares e eu sempre o respeitei, mas hoje chegou ao extremo de ter convidado estrangeiros para a capital, o que me surpreende muito. Até agora, já fundiram duzentos canhões ocidentais. (...) Ainda fundiram mais trezentos de tipo macaense. Dizem que todos estes estão destinados à defesa do nosso império. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen [Chong Zhen Chang Bian, 《崇禎长编》]*, vol. 31

DIA YIHAI DE ABRIL DO 3º ANO
DO REINADO DE CHONG ZHEN (1630)

O ministro-adjunto do Ministério dos Ritos [li bu si lang, 礼部侍郎], Xu Guangqi, apresentou ao imperador um memorial para o autorizar a mandar Jiang Yunlong [姜云龙], João Rodrigues [Luruohan 陆若汉] e Xu Ximan [徐西满] virem levantar a carta de introdução e outros documentos e irem a Xiangshan [香山澳], em Guangdong, para comprarem armas de fogo e convidarem alguns estrangeiros versados em técnicas de canhões ocidentais para virem à capital. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen [Chong Zhen Chang Bian, 《崇禎长编》]*, vol. 33.

MAIO DO 3º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1630)

O director de departamento do Ministério dos Ritos [li ke gei shi zhong, 礼科给事中], Lu Zhaolong [卢兆龙], apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“A experiência histórica mostra que, sempre que a China se apoia nos seus próprios esforços, é respeitada pelo mundo, todas as suas minorias fronteiriças se manifestam obedientes e não há distúrbios provocados pelos estrangeiros. Nunca ouvi dizer que poderíamos fazer viver a capital em paz, com o apoio dos estrangeiros arrogantes. Na nossa dinastia sagrada, os que sabem a fundo sobre as armas de fogo e adoram Qi Jiguang [戚继光], herói nacional contra os invasores japoneses, são inúmeros. Por que temos que os convidar servirem como nossos professores?”

Sou natural de Xiangshan e conheço muito bem os estrangeiros de Macau, que são muito espertos, têm uma natureza muito bárbara e alimentam sempre segundas intenções. Inicialmente, terminado o comércio em Macau, voltavam sempre a ancorar as suas naus nas águas do mar, fora da ilha de Langbai. Mais tarde, estabeleceram-se em Macau a pouco e pouco: primeiro, só montaram barracas para permanecerem temporariamente, mas depois começaram a construir sucessivamente casas de habitação, igrejas, fortalezas, muralhas e uma cidade fortificada. A fim de prevenir a resistência do interior, organizaram as massas populares estrangeiras e acumularam cereais e outros materiais. De vez em quando, introduziam-se de barco no interior do nosso país, onde atacaram o nosso exército, assaltaram habitantes locais, raptaram crianças e pilharam nitrato, enxofre, chumbo e ferro. Hoje em dia, chegámos ao extremo de os convidar para nos falarem sobre Deus e enviamos mesmo embaixadores para estarem com aqueles estrangeiros. Segundo a experiência passada, os nossos embaixadores, sempre que chegam ao destino, aceitam inevitavelmente o suborno dos estrangeiros, o que certamente é a origem de todos os males. Foi justamente por este motivo que ocorreram nos últimos anos uma série de incidentes, que trouxeram graves danos ao povo. E é também por esta causa que sugiro a renúncia da decisão de enviar embaixador. No passado, já apresentei uma proposta similar, a fim de elevar a vigilância contra os invasores japoneses. Actualmente, em diversas cidades do país existe uma crise com agitação provável; por isso, é conveniente adoptar medidas preventivas e, especialmente, não é conveniente deixar estrangeiros permanecerem na capital. Por um lado, para manter as relações de amizade com os estrangeiros e, por outro lado, tendo em consideração que os *fulangjis* vieram de um lugar muito distante, Sua Majestade Imperial pode conceder-lhes excelentes prémios antes de os mandar regressar a Macau.

Há dias atrás, no decurso do transporte de canhões, dois estrangeiros foram esmagados em Zhuozhou [涿州], e considero que é preciso avisar os departamentos competentes que os enterrem através de uma cerimónia especialmente solene, de modo a consolar os colegas dos mortos. Se os *fulangjis* pedirem a construção de mais casas de habitação e fortalezas, bem como a redução de impostos comerciais, é conveniente tratar estes problemas com prudência. Considerando que a Corte Imperial devia estimular os oficiais fiéis a exprimirem suas opiniões e a prestarem atenção à prevenção da possível

THE FOUNDING OF MACAO II

ocorrência de qualquer incidente inesperado, o imperador exigiu que os departamentos interessados discutissem este perspicaz relatório. — *Crônicas do Imperador Chong Zhen* [*Chong Zhen Chang Bian*, 《崇禎長編》], vol. 34.

JUNHO DO 3º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1630)

O director de departamento do Ministério dos Ritos, Lu Zhaolong, apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“Vi recentemente, com os meus próprios olhos, os estrangeiros que tinham vindo dirigir a experimentação de novos canhões andarem com sabres, arcos e flechas nas ruas da capital, o que considero muito preocupante, porque uma vez que haja um pouco de negligência, surgirão incidentes inesperados. Considero que não devemos deixar os estrangeiros ocidentais entrarem no interior da China, pois se eles se encontrarem no interior, poderão roubar as nossas informações internas e ter segundas intenções. Especialmente na capital, se os estrangeiros se reunirem para criar distúrbios, as consequências serão horríveis de imaginar. Mas o Sr. Xu Guangqi apresentou um relatório, em que diz que é preciso distinguir os estrangeiros em Macau dos estrangeiros holandeses: os primeiros são obedientes e os segundos desobedientes. No seu relatório, esforça-se por justificar as acções dos estrangeiros em Macau, mostrando profundos sentimentos de amizade para com eles. No entanto, de todo o exposto no seu relatório, nada pode fazer desaparecer a minha preocupação. Considero que a obediência dos estrangeiros em Macau é falsa e que, por isso, não devemos considerá-los merecedores de confiança. Mesmo que sejam versados em artes de armas de fogo, não podemos convidá-los para o interior.

Concordo com a opinião de Xu Guangqi, de que é indispensável estar alerta contra as intenções ocultas dos holandeses, mas acaso não devemos elevar a vigilância contra a traição possível dos estrangeiros vindos de Macau? Na Corte Imperial há pessoas que consideram que o poderio dos holandeses contribui para o enfraquecimento dos estrangeiros em Macau, ajudando a China a fazer frente aos holandeses, opinião de que discordo: segundo esta lógica, a nossa sagrada dinastia só poderá ser poderosa com o apoio dos estrangeiros de Macau. No relatório que apresentei no passado, disse que se as coisas assim fossem, todo o mundo se riria do nosso grande império, por não ter pessoal capacitado. Podemos usar armas de fogo para resistir ao inimigo, mas talvez seja impossível usá-las para os eliminar totalmente. Ainda há quem diga que aqueles trezentos estrangeiros convidados de Macau podem constituir um destacamento de vanguarda para conter o inimigo. Se as coisas fossem assim de certeza, seriam boas, mas duvido disso. Desde muito pequeno, comecei a ler livros de Confúcio [Kongzi, 孔子] e Mêncio [孟子], e considero que tenho diversos conhecimentos sobre o mundo, mas nunca ouvi falar da religião católica, nem da religião Jing [Nestorianismo] da dinastia Tang. Penso que devemos tirar as devidas lições do incidente ocorrido com a religião de Bailian (Lótus) [Bailian

Jiao, 白蓮教], de modo a impedir a divulgação da religião perversa.

Há ainda um argumento que não percebo: porque é que o Sr. Xu chegou ao extremo de tomar como mestre Matteo Ricci e se preocupa sempre com que a religião perversa não possa ser divulgada? No passado, Jiang Tong [江统] expôs o porquê da expulsão dos invasores estrangeiros e Han Yu [韩愈] expôs o porquê da inutilidade da conservação de relíquias de Buda, motivo por que até hoje o mundo os admira. Nestas minhas exposições, talvez haja pontos unilaterais, mas estou convencido de que o espírito da minha exposição é certo. Gostaria de apresentar estas minhas opiniões a Sua Majestade Imperial, para que sirvam de pontos de discussão ao governo do nosso Estado. Se o Ministério dos Assuntos Militares considerar inviável a minha proposta, e continuar a apoiar-se nos estrangeiros e a deixá-los divulgar a sua religião perversa, o nosso país sofrerá desgraças infinitas. A concluir, gostaria de reafirmar que só considero que os estrangeiros (mas não as armas de fogo) não podem ser aproveitados. Peço a Sua Majestade que permita que o Sr. Guangqi continue a exercer as suas funções, de modo que dentro de dois anos as nossas armas possam ser melhoradas. Não desejo que estas minhas exposições esmoreçam o entusiasmo que Guangqi põe neste assunto.” O imperador exigiu que o Ministério dos Assuntos Militares discutisse o relatório. — *Crônicas do Imperador Chong Zhen* [*Chong Zhen Chang Bian*, 《崇禎長編》], vol. 35.

DEZEMBRO DO 3º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1631)

No dia *bingchen*, o director de departamento do Ministério dos Ritos, Lu Zhaolong, apresentou o seguinte relatório:

“No passado, eu apresentei um relatório, dizendo que os estrangeiros em Macau são astutos e não merecem confiança, enquanto o Sr. Xu Guangqi considerou que só com trezentos daqueles estrangeiros se poderia aterrorizar os maus elementos de todos os cantos e manter o país em paz, enviando, por isso, o oficial militar Jiang Yunlong para Guangdong, para convidar aquele tipo de estrangeiros. Mas os estrangeiros daquela província não só aceitaram de imediato o seu convite, como também apresentaram uma série de requisitos severos. Nessas circunstâncias, Xu teve de procurar o apoio de diversas partes. No início, Haojingao fazia parte do distrito de Xiangshan, depois foi ocupado pelos estrangeiros que aí construíram descaradamente casas de habitação, muralhas e fortalezas, onde dispuseram as suas forças armadas. Mais tarde, sob as ordens do governo chinês, eles viram-se obrigados a começar a destruir aquelas construções, mas afinal a parte destruída não atingiu nem metade do conjunto das construções. E actualmente, em resposta ao convite de Xu, chegaram ao extremo de apresentar o seguinte requisito: só quando todas as ruínas forem recuperadas, poderão aceitar o convite de enviar as suas trezentas pessoas. No passado, foi mandado do interior para lá um comandante, para dirigir os assuntos de defesa fronteiriça da

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

localidade. Hoje em dia, exigem com ameaças de reterem o comandante e os soldados. No passado, foram criados postos de guarda para prevenir a entrada ilegal dos barcos estrangeiros e as actividades de conspiração dos agentes inimigos. Hoje em dia, exigem com ameaças de deixar de vigiar e de intervir. Além do mais, exigem ainda que lhes permitam comprar mais milhares de *dan* de cereais e lhes reduzam anualmente dez mil taéis de prata do imposto da terra. Por um lado, ocupam aquela parcela de terra e, por outro, não querem pagar impostos da terra. Se as suas exigências forem satisfeitas, aquela terra será ainda nossa? Não, obviamente!

Perto da cidade de Cantão há uma vila litoral. No passado, quando estava ocupada por Huang Xiao [黄萧], Zeng Yiben [曾一本] e outros piratas e bandidos, eles exigiram que os autorizassem a construir lá acampamentos. Yunlong chegou ao extremo de, por um lado, consentir secretamente a sua exigência e, por outro lado, exercer pressões sobre os seus subordinados para que agissem de acordo com a sua tentativa. O que é satisfatório é que finalmente a exigência não razoável dos bandidos ficou em vão, graças à oposição de Wang Zunde [王尊德], um dos comandantes da defesa fronteiriça litoral. Hoje em dia, nós também não devemos aceder à exigência insensata dos estrangeiros de Macau. Ouvi dizer que aqueles estrangeiros exigiram que concedessem a cada uma das trezentas pessoas a enviar para a capital trezentos taéis de prata como pagamento para a instalação de suas famílias. Ouvi dizer ainda que até ao final de Julho já lhes tinham pago sessenta mil taéis de prata e posteriormente lhes pagariam o restante. Apesar disso, um mês mais tarde, ou seja, até ao fim de Agosto, também não aceitaram o convite e continuaram a apresentar as suas exigências ameaçadoras. Ao corrente desta notícia, Wang Zunde ficou muito indignado e pouco depois morreu de aflição. Actualmente, todo o povo de Guangdong tem saudades de Zunde e alimenta ódios acerbos para com Yunlong. Perante esta situação, Yunlong e os estrangeiros de Macau partiram, apressadamente, para o Norte. Ouvi dizer que eles já chegaram a Jiangxi e já receberam custas de viagem num valor de sessenta mil taéis de prata. O percurso de Cantão para Jiangxi leva geralmente quinze dias e os gastos necessários para a viagem neste troço de percurso não chegam a três mil. Se agora os mandarem cessar a viagem, o resto daqueles fundos deve ser devolvido ao tesouro do Estado. Ouvi dizer ainda que daqueles fundos os estrangeiros só receberam metade e Yunlong se apoderou de todo o resto. Sugiro que designem o comandante das forças armadas do Leste de Guangdong para tratar do assunto, a fim de fazer Yunlong e os estrangeiros devolverem os restantes fundos. Gostava de reafirmar que não devemos autorizar, em absoluto, os estrangeiros a reconstruir as fortalezas e muralhas já desfeitas, aumentar novos postos de sentinela estrangeiros e armazenar mercadorias, sob qualquer pretexto, na margem oposta do troço do rio da Pérola [Zhu Jiang, 珠江] em Cantão. Sempre que apliquemos o princípio de se distinguirem os chineses dos estrangeiros e defendamos

com persistência o poderio e a majestade da lei, não ocorrerão desgraças inesperadas no nosso país.”

O imperador mandou o ministro inspector em Guangdong investigar a razão de os estrangeiros terem apresentado diversas exigências intoleráveis. Mandou ainda demitir imediatamente do cargo Yunlong. E quanto ao crime de ter dividido ilegalmente aqueles fundos públicos, o imperador instruiu que o ministro inspector o investigasse e, com base nisso, apresentasse um relatório. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [*Chong Zhen Chang Bian*, 《崇禎長編》], vol. 41.

FEVEREIRO DO 4º ANO DE CHONG ZHEN (1631)

O director de departamento do Ministério dos Ritos, Lu Zhaolong, apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“De acordo com o memorial dos principais ministros, Sua Majestade Imperial decidiu não autorizar a entrada dos estrangeiros convidados de Macau na capital, o que agradou a todos os funcionários da corte imperial, excepto ao inspector Sun Yuanhua [孙元化], que até agora persiste em convidar aqueles estrangeiros para Pequim. O que não compreendo é o seguinte: porque continua Yuanhua a insistir na sua opinião? Como um dos importantes funcionários que granjeia a confiança de Sua Majestade, porque desafia a sua vontade? É claro que os nossos soldados devem ser treinados e os armamentos do nosso exército devem ser melhorados, mas porque temos que apoiar-nos apenas nos estrangeiros vindos de longe e nas armaduras e canhões daqueles estrangeiros para atingirmos o nosso objectivo? Se não nos apoiarmos nas nossas próprias forças neste aspecto, o mundo exterior rir-se-á de nós, sem dúvida alguma. Penso que o Sr. Yuanhua deve lembrar-se ainda dos incidentes ocorridos nos reinados de Wan Li [万历] e Tian Qi [天启], quando se ouviam frequentemente casos resultantes das segundas intenções dos estrangeiros de Macau. Os actos criminosos que os estrangeiros de Macau cometeram naqueles períodos estão todos oficialmente registados, embora Yuanhua ainda hoje continue a dizer que o incidente ocorrido há quase setenta anos ainda precisa de ser investigado novamente. O facto é que, de há longo tempo, os *fulangjis* permanecem sempre em Macau de Guangdong, não se cansando de nos apresentar exigências com ameaças. Por exemplo, eles já nos obrigaram a reduzir-lhes dezenas de milhares de taéis de prata nos impostos. Além disso, eles próprios ainda prepararam muitos armamentos e acumularam grandes quantidades de cereais e dinheiro. Fazendo tudo isso, acaso eles não alimentam intenções inconfessáveis de nos enfrentar ainda mais? — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [*Chong Zhen Chang Bian*, 《崇禎長編》], vol. 43.

MARÇO DO 4º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1631)

O padre João Rodrigues da Companhia de Jesus [Yesu Hui, 耶苏会] foi mandado ir à capital, para uma entrevista com o imperador. Antes disso, Luruohan tinha sido instruído

THE FOUNDING OF MACAO II

para reunir um grupo de especialistas em fabrico de canhões, juntamente com outros trezentos acompanhantes estrangeiros, para dirigi-los para a capital. Levando consigo quatrocentos *liang* de prata para gastos de viagem, eles partiram de Guangdong e chegaram até Jiangxi [江西]. Mas, nesse momento, receberam um édito do imperador para que deixassem de avançar e regressassem ao lugar de partida, com a excepção de Luruohan, que, segundo o édito imperial, devia continuar a viagem. Depois da sua chegada à capital, entregou à Corte Imperial as armas que tinha trazido, incluindo armaduras, sabres e canhões, e foi recebido pelo imperador. Durante o encontro, Luruohan declarou ao imperador que eles nunca tinham exigido com ameaças que a corte imperial retirasse o comandante do posto de defesa fronteiriça em Macau, pedindo que o imperador os perdoasse e os autorizasse a consolar os habitantes em Macau. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [Chong Zhen Chang Bian, 《崇禎長編》], vol. 44.

ABRIL DO 5º ANO DO REINADO DE CHONG ZHEN (1632)

O ministro dos Assuntos Militares, Xiong Mingyu [熊明遇], apresentou ao imperador o seguinte relatório:

“Os estrangeiros vindos de Macau manifestaram a sua fidelidade à nossa corte nos dias do seu apoio a Liaoning na defesa do distrito de Zhuoxian [涿县], onde o combate durou cinco anos inteiros. O monitor Ruofudeng [transliteração fonética — N. do T.] foi enviado à frente, tendo dirigido os artilheiros na resistência aos invasores. Infelizmente, a cidade distrital foi no final ocupada pelo inimigo, enquanto Gongshadi, Luweilue, e outros dez soldados deram a vida, ficando outros quinze feridos no combate. Considero que o Estado deve elogiar e premiar todos os militares que se distinguiram no combate, indemnizando generosamente os familiares dos mártires. Sugiro ainda que conceda a Gongshadi o título honorífico de adjunto de brigadeiro [can jiang fu tong ling, 参将副统领], a Luweilue o título honorífico de grande mestre de artilharia [you ji chong shi, 游击銃师], a Fulang Aranda o título honorífico de major [shou bei, 守备], e a Jianban Fansi, Guehonglue, Gonçalo, Anni, Arguer, Chazon, António e João Pedro os títulos honoríficos de chefes de batalhão [ba zong, 把总], além de conceder respectivamente dez *liang* de prata às mulheres deles. Quanto aos estrangeiros participantes no combate, que ainda estão vivos, sugiro que

dêem a cada um deles dez *liang* de prata como despesas de viagem e mandem João Rodrigues acompanhá-los de regresso para Macau. Quanto a Rodrigues, considerando que ele se distinguiu no combate, sugiro que o premeiem com privilégios, oferecendo-lhe um traje de oficial chinês e concedendo-lhe fundos suficientes para toda a viagem de regresso a Macau. Além do mais, proponho ainda que escolham em Macau mais dez peritos estrangeiros para que se desloquem à capital para ensinarem técnicas de fabrico e manejo de canhões. Deste modo, por uma parte poderemos consolar e agradar aos estrangeiros e, por outra parte, poderemos aprender com eles os pontos fortes.” O imperador considerou que todos essas sugestões podiam ser adoptadas. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [Chong Zhen Chang Bian, 《崇禎長編》], vol. 58.

SETEMBRO DO 5º ANO

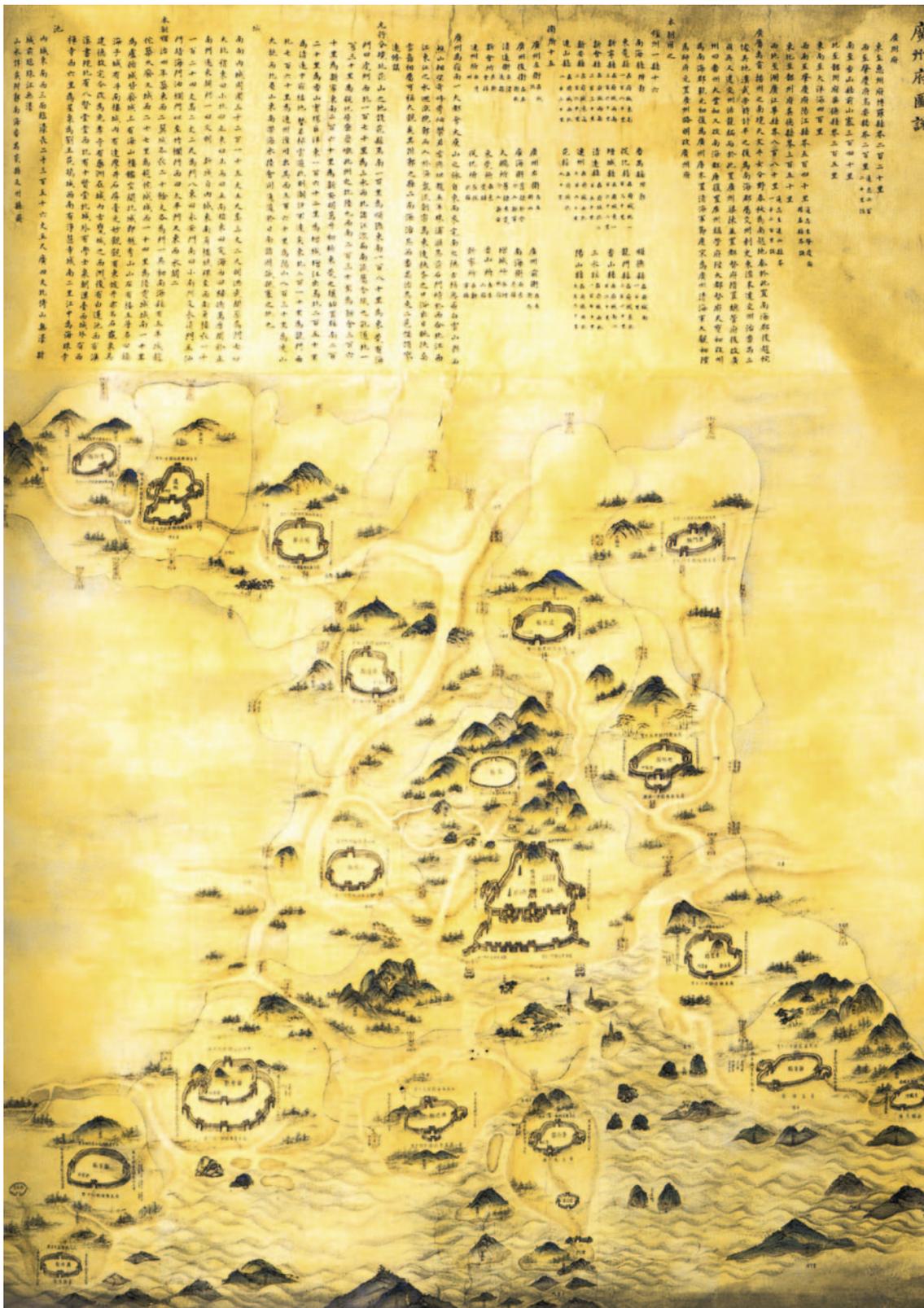
DO REINADO DE CHONG ZHEN (1632)

O vice-rei de Xuanda [xuan da zong du, 宣大总督], Zhang Zongheng [张宗衡], apresentou ao imperador um relatório relativo ao número de canhões já fabricados, em que diz:

“No passado, já se fabricaram cem canhões grandes e cem canhões pequenos, todos de tipo *frangue*. Desta vez, foram fabricados mais cem canhões grandes e seiscentos canhões pequenos, também do tipo *frangue*, assim como cento e cinquenta canhões pequenos de outro tipo ocidental, cem canhões ‘Mielu’, cem escopetas de caça e outras cem espingardas de ‘três olhos’. Todos estão em experimentação. Além de que há ainda mais cem canhões de tipo ocidental, de tamanho pequeno, fabricados em Shanxi [山西], que ainda estão a ser transportados para a capital. Em resumo, até agora, foi fabricado um total de 2250 canhões de diversos tipos; os materiais necessários ao fabrico vieram todos de Yanghexie [阳和歇]. Já mandei o departamento responsável pela fundição verificar as contas, reembolsar as despesas justas e tratar adequadamente o resto dos cereais e do dinheiro. — *Crónicas do Imperador Chong Zhen* [Chong Zhen Chang Bian, 《崇禎長編》], vol. 63. **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (Nr. 26). Traduzido por Huang Huixian.

Nas páginas seguintes: Carta de Macau, séc. XVII (a cores sobre tela envernizada, 101x185 cm). Orientada a leste (topo), esta carta mostra com detalhe e técnicas panorâmicas toda a península de Macau, ao sul da porta do cerco, inclusive a sede do governo, fortes militares, igrejas, casario e ruas. Os nomes são escritos em caracteres manchus. O título da gravura, no verso da tela, não é totalmente perceptível. A *Colecção de Cartas do Ministério do Interior da Dinastia Qing* [清内务府造办处舆图房图目] dá conta de “...uma carta de Macau, pintada a óleo em tela, 3,2 *chi* na vertical, e 5,8 *chi* na horizontal, com letras da Manchúria...”, referindo-se provavelmente a esta pintura que, assim sendo, deverá remontar aos primórdios da dinastia Qing.



Esta carta a cores em papel foi produzida em 1685, primórdios da dinastia Qing, com o formato de 143x103 cm. As legendas do mapa descrevem a divisão administrativa da prefeitura de Cantão e as vias de acesso a diversas localidades próximas; a origem e a evolução da prefeitura, as montanhas e os rios; os municípios, distritos e as guarnições sob sua jurisdição. É visível uma estrada entre Chin San e Macau. A sul, a montanha Hau Keng Ou, coberta de árvores e rodeada de águas ondulantes.

Referências Históricas Relativas a Macau nos *Relatórios de Cantão*

TANG KAIJIAN*

INTRODUÇÃO

Parte dos dados históricos sobre Macau estão incluídos na *História da Dinastia Ming* [*Ming Shi*, 《明史》] e no *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*, 《明实录》], mas os restantes encontram-se principalmente em colecções literárias, ensaios ou histórias não-oficiais da dinastia Ming. Com os esforços de pesquisa e compilação levados a cabo, durante dezenas de anos, por eruditos chineses e estrangeiros, a maioria dos materiais da história de Macau foram já encontrados e utilizados. Não é fácil encontrar documentos novos. Entretanto, ao ler recentemente os *Relatórios de Cantão* [*An Yue Shu Gao*, 《按粤疏稿》], da autoria de Tian Shengjin [田生金], da dinastia Ming, consegui descobrir alguns materiais sobre Macau, nunca citados por outros, o que muito me entusiasmou.

Sobre Tian Shengjin, a *História da Dinastia Ming* não inclui nenhuma referência, nem a *Crónica Geral de Guangdong* [*Guangdong tong zhi*, 《广东通志》], de modo que não se sabem as datas do seu nascimento ou falecimento, nem os cargos que ocupou, nem os feitos que realizou. Segundo o *Registo do Imperador Shen Zong da Dinastia Ming* [*Ming Shen Zong Shi Lu*, 《明神宗实录》] e os *Relatórios de Cantão*, ocupou o cargo de inspector imperial de Cantão entre 1615 (ano 43 Wan Li [万历]) e 1619 (ano 47 Wan Li),¹ e trabalhou, com muito mérito, com dois vice-reis de Guangdong e de Guangxi [广西], Zhang Minggang [张鸣冈] e Zhou Jiamo [周嘉谟]. Zhou Jiamo escreveu:

“O Sr. Tian, de Shuangnan [双南], entrou em Cantão determinado a dominar e sanear a situação, de modo que os grandes mandarins locais avisaram-se uns aos outros para não cometerem transgressões... Como governador, ele dedicou-se a visitar os velhos, conhecer os hábitos e costumes, preocupar-se com os

sofrimentos, verificar as injustiças das sentenças passadas, reduzir os impostos, eliminar os males, louvar os bons exemplos e confortar as vítimas das calamidades. Era como se fosse uma brisa morna e chuva oportuna, ou leite que alimenta a criança, aquecendo o povo com o calor do seu próprio corpo”.²

Tian Shengjin deixou duas obras: a primeira, intitulada *Ditos Populares de Zhu Xia* [*Zhu Xia Chu Yan*, 《柱下刍言》], e a segunda, *Relatórios de Cantão*. A primeira reúne 17 relatórios escritos quando ocupava um cargo em Xitai [西台] e a segunda foi escrita em Cantão, no desempenho das suas funções. Esta última divide-se em 6 volumes, compreendendo 103 relatórios enviados à Corte, alguns dos quais relatam assuntos relacionados com Macau.

I. RELATÓRIO PARA PEDIR O PREENCHIMENTO DE VAGAS

Trata-se de um relatório enviado à Corte, pedindo o preenchimento das vagas do cargo dos mandarins responsáveis pela defesa marítima (aitão [*haidao*, 海道]) e pelo monopólio de sal [Yan Dao, 盐道]. No primeiro volume escreve:

“Cantão está toda rodeada de água, sendo conhecida como coito de bandidos, desde tempos remotos. No interior, existem inúmeros braços de rios e golfos, assim como vilas e aldeias. Para além de Humen [虎门], navega-se para leste até à Província de Fujian [福建] e para oeste até aos países estrangeiros, como o Japão, o Sião, Champá, o Bornéu e outras ilhas do Mar Ocidental. Eis porque se instalou o aitão... A defesa marítima de Cantão foi visivelmente melhorada com os reforços empreendidos por Yu Anxing [喻安性]. Porém, depois da sua promoção e de ir trabalhar para a Corte, o cargo permaneceu vago cerca de um ano. Além disso, tendo Macau como base de apoio, os *fulangjis* espreitam-nos, enquanto os bandidos japoneses, aproveitando os ventos e as ondas do mar, tentam invadir-nos; os que ainda não andavam por ali, preparavam grandes barcos, para entrarem um dia no rio das Pérolas [珠江]. São bandidos vindos de

*[汤开建] Professor catedrático do Instituto de Documentação Histórica e Cultural Chinesa, subordinado à Universidade Jinan, de Cantão.

Professor at the Institute of Chinese Historical and Cultural Documents, Jinan University.

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

outras províncias, que em conluio com malfeitores locais vão e vêm por mar. Os menores assaltam ou roubam, enquanto os mais velhos podem constituir ameaças latentes”.

O fortalecimento da defesa marítima por Yu Anxing deve referir-se ao que ocorreu entre os anos 41 e 42 Wan Li (1613-1614), quando veio a Macau para controlar os portugueses de Macau. Segundo a *Crónica do Registo de Heong San* [*Xiangshan Xian Zhi*, 《香山縣志》], volume 10:

“No ano 41 Wan Li, o aitéo Yu Anxing, tendo pedido autorização dos dois ministérios, instalou uma lápide de pedra, proibindo os *fulangjis* de Macau de abrigarem bandidos japoneses.”³

Segundo a mesma fonte, a regulamentação de cinco proibições, promulgada no ano 42 Wan Li, foi gravada numa lápide de pedra colocada no salão de reuniões do Leal Senado. Os *fulangjis*, aqui referidos, eram os portugueses de Macau.

II. RELATÓRIO DE CENSURA

Trata-se de um relatório enviado à Corte com o fim de censurar os mandarins encarregados da defesa marítima (aitão) e do monopólio de sal [Yan Dao], assim como o mandarim encarregado do controle dos navios mercantes [Superintendência dos Navios Mercantes, *shi bo ti ju si*, 市舶提举司]. Encontra-se no volume 1 desta obra:

“Quanto ao cargo de aitéo, o oportunista Fan Jiansheng [范监生] aproveitava-se das taxas dos barcos de Macau, enriquecendo, enchendo as bolsas de prata. Assim, como se pode proibir os comerciantes de beneficiarem do contrabando? Outro oportunista, Gong Yi [龚易], dispendo de barcos, tem as suas salas cheias de sândalo e marfim. Neste caso, como se pode proibir as actividades dos parentes dos mandarins que se protegem com tais relações de parentesco? E ainda, o comandante das sentinelas não vê o que acontece, não verifica se há barcos que passam, não controla as conspirações dos desonestos locais em Macau. Dessa forma, a defesa marítima é nula. Então, como se pode apaziguar o interior do império?”

Em finais do reinado de Jiajing [Jiajing (1796-1820), 嘉靖] e primeiros anos do reinado de Long Qing [隆庆], o vice-rei de Guangdong e de Guangxi [*liang guang zong du*, 两广总督], Wu Guifang [吴桂芳], propôs que a jurisdição do aitéo compreendesse a

região entre Dongguan [东莞] e Qiongzhou [琼州], fiscalizando os navios mercantes estrangeiros.⁴ Desde então, o aitéo tornou-se, na prática, o principal mandarim encarregado da administração de Macau. Este relatório de Tian Shengjin visava censurar os mandarins da defesa marítima pela negligência nas funções e pela corrupção. Por “oportunistas”, entendiam-se os que, aproveitando-se das relações com os mandarins, obtinham riquezas e mercadorias, ou seja, chineses como Fan Jiansheng e Gong Yi, que ajudavam os armadores portugueses de Macau e outros comerciantes estrangeiros a subornar os mandarins da defesa marítima. Este relatório de Tian Shengjin demonstra-nos que, subornando os mandarins da defesa marítima, os navios mercantes dos portugueses de Macau obtinham lucros fabulosos, o que nos é dado entender também pelas palavras acima referidas como “enchendo as bolsas de prata” e “têm as suas salas cheias de sândalo e marfim”. Ao demitirem-se das suas funções de mandarins da defesa marítima, não se conseguia impedir os comerciantes de praticarem contrabando, não havia quem dominasse o conluio dos desonestos locais, em Macau. Em suma, só havia aitéo e não defesa marítima.

III. RELATÓRIO SOBRE A DEFESA MARÍTIMA

Este relatório, também incluído no *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 557, foi enviado à Corte junto com o do vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Zhou Jiamo, em Maio do ano 45 Wan Li (1617). Os termos dos *Relatórios de Cantão* são um pouco diferentes do *Registos da Dinastia Ming*. Vejamos o volume 3:

“Cantão está banhada pelo mar. No mar interior, os bandidos juntam-se com frequência. Para além de Humen e Yamen [涯门], é o imenso mar. Grupos de bandidos chegam de surpresa. É difícil defendermo-nos deles. Além disso, os maus elementos de Macau vivem e proliferam todos os dias, sendo difíceis de dominar, o que nos obriga a reflectir. A leste de Cantão ficam Huizhong [惠州] e Chaozhou [潮州], a oeste fica Gaolianlei [高廉雷], e a sudoeste, Qiongzhou. Nos imensos mares, os navios vão e vêm, podendo chegar a qualquer lugar. Temos de nos prevenir contra os estrangeiros no Oeste e defendermo-nos da Cochinchina, pois, entretanto, os bandidos do interior não cessam de agir à solta, conseguindo esconder as

THE FOUNDING OF MACAO II

suas forças armadas nesses mares, de maneira que a vigilância não deve estar voltada exclusivamente contra os bandidos nipônicos...

Os estrangeiros de Macau que se encontram na nossa terra são de outra etnia, alimentando inevitavelmente intenções diferentes das nossas. Além disso, os astutos e traidores agem clandestinamente, não podendo ser ignorados. Como os da Corte comentam estes factos! Eis o que deve ser discutido hoje. Logo que transferiu a sua sede para a capital provincial, o mandarim elaborou, junto comigo, uma tabuleta de interdições, mandando o mandarim do Distrito chamar o chefe dos estrangeiros para que viesse estabelecer um compromisso para garantir a sua obediência a tais proibições. Eu e os meus colegas realizámos repetidas consultas com os responsáveis dos diversos departamentos do governo e ouvimos as opiniões dos cavalheiros e anciãos locais. A maioria destes sustenta que neste momento difícil não se devem tomar iniciativas levianamente. Só um ou dois em cada dez falaram em expulsá-los ou eliminá-los. E dizem ainda que o povo só pensa nos seus próprios interesses e precisa de ser educado. Referem, também, que não há nada que compense os vinte mil taéis dos pagamentos dos estrangeiros. Eu e os meus colegas reflectimos e tendemos a concordar com estas ideias. Diante da nossa imensa província de Cantão, aquela gente não passa de uns filhotes isolados e ratos podres; e aqueles pagamentos não são mais que um pêlo em nove bois. Entretanto, estes maus elementos moram a dezenas de milhares de *li* de distância da sua terra e já vivem em Macau há 60 anos. Nasceram aqui, aqui têm casas e cemitérios, as suas mulheres e filhos, os seus bens e riquezas, e aqui têm vivido perfeitamente bem. Se quisermos expulsá-los, eles poderão ir-se embora tão facilmente? Poderemos garantir que eles, movidos pela saudade, não voltariam? Se quisermos eliminá-los, então, como cada erva e cada árvore é uma vida do Céu, matar milhares de vidas sem motivo, contraria a harmonia entre o céu e a terra. Neste mundo próspero do Imperador, seria conveniente enterrar tanta gente? E, ainda mais, quanto à localização, Macau não passa de um pontinho, sem terra para cultivar nem pontos estratégicos para a defesa; a alimentação quotidiana depende toda de nós, caso este que não se pode comparar com o das cinco etnias nómadas, que, dispondo de inúmeras fortalezas de importância estratégica e de muitos soldados, nos perturbariam a



Nesta e nas páginas seguintes, várias representações de estrangeiros extraídas da obra *Dong Yi Tuo Shuo*, dinastia Ming (1586).

qualquer hora. Macau só tem um caminho de apenas uma braçada de largura para subir até ao distrito de Xiangshan [Heong San, 香山]. Aí fica uma fortaleza que se chama Porta do Cerco. Fechada esta porta, nem lobos nem porcos têm outra via para entrarem. Além disso, eles já consideram Macau como terra natal e querem permanecer aqui mais cem anos. Nesse caso, como poderiam deixar o seu covil e ir rumo à morte? Se, por acaso, conspirarem para cometer uma ousadia, o Império Celestial irá puni-los com o seu imenso poderio militar, e eles ficarão intimidados só de ouvir a notícia.

Há quem diga que eles têm acumulado cereais e contam com fortalezas muito sólidas, e que seriam indispensáveis poderosas tropas para vencê-los. Parece esta também uma preocupação desnecessária. Como mandarins encarregados da defesa fronteiriça, eu e os meus colegas não nos atrevemos a tergiversar sobre os factos, nem a garantir que a situação não se altere durante cem anos. Porém, hoje, a situação é essa mesma. Pela conversão de muitas geadas em gelo grosso

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

e pela falta de chuva nas terras cultivadas, eu e os meus colegas não relaxamos a nossa preocupação nem um dia. Com o grande prestígio do Filho do Céu, guardamos as fronteiras, vigiando os diversos forasteiros. A fonte das coisas não está na fronteira, mas sim na Corte. Tomemos Pang Diwo [Diego de Pantoja, 庞迪我] como exemplo. A sua religião não conseguiu propagar-se em Cantão, mas pode encantar personalidades das duas capitais do país. O povo está

Em termos gerais, o conteúdo deste relatório é igual ao do “Registo do Imperador Shi Zong” da Dinastia Ming, mas muitos trechos do relatório foram omitidos nos Anais, sobretudo os dados acerca de Macau ou relacionados com Macau.

acostumado a isso e não se surpreende, e até há os que a estimam como uma preciosidade. Se Sua Majestade atender aos pedidos dos ministros do Sul e do Norte, expulsando-os definitivamente, mandando sob escolta para Cantão os que vieram à Capital, nós os interrogaremos sobre as vias que tiverem seguido, e puniremos os oficiais e soldados que os ajudaram. Dessa forma, ficarão desanimados nas suas intenções e a sua religião forasteira extinguir-se-á por si só. Perdendo o apoio, como poderiam fomentar agitações e abrigar bandidos? E um punhado de gente como os estrangeiros de Macau poderia constituir ameaça?

Percebo que os bandidos nipónicos atacam com as monções, nomeadamente na Primavera e no Inverno. Mas, sem os traidores do interior do país servirem clandestinamente como guias, eles não se atreveriam a entrar. Por exemplo, as desgraças causadas pelos bandidos nipónicos foram maiores durante o reinado de Jiājīng, e os chefes dos bandidos, como Xu Hai [许海], Zhang Lian [张琏] e outros, eram todos chineses. Isto já se verificou no passado. Nos últimos tempos,

traidores de Fujian e Cantão dedicam-se a tais actividades como profissão, conluindo-se com os bandidos nipónicos em transgressão à lei. É difícil obter algumas pistas deles, pois vão e vêm, sem regra. Recentemente, eu e meus colegas conseguimos prender verdadeiros criminosos que se conluíavam com os nipónicos. Alguns deles voltaram com barcos cheios de provas de crime, e outros que estavam prontos a ir ao mar tinham grandes depósitos de mercadorias nipónicas. O interesse leva tais elementos a apressarem-se a correr riscos de morte. Macau é um pontinho com muitos bandidos, mas não é um lugar de grande concentração de bandidos nipónicos; a verdade é que os traidores que passaram para o lado de Macau procuram semear discórdias e pretendem dar a Macau a aparência de um esconderijo de nipónicos. Trata-se de uma manobra face à qual devemos estar alerta!

“Foi confirmado que o *tong zhi* [subprefeito, 同知] da Defesa Marítima de Cantão havia sido instalado no primeiro ano Wan Li. Tinha sede em Yongmo, mas posteriormente, como o mandarim do monopólio de sal passou a acumular a missão do controlo dos navios mercantes, renunciou ao cargo e voltou à capital provincial. Agora, pensa-se em instalar a sede do mesmo mandarim nessa mesma localidade, para que ele, em colaboração com o comandante, treine os soldados e reforce a fiscalização. Nas rotas marítimas só se permite o transporte de arroz e vinho, e inspeccionam-se os barcos estrangeiros para que não possam levar nenhum bandido nipónico; nas vias terrestres, a Porta do Cerco só se pode abrir duas vezes por dia. Quanto à entrada de comerciantes estrangeiros em Cantão, deve-se limitar o número de pessoas, e só os comerciantes estrangeiros com licença concedida pelo distrito de Xiangshan é que podem entrar no rio das Pérolas.

Para o cargo de *ti diao* [提调], é indispensável escolher pessoas competentes entre os militares, para que não sejam seduzidos; de modo que esmaguem os espões. Eis a maior defesa do interior chinês perante os forasteiros. A visita do aitéo é a coisa mais importante. O aitéo Yu Anxing chegou pessoalmente ao local, ali promulgando os favores e o poderio da Corte, dando a conhecer os perigos e proveitos que tinham naquele ocasião, para que eles se convencessem de todo o coração, por medo e por consciência. Ao mandar repatriar os bandidos nipónicos e devolver o traidor Shi Yutai [史玉台], de Fujian, eles cumpriram,

THE FOUNDING OF MACAO II

obedientemente, todas essas ordens. Agora, com Yu Anxing nesse cargo, o seu prestígio basta para intimidar os estrangeiros da ilha, e a sua honestidade é suficiente para servir de exemplo a oficiais militares e mandarins. Visita Macau uma vez por ano, apaziguando o corpo e alma deles. Dessa forma, como conseguiriam os traidores e maus elementos agitar o povo? Laowan Shan [Lou Man San, 老万山] é a porta dos estrangeiros e deve-se fortalecer a defesa nesse lugar. Permita-me, e aos meus colegas, considerar mais o caso. Para evitar qualquer falha, talvez seja preciso instalar ali um mandarim e aumentar o número de militares ali sediados, de modo a que a defesa marítima seja sólida como um monólito”.

Em termos gerais, o conteúdo deste relatório é igual ao do *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, mas muitos trechos do relatório foram omitidos nos *Anais*, sobretudo os dados acerca de Macau ou relacionados com Macau.

Este relatório expõe explicitamente a opinião e as disposições de Tian Shengjin relativas aos portugueses de Macau. Sobre a permanência destes, Tian Shengjin sustenta atitude idêntica à do ex-vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Zhang Minggang. Embora Tian Shengjin considerasse que os estrangeiros na China são de outra etnia e inevitavelmente têm intenções diferentes das nossas”, não concordava com a proposta de “expulsar” ou “eliminar” os portugueses que moravam em Macau, mas desejava antes fortalecer a vigilância e a administração, a fim de “apaziguá-los de corpo e alma”, atitude esta basicamente idêntica à de Zhang Minggang. Estava inteiramente consciente de que, “Macau não passava de um pontinho, sem terra para cultivar nem apoios estratégicos de defesa; toda a sua alimentação diária depende de nós”. Embora os portugueses, tendo começado a residir em Macau, vivessem e proliferassem a cada dia que passa, sendo difíceis de dominar, estes, limitados pela situação e pelo poderio, não estavam em condições de imitar as “cinco etnias” nômadas que, na história, dispunham de inúmeras fortalezas de importância estratégica e de muitos soldados para perturbar os chineses; percebeu também que os portugueses de Macau “moram a dezenas de milhares de *li* de distância da sua terra e já vivem em Macau há 60 anos. Nasceram e cresceram aqui, têm casas e cemitérios aqui, têm aqui as suas mulheres e filhos, têm aqui os seus bens e riquezas, e aqui têm vivido perfeitamente bem”. Estes portugueses

de Macau, na sua maioria, tinham nascido e crescido em Macau, eram descendentes de imigrantes; consideravam Macau, e não Portugal, a sua terra natal, e queriam permanecer em Macau mais cem anos. Como poderiam eles “deixar o seu covil” e atacar a dinastia Ming? Não seria isso jogar um ovo contra um monólito? Nesta atitude, Tian Shengjin foi muito firme no seu relatório.

Para compreender correctamente o problema de Macau, Tian Shengjin consultou as opiniões dos cavalheiros e anciãos do Distrito de Xiangshan. A maioria deles não era a favor da expulsão ou eliminação dos portugueses de Macau, “só menos de um ou dois em cada dez falaram em expulsá-los ou eliminá-los”; quase todos sustentavam que não se deviam tomar medidas apressadas contra os portugueses de Macau: “Neste momento difícil não se devem tomar iniciativas levianas”. Daqui se depreende que a opinião de Tian Shengjin representava a das forças locais da zona de Xiangshan, ou seja, conservar Macau como lugar de residência dos portugueses. Como mandarim inspector em Cantão, Tian Shengjin, junto com o vice-rei de Guangdong e de Guangxi, mandaram o mandarim do distrito de Xiangshan decretar em Macau uma série de proibições, e os “chefes dos portugueses” aceitaram-nas e prometeram respeitá-las, assinando termos de compromisso.

Quanto aos missionários católicos que se encontravam no interior do País, Tian Shengjin sustentava firmemente a sua expulsão: “Tomemos Pang Diwo como exemplo, a sua religião não conseguiu circular em Cantão, mas pode encantar personalidades das duas capitais do País... Se Sua Majestade atender aos pedidos dos ministros do Sul e do Norte, expulsando-os definitivamente, mandando sob escolta para Cantão os que vieram à Capital...” Aqui Pang Diwo é Diego de Pantoja, jesuíta espanhol que, nascido em 1571, veio para a China no ano 27 Wan Li (1599), tendo chegado a Pequim no ano seguinte juntamente com Matteo Ricci e



A FUNDAÇÃO DE MACAU II

conseguido uma audiência com o Imperador Shen Zong [神宗] da dinastia Ming. Fixou residência na capital chinesa, participando na redacção do calendário da dinastia Ming. Segundo o *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 552:

“O estrangeiro Matteo Ricci e seu discípulo Diego de Pantoja foram os primeiros a entrar em Pequim. Sua Majestade o Imperador enalteceu-os pela sinceridade da sua fé, dando-lhes regalias. Com a morte de Matteo Ricci, o imperador ofereceu-lhe um terreno como tumba. Porém os seus discípulos aumentavam dia a dia e agiam cada vez mais às escondidas. Na antiga capital, Afonso Vagnoni [Wang Fengsu, 王丰肃] e outros, com a sua religião católica, agitavam e entorpeciam demagogicamente o povo, de forma que o número dos crentes era grande ao fim de algum tempo”.⁵

As palavras de Tian Shengjin, “mas pode encantar personalidades das duas capitais”, indicavam o sucesso de Diego de Pantoja e Afonso Vagnoni na divulgação do catolicismo em Pequim e Nanquim. Tian Shengjin era também um mandarim intelectual, que se opunha firmemente ao catolicismo, razão pela qual no relatório pedia a expulsão de Diego de Pantoja e outros missionários da capital e o seu envio, sob escolta, para Cantão e Macau. Em Dezembro de 44 Wan Li, os ministros dos rituais do Sul e do Norte haviam pedido o repatriamento deles. Por isso, Tian Shengjin dizia: “se Sua Majestade atender aos pedidos dos ministros do Sul e do Norte, expulsando-os definitivamente, mandando sob escolta para Cantão os que vieram à Capital, nós os interrogaremos sobre as vias que seguiram, e puniremos os oficiais e soldados que os ajudaram. Dessa forma, ficarão desanimados e a sua religião forasteira extinguir-se-á por si. E poderia um punhado de gente, como os estrangeiros de Macau, constituir ameaça?”

No relatório, Tian Shengjin ainda se referiu ao problema dos bandidos nipónicos abrigados em Macau. No ano 41 Wan Li (1613), Zhang Minggang assinalava: “Os portugueses entrincheirados em Macau vêm abrigando escravos nipónicos como seus lacaios”.⁶ Porém, Tian Shengjin dizia: “Macau é um pontinho com muitos bandidos, mas não é um lugar de grande concentração de bandidos nipónicos, pois os traidores que passaram para o lado de Macau procuram semear discórdias e pretendem dar a Macau a aparência de um esconderijo de nipónicos”. Com estas palavras

queria dizer que os chamados escravos nipónicos, criados pelos portugueses de Macau, não eram, na realidade, todos verdadeiros nipónicos, pois muitos deles eram “traidores” do interior do País. A situação descrita correspondia à das chamadas “agitações dos bandidos nipónicos” daquele período.

Neste relatório de Tian Shengjin, há vários outros problemas que merecem atenção.

Primeiro, a data da entrada e do estabelecimento dos portugueses em Macau. Tian Shengjin disse no relatório que os portugueses já viviam em Macau há 60 anos, e o documento foi encaminhado à Corte no ano 45 Wan Li (1617); 60 anos atrás seria 1557, ou seja, o ano 36 do reinado de Jiajing. Isto coincide com os registos dos documentos portugueses. Na *Colectânea de Mapas de Todas as Fortalezas e Cidades do Governo da India Oriental* [Dong Yindu Zhengfu Yiqi Yao Sai He Shi Zhen Tu Ji, 《东印度政府一切要塞和市镇图集》], António Bocarro afirma que em 1555 o comércio se transferiu para Lampacau, e que em 1557 passou para o porto de Macau.⁷ Deve corresponder a registos de entrada e fixação de residência de grande número de comerciantes portugueses em Macau.

Antes disso, tanto a entrada como o estabelecimento de portugueses em Macau eram isolados e dispersos. A convergência dos documentos da China e do Ocidente demonstra justamente que a entrada e a fixação de numerosos portugueses em Macau se dá em 1557, isto é, no ano 36 do reinado de Jiajing.

O *segundo* problema diz respeito à data da instalação do cargo de *tong zhi* da Defesa Marítima (*tong zhi* de Macau). Geralmente, as obras históricas afirmam que o cargo de *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão foi criado no reinado de Qianlong [Kin Long, 乾隆], da dinastia Qing. No primeiro volume da *Monografia de Macau* [Aomen Ji Lue, 《澳门记略》], lê-se o seguinte:

“Actualmente, no ano 8 de Sua Majestade, o posto de *tong zhi* de Zhaoqing [肇庆] foi, substituído pelo de *tong zhi* civil e militar de defesa marítima.”⁸

Por sua vez, o governador Celeng [策楞], de Guangdong e de Guangxi, durante o reinado de Qianlong, dinastia Qing [清], afirmou:

“Cria-se o posto de *tong zhi*. Dá-se-lhe, segundo a regra, carimbo oficial para certificação. Pensa-se usar os seguintes termos: posto fronteiriço do *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão.”⁹

THE FOUNDING OF MACAO II

Os autores dos nossos dias, tais como Huang Hongzhao [黄鸿钊], Fei Chengkang [费成康] e outros, afirmam que o cargo de *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão (*tong zhi* de Macau)¹⁰ foi criado para Macau durante a dinastia Qing. Não sabiam que tal cargo havia sido criado, na realidade, no primeiro ano Wan Li da dinastia Ming (1573). No seu relatório, Tian Shengjin afirma: “Foi confirmado que o *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão havia sido instalado no primeiro ano Wan Li. Tinha sede em Yongmo, mas posteriormente, como o mandarim do monopólio de sal, passou a acumular a missão de controle dos navios mercantes. Tal *tong zhi* renunciou ao cargo e voltou à Capital provincial. Agora, pensa-se em instalar a sede do mesmo mandarim nessa mesma localidade...” Tian Shengjin não disse isso sem fundamento, mas tirou a sua conclusão depois de pesquisar. De facto, o cargo de *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão foi criado no primeiro ano Wan Li, da dinastia Ming (1573), com sede em Yongmo [雍陌]. Mas como o mandarim de Cantão encarregado do monopólio de sal (provavelmente era então Li Feng [李凤]) pretendia acumular aos funções, o *tong zhi* renunciou ao cargo e voltou à capital provincial. Eis uma prova de que o *tong zhi* de Macau, instalado pelo imperador Qianlong, da dinastia Qing, não foi uma inovação, mas sim o restabelecimento do sistema da dinastia Ming.

O terceiro problema refere-se à instalação do *tidiaosi* de Macau. Segundo a *Monografia de Macau*, havia três tipos de administradores na dinastia Ming, a saber: *ti diao*, *bei wo* [antipirataria japonesa, 备倭] e *xun ji* [patrulhamento e perseguição, 巡緝].¹¹ Porém, sobre estes três órgãos instalados em Macau durante a dinastia Ming, não se encontra nenhuma explicação. Segundo a *História da Dinastia Ming, Administração Pública* [Zhi Guan, 职官], *ti diao* e *bei wo* eram mandarins militares de baixo escalão, inferiores aos *shou bei* [major, 守备] e *ba zong* [oficial subalterno, 把总].¹² O *xun ji* devia ser um mandarim que tinha a seu cargo combater os ladrões e bandidos e enviado pelo prefeito de Xiangshan a Macau. Sobre o *ti diao*, ou *ti diao* de Macau, no livro 2 da obra *Fontes da História das Dinastias Ming e Qing* [Ming Qing Shi Liao, 《明清史料》] regista-se o nome de Tuo Jiguang [脱继光]¹³ como *ti diao de Macau*, que era, provavelmente o “mandarim de Macau”¹⁴ referido por Pang Shangpeng no *Memorial do Apaziguamento dos Estrangeiros em Macau* [Fu Chu Hao Jing Ao Yi Shu, 《抚处濠镜澳



夷疏》]. No *Memorial de Defesa dos Estrangeiros e das Minorias do País em Macau* [Fang Ao Fang Li Shu, 《防澳防黎疏》], Guo Shangbin [郭尚宾] referia-se à “libertação de maus elementos estrangeiros na sede governamental”.¹⁵ Entretanto, Tian Shengjin explica mais claramente: “Para o cargo de *ti diao*, é indispensável escolher pessoas competentes entre os militares, para que não sejam seduzidos; de modo que esmaguem a espionagem. Eis a maior defesa do interior chinês perante os forasteiros”. Pode-se ver com maior clareza que o *ti diao* era um cargo de guarda militar instalado pela Corte da dinastia Ming em Macau, que comandava certo número de elementos armados e tinha a sua sede em Macau. Era denominado oficialmente como “*ti diao*” ou “Mandarim *ti diao* em Macau [funcionário estacionado em Macau, *shou ao guan*, 守澳官]”.

Quarto problema. Os registos sobre a inspecção de Yu Anxing a Macau são bastante pormenorizados. Os livros *Crónica do Distrito de Xiangshan* (Heong San) [Xiangshan Xian Zhi, 香山县志] e *Nota sobre Todas as Fronteiras* [Quan Bian Lue Ji, 《全边略记》], citados na *Monografia de Macau*, contêm descrições das façanhas de Yu Anxing, mas não tão detalhadas como no relatório de Tian Shengjin. No seu relatório, Tian Shangjin afirmou especificamente que “ao ordenar-lhes

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

que repatriassem os bandidos nipônicos e devolvessem o traidor Shi Yutai, de Fujian, eles cumpriram de forma obediente todas essas ordens”. Nenhum dos livros acima mencionados regista que os portugueses de Macau haviam entregue o contrabandista Shi Yutai, escondido em Macau, ao governo de Cantão. E disse ainda que “o prestígio (de Yu Anxing) basta para intimidar os estrangeiros da ilha”, o que demonstra que o envio de Yu Anxing, pelo Império, para inspeccionar Macau e a instalação da lápide das interdições, exerceram grande influência sobre os portugueses de Macau.

Em suma, Tian Shengjin sustentava o fortalecimento da defesa de Macau com as seguintes medidas:

1. Transferir a sede do *tong zhi* da Defesa Marítima de Cantão para Yongmo, controlar rigorosamente os movimentos dos navios estrangeiros no mar.

2. Guardar rigorosamente a Porta do Cerco, limitar o número dos comerciantes estrangeiros que entram em Cantão; abrir a Porta do Cerco duas vezes por dia.

3. Escolher oficiais e soldados bem treinados para guardar a sede do *ti diao* em Macau, prevenindo-se contra o conluio dos chineses com os estrangeiros de Macau.

4. Procurar que o aitéo inspeccionasse Macau uma vez por ano.

IV. RELATÓRIO DE CENSURA AO COMANDANTE

O *Relatório de Censura ao Comandante* [*Can Fang Xun Ba Zong Shu*, 《参防汛把总疏》], que aparece no volume 3, devia ter sido encaminhado para a Corte depois do ano 44 Wan Li. E regista o seguinte:

“Inteirei-me de que o comandante do quartel de Xianshan (Casa Branca) equivale, segundo os regulamentos, ao comandante-em-chefe, um capitão-mor [*du zhi hui*, 都指挥], e este, de nome Zheng Sunchen [郑舜臣], é ainda jovem e vigoroso, embora o seu espírito tenda para a decadência; é também exigente, porém, mais nos direitos do que na defesa. No caso de haver pressão por parte dos estrangeiros de Macau, ele não envia gente para prestar ajuda. No caso de prisão de um criminoso que contrabandeia com Macau, o comandante Wu

Yuanlong [吴元龙], do posto de vigia, não vacilou em libertá-lo. Então, onde está a defesa? Deve-se controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas na Porta do Cerco, pois trata-se da nossa muralha, mas o comandante Liang Zhenbang [梁镇邦], também do posto de vigia, rouba frequentemente parte do imposto das mercadorias comuns. Então, onde estão as regulamentações? Quando o comandante de bandeira [capitão, *qi zong*, 旗总], de nome Cai Shengtan [蔡升探], roubou prata dos comerciantes de Fujian e foi detido pela prefeitura de Xiangshan, mandou uma carta apressadamente para o salvar. Então isto não seria encorajá-lo? Quando o soldado Su Sheng [苏胜] roubou mercadorias de comerciantes e o juiz o chamou para julgamento, o comandante-em-chefe protegeu-o, dizendo que ele já havia fugido. Então não se trata de conluio com maus elementos? O aldeão local Chen Guangzhen [陈广珍] ia montado a cavalo para cobrar os pagamentos devidos. Como se podia dizer que ele traficava cavalos com os estrangeiros? Mas foi atormentado e forçado a pagar em dinheiro, sendo os autores do caso Mao Yinglong [茅应龙] e outros criados do comandante-em-chefe. Esta é a acusação feita por Chen Guangzhen. O aldeão Yan Zhaopin [杨朝聘] comprou um boi, como se podia dizer que ele traficava bois? Mas foi vítima de deliberadas intimidações, sendo os autores do caso Wang Yijun [王一俊] e outros soldados. Yan Zhaozun relatou a ocorrência. Os navios militares do quartel deviam permanecer no mar em missão de patrulhamento, mas Chen Hong [陈鸿], Mai Ruiguang [麦瑞冠] e outros oficiais encarregados de combaterem piratas não hesitam em voltar ao porto onde descansam tranquilamente, sem obterem autorização nem comunicarem aos postos. Então, como se pode esperar ajuda caso ocorra algo urgente? O escrivão-chefe devia registrar e verificar a quantia dos cereais, mas os escrivãos She Pancong [舍潘聪], Li Haoyu [李浩宇] e outros, a ele subordinados, ocupam os cargos e não trabalham, o que nunca foi controlado. Então, como se podia evitar o desvio dos pagamentos e provisões destinados aos soldados? Em suma, as ordens dos nossos mandarins não são cumpridas, os soldados negligenciam a missão; eis porque, quando perseguia o ladrão, a vítima de um assalto, de nome Wu Cuizhen [吴萃真], não obteve nenhuma ajuda do quartel. Enquanto isso, o traidor Li Yixi [李义喜], que conspirava com Macau, subornava os soldados e sentinelas. Claro que os

THE FOUNDING OF MACAO II

estrangeiros desprezam os nossos mandarins, mas estes não pensam em vigiá-los, eis os motivos desta situação... Pedimos que o Ministério dos Assuntos Militares [*bing bu*, 兵部] investigue o caso. Se estas palavras, minhas e dos meus colegas não estiverem erradas, pedimos que Sua Majestade transfira Zheng Shunchen para postos do interior do Império, deixando a vaga ser preenchida por alguém competente em estratégia e coragem. Se houver alguém competente para controlar Macau, a zona estará garantida.”

Esta mensagem denuncia todas as irregularidades das tropas do governo da dinastia Ming sediadas em Macau. Inúmeros factos indicados no relatório denunciam a corrupção de tais trocas. O comandante-em-chefe do quartel (Casa Branca) Zheng Shunchen, os oficiais de posto de vigia Wu Yuanlong e Liang Zhenbang, o comandante de bandeira Caisheng, e até os soldados Su Sheng, Wang Yizun, etc., beneficiavam os interesses próprios através de meios fraudulentos, roubavam impostos cobrados, saqueavam mercadorias e intimidavam o povo, cometendo todo o tipo de ilegalidades, de forma que o governo da dinastia Ming sobre Macau se tornou nulo. Por outro lado, estes exemplos reflectem a frequência das operações comerciais entre os comerciantes locais e Macau. “Contrabandar com Macau” e “conluir com Macau” eram meios a que recorriam os oportunistas locais, de então, para obter fabulosos lucros. Este relatório de Tian Shengjin fornece-nos vários exemplos, talvez os mais vívidos.

V. RELATÓRIO DE CENSURA AO COMANDANTE-EM-CHEFE LIN RONG

Este *Relatório de Censura ao Comandante-em-Chefe Lin Rong* [*Weu Guo Qing Zong Lin Rong Shu*, 《问过钦总林荣疏》] encontra-se no volume 3 e trata-se de um documento enviado por Tian Shengjin à Corte para censurar o comandante-em-chefe do mar interior de Cantão, Lin Rong [林荣].

Entre outras coisas, foi referido o contrabando feito por Lin Ying [林英], sobrinho de Lin Rong, com Macau:

“Lin Ying, sobrinho de Lin Rong, não era mandarim, tinha negócios em Cantão e pretendia levar mercadorias de contrabando a Macau para comércio. Receoso da inspecção por parte dos oficiais e soldados, embrulhou as mercadorias do barco em papéis

carimbados com o selo do seu tio, o comandante-em-chefe. O comandante-em-chefe [zong zhi hui, 总指挥] de Shangdong [上东], Zhao Mengde [赵梦得] prendeu-o, e às suas mercadorias, e descobriu os papéis, tendo enviado tudo ao aitão ... Zhao Mengde entregou-lhe os papéis para verificação.... Lin Rong, encorajava o seu sobrinho Lin Ying a contrabandar com Macau, sendo prova as mercadorias e os papéis... estabelecia ligação clandestina com os estrangeiros de Macau para obter lucros.”

Todo o relatório se destina a denunciar os crimes cometidos por Lin Rong, comandante-em-chefe do mar interior de Cantão. Aqui só citamos a parte que se refere ao facto de encorajar o sobrinho, Lin Ying, a ir contrabandar em Macau, selando as mercadorias de contrabando com selos oficiais do comandante-em-chefe, pretendendo com isso fazer negócios em Macau, sob a capa do envio de materiais militares. Essa conduta criminosa foi descoberta pelo comandante-em-chefe de Shangdong, Zhao Mengde. Este relatório foi entregue à Corte em Março do ano 43 Wan Li (1615), demonstrando o frenesi com que as forças armadas do império faziam o contrabando com Macau, pois os oficiais de patente média, como o comandante-em-chefe, também estavam envolvidos nesses casos de contrabando. Já que Lin Ying usava selos oficiais do comandante-em-chefe para encobrir as suas mercadorias de contrabando, pode-se imaginar que eram numerosas as pessoas que faziam contrabando com Macau, com a cumplicidade das autoridades governamentais ou militares.

VI. RELATÓRIO SOBRE AS JUSTIFICATIVAS DA PIEDOSA DÚVIDA DOS CRIMES DOS PRESOS

O *Memorial sobre as Justificações dos Presos* [*Bian Wen Jin Yi Zui Qiu Shu*, 《辨问矜疑罪囚疏》] encontra-se no volume 6, sendo parte dele de extrema importância, não aparecendo noutros documentos históricos sobre Macau:

“Os três — Madayulo, Madachilo e Chanshilo — confessaram que eles e *Shenliu*, falecido no cárcere, eram todos de Pusan [釜山], na Coreia. Quando crianças, foram sequestrados e vendidos por bandidos nipónicos aos *fulangjis* e levados para Macau, vindos de Cantão, onde passaram a morar numa rua perto da Igreja de São Paulo. Em Julho do ano 35 Wan Li, navios militares do comandante de sentinelas [oficial de posto

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

de patrulha, *shao guan*, 哨官] Tan Qi [譚奇], descobriram um pequeno barco perto da Montanha de Waiyang [Waiyang Shan, 外洋山], no mar ao sul de Macau. Foram investigar e descobriram que era de Baisha [白沙寨] e que havia sido sequestrado. Dessa embarcação, o soldado e outros foram enviados ao comando de defesa marítima do Sul para serem interrogados. E os intérpretes Guo Shi [郭实], Qiu Ren [丘仁] e outros, no total de 12 pessoas, foram enviados para o distrito de Xinning [新宁] para o interrogatório. O caso foi comunicado ao comandante Xia e este, posteriormente, informou do caso ao aitão. O processo durou até ao dia 18 de Agosto do corrente ano. Madayulo e outros dois encarcerados, junto com os estrangeiros falecidos nos cárceres — Dawei, Geshianyulo, Shihuan e Shilochi — e os 6 mortos pelos soldados ou afogados, totalizavam 14 pessoas. Tinham conduzido um barco a fim de apanharem lenha na montanha e encontraram as embarcações militares de Tan Qi, Liang Jie [梁杰] e outros, das tropas governamentais.

Suspeitando que estes fossem bandidos nipónicos que os perseguiram, pegaram em machados e enfrentaram os navios das forças governamentais, ocasião em que Shenliu, Shilochi, Shihuan e outros mataram ou feriram Zhang Quan [张权] e outros dois militares, e os soldados do governo mataram corajosamente dois estrangeiros, degolando-os, enquanto outros 4 estrangeiros morreram afogados, e Shenliu, Madayulo e outros 6 foram presos. O processo encaminhado pelos oficiais das tropas governamentais continha alegações falsas: Shenliu e outros sequestraram um navio mercante no mar, saqueando toda a fazenda a bordo e matando os passageiros. Além disso, entraram no mar interior de Cantão no dia 17 ou 18 de Agosto. O comandante das tropas do governo percebeu que no navio havia mais de 50 bandidos nipónicos de cabeça rapada, e foram ao seu encontro para os combater. Zhang Quan e outros soldados foram mortos no

combate, e Wang Jie [王杰] e outros ficaram feridos. Dirigindo os seus homens, o comandante Xia prendeu 8 bandidos nipónicos, matando outros dois, após o que levou os presos e suas armas para serem julgados pelo aitão. O *tong zhi* da Defesa Marítima chamou o intérprete Xu Bogui [徐伯贵] para ajudar no interrogatório, conseguindo saber os nomes de Shenliu e outros, mas, como os estrangeiros não podiam justificar-se por problemas de língua, foram encaminhados com o seu processo para o aitão e posteriormente para o comando militar e a procuradoria. A sentença consistiu na condenação à pena de morte de Shenliu, Madayulo e outros, no total de 8, sendo condenados por roubo e assassinato, tendo sido encarcerados para serem degolados posteriormente. Shenliu, Dowe e Geshianyulo morreram no cárcere. Foram publicados os nomes de Shilochi, Madayulo e outros, no total de 5, dos quais Chihuan e Shilochi também morreriam no cárcere.

Agora, o inspector imperial Tian Shengjin julgou o caso. Havia sido informado de que Madayulo e outros bandidos nipónicos tinham entrado no nosso País, onde ousaram lutar com homens das nossas forças armadas, matando três deles, sendo por isso todos condenados à degolação. Então, de que poderiam eles queixar-se? Entretanto, não se conheciam sequestros de pessoas e assaltos a mercadorias praticados por eles ao entrarem no nosso mar de Cantão. Quanto a Chen Sheng, sequestrado e depois enviado ao comando do Sul, e ao intérprete Guo Shi, enviado a Xinning, em que barco foram estes encontrados e por que conseguiram sobreviver? Os dados a este respeito não ficaram esclarecidos nas suas confissões. Em que mês e dia ocorreu o incidente de Sanchoão [Shangchuan, 上川]? Parece que se misturaram os dois casos. Segundo Liang Jie e outros, os estrangeiros tinham todos a cabeça rapada, não parecendo os bandidos nipónicos, que usavam cabelo curto. Além disso, os nomes de Madayulo e de outros não parecem japoneses. E mais, das armas tidas como troféus, só duas eram facas japonesas, sendo o resto armas chineses.

Ao serem interrogados, os três estrangeiros disseram que estavam num barco de transporte de lenha, e que os seus senhores eram de Macau. Esta confissão não era necessariamente certa, contudo, era frequente os homens das nossas tropas matarem sem critério, para obterem louvores. Tal caso não pode deixar de se investigar.



THE FOUNDING OF MACAO II

O aitão encarregue da defesa de Linnan [岭南] incumbiu os juízes de Cantão e Zhaoqing de procederem a novo interrogatório, na presença de intérpretes. Inteirou-se de que, no início, se acreditava que Madayulo e outros eram bandidos nipónicos de cabeça rapada, mas que, na realidade, usavam cabelos mais longos, não parecendo japoneses. Eram na verdade de Pusan, Coreia.

Foram sequestrados e vendidos aos *fulangjis* e depois levados para Macau. Os 14 navegavam no mesmo barco para ir buscar lenha quando foram presos pelos soldados. Todos eles tinham os seus senhores em Macau. O dono de Madayulo era Aguechironabu; o de Madachilo era Andilifananbu; o de Chanshilo era Noronibadashi. Então chamaram o capitão dos estrangeiros “Jia Lan” para os interrogar, e este confirmou a existência de tais nomes em Macau. Dessa forma, a versão sobre o barco de lenha não era falsa. Além disso, os ventos em Agosto não eram favoráveis, como poderia haver navios de bandidos nipónicos que invadissem o nosso mar interior? Estas informações foram igualmente encaminhadas para o aitão. Este ordenou ao distrito de Xiangshan que chamasse o capitão e os donos para os interrogar, e estes foram unânimes em afirmar que os escravos se perderam e desapareceram, anos atrás, ao irem buscar lenha, e que se houvesse qualquer mentira, queriam ser punidos pelo aitão. Numa outra investigação, o *can zheng* [assessor de governador, 参政] Huang sustentou que os três presos tinham os seus donos, que era verdadeira a versão sobre a busca de lenha, e que se devia tratá-los com bondade e libertá-los. Todo o processo foi encaminhado para as minhas mãos. Este considera que, sobre essa batalha, os homens das nossas tropas vangloriaram-se da extraordinária vitória, e os comandantes louvaram os seus méritos na eliminação do inimigo, todos dizendo que eram verdadeiros bandidos nipónicos que tinham invadido o interior do nosso país, e que os oficiais comandaram valentemente os seus homens, matando e capturando tantos bandidos. Mas, na realidade, era um barco de portugueses de Macau destinado a carregar lenha. Havia um só barco com apenas 14 homens. Os militares, na ânsia de obter promoções, disseram que eram mais de 50 bandidos que saqueavam no mar. Um exagero excessivo e uma ousadia inadmissível.

Já que todos os estrangeiros presos tinham os seus donos e estes assinaram cartas de garantia, fica

claro agora que não eram piratas japoneses. Foram presos sem motivo. É verdade que resistiram e mataram alguns soldados nossos, parecendo ter perpetrado crimes imperdoáveis, mas, como qualquer animal acossado reage, eles fizeram-no devido às provocações dos nossos soldados. Além disso, 6 dos estrangeiros foram mortos ou afogados e outros 5 morreram no cárcere, o que basta como compensação. Não se pode dizer que estes três presos sejam bichos por não serem da nossa etnia. Já que, após os repetidos julgamentos, os aitões e outros mandarins consideraram que eles merecem realmente piedade, deve-se explicar o caso e devolvê-los aos seus senhores para que estes os admoestem. Como os três presos já foram condenados à decapitação e a sentença já foi levada à Corte, não me atrevo a libertá-los sem autorização.”

Este relatório de Tian Shengjin constitui um documento extremamente importante que reflecte as relações entre o governo local de Cantão e o governo português de Macau, na dinastia Ming, documento não só ausente em outros documentos históricos chineses, mas também em língua portuguesa. Este caso foi um injusto veredicto criado pelo governo local de Cantão contra escravos de portugueses durante a dinastia Ming. Graças a repetidas investigações feitas pelo inspector de Cantão, Tian Shengjin, este terrível veredicto foi revogado. O caso durou 8 anos, pois teve início em Julho do ano 35 Wan Li (1607) e terminou no ano 43 do mesmo reinado (1615).

Eis os traços fundamentais do caso. Em Julho do ano 35 Wan Li (1607), 14 escravos de portugueses de Macau, a bordo de um pequeno barco, deixaram Macau para apanhar lenha, encontraram um barco de patrulha marítima da dinastia Ming e tentaram fugir. O navio dos Ming perseguiu-os. Como ambas as partes pensavam que os outros eram bandidos nipónicos, começaram a lutar. Os do barco de Macau mataram e feriram 3 soldados Ming, e os Ming mataram 2 escravos dos portugueses, outros 4 escravos morreram afogados e os 8 restantes foram capturados. Foi um incidente provocado por um mal-entendido e os dois lados sofreram perdas humanas entre mortos e feridos. Teria sido ideal solucionar o problema através de negociações entre o governo local de Cantão e o governo português de Macau, mas os oficiais e soldados, para obterem prémios de mérito, deram falsas informações ao seu superior, dizendo que estes escravos dos portugueses eram mais de 50 bandidos

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

nipónicos que haviam assaltado um barco, matando os seus passageiros e roubando as riquezas e mercadorias, além de invadirem o mar de Cantão. Presos, os oito elementos foram condenados à pena de decapitação pelo crime de roubo. Devido a problemas de língua, os escravos presos não conseguiam justificar-se. Cinco deles morreram no cárcere e os 3 restantes aguardaram a execução. No ano 43 Wan Li, o inspector em Cantão, Tian Shengjin, julgou de novo o caso com a ajuda de intérpretes, encontrando dúvidas no caso e começando uma minuciosa investigação. Então, percebeu que estes escravos de Macau eram todos coreanos de Pusan, sequestrados e vendidos por bandidos nipónicos aos portugueses de Macau. Os seus donos estavam ainda em Macau e reconheceram que tinham mandado tais escravos sair de Macau para buscar lenha e não tinham voltado. Um interrogatório feito ao capitão de Macau demonstrou que estes escravos haviam sido registados em Macau. Após repetidas investigações, Tian Shengjin convenceu-se de que este era um veredicto muito injusto e informou a corte do caso, pedindo-lhe autorização para devolver aos seus donos os três escravos de Macau condenados à pena capital que estava por executar.

Quanto ao poder judicial sobre os crimes cometidos por portugueses de Macau, a dinastia Ming não tinha estipulações jurídicas especiais. Fei Chengkang:

“No terreno judicial, o governo Ming herdou, evidentemente, as normas da dinastia Tang [唐]: as transgressões entre os da mesma etnia forasteira são julgadas segundo suas leis habituais; as entre diferentes etnias, segundo a lei. Quando ocorriam transgressões entre portugueses, permitia-se que seus próprios juízes julgassem e punissem os culpados segundo as leis da sua etnia... Se um caso envolvia chineses, era julgado por mandarins chineses em Macau, independentemente de ser este chinês acusador ou réu”.¹⁶

A segunda parte desse trecho de Fei Chengkang deve ter os seus fundamentos, pois Hosea Ballou Morse escreveu o seguinte:

“Segundo registos, antes do ano de 1587, a China enviou um mandarim a Macau para administrar o território segundo as ordens do imperador que o autorizou a julgar todos os casos que envolvessem chineses, fossem acusadores ou réus”.¹⁷

Porém, quanto aos casos entre os estrangeiros, o governo da dinastia Ming deixava tais casos serem ou não julgados nos termos das leis daquelas etnias? Na lei penal da dinastia Ming, não encontramos legislação específica de privilégio para os estrangeiros. No volume 161 do *Ming Hui Dian* [Colecção de Códigos da Dinastia Ming, 《明会典》], regista-se esta cláusula: “Quando os estrangeiros cometem crimes, são julgados segundo as leis”.¹⁸ Isso significa que, segundo as leis da dinastia Ming, quando os estrangeiros cometem crimes, seja qual for a circunstância, são julgados nos termos das leis da dinastia Ming. Podemos notar que, neste aspecto, existe uma grande diferença entre as leis das dinastias Ming e Tang.

Por outro lado, de acordo com o livro *Historic Macao*, da autoria de Montalto de Jesus, em 1582, o governador das Províncias de Guangdong e de Guangxi chamou o bispo, o procurador e o juiz de Macau, acusando-os de terem cometido uma ilegalidade ao exercerem o poder judicial com toda a liberdade, pois tal atitude contrariava claramente o que os imperadores haviam concedido a Macau.

Daí podemos perceber que, nos primeiros anos da entrada dos portugueses em Macau, o governo da dinastia Ming proibia o livre exercício do poder judicial por parte dos portugueses. Anos depois, o governador provincial de Guangdong e de Guangxi foi subornado e permitiu a “autonomia”¹⁹ de Macau, mas tal autonomia, concedida às escondidas, não estava totalmente institucionalizada, isto é, não foi reconhecida juridicamente pelo governo Ming. Por isso, no ano 36 Wan Li (1608), o magistrado distrital [zhi xian, 知县] Cai Shanji [蔡善继], de Xiangshan, foi pessoalmente a Macau para “amarrar e açoitar os bárbaros, nos termos da lei”,²⁰ quando os bárbaros causavam tumultos. O que demonstra que, quanto às lutas entre portugueses de Macau, não seguiu os princípios das leis da dinastia Tang, mas sim as da dinastia Ming, de que “quando os estrangeiros cometem crimes, são julgados nos termos da lei”. Mas, na administração judicial da dinastia Ming em Macau, devido a corrupções e negligência de funções, eram os portugueses que tratavam das questões de segurança e dos casos criminais dos locais. Por isso, Henri Bernard escreveu:

“Macau situa-se dentro do distrito de Xiangshan, sob jurisdição directa de Zhaoqing, capital da província

THE FOUNDING OF MACAO II

de Cantão. Segundo a tradição, Macau devia ser submetida à administração local. Mas, sem disposições oficiais nas leis anteriores relativas à extra territorialidade, as autoridades portuguesas tratavam quase todas as questões de segurança e outros casos entre eles, nesta península.²¹

Tal facto e prática estenderam-se até ao reinado de Qianlong, da dinastia Qing, segundo os registos de *Ou Mun Kei Leok* [*Monografia de Macau, Aomen Ji Lue*, 《澳门记略》]:

“Durante 200 anos, desde os meados da anterior dinastia Ming, vieram para Macau mulheres e homens estrangeiros, em número não inferior a três ou quatro mil, sendo todos governados por um procurador nomeado pelo rei desses bárbaros. Quando os estrangeiros cometem crimes, o procurador dos bárbaros julga-os conforme as leis dos bárbaros.”²²

Até ao ano 14 do reinado de Qianlong (1749), o governo da Província de Cantão publicou *Regulamento de Proibições a Macau* [*Aomen Yue Shu Zhang Cheng*, 《澳门约束章程》], tendo assim definido oficialmente o direito judicial sobre os crimes de portugueses, escravos negros e chineses.

No ano 43 Wan Li, este caso relacionado com Macau foi tratado por Tian Shengjin, inspector de Cantão, muito claramente segundo as leis. A princípio, os oito escravos de Macau haviam sido julgados e condenados à pena capital pelos crimes de assalto, de assassinato e de pirataria; depois da revisão feita por Tian, foi descoberto o erro da sentença e revogado o veredicto, libertando-se todos os presos. É de notar que tal caso começou no ano 35 Wan Li e terminou no ano 43 do mesmo reinado, levando no total nada menos de 8 anos. Durante esse período, as 14 pessoas desapareceram ou foram presas. As autoridades portuguesas de Macau não podiam ignorar nada a este respeito. Porém, nesses 8 anos, não formularam nenhum protesto ou reclamação quanto ao caso, deixando, inclusive, 5 dos presos morrerem nos cárceres. Mesmo depois de descobrir a “sentença injusta”, Tian Shengjin, qualificado como “grande juiz mestre”, alegou o seguinte: “É verdade que resistiram e mataram soldados nossos, parecendo cometer crimes imperdoáveis, mas, como qualquer animal acoçado, eles reagiram perante as provocações dos nossos soldados. Além disso, 6 dos estrangeiros foram mortos ou morreram afogados e outros 5 morreram no cárcere, o que basta como compensação”. Na luta morreram dois

soldados da dinastia Ming, por outro lado, morreram 6 estrangeiros, e depois outros 5 morreram na prisão, por isso, concluiu que “basta como compensação”. Quanto a esta revogação do veredicto, não muito justa, a parte portuguesa de Macau não formulou nenhuma objecção. Ao mesmo tempo, tratou do caso “chamando” ou “mandando buscar” o capitão dos portugueses de Macau, a qualquer momento, para “averiguações pessoais” e “investigações”. É muito claro que o relacionamento entre o inspector de Cantão e os portugueses de Macau é de superior para inferior, e o inspector tinha todo o poder para tratar os casos de Macau segundo as leis Ming, sem consultar as autoridades portuguesas de Macau. O julgamento deste caso relacionado com Macau, ocorrido na dinastia Ming, comprova que os portugueses de Macau não tinham à época poder judicial. Quando os portugueses de Macau cometiam crimes, eram julgados nos termos das leis Ming, como os chineses. Quanto ao facto de que “quase todos os casos de segurança e litígios ocorridos entre estrangeiros na Península foram tratados, na sua maioria, pelos próprios portugueses”, a causa principal foi o suborno feito por portugueses que levou os mandarins de Cantão a fecharem os olhos ante tal exercício do poder judicial em Macau. Foi por isso que durante muito tempo os mandarins não interferiram nos casos de Macau, tal como a *Monografia de Macau* registou: “Quando os estrangeiros cometem crimes, o procurador dos bárbaros julga-os segundo as leis dos bárbaros”. Na verdade, a posse do poder judicial por parte dos portugueses, quanto aos assuntos internos de Macau, era um facto consumado; porém, não tinha estatuto legal nos códigos nem foi reconhecida pelos imperadores da dinastia Ming.

O relatório de Tian Shengjin ainda nos fornece outros importantes dados: *Primeiro*, o uso de escravos por parte de portugueses de Macau durante a dinastia Ming era geral, sendo tais escravos não só procedentes da África, Índia e Malásia mas também do Japão, das Filipinas e da China. Os mais de 10 escravos envolvidos no caso acima mencionado eram todos coreanos de Pusan, o que acrescenta mais material para a história dessa cidade comercial internacional. Trata-se do primeiro registo da presença de coreanos em Macau em documentos históricos. *Segundo*, a Igreja de São Paulo, construída na segunda metade do Século XVI, é geralmente denominada em chinês como *San Paulu*; na ópera *Mu Dan Ting* [*Pavilhão da*

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

Peónia, 《牡丹亭》], da autoria de Tang Xianzu [汤显祖],²³ a Igreja adquiriu pela primeira vez o nome de *Sanpa* e daí passou a ser denominada como *Sanbasi* [Templo de Sanba], tradução respeitada posteriormente por Qu Dajun [屈大钧], Shi Jishan [释迹删] e Gong Xiangling [龚翔麟], assim como pela *Monografia de Macau*. Porém, nos relatórios de Tian Shengjin, a tradução foi *Sanbalu* [Casa de Sanba], que é mais parecida com São Paulo na

pronúncia. *Terceiro*, nos relatórios de Tian Shengjin aparece o nome do chefe de Macau naquele período, “Ma Jia Lan”, que indicava, muito provavelmente, Martins da Cunha, capitão-geral de Macau [aomen bing tou, 澳门兵头] entre os anos de 1615 e 1616, segundo registos dos portugueses.²⁴ **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (Nr. 33).

Traduzido por Yu Huijuan.

NOTES

- 1 Tian Shengjin, *Relatórios de Cantão*, volume 3, *Memorial sobre a Defesa Marítima* [Tiao Chen Hai Fang Shu, 《条陈海防疏》]. “Acatando ordem de Sua Majestade, cheguei como inspector a Cantão há quase dois anos”. Segundo o *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 557, o *Relatório sobre a Defesa Marítima* foi encaminhado para Corte em Maio do ano 45 Wan Li, de forma que se pode saber que Tian Shengjin assumiu o cargo de inspector de Cantão no ano 43 Wan Li. Segundo o *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 582, Wang Mingrui [王命睿] passou a ser inspector em Cantão em Maio de 47 Wan Li. Por isso, Tian Shengjin ocupou o cargo de inspector de Cantão entre os anos 43 e 47 Wan Li (1615-1619).
- 2 Zhou Jiamo, Prefácio a *Palavras de um Popular* em Zhu Xia, in *Relatórios de Cantão*.
- 3 *Registo Distrital de Heong San*, volume 10. *Estrangeiros em Macau* [Ao Yi, 《澳彝》].
- 4 *História da Dinastia Ming* — Biografia de Wu Guifang.
- 5 *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 552, em Dezembro do ano 44 Wan Li.
- 6 *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, volume 509, em Junho do ano 41 Wan Li.
- 7 António Bocarro, *Colecção de Mapas de Todas as Fortalezas e Vilas da Índia Oriental*, in *Macau do Século XVII*, pp. 14-15 Hong Kong, 1984. Versão chinesa.
- 8 Tcheong U Lan [张汝霖] e Ian Kuong Iam [印光任], in *Ou-Mun Kei Leok* [Monografia de Macau], volume I, *O Funcionalismo*.
- 9 Tcheong U Lan e IAN Kuong Iam, op. cit.
- 10 Huang Hongzhao, *Programa da História de Macau* [Aomen Shi Gangyao, 《澳门史纲要》]; Fei Chengkang, *400 Anos de Macau* [Aomen Si Bai Nin, 《澳门四百年》].
- 11 Tcheong U Lan e Ian Kuong Iam, op. cit.
- 12 *História da Dinastia Ming – Administração*.
- 13 *Fontes da História das Dinastias Ming e Qing*, volume 2, p. 55.
- 14 Pang Shangpeng, Relatório para Apaziguar os Estrangeiros de Macau in *Colectânea das Obras de Baiketing* [Bai Ke Ting Zhai Gao, 《百可亭摘稿》], volume 1.
- 15 Guo Shangbin, Relatório para a Defesa em Macau e Lizhou in *Memorial do Inspector Guo* [Guo Gei Jian Shu Gao, 《郭给谏疏稿》], volume 1.
- 16 Fei Chengkang, *400 anos de Macau*, p. 35.
- 17 Hosea Ballou Morse, *As Relações Internacionais do Império Chinês* [Zhonghua Tigu Dui Wai Guangxi Shi, 《中华帝国对外关系史》], volume 1, p. 47 [ed. chinesa].
- 18 *Colecção de Códigos da Dinastia Ming*, vol. 161, Lei, cap. II.
- 19 Montalto de Jesus, *Historic Macao*, Hong Kong, 1902.
- 20 *Registo Distrital de Heong San*, vol. 5, Relatório dos Oficiais Administrativos [Huang Ji 《宦绩》].
- 21 Pei Huaxing, *História das Missões da Igreja Católica na China no Século XVI* [Tianzhujiao Shi Liu Shiji Zai Hua Chuan Jiao Shi, 《天主教十六世纪在华传教史》].
- 22 Tcheong U Lan e Ian Kuong Iam, op. cit.
- 23 Tang Xianzu, *O Pavilhão da Peónia*, Cena 49, Na Margem do Lago Huai [Huai Po, 《淮泊》].
- 24 Silva, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau* [Aomen Bian Nian Shi, 《澳门编年史》], p. 12 [edição chinesa], Fundação Macau, 1995.

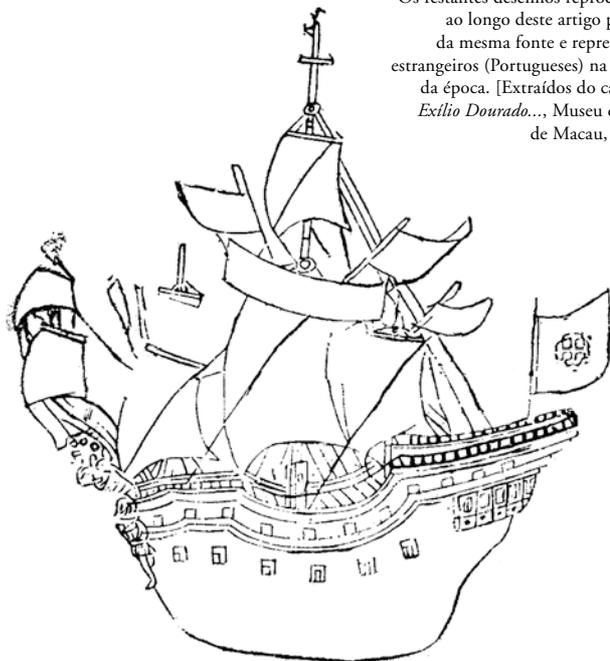
Apontamentos de Visitas a Macau durante as Dinastias Ming e Qing

TRANSCRIÇÃO E COMPILAÇÃO DE TIAN YINGXIA*

* [田映霞] Mestre do Departamento de Pedagogia da
Escola Superior de Educação de Huanan, Guangzhou, RPC.

*Instructor in the Department of Pedagogy at the Huanan
University School of Education, Guangzhou, China.*

Desenho de nau portuguesa,
in *Registos de Macau*, dinastia Qing.
Os restantes desenhos reproduzidos
ao longo deste artigo provêm
da mesma fonte e representam
estrangeiros (Portugueses) na Macau
da época. [Extraídos do catálogo
Exílio Dourado..., Museu de Arte
de Macau, 2002.]



INTRODUÇÃO

Com a abertura do seu porto nos anos Jiajing [Ka Tcheng, 嘉靖] da dinastia Ming [明], Macau passou a ser objecto da visita por parte de não poucos letrados do interior do continente, uns de inspecção, outros de visita turística ou de refúgio em Macau, deixando-nos algumas descrições fascinantes do território, que podem classificar-se como apontamentos de viagem. Para satisfazer as necessidades dos leitores, aqui transcrevemos um conjunto de alguns que compilamos.

CAPÍTULO XIANBO — APONTAMENTOS SOBRE A VIAGEM A LINGNAN

Xianbo Bian You Lingnan Ji, 《贤博编一遊岭南记》. O autor Ye Quan [叶权], natural de Xiuning [休宁], da província de Anhui [安徽], esteve de visita a Lingnan [岭南] no 44º ano Jiaqing (1565) e, em Novembro desse ano, visitou Macau.

Em Cantão, parte do financiamento militar destina-se à assistência aos barcos estrangeiros. Abriu o comércio marítimo e os comerciantes chineses e estrangeiros fazem negócios, angariando lucros da troca de mercadorias, sem aderir a outras tentações, pelo que a situação não é má. Hoje em dia, milhares de estrangeiros reúnem-se em Macau, com forças poderosas, subjugando chineses e suas mulheres e filhos. Os oficiais militares encarregados da defesa de Macau e os funcionários responsáveis pela cobrança de impostos limitam-se a consolá-los com palavras bonitas para manter o controle, pois se trata de uma situação que não se pode superar pela força. O comércio fazia-se apenas em barcos, que voltavam ao mar depois dos negócios concluídos e regressavam no ano seguinte. Hoje, os estrangeiros que abandonaram os barcos para morar em terra tornaram-se astutos, conluindo-se com os malféitores locais, sabendo de cor os pontos fortes e fracos da China, a tal ponto que, de navio, chegaram mesmo à cidade [de Cantão], sendo na realidade uma situação que tem de mudar! [...]

Na Primavera do ano seguinte, houve uma revolta em Dongguan [东莞]. Barcos de vários andares navegaram de vento em popa e chegaram até à capital da província. As portas da cidade fecharam-se e os rebeldes ficaram hospedados no palácio de Tianfei Gong [天妃宫], a beberem e a divertirem-se. O



THE FOUNDING OF MACAO II

comandante Tang Ke Kuan [汤克宽] sofreu contínuos reveses nos seus combates contra as tropas rebeldes. Enviou um mensageiro aos estrangeiros de Macau para lhes pedir ajuda, em troca da isenção de impostos, mas não era esta a intenção do *xun fu* [governador civil, 巡抚]. Os rebeldes acabaram assim por ser vencidos. Tang considerou-se como autor da façanha, continuando a aplicar impostos como dantes sobre o comércio marítimo. Os estrangeiros, por sua vez, indignados, deixaram de pagar impostos sobre as suas mercadorias, de modo que os funcionários da capital provincial recorreram a bloqueios, proibindo o transporte de arroz e farinha para Macau. Pela fome, os estrangeiros acabaram por submeter-se à cobrança de impostos, tendo-se queixado da falta da confiança dos chineses. Mas não chegaram a saber que tudo se deveu na realidade à intriga do comandante Tang.

A China, por seu lado, queixou-se também, dizendo que os estrangeiros são difíceis de controlar, pois ignorava a promessa que Tang tinha feito. Daí se pode ver que o incidente, qualquer que seja, se produz quando falta o conhecimento da situação envolvente.

Na ilha, os que moram em casas estrangeiras são todos *frangis*, provenientes dum país do Ocidente. São pessoas de pele branca e asseada, cabelo encaracolado, nariz alto, sobrancelhas compridas e caídas, olhos azuis. Usam chapéu vermelho e calças, feitas de *sahala* ou de brocado de fundo de nuvens e com motivos de flores diversas, todas frescas e bonitas. Usam sapatos de pele, com *goushen* que facilitava o seu uso, e luvas de pele mole. Às vezes levam um rosário na mão esquerda e uma bengala na direita. Nos dias frios, usam chapéu de pano grosso e sobretudo, como se fosse capote de monge budista. Os ricos usam roupa de *sahala*, com gola de felpo cortada, de cor violeta, diversos adornos no peito, nomeadamente cordões de ouro, aliança embutida de pedra preciosa do Ocidente, perfumam-se com óleo aromático, levam um punhal pendente do cinto, de quase um *chi* [33 centímetros] de comprimento, intercaladamente dourado e prateado, duma cor um pouco mais escura do que a normal, sendo portanto uma arma envenenada. Andam acompanhados por quatro ou cinco escravos negros,

que, armados de paus e espadas compridas, lhes sustentam uma cobertura vermelha. A espada é feita de aço flexível, podendo ser curvada e esticar-se de novo quando liberta da pressão. Os pobres e os escravos também vestem bem; só nas ocasiões fúnebres passam a vestir roupa e capote preto, chapéu também preto, não podendo utilizar outra cor. As mulheres são de pele mais branca e asseada, de cabelo a cobrir o rosto, envoltas num pano inteiro ou tecido de seda colorido, usam brincos de ouro nas orelhas e sapatos de pele. Usam um grande pano ou tecido de seda colorido, a arrastar no chão, que cobre todo o corpo à excepção do rosto, levando adornos de coral. O homem tira o chapéu e curva-se em sinal de cumprimento enquanto a mulher faz uma vénia semelhante à *wanfu* das mulheres chinesas.

São devotos de Deus, escrevem da esquerda para a direita e falam uma língua enrolada, parecendo a língua dos pássaros. Em cada três a cinco dias vão à igreja, e o padre estrangeiro propaga a fé religiosa, ou sentado ou de pé ou encostado; saídos da igreja, todos ficam emocionados, soltando mesmo soluços e suspiros. A divindade a que prestam homenagem é uma estátua de sândalo de seis ou sete *cun* [3 *cun* = 10 cm] de comprimento, em forma dum homem nu, cujos membros estão cravados com pregos. Disseram que é o antepassado deles, que sofreu assim por motivo de traição; a verdade devendo ser que os seus antepassados aproveitam o facto para transformar os comportamentos incorrectos e dominar a violência. Em baixo está um biombo, de nove divisões. As três superiores apresentam um retrato como se fosse de Lao Zi; as três do meio descrevem o seu antepassado, quando Menino, ao colo da Mãe, que o acaricia; as três inferiores parecem descrever a sua vida nupcial, com uma beldade, de costas para cima, e com um homem nu no regaço, não se sabendo o porquê desta cena (o intérprete também não conseguiu perceber). Os desenhos, como se estivessem detrás de um vidro, são côncavos e convexos, a fisionomia e mesmo os olhos e sobrancelhas das figuras são vivos. Os locais da ilha chamam a estas obras pinturas. Mas, depois duma minuciosa observação, cheguei a preferir chamar-lhes obras semelhantes a esculturas, que, devido ao vidro que as tapa e à cor cinzenta que reina, parecem pinturas; se fossem pinturas, como poderiam dar tal sensação? As quatro paredes das salas estão revestidas de tábuas, que se estendem desde o telhado, o chão é de alcatifa,

Na página anterior: "Mapa das Aldeias de Teng Xian" (província de Shandong). A carta, do séc. XVIII, representa com fiabilidade a configuração típica das aldeias na dinastia Qing, sendo visíveis a distribuição das guarnições militares de defesa e as vias de comunicação entre pequenas aldeias.

[Gravura extraída do catálogo *Vista Aérea da Terra – Mapas da China e de Macau*, CMMP, Macau, 2001].

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

e as camas e cadeiras são estranhas. Come-se comida preparada ao lume, bebe-se licor estrangeiro, de cheiro puro e forte, que, no copo, se apresenta da cor do âmbar, não há colheres nem pauzinhos, usam-se panos quadrados de cerca de um *chi* de lado, sobre os quais se colocam facas, usam-se as mãos para partir a comida. Toma-se banho com a água caída dum recipiente de cerâmica, que não é novamente aproveitada para lavar.

Os estrangeiros usam negros como escravos. As pessoas desse povo são pobres e muitas passaram a ser escravos dos *frangis*. São de fisionomia feroz, de cabelo encaracolado como se fosse da ovelha estrangeira, de pele tão preta como se fosse a tinta de escrever, de dedos dos pés, compridos e grandes, sendo pessoas deveras terríveis. A água do mar é amarga e perniciososa — os chineses, fisicamente fracos, morrem pouco depois de se meterem nela, mas os negros podem estar na água o dia inteiro, a buscar coisas perdidas, como se estivessem em terra. Os criados negros que os eunucos da dinastia Yuan [元] usavam e os 300 negros que foram importados do Ocidente nos inícios da nossa dinastia podiam ser do mesmo género. Trouxeram mulheres para a ilha, da mesma cor dos homens, que pintam a testa de vermelho, sendo pessoas ainda mais feias e sem vergonha, mas sabendo contactar os chineses. Há poucos dias, vi em casa dum estrangeiro um menino de seis ou sete anos de idade chorando; perguntei ao intérprete se era filho do dono estrangeiro. Respondeu-me: “Não. Foi sequestrado

em Dongguan e vendido aqui. Chora porque sente muita saudade dos pais.” Os estrangeiros podem ter até cinco ou seis filhos adoptados e mais de dez filhas adoptadas, que têm todos o mesmo destino. Os filhos adoptados vestem como estrangeiros e as filhas penteiam o cabelo para trás atado num tufo com um pano branco, vestem blusa de tecido estrangeiro, a parte inferior do seu corpo está rodeada por um pano, não usam roupa branca nem sapatos; não vestem outra roupa, mesmo em Dezembro, com muito frio. Os locais da ilha que acabaram por ser criados ou concubinas dos estrangeiros não são menos de uns milhares. Eram todos filhos de famílias honestas, sendo uma situação deveras lamentável e indigna.

CAPÍTULO YUEJIAN — REGISTOS DOS ESTRANGEIROS

Yuejian Bian—Zhi Wai Yi, 《粤剑编—志外夷》. O autor Wang Linheng [王临亨] é natural de Kunshan [昆山], da província de Jiangsu [江苏].

No 29º ano Wan Li (1601) foi mandado a Cantão julgar casos, Em Setembro desse ano fez uma viagem por Macau. O texto descreve o que viu e ouviu quando da sua visita a Macau.

Os ocidentais são de olhos profundos, nariz alto, calvos, cabelo encaracolado. Vestem roupa de algodão com motivos, requintadamente feita, a emitir brilhos fascinantes. Falam uma língua estranha, que não conseguimos perceber. Devido à minha chegada, o enviado-fiscal ofereceu um banquete no templo de Haizhu. Informados, mais de dez líderes dos estrangeiros ofereceram-me dois pratos de bolo e uma garrafa de vinho. Os bolos foram cobertos por um lenço, em sinal de respeito. O enviado-fiscal ofereceu-me todas as prendas. Os bolos têm mais de dez variedades, de sabor diferente, mas todos cheiram bem, são aromáticos e têm uma forma bem fina. Se calhar, as mulheres da nossa grande terra não possuem as melhores técnicas da cozinha. O lenço branco com que se cobrem os bolos parece de tecido simples, mas com dobrinhas, tão fino que a nossa terra não o pode produzir. Quando voltar, hei-de levar o lenço e a garrafa para satisfazer a curiosidade dos interessados.

A terra natal desses estrangeiros é o centro dos diversos países ocidentais. A mercadoria diversa que se importou da China nos meses de Março e Abril foi reexportada para os mercados do Japão e outros países,



THE FOUNDING OF MACAO II

para obter maiores lucros; tudo o que se transporta é mercadoria desse género. Quando ainda estava na capital provincial, vi chegarem três barcos, cada barco levando 300.000 taéis de prata, que, depois de terem pago os impostos, foram autorizados a entrar na cidade para fazer negócios com o povo local.

Os estrangeiros ocidentais que chegam à China costumam tomar Aoshan [Macau] de Xiangshan [distrito de Heong San, 香山] como ancoradouro e, depois de terminarem o comércio, os seus navios voltavam a fazer-se ao mar. Com o passar do tempo, a fiscalização afrouxou a pouco e pouco, a tal ponto que se reúnem em número considerável, como se fossem formigas e abelhas, tendo estabelecido casas em Aoshan. As autoridades actuam duma forma favorável à sua entrada no mercado, não lhes aplicando rigorosamente o que está estipulado nas leis e deixando-os temporariamente à vontade, mas recorrem a uma rigorosa ordem de proibição, segundo a qual os cereais e outros produtos não podem transportar-se para Macau, bloqueando-os, para assim eles não poderem permanecer. Não obstante, os estrangeiros têm fortes recursos financeiros, a tal ponto que, quem aí se desloque, negociando com eles pode obter lucros de dezenas de vezes, e a proibição, por mais rigorosa que seja, não pode dominar tal comércio. Segundo se diz, os que se reúnem em Aoshan já ultrapassam 100 mil, em cerca de dez mil famílias. É deveras uma verruga no Sul, não se sabendo qual irá ser a sua situação quando apodrecida!

Os estrangeiros de Macau usam aparelhos e utensílios requintadamente feitos. Há, por exemplo, um instrumento de foles [órgão] e uma ampulheta. Num armário de madeira estão montadas centenas de tubos de som ou de cordas, que serão accionados por um mecanismo. Uma pessoa sopra ar para o seu orifício e as dezenas de tubos emitem sons; alguém mexe no seu mecanismo e as dezenas de cordas emitem sons, ritmados e agradáveis. A ampulheta é feita de bronze; cai uma bolinha ao meio-dia que toca ao passar de cada hora, até às doze horas. As flores, árvores, pássaros e animais que aparecem nas pinturas são todas vivas e as esculturas são tão vivas como se fossem pessoas reais. A este respeito, Liu Tianyu [刘天虞] disse-me a sua impressão: “Estive em Aoshan. Quando primeiro olhei as esculturas, senti vontade de lhes falar, e só depois de uma observação minuciosa consegui descobrir a verdade.”

Há estrangeiros negros, conhecidos como “diabos pretos”, cujo corpo é tão escuro como se fosse de tinta de escrever; disseram que os seus ossos são também da mesma cor. Podem viver dezenas de dias em água para apanhar peixes e camarões, que comem vivos, tomando-os como o sustento da sobrevivência. Os barcos estrangeiros, quando se fazem ao mar, levam a bordo um ou dois pretos, para os usarem em casos de urgência e no dia-a-dia. Um preto submetido às leis chinesas, a ser julgado por mim, tem uma fisionomia extremamente feia e terrível. Um criado disse-me: “Este preto está na prisão há alguns anos, tem comido alimentos preparados ao lume, pelo que já se torna um pouco mais branco do que antes”. No entanto, quando depois julguei casos em Xiangshan, vi um preto de pele muito preta, apesar de ter estado na prisão havia alguns anos, parecendo que a cor da pele não tenha a ver com a comida preparada.

Em Setembro do ano Xinchou, dois barcos estrangeiros chegaram a Xiangshan’ao [Macau]; como o intérprete não conseguiu identificar a nacionalidade dos tripulantes, toda a gente lhes chamou “diabos de cabelo vermelho”. São pessoas de cabelo vermelho, olhos redondos, cerca de um *zhang* (1 *zhang* = 3 metros) de altura. Os seus barcos são enormes, exteriormente revestidos de chapa de bronze, de 2 *zhang* de calado. Os estrangeiros de Xiangshan’ao, que temiam que entrassem em disputa com eles pelo mercado, recorreram a tropas para os expulsarem. Os barcos fizeram-se ao mar e foram levados pelo tufão tendo-se-lhes perdido o rasto.

A prata dos estrangeiros ocidentais é em forma de moeda, com finos motivos nas duas faces.

O veludo e a roupa de penas são produtos dos países ocidentais. Os locais de Huicheng [会城] passaram a imitá-los. O veludo imitado é quase idêntico ao original, mas quanto à roupa de penas, a diferença entre o produto original e o imitado é muito grande.

NOTA POSTERIOR DO APONTAMENTO NOCTURNO DO DIA 14 DE SETEMBRO

Jiu Yue Shi Si Ri Ye Hua Ji Fu. 《九月十四日夜话记附》

O *dacheng* (um cargo), senhor Dai, ofereceu mais um banquete na sua residência em minha honra. Na altura, mais de duzentos “diabos de cabelo vermelho”, em dois navios gigantescos, surpreenderam

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

Xiangshan'ao; ouvi dizer que o senhor Dai decidiu mandar tropas para os capturar. Quando do banquete, perguntei-lhe: "Ouvi dizer que há alarme no mar. É verdade?" O senhor Dai respondeu: "Sim." "Disseram que amanhã o senhor manda tropas para os liquidar. É também verdade?" Respondeu: "Esta é a ideia do *can zuo* [consultor, 参佐]. Mande hoje barcos de guerra, em emboscada, a vinte *li* (2 *li* = 1 quilómetro), a vigiar a sua situação." Continuei: "Pretendem invadir, fazer comércio ou procurar abrigo devido à tempestade, tal como um cavalo selvagem fatigado do galope?" O senhor Dai respondeu: "Não se sabe. Poderá ser em certo grau um comércio. Hoje em dia, os estrangeiros de Xiangshan'ao estabeleceram-se em Aoshan, comerciando connosco. Pode ser uma disputa entre eles.

Os estrangeiros de Macau têm suficientes forças para resistir aos estrangeiros de cabelo vermelho? Opondo uns estrangeiros a outros, sem usar uma arma nossa, podemos espalhar a fama do nosso país no mundo; se não têm forças suficientes, deixemos os estrangeiros de cabelo vermelho a fazer comércio connosco; daí poderemos tirar recompensa do comércio que fazemos com os estrangeiros de Macau. Considero que esta é a melhor estratégia, pelo que mandei barcos de guerra em emboscada à distância, vigiando a situação deles. Pode dizer-me a sua opinião?" Respondi: "A sua estratégia é muito conveniente. Agradeço pela confiança. Os estrangeiros de Xiangshan estabeleceram-se em Macau e o seu número, segundo disseram, atinge dez mil pessoas. Dez mil pessoas contra duzentas pessoas, é como se a ventania soprasse as penas. Estas duzentas pessoas que vieram fazer comércio não são culpadas; se o senhor mandar liquidá-las, terá um espinho na consciência. Se ainda não conseguir liquidá-las todas e algumas conseguirem fugir, hão-de reunir-se com outros e voltar para a vingança. Se for assim, será uma catástrofe para nós. De temperamento de cão e ovelha, não podem eles distinguir o bem do mal, podendo afirmar que foram os *han* que liquidaram os seus companheiros. Não será assim? Queria dar-lhe a conhecer a minha ideia. Podemos dizer-lhes que, além do porto de Xiangshan, há outros portos marítimos onde se pode comerciar. O senhor pode mandar um intérprete perguntar-lhes se vieram fazer comércio. Se for assim, mande um funcionário competente escolher um outro porto onde os estabeleçamos. Pode enviar ofício aos estrangeiros de Macau, dizendo-lhes que eles

são todos hóspedes, cada parte comercializa produtos nativos do seu país, não há contradição de interesses, não podendo portanto lutar uns contra os outros, e que as tropas chinesas hão-de liquidar quem desencadeie guerra. E, por outro lado, o nosso imperador considera muito o ouro e o jade; mais um porto de comércio será mais uma vantagem nossa, e o senhor poderá ser, portanto, mais fiel ao imperador. Se as duas partes de estrangeiros abandonarem o uso da força militar, o senhor poderá revelar maior benevolência. Se o senhor conseguir recorrer a meios de intimidação para as duas partes deixarem de recorrer à guerra, será um grande sucesso do senhor. Quem semear ódio será dominado e castigado pela China como se fosse peixe no tanque ou árvore na floresta!" O senhor Dai disse: "Muito bem!" E bebemos assim à vontade até ao fim do banquete.

APONTAMENTOS SOBRE MACAU

Aomen Ji, 《 澳門記 》. O autor Lu Xiyan [陆希言], natural de Hua'ning [华宁], província de Jiangsu, na companhia de Wu Yushan [吴渔山], deslocou-se, no 19º ano do reinado de Kangxi [康熙] da dinastia Qing (1680), a Macau onde se dedicou à aprendizagem da teologia.

O distrito de Xiangshan é banhado pelo mar nas quatro direcções, com um território estendido por 500 a 600 *li*, e com um número considerável de montanhas e ilhas. As grandes estendem-se por dezenas de *li*, e as pequenas por alguns *li*, sendo no entanto todas desérticas. São abrigos de baleias, salamandras, tigres e leopardos. Os que passam por ali são poucos, ou bandidos ou estrangeiros. Há boas terras cultiváveis, mas os camponeses têm medo de ali se estabelecer, pelo que os contributos e impostos são em quantidade muito insignificante. Só os barcos de comércio que ali passam pagam impostos de comércio externo. Os assaltos são frequentes, pelo que os impostos ficam quase em nada e o distrito é como se não existisse. Daxiyang [Portugal, 大西洋] encontra-se a 90 mil *li* para oeste; as pessoas desse país dedicam-se ao comércio e os seus barcos navegam por todo o mundo. No anos Jiajing da dinastia Ming, passaram por Xiangshan, foram surpreendidos pelos bandidos e lutaram heroicamente, tendo mesmo destruído o esconderijo dos bandidos. As autoridades informaram a corte desse feito, pelo que deixaram que se estabelecessem em Macau, atraindo os comerciantes de terras longínquas, a fim de lhes cobrar impostos.

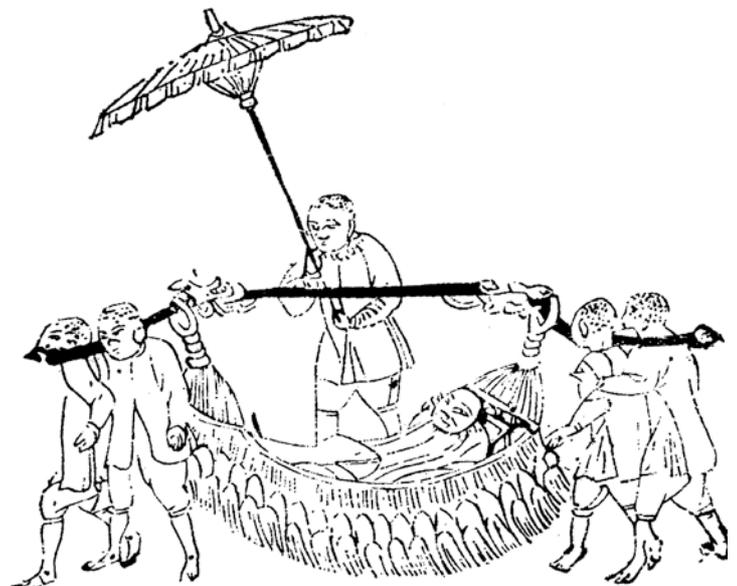
THE FOUNDING OF MACAO II

Em Qianshan [前山], vi uma terra em forma de folha de lótus, a flutuar na água, cujo pecíolo é uma passagem de domínio, servindo de fronteira. Ao aproximar-me, passei a entrever pavilhões e quiosques, intercalados, ou em cima da colina ou na margem do mar, com despenhadeiros de forma curva, como se fosse uma bela pintura de paisagem. Pisando essa terra, descobri logo que não há nem um troço de muralha, os peões são poucos e em todas as famílias não há acumulação de cereal, revelando-se uma tristeza e pobreza. Dos que ali se estabeleceram com satisfação, há letrados que, bem vestidos, lêem, recitam, entram e saem da igreja católica, comentam sobre as leituras e estudam física; há também guerreiros, que, armados de espada, sobem e descem da fortaleza, rivalizando na força e coragem, pretendendo ser pessoas que possuem domínio sobre dragões e tigres. Contudo, tanto os letrados como os militares, todos obedecem a Deus. Todos os seus comportamentos se encontram sob o poder e protecção de Deus. Os portugueses professam o catolicismo e conhecem que o nosso país é uma terra do Rito e Justiça, onde se desconhece o Senhor do Céu e da Terra, tendo-lhe esquecido a origem e aderido ao budismo, disse informando o Papa, que autorizou que os eclesiásticos pudessem deslocar-se ao Oriente.

Chegou assim o senhor Francisco Xavier; depois, Matteo Ricci ofereceu objectos preciosos ao imperador Shen Zong [神宗] e expôs-lhe o catolicismo, e o imperador ficou de acordo com a doutrina e deu-lhe uma residência onde traduziria obras clássicas e divulgaria a religião ortodoxa. Muitos vassalos e letrados iam consultá-lo, a tal ponto que não havia assento vazio, tendo exercido uma tão grande influência, que muitos eclesiásticos acorriam à China. No primeiro ano do reinado de Huai Zong [怀宗], a revisão do calendário que se considerou velho foi entregue a Xu Guangqi [徐光启], que era *libu shangshu* [ministro das Cerimónias e Relações Exteriores, 礼部尚书], o qual nomeou Niccolò Longobardi e Johann Terrenz como *zhili* [especialista do calendário, 知历], e posteriormente Johann Terrenz e J. Adam Schall von Bell foram também integrados na equipa, tendo trabalhado até à conclusão da revisão. Quando do reinado de Yihe, J. Adam Schall von Bell assumiu muitos outros cargos. Posteriormente, Bai Naixin, Ferdinand Verbiest, Tomás Pereira e Manuel de Siqueira foram sucessivamente chamados para a capital chinesa;

e Luigi Buglio, Gabriel de Magalhães e Cláudio Filippo Grimaldi, que trabalharam junto do imperador, seguiram todos o mesmo caminho para entrar na capital do império. Foi por esta razão que os que trabalhavam na corte tentaram classificar Macau como um lugar de origem da religião, mas os funcionários locais contestaram, alegando que Macau se encontra fora da fronteira. Não se sabe quem tinha razão!

As igrejas católicas são muitas, nomeadamente a de São Pedro, a de São Paulo, a de São Domingos, a de São Francisco, a de Santo Agostinho, a de Santo António, a de São Lourenço, a de São Lázaro, entre outras. São da mesma Igreja e do mesmo catolicismo, mas o rito religioso realizado varia, o que pode justificar a existência de tantas igrejas. As de São Domingos e São Francisco destinam-se aos próprios eclesiásticos; a de Santo Agostinho pratica um rito semelhante, mas com poucas regras, que são também frouxas; as de Santo António e São Lourenço, ambas subordinadas à de São Pedro, embora estritamente relacionadas com a vida eclesiástica, aceitam em certo grau costumes civis, destinando-se especialmente à realização de ritos de casamento e fúnebres para os seus devotos. A lepra alastra em toda a província de Cantão [Guangdong, 广东], e a Igreja de São Lázaro presta especialmente assistência aos doentes. A igreja de Nossa Senhora visa praticar caridade, adoptando bebés abandonados e prestando assistência aos pobres abandonados. Há ainda outra igreja que, funcionando como hospital, presta assistência e abrigo aos doentes de todas as idades,



A FUNDAÇÃO DE MACAU II

aos que estão privados de recursos para viver e aos que vieram de longe e carecem de meios de sobrevivência. As despesas dos medicamentos e do pessoal são angariadas em todas as freguesias, em vez do próprio doente se responsabilizar por elas.

A igreja de São Paulo é um estabelecimento onde se hospedam os jesuítas. A vida eclesiástica nessa igreja é dura e pouco conhecida pelos estranhos, o rito que pratica é popular, mas as suas regras são rigorosas, submetendo-se especialmente à continência da paixão sexual e da riqueza, sem pretender sobressair sobre os outros nem nutrir outras tentações. Disso são bons exemplos Bi Jinhang, J. Adam Schall von Bell e Ferdinand Verbiest, que, apesar de terem desempenhado importantes cargos na corte e merecido grandes honras, nunca se serviram dos seus cargos para satisfazer quaisquer tentações. É que respeitaram e seguiram rigorosamente as regras da sua Igreja. Quanto às actividades da caridade, prestaram assistência aos pobres, para além dos doentes e crianças, num espaço de sete meses, por duas vezes lhes ofereceram comida e roupa. Criaram ainda escolas gratuitas, não especialmente destinadas ao ensino das crianças com talento, onde as crianças eram criadas e entravam no ensino primário quando completada a idade exigida. Concluído o ensino primário, entravam no ensino “universitário”, recebendo mesmo subsídios de comida e roupa. Quando formadas, podem escolher a carreira, quer de eclesiástico quer de comerciante.

A igreja de São Paulo revela-se de magnificência e esplendor, destacando-se dentre todas as existentes, e as lições que ministra são diferentes das outras igrejas, à excepção do jejum, oração das sete e recolhimento ao toque do sino.

As fortalezas são também diferentes. Entre as grandes, figuram as do Monte, Guia, Fat Lan Chai Si, Pong Pa I Tai, Bala e Sai Nao I Pai, que, construídas em cima da colina e em lugares estratégicos, dispõem de dezenas de canhões. O canhão pode conter um *dou* (medida de volume chinesa, actualmente equivalente a dez litros) de pólvora e sete ou oito *dou* de pedaços de tijolo. Há 20 a 30 canhões, que podem conter cinco ou seis *dou* de pólvora e sete ou oito *hu* (1 *hu* = 5 ou 10 *dou*) de bolinhas de chumbo. O alcance do canhão atinge 40 a 50 *li*, podendo destruir coisas grossas e fortes. Há ainda dezenas de pequenos canhões, de média capacidade de pólvora, podendo apontar a coisas altas e distantes, sendo na realidade uma boa arma para ataques de

surpresa. O nosso país dispõe também de canhões velhos, que, embora também de fabrico dos *frangis* e dos estrangeiros de cabelo vermelho, estão muito longe de se poder comparar com estes canhões. Com estas armas, podem defender-se, ao leste, Jiuzhou [九洲], Majiao [马胶] e Hutoumen [虎头门], ao sul, Sanzhou [三洲] e Baijiaodao [百脚岛] de Nanling [南岭], e a oeste os portos marítimos de Xiangshan, Huangliangdu [黄连], Xiaolan [小榄] e Taiping [太平], protegendo assim da invasão estrangeira o Sudeste do País e Cantão, sendo com certeza uma façanha! Não falta no entanto quem os despreze por serem estrangeiros, com costumes estranhos, vestindo roupa estrangeira e falando língua também estrangeira. Se deixarmos de os tratar como estrangeiros e passarmos a familiarizá-los com os clássicos de Confúcio [孔子] e Mêncio [孟子] e com o rito da dinastia Zhou [周], para que possam usar os seus conhecimentos religiosos na orientação do nosso povo, todas as pessoas passarão a amar Deus e os outros, livres dos vícios, e todo o povo do país passará a constituir “os filhos do Céu”. Se aproveitarmos os seus conhecimentos da física para formar o pessoal do nosso país, o relacionamento entre as coisas será dominado e a providência será clara e minuciosamente descrita. A este respeito, o capítulo sobre o relacionamento entre as coisas de *Da Xue* [Estudos Superiores, 《大学》] pode servir de recompensa, corrigindo erros ou preenchendo lacunas. Se aproveitarmos a audácia deles para controlar os rebeldes, a rebeldia deixará de ser preocupante e todas as pessoas serão vassalos. Se aproveitarmos os impostos a cobrar sobre eles, o orçamento nacional não sofrerá défice, sendo na realidade uma coisa tão agradável como a harmonia musical. Não é tão lamentável que, na nossa terra, pessoas possuidoras de virtudes morais, de conhecimentos profundos, e que poderão contribuir para o nosso país, sejam hoje tratadas como estranhos e com discriminação? Ou ninguém soube estudar a situação?

NOVOS FACTOS DE GUANGDONG
— MACAU

Guandong Xin Yu—Aomen, 《广东新语—澳门》. O autor Qu Dajun [屈大均], natural de Panyu [番禺] de Cantão, reside em Macau no 27º ano do reinado de Kangxi (1688).

Os navios estrangeiros, quaisquer que sejam, hão-de tomar *ao* [baía marítima, 澳] como abrigo. *Ao* significa porto onde barcos podem ancorar. Em

THE FOUNDING OF MACAO II

Xiangshan, havia um *ao* conhecido como Lampacau [Lang Bai Ao, 浪白澳], de mais de cem *li* de extensão, onde embarcações estrangeiras faziam comércio. Nos anos Jiajing, como os estrangeiros consideraram demasiado distante esse porto, subornaram o mandarim responsável a fim de lhes autorizar o uso de Haojing [Macau, 濠镜] como porto. Haojing encontra-se fora de Hutiaomen [虎跳门], a vinte *li* a sudeste, com duas baías, sul e norte, e banhado pela água do mar. Os estrangeiros reuniram-se nessas duas baías, tendo construído povoações. Desde então, os portos de Guanghai [广海], Wangtong [望峒] e Qitan [奇潭] de Xinning [新宁], os de Lampacau e Shizimen [Porta de Cruz, 十字门] de Xiangshan, e os de Hutoumen, Tunmen [屯门] e Jiqi [鸡栖] de Dongguan [东莞] foram abandonados, passando Haojing a ser o único porto de abrigo dos barcos. A vinte *li* do sul da sede distrital de Xiangshan ergue-se uma colina em forma de pecíolo de lótus, e ao sul da colina estende-se uma terra em forma de folha de lótus até a Aomen [Macau, 澳门]. A colina revela-se bastante abrupta, donde um descuido pode levar à queda mortal. Ultrapassada a colina, vê-se um sem fim de mar e céu, com ilhotas verdejantes e com dezenas de casas brancas a espreitar por entre a fumaça, que são as residências dos estrangeiros de Macau. A 60 *li* é a passagem da fronteira, fora da qual há mais de cem casas de estrangeiros. Uma aldeia situa-se em frente, em cima da colina localiza-se a residência do *can jiang* [tenente-coronel, 参将], subindo ao topo vê-se um *ao* (baía, porto) em frente.

O *ao* fica ao sul e a aldeia ao norte, disposição propositada para protecção dos traidores de Macau e também dos invasores. Chega-se primeiro a um lugar conhecido como Qing Zhou Dao [Ilha Verde, 青洲], onde abundam árvores frondosas, e, entre as palmeiras *gomuti* e os bételes, há construções com decorações estranhas. Mais dez *li* para a frente, chega-se a Macau, onde há o *tai* do sul e o do norte. *Tai* significa colina, como as duas *tai* estão em frente uma à outra, esta terra foi chamada de Aomen (Porta da Baía, Macau). Os estrangeiros colocaram em linha grandes armas de fogo, de bronze, a fim de se protegerem. As suas casas são todas de três pisos, encostadas na colina. Os edificios revelam-se quadrados, redondos, triangulares, hexagonais ou octogonais, em forma de frutas diversas, diferentes umas das outras, rivalizando em beleza e moda. Os donos estrangeiros moram em cima deixando

os chineses morarem no rés-do-chão, sem revelar desprezo para com eles. No topo da colina há uma plataforma, atravessada por um caminho, à qual frequentemente se sobe para vigiar o movimento marítimo. No seu sopé há a igreja de Tong Wong Ieong [Dongwangyang, 东望洋] e a de Sai Wong Ieong [Xiwangyang, 西望洋], outra que se encontra entre elas é conhecida como São Paulo, considerando Jesus Cristo como Deus a que se reza, de mais de dez *zhang* de altura, parecendo um edifício de pedra, com esplêndidas esculturas. O chamado *fa wang* [bispo, 法王] responsabiliza-se pelas suas práticas religiosas. O *fa wang* não permite confissão aos estrangeiros que cometeram crime, e manda executá-los de imediato; e os que obtêm autorização para confessar são fustigados, a tal ponto que todo o corpo fica banhado de sangue, pois consideram que este tipo de castigo pode evitar o castigo do inferno. Ao entardecer, homens e mulheres vão à igreja rezar, ouvindo os sermões do padre.

As igrejas têm órgão, instrumento invisível, instalado num baú revestido de pele, com um pouco mais de uma centena de tubos de vento, quando ligeiramente se pressiona um saco de ar, o baú emite sons ritmados e harmoniosos, agradáveis, a acompanhar o coro. Têm espelho de vidro de mil pessoas, que pode reflectir coisas suspensas. Têm espelho mágico, onde uma pessoa que fica longe pode aparecer como dezenas de pessoas e onde o santo da igreja pode transformar-se em milhões de santos. Têm lente de mil *li* [telescópio], com a qual se pode observar o topo de um pagode a 30 *li* de distância, com campainhas e cordas muito claras e traços de carácter nítidos, e a Lua parece nela uma lagoa, com manchas pretas a flutuar, as suas partes claras são como nuvens ligeiras da pintura, e o seu fundo emitindo luzes quebradas em todas as direcções, parecendo uma lanterna cuja luz trespassa o papel. Têm microscópio, com o qual se pode observar a larva cuidando de três ou quatro filhos e os pêlos do piolho, pretos e de cerca de um *cun* de comprimento, sendo possível a sua contagem. Têm relógio de toque automático, mapa dos mares e outros aparelhos magníficos.

Entre as flores, destacam-se a flor de tília e o cravo; entre os pássaros, o papagaio, de cor branca ou vermelha. O pássaro *yaofeng* (*tonghuafeng*) é suspenso de cabeça para baixo; dos animais destaca-se o mangusto (uma espécie de icnêumone da Índia, que ataca e mata cobras venenosas),

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

enquanto o cãozinho se considera de estimação. As pessoas usam chapéu de pano preto e tiram-no em sinal de cumprimento; usam cobertor colorido para cobrir o corpo, sem costura nem manga e *jin* (parte frontal do fato); levam na cintura uma espada tão comprida que a sua extremidade, de alguns *cun*, se arrasta no chão, tocando nas pedras. Têm cabelo caído sobre os ombros, da cor vermelha-preta, encaracolado e solto, cara bastante branca, nariz alto e olhos profundos e de cor azul, sendo pouco diferentes dos chineses.

Os seus criados têm todo o corpo da cor preta como se fosse da tinta, o cabelo solto, o cheiro mau, o aspecto como se fosse do diabo, os lábios muito encarnados e os dentes brancos, só estes dois últimos aspectos nos lembrando serem pessoas; as roupas que usam são vermelhas, geralmente de veludo e brocado de sarja, tratando-se dos chamados “diabos-criados”. A língua que falam é incompreensível. Todos os dias tocam num sino de bronze. Usam recipientes de vidro, cobertos de pano branco, cada um usando vários recipientes; usam água-de-colónia e essência de ameixoeira. Quando sentados, têm a mão direita em baixo, sem a usar, alegando que só a usam quando defecam; quando comem só usam a mão esquerda. Quebram primeiro alguns ovos para os chupar, usando em seguida faca de metal para os cortar e cozer. Limpam a mão com novo tecido branco, que uma vez usado deitam para o lixo. Depois de comerem deitam-se logo e, ao entardecer, levantam-se para os afazeres com a luz acesa.

As mercadorias estrangeiras que acumulam são geralmente comercializadas por mulheres. As mais bonitas são de cabelo bem penteado, colorida e esplendidamente vestidas, e de olhos azuis claros. Entre eles a mulher merece a maior consideração, pois faz trabalhos domésticos e herda os bens do pai, enquanto o homem é casado fora, sendo este tipo de casamento conhecido como “*jiaojin*.” O homem não pode ter duas mulheres e o infractor é executado sem a possibilidade de perdão. Mulheres que entraram no templo obedecem completamente ao chamado *fa wang*, com quem têm filhos, conhecidos como filhos do dono do céu, de muitíssima importância. Ter um genro chinês pode ser um evento a assinalar por todo o Macau. Quando o genro quer repatriar-se, a sua mulher usa um unguento para enegrecer a cara e encaracolar e

amarelar o cabelo, passando assim a ter uma fisionomia de estrangeira.

As pessoas de Macau são na sua maioria ricas, e Portugal substitui cada ano o seu administrador. Chegam barcos carregados de coisas preciosas e estranhas, cada barco traz a bordo uma quantidade incalculável de prata. Os naturais de Fujian [福建] recebem o metal precioso e distribuem-no aos artífices, para fabricarem objectos variados de uso diário, com os quais trocam mercadorias preciosas, obtendo assim bons lucros anualmente. A proibição do comércio marítimo é, desde há algum tempo, muito rigorosa, de modo que o povo não pode fazer comércio com Macau; contudo, o *fan wang* [rei dos estrangeiros, 番王] domina o comércio clandestino, ficando com todos os lucros obtidos. As pessoas comuns não tinham e não têm acesso a um centavo de lucros.

APONTAMENTOS DA INSPECÇÃO A FUJIAN E GUANGDONG

Ming Yue Xun Shi Ji Lue, 《闽粤巡视纪略》. O autor Du Zhen [杜臻], natural de Xiushui [秀水], província de Zhejiang [浙江], foi enviado pelo imperador no 22º ano do reinado de Kangxi (1684) para uma inspecção às duas províncias de Fujian e Guangdong, tendo-se deslocado a Macau em Fevereiro do ano seguinte.

No ano Yiwei, subi a duas fortalezas de Aoshan (Macau), tendo contemplado as diversas paisagens de Hainan [sul do mar]. Trata-se de um território subordinado a Xiangshan, localizado exactamente no sul da província de Guangdong, ligado aos quatro mares, com numerosas ilhas. A povoação de Aomen, também conhecida como Haojing’ao ou Xiangshan’ao, encontra-se ao sul da aldeia de Qianshan. Tem a forma de *lingzhi* (lótus), de 10 por 20 *li* de extensão. Ao norte, há um pequeno dique de pedra atravessando o mar, pertencente à aldeia de Qianshan, de mais de dez *zhang* de largura e seis *li* de comprimento, que nos lembra o pecíolo de *lingzhi*. Construiu-se uma passagem onde se ligam a aldeia e o dique, passagem conhecida como Guiziguan [passagem do diabo ou dos estrangeiros, 鬼子关], destinada à defesa e sendo regular o seu funcionamento. Os que residem na ilha são todos estrangeiros, com cerca de mil famílias. Os locais que quiseram sair para lá, fora do horário da passagem, foram impedidos pelos guardas da passagem; os estrangeiros também não podem entrar sem

THE FOUNDING OF MACAO II

autorização. No entanto, o abastecimento de cereais dos estrangeiros depende do interior, pelo que os locais costumam transportar cereais para os comercializarem junto da passagem. Aoshan está equipado de canhões, mas não há soldados de defesa fronteira, pois são os próprios estrangeiros que tomam conta da defesa. O que dá força aos estrangeiros são os canhões; a fortaleza do leste chama-se Fortaleza do Monte, com 26 canhões, dos quais um de dez mil *jin* [2 *jin* = 1 quilo], um de 9700 *jin*, quinze de 5000 *jin* cada, cinco de 4700 *jin* cada, três de 4500 *jin* cada. A fortaleza do oeste chama-se a Fortaleza da Penha, com onze canhões, dos quais seis de 5000 *jin* cada, dois de 4500 *jin* cada e três de 3 800 *jin* cada. Os bandidos podem ser bem observados a dezenas de *li* por telescópio, a partir da fortaleza: as velas, as armas, as cores da roupa e até o cabelo aparecem bem nítidos. Usando os canhões, os bandidos são todos abatidos, pelo que têm medo de se aproximar. Graças a esta arma, Macau nunca foi atacada pelos bandidos. No 8º ano do reinado de Kangxi, houve um debate sobre a expulsão dos diversos estrangeiros, mas em vão: os estrangeiros continuam lá até hoje.

De Macau, indo de barco dez *li* para o sul, chega-se a Shizimen. Duas colinas erguem-se dos dois lados, formando-se assim a abertura da porta. Mais dez *li* para sul encontra-se a ilha de Xiao Hengqin Shan [小横琴], com uma abertura conveniente. Um pouco mais para sul-sudoeste é a ilha de Da Hengqin Shan [大横琴], parecendo um dupla cadeira. A 20 *li* de Macau de barco para oeste, fica a ilha de Sanzao [三灶], mais 20 *li* para a frente é Huangliangdu [黄梁都]. A 30 *li* de Macau de barco para leste, fica Yongkou [涌口], encontrando-se Qidao'ao mais 20 *li* para diante. As ilhas de Jiaomen [蕉门], Huangjiao [黄角] e Tanzhou [潭州] situam-se a nordeste de Macau. Shawei [沙尾] e Beishan [北山] a norte, separados apenas por um rio. Embora as diversas ilhas sejam berço de crimes e as suas circunstâncias sejam complexas, Macau conseguiu manter-se limpo entre elas, como se fosse a semente do lótus, o que é de veras um milagre.

Estrangeiros de diversos países, a sul e a oeste de Zhancheng (antigo reino que é hoje a região centro-sul do Vietname), residem na província de Guangdong já há muito tempo. O pagode estrangeiro no templo de Huaisheng [怀胜] na capital provincial, datado da dinastia Tang, tem 16 *zhang* de perímetro. Song Yujing [宋余靖] também disse que não se pôde



identificar donde provieram os comerciantes estrangeiros que residem em Guangdong e Taiwan. Os diversos estrangeiros de Macau dizem ser de Portugal. Nos anos de Wan Li da dinastia Ming, Matteo Ricci entrou pela primeira vez na China e, ao descobrir que Macau gozava de bom ambiente, passou a pedir ao seu país que mandasse emigrantes para ali se estabelecerem, a fim de se dedicarem ao comércio. Era uma pessoa de pensamento hábil, sabia fabricar aparelhos e dominava os conhecimentos necessários para elaborar o calendário, de modo que os letrados chineses gostaram de manter estreitos contactos com ele, visitando-o frequentemente em casa. Nos primeiros anos da chegada, pagaram anualmente 500 taéis de ouro como aluguer do terreno. A nossa corte deu grande consideração à virtude dos estrangeiros, dizendo que o país tem quatro mares com que pode enriquecer-se, não sendo necessário contar com essa quantia, que é como um grão no grande depósito de cereais, e acabou por isentá-los do pagamento, pelo que os estrangeiros ficaram gratos.

A divindade a que os estrangeiros rezam chama-se Deus, que se encontra no alto da sua igreja, luxuosamente decorada; tanto na capital provincial

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

como na do país podem encontrar-se as suas igrejas, sendo uma religião muito divulgada em Macau. Há uma estátua: uma mulher com um bebé ao colo, estranhamente vestida; dentro de uma redoma de vidro, parece uma mulher viva; é conhecida como mãe celestial, de nome Maria, e o menino que tem ao colo chama-se Jesus Cristo, sendo contemporâneo do imperador Aidi [哀帝] (6-2 a.C.) da dinastia Han [汉].

mercadorias pimenta, campeche, *duoluoni* (pano de lã) e vinho estrangeiro. Chegou em pleno Verão e voltou a fazer-se ao mar apenas no fim de Dezembro (do calendário lunar), pois o vento era favorável. Os comerciantes provieram de Daxiyang [Portugal, 大西洋] e de Xiaoxiyang [Goa, 小西洋]. Xiaoxiyang fica a dez mil *li* da China, a meio ano de caminho, e o Daxiyang a noventa mil *li*, precisando de três anos para

Os líderes de Macau são substituídos cada três anos, todos sendo nomeados pelo seu rei. O rei deles, que nutre respeito pela nossa corte, há-de dar sermões aos mensageiros que envia, para que respeitem e observem as leis. Os infractores e traidores são desarmados para sempre, de modo que a desobediência raramente acontece.

No lado direito da igreja há órgão e instrumentos de tubos de bronze, que de vez em quando tocam automaticamente.

Há ainda instrumentos de percussão e sopro, cujo mecanismo está escondido num baú de madeira, ligados por cordas de seda, com muitos dentes a tocar uns contra outros, e depois da rotação emitem sons diversos, como se saíssem das mãos e da boca. À esquerda é uma plataforma em que está instalado um enorme relógio, com santas ao redor, com ponteiros assinalando as horas; também accionado por um mecanismo, toca regularmente, um toque às *zishi* (das vinte e três à uma) e dois toques às *choushi* (da uma às três) e doze toques às *haishi* (das vinte e uma às vinte e três), sem falta alguma. Em frente há um disco, onde estão desenhadas as doze *chenri* (um dia tem doze *chenri*) e mais algumas horas, o sapo contendo bolinhas na boca a indicar a hora. Os que presidem à sua religião são eclesiásticos, que não têm família; os de Macau têm *fang* como seu apelido e os seus devotos têm todos família.

As mulheres vestem de vestido comprido e usam sapatos de seda. Os homens, de cabelo solto, usam chapéu de materiais estrangeiros, sapatos altos, capa de brocado verde claro e grevas de tecido *taobu*. O comércio realiza-se à noite, sendo as mulheres que o gerem enquanto os homens não saem de casa. Há uma história que diz assim: à chegada de um barco estrangeiro, o *bu zheng si* [tesoureiro provincial, 布政使] fez-lhe a fiscalização, tendo encontrado entre as

ali se chegar. Devido à proibição do comércio marítimo, os barcos estrangeiros deixaram de vir e os locais de Macau ficaram pobres. No 21º ano do reinado de Kangxi, ofereceram um leão pedindo autorização de comércio, a fim de recompensar a longa viagem. Obtendo a autorização, os barcos estrangeiros regressaram.

À minha chegada a Macau, o mensageiro do país deles, acompanhado da sua comitiva, tocando música, veio dar-me boas-vindas. Dos instrumentos há o bili (de sopro) e a pipa. A música que tocaram não é compreensível. O mensageiro tem na mão um bastão vermelho que parece de coral, liso, brilhante e tão mole que se poderá enrolar, não se sabendo o que é, mas que será um objecto de extrema importância no seu país, a tal ponto que pessoas comuns não podem pegar nele, com excepção da oferta ou autorização do rei, nomeadamente os mensageiros, e em Macau só quatro pessoas foram autorizadas a usá-lo. Para agradar ao público, os que vieram dar boas-vindas passaram a disparar com armas de fogo, que produziram repercussão estranha. Ao aproximar-me da pensão onde me iria hospedar, soltaram dois tiros de canhão, estrondosos, sacudindo mesmo as colinas. A pensão tem três pisos, com uma escada em espiral que, subindo, nos conduz ao interior da construção. É de pedra, requintadamente trabalhada. Os móveis, todos dourados, estão cobertos de pétalas, vermelhas e violetas, de alguns *cun* de grossura. Os criados

THE FOUNDING OF MACAO II

dividem-se em duas espécies: brancos e pretos. Os brancos, vulgarmente conhecidos como “diabos brancos”, de pele branquinha como se fosse de gordura, têm a fisionomia agradável, à excepção dos olhos, que parecem não falar, diferentes dos olhos dos chineses. Os pretos, conhecidos como “diabos pretos”, são extremamente feios, pertencentes às raças pérsica e de Kunlun (antigo reino, que abrange o sul da Indochina e as diversas ilhas do Sudeste Asiático). Os criados “diabos brancos” são da raça superior, geralmente filhos e irmãos dos próprios patrões brancos. Os pretos são considerados da raça inferior, condenados a ser criados e escravos de geração em geração. Usam chávenas de vidro com pires. As várias frutas que ofereceram são todas do Ocidente, extraordinariamente doces e aromáticas. Momentos depois serviram-me comida, em apenas quatro pratos, de cheiro forte e estranho, sendo especialmente preparados conforme a culinária estrangeira, a tal ponto que o frango não tem ossos, sendo ainda estranho que não se visse nem um corte, e não cheguei a perceber o porquê.

Uma pessoa de apelido Fang disse que os líderes de Macau são substituídos cada três anos, todos sendo nomeados pelo seu rei. O rei deles, que nutre respeito pela nossa corte, há-de dar sermões aos mensageiros que envia, para que respeitem e observem as leis. Os infractores e traidores são desarmados para sempre, de modo que a desobediência raramente acontece.

Passei ali apenas uma noite e retomei o caminho no dia seguinte. Ao partir, fiz uma poesia para lhes oferecer. Ofereceram-me várias prendas: um biombo de vidro, dourado e finamente trabalhado, sendo um tesouro raro; uma lente de mil *li* (telescópio), de cinco ou seis tubos ligados, com a qual se podem observar um por um os pormenores das coisas a dezenas de *li* de distância; dois relógios de toque automático, dos quais o maior é de seis ou sete *cun* de altura e o menor de metade da altura do maior, ambos de forma semelhante à plataforma do relógio de toque regular da igreja e a tocar da mesma maneira que o relógio da igreja; duas armas de fogo, de dois canos em paralelo, de mais de um *chi* de comprimento, podendo esconder-se na manga; em vez do estopim, usa-se a pederneira, e puxa-se o gatilho para disparar duplo tiro, sendo uma arma com que se pode melhor defender quando se anda à noite, pois é uma arma surpreendente para os assaltantes. Recusei todos, excepto uma dúzia de garrafas de vinho. Esta bebida é preparada à base de

uvas, da cor do âmbar e usa garrafas de vidro, sendo o líquido e o recipiente muito transparentes; as doze garrafas fazem um conjunto.

No 26º ano de Wan Li, chegaram a Macau barcos de comércio de Luzon [呂宋], mas foram recusados pelas pessoas de Macau, não conseguindo entrar; no 29º ano desse reinado, chegaram a Macau grandes barcos dos estrangeiros de cabelo vermelho, cuja entrada foi igualmente rejeitada. O intérprete dos estrangeiros disse que vieram só fazer comércio e não levantar problemas. Mas o *taisi* [funcionário, 台司] rejeitou por não lhe terem entregue tributos, de modo que os barcos estrangeiros voltaram a fazer-se ao mar, acabando por ser liquidados em caminho pelo Mancijia (antigo reino da Malásia). Segundo disseram, Taiwan está ocupado hoje pelos estrangeiros de cabelo vermelho.

No 2º ano do reinado de Hongwu [洪武], *Shi bo ti ju si* [Superintendência dos Navios Mercantes, 市舶提举司] foi pela primeira vez criada em Cantão. Localizava-se em *song shi bo ting* [宋市舶亭], que hoje é *haishanlou* [海山楼], a um *li* da cidade. No primeiro ano do reinado de Yongle [永乐], um vassalo interno foi mandado para ali dirigir essa repartição, na qualidade de *shibosi*; este, subordinado ao *tijusi*, estabeleceu a sua sede em Xianzibu [蜆子步], em Cantão, com 120 quartos onde hospedava estrangeiros. Nos meados do reinado de Zhengde [正德], os *frangis*, sob pretexto de fazer comércio, entraram, sem autorização, em Nantou [南头] de Dongguan, onde se estabeleceram. Houve ali estrondosos bombardeamentos, abalando mesmo terras longínquas. Cometeram muitas ilegalidades, e até crimes de sequestrar e comer crianças de menos de dez anos de idade, violar raparigas e, quando não conseguiam, seduzi-las pagando-lhes cinquenta moedas de ouro cada.

O *silian* [um magistrado, 司廉], informado, mandou tropas capturá-los, tendo morto o seu líder, de nome Yasan [亞三]. Mas insistiram na resistência, recorrendo a armas de fogo, tendo várias vezes derrubado as nossas tropas. Estas passaram a recrutar pessoas com grandes capacidades de natação, que conseguiram aproximar-se dos barcos e os perfuraram, tendo-os afundado e derrubado os estrangeiros, que se puseram em fuga. Foi precisamente nessa altura que o canhão dos *frangis* foi introduzido na China. Nesse mesmo ano, deu-se a conhecer uma ordem imperial, proibindo a entrada dos barcos estrangeiros, de modo que o mercado de Cantão ficou em decadência, despedindo-se para

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

sempre da prosperidade. O *xun fu* [巡抚] (inspector especial, que passa depois a ser o supremo chefe provincial encarregado dos assuntos civis e militares) de Guangdong e Guangxi, Lin Fu [林富], apresentou um relatório ao imperador dizendo: segundo as práticas tradicionais, diversos países, nomeadamente Annan (hoje uma parte do Vietname), Zhenla (Camboja), Champa, Pulau, Sumatera, Xiyang (países europeus e americanos), Java, Pahang (da Malásia), Baihua, Palembang (antigo reino em Sumatra) e Burni (Brunei) estão autorizados a fazer comércio connosco, e os *frangis* excluídos, mas o *buzhengsi* Wu Tingju [吴廷举], incorrectamente, deu-lhes a autorização, pelo que houve hoje susto e arrependimento, sendo deveras fruto duma decisão imprudente. Devido a este relatório, o imperador passou a proibir completamente a entrada dos estrangeiros. Não será uma política de “deixar de comer por ter medo de sufocar”? A meu ver, os impostos a cobrar sobre os barcos estrangeiros contribuem para as despesas da corte e para o orçamento militar, enquanto a plebe, com uma pequena mercadoria, mesmo em valor de apenas uma moeda, pode dedicar-se ao comércio, tendo a possibilidade de se enriquecer, e a prosperidade que outrora se viveu em Cantão deveu-se precisamente a este tráfico. Os lucros a angariar para o povo são diferentes dos lucros que atraem aqueles que pretendem lucros fáceis. Quanto à defesa, é preciso envidar esforços para a reforçar. Os barcos dos países que não obtiveram autorização de comércio devem ser expulsos logo, podendo evitar desta maneira incidentes imprevistos. Apresentei o meu parecer, que acabou por ser autorizado, de modo que os barcos estrangeiros voltaram a chegar.

A corte não estabeleceu a *Shi bo ti ju si*, cujas funções pertenciam ao *yan ke ti ju si* [departamento de controle dos impostos sobre o sal, 盐科提举司], que foi também fechado quando se passou a proibir o comércio marítimo. Depois de retomar o comércio marítimo, os barcos estrangeiros passaram a ancorar na aldeia de Qianshan, donde a mercadoria era transportada por via terrestre para Xiangshan; o seu controle estava a cargo do *fanmu* [番幕], e fica hoje a cargo dum subordinado do *fanmu*.

APONTAMENTOS DA INSPECÇÃO A MACAU

Xun Shi Aomen Ji, 《巡视澳门记》. O autor Jiao Qinian [焦祈年], natural de Zhangqiu [章丘] da província de Shandong [山东], no 7º ano do reinado de Yongzheng [雍正] (1729), assumiu o cargo de enviado imperial

“Guanfeng Zhengsu” (observar, investigar e disciplinar) de Guangdong, e teve uma digressão de inspecção por Macau em Dezembro do ano seguinte.

Em Dezembro do 7º ano do reinado de Yongzheng, fui mandado pelo imperador inspecionar no Leste de Guangdong. Em Abril do ano seguinte, estive em Lingnan, Shaoguan [韶关] e Zhaoqing [肇庆]; em Junho cheguei a Leiqiong [雷琼] e em Dezembro desloquei-me a Macau para tratar de assuntos vários. Macau, um território fronteiriço ao sul de Cantão, foi dado como oferta aos estrangeiros nos meados dos anos Jiajing, impondo-se-lhes uma cerca. No dia 2, saí da porta de Yongqing [永清] e embarquei, navegando rumo ao sul. As montanhas e rios, de longe, constituem uma paisagem pitoresca, e nas duas margens há muitas enseadas de areia formadas pela maré. Passámos pelo distrito de Shunde [顺德], onde um general se responsabiliza pela defesa, a fim de se proteger dos piratas.

Em vários portos há postos de vigilância, dando uma impressão de terror. No dia 6, chegámos ao distrito de Xiangshan, cuja defesa está a cargo de um adjunto do general, subordinado ao general encarregado da defesa de Shunde. No dia seguinte, andámos a pé mais de dez *li*, tendo entrado no desfiladeiro. Muitos picos, um detrás de outro, altos despenhadeiros, quase a tapar o céu, flores de pessegueiro em pleno desabrochar, cascatas penduradas de longe, nuvens flutuando baixo, tudo isto forma uma paisagem muito pitoresca. Andámos mais para a frente chegando a Chimapo, e, descendo desta ladeira, vimos uma planície sem fim.

No dia 8, cheguei à aldeia de Qianshan [前山], onde o *dusi* [都司] se encarrega da defesa, controlando os estrangeiros de Macau. Dali a mais vinte *li* para a frente, chegámos a Guanzha [Porta do Cerco, 关闸]. Um dique serpenteia por alguns *li* e o mar forma um círculo em volta da terra, sendo aqui a fronteira que separa os chineses (a norte) dos estrangeiros (a sul). Entrando em Haojing'ao [Macau, 濠镜澳], vimos os chefes dos estrangeiros, acompanhados por soldados, que vieram dar-nos as boas-vindas. Dos estrangeiros uns são brancos outros pretos. Os brancos são da raça superior enquanto os pretos são da raça inferior. São de cabelo encaracolado, penteado de maneira diferente. Usam chapéu triangular. Vestem fato curto, colorido, e com muitos botões que parecem pérolas em fio. Todos trazem uma espada. Usam botas de abertura traseira, que se apertam nas pernas. São seis chefes e um

THE FOUNDING OF MACAO II

intérprete, que me conduziram para uma tenda, onde, sentado, comecei a apreciar um espectáculo ritmado por tambores. Quando lhes dirigo alguma pergunta, quem responde tira o chapéu e mete-o no sovaco. Entrámos na cidade e na igreja de São Paulo, uma construção magnificente, em que os estrangeiros depositam todo o seu respeito. O edifício é tão espaçoso que se pode mesmo andar a cavalo. Os instrumentos estrangeiros estão a emitir sons agradáveis, que nos lembram a música dos tempos primitivos. Subimos por degraus à fortaleza, que está nos seus três lados banhada por um mar sem fim, com a colina Laowan [Lou Man San, 老万山] a sul, duas baías, uma a leste e a outra a oeste, Jiuzhou a sudeste e Humen ao nordeste. Céu limpo, sol brilhante a reflectir nas águas, como se fosse um espelho em que uma beleza se maquilha com conchas em bandeja de jade. Era no passado um lugar que os bandidos e ladrões costumavam frequentar, as suas ilhas não gozando da paz. Hoje em dia, o vento suave, a onda apaziguada, o mar sem sobressaltos, os comerciantes concentrados no seu negócio, tudo isto se deveu à façanha da nossa corte.

Ao norte de Macau há uma colina no mar, conhecida como Ilha Verde, semelhante à Jinjiao [金焦] do Yangtse [o rio Changjiang, 扬子]. Nessa ilha as plantas são frondosas, havendo construções, e templos também, segundo os locais, sendo os jardins dos estrangeiros. As casas dos estrangeiros são como o favo das abelhas ou a casa das formigas, onde poderiam caber vinte a trinta mil pessoas. É desde há muito tempo um lugar de comércio para os barcos, ocupado pelos estrangeiros que ali se estabeleceram, e os comerciantes provenientes de Zhongyuan (Centro do país) limitam-se a morar em casas alugadas aos estrangeiros. Quando da nossa contemplação, rebentaram estrondos, abalando a terra, o céu e o mar, pois os estrangeiros abriram fogo com armas de grande calibre, em sinal de respeito para com o enviado. Foram doze tiros, tendo-se repetido três vezes, tão estrondosos como se fossem trovões.

Voltei para a pensão pública, onde chamei os chefes dos estrangeiros e dei-lhes a conhecer a autoridade do imperador e a minha missão apaziguadora, aconselhando-os para que bem se comportassem e defendessem devidamente essa terra, gozando duma paz perpétua. O intérprete aproximou-se de mim para me dizer que os estrangeiros, que têm nutrido um grande respeito e

gratidão pela virtude da corte, desejam todos eles ser vassallos externos, sempre; depois de terem feito reverência de cara para norte, despediram-se todos com satisfação. Amanhã tomarei o caminho de regresso. Esta viagem de missão, embora apenas de menos de dez dias, possibilitou-me conhecer as paisagens das montanhas e mares, a firmeza da defesa dos nossos territórios, os sentimentos dos estrangeiros na China e a autoridade da nossa corte. Como poderia eu não registar estes apontamentos?

NOTAS SOBRE MACAU

Aomen Ji, 《澳门记》. O autor Xue Yun [薛胤], natural de Luonan [洛南] da província de Shaanxi [陕西], teve uma inspecção a Macau em Fevereiro do 10º ano do reinado de Qianlong (1745).

Partindo de Fengqiling [凤栖岭] do distrito de Xiangshan, percorremos 120 *li* para sul até chegar a Qianshan e, mais vinte *li* adiante, encontra-se Haojing'ao (Macau). A seis ou sete *li* de Macau, as colinas são tão abruptas como se tivessem sido cortadas, estende-se um dique como uma ponte, conhecido como pecíolo do lótus. Na extremidade do pecíolo ergue-se uma colina, chamada Lianhua (flor do lótus), abrupta, com uma depressão no meio, de cinco ou seis *li* de comprimento, sendo a sua largura de metade do comprimento, em formas de *kun* e *gen* do Bagua (Oito Diagramas, oito combinações de três linhas, contínuas ou partidas, que se usam na adivinhação), sendo na realidade chamada *Ao* (baía). A *Ao* é o único caminho que conduz ao continente e pelo qual se abastece o cereal, e os outros lados estão todos banhados pelo mar, pelo que os barcos fluviais dispõem de maiores facilidades para chegarem a Macau. De Macau, indo de barco dez *li* para sul, vê-se Duowei [舵尾] à direita e Jiwu [鸡鹉] à esquerda. Mais dez *li* para frente, temos Hengqin [横琴] à direita e Jiu'ao [九澳] à esquerda. A baía e os picos formam uma porta e uma cruz, pelo que foi baptizado de Shizimen [十字门] ou Aomen (porta da baía). Cem *li* a sueste de Shizimen localiza-se a colina de Laowan, que é uma elevação com baluartes. A nordeste da colina é Humen (porta do tigre), rota que os barcos estrangeiros costumam usar para entrar na China. Para além dessa colina, são um céu e um mar sem fim, não havendo outras ilhas. Os estrangeiros de Macau passam por Shizimen em vez de Humen. As duas portas (Humen e Shizimen) estão ambas em linha

A FUNDAÇÃO DE MACAU II

recta inclinada em relação à colina de Laowan, estando a segunda muito próxima de Macau.

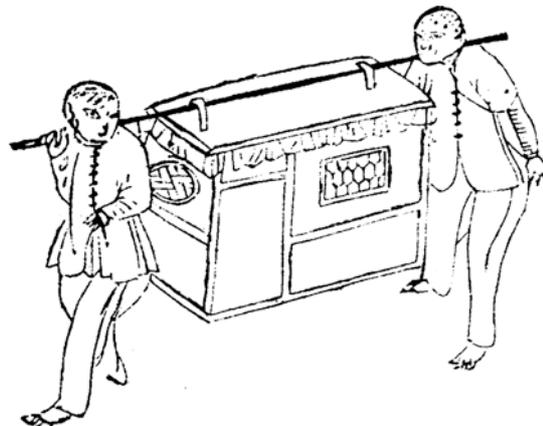
Os estrangeiros ocidentais de Macau, que chegaram ali no 30º ano Jiajing, pagam anualmente 515 *chanmin* (antiga unidade monetária), tendo-se estabelecido em Macau há mais de duzentos anos. Há mais de 3400 estrangeiros, em mais de 420 famílias. Os estrangeiros brancos são senhores e os pretos escravos. Têm um *bingtou* [兵头], que controla os soldados, um *lishiguan* [理事官], que é procurador, e um *pan shi guan* [判事官], que é juiz. Todos estes chefes se subordinam a um eclesiástico estrangeiro, que tutela uma religião cuja divindade é conhecida como Deus. Dedicam-se exclusivamente ao comércio marítimo, e os seus intelectuais encarregam-se da arte celestial. Têm oito igrejas, nomeadamente a de São Paulo, a de Ka Si Lan, a da Sé Catedral, a de São Domingos, a de Long Song, a de São Lourenço, a de Chi Leong e a de Santo António. As igrejas estão equipadas de cárceres, de três cercas. Os delinquentes são libertados depois de terem ouvido sermões. Os criminosos podem ser atados na boca do cano do canhão para ser atirados para o mar. Há seis fortalezas, a de Tong Mong leong, a de Ka Si Lan, a de São Paulo, a da Praia Grande, a de Sai Mong leong e a de Ma Kok Miu. Há no total 46 canhões de bronze e 30 de ferro, dos quais 61 são grandes e 15 pequenos. Todas as Igrejas parecem fortalezas, mostrando-se a igreja de S. Paulo como a de maior magnificência.

Em 14 de Fevereiro do 10º ano do reinado de Qianlong, para inspeccionar o mar, cheguei ali acompanhado por Yin Guangren [印光任], o *tong zhi* [subprefeito, 同知] da Defesa Marítima, e por Jiang Rixuan [江日暄], o *xianling* [magistrado distrital, 县令] do distrito de Xiangshan, tendo subido à fortaleza. O intérprete e o tesoureiro

adjunto serviram de guias, e os doze soldados comandados pelo seu chefe alinhavam à direita, com estandartes de seda e armas de fogo. A fortaleza tem até cem *mu* (15 *mu* = 1 hectare) de superfície, com uma construção no centro. A sudoeste é Shizimen. A leste é Jiuzhouyang [九洲洋], falo como se fosse de estrelas, para além daí é Lingdingyang [伶仃洋], por onde passou Wen Tianxian [文天祥], o rei Qinwang da dinastia Song [宋]. Ao Oeste é Sanzao [三灶], com as colinas de Huangyang [黄杨] a norte, e mais para cima é Yanshan [崖山]. O continente e as ilhas misturam-se, nas águas flutuam inúmeros barcos, em terra os quiosques e os baluartes estabelecem o contraste, com a aldeia de Qianshan nas costas e Humen como espartilho, contribuindo assim para proteger o país da rebeldia interna e da invasão exterior, e para consolidar a pátria unificada!

«Yi-Biografia de Kan» assim descreve: “Os príncipes construíram baluartes em lugares estratégicos para defender o país. O *kan* é a água. A este respeito, o mar é o maior. Que profunda a preocupação que os santos sentem para com a imprevista mudança! Foi por esta razão que as medidas prudentes e indispensáveis para uma defesa segura foram todas reunidas em «Churiqui» [Primavera e Outono, 《春秋》] e, por outro lado, trata-se duma zona-chave com águas sem fim e um sem-número de portos e ilhas. Os estrangeiros que ultrapassaram o oceano para angariar lucros comerciais são astutos e indomáveis, e os bandidos e ladrões que fitam os olhos na riqueza do povo são como peixes na água e pássaros no ar. Considerando isto, como poderíamos afrouxar, mesmo um só dia, as medidas de prevenção, nas áreas da ordem social, da política e da religião?” **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (Nr. 33). Traduzido por Zeng Yongxin.



CHAVE

Este glossário compreensivo, em Pinyin, Chinês, Português (e/ou Romanização) e Inglês cobre todos os artigos sobre "A Fundação de Macau na Historiografia Chinesa", publicados nos primeiro e segundo números da edição internacional de *RC*. O critério que presidiu à sua elaboração teve fundamentalmente por objectivo a normalização dos numerosos vocábulos chineses utilizados pelos autores de forma recorrente. O glossário inclui topónimos, cargos oficiais, departamentos administrativos, instituições, épocas e personalidades históricas. Mais do que um documento exaustivo e taxativo trata-se, antes, de um instrumento de trabalho - com algum carácter pioneiro, uma vez que muitas das fontes citadas são inéditas ou praticamente desconhecidas dos investigadores não-chineses. Um trabalho "em aberto", a apelar à crítica e à colaboração dos interessados leitores, e, naturalmente, sujeito a lapsos e imprecisões em resultado também da variedade de critérios de autores e tradutores.

A consulta do glossário deve ser feita segundo a seguinte chave:

T - Topónimos
 D - Departamentos administrativos na burocracia imperial
 C - Cargos oficiais na burocracia imperial
 E - Épocas históricas
 P - Personalidades notáveis
 I - Instituições
 V - Diversos

KEY

This glossary provides equivalents in Chinese characters, pinyin romanisation, Portuguese, and English, for the vast and specialized Chinese terminologies used by the authors of the articles on the "founding of Macao" published in the first and second issues of *RC International*. Because the articles were written and translated by a variety of scholars and linguists, the editors felt it necessary to provide this glossary in the interests of standardising these terms and their translations. Thus the glossary includes terms referring to toponymy, departments and posts in the imperial Chinese government, institutions, historical periods and notable individuals that recur throughout these articles. Rather than an authoritative document, the glossary is meant to be a working instrument for the convenience of the reader. Due to the diversity of usages and principles among the authors and translators of these articles, the glossary is prone to errors and inaccuracies, and we welcome suggestions, comments and collaboration from interested readers.

Each entry in the glossary is coded according to the following key:

T – Toponymy
 D – Administrative departments in the imperial bureaucracy
 C – Administrative posts in the imperial bureaucracy
 H – Historical periods
 P – Notable individuals
 I – Institutions
 V – Other

♀	PINYIN	中文	PORTUGUÊS	ENGLISH
A	i	哀帝	Imperador Ai (6-1 a.C.)	Emperor Ai (c. 6 BC - 1 AD)
C	an cha shi	按察使	desembargador provincial	provincial judge
T	Anhai	安海	Anhai	Anhai
C	ao men bing tou	澳门兵头	capitão-geral de Macau (Governador)	Captain-general of Macao (Governor)
T	Ao Shan	罽山 (澳门)	colina de Ao Men [Macao]	Ao Hill [Macao]
I	Aomen Lishi Xuehui	澳门历史学会	Associação da História de Macau	Macao History Association
C	ba zong	把总	oficial subalterno	subaltern officer
C	bai hu	百户	centurião	Centurion
T	Bai Xi Guo	巴西国	Pacém (sultanato na Indonésia)	Pasai (sultanate in Indonesia)
T	Baijiaodao	百脚岛	ilha de Baijiao	Baijiao Island
V	Bailian	白莲	Lótus	Lotus
V	Bailian Jiao	白莲教	religião de Bailian [Lótus]	White Lotus cult
T	Baishazhai	白沙寨	aldeia de Baisha	Baisha village
C	bei wu du zhi hui	备倭都指挥	comandante provincial das forças antipirataria	provincial commander of the anti-piracy forces
T	Beijing	北京	Pequim	Peking
T	Beishan	北山	montanha do Norte	North Mountain
D	bing bu	兵部	Ministério dos Assuntos Militares	ministry of Military Affairs
C	bing bu shi lang	兵部侍郎	ministro-adjunto do ministério dos Assuntos Militares	vice-minister of the ministry of Military Affairs
C	bing bu zhu shi	兵部主事	ministro dos Assuntos Militares	minister of Military Affairs
C	bing ke gei shi zhong	兵科给事中	consultor do ministério dos Assuntos Militares	consultant, ministry of Military Affairs
T	Biwuzhen	壁乌镇	aldeia de Biwuzhen	Biwu village
T	Boluo	博罗	Po Luo	Bo Luo
T	Boni	李泥	Bornéu (Indonésia)	Borneo (Indonesia)
D	bu an er si	布按二司	departamento do Tesouro Provincial e departamento do desembargador provincial	Provincial departments of the Treasury and Judiciary
C	bu zheng shi	布政使	tesoureiro provincial	provincial treasurer
C	can jiang	参将	brigadeiro	brigadier
D	can jiang fu	参将府	quartel-general de brigadeiro	brigadier's headquarters
C	can jiang fu tong ling	参将副统领	adjunto de brigadeiro	assistant to the brigadier
C	can zheng	参政	assessor de governador	adviser to the governor
C	can zuo	参佐	consultor	consultant
T	Chang'an	长安 (西安)	Chang An [Xian]	Chang An [Xi'an]

A FUNDAÇÃO DE MACAU / Glossário

T	Changjiang Shan	长江山	Chang Jiang San	Changjiang Shan
T	Changtu	长涂	Changtu	Changtu
T	Changyu	长屿	Changyu [ilha Longa]	Long Island
T	Chaozhou	潮州府	prefeitura de Chaozhou	Chaozhou prefecture
H	Cheng Hua	成化	reinado de Cheng Hua (1465-1487)	reign of Cheng Hua (1465-1487)
H	Chong Zhen	崇禎	reinado de Chong Zhen (1628-1644)	reign of Chong Zhen (1628-1644)
T	Da Hengqin Shan	大横琴山	montanha de Tai Uang Kam	Tai Wong Kam Hill
T	Da Ji Shan	大吉山	montanha de Da Ji	Da Ji Hill
T	Da Mao	大茅	Da Mao	Da Mao
T	Da Xi Yang Guo	大西洋国	Grande Reino do Mar do Ocidente [Portugal]	Great Kingdom of the Western Ocean [Portugal]
T	Dadan	大担	Dadan	Dadan
T	Dali	大理	Dali	Dali
D	dao	道	área de inspeção	region of inspection
H	Daoguang	道光	reinado de Dao Guang (1821-1850)	reign of Dao Guang (1821-1850)
T	Dapo	大埔	Dapo	Dapo
T	Dayu Shan	大屿山	ilha de Lantau (Hong Kong)	Lantau Island (in Hong Kong)
P	Di Bing	帝昺	Imperador Di Bing (r. 1278-79)	Emperor Di Bing(r. 1278-79)
T	Dianbai	电白	distrito de Dianbai	district of Dianbai
T	Dinghai	定海	Dinghai	Dinghai
T	Dong Xi Yang	东西洋	mares do Leste e do Oeste	Eastern seas and Western seas
D	du cha yuan	都察院	Ministério da Fiscalização	ministry of Supervision
C	du chen	督臣	inspector	inspector
C	du zhi hui	都指挥	capitão-mor	captain-in-chief
V	dufu	督府	residência de Governador	Governor's residence
T	Dun-Tian	頓田	Dun-Tian	Duntian
C	fa wang	法王	bispo	Bishop
C	fan wang	番王	rei dos estrangeiros	king (leader) of the foreigners
T	Fengqiling	凤栖岭	Fengqiling	Fengqiling
T	Fodu	佛肚	Fodu	Fodu
D	fu	府	prefeitura	prefecture
C	fu xun jian	副巡檢	subdirector de repartição de segurança	vice-director of the department of Security
C	fu zong bing	副總兵	capitão-mor adjunto	assistant captain-in-chief
T	Fujian	福建	província de Fujian	Fujian province
V	Fulangji	佛朗机	Frangis (designação dada aos Portugueses)	Feringhis (name used for the Portuguese in Asia)
T	Fuliang	浮梁	Fuliang	Fuliang
T	Fushan	釜山	Pusan (Coreia do Sul)	Pusan (South Korea)
T	Fuzhou	福州	Fuzhou	Fuzhou
T	Gaozhou	高州	Gaozhou (em Guangdong)	Gaozhou (in Guangdong)
C	gei shi zhong	给事中	consultor de ministério	consultant to the ministry
H	Geng Xu Zhi Bian	庚戌之变	catástrofe de 1550	The catastrophe of 1550
C	gong ke gei shi zhong	工科给事中	consultor de ministério industrial	consultant to the ministry of Works
T	Gongchang	恭常	Gong Chang	Gong Chang
T	Gongchangdu	恭常都	Gongchangdu (distrito de Xiang Shan)	Gongchangdu (Xiangshan district)
T	Gu Yanwu	顾炎武	Ku Im Mou	Gu Yanwu
D	guang lu si	光祿寺	departamento de Ritos e Acolhimento da corte	department of Court Rites and Reception
C	guang lu si cheng	光祿寺丞	responsável do departamento de Ritos e Acolhimento da corte	director, department of Court Rites and Reception
T	Guangde	广德	Guangde	Guangde
T	Guangdong	广东	província de Guangdong	Guangdong province
C	Guangdong an cha shi fu shi	广东按察使副使	desembargador-adjunto de Guangdong	assistant judge of Guangdong
D	Guangdong shi bo	广东省舶	departamento Administrativo do Comércio Estrangeiro de Cantão	Canton Foreign Trade Administration
C	Guangdong xun jian	广东巡檢	director de Repartição de Segurança de Guangdong	director, Guangdong Department of Security
T	Guanghai	广海	Guanghai (província de Guangdong)	Guanghai (in Guangdong Province)
H	Guangxu	光緒	reinado de Guangxu (1875-1908)	reign of Guangxu (1875-1908)
T	Guangzhou	广州	Cantão	Canton
I	Guangzhou Shi San Hang	广州十三行	Treze Companhias Comerciais de Cantão	The Thirteen "Factories" of Canton
T	Guanyin Tang	观音堂	Templo da Deusa da Misericórdia	Temple of the Goddess of Mercy
V	Guanzha	关闸	Porta do Cerco	Border Gate
T	Guizhou	贵州	província de Guizhou	Guizhou province
V	Guiziguan	鬼子关	'Passagem do Diabo' (ou dos estrangeiros)	Devils' (Foreigners) Pass
T	Guzidu	谷字都	Guzidu	Guzidu
C	haidao (fushi)	海道 (副使)	subintendente da Defesa Costeira (aitão)	vice-commissioner of Coastal Defense
T	Hainan	海南	ilha de Ainão	Hainan Island

T	Haishanlou	海山楼	Haishanlou	Haishanlou
T	Hangzhou	杭州	Hangzhou	Hangzhou
T	Haojiang	濠江 [澳门]	Hou Kong [Macao]	Haojiang (Macao)
T	Haojing	濠镜	Macao	Haojing (Macao)
T	Heisha	黑沙	Hac-Sá (ilha de Coloane, Macau)	Hac Sa (on Coloane Island, in Macao)
T	He-Ling	河陵	He-Ling	He Ling
D	Hu bu	户部	Ministério de Recenseamento e Finanças	ministry of Revenue
D	huai yuan yi	怀远驿	posto de Acolhimento de Huaiyuan	Huaiyuan Courier station
T	Huangliangdu	黄梁都	Huangliangdu (distrito de Xiangshan)	Huangliangdu (in Xiangshan district)
T	Huangyang	黄杨	Huangyang	Huangyang
T	Huichao	惠潮	Huichao	Huichao
T	Huicheng	会城	Huicheng	Huicheng
T	Huizhou	徽州	Huizhou	Huizhou
T	Humen	虎门	Humen [Porta do Tigre]	Humen (Bocca Tigris)
T	Hutiaomen	虎跳门	Hutiaomen	Hutiaomen
T	Hutou	虎头	Hutou	Hutou
T	Hutoumen	虎头门	Hutoumen	Hutoumen
T	Huzhou	湖州	Huzhou	Huzhou
T	Jiande	建德	Jiande	Jiande
T	Jiangsu	江苏	província de Jiangsu	Jiangsu province
T	Jiao Qinian	焦祈年	Jiao Qinian	Jiao Qinian
H	Jiaqing	嘉庆	reinado de Jiaqing (1796-1820)	reign of Jiaqing (1796-1820)
H	Jin	晋	dinastia Jin (265-420)	Jin dynasty (265-420)
T	Jin Da	金达	Jin Da	Jin Da
C	jin shi	进士	letrado aprovado em exame imperial de terceiro grau	scholar who has passed the highest level of imperial examinations
T	Jing'ao	井澳	Tcheang Ou	Jing'ao
T	Jinjiao	金焦	Jinjiao	Jinjiao
T	Jinmen	金门	Jinmen [Porta do Ouro]	Jinmen [Golden Gate]
T	Jiqi	鸡栖	Jiqi	Jiqi
T	Jiu'ao	九澳	Jiu'ao [Nove Baías]	Jiu'ao [Nine Bays]
T	Jiuxing Yang	九星洋	Kau Seng Ieong [mar de Nove Estrelas]	Jiuxing Yang [Nine Stars Sea]
T	Jiuzhou	九洲	Jiuzhou	Jiuzhou
T	Jiwu	鸡鹓	Jiwu	Jiwu
C	ju ren	举人	letrado aprovado em exame imperial de segundo grau	scholar who has passed the second level of imperial examinations
H	Kangxi	康熙	reinado de Kangxi (1662-1722)	reign of Kangxi (1662-1722)
T	Ke Qiao	柯乔	Ke Qiao	Ke Qiao
P	Kongzi	孔子	Confúcio	Confucius
T	Laowan Shan	老万山	Lou Man San [Ilhas dos Ladrões]	Ladrones Islands
T	Leizhou	雷州	Lei Chou	Leizhou
V	li	里	unidade de comprimento da China (1 li = 500 m)	chinese unit of length (1 li = 500m)
D	li bu	礼部	Ministério dos Ritos	ministry of Rites
C	li bu shang shu	礼部尚书	ministro do ministério dos Ritos	minister of Rites
C	li bu si lang	礼部侍郎	ministro-adjunto do ministério dos Ritos	vice-minister of the ministry of Rites
C	li ke gei shi zhong	礼科给事中	consultor do ministério dos Ritos	departmental director in the ministry of Rites
P	Li Ma Dou	利马窦	Matteo Ricci	Matteo Ricci
T	Li Pengzhu	李鹏翥	Li Pengzhu	Li Pengzhu
C	li shi guan	理事官	procurador	procurator
T	Lianzhou	廉州	Lianzhou	Lianzhou
C	liang guang xun fu	两广巡抚	governador civil das províncias de Guangdong e de Guangxi	Civil governor of Guangdong and Guangxi provinces
C	liang guang xun fu du yu shi	两广巡抚都御史	governador civil e censor-mor de Guangdong e de Guangxi	Civil governor and Censor-in-chief of Guangdong and Guangxi
C	liang guang zhen xun guan	两广镇巡官	oficial superior da Guarda Fiscal de Guangdong e de Guangxi	officer of the Inspection Corps of Guangdong and Guangxi
C	liang guang zong du	两广总督	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Viceroy of Guangdong and Guangxi
T	Liangzidu	良字都	Liangzidu (distrito Xiang Shan)	Liangzidu (in Xiangshan District)
T	Lianhuaqing	莲花茎	istmo da Flor de Lótus	Lotus Flower Isthmus
T	Liao Ning	辽宁	província de Liao Ning	Liaoning province
C	ling ban	领班	capataz	foreman
T	Lingdingyang	伶仃洋	mar de Lintin	Lingding sea
T	Lingxi	岭西	Lingxi	Lingxi
T	Lingnan	岭南	Lingnan	Lingnan
T	Liuqiu	琉球	ilhas Léquias	Ryukyu Islands
H	Long Qing	隆庆	reinado de Long Qing (1567-1572)	reign of Long Qing (1567-1572)

A FUNDAÇÃO DE MACAU / Glossário

T	Longchuan	龙川	aldeia de Long Chung (Macau)	Long Chuan village (in Macao)
T	Longhuan	龙环	aldeia de Long Huan (Macau)	Long Huan village (in Macao)
T	Longtian	龙田	aldeia de Long Tian	Long Tian village
T	Longxi	隆溪	aldeia de Longxi	Longxi village
T	Longyamen	龙崖门	Longyamen [Porta de Longya]	Longya Gate
T	Luoding	罗定	Luoding	Luoding
T	Luonan	洛南	Luonan	Luonan
T	Luoping	乐平	Luoping	Luoping
T	Lusong	吕宋	ilha de Lução (Filipinas)	Luzon Island (Philippines)
T	Ma La Jia Guo	马刺加国	Malaca (Malásia)	Malacca (Malaysia)
T	Maima Jie	卖麻街 (在广州)	Rua Mai Ma (em Cantão)	Mai Ma Street (in Canton)
T	Maliuzhou	马骊洲	Maliuzhou	Maliuzhou
P	Mengzi	孟子	Méncio	Mencius
H	Ming	明	dinastia Ming (1368-1644)	Ming dynasty (1368-1644)
T	Nanchang	南昌	Nanchang	Nanchang
T	Nanghai	南海	Nam Hoi	Nanghai ["South Seas"]
T	Nanjing	南京	Nanquim	Nanjing
T	Nanling	南岭	Nanling	Nanling
T	Nantai Shan	南台山	Nam Toi San	Nantai Mountain
T	Ningbo	宁波	Liampó	Ningbo
C	pan shi guan	判事官	juiz	judge
P	Pang Diwo	庞迪我	Diego de Pantoja	Diego de Pantoja
T	Poyang	鄱阳	Poyang	Poyang
T	Panyu	番禺	Panyu	Panyu
T	Po Lu	婆露	Po Lu	Po Lu
T	Pujiang	浦江	Pu Jiang	Pujiang
T	Putian	莆田	Putian	Putian
C	qi zong	旗总	capitão	captain
C	qian shi	金事	assessor de ministro	ministerial adviser
H	Qianlong	乾隆	reinado de Qianlong (1736-1795)	reign of Qianlong (1736-1795)
T	Qianshan	前山	Qianshan [Casa Branca]	Qianshan [location of "White House"]
H	Qin	秦	dinastia Qin (221-206 a.C.)	Qin dynasty (221-206 B.C.)
H	Qing	清	dinastia Qing (1644-1911)	Qing dynasty (1644-1911)
T	Qing Hai Cang	清海沧	Qing Hai Cang	Qing Hai Cang
T	Qing Zhou Dao	青洲岛	Ilha Verde (Macau)	Green Island (Macao)
T	Qingyuan	清远	Qing Un	Qingyuan
T	Qitan	奇潭	Qitan	Qitan
T	Qiu Daolong	丘道隆	Iau Tou Long	Qiu Daolong
T	Qiu Ren	丘仁	Qiu Ren	Qiu Ren
T	Qiwei	歧尾	Qiwei	Qiwei
T	Quanzhou	泉州	Quanzhou	Quanzhou
T	Sanzao	三灶	Sanzao	Sanzao
T	Sanzhou	三洲	Sanzhou	Sanzhou
T	Shaanxi	陕西	província de Sha'anxi	Sha'anxi province
T	Shalanzai	沙栏仔	Sa Lan Tse	Shalanzai
T	Shalitou	沙梨头	Sa Lei Tau [Patane, em Macau]	Sa Lei Tau [Patane, in Macao]
T	Shan Haiguan	山海关	Shan Haiguan	Shanghai Pass
T	Shangchuan	上川	ilha de Sanchoão	Shangchuan Island
T	Shandong	山东	província de Shangdong	Shandong province
T	Shanghai	上海	Xangai	Shanghai
T	Shanxi	山西	província de Shanxi	Shanxi province
C	shao guan	哨官	oficial de posto de patrulha	patrol station officer
T	Shaoguan	韶关	Shaoguan	Shaoguan
T	Shaoxing	绍兴	Shao Xing	Shaoxing
T	Shaozhou	稍州	prefeitura de Shao Zhou	Shaozhou prefecture
T	Shawei	沙尾	Shawei	Shawei
P	Shen Zong	神宗	Imperador Shen Zong (Wan Li, 1573-1619)	Emperor Shen Zong (aka Wanli, 1573-1619)
T	Shengxian	嵯县	Shengxian	Shengxian
D	shi bo ti ju si	市舶提举司	superintendência dos Navios Mercantes	superintendency of Merchant Ships
P	Shi Zong	世宗	Imperador Shi Zong (Jiajing, 1522-1566)	Emperor Shi Zong (aka Jiajing, 1522-1566)
T	Shizimen	十字门	Sap Tchi Mun [Porta da Cruz]	Cross Gate
C	shou ao guan	守澳官	funcionários estacionados em Macau	officials in charge of Macao
C	shou bei	守备	major	major
T	Shouxingtang Shan	寿星塘山	montanha de Sou Xin Tong	Shouxingtang Hill
T	Shouxingtang	寿星塘	Shou Xing Tang	Shouxingtang

T	Shuangnan	双南	Shuangnan	Shuangnan
T	Shuangyu	双屿	Shuangyu [Liampó]	Shuangyu
C	shui shi ti du	水师提督	almirante de esquadra	admiral
T	Shunde	顺德	distrito de Shunde	district of Shunde
D	si li jian	司礼监	Chancelaria dos Ritos	Chancellery of Rites
T	Sichuan	四川	provincia de Sichuan	Sichuan province
H	Song	宋	dinastia Song (960-1279)	Song dynasty (960-1279)
D	song shi bo ting	宋市舶亭	Superintendência dos Navios Mercantes da dinastia Song	superintendency of Merchant Ships during the Song dynasty
H	Sui	隋	dinastia Sui (581-618)	Sui dynasty (581-618)
T	Taiping	太平	Taiping	Taiping
I	Taiwan Zhongshan Tongxiang Hui	台湾中山同乡会	Associação de Conterrâneos de Zhong Shan (Taiwan)	Zhongshan Native Place Association (Taiwan)
T	Tan Qi	谭奇	Tan Qi	Tan Qi
H	Tang	唐	dinastia Tang (618-907)	Tang dynasty (618-907)
T	Tang Ji Wan	塘基湾	Baía de Tangji	Bay of Tangji
T	Tanzhou	潭州	Tanzhou	Tanzhou
C	ti diao	提调	subdirector	vice-director
C	ti du	提督	capitão-mor	captain-in-chief
C	ti du shi lang	提督侍郎	capitão-mor-adjunto	assistant captain-in-chief
D	ti xing an cha si	提刑按察司	departamento do Desembargador Provincial	Provincial department of Justice
V	Tianfei Gong	天妃宫	Palácio de Tianfei (A-Má)	Palace of Tianfei (A-Má)
H	Tianqi	天启	reinado de Tianqi (1621-1627)	reign of Tianqi (1621-1627)
C	tong zhi	同知	subprefeito	subprefect
T	Tongxiang	桐乡	Tongxiang	Tongxiang
H	Tongzhi	同治	reinado de Tong Zhi (1862-1874)	reign of Tong Zhi (1862-1874)
I	Tu Jingyi	涂敬以	Tu Jingyi	Tu Jingyi
V	Tudi Dian	土地殿	Pavilhão de Terras	the Earth Pavilion
T	Tunmen	屯门	Tamão	Tunmen
T	Tuo Jiguang	脱继光	Tuo Jiguang	Tuo Jiguang
T	Waiyang Shan	外洋山	montanha de Waiyang	Waiyang Hill
H	Wan Li	万历	reinado de Wan Li (1573-1619)	reign of Wan Li (1573-1619)
P	Wang Bo	汪柏	Wang Bo	Wang Bai
P	Wang Chuo	王绰	Wang Chuo	Wang Chuo
P	Wang Fensu	王丰肃	Afonso Vagnoni	Afonso Vagnoni
T	Wang Linheng	王临亨	Wang Linheng	Wang Linheng
T	Wangxia	望厦	Mong Há (bairro de Macau)	Wangxia (a village in Macao)
I	Wangxia Xiang Min Zhi Shou Yi Tuan	望厦乡民知守义团	Grupo Voluntário de Defesa dos Residentes de Mong Há	Wangxia Residents' Volunteer Defence Corps
C	wu yu zhi hui	蜈蚣指挥	comandante das ilhas de Wuyu	commander of the Wuyu Islands
V	wuju	武举	juven militar	military juren
H	Xi Han	西汉	dinastia de Han do Oeste (a.C. 206-b.C. 24)	Western Han dynasty (206 B.C.-24 A.D.)
T	Xi Zong	熹宗	Imperador Xi Zong (aka Tianqi, 1621-1627)	Emperor Xi Zong (aka Tianqi, 1621-1627)
T	Xiangshan	香山	distrito de Heong San	Xiang Shan district
D	Xiangshan xian ya	香山县衙	Repartição do Magistrado de Xiangshan	Xiangshan district Yamen (magistrate's office)
T	Xiangshan'ao	香山澳	Xiangshan'ao	Xiangshan'ao
T	Xiao Hengqin Shan	小横琴山	Montanha de Siu Ung Kam	Xiao Hengqin Mountain
T	Xiao Ji Shan	小吉山	Siu Ke San	Xiao Jishan
D	xiao ling wei	孝陵卫	Guarnição do túmulo imperial da dinastia Ming	Garrison at the Ming Imperial Tombs
T	Xiaohuzhou	小湖洲	Siu Hu Tchen	Xiao Huzhou
T	Xiaolan	小榄	Xiaolan	Xiaolan
T	Xicao Wan	西草湾	baía de Xicao	Xicao Bay
T	Ximen	西门	Ximen	Ximen
T	Xin Luo	暹罗	Sião [Tailândia]	Siam [Thailand]
T	Xin'an	新安	Xin'an	Xin'an
T	Xingning	兴宁	Xing Ning	Xingning
T	Xinhui	新会	San Ui	Xinhui
T	Xinning	新宁	Xinning	Xinning
T	Xitai	西台	Xitai	Xitai
T	Xiushui	秀水	Xiushui	Xiushui
T	Xiwangyang	西望洋	Sai W'ong Ieong (Macao)	Xi Wangyang (in Macao)
C	xuan da zong du	宣大总督	Vice-rei de Xuanda	Viceroy of Xuanda
T	Xuanwu	宣武	Xuanwu	Xuanwu
C	Xun'an	巡按	ensor	inspector
C	xun an yu shi	巡按御使	ensor	inspector

A FUNDAÇÃO DE MACAU / Glossário

C	xun fu	巡抚	governador civil	Civil governor
C	xun fu du yu shi	巡抚都御使	governador civil e censor-mor	Civil governor and Censor-in-chief
C	xun hai fu shi	巡海副史	subintendente dos Assuntos de Defesa Costeira de Guangdong	Guangdong commissioner for Coastal Defence
V	xun ji	巡緝	Patrulhamento e perseguição	Patrol and detention
D	xun jian si	巡檢司	departamento de Inspector de Segurança	department of Security Investigation
C	xun shi Guangdong haidao an cha si fu shi	巡視广东海道按察司副使	desembargador-adjunto para os Assuntos de Defesa Costeira de Guangdong	judge-adjutant for Guangdong Coastal Defence
T	Yamen	滙門	Yamen	Yamen
C	yan dao	鹽道	responsável pelo Departamento de Sal	intendant for Salt Control
D	yan ke ti ju si	鹽科提舉司	departamento de Controle dos Impostos sobre o Sal	department of Salt Tax Revenue
P	Yang Ma Nuo	阳瑪諾	Manuel Dias	Manuel Dias
T	Yangtse	揚子	Rio Changjiang	Yangzi River
T	Yanshan	崖山	Yanshan	Yanshan
T	Yaoshou	饒州	Yaoshou	Yaoshou
I	Yesu Hui	耶蘇會	Companhia de Jesus	Society of Jesus
V	Yi Ling Dian	醫靈殿	Pavilhão da Alma Médica	"Curing the Soul" pavilion
T	Yin Guangren	印光任	Ian Kuong lam	Yin Guangren
T	Ying'erpu	鷹兒埔	Ying'erpu	Ying'erpu
T	Yingde	英德	Ying Tak	Yingde
T	Yongfu Gu She	永福古社	Yong Fu Gu She	Yong Fu Gu She
T	Yongfu She	永福社	Yong Fu She	Yong Fu She
T	Yongkou	涌口	Yongkou	Yongkou
H	Yongle	永乐	reinado de Yong Le (1402-1424)	reign of Yong Le (1402-1424)
T	Yongmo	雍陌	aldeia de Yongmo	Yongmo village
T	Yongqing	永清	Yongqing	Yongqing
H	Yongzheng	雍正	reinado de Yong Tcheng (1723-1735)	reign of Yongzheng (1723-1735)
C	you ji jiang jun	游击将军	coronel	colonel
T	You Da	右笪	You Da	You Da
C	yu shi	御使	censor	censor
C	yue hai guan jian du	粤海关监督	inspector da Alfândega de Cantão [Hopó]	Canton Customs inspector (Hoppo)
T	Yuegang	月港	Yuegang [Porto de Lua]	Yuegang (Moon Harbor)
T	Yunnan	云南	província de Yunnan	Yunnan province
T	Zengcheng	增城	Zeng Cheng (província de Guangdong)	Zengcheng (in Guangdong)
T	Zhancheng	占城	Champa	Champa
P	Zhang Minggang	张鸣岗	Zhang Minggang	Zhang Minggang
T	Zhangqiu	章丘	Zhangqiu	Zhangqiu
H	Zhanguo Shiqi	战国时期	Época dos Reinos Combatentes (475 - 221 a.c.)	Warring States Period (475-221 B.C.)
T	Zhangzhou	漳州	Zhangzhou	Zhangzhou
T	Zhaoqing	肇庆	Zhaoqing	Zhaoqing
T	Zhaowu	昭武	Zhaowu	Zhaowu
T	Zhejiang	浙江	província de Zhejiang	Zhejiang province
H	Zhelin bingbian	柘林兵变	motim de Zhelin	Zhelin Mutiny
H	Zhengde	正德	reinado de Tcheng Tak (1506-1521)	reign of Zhengde (1506-1521)
H	Zhengtong	正统	reinado de Tcheng Tong (1436-1449)	reign of Zhengtong (1436-1449)
C	zhi fu	知府	prefeito	county magistrate
D	Zhi Guan	职官	Administração Pública	Public Administrator
C	zhi xian	知县	magistrado distrital	district magistrate
T	Zhongshan	中山	Zhongshan	Zhongshan
H	Zhou	周	dinastia Chou (séc. XI-221 a.c.)	Zhou dynasty (11th century-221 B.C.)
T	Zhoushan Qundao	舟山群岛	arquipélago de Zhoushan	Zhoushan Archipelago
T	Zhu Jiang	珠江	rio da Pérola	Pearl River
P	Zhu Yuanzhang	朱元璋	Imperador Zhu Yuanzhang (1368-1398)	Zhu Yuanzhang (Hong Wu Emperor, 1368-1398)
T	Zhuawa	爪哇	ilha de Java (Indonésia)	Java (Indonesia)
T	Zhuhai	珠海	Zhuhai	Zhuhai
T	Zhuoxian	涿县	Zhuoxian	Zhuoxian
T	Zhuozhou	涿州	Zhuozhou	Zhuozhou
C	zong bing	总兵	capitão-mor	captain-in-chief
C	zong du liang guang shi lang	总督两广侍郎	adjunto do Vice-Rei de Guangdong e de Guanxi	assistant to the Viceroy of Guangdong and Guangxi
T	Zoumaxi	走马溪	Zoumaxi	Zoumaxi

- Aomen Fengwu Zhi – Haojing Gucun* 澳门风物志—濠镜古村钩沉 (Cenários de Macau – História das Aldeias Antigas de Hou Keang / Scenes of Macao – Investigations into the Historic Villages of Hou Keang)
- Aomen Gu Shi* 澳门故事 (Histórias de Macau / Tales of Macao)
- Aomen Lishi Mingxin pian* 澳门历史明信片 (Postais sobre a História de Macau / Historical Postcards of Macao)
- Aomen Shi Lue* 澳门史略 (Breve História de Macau / Brief History of Macao)
- Aomen Shi Yu Zhong Xi Jiao Tong Shi Yan Jiu* 澳门史与中西交通史研究 (Estudos da História de Macau e da Comunicação entre a China e o Ocidente / Studies on the History of Macao and Communication between China and the Occident)
- Aomen Tu* 澳门图 (Mapa de Macau / Map of Macao)
- Aomen Yu Zhonghua Lishi Wenhua* 澳门与中华历史文化 (Macau e História e Cultura Chinesa / Macao and Chinese History and Culture)
- Aomen Yue Shu Zhang Cheng* 澳门约束章程 (Regulamento das Proibições de Macau / The Macao Prohibitions)
- Aomen Zhang Gu* 澳门掌故 (Historietas sobre Macau / Short Stories of Macao)
- Aomen Zheng Mian Tu* 澳门正面图 (Vistas de Macau / Vista of Macao)
- Aomen Zong Kou Ge Shui Kou Tu* 澳门总口各税口图 (Mapa Geral dos Postos Tributários de Macau / General Plan of the Tribute Offices in Macao)
- Bai Ke Ting Zhai Gao* 百可亭摘稿 (Colectânea das Obras de Baiketing / Collected Reports of Baiketing)
- Bao Zhu Xiang Shan Xian Zhi* 纂著香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan Escrita por Bao / Xiangshan District Gazetteer)
- Bao Zunpeng 包樽彭 (ed.) – *Ming Shi Lun Cong* 明史论丛 (Antologia de Estudos sobre a História da Dinastia Ming / An Anthology of Studies about Ming History)
- Bian Wen Jin Yi Zui Qiu Shu* 辨问矜疑罪囚疏 (Memorial sobre as Justificações dos Presos / Report about the Prisoners' Apologies.)
- Can Fang Xun Ba Zong Shu* 参防汛把总疏 (Relatório de Censura ao Comandante / Memorial of Censure of the Commanding Officer)
- Cha Fu Putaoya Jiu Jiao Aomen Di Zu Yuan Wei Bing* 查覆葡萄牙久缴澳门地租原委禀 (Relatório de Inspeção sobre a Origem do Foro-de-Chão Pago Há Muitos Anos pelos Portugueses em Macau / Report on the Origins of the Long-Standing System of Ground Rent Paid by the Portuguese in Macao)
- Chen Donglin 陈东林 – *Aomen Xuan Feng* 澳门旋风 (Turbillhão de Macau / Turmoil in Macao)
- Chen Wude 陈吾德 – *Xie Shan Cun Gao* 谢山存稿 (Textos Escolhidos de Xie Shan / Selected Texts from Xie Shan)
- Chong Xiu Aomen Wang Xia Cun Pu Ji Chan Yuan Bei Ji* 重修澳门望厦村普济禅院碑记 (Registo da Reconstrução do Templo Kun Iam na Aldeia de Mong-Há (Macau) / Records on the Restoration of the Stele in Kun Iam Temple, Mong Ha Village (Macao))
- Chong Zhen Chang Bian* 崇祯长篇 (Crónicas do Imperador Chong Zhen / Chronicles of Emperor Chong Zhen)
- Ci Hai* 辞海 (Dicionário Enciclopédico da Língua Chinesa / Encyclopaedic Dictionary of the Chinese Language)
- Da Liang Guang Liu Ning Zhai Tiao Jing Lue Hai Kou Si Shi* 答两广刘凝斋条略海寇四事 (Resposta à Proposta de Liu Ningzhai sobre a Estratégia da Luta contra os Piratas / Reply to Liu Ningzhai's proposal regarding the strategy for fighting pirates)
- Da Liang Guang Liu Ningzhai Lun Yan Qu Yu* 答两广刘凝斋论严取与 (Resposta a Liu Ningzhai sobre o Rigor em Impor Tributos / Reply to Liu Ningzhai's Reports on the Strict Levying of Taxes)
- Da Liang Guang Yin Shiting Ji Jiao Guang Kou* 答两广殷石汀剿广寇 (Resposta a Ying Shiding sobre o Plano de Aniquilamento dos Bandidos de Guangdong / Reply to Ying Shiding about his plan to exterminate the Guangdong and Guangxi bandits)
- Da Pan Zong Xian Liweng* 答潘总宪笠翁 (Resposta a Pan Liweng / Reply to Pan Liweng)
- Dai Jing 戴璟 – *Guangdong Tong Zhi Chu Gao* 广东通志初稿 (Projecto da Crónica Geral de Guangdong / Draft of the General Chronicles of Guangdong)
- Deng Zhu Xiang Shan Xian Zhi* 邓著香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan Escrita por Deng / Deng's Xiangshan District Gazetteer)
- Dong Yang Xue Bao* 东洋学报 (Revista do Mar Oriental / Eastern Seas Journal)
- Dong Yindu Zhengfu Yiqie Yao Sai He Shi Zhen Tu Ji* 东印度政府一切要塞和市镇图集 (Colectânea de Mapas de Todas as Fortalezas e Cidades do Governo da Índia Oriental / Collected Maps of All the Fortresses, Cities and Towns of the State of East India)
- Du Zhen 杜臻 – *Ming Yue Xun Shi Ji Lue* 闽粤巡视纪略 (Relatório da Inspeção a Guangdong e Fujian / Notes on the Inspection of Fujian and Guangdong)
- Fei Chengkang 费成康 – *Aomen Si Bai Nian* 澳门四百年 (Os 400 Anos de Macau / Macao – 400 Years)
- Fu Liang Xian Zhi* 浮梁县志 (Registo Distrital de Fuliang / Fuliang District Gazetteer)
- Fu Yi Quanshu* 赋役全书 (Livro Completo dos Impostos e Serviços / Complete Book of Taxes and Services)
- Gang Ao Daquan* 港澳大全 (Enciclopédia de Hong Kong e Macau / Encyclopaedia of Hong Kong and Macao)
- Ge Rongjin 葛荣晋 (ed.) – *Zhong Guo Shi Xue Si Xiang Shi* 中国实学思想史 (História do Pensamento Prático na China / History of the Concept of "Genuine Learning" in China)
- Gu Yanwu 顾炎武 – *Tian Xia Jun Guo Li Bing Shu* 天下郡国利病书 (Livro sobre Vantagens e Desvantagens do Sistema de Administração do País / Book on the Advantages and Disadvantages of the System of Government)
- Gu Zuyu 顾祖禹 – *Du Shi Fang Yu Ji Yao* 读史方舆纪要 (Anotações da Leitura de História e Geografia / Notes on Reading History and Geography)
- Guangdong Fu Yi Quan Shu* 广东赋役全书 (Registos Gerais dos Impostos e Serviços de Guangdong / Complete Book of Taxes and Services in Guangdong)
- Guangdong Hai Fang Lue* 广东海防略 (Introdução Geral à Defesa Costeira de Guangdong / General Introduction to the Coastal Defence of Guangdong)
- Guangdong Haifang Hui Lan* 广东海防汇览 (Colectânea de Documentos sobre Defesa Costeira de Guangdong / Collected Documents on Guangdong's Coastal Defence)
- Guangdong Kao Gu Ji Yao* 广东考古辑要 (Registos Arqueológicos de Guangdong / Archaeological Records of Guangdong)
- Guangdong Tong Zhi* 广东通志 (Crónica Geral de Guangdong / General Chronicles of Guangdong)
- Guangzhou Fu Zhi* 广州府志 (Crónicas da Prefeitura de Guangzhou / Chronicles of Guangzhou Prefecture)
- Guo Fei 郭斐 – *Yue Da Ji* 粤大记 (Grande Registo de Guangdong / General Chronicles of Guangdong)
- Guo Gei Jian Shu Gao* 郭给谏疏稿 (Memorial do Inspector Guo / Memorials from Inspector Guo)
- Guo Shangbin 郭尚宾 – *Fang Ao Fang Li Shu* 防澳防黎疏 (Memorial de Defesa dos Estrangeiros em Macau e das Minorias do País / Memorials on the Defence of Macao and Lihzhou)
- Haidao Jinyue* 海道禁约 (Decretos das Proibições nos Assuntos Costeiros / Prohibitions in Coastal Affairs)
- Han Tang Fo Shi Tan Zhen* 汉唐佛史探真 (Estudo da História Budista das Dinastias Han e Tang / Study of Buddhist History during the Han and Tang Dynasties)
- He Dazhang 何大章 – *Aomen Dili* 澳门地理 (Geografia de Macau / Geography of Macao)
- He Jianming 何建明 – *Zhongguo Nanhai Gu Dai Jiao Tong Shi* 中国南海古代交通史 (História dos Transportes Antigos no Mar do Sul da China / Ancient History of Transportation in the South China Sea)
- He Qiaoyuan 何乔远 – *Ming Shan Cang* 名山藏 (Prosas de Mingshancan / Collected Works about Famous Mountains)
- He Weiding 何维鼎 – *Gu Guangzhou Fengyun* 古广州风云 (Peripécias da Antiga Cidade de Guangzhou / Adventures in the Old City of Canton)
- Hu Zongxian 胡宗宪 – *Chou Hai Tu Bian* 筹海图编 (Colectânea de Mapas de Defesa Costeira / Collection of Coastal Defense Maps)
- Hu Zongxian 胡宗宪 – *Guangdong Bing Fang Guan Kao* 广东兵防官考 (Investigação da Situação Militar de Guangdong / Investigations into the Military in Guangdong)

- Huang Zuo 黄佐 – *Guangdong Tongshi* 广东通志 (História Geral de Guangdong / General History of Guangdong)
- Huang Hongzhao 黄鸿钊 – *Aomen Shi Gangyao* 澳门史纲要 (Programa da História de Macau / Outline of the History of Macao)
- Huang Ji 宦绩 – (Relatório dos Oficiais Administrativos / Report from the Administrative Officials)
- Huang Ming Jing Shi Wen Bian 皇明经世文编 (Colectânea dos Documentos Políticos e Administrativos da Dinastia Ming / Documents on Statecraft in the Ming Dynasty)
- Huang Wenkuan 黄文宽 – *Aomen Shi Gou Chen* 澳门史钩沉 (Pesquisa da História de Macau / Investigations into the History of Macao)
- Huang Qi-Chen 黄启臣 – *Aomen Lishi* 澳门历史 (História de Macau / History of Macao)
- Hui Dian 会典 (Colectânea de Códigos / Book of Codes)
- Huo Wenmin Gong Quan Ji 霍文敏公全集 (Obras Completas do Sr. Huo Wenmin / Complete Works of Huo Wenmin)
- Jian Xia Wen Ji 建霞文集 (Colectânea das Obras de Jianxia / Anthology of Stories of Jianxia)
- Jiangxi Sheng Da Zhi 江西省大志 (Grande Cronologia da Província de Jiangxi / Comprehensive Records of Jiangxi Province)
- Jiao Qinian 焦祈年 – *Xun Shi Aomen Ji* 巡视澳门记 (Relatório da Inspeção a Macau / Notes on the Inspection of Macao)
- Jin Guoping 金国平 – *Aomen Yan Jiu* 澳门研究 (Estudos de Macau / Macao Studies)
- Jiu Yue Shi Si Ri Ye Hua Ji Fu 九月十四日夜话记附 (Nota Sobre o 14 de Setembro / Notes After the [Events of the] Fourteenth Day of the Ninth Month)
- Kuang Shi Da Ru Huang Zongxi 旷世大儒黄宗羲 (Huang Zongxi, Grande Confucionista / Huang Zongxi, A Great Confucian)
- Lai Ao Nei Er De Suo Sa Yu Wang Bo 莱奥内尔·德·索萨与汪柏 (Leonel de Sousa e Wang Bo / Leonel de Sousa and Wang Bo)
- Li Pengzhu 李鹏翥 – *Aomen Gu Jin* 澳门古今 (Passado e Presente de Macau / Macao: Past and Present)
- Li Xun 李洵 – *Xia Xue Ji* 下学集 (Antologia de Xia Xue / Anthology of Xia Xue)
- Liang Jiabin 梁嘉彬 – *Ming Shi Gao* 明史稿 (Esboço da História da Dinastia Ming / Notes on the History of the Ming Dynasty)
- Liang Tinnan 梁廷楠 – *Yue Haiguan Zhi* 粤海关志 (Registo Alfandegário de Guangdong / Guangdong Customs Records)
- Lingnan Wen Shi 岭南文史 (História e Cultura de Lingnan / History of Lingnan Culture)
- Liu Zhongri 刘重日, et al. – *Zhongguo Shigao* 中国史稿 (Esboço da História da China / Outline of the History of China)
- Lou Zengquan 娄曾泉 et al. – *Ming Chao Shi Hua* 明朝史话 (Contos sobre a História da Dinastia Ming / Historical Tales of the Ming Dynasty)
- Lu Cengyu 鲁曾煜 – *Ding Yizhong Zhuan* 丁以忠传 (Biografia de Ding Yizhong / Biography of Ding Yizhong)
- Lu Cengyu 鲁曾煜 – *Ming Huan* 名宦 (Funcionários Famosos / Famous Eunuchs)
- Lu Xiyan 陆希言 – *Aomen Ji* 澳门记 (Apontamentos sobre Macau / Notes on Macao)
- Mao Kun Ji 茅坤集 (Colectânea das Obras de Mao Kun / The Collected Works of Mao Kun)
- Mao Kun 茅坤 – *Ji Jiao Xu Hai Ben Mo* 纪剿徐海本末 (Registo da Aniquilação de Xu Hai / Report on the Annihilation of Xu Hai)
- Ming Dai Guangzhou Shi Bo Si Shi Fou Qian She Aomen Kao 明代广州市舶司是否迁设澳门考 (Estudos sobre a Transferência da Superintendência de Navios Mercantes de Guangzhou para Macau durante a Dinastia Ming / Studies on the Question of the Transfer of the Merchant Ships' Administration from Guangzhou to Macao in the Ming Dynasty)
- Ming Dai Guo Ji Guan Xi 明代国际关系 (Relações Internacionais da Dinastia Ming / International Relations of the Ming Dynasty)
- Min Guo Xiangshan Xian Zhi 民国香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan da Época da República da China / Xiangshan County Gazetteers in the Republican Period)
- Ming Qing Hai Shang Mao Yi 明清海上贸易史 (Comércio Marítimo nas Dinastias Ming e Qing / Maritime Commerce in the Ming and Qing dynasties)
- Ming Qing Shi Liao 明清史料 (Fontes da História das Dinastias Ming e Qing / Sources for the History of the Ming and Qing Dynasties)
- Ming Shenzong Shilu 明神宗实录 (Registo de Shen Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Shen Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Ming Shi Fu Lang Ji Zhuan Jian Zhen 明史佛朗机传笺证 (Notas Críticas à História Ming sobre os Fulangis / Critical Notes on the "Ming History of the Fulangis")
- Ming Shi Lu 明实录 (Registo da Dinastia Ming / Veritable Records of the Ming Dynasty)
- Ming Shi Zong Shi Lu 明世宗实录 (Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Shi Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Ming Xi Zong Shi Lu (明) 熹宗实录 (Registo do Imperador Xi Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Xi Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Ming Tong Jian 明通鉴 (Registo Geral da Dinastia Ming / Studies of the Ming Dynasty)
- Mu Zong Shi Lu (明) 穆宗实录 (Registo do Imperador Mu Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Mu Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Pang Shangpeng 庞尚鹏 – *Fu Chu Hao Jing Ao Yi Shu* 抚处濠镜澳夷疏 (Memorial do Apaziguamento dos Estrangeiro em Macau / Report on the Pacification of the Macao Foreigners)
- Pang Shangpeng 庞尚鹏 – *Qu Hua Hao Jing Bao An Hai Yu Shu* 区划濠镜保安海隅疏 (Memorial sobre Assuntos de Defesa de Macau / Memorial about the Security of Macao)
- Pei Huaxing 裴化行 – *Tianzhujiao Shi Liu Shiji Zai Hua Chuan Jiao Shi* 天主教十六世纪在华传教史 (História das Missões da Igreja Católica na China no Séc. XVI / History of Missionaries in China in the 16th century)
- Putaoya Qin Zhan Aomen Shi Liao Xu Yan 葡萄牙侵占澳门史料一绪言 (Fontes Históricas sobre a Ocupação Portuguesa de Macau (Prefácio) / Historical Sources on the Portuguese Occupation of Macao – Foreword)
- Qing Shi Lu 清实录 (Registo da Dinastia Qing / Veritable Records of the Qing Dynasty)
- Qu Dajun 屈大均 – *Huo Yu* 货语 (Comentário sobre Produtos / Commentary on Products)
- Qu Dajun 屈大均 – *Guangdong Xin Yu* 广东新语 (Novos Factos de Guangdong / New Information on Guangdong)
- Quan Bian Lue Ji 全边略记 (Nota sobre Todas as Fronteiras / Notes on all borders)
- Shen Qiwei 沈起炜 – *Zhongguo Lishi Dashi Nianbiao* 中国历史大事年表 (Cronologia dos Factos Importantes da História da China / Chronology of Important Facts in the History of China)
- Shen Zhu Xiang Shan Xian Zhi 申著香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan Escrita por Shen / Shen's Xiangshan District Gazetteer)
- Shen Zong Shi Lu (明) 神宗实录 (Registo do Imperador Shen Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Shen Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Shi Ji 史记 (Crónicas Históricas / The Historical Records)
- Song Shi – Li Zhi 宋史礼志 (História da Dinastia Song – Registo de Ritos / History of the Song Dynasty – A Record of Rites)
- Tai Gang Ao Baike Da Cidian 台港澳百科大辞典 (Grande Dicionário Enciclopédico sobre Taiwan, Hong Kong e Macau / Complete Encyclopaedic Dictionary of Taiwan, Hong Kong and Macao)
- Tan Shibao 谭世宝 – *Aomen Kai Bu De Ruo Gan Wen Ti* 澳门开埠的若干问题 (Algumas Dúvidas sobre o Estabelecimento de Macau / Some Doubts on the Establishment of Macao)
- Tang Xianzu 汤显祖 – *Mu Dan Ting* 牡丹亭 (Pavilhão de Peónia / The Peony Pavilion)
- Tian Qi Shi Lu 天启实录 (Crónica dos Factos da Reinado de Tian Qi / The Veritable Records of the Tian Qi Emperor)
- Tian Shengjin 田生金 – *An Yue Shu Gao* 按粤疏稿 (Relatórios de Cantão / Reports on Guangdong)
- Tian Shengjin 田生金 – *Tiao Chen Hai Fang Shu* 条陈海防疏 (Memorial sobre Defesa Marítima / Memorials on Maritime Defense)
- Tian Shengjin 田生金 – *Zhu Xia Chu Yan* 柱下刍言 (Ditos Populares de Zhu Xia / Popular Sayings from Zhu Xia)
- Tian Zhu Xiang Shan Xian Zhi 田著香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan Escrito por Tian / Tian's Xiangshan District Gazetteer)

- Du Shi Fang Yu Ji Yao* 读史方輿纪要 (Apontamentos de Leituras de História e Geografia / Notes on Reading History and Geography)
- Waiguo Zhuzhi Ci* 外国竹枝词 (Poesias de Canas de Bambu com Temas Estrangeiros / "Zhuzhi"-style Poems of Foreign Lands)
- Wang Bo Zhuan* 汪柏传 (Biografia de Wang Bo / Biography of Wang Bo)
- Wang Bo* 汪柏 – *Qing Feng Wen Ji* 青峰文集 (Colectânea das Obras de Qingfeng / The Collected Works of Qingfeng)
- Wang Junyan Shu* 王俊彦书 (Obras de Wang Junyan / Works of Wang Junyan)
- Wang Linheng* 王临亨 – *Zhi Wai Yi* 志外夷 (Registo dos Estrangeiros / Records of Foreigners)
- Wang Shizhen* 王世贞 – *Yue Zhou Xu Ji* 俞州续集 (Continuação de Colectânea de Yuzhou / The Yue Zhou Collection, Part Two)
- Wanli Ye Huo Bian* 万历野获编 (Colectânea de Histórias de Wan Li / Unofficial Histories of the Reign of Wan Li)
- Wei Xiutang* 魏秀堂 – *Aomen Mian Mian Guan* 澳门面面观 (Macau nas suas Diversas Facetas / Panorama of Macau)
- Wen Guo Qing Zong Lin Rong Shu* 问过钦总林荣疏 (Relatório de Censura ao Comandante-em-Chefe Lin Rong / Report on the Censure of Commander-in-Chief Lin Rong)
- Wen Meiping* 温美平 – *Aomen Shi Yan Yi* 澳门史演义 (Novela da História de Macau / Romance of the History of Macao)
- Wu Guifang* 吴桂芳 – *Yi Zu Ao Yi Jin Gong Shu* 议阻澳夷进贡疏 (Memorial sobre Obstrução do Pagamento dos Tributos dos Portugueses em Macau / Report on the Cessation of Tribute Payment by the Portuguese in Macao)
- Wu Zong Shi Lu* (明) 武宗实录 (Registo do Imperador Wu Zong da Dinastia Ming / Veritable Records of the Wu Zong Emperor of the Ming Dynasty)
- Wu Zongci* 吴宗慈 – *Jiangxi Tong Zhi Gao* 江西通志稿 (Registo Geral de Jiangxi / Draft of the General Chronicles of Jiangxi Province)
- Xi Yu Nanhai Shi Di Kao Zheng Yi Cong* 西域南海史地考证译丛 (Colectânea de Traduções de Pesquisas Históricas e Geográficas do Oeste e do Mar Meridional / Collected Translations of Historical and Geographical Studies on the Western Regions and the Southern Seas)
- Xian Zhang Wai Shi Xu Bian* 宪章外史续编 (Cronologia dos Códigos / Histories of Codes and Charters, Continued)
- Xin Xiu Xiangshan Xian Zhi* 新修香山县志 (Nova Versão da Crónica do Distrito de Xiangshan / Newly Revised Xiangshan County Gazetteer)
- Xu Sumin* 许苏民 – *Ming Qing Qi Meng Xue Shu Liu* 明清启蒙学术流变 (História dos Estudos Iluministas das Dinastias Ming e Qing / Evolution of Enlightenment Studies in the Ming and Qing Dynasties)
- Yan Congjian* 严从简 – *Shu Yu Zhou Zi Lu* 殊域周咨录 (O Que Vi e Ouvi em Países Estrangeiros / Report on My Inquiries in Strange Lands)
- Yan Hu Jiao Yi Yu Jia Jing Dong Nan Kang Wo* 严胡交谊与嘉靖东南抗倭 (Proibição de Negócios com Estrangeiros e Ataques aos Piratas Nipónicos no Sudeste durante Reinado de Jia Jing / Prohibition of Commercial Relations with Foreigners and Resistance Against the Japanese pirates in the Southeast during Jia Jing era)
- Yan Song Ping Zhuan* 严嵩评传 (Crítica sobre Yan Song / A Critical Biography of Yan Song)
- Yang Fang Ji Yao* 洋防辑要 (Artigos Importantes Escolhidos sobre Defesa Costeira / Important Texts for Coastal Defense)
- Yang Guozhen* 杨国桢 e *Chen Zhiping* 陈支平 – *Ming Shi Xin Bian* 明史新编 (Nova História dos Ming / New History of the Ming Dynasty)
- Ye Quan* 叶权 – *You Lingnan Ji* 游岭南记 (Apontamentos sobre a Viagem a Lingnan / Notes on my Excursion to Lingnan)
- Yin Guangren* 印光任 e *Tcheong U Lan* 张汝霖 – *Aomen Ji Lue* 澳门记略 (Monografia de Macau (Ou-Mun Kei Leok) / Ou Mun Kei Leok (Monograph on Macao))
- Yin Shouheng* 尹守衡 – *Huang Ming Shi Qie* 皇明史窃 (Observações sobre a História do Império Ming / Observations on the History of the Ming Imperial Dynasty)
- Yu Dayou* 俞大猷 – *Zheng Qi Tang Ji* 正气堂记 (Colectânea das Obras de Zhengqitang / Works by Zheng Qitang)
- Yu Shantang Bie Ji* 俞山堂别集 (Colectânea das Obras de Yushantang / Collected Works of Yu Shantang)
- Yuan Shi – Li Zhi* 元史礼志 (História da Dinastia Yuan – Registo de Ritos / History of the Yuan Dynasty- A Record of Rites)
- Yue Shi Hai Fang Shi* 阅视海防事 (Assuntos da Inspeção de Defesa Marítima / Issues in the Inspection of Maritime Defence)
- Zhang Dexin* 张德信 – *Putaoya Ren Chu Yu Hao Jing Ao De Lishi Kaocha* 葡萄牙人初寓濠镜澳的历史考察 (Estudos sobre o Estabelecimento dos Primeiros Portugueses em Macau / Study of the History of the First Portuguese in Macao)
- Zhang Juzheng Ji* 张居正集 (Colectânea das Obras de Zhang Juzheng / Collected Works of Zhang Juzheng)
- Zhang Tingyu* 张廷玉 – *Ming Shi* 明史 (História da Dinastia Ming / History of the Ming Dynasty)
- Zhang Weihua* 张维华 – *Ming Shi Onzhou Si Guo Zhuan Zhushi* 明史欧洲四国传注释 (Anotações de "Sobre Quatro Países Europeus na História da Dinastia Ming" / Explanatory Notes on the "Four European Countries in the History of the Ming Dynasty")
- Zhang Xianqing* 张显清 – *Yang Song Zhuan* 严嵩传 (Biografia de Yan Song / Biography of Yan Song)
- Zhang Xie* 张燮 – *Dong Xi Yang Kao* 东西洋考 (Estudo sobre as Regiões Ultramarinas do Leste e do Oeste / Studies on the Eastern and Western Seas)
- Zhang Xie* 张燮 – *Yishi Kao* 逸事考 (Investigação de Assuntos Históricos / Research on Historic Affairs)
- Zhang Zhentao* 张甄陶 – *Aomen Tu Shuo* 澳门图说 (Álbum de Macau / Macao Album)
- Zhao Chunchen* 赵春晨 – *Aomen Ji Lue Jiaozhu* 澳门记略校注 (Monografia de Macau (Anotada) / Revised and Annotated "Monography on Macao")
- Zhao Shi Jia Miao Bei Ji* 赵氏家庙碑记 (Registo da Estela do Templo da Família de Zhao / Registration of the Stele at the Zhao Family Temple)
- Zheng Shungong* 郑舜功 – *Riben Yi Jian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão / A glimpse of Japan)
- Zheng Weiming* 郑炜明 – *Aomen Zongjiao* 澳门宗教 (Religião em Macau / Religion in Macao)
- Zhong Pu Tong Shang Yan Jiu* 中葡通商研究 (Estudos sobre Comércio entre a China e Portugal / Studies on Sino-Portuguese Trade)
- Zhong Pu Zao Qi Tong Shang Shi* 中葡早期通商史 (História dos Primeiros Anos do Comércio entre China e Portugal / History of the Early Years of the Sino-Portuguese Trade)
- Zhongguo Gudai Shi* 中国古代史 (História da China Antiga / History of Ancient China)
- Zhonghua Diguo Dui Wai Guanxi Shi* 中华帝国对外关系史 (Relações Internacionais do Império Chinês / International Relations of the Chinese Empire)
- Zhongshan Xian Zhi* 中山县志 (Registo Distrital de Zhong Shan / Zhongshan District Gazetteer)
- Zhou Jinglian* 周景濂 – *Zhong Pu Wai Jiao Shi* 中葡外交史 (História das Relações Diplomáticas Sino-Portuguesas / History of Sino-Portuguese Diplomatic Relations)
- Zhu Huai* 祝淮 – *Xiangshan Xian Zhi* 香山县志 (Registo Distrital de Xiangshan (Heong San) / Xiangshan District Gazetteer)
- Zhu Jieqin* 朱杰勤 (ed.) – *Zhong Wai Guanxi Shi Cidian* 中外关系史辞典 (Dicionário da História das Relações Exteriores da China / Dictionary of the History of China's Foreign Affairs)
- Zhu Wan* 朱纨 – *Pi Yu Za Ji* 鬻馀杂集 (Colectânea de Prosas de Piyu / Collected Writings from Piyu)
- Zhu Yafei* 朱亚非 – *Ming Dai Zhong Wai Guan Xi Shi Yan Jiu* 明代中外关系史研究 (Estudo sobre a História das Relações entre a China e o Estrangeiro na Dinastia Ming / A Study on China's Foreign Relations During the Ming Dynasty)
- Zhu Zhu Xiang Shan Xian Zhi* 祝著香山县志 (Crónica do Distrito de Xiangshan Escrita por Zhu / Zhu's Xiangshan District Gazetteer)
- Zong Du Liang Guang Jun Wu Nian Biao* 总督两广军务年表 (Cronologia dos Assuntos Militares de Governadores das Províncias de Guangdong e Guangxi / Chronology of the Military Affairs of the Guangdong and Guangxi Governors)
- Zu Xun* 祖训 (Instruções dos Antepassados / Instructions from the Ancestors)

History *of* and *for* Macao

Some Observations on Teaching Local History and Identity in Macao's Middle Schools

CATHRYN HOPE CLAYTON*

I. INTRODUCTION

During the 1990s, the residents of Macao found themselves at a momentous triple juncture, as the territory prepared for the departure of the Portuguese administration, political integration into the geopolitical entity of China under the “one country, two systems” formula, and attempts to restructure an economy that had boomed and then gone bust, entering a slump in 1994 that only worsened with the 1998 Asian financial crisis. Although the three guiding principles of Macao's integration into the Chinese nation-state—“one country, two systems” [一国两制], “Macao people ruling Macao” [澳人治澳], and “a high degree of autonomy” [高度自治]—were crystal clear in the Basic Law, the specifics of their implementation were open to interpretation: what was the correct balance between emphasis on the “one country” vs. the “two systems”? What was the correct definition of “Macao people”? And how much “autonomy” was enough? Such transitions and such questions made the 1990s a moment of rapid change and uncertainty for the city and its inhabitants.

Transformation and uncertainty are nothing new in Macao.¹ The city has always harbored a highly mobile population—a fragmented, migratory population for whom Macao has often been a “stepping stone”, a temporary shelter, or a means to some other

end. Yet the particular conjunction of changes that occurred in the 1990s led to concerns that Macao was on the verge of losing its unique character and disappearing—politically, economically, and culturally—into the undifferentiated urban sprawl of its south China neighbors. A variety of government and civic institutions identified the lack of a sense of belonging [归属感] to Macao on the part of its residents as a major problem in ensuring that Macao maintained its uniqueness and, thereby, its identity and its ability to function as a politically and economically autonomous part of the People's Republic of China after 1999. The question of how a sense of local cultural identity may be instilled among the residents of a city that is undergoing rapid demographic, political and economic change became an increasingly urgent one during Macao's transition period.

As a cultural anthropologist interested in the question of when and how particular collective identities emerge and become meaningful, I spent two years (1997-99) in Macao gathering data with an eye towards addressing this issue. The present paper, written in 1998 as a preliminary report on research findings, provides some tentative remarks on one facet of this broader project: namely, the attempt to introduce Macao history as a topic in Macao's middle schools, so as to educate young people into the sense of appreciation for and belonging to their city that provide them with a strong collective identity as “Macao people” [澳门人]. The aims of this paper are threefold: to explain the contributions that an anthropological study of the relationship between education, history and identity can make to our understanding of social and cultural change; to use some insights from the field of American and British cultural studies in examining the broad debates about

*Assistant Professor, University of Macao. Ph.D. in Anthropology (University of California), MA in East Asian Studies (Stanford University, USA) and BA (Williams College, USA). Member of the American Anthropological Association and of the Association of Asian Studies. Research interests: Cultural Identity, China, Macau and Hong Kong.

Professora Assistente na Universidade de Macau. Doutorada em Antropologia pela Universidade da Califórnia. Mestre em Estudos da Ásia Oriental pela Universidade de Stanford, EUA e licenciada pelo Williams College, EUA. Membro da Associação Americana de Antropologia e da Associação de Estudos Asiáticos. Investigadora na área da Identidade Cultural (China, Macau e Hong Kong).

history, cultural identity and education in transition-era Macao; and to provide an example of how these theoretical approaches may be used to analyze the very specific ways these debates played themselves out in two different schools in Macao. This kind of inquiry is meant to provoke as many questions as it answers; and, although its focus is on the special conditions that emerged in the final years of the Portuguese administration, I hope it will serve as a jumping-off point for an ongoing dialogue about questions of history, identity, and education that continue to be of vital importance to the future of Macao.

II. ANTHROPOLOGY, IDENTITY, EDUCATION

In the field of cultural anthropology, the term “identity” refers to three major aspects of human experience. As anthropologist Richard Handler defines it, “identity” refers “first, to individual human persons; second, to collectivities or groups of human beings that are imagined to be individuated somewhat as human

persons are imagined to be discrete from one another; and third, to the relationship between these two—in particular, to the ways in which human persons are imagined to assimilate elements of collective identities into their unique personal identities” (Handler 1994: 28). The key to understanding this social-scientific concept of identity is that it is a fundamentally *relational* category—a way of defining “who we are” in contrast to “who we are not”—that emerges only in particular contexts of social action and interaction. This is one reason that “identities” change over time, and why certain ways of thinking about “us” and “them” become more socially important at certain historical junctures—why, for example, identification by “class status” [阶级成分] has lost much of the socially divisive force it used to have in the People’s Republic of China in the 1960s, or why “Hong Konger” [香港人] has recently become a meaningful way for some residents of a certain district in southern China to classify themselves. In recent years, the ability to define, control, and maintain the collective identity of certain



Students from primary and secondary schools pose in front of Saint Paul’s Ruins, one of the most well-known symbols of Macao’s history. Photo by the Government Information Bureau of Macao SAR, 2001.

EDUCAÇÃO

groups has become a widespread cause for struggle in many places around the world.

The struggle comes precisely in the attempt to respond to the fundamental question of collective identity—"who are we?" As Handler notes, "For any imaginable social group—defined in terms of nationality, class, locality, or gender—there is no definitive way to specify 'who we are,' for 'who we are' is a communicative process that includes many voices and varying degrees of understanding" (Handler 1994:30). The processual nature of identity formation is particularly evident in the example of national identities. The emergence of a national identity can be thought of as the process by which everyone in China, for example, or Mexico, understands and can be moved by the words "we are Chinese" or "we are Mexican." This process is not something that occurs "naturally" or spontaneously in the same way for all the people holding the same passports. Rather, it is the product (at least in part) of the communicative process of socialization. Because schools are an important site for the socialization of young people in modern societies, they often play a key role in the process of national identity formation. Studies undertaken by anthropologists and sociologists of education in North America and Great Britain have demonstrated that schools are an especially important place in which young people stake out an identity *vis-à-vis* the culture and ideals of their parents' generation. They have shown that middle-school curricula on topics such as history and civics are a crucial point in the socialization of youth and the reproduction of the cultural and historical knowledge upon which strong collective identities are based. In a recent study of public education in rural France, Deborah Reed-Danahay observes that "schools are often said to play a central role in the construction of national identity in modern nation-states... [as] sites... for the spread of literacy skills and dominant languages, social stratification, and cultural homogenization"—in other words, as places where young people are taught to reproduce the social and cultural norms of their parents' generation (Reed-Danahay, 1996: 3). Reed-Danahay goes on, however, to demonstrate how local schools can function as "a site of cultural production as well as reproduction" (34), a place in which national culture is often reproduced but *with a difference*.

But among studies in the field of education which specifically discuss the relationship between education

and cultural identity (cf. the contributors to Brock and Tulasiewicz 1985; Kahn 1992), most assume that something called cultural identity is distinct from and external to the process of modern education itself. While many of them agree that national identity—defined in ideological terms as loyalty to a particular state apparatus (such as the Communist Party) or to a particular set of ideals or icons of governance (such as "democracy," the national flag, the Constitution)—can be and usually is inculcated in the classroom (Chai 1977), they tend to view culture as an aspect of identity that is associated with minority groups and is more tied to the home, the family, religious rituals and other traditions that are incompatible with, or at least outside the realm of, the goals of a modern system of education. Many of these studies are carried out in "plural societies"—unified polities that are comprised of diverse ethnic groups—and discuss the effect of different linguistic, religious backgrounds on learning, attitudes and the general performance of children in the classroom. Others focus on the development of a curriculum that can transcend these "cultural" identities and unify them into a single "national" identity. Very few, however, discuss the role of modern education in actively producing and reinforcing *cultural* identity among students. It is precisely this topic that became the focus of controversy in Macao during the transition era.

III. HISTORY AND COLLECTIVE IDENTITY

The lack of local history and geography courses and of civic education curricula has been decried in a wide range of publications in Macao as the main reason for the lack of a "sense of belonging" to Macao—the lack of a strong sense of local cultural identity—that some authors deemed necessary for the survival of the city's autonomy into the twenty-first century (cf. Ngai 1995). But what exactly is the relationship between the study of local history and the formation of collective identity?

Historians, anthropologists, and educators alike agree that the study and teaching of history is an intrinsically political endeavor—or, to put it another way, a form of inquiry that is intrinsically subjective and partial, never objective and exhaustive. The language, content, and method of historical inquiry and instruction always reflect "current values and preoccupations" (Slater 1987: 39-45). That is, they

EDUCATION

reflect not only the “biases” of the individual historian, but more generally, the concerns that prevail in the particular social and intellectual environment in which that historian lives and works. Thus all historical works, regardless of how closely they conform to the rules of “objective” research and writing, “are not only documentary sources of information about the past, but also ‘verbal artifacts’”—literary representations by individual historians, which are always influenced by the position and perspective of that historian in ways that may be invisible to everyone involved (Rigney 1990:xi). Rather than passively recording facts about the past, history is the process of interpreting and actively *creating* a narrative about that past. To admit that “the existence of an ‘unbiased’ [history] curriculum is a fallacy” (Tan 1994: 31) is not to criticize individual historians or teachers, nor to criticize the process of doing or teaching history in general; rather, it allows us to explore in further detail the process of *how* these narratives are created: what kind of stories are being told, and about whom. By taking a step back and looking at the presentation and interpretation of historical facts, rather than just at the facts themselves, we can understand in greater depth the “values and preoccupations” of our time. The kind of narratives we tell ourselves about our past are one indication of how we see ourselves in the present: in other words, of our identity. Who are we, where did we come from, where are we going?

As mentioned above, the teaching of the history of a community is one of the fundamental ways of reinforcing a sense of identity among the members of that community. It is no coincidence, then, that in most government-run schools in the United States, for example, U.S. history is a required subject. The study of national history provides citizens with a sense of national belonging, an idea of their place in relation to a national community of people with a past and a future. The same holds true for histories of other groups—which is why subjects like women’s history, black history, Asian-American history, working-class history, and local history have begun to be introduced into the curricula of many North American schools. These are all ways of defining and legitimizing collective identities that have often been ignored or underestimated by conventional approaches that focus on the political history of nations.

In fact, the sense of belonging may be even stronger when the unit of study is smaller. As one

practitioner and teacher of local history in the southern United States comments, “local history has an immediacy that national history lacks. We can see it and interview local people about it” (Sprague, 1993: 814). A focus on local history changes not only the collective protagonist of historical inquiry, but often requires different research and pedagogical methods (for example, the use of oral interviews as well as written records, and “field trips” to sites of historical importance). These methods *can*, in theory, provide students with a far more concrete sense of their relationship to the community than can the more abstract, mass-produced, textbook-based method of studying national history.²

In practice, however, the question of precisely who is the collective protagonist of the historical narrative remains an important one even at the level of local history. The definition of what, and who, is “local” is often not as obvious as it might seem at first. As one anthropologist has noted, “local areas are often treated as if they were self-evident, to be defined in purely physical geographic terms... However, the identification of a region is only partly dependent on such objective factors; regions are also socially and historically constituted. Factors from outside the local social group, such as external political influence over an area, can also be said to constitute the local region” (Tanner 1996: 230).

In a region such as Macao, it would be difficult to overestimate the influence of external political forces as well as of other supra-regional factors such as international commercial activity, major waves of immigration and emigration, and the influence of international mass media. Given this situation, the question of how to define the “local” in local history becomes even more difficult. In this sense, the question of local identity—“what, and who, is local?”—is a question that is fundamental to the enterprise of doing and teaching Macao history.

Answers to this fundamental question, in Macao as elsewhere, often emerge in the details of historical texts or curricula. Some local histories in other regions have focused on the development of communities at the level of the village, town, city, or neighborhood, highlighting the difference between these communities and the larger national (or ethnic or class) community; others have maintained a focus on national identity by investigating the impact of national policies or events at the local level, and the role of the local unit in larger

EDUCAÇÃO

national historical processes. Local histories of port cities, or regions in formerly colonized nations, for example, can focus on international influences by defining their “local” subject as part of a trade route or political empire. More comprehensive studies or school curricula may combine several of these foci in discussing a single locality.

In short, the relationship between local history and the reinforcement of a local identity is not as simple or straightforward as it might at first seem. During the transition era, the debates that surrounded the introduction of a local history curriculum in Macao’s secondary schools, and the different methods employed

Despite the debate [to teach or not to teach local history], some schools in Macao did opt to begin introducing more elements of local history into their curricula in the years just prior to the handover

to teach such history in different schools, reflected the complexity of this relationship as much as they did the importance of the question of “Macao identity” at this historical juncture. A closer investigation of the context in which these debates emerged is necessary before we can grasp the implications of the departing Portuguese government’s attempts to promote local history in Macao.

IV. EDUCATION IN MACAO

During the 1990s, studies on the education system in Macao proliferated, in English, Portuguese, and Chinese alike.³ Many of these studies were sparked by the major education reforms initiated by the government of Macao in 1990. Rather than undertake a comprehensive review of these studies, in this section I will do two things. First, by way of providing some background information on the structure of Macao education in the 1990s, I will outline some of the major observations about Macao education that these studies

share. Second, I will address, in a theoretical framework, some of the questions that my interviewees addressed in a more practical context, by reviewing in more depth the contributions of a handful of studies that have particular relevance to the debate about the teaching of local history in Macao. Though none of these studies directly addresses the question of cultural identity and local history instruction, they tiptoe around the question of what, and who, is “local,” that is the main focus of the present inquiry.

Many of the studies of education in Macao have approached the issue from the perspective of the large literature about the social and political role of education in colonial or decolonizing societies (see, for example, Bray 1992; Yee 1990). Studies that take this perspective almost uniformly find that Macao does not quite fit this model. In addition, several of the most recent of these previous studies have been undertaken by scholars from Hong Kong, who are interested in comparing Hong Kong and Macao in terms of education policy and finance, curriculum changes, and the implementation of reforms. As these scholars observe, given the commonalities between the two territories,⁴ this comparison is a logical one to make; however, they find that the differences in their educational systems are significant in a variety of ways. In general, the studies note that Macao is distinct from Hong Kong (and from many other territories, “colonial” or not) in two major ways. First, the style of governance practiced by the Portuguese government in Macao was long characterized by a markedly *laissez-faire* attitude towards education. Unlike Hong Kong, Macao has never had a unified, universal, compulsory education system; the only schools whose curriculum and administration is directly under the control of the Macao government are the “escolas oficiais” or government-run schools, which in 1994 accommodated something less than 7% of the total student population, but received approximately two-thirds of the total government funds allocated for education.⁵ The rest of Macao’s schools are private institutions run largely by religious or other types of civic organizations (such as neighborhood associations, clan associations, unions, and so forth).

Mark Bray characterizes Macao’s schools as not exactly a system, but rather an “uncoordinated collection of institutions based on models in Portugal, the PRC, Taiwan, and Hong Kong” (Bray 1992: 328).

EDUCATION



Young Macao students, between classes. Photo by Government Information Bureau of Macao SAR, 2001.

In the absence of a strong, centralized bureaucratic control of curriculum and school administration, and of a territory-wide school-leaving examination, in the 1990s Macao's many private schools enjoyed a *de facto* autonomy which they were hesitant to relinquish, even when offered financial assistance from the government (see Section V below).

The second difference remarked upon by several of these studies is the relationship between Macao's small population and the lack of locally produced textbooks in Macao. In the first place, the small market potential for textbooks in a territory with a total population of approximately 450,000 and a total student population of approximately 96,800 makes the local publication of textbooks unprofitable for private publishers.⁶ Secondly, the fact that many of Macao's schools are run by organizations with pedagogical and political affiliations to regions outside Macao—a fact that is reflected in, and reinforced by, the tendency for the majority of Macao middle-school graduates pursuing tertiary education to do so somewhere outside of Macao—means that textbooks produced in these regions are often preferred to the few

local publications that do exist. In this sense, the curricula in most of Macao's private schools are dictated largely by the demands of university entrance examinations in Taiwan, the PRC, and Hong Kong (cf. Bray and Tang 1994; Bray and Hui 1991; Tan 1993). The ramifications of this simple fact for the study of Macao history at the secondary level will be discussed in more detail in the following section.

One further characteristic affecting Macao's education system, argues Albert Yee, is the fact that Macao's "colonial bureaucracy... has been overhauled each time a new governor is appointed. Since governors typically serve only three years before being replaced and must heed the political climate back home, few Portuguese civil servants have developed real commitment to Macao as a community" (Yee 1990: 69-70). According to the author, this meant that there was little incentive for any given administration to institute a long-term strategy to bring Macao's schools into a centralized and strictly regulated system of free, compulsory and universal education. Even when certain administrations did attempt reforms in this direction, Yee claims, the thorough reorganization of bureaucratic

EDUCAÇÃO

structure and goals that usually accompanied the arrival of each new governor tended to thwart those efforts.

In 1993, John Kang Tan conducted a comparative study on “the history of the history curriculum” in four middle schools in Macao and four in Hong Kong. Tan’s article focuses on the differences and convergences between the history curricula implemented in Hong Kong and Macao, which he views as European colonies in the process of “consensual decolonization,” defined as “a process of transferring colonial political authority in which there is a large measure of agreement among the participants that the outcome of the process is to be high-level autonomy” (Tan 1993: 16). The study covers the broad spectrum of history subjects taught in middle schools, including world history, Chinese history, and local history, and Tan is interested in comparing the relationship between colonial educational policies and the teaching of history. Tan found substantial differences among the history curricula of the four Macao schools he studied; these included not only differences in perspective, interpretation, and emphasis, but also in which subjects were considered important enough to merit classroom time.⁷ However, he provides an equivocal evaluation of the government’s *laissez-faire* attitude towards curricular policy that allowed such inconsistencies to emerge in the first place. On the one hand, he faults the Macao government for not putting more money and effort into creating a unified curriculum that would focus on “local” interests and keep a tighter lid on the influence of “outside political forces;” on the other, he grants that this lack of centralization made possible a much broader range of curricular innovation at the level of individual school.⁸

Although he does not directly address the question of education, history, and cultural identity, it is evident that Tan sees a clear link between them. He notes that many of the reforms were inspired by a desire on the part of the Macao government “to preserve or even strengthen the Portuguese culture as Macao is preparing to be returned to China” (Tan 1993: 162). Tan remarks upon the limited success of these efforts, due to the decentralized nature of the education system, but his evaluation of their effects is ambivalent as well. Although he implies that the government’s attempts to beef up courses on Macao history are a nothing more than a continuation of colonialism by other means, he is equally critical of those schools which do not offer Macao history at all or which mention the Portuguese presence in Macao in an overly critical way. Tan’s position is clear: Macao’s history, *properly*

defined, should be included in the history curricula of Macao’s schools.

But what is the proper definition of this history? Ricocheting through Tan’s article is the unspoken question of “whose history is local history?” This question takes on even greater significance in Bray and Hui’s 1994 article on the effects that imported textbooks, which are used in the majority of Macao’s classrooms, might have on students. The authors take mathematics textbooks as their point of comparison, precisely because such texts are commonly thought of as “neutral”: devoid of any specific cultural bias and “more easily portable across national boundaries than such subjects as social studies, history, and geography” (34). Nevertheless, the authors remark upon the prevalence in mathematics textbooks of examples, drawings, and units of measurements taken from Hong Kong, the PRC, England, or Portugal. For them, “it does seem regrettable that the lack of local textbooks fails to make the subject relevant to the local context.” This lack is regrettable not textbooks fail to promote local pride or a sense of belonging, but rather because “an opportunity may have been missed to make schooling more relevant to daily life” (Bray and Hui 1994:37). Yet this assertion begs still further questions for an anthropologist whose eye is trained on the supra-local aspects of the lives of many Macao residents. Geographical proximity is, after all, but one way of defining relevance.

In their conclusion, Bray and Hui implicitly raise another question that touches on the concerns about local history instruction voiced by the educators I interviewed. They raise this question in the form of a commonly-held assumption, namely, that from an educational perspective, Macao’s overwhelming dependence on imported textbooks may be considered a problem, since in subjects such as social studies, history, and geography, “it may be argued [that] it is particularly important for pupils to learn about the histories of and other features *of their own societies*” (Bray & Tang, 1994, p. 37; italics added). However, in what follows, I show that the debates about teaching local history in Macao schools hinged precisely on the question of how to define “our own society,” and in this sense, they are debates about identity. For some of the teachers and administrators who participated in this study, teaching students about “their own society” is precisely what they are doing when they teach students the history of the China instead of the history of Macao.

EDUCATION

V. CURRICULUM REFORM AND NEW EDUCATION POLICIES

Before delving into the specifics of the debates surrounding “local history” in Macao’s middle schools, it is instructive to provide some background on the reform efforts that began to change the structure and content of education in Macao in the 1990’s. Of special importance to the current paper are the curricular reforms associated with this more general reform initiative. As many sociologists of education have noted, there is a strong correlation between curriculum change and social change. By providing us with insights into how and why certain topics gain and lose educational significance at certain junctures in certain societies, the study of curriculum change can help us to “understand larger political and social processes of change, control, and reproduction” (Goodson, in Goodson & Ball, 1984:26). The debates that surfaced in transition-era Macao over the educational significance of local history are a prime example of the indexical relationship between social-political and educational change.

In his paper on the history of the history curriculum, John Tan notes that “the Joint Declaration of 1987 has initiated desires for reforms in the general aspects of the education system” (Tan 1993: 160). As a whole, the reforms reflected a move towards coordination among, if not exactly centralization of, Macao’s schools, and a more active state role in education. In terms of finance alone, the amount of government spending on education proportionate to the entire annual budget increased markedly between the late 1980s and the mid-1990s, although, according to some scholars, the starting point for these increases was “extremely low” by international standards.⁹ While careful to reiterate a respect for the pedagogical and administrative autonomy of private schools, the administration expressed its interest in enabling free and compulsory basic education for all Macao residents. Towards this end, it established a “free education network” for the first seven years of instruction, and gave private schools the option of joining this network on a voluntary basis. In return for agreeing to abide by certain rules (such as limits on class size and on extra fees that could be charged), private schools were given per capita tuition subsidies based on annual enrollment figures.¹⁰ A detailed analysis and evaluation of this and other reform measures is outside the scope of the present paper; however, such measures do indicate a strong interest

on the part of the government in expanding its role in education by providing financial and curricular support to interested schools.

A crucial aspect of these reforms was the passage of the first law governing the education system in Macao.¹¹ This law set out the principles governing the organization, finance, administration, development and evaluation of a single system of education comprised of both official (state-run) and private schools. The law stipulated nine basic objectives that should guide the reforms of Macao’s educational system. First among these objectives was “to promote the development of civic consciousness through the transmission of the culture unique to Macao that is essential to reinforcing and consolidating its identity” (Governo de Macau, 1992: 5).¹² While this article left undefined precisely what this “culture unique to Macao” may be, it did codify into law the role that education has (or should have) in imbuing Macao’s youth with a sense of the importance of local culture.

Pursuant to this law, a series of curriculum reforms were initiated in the early 1990s. Most relevant for the present paper is the *Junior High School History Curriculum Guidelines*, initiated in 1993 and subject to annual review and revisions.¹³ This Chinese-language document had been compiled by the Curricular Reform Working Group, comprised of government administrators and educators from both official and private schools. Designed as a curriculum outline for history teachers of Forms 1-3 (grades 7-9) in official schools, this document provides a sketch of the topics that should be covered during each academic year, the approximate number of classroom hours to be spent on each topic, the specific educational objectives associated with each topic, and suggestions for classroom activities. According to these guidelines, two years of Chinese history instruction are to be followed by one year of world history,¹⁴ and Macao history is slated to be taught during the third year (Form 3), after completion of the three major units on world history.

The general policy put forward in the *Guidelines* for Macao history instruction indicates that the objective is to provide students with an understanding of “Macao’s role as a meeting-point between China and the West” (Governo de Macau 1995: 3) and to affirm a “positive attitude towards the process of cultural exchange between China and the West...an attitude of openness” (4). The preface explains,

EDUCAÇÃO

“The history of Macao originates in China, but is closely linked with Portugal. Amicable contact between China and Portugal has a history of more than four hundred years. Thus, explorations of issues such as the early history of Macao, the Portuguese arrival in the Far East, Sino-Portuguese relations, cultural exchange, economic development, and Macao’s [impending] return to Chinese administration, form another aspect of this Outline.” (Governo de Macau, 1995: 3)

The details concerning the suggested classroom hours and activities for the Macao history portion are not included in this edition of the *Guidelines*, which provides such details only for Form One.¹⁵ However, the authors of the *Guidelines* do suggest breaking the Macao history unit into four subunits:

- the early history of Macao;
- Macao’s cultural characteristics;
- the social and economic development of Macao;
- Macao’s return to Chinese administration [in 1999].

The inclusion of this section on Macao history in the reformed history curriculum for official schools illustrates the fact that, for the Macao government at least, local history took on a new “educational significance” in the years following the signing of the Joint Declaration. Yet this is not the only significance of this document. By stating publicly the rationale for, the aim of, and the general areas to be covered in the study of Macao history, the *Guidelines* also provides a policy statement on how the historical narrative should be created. In other words, it is itself a statement about who and what Macao is: a “meeting point between east and west,” a city whose long history of openness and “amicable” commercial relations commerce has imbued it with a unique culture. As we shall see in the following section, this identity is one of a number of issues at the core of the debates about the implementation of local history curricula in Macao schools.

VI. TO TEACH OR NOT TO TEACH? LOCAL HISTORY IN MACAO’S CLASSROOMS

All the educators interviewed for this study said they were aware of the fact that, in the wake of the educational reforms, the state had made various attempts to encourage local history instruction at the secondary level, and even to compile and distribute a unified curriculum that teachers at different schools could use

on an optional basis. What was most striking in this context, then, is the difficulty the government met with in promoting such courses. “They’ve been talking about it for several years now,” said one teacher at a privately-run Chinese-medium school, “but they have not made any progress. As soon as they start asking local schools for their input, the whole project comes to a standstill.” In the initial stages of my research, when I was trying to locate schools that might be interested in participating in this study, my question “which schools in Macao teach local history?” was met with quizzical looks and puzzled silences from almost everyone—educators, administrators, education researchers, students and former students alike. “The majority of schools do not offer courses in Macao history,” one retired government official who is knowledgeable on the subject told me, “There is still much promotion work to be done.” Given the amount of effort and funding that was expended on this objective, and the publicity it received, why did these measures fail to be implemented in the years prior to the handover?

To answer this question, it is necessary to take a step back and examine the debates over the usefulness, desirability, and feasibility of actually teaching Macao history at the secondary level. Despite the claims in the media about the urgent need for local history courses, and despite the state’s obvious efforts to promote such courses, the argument in favor of the positive effects of teaching local history was by no means a definitive, even within education circles. A cluster of distinct but related objections, both practical and theoretical in nature, revealed the pervasive problems of the definition and significance of the “local” in local history.

A history teacher in one of Macao’s top Chinese-medium middle schools, Mr. Sinn,¹⁶ specified two key practical reasons why there was no formal, structured, textbook-based classroom study of Macao history at the secondary level in his school—and why, in all likelihood, there never would be. These two reasons were the most common (and, to a certain extent, the most common-sense) explanations, echoed by virtually all the educators and students interviewed.

The first reason had to do with the time constraints resulting from the fact that the preeminent concern of his students was to pass the various university examinations necessary to continue their studies in Taiwan, the PRC, or Hong Kong. “Of course, none of these examinations includes questions about Macao

EDUCATION

history. There is already so much material to cover in order to prepare the students for what they will be examined on," he lamented, "that time simply does not permit adding any other subject matter." This argument was certainly difficult to counter, given the success this school had in getting their students into colleges and universities around the world. Yet consider its implications: such an explanation indicates that there is a fundamental and unavoidable incompatibility between the attempt to educate Macao's young people into a sense of local identity and the attempt to educate them in a manner that will help them, and Macao, integrate into and benefit from the international community. Students leaving Macao to attend the best universities in other regions of the world are precisely those who could benefit Macao the most in the city's attempts to restructure and diversify its economy. According to some, the stronger these students' sense of Macao identity, the more likely they would be to return to work in their hometown. Paradoxically, however, it is precisely these students who must concentrate so completely on preparing for international examinations that they would not have the opportunity to take the courses that designed to instill in them this sense of local identity. In this sense, an emphasis on local history in the classroom was a luxury that had to be sacrificed to these students' international pursuit of precisely those skills that Macao so keenly needed. Although this teacher felt that local history instruction was an important endeavor in order for Macao people to "understand Macao," his priorities in the classroom lay in providing students with the tools they would need to further their education—which, for most of his students, meant attending institutions of higher education abroad.¹⁷

The second "practical" reason Mr. Sinn gave focused more on the problem of producing and promoting a single, unified local history curriculum or textbook for use in Macao's schools. His point was that one of the main reasons Macao history was not taught on a more widespread basis was the lack of teaching materials; even if teachers had the time to fit Macao history into their curriculum, the task of collecting materials and compiling a textbook would prove too daunting and time-consuming. Yet, in his view, this problem could not be solved by providing these teachers with a unified, ready-made curriculum that the government would distribute free of charge. His colleague, Mr. Ho, a secondary-school teacher known

for his dedication to research and teaching about Macao, agreed: "They've tried," he said. "They've tried to produce a unified curriculum, but because of the different interpretations of history between the Portuguese government and the Chinese, they came to an impasse and gave up. The Portuguese say that China gave Macao to them, but of course, the Chinese cannot accept this interpretation. They can't even agree on this single basic fact about Macao's origins—how can they produce an entire curriculum?" It is at this juncture that the "practical" reasons intersect with more theoretical ones.

One teacher who participated in this study had been responsible for compiling a curriculum outline called the *Essentials of Macao History* [澳门历史纲要], that was to be distributed for use in government schools (see Section VII.a below). He indicated that this document was a very rough and incomplete set of notes, but admitted that he had no desire to expand these notes into a textbook for publication. He said, with a laugh,

"Whatever you write, some group of people will get angry at you. If you write one thing, the Portuguese won't like it. If you write something else, the Chinese won't like it. So the average person, even if they are capable of writing such a textbook, is not willing to write it. What for? All that work and you just end up getting yourself in trouble."

Ms. Chu, a history teacher in a Luso-Chinese government school that was planning to use this *Essentials of Macao History* outline for a short course on Macao history in the near future (see below), echoed this polarity between "Chinese" vs. "Portuguese." She noted the difference between the way Macao history was taught at the Portuguese-medium, government-run Liceu Nacional and the way it would be taught at her school. The Liceu's local history curriculum, she says, is not designed for local people; that is, it does not focus on China or Asia or the history of the Chinese in Macao. Rather, it focuses on the Portuguese. "We don't use it [a Chinese translation of the Portuguese-language textbook on Macao history formerly used by the Liceu] because the Portuguese have a different concept [观念], a different interpretation of history from us Chinese. Their curriculum is entirely different, it is in the Portuguese style, and so they study more about Europe and Portuguese history." Whereas Mr. Sinn and Mr. Ho indicated that the main problem had to do with a difference of opinion regarding the interpretation of

EDUCAÇÃO

specific political events, Ms. Chu put a slightly different spin on the problem when she brought up the question of the “local.” She cast the difference in ethno-geographical terms: the Portuguese, while they were “in” Macao, were not “of” Macao, and thus a history of Macao that began from the European point of view would be inappropriate because it would not be “local” enough. It is significant in this context that, when I asked whether the local history course at ESLC would include any references to the history of the Eurasian Macaense community, Ms. Chu replied in the negative. Despite the fact that most Macaenses meet almost any conceivable geographical criterion for being “of Macao,” their mixed ethnic heritage and their historical tendency to identify with Portuguese culture put them outside the scope of the “local,” defined in ethnic terms.

However, during the course of our interview, Ms. Chu went on to mention the fact that the difference in interpretation of Macao’s political history had been no small obstacle to the government’s attempts to promote local history. All three of these educators noted two main topics that were especially controversial, both having to do with the question of Macao’s political sovereignty. The first was the question of precisely how the Portuguese established their presence in Macao. Was the territory of Macao a gift to the Portuguese from the Ming court or had the Portuguese occupied it without permission? Did the “land rent” paid to Chinese officials by the Portuguese settlers constitute a bribe paid to local officials or a legitimate transaction indicating the Chinese government’s acknowledgment of the Portuguese right to settle there? While both of these questions have been the subject of a flurry of research in recent years that has significantly complicated and compromised both sides of the debate, what is salient here is the perception among teachers during the transition era that ideological controversies over Macao’s political identity created the biggest obstacles to teaching local history.

As to the possibility of using a textbook that would present the students with these debates themselves, instead of simply a single historical narrative that comprised one “side” of the debate, Mr. Sinn gave some pedagogical reasons why this would not be appropriate: “It is extremely difficult to present controversial topics in textbooks. Of course everyone is entitled to their opinion, and is entitled to write books and articles advocating that opinion. That is entirely appropriate in the realm of scholarly debate among adults... Even for

continuing education classes I have taught, that are attended by adults, I have presented these controversies to them for discussion... However, for the purposes of secondary education, you simply cannot have such controversy. Although these students—at the age of 15 and 16—are competent and thoughtful, still they are quite young. Their powers of judgment are not fully developed, and need the guidance of the teacher.”

For this reason, he indicated, they must be presented with a sort of “unified front”—a single interpretation of history that they may grasp as “truth.”

Mr. Sinn indicated that this problem might cease to be a problem after 1999, when the Portuguese administration would leave and, presumably, take the “Portuguese” interpretation of history along with them. For others, though, the problem of the interpretation of history was not something confined to single events or specific controversies; it was a more pervasive and existential condition that influenced not only the way local history is taught, but their evaluation of the relative (un)importance of Macao history itself.¹⁸ Most people interviewed—even those who did not consider local history to be a feasible or “convenient” topic for classroom instruction—agreed that it was something that Macao residents should learn about and view as a source of local pride and identification. As Mr. Pun, a government education official and an enthusiastic supporter the policy of emphasizing Macao history in schools, argued,

At least by doing this people come to believe that Macao is important, and worthy of study. Even if their opinions or perspectives on the history of Macao are different from those that they learn in school, they at least get the basic idea that there is something about Macao that is worth discussing.

Some people, however, questioned even this assumption. A different education official expressed his ambivalence towards the new *History Curriculum Guidelines* bluntly, saying that while he did not think the implementation of a Macao history curriculum was particularly objectionable, neither did he think it was particularly necessary, nor worthy of too much time, effort or funding. As he put it, “My opinion is that Macao is part of China — the same way that, for example, the Algarve is part of Portugal, or California is part of the United States. Are there history classes about the Algarve, or about California? Perhaps there are a few classes in individual schools that discuss the region’s

EDUCATION

place in the history of the nation as a whole. In any case, such courses are certainly not a priority. This is how I try to explain it to people.”

For him, it was clear that by furnishing students with information about the history and society of China, Chinese history courses were already doing enough to teach young people about “their own society;” the only purpose served by local history would be to further demonstrate to students how their local community is part of the Chinese nation.

And finally, some respondents found the study of Macao history to be fundamentally incompatible with a sense of belonging and local pride. One middle-aged Chinese man I interviewed, who was born, raised and educated in Macao before going to Taiwan for university, had never studied Macao history at any point in his academic career. He did not feel he had missed out on anything; in fact, he found it surprising and ironic that the study of local history had been chosen as one way to instill a sense of belonging and civic pride among Macao’s Chinese youth. He summed up his indifference this way: It’s like if I invited you into my home one night and you woke up the next morning and started giving me orders, and then stayed in my house giving me orders for many years because I was too weak to kick you out. Why would I want my children to know about that? To remember that? Why would that make them feel proud? In fact, it makes me feel ashamed, very ashamed.”

For him, the identity of Macao’s past is a colonial identity; to emphasize “local” history is to emphasize Macao’s “foreignness” and to remind local citizens of China’s “national humiliation.” Given this point of view, he implies, for a Macao Chinese to be proud of being from Macao would require historical amnesia rather than historical consciousness.

VII. HISTORY AT SCHOOL, HISTORY AT WORK

Despite these debates, some schools in Macao did opt to begin introducing more elements of local history into their curricula in the years just prior to the handover. The rest of this paper is devoted to a comparative analysis of two such schools, and of the texts and pedagogies they employ in teaching local history. How does a particular understanding of the definition and significance of local cultural identity influence, and permeate, these texts and pedagogies? What kinds of lessons about identity can students be expected to learn

from them? What follows can only be a partial answer to these questions, but I hope that this partial answer will be an instructive one, in light of the theoretical and empirical contexts described in the preceding sections.

ESCOLA SECUNDÁRIA LUSO-CHINESA

The Escola Secundária Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes [澳门中葡中学], or ESLC for short) was established in 1985 by the Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, the government department responsible for the administration of Macao’s official schools. It was part of a group of government schools at the pre-primary, primary and secondary levels whose language of instruction was Chinese but which maintained an emphasis on Portuguese language and culture. At the time of this study, the ESLC was the only government-run secondary school whose language of instruction was Chinese.¹⁹ The emphasis on Portuguese was one of the major characteristics that distinguished the content of the ESLC education from most private Chinese-medium schools, which usually offered English as the first (required) foreign language and offered Portuguese only a few hours a week as an elective, if at all. In contrast, at the Luso-Chinese school, Portuguese was the first foreign language and was taught six hours a week. The other major characteristic distinguishing the ESLC from the privately-run Chinese-medium secondary schools in Macao at the time was that it was entirely free of charge: no tuition or fees were assessed, and school uniforms and books were provided for free. For this reason, the principal told me, a large proportion of students came from Macao’s lower socioeconomic ranks, many of them being “recent immigrants” from the mainland. Because of the emphasis on Portuguese, one teacher indicated, most of graduates of the ESLC would be employed by the Macao government.

The ESLC was one of the target experimental schools for the series of curriculum reforms described above. In the principal’s view, these reforms were a long-overdue attempt to “create a curriculum, especially in the fields of history and geography, that would be *of* Macao and *for* Macao people [澳门自己的，给澳门人的].” Prior to the reforms, almost all the textbooks used at the ESLC were imported from Hong Kong; according to one history teacher at the school, the history of Macao was mentioned only in the context of world

EDUCAÇÃO



The façade of the Escola Secundária Luso-Chinesa, a public secondary school. Photo by IC, 2002.

history topics such as “The Portuguese Discoveries.” At the time of this study, however, the ESLC was preparing for the first time to teach Macao history (in the spring of 1998) as a separate subject in accordance with the *History Curriculum Guidelines*. Although the research presented here concluded prior to the beginning of this experiment with the new curriculum, data gathered through interviews with the school director and history teachers provided some indication of the aim, scope, and methodology of its implementation.

In conformity with the *History Curriculum Guidelines* provided by the Education Service, ESLC students studied Chinese History in Forms 1 and 2, and World History in Form 3. One of the history teachers interviewed for this study indicated that Form 3 was an appropriate juncture at which to teach Macao history, since the students would already have a solid background in both Chinese and European history, which would give them the necessary conceptual tools with which to understand the development of Macao.

Since there was still no textbook for this course, the teacher planned to use a photocopied outline of approximately twenty pages, with fourteen supplementary pages of maps and tables of geographic,

topographic, and demographic information. This outline had been compiled by a teacher from private school, who had also been consulted by the government in designing the *Junior High School History Curriculum Guidelines*. “But in truth, it doesn’t really matter who compiled it,” added the ESLC teacher. She indicated that because this Macao history text-outline was developed in accordance with the curricular guidelines, there would be “no conflict” in perspective, and the text-outline did not need to be approved by the Education Service or any other advisory body.

The outline was divided into twelve units, which roughly correspond to the four general areas to be covered according to the *History Curriculum Guidelines*. These included the introduction; three units relating to Macao’s early history—The Portuguese Discoveries, The Beginnings of Macao History, and Macao’s Golden Age (16th-17th centuries); five units relating to Macao’s economy and society—the Decline of Foreign Trade (1644-1840), The Opium War, The Portuguese Occupy Macao After the Opium War, Twentieth Century Macao, and Macao’s Society and Economy; two units covering Macao’s cultural characteristics—Macao’s Religions and Macao as an Exchange Point between

EDUCATION

Chinese and Western Cultures; and one unit on the transition period leading up to the 1999 transfer of sovereignty to China.

According to one history teacher interviewed at ESLC, because history classes met for three hours per week, the plan would be to spend one classroom hour on each of the twelve topics, completing the entire Macao history section in the span of one month. However, she also noted that in the World History course taught in Form 3, there was always too much material to be covered in the space of one academic year. For this reason, she said, she would try to spend as much time as possible to cover the highlights of the local history outline, but because of time constraints, she could not be sure that they would be able to dedicate an entire month to Macao history. In justifying her prioritization of World History over Macao history, she cited the practical problem that her students faced in needing to prepare for college examinations. Although students would take year-end examinations on what they had studied in her class, knowledge of Macao history would be “entirely unnecessary” for students preparing to continue their studies at university. “It’s just to give them a rough idea,” she explained, “just to let them know a little bit about Macao. Because most Macao people don’t understand Macao history—many students just know little bits and pieces about the development of Macao’s history, but have never studied it in a systematic way.” Several times throughout our conversation, the instructor emphasized that Macao history was not an academically important topic, but rather was something with which the residents of Macao who live and work in Macao—and especially those who work in the public sector—should be acquainted.

Let us turn now to the theoretical question posed earlier in the paper, namely: how is the collective “local” identity of Macao defined as the subject of the particular historical narrative used in this school? In order to address this question in greater detail, and to understand the correlation between the way the historical narrative is presented and its implications for the inculcation of cultural identity among students, we must take a closer look at the text-outline used in the class. Education researchers have noted the importance of the textbook in many societies as “the major device for initiating students into paradigms” (Cooper 1984: 47). Studies show that the textbook itself—the language used, the examples given, the photographs and maps depicted—

can impart to the student messages about political, social, and cultural beliefs in an extremely subtle way, often unintentionally and without the direct intervention of the teacher (Brown 1985; Kalia 1980; Segal 1997). The case of the Macao history text used at the ESLC was slightly different, since the rough and condensed outline form of the materials meant that the classroom interaction between teacher and students, the interpretation and explanation provided in lectures, and the amount of time spent on each topic in class would be as influential on the students’ overall learning experience as the textbook itself. However, since the classroom lectures were to follow the outline closely, and since the outline was to be distributed to students as a study guide, it is both appropriate and informative to take a closer look at how the outline itself is structured. What kind of “message” about Macao’s identity might this text be imparting to students?

The first point worth noting is the fact that the historical narrative of the outline begins well before the arrival of the Portuguese in Macao. The “Beginnings of Macao History” section starts from the archaeological record of habitation beginning 6,000 years ago; more recent archaeological records are mentioned by way of indicating that “the ancestors of the Chinese people” who belonged to the same “cultural system” as the inhabitants of Guangdong Province were already living and working in Macao. Written records of administrative creation of Xiangshan County, which included the region now known as Macao, are cited to emphasize the fact that “since ancient times, Macao has been Chinese territory.” The combination of administrative, cultural, and ethnic ties linking the region to Guangdong province (and therefore, by implication, to the rest of China) provides a powerful sense of Macao’s inalienable Chineseness—that the territory is Chinese not only politically, but also by virtue of its material culture and its ancient, pre-historic links to a group of people which later came to be called “Chinese.” The fact that an entire unit is devoted to the history of Macao before the arrival of the Portuguese sets the stage for a clearly Sinocentric history.

The units that discuss the history of Macao shortly after the arrival of the Portuguese contain a significant amount of political as well as economic history. Two major characteristics are emphasized in discussing the relationship between political and economic history throughout the chronological periods into which the text is divided. The first is the theme of Macao’s status,

EDUCAÇÃO

throughout the four-hundred-odd years since the arrival of the Portuguese, as a “special administrative region.” The history of Macao from 1580 to 1840 is repeatedly characterized as a period in which Macao was a “special region” [特殊地区] whose “administration, legislation, and taxation and other such aspects” were subject to “special management” [特殊管理]. In 1974, after the Portuguese revolution, the Portuguese government declared the end of colonialism, in the following year, the constitution was changed and “Macao was declared a “special region” [特殊地区]: not a colony, but rather a special region which is Chinese territory and simply managed by Portugal.” Finally, the outline concludes, in 1999 when the sovereignty of Macao is turned over to China, Macao will become a Special Administrative Region [特别行政区] under the principle of “one country, two systems”; its administration, legislation, taxation, and so on will continue to be subject to special management. In this way, the text-outline conceives of Macao’s history as a continuous whole, in which the roots of the current situation can be encountered in the earliest periods of political history. This approach de-emphasizes the sense of 1999 being a radical historical “break,” or the “end of an era.” Rather, it implies that the status of Macao as a Portuguese colony was an anomaly, a political and historical aberration, and that 1999 represents a return to “business as usual” for this historically “special” region.

The second major characteristic that is emphasized in this early history—the political and military quiescence of the Portuguese—addresses the question of the colonial status of Macao. In discussing the reasons for the establishment of the Portuguese settlement in Macao, the text emphasizes that “at this time, the Portuguese traders did not yet have the strength to force the Chinese government to permit them to reside [in Macao]; the late Ming government certainly did not fear the Portuguese merchants.” After they did settle in Macao, the text continues, “the Portuguese obeyed the Chinese government. This situation lasted for approximately 300 years. This is clearly different from the invasion of China by the big powers [in the nineteenth century].”²⁰ This interpretation has a complicated series of ramifications. On the one hand, it perhaps unwittingly, but nonetheless clearly, resonates with a reinterpretation of Chinese history that has arisen in the 1990s, with the departure from Maoist historiography and the reaffirmation of certain aspects

of (Han) Chinese culture and tradition. Rather than dismissing China’s entire imperial system and culture as “backward” and “feudal” (as Cultural Revolution-era Maoists did), this interpretation instead affirms the Ming court’s original superiority over the Europeans who reached its shores before the nineteenth century, and blames the “national humiliation” of China by the European powers in the nineteenth century on the corruption and erroneous policies of the Qing Dynasty (which, as a Manchu dynasty, was an alien governing force in itself). On the other hand, the statement that the Portuguese merchants “obeyed” Chinese officials—an interpretation that once would have irked many Portuguese nationalist historians—is offset by the implicit comparison with the “big powers,” especially England. This comparison depicts Portugal in a positive light and, ironically, concurs with some Portuguese colonialist histories which claim that Portuguese colonialism was of a kinder, gentler type than that of the British (cf. Freyre 1961). This version of political history is one that would fit neither with previous mainland Chinese histories of Macao that focus on the evils of colonialism and the victimization of China at the hands of the European powers (see, for example, Fei 1988), nor with previous Portuguese histories that focus on the glory and strength of the Portuguese empire and the heroic exploits of its representatives in the south China seas (see, for example, Pereira 1995 [1899], or Montalto de Jesus 1984 [1926]). Once again, it bears repeating that this is not to imply that the version of history presented in this outline-text is in any way “false”; indeed, the revised version of Macao’s political history was based on a wider set of archival documents, and more intensive research in Chinese, Portuguese, and English-language sources, than the versions which preceded it. However, as mentioned above, it is significant to note the way in which the inclusion of this revised version of events in a middle-school textbook may indicate, and run parallel to, changes in Macao’s social and political atmosphere in the years leading up to the handover.

It should also be noted that the entire political history of Macao in the twentieth century—a turbulent time in Asia as a whole, and no less for Macao—is contained in a single unit of this outline. The social effects of political turmoil of the 1910 Portuguese revolution, the 1911 Chinese revolution, World War II, the establishment of the People’s Republic of China,

EDUCATION

the 1974 Portuguese revolution, and the signing of the Sino-Portuguese Joint Declaration in 1987 are all mentioned as topics that should be explained in class; however, given the one-unit-per-class breakdown of the teaching schedule, much less time and detail is allotted to these topics than to, for example, the Opium War and its aftermath. The effects of the Cultural Revolution, the events of 1966-67 in Macao, and other such topics from very recent history, are not mentioned as appropriate or relevant topics for the classroom.

In terms of social and cultural history, the text-outline emphasizes Macao's role as a point of interchange between China and Europe in two main areas: religious culture and technological culture. The unit on Macao's religions introduces two major types of Chinese religions, Daoism/folk religion and Buddhism, Macao's three main temples, as well as the development of Buddhist institutions in Macao. In a parallel structure, the outline then introduces two major types of Christianity, Catholicism and Protestantism, three of Macao's churches, as well as the history of some Christian institutions such as St. Paul's University and the Morrison school. The text then goes on to evaluate the two-way traffic of cultural exchange between China and Europe that took place in Macao, emphasizing the role of the Jesuits in "transmitting" European technological culture into China and Chinese traditional culture into Europe. This parallel structure is carried through into discussions of settlement patterns on the peninsula: at the inception of the Portuguese settlement, as the text describes, the Chinese villagers who inhabited the peninsula were clustered mostly along the northwestern coast of the peninsula, on the Inner Harbor, while the Portuguese settled along the southeastern coast of the Praia Grande; gradually, over the years, the two settlements grew towards each other. This image visually and spatially echoes the conceptual point that is the primary "message" of the outline, which is that of Macao as a meeting point between two originally distinct, autonomous and fully-formed civilizations. The neat parallel structure of the section on religions encapsulates and emphasizes, in an easily rememberable way, the historical process of the meeting between two separate but equal civilizations. In this sense, according to this outline, Macao's "cultural characteristics" are not, strictly speaking, characteristics that are unique to Macao in itself. Rather than being an active participant in, and the locus for, the creation of new cultural forms, Macao

is portrayed as a passive point at which two pre-existing cultures rubbed shoulders. The process of this coming together or "transmission" of culture is itself imagined as a neutral or transparent process, in which the individual actors involved (Jesuits, Chinese officials, Sinologists, traders) functioned as "conduits" for this process of cultural interchange without altering, or being altered by, the intercultural interactions themselves. It does not, for example, discuss the explosive effects of the Rites Controversy,²¹ and the way that the actual experience of the "transmission of technological culture" into China fundamentally altered the ecclesiastical history of the Catholic Church in Europe. Nor does it discuss the possibility of the emergence of something new, something strictly "of Macao," in the process.

ESCOLA PUI CHENG

Escola Pui Cheng [澳门培正中学] was established in Macao in 1938, and is affiliated with the Pui Cheng schools in Hong Kong and Guangzhou. Sponsored by the Baptist Church of Hong Kong, Pui Cheng is nominally a Protestant school, although students of any religious background are accepted and the religious content of instruction is limited to one hour per week. Pui Cheng offers Chinese-medium education from pre-school through Form 6 (12th grade), and prides itself on its highly competitive application process. The majority of students are recruited at the pre-school level and remain at Pui Cheng for their entire scholastic careers; only in the first year of junior high school and the first year of senior high school are a handful of students accepted. Unlike the ESLC, Pui Cheng is a privately-run school and, as of 1998, had opted not to join the free education network, arguing that in order to maintain their high academic standards, their operating expenses and overhead were necessarily higher than other schools and thus could not be covered by the set government subsidy for network schools. Despite the steep tuition and fees, however, each year there are more applicants than the school can handle. According to one teacher, approximately 98-99% of its graduates continue on in some form of tertiary education, in the United States and Canada, the PRC, Taiwan, at the University of Macao or in Hong Kong.

At the time of this study, the curricular structure at Pui Cheng was also different from the ESLC. In Form 4 (Grade 10), students chose to follow one of two

EDUCAÇÃO



Escola Pui Cheng (pre-primary through secondary levels) is housed in the Palacete Lou Lim Ieoc, which the government has classified as part of Macao's architectural heritage. Photo by Mica Costa-Grande, 1998 (IC Archives).

academic tracks, either the Sciences Track or the Humanities Track.²² History was taught three hours per week in Forms 1-3 (Grades 7-9) and four hours per week in the Humanities Track in Forms 4-6 (Grades 10-12). According to one of the teachers interviewed for this study, most of the instructors, and especially the history teachers, had received their training at schools in the People's Republic of China. Because of the Hong Kong connection through the Baptist church, most of the textbooks were imported from Hong Kong. It is perhaps ironic that although several Pui Cheng teachers were heavily involved in the process of curriculum reform, because of the entirely private and autonomous nature of Pui Cheng's administration, these reforms did not directly affect the curriculum at their school.

Among several educators interviewed for this study, Pui Cheng had a reputation as a school with one of the strongest records of achievement in the promotion

of Macao history. Despite this reputation, and despite the fact that two Pui Cheng teachers I spoke with had been involved in several major research projects and publications on Macao history outside the school, the history of Macao was not a distinct subject in the classroom history curriculum at Pui Cheng. One history teacher interviewed said that while he believed that the study of local history was important for Macao residents, and wished it could be introduced in a more systematic way into the classroom, the constraints on the students' time made it impossible. "When we get to the Ming dynasty [in the Chinese History course]," he said, "I always add some information about Macao. Also when we get to the Opium War, and at other such relevant points, I try to supplement my lectures with as much information about Macao as possible. But there is no textbook, and no formal unit especially about Macao history. And the students are never tested on it."

EDUCATION

However, during the 1990s, Pui Cheng took the lead in an experimental form of local history instruction that, according to all indicators, has met with remarkable success. In 1993, as a response to a suggestion made by the students, the history department began an ongoing project called “The Trades of Macao” [澳门百业]. This was a hands-on research project that formed a part of the history curriculum in Forms 5, 6, and 7 (grades 10, 11, and 12, when students are between the ages of 15-18). Students would be divided into groups of no more than six, and, with the guidance of the teacher, would choose a trade or industry in Macao. They would then conduct interviews with Macao residents involved in this trade and collect other kinds of information about its history and development in Macao. After three months of research, they would hand in a report that would be evaluated and graded as part of the history class. The report would have to include information from primary and secondary sources, oral and written sources, as well as a more reflexive section describing the research process, the successes and failures of teamwork, and each student’s reflections upon the value of this learning experience. At the end of the semester, all the projects would be displayed in a school-wide exhibition.

The most striking aspect of this program, for this study, is how little classroom time was devoted to it. The teacher would spend a few classroom hours at the start of the project to explain methods—how to plan the research, make contacts, conduct interviews, use evidence—and to help the students choose their topics, but the work students put into their projects was entirely on their own time, and in addition to the regular homework they were expected to complete for their history classes. The teacher agreed that the work was an extra burden for students, especially those in Form 6 who must prepare for college entrance examinations. Nevertheless, he said proudly, “the students get very excited about it. They do all the work themselves, from the research plan, the actual research, the photography, layout, typing, computer graphics, even the cover design”—this last comment he made as he held up one report with an elaborately-decorated cover depicting the history of wedding dress shops in Macao. “Some of them even write reports as long as 10,000 words!”

According to the instructor, the advantage of this kind of history, and one reason they found it so exciting,

was that students started from something that had a direct and tangible relevance to their lives. The instructor would encourage them, if possible, to choose to investigate a trade involving their family or friends—partly as a practical consideration, he said, since it is easier for students to gain access to resources and permission for interviews, as well as to ask more probing questions of kin than of strangers. In addition, though, this strategy enabled students to discover more about their own immediate social milieu. This approach shared the advantages that other scholars have noted regarding the practice of social history—namely, that it is an approach whose grass-roots focus enables budding historians to make connections between historical socioeconomic processes (which textbooks usually described in large and abstract terms) and the very concrete changes in the lives of the people affected by these processes. Finally, the nature of this kind of inquiry also meant that most of the historical materials the students collected—both oral and written—dated from the past fifty to one hundred years, which allowed students to understand the historical processes that had most immediately and recently shaped the society in which they were living.

Another advantage to this method is the longer exposure students had to the topic of Macao history. Students were required to conduct such research projects three years in a row, in Forms 4, 5, and 6 (grades 10, 11, 12), with a different topic and a different research team each year. According to their instructor, each year they would become more familiar with the process of doing research and their knowledge base would widen, so they would be able to integrate more and more information into each successive report. By Form 6, he said, “Some of the reports are of excellent quality. Of course, they cannot compare to the work of a professional historian; but for high school students, the quality and the breadth of knowledge about Macao that the reports demonstrate is remarkable.”

A final advantage was that rather than detracting from the students’ preparations for university, the skills they developed in doing this kind of project directly benefited them in their college careers. The teacher observed,

The ability to do independent research, knowing how to use a library, how to find information, how to structure, write, and edit a paper—all these skills help them in college. One of my students who continued

EDUCAÇÃO

on to college in Taiwan came back after his first year and told me his professor could not believe he was really just a high school graduate—based on the quality of the student’s research paper, the professor thought he must have had some form of tertiary education already.

Thus it appears that, in this approach, the apparently irresolvable conflict between an “education for identity” and an “education for university” was resolved, as the students involved in these projects gained the necessary skills for success in university precisely by doing hands-on research into the history of “their own society.” But without a textbook to “initiate” these students into one of the “paradigms” of local identity, what kind of lessons could they learn about Macao’s identity and their own? How much could investigations of such limited scope tell students about the larger question of “who we are”?

Some preliminary answers to these questions may be deduced through a closer analytical look at some of the student papers. Twenty-three of the best reports from the period 1993-1995 were published in the 1996 edition of “Trades of Macao” [澳門百業], which was also compiled, designed, typeset, and published by students. These reports cover everything from Macao’s “traditional” tradesmen—such as fishermen, herbal pharmacists, cricket-sellers and noodle-makers—to more modern industries such as telecommunications, taxi driving and the Grand Prix. Although the scope of each paper is limited to the history of a single trade, most of the papers manage to take into consideration not only the technical aspects of the trades, but also a wide range of social, cultural, and economic factors involved in the organization and development of each trade.

For example, the lead paper on the history of pawnshops traces the origin of this, one of “humanity’s oldest professions,” back to the Han dynasty, discusses the etymological evolution of the Chinese term “pawnshop” [典当舖] and evaluates the political and economic factors leading to its growth in the Song dynasty. It then goes on to discuss the factors leading to the establishment of the pawnshop industry in Macao, describing the effects of the Opium War on Macao’s economy and of the influx of refugees from the War of Resistance against Japan on “three industries” that had sustained Macao until that era. In short, the authors had to draw on a strong command of the contours of twentieth-century Macao history in

order to make their point. They go on to describe not only the technical aspects of how the industry works, but also the social organization of the pawnbrokers’ union, the patron gods and folk customs of traditional pawnbrokers, and the history of the relationship between pawnshops and the rise of Macao’s gambling industry.

Similarly, the paper on the fishing industry describes in detail an industry that is often mentioned as one which, along with international trade and with the manufacture of fireworks, incense, and matches, was vital to pre-WWII Macao. The authors discuss not only the technical aspects of the local fishing industry (such as the types of ships used, types of fish caught, methods of fishing and of cold storage, the amount of fish exported, the average income of fishermen, and so on), but also the relationship between this industry and the natural and social environment of Macao: the climate and ocean conditions, the demographics of the fishing population, subethnic divisions and the ways of life of the “water people [水上人],²³ the patron gods and religious festivals celebrated by fishing communities, the public administration of fishing and docking rights, and the historical importance of the fishing industry to Macao’s twentieth century development. Both the fishing and pawnshop articles evaluate the role of the social and economic changes of the past twenty years in bringing about the decline of these traditional industries, while sparking the kind of “modernization” and development that brought Macao out of a decades-long period of economic stagnation.

Finally, in their reflexive postscripts, several students commented on the “invisible” and underappreciated nature of many trades that Macao residents walk past on the street every day, such as itinerant cobblers or newspaper vendors. These students remarked on the intellectual satisfaction they gained from not just noticing, but also coming to understand, the environment around them that they had taken for granted in the past. Many students commented on the initial fear they felt in asking for and conducting interviews, and the ensuing elation of overcoming those fears and having the rewarding, valuable, and unforgettable experience of talking to an older generation of Macao people—people who they otherwise might never have had the opportunity to encounter in such a meaningful way. In the words of

EDUCATION

one student, “In the process of doing so many interviews, I also learned a lot about other people’s experiences and about the art of communication; this was a major, unforeseen lesson in experience that I couldn’t have gotten in the classroom.” This student’s words indicate the extent to which the process of doing this kind of “interactive” history can also an “unforeseen lesson” in identity formation, defined as the process of coming to understand oneself as a part of a larger collectivity.

VIII. LIMITATIONS AND AREAS FOR FURTHER RESEARCH

It should be stressed that the findings presented above are based on research conducted by one researcher in two schools over a three-month period. The conclusions could be broadened and contextualized only through a more comprehensive study of the implementation of local history curricula in a wider selection of schools throughout Macao, both before and after the handover. However, the main limitation on the analysis presented here was the lack of access to ethnographic data from the students themselves. Ethnographic observation in the classroom would have allowed for a much more concrete analysis of how the textual presentation of Macao history was presented by teachers—which aspects were emphasized or de-emphasized, what kind of contextual or anecdotal information or visual aids the teacher provided to illustrate the theoretical and empirical points made in the text. Such an approach could also begin to assess the way in which students encounter this information, for example, by taking into consideration the effect of the general “classroom culture” on students’ learning process. Finally, open-ended ethnographic interviews with students before, during, and after their study of Macao history would provide the opportunity to assess their attitudes toward and understanding of the study of local history, as well changes in their perceptions about Macao’s collective identity and their individual relationship to it.

IX. CONCLUSIONS

In the words of one historian, “To be is to have been, and to project our messy, malleable past into our unknown future” (Lowenthal, 1985: xxv). In many

ways this sums up the relationship between identity and history, and the need to educate the future leaders of a community about that community’s past. But as this study has shown, the questions of “whose past?” and “whose future?” determine not only the specific ways the past gets shaped in the process of being projected into the future, but also the very shape that community’s future can take. These questions will never be answered definitively. But as long as these political arguments over what aspects of the past should or should not be taught are allowed to thwart the process of teaching itself, the future of the group hangs in the balance.

The kind of history done by the students of Pui Cheng may not be appropriate or feasible for students at all schools; yet it does provide some insights into how one school has dealt the seemingly impossible circumstances surrounding the process of teaching local history in Macao middle schools. Taken together, the essays in “The Trades of Macao” provide pieces of a mosaic that sketch out, but do not circumscribe, a collectivity loosely bound not merely by geographical proximity, but also by socioeconomic forces and social interactions. While this method is thoroughly “local” and firmly Sinocentric—the only Macao “trade” discussed in the book which involves non-Chinese actors or perspectives was the Grand Prix—the process of doing this kind of extra-curricular history does not provide students with a single formal paradigm of cultural identity which they should take on as their own. Rather, it provides them the guided opportunity to forge elements of their social and cultural identities through interaction with and analysis of their immediate surroundings. This sidesteps, rather than glosses over, the controversies over the interpretation of political history that plague more conventional methods of teaching local history. This kind of history cannot be a substitute for the more conventional, textbook-based political history and ancient history as taught at the ESLC; each type of historical knowledge has its own significance and value. However, the “interactive” history projects that Pui Cheng students do remind us that classroom education is but one way, among many, that the local knowledge necessary for a strong sense of belonging can be both imparted by teachers and acquired by students. **RC**

EDUCAÇÃO

Author's Note: This article began as a report on research findings for the Cultural Institute of Macao during my tenure as an ICM scholarship holder in 1997-8. I wish to acknowledge my gratitude to the Cultural Institute, as well as to Mr. Wong Chao Son [王就顺], Mr. Chan Jileung [陈子良], the administration and teaching staff at

the Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes, and the many Macao residents I have spoken with over the course of this study. Their generosity with their time and information — and patience with my incessant questions — is constant source of inspiration. All shortcomings of the final version are my responsibility alone.

NOTES

- 1 For example, see Jonathan Porter, *Macao: The Imaginary City, Culture and Society, 1557 to the Present* (Boulder, CO: Westview Press, 1996).
- 2 I have seen this argument advanced by many practitioners and advocates of local history; however, I have not seen any studies that either substantiate or negate the relationship between pedagogical methods and identity formation.
- 3 One significant aspect of this proliferation, which must remain outside the scope of this paper, is the renewed interest and attention being paid to the history of education in Macao by the Macao government. Several new publications, compilations of archival documents, and reprints of early twentieth-century works have been published in the past few years (e.g., Claro & Alves 1997; DSEJ 1994, 1996a, 1996b; Mendes 1996), and several more are in progress.
- 4 Mark Bray describes these commonalities: "Both are colonies of European powers, populated mainly by Chinese, heavily dependent on commerce, and scheduled for reintegration with the People's Republic of China at the end of this century" (Bray 1992: 322).
- 5 See So 1994 and Hu 1994 for these figures. They were the most recent reliable figures available to me at time of writing, although all indications are that the implementation of the free education network in 1993 changed considerably the allocation of government funds for education.
- 6 Statistics from *Macao in Figures, 1997*.
- 7 For example, different schools included or excluded, to varying degrees, such topics as Macao history, post-1949 Chinese history, twentieth-century world history, and Portuguese imperial history.
- 8 This equivocation is reflected in his alternating usage of the nouns "neglect" (implying a negative abdication of governmental responsibility) and "decentralization" (implying a positive dissemination of authority) to describe the educational policy of the Portuguese government in Macao.
- 9 For this and further information on financing education in Macao, see Bray 1989 and 1992; Hu 1994; and So 1994.
- 10 This system was introduced in 1995 and has met with some resistance from schools fearing that entering such an agreement would irrevocably compromise their autonomy. However, the popularity of the network grew through the 1990s, some say in response to pressure from families who would otherwise be burdened with high tuitions. See *Panorama de Macau*, pp. 368-369.
- 11 *Sistema Educativo de Macau*, Lei N° 11/91/M de 29 de Agosto, 1991.
- 12 This is my translation from the Portuguese original, which reads: "Promover o desenvolvimento da consciência cívica através da transmissão da cultura própria de Macau imprescindível ao reforço e consolidação da sua identidade." It is significant that the Chinese version of this article does not use a term that translates as "identity." The Chinese original, 透过对本身特性的加强和巩固所不可缺少的澳门本身文化的传递, 促进公民意识的发展, translates more accurately as "to promote the development of civic consciousness through the transmission of Macao's own culture, which is necessary to strengthen and consolidate its own characteristics" (Chinese version, p. 4, italics mine). This discrepancy is due in part to the fact that the Western concept of "identity" does not have a widely-used Chinese counterpart. This fact in itself is worthy of consideration, but is outside the scope of this paper. For the purposes of this paper, the significance lies in the *similarity* between the Chinese and Portuguese versions of the law, which both stipulate an emphasis on "culture" and "localness," and the important role of education in developing a consciousness of these things.
- 13 The most recent edition of these *Guidelines* available at the time of this writing was the Trial Edition issued for the 1995/96 academic year.
- 14 The two years of Chinese history are organized chronologically: Form 1 covers the period from the mythic origins of the Chinese people through the fall of the Ming dynasty (1644); Form 2 covers the establishment of the Qing dynasty (1644) through the founding of the People's Republic of China (1949). The one year of world history, taught in Form 3, is divided into three periods — the prehistoric period, middle antiquity, and a cluster of topics surrounding political and cultural history since the European Enlightenment.
- 15 I was told that this is simply a matter of time: the Curriculum Reform Working Group had the responsibility of overhauling the entire K-12 curriculum, and at the time of this writing they so far only had time to complete the details of the curricular outlines for primary school and Form One. It is also the case that as of 1995, the 'free education network' was in effect only for the first seven years of instruction; for this reason, the curricular reforms at the primary level have taken priority.
- 16 All names have been changed to protect informants' confidentiality.
- 17 Although the establishment the Universidade de Macau and the Instituto Politécnico de Macau provided local options for tertiary education in the 1990s, limits on the capacity, course offerings, and international recognition of these institutions meant that universities in Taiwan, China, North America and Hong Kong were still desirable and, for some fields of study, necessary destinations for Macao's college-bound young people.
- 18 One history teacher interviewed by John Kang Tan in 1993 justified his school's decision not to teach local history by arguing that, "Anyway, Macao does not have a long history" (Tan 1993, 140). Although Tan did not elaborate upon what the teacher may have meant by this comment, it appears that the teacher's interpretation of Macao's history as "inglorious" led him to two conclusions about the nature of time and history: first, that a historical period of more than 400 years should be considered "brief"; and second, that the significance of any given historical narrative should be measured by its chronological duration.
- 19 In 1999, another official Luso-Chinese secondary school opened in the densely-populated northern district of Macao. The new school focuses more on technical-vocational education, while the ESLC maintains its focus on liberal arts education.
- 20 The original text reads: 此时葡萄牙商又还没有强迫中国政府接受他们居留的力量, 晚明政府也还不至于惧怕葡萄牙商...在澳门居留后, 葡人是服从中国政府管理的。这种情况持续了差不多三百年之久。这与列强对华入侵的情况迥然有别。
- 21 A deeply divisive issue that focused on the question of whether Chinese practice of paying reverence to ancestors and to Confucius, by performing rites involving bowing, burning incense and so on, should be considered "religious" practices and therefore be outlawed by the Catholic Church, or "secular" cultural practices that would not be incompatible with Catholic belief in one God. The Jesuits advocated a "cultural accommodation" policy that would allow Chinese Catholics to continue performing these Rites; other orders strictly prohibited them. This debate, including the many linguistic and cultural controversies it involved, divided the Church in the 17th-18th century. The resolution of this debate in favor of the "prohibitionists" was partly responsible for the Kang Xi emperor prohibiting the practice of Christianity in China, for the Portuguese government banning Jesuits from all Portuguese territories, and for the Pope dissolving the Jesuit Order completely.

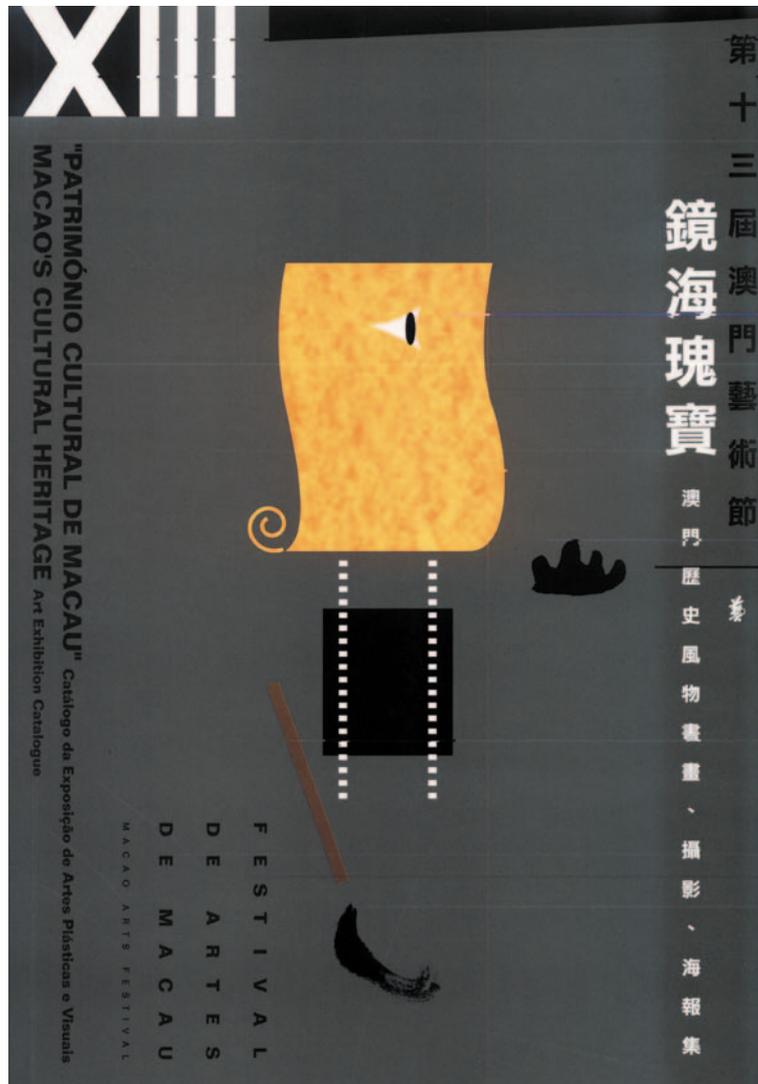
EDUCATION

- 22 By way of comparison with the ESLC, it is interesting to note that at Pui Cheng, Portuguese language is offered as an elective, three hours per week, for Humanities-track students starting in Form 4.
- 23 The fishing communities in southern China who live entirely on their

boats are commonly understood to be "at the lower end of the social strata, and they are usually referred to pejoratively as Tan-ka [蛋家], which the rest of the Cantonese regard as a distinct ethnic group" (Brito Peixoto, 1988: 8).

BIBLIOGRAPHY

- Bray, Mark. 1992. "Colonialism, Scale, and Politics: Divergence and Convergence of Educational Development in Hong Kong and Macao," in *Comparative Education Review* 36(3): 322-342.
- Bray, Mark, and Tang Kwok-chun. 1994. "Imported Textbooks, Non-Interventionist Policies and School Curricula in Macao," in *Curriculum and Teaching* 9(2): 29-43.
- Brito Peixoto, Rui. 1988. "Art, Legend and Ritual: Pointers to the Cultural Identity of Chinese Fishermen in the South of China," in *Review of Culture* Vol. II, No. 5, pp. 7-23.
- Brock, Colin, and Witold Tulasiewicz, eds. 1985. *Cultural Identity and Educational Policy*. London & Sydney: Croom Helm.
- Brown, M. 1985. "Implicit Values in the Social Science Curriculum: Male and Female Role Models" in M. Bray and P. Smith (eds.) *Education and Social Stratification in Papua New Guinea*. Melbourne: Longman Cheshire, pp. 176-181.
- Chai, Hon-Chan. 1977. *Education and Nation-Building in Plural Societies — The West Malaysian Experience*. ANU Development Studies Center. Monograph #6. ANU Press, Canberra.
- Chen, Ziliang [陈子良], ed. 1996. [澳门百业] "Trades of Macao". Macao: [培正史地学会] [Associação de História e Geografia da Escola Pui Cheng].
- Claro, Rogério, and Maria Irene Alves. 1997. *A Administração Escolar em Macau, 1979-1982*. Coleção Educação Memórias, Macao: DSEJ.
- Cooper, Barry. 1984. "On explaining Change in School Subjects." In Goodson & Ball (eds.), *Defining the Curriculum: Histories and Ethnographies*. London & Philadelphia: The Falmer Press.
- Fei, Chengkang [费成康] "Macao: Four Hundred Years". Shanghai: [上海人民出版社] [Shanghai People's Press].
- Freyre, Gilberto. 1961. *The Portuguese and the Tropics: Suggestions Inspired by the Portuguese Methods of Integrating Autochthonous Peoples and Cultures Differing from The European in a New, or Luso-Tropical Complex of Civilisation*. Translated by Helen Matthew and F. De Mello Moser. Lisboa: Executive Committee for the Commemoration of the Vth Centenary of the Death of Prince Henry the Navigator.
- Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Educação. 1992. *Sistema Educativo de Macau, Lei N° 11/91/M de 29 de Agosto*. Macao: Imprensa Oficial de Macau.
- Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. 1994. *Características do Sistema de Ensino de Macau: Currículo*. Macao: DSEJ.
- Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. 1996a. *Documentos para a História da Educação em Macau*. Vol. I. Translated by (Portuguese). Coleção Educação Memórias, ed. Albina dos Santos Silva, António Aresta, Aureliano Barata. Macao: DSEJ.
- Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. 1996b. *Documentos para a História da Educação em Macau*. Vol. II. Translated by (Portuguese). Coleção Educação Memórias, ed. Albina dos Santos Silva, António Aresta, Aureliano Barata. Macao: DSEJ.
- Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Curriculum Reform Working Group. 1995. *History Curriculum Guidelines: Forms 1-3 (Trial Edition)*.
- Governo de Macau, Serviços de Estatística e Censos. 1997. *Macao in Figures, 1997*. Macao: DSEC.
- Gu, Dingyi [古鼎仪] and Ma, Qingtang [马庆堂], eds. 1994. [澳门教育：抉择与自由]. "Macao Education — Continuity and Change. Macao: Fundação Macau.
- Handler, Richard. 1994. "Is 'Identity' a Useful Cross-Cultural Concept?" in *Memorations: The Politics of National Identity*. Princeton: Princeton University Press.
- Hu, Guonian [胡国年]. 1994. [浅探澳门教育政策与资源问题] "Educational Policies and Financial Resource Allocations", in Gu & Ma, eds., "Macao Education — Continuity and Change". Macao: Fundação Macau.
- Kahn, Linda. 1992. *Schooling, Jobs, and Cultural Identity: Minority Education in Quebec*. New York and London: Garland Publishing.
- Kalia, N. N. 1980. "Images of Men and Women in Indian Textbooks," in *Comparative Education Review* 24 (special issue on Women and Education in the Third World): S209-223.
- Liu, Xian Bing [刘羨冰]. 1995. [第二次世界大战期间的澳门教育] "Education in Macao prior to World War II". In [教育征文选] *Collection of Solicited Papers on Education*, ed. Macao Chinese Education Association, pp. 3-17. Macao: Macao Chinese Education Association.
- Macao Census and Statistics Department. 1997. *Macao in Figures*. Macao: Census and Statistics Department.
- Mendes, Manuel da Silva. 1996. *A Instrução Pública em Macau*. Coleção Educação Memórias, Macao: DSEJ.
- Montalto de Jesus, C. A. 1984 [1926]. *Historic Macao*. Hong Kong: Oxford University Press.
- Ngai, Gary. 1995. "As Perspectivas da Preservação e fomento da identidade cultural de Macau no próximo século." *Administração: Revista da Administração Pública de Macau* VIII (Número 27): 35-48.
- Pereira, J. M. Marques. 1995 [1899]. "O 50º Aniversário da Morte de João Maria Ferreira do Amaral e da Vitória do Passaleão, 22-25 Agosto de 1849." *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Série I, Vol. I-II, 19-30. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude and Fundação Macau.
- Reed-Danahay, Deborah. 1996. *Education and Identity in Rural France: The Politics of Schooling*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- Rigney, Ann. 1990. *The Rhetoric of Historical Representation*. Cambridge, UK and NY, USA: Cambridge University Press.
- Ross, Andrew. 1994. *A Vision Betrayed: the Jesuits in Japan and China, 1542-1742*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- So, Chiu Fai [苏朝晖]. 1994. "[澳门教育财政] [Financing Education in Macao]," in Gu and Ma, eds., *Education in Macao — Continuity and Change*. Macao: Fundação Macau.
- Sprague, Stuart. 1993. "The many faces of local history". In *Historian* v55, n4 (Summer, 1993):814 (7 pages).
- Tanner, Adrian. "Colo Navosa: Local history and the construction of region in the western interior of Vitilevu, Fiji" in *Oceania* 66 (3):230-252.
- Wong Hon Keung, Wu Zhiliang, eds. 1996. *Panorama de Macau*, 2nd ed. Macao: Fundação Macau.
- Yee, Albert. 1990. "A Comparative Study of Macao's Education System: Changing Colonial Patronage and Native Self-Reliance," in *Comparative Education* 26(1): 61-71.



Catálogo da exposição
Exhibition catalogue



Exposição do XIII Festival de Artes Mostra Visões do Património de Macau

por Artistas Locais

“Património Cultural de Macau” é o genérico de uma exposição promovida no âmbito da 13ª edição do FAM – Festival de Artes de Macau, iniciativa conjunta do Instituto Cultural da RAE de Macau e do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais, que anualmente, ao longo de um mês, exhibe o pulsar artístico da região com um conjunto diversificado de realizações nas áreas do canto, teatro, dança e artes visuais, congregando participações de artistas e grupos locais, mas também de diversos pontos do mundo, designadamente, do continente Chinês e de Portugal.

A mostra de artes plásticas, que ora nos traz, reuniu 224 trabalhos de 166 artistas plásticos de Macau, nas vertentes da pintura e desenho, caligrafia, fotografia e design gráfico. Montada na recém-inaugurada Torre de Macau (de 399 metros de altura) – num feliz “casamento” de visões futurísticas e patrimoniais, entre o local e o objecto da mostra –, a exposição esteve patente ao público de 18 de Março a 18 de Abril; mais dez dias do que estava previsto devido ao grande interesse que despertou na população.

Um interesse absolutamente justificável devido à qualidade e diversidade dos trabalhos expostos e pela oportunidade de um evento desta natureza, quando um conjunto de edifícios históricos de Macau é candidato a Património da Humanidade da UNESCO.

Esta exposição proporcionava ao visitante um “passeio de emoções” por esse magnífico legado arquitectónico. 128 monumentos ou sítios estão classificados na lista de património histórico do Governo de Macau, e estes, ou parte significativa destes, foram “revisitados” através de visões outras: laboriosas introspecções ou instantâneos – do quotidiano, da memória; do sentimento. Arte.

E “sentir a arte, [é] sentir a vida” – como dizia, com notável poder de síntese, o *slogan* do XVIII FAM.

RC tem, assim, o prazer de apresentar, nas páginas seguintes, uma pequena amostragem da exposição “Património Cultural de Macau – Exposição de Artes Plásticas”, numa selecção feita pelo comissariado da mostra, a nosso pedido, com o intuito de ser minimamente representativa da globalidade dos trabalhos exibidos. **RC**

XIII Macao Arts Festival Exhibits Local Artists’ Visions of Macao’s Heritage

“Macao’s Cultural Heritage” was the theme of the main visual arts exhibition of the Thirteenth Macao Arts Festival. For one month every year, the MAF—a joint initiative by the Cultural Institute of the Macao SAR and the Institute of Civic and Municipal Affairs—pays tribute to the music, theatre, dance and visual arts of the region by staging a series of shows and exhibitions. Participants include artists and performance troupes from Macao and around the world, especially from China and Portugal.

The visual arts exhibition brought together 224 works from 166 painters, illustrators, calligraphers, photographers and graphic designers from Macao. Their meditations on Macao’s architectural heritage were displayed in the newly inaugurated, 399-meter-tall Macao Tower—thus creating a dialogue between visions of Macao’s past and its future, between the venue and the objects on display. The exhibition ran from March 18–April 18, ten days longer than originally planned, thanks to the enormous interest on the part of the public.

This interest was entirely justified by the excellent quality and broad diversity of the works on display, and by the timeliness of such an event, now that a series of Macao’s historical buildings is currently under consideration for designation as a UNESCO World Heritage Site.

The exhibition was a poignant stroll through the magnificent architectural legacy of Macao. The Macao government has classified 128 monuments or sites as part of the city’s architectural heritage, and exhibition-goers were invited to “revisit” many of these sites through the visions of the artists. These visions—which ranged from the instantaneous to the introspective—were visions imbued with memory, sentiment, life. With art.

Indeed, the motto of this year’s Arts Festival, so apt for this exhibition, was “Wonderful Arts, Wonderful Life.”

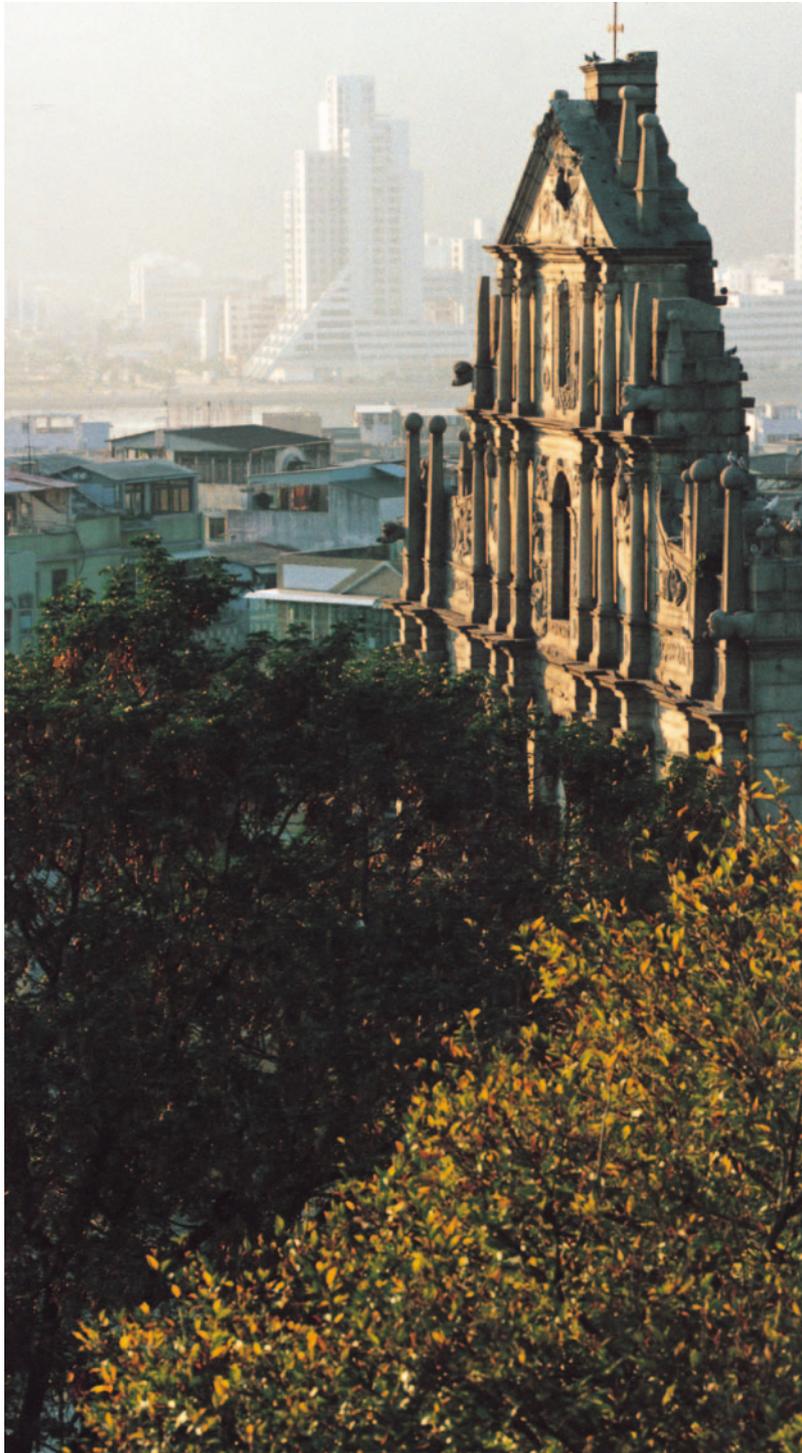
In the following pages, RC has the pleasure to showcase a sampling of works from this show, chosen by the Exhibition Committee (at our request) so as to represent the quality and spirit of the whole event. **RC**

ARTE



Lai Wing Chiu
Imagem da vetusta sede da Santa Casa da Misericórdia
Refined Sentiment, Ancient Charm

ART



Hong Piu
Ruínas de S. Paulo
Ruins of St. Paul's

ARTE



Yen Kuac Fu
Igreja da Penha
Penha Church

ART



Kau Leong Hoi
Largo do Senado
“Senado” Square

ARTE



Victor Hugo dos Santos Marreiros
Nono, Leong Chi Hang
Igreja de São Lourenço
St. Lawrence's Church

ART



Wong Yik Fai
Sem título (Homem)
Untitled (Male)

ARTE



Lio Man Cheong
Tempos Passados
Time Elapses

ART

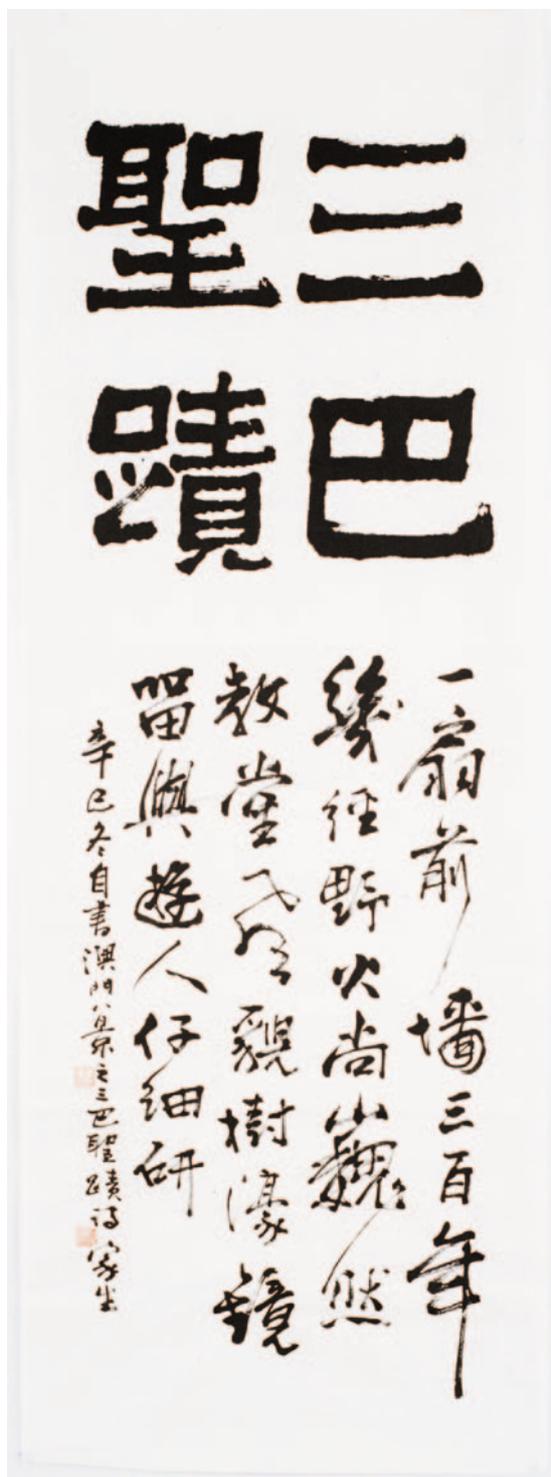


Lai Ieng
Toque de Sino em Coloane
The Bell Tolling in Coloane

ARTE



Kuan Kun Cheong
Aurora em Macau
The Light of Macao



Lin Ka Seng
Ruínas de S. Paulo (um dos Poemas sobre os Oito Panoramas de Macau,
em Caligrafia Li Shu)
“The Magnificence of the Ruins of St. Paul’s” in Official Script

Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI

As notícias da instalação dos portugueses em Macau depressa chegaram a Espanha, onde motivaram novas tentativas espanholas de estabelecimento de uma base mercantil nas ilhas da Insulíndia. Em 1564-1565, navios espanhóis fariam pela primeira vez a viagem de ida e volta entre a América e o arquipélago das Filipinas, onde logo depois se estabeleceriam duradamente. Em Manila e em Macau, missionários católicos de diversas denominações vão desenvolver esforços sistemáticos para a construção da *sinologia europeia*, iniciando o estudo da língua escrita chinesa e a recolha de obras chinesas impressas. A breve trecho, estes esforços de descodificação da língua *mandarim* dariam amplos frutos, conduzindo à elaboração dos primeiros catecismos católicos em chinês, dos primeiros dicionários de línguas românicas / chinês, e das primeiras traduções de textos chineses para línguas europeias. A primeira referência escrita à China em fontes europeias modernas surge em 1502, numa legenda do chamado *Planisfério de Cantino*, colocada junto a Malaca na qual se referem as principais mercadorias chinesas que regularmente afluíam àquele importante entreposto do comércio asiático. A primeira imagem que os portugueses recolhem e divulgam da China é, assim, a de um mercado de veras atraente, situado nos mais longínquos confins asiáticos, onde brilha a miragem de proveitosos negócios. [Autor: Rui Manuel Loureiro, pp.6-23]

Os Portugueses, a Rota Marítima da Seda e as Ligações de Macau com as Filipinas durante o Final do Período Ming

Entre os séculos XV e XVI os portugueses travaram contacto com lugares e povos até aí desconhecidos do Mundo Ocidental – áreas que se alargavam desde a costa ocidental de África, Arábia, Índia, China até ao Japão e Coreia, através de todo o Sudoeste asiático, desde a Malásia até às Ilhas Filipinas. O Império

Português tentava controlar o espaço oceânico, económica e politicamente, através da velha Rota Marítima da Seda dos Oceanos Índico e Pacífico. O objectivo deste documento é analisar o impacto da Rota Marítima da Seda para a presença portuguesa na China. Também analisaremos o papel da seda e da prata para a rota Macau-Manila. Conseguiram os portugueses alterar o carácter da rede marítima da seda? Que trouxeram eles de novo? Porque foram os portugueses tão bem sucedidos no controlo temporário do comércio da seda? A China era muito importante para o comércio português devido aos vários tipos de mercadorias produzidos, sobretudo seda e porcelana, e também por causa das grandes quantidades de consumo da prata. As regiões melhor conhecidas pelos portugueses eram as florescentes regiões mercantis de Liampó (Ningbo na província de Zhejiang), “Chincheo” [este nome era usado pelos portugueses para referir os mercadores de Zhangzhou e de Quanzhou (região de Amoy), na província de Fujian], e particularmente Macau (Aomen, no distrito de Xiang Shan), na província de Guangdong (Cantão).

Para compreender a rota Macau-Manila é necessário ter em mente o seu lugar dentro das complexas redes de rotas mercantis que ligam essas cidades aos principais portos dos oceanos Índico e Pacífico (desde a costa do Malabar até às costas da América). Macau era um lugar de confronto de uma grande variedade de grupos de interesses envolvidos no comércio chinês. Não só os portugueses mas também os europeus (espanhóis, holandeses, ingleses), japoneses e comerciantes do sudoeste asiático. Tentaremos dar resposta à intrigante questão do porquê das autoridades chinesas terem permitido o estabelecimento português em Macau e não permitirem nenhum outro país europeu estabelecer-se permanentemente nas costas da China. Argumentamos que, em geral, a sobrevivência e prosperidade dos portugueses na China dependeu mais do nível do comércio cantonês assumido por Macau do que por outras razões. Também afirmamos que, a um nível mais profundo, não assumido pela propaganda oficial (crónicas oficiais e documentos

oficiais) a linha que determina a divisão de interesse não era a nacionalidade do comerciante mas a rota em que estava envolvido (por exemplo: os europeus envolvidos na rota Macau-Manila-Nova Espanha eram prejudicados pelos europeus envolvidos na rota de Sevilha ou na rota do Cabo da Boa Esperança). Como é sabido, um dos factores que fomentaram o contacto entre povos europeus e asiáticos, em particular os chineses, foi a troca não apenas de mercadorias mas também de conhecimentos, tecnologia e cultura. Este documento é baseado, fundamentalmente, em pesquisa de documentação manuscrita no *Archivio Segreto Vaticano*, *Biblioteca Centrale de Firenze*, *Bibliothèque Nationale de Paris* e em arquivos portugueses como os *Arquivos Nacionais da Torre do Tombo*. [Autor: Rui D’Ávila Lourido, pp.25-46]

Almíscar, Calambaque e Azougue no Comércio Macau-Japão e no Comércio da Ásia Oriental (cerca de 1555-1640)

Como é sobejamente conhecido, no século XVI e princípios do século XVII, as relações comerciais entre Macau e o Japão baseavam-se essencialmente na troca de seda e prata, e só outros dois produtos tinham também algum relevo: o ouro e o cobre. Menos conhecido, pelo contrário, é o comércio com “mercadorias raras” que, em pequenas quantidades, iam de Macau para o Japão. Este artigo analisa as exportações de Macau para o Japão de três produtos de relativa “insignificância” e ao mesmo tempo integra-as no contexto geral das correntes comerciais marítimas inter-asiáticas. Trata-se dos seguintes produtos: almíscar, calambaque/pau-de-águila e azougue, portanto, de produtos de origem animal, vegetal e mineral. É óbvio que, no século XVI e princípios do século XVII, os portugueses de Macau não eram os únicos fornecedores de produtos chineses para o Japão e muitas vezes nem sequer constituíam o grupo mais importante de negociantes estrangeiros. Muito pelo contrário, o Japão estava ligado, através de uma série de outros grupos de negociantes e até pelos seus próprios

negociantes, ao sistema comercial internacional asiático e, muito especialmente, ao mercado chinês, como descreve este estudo. Assim, através desta vasta rede de relações comerciais, o Japão recebia em parte os mesmos produtos, que os portugueses de Macau forneciam. Como veremos neste artigo, o almíscar, o calambaque/pau-de-águila e o azougue não constituíam nenhuma excepção. Portanto, para se avaliar o significado dos fornecimentos portugueses, no contexto geral do comércio sino-japonês e do Sudeste asiático, tem de se examinar simultaneamente as fontes europeias e asiáticas disponíveis relativas às remessas de mercadorias de outros grupos de negociantes, que circulavam paralelamente. As descrições aqui representadas são um fragmento – baseado exclusivamente sobre fontes publicadas – que se espera venha a ser complementado com novos estudos sobre o tema. Tanto mais que as exportações de prata do Japão terminaram no decorrer do século XVII, enquanto o calambaque e o pau-de-águila continuaram a ser exportados da Indochina durante séculos. [Autor: Roderich Ptak, pp.47-61]

Um Protagonista da Missão dos Jesuítas na China no Século XVII: Martino Martini S. J.

Neste ensaio examina-se o papel que o jesuíta trentino Martino Martini teve na “Questão dos Ritos”, como no seu século foi decisivo pelo que diz o conhecimento da China. A ele deve-se de facto o primeiro atlas geográfico de 17 tábuas, enquanto o único mapa até então disponível era o de M. Ruggeri e de M. Ricci. Tem-se em menor consideração a primeira História da antiga China (ca. 400 pp.), de que derivaram diversos problemas relativos à comparação com o texto bíblico; a acrescentar, a primeira gramática chinesa, um pormenorizadíssimo relatório sobre a difusão do cristianismo na China, um tratado em língua chinesa sobre a amizade, equivalente à Graça Divina, bem como a primeira crónica dos acontecimentos políticos da época. Tendo, no século XVIII, uma campanha anti-jesuítica, que tinha chegado até ao

pontífice, feito recair sobre o Jesuíta trentino bem como sobre os seus colaboradores (G. Aleni, P. Intorcetta, A. Schall, etc.) a responsabilidade duma excessiva avaliação da realidade chinesa, uma de natureza denigrativa determinará em substância o apagamento da sua memória pelos historiadores. Tendo sido redescoberto nos últimos decénios por importantes autores, a saber: B. Bolognani, G. Melis, J. Sebes, H. Walravens, P. Corradini, M. Chang, G. Bertuccioli, R. Étiemble, S. Zoli, C. von Collani, analisa-se a recente recuperação da figura e da obra de Martino Martini, cujo ponto alto foi um Convénio Internacional, que teve lugar em Pequim em Abril de 1994. [Autor: Franco Demarchi, pp.62-81]

Cooperação e Contradição: Portugal e a Santa Sé nos Assuntos Eclesiásticos da China nos Séculos 17 e 18

O Apoio Régio era uma forma de relacionamento da Igreja-Estado durante a Idade das Descobertas. A Santa Sé serviu-se disto como método influente para difundir as actividades evangélicas durante a expansão colonial de Portugal e Espanha. Porém, com a passagem dos anos, a Santa Sé descobriu o facto de que o poder do rei interferia com os assuntos internos da Igreja. Criar um sistema de vicariato apostólico foi o método encontrado para mudar este estado de coisas. A atitude da corte portuguesa era contra o estabelecimento do vicariato apostólico. A Santa Sé enviou uma delegação de Tournon para a Índia e China para resolver a Controvérsia dos Ritos Chineses e fez também uma tentativa para terminar com o poder do apoio régio. Mas a missão falhou. Por outro lado, a Santa Sé procuraria a ajuda de Lisboa para resolver a disputa dos assuntos religiosos no Extremo Oriente e por isso teve que estabelecer um compromisso. Como resultado, passaram a existir dois tipos de dioceses na China e estava lançada a confusão na administração da Igreja. Também o processo de naturalização da Igreja Católica chinesa estava atrasado ou a ser ignorado. [Autor: Gu Wei-min, pp.90-95]

Reflexões a Respeito dos Cargos de *Shou Ao Guan* e de *Haidao Fushi* e Outros Problemas da História de Macau

A história de Macau, em anos mais recentes, tem sido abordado sobretudo de um ponto de vista macro-histórico, circunstância que tem impedido o estudo rigoroso de determinadas questões de pormenor. O autor deste artigo, que se tem dedicado, desde há cerca de dez anos, a pesquisas históricas sobre Macau, pretende contribuir para o esclarecimento de três dos enigmas que persistem no conhecimento do passado deste território.

1) Com a chegada dos portugueses, Macau ganhou renovada importância para o governo da dinastia Ming, que entre 1573 e 1580 estabeleceu um elaborado sistema administrativo para controle dos estrangeiros. Contudo, já antes existiam em Macau *shou ao guan* (funcionário estacionado em Macau), como refere Pang Shangpeng num documento de 1565. Estes funcionários de modesta importância (*xun jian si, bei wo e ti diao*), que desempenhavam funções relacionadas sobretudo com a manutenção da ordem pública e a fiscalização do contrabando marítimo, foram os primeiros a entrar em contacto com os portugueses.

2) O cargo de *haidao fushi* (subintendente da Defesa Costeira) reveste-se de especial importância no estudo dos primeiros tempos da presença portuguesa na China, já que foi um dos titulares deste cargo que inicialmente autorizou os portugueses a estabelecerem-se em Macau e a aí desenvolverem actividades comerciais. Curiosamente, este cargo não constava do sistema burocrático descrito na *História da Dinastia Ming*, embora aparecesse em numerosos memoriais e relatórios de funcionários. O autor conclui que este cargo era específico do Guangdong, tratando-se muito provavelmente de uma abreviação, comum na época, de um outro cargo. De qualquer forma, o *haidao fushi* era responsável pela administração directa da defesa marítima de Macau e do seu comércio externo.

3) O conhecido Wang Bo desempenhava o cargo de *haidao fushi* na época em que os portugueses foram autorizados a comerciar

RESUMOS

em Cantão e a, subsequentemente, fixar-se em Macau. O autor do artigo tenta esclarecer o comportamento de Wang Bo, argumentando que este funcionário pretendia, por um lado, obter âmbar-cinzeno para assim granjear o favor do imperador, enquanto, por outro lado, agia como intérprete de poderosos interesses regionais, que pretendiam reactivar o comércio marítimo com o exterior e assim dinamizar a economia de Guangdong. [Autor: Yang Renfei, pp.96-107]

Compilação de Dados Históricos sobre Portugal e Macau no Registo da Dinastia Ming

Esta compilação é o resultado parcial de um projecto de investigação mais vasto que visa reunir, traduzir e publicar, de forma sistemática, as referências a Portugal e a Macau contidas nas fontes históricas das dinastias Ming e Qing. Na investigação em curso, são privilegiadas as crónicas dinásticas de carácter oficial, como o *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*], o *Registo da Dinastia Qing* [*Qing Shi Lu*], e as *Fontes da História das Dinastias Ming e Qing* [*Ming Qing Shi Liao*], pois todas elas contêm abundantes e importantes dados históricos extremamente relevantes para o estudo da História de Macau. O presente artigo contém todos os excertos do *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*] que se referem aos “portugueses” [*Fulangjis*], a “Macau” [*Haojing e Xiangshan'ao*] e aos “estrangeiros de Macau”. As várias dezenas de excertos reunidos dizem respeito a três grandes temas: os conflitos provocados no litoral da China pelas actividades ilícitas dos portugueses, sobretudo no período anterior ao seu estabelecimento em Macau; as diversas atitudes assumidas pelos funcionários chineses, a nível central e a nível regional, a respeito do estabelecimento dos portugueses em Macau; os intercâmbios culturais e tecnológicos protagonizados pelos portugueses através de Macau, com particular relevo para o papel por eles desempenhado na resistência da dinastia Ming face às investidas dos manchus. O autor ordenou de forma cronológica todos os excertos recolhidos no *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*]. [Autor: Chen Wenyuan, pp.108-129]

Referências Históricas Relativas a Macau nos Relatórios de Cantão

Durante os últimos anos, as fontes históricas chinesas da dinastia Ming foram repetidamente sondadas por historiadores chineses e estrangeiros, em busca de informações sobre a história de Macau. Assim, muitos dados relevantes têm sido encontrados, tanto em crónicas oficiais, nomeadamente na *História da Dinastia Ming* [*Ming Shi*] e no *Registo da Dinastia Ming* [*Ming Shi Lu*], como em colecções literárias, ensaios e histórias não oficiais, sendo hoje em dia difícil encontrar materiais históricos desconhecidos. O autor do presente artigo, contudo, teve a boa fortuna de localizar uma fonte histórica que até ao presente não havia despertado as atenções dos estudiosos da história de Macau. Trata-se dos *Relatórios de Cantão* [*An Yue Shu Gao*], redigidos nas primeiras décadas do século XVII por Tian Shengjin, inspector imperial que, entre 1615 e 1619, desempenhou funções em Cantão, trabalhando com Zhang Minggang e Zhou Jiamo, ambos governadores dos dois Kuang. Este artigo apresenta excertos comentados e contextualizados de seis dos 103 relatórios enviados para Pequim por Tian Shengjin, nos quais aparecem referências a Macau e aos portugueses. Nestes seis relatórios, que até aos nossos dias passaram despercebidos, encontram-se informações interessantíssimas para a história de Macau, relacionadas sobretudo com aspectos variados do relacionamento institucional e mercantil, nem sempre legal, das autoridades de Cantão com os portugueses. Tian Shengjin foi um funcionário diligente, que recolheu informações minuciosas sobre as actividades dos estrangeiros de Macau. E os seus relatórios reflectem, nomeadamente, as diversas correntes de opinião que em Guangdong se defrontavam a respeito da atitude oficial a tomar face à presença dos portugueses em Macau. Ele próprio, apesar de reconhecer os riscos associados à permanência de uma comunidade estrangeira em Macau, mostrava-se favorável à permanência dos portugueses, pois trazia inúmeras vantagens à economia regional e à segurança marítima do litoral do Guangdong. O autor do artigo, entretanto, constata que, não obstante muitas informações contidas nos *Relatórios de Cantão* poderem ser encontradas em

outras fontes oficiais chinesas, a versão dos acontecimentos relatada por Tian Shengjin é geralmente mais detalhada e mais bem informada. Daí, o extraordinário valor desta pouco conhecida fonte histórica para o estudo da História de Macau. [Autor: Tang Kaijian, pp.130-144]

Apontamentos de Visitas a Macau durante as Dinastias Ming e Qing

Desde que os portugueses ali se estabeleceram, nos anos Jia Jing da Dinastia Ming, Macau foi regularmente visitada por letrados chineses, uns em missão oficial, normalmente ligada a deveres de inspecção, outros em visita turística, outros ainda procurando refúgio. Muitos desses letrados redigiram apontamentos com impressões das suas visitas a Macau. O presente artigo reúne um alargado conjunto de textos desse género, que se estendem, cronologicamente, desde 1565 até 1745. Todos eles contêm informações extremamente interessantes, não só porque resultam de observações directas realizadas pelos seus autores, mas porque frequentemente abordam temas que não são tratados em outras fontes históricas. Estes textos, para além de documentarem numerosas aspectos da vida quotidiana de Macau, transmitem informações importantes sobre a forma como os portugueses eram encarados pelos chineses. Vários textos incluem observações detalhadas sobre o aspecto físico dos estrangeiros de Macau e sobre os seus peculiares hábitos e costumes (como os de Ye Quan, 1565, Wang Linheng, 1601, e Qu Dajun, 1688, entre outros). Outros textos são claramente favoráveis à presença dos portugueses em Macau (Lu Xiyan, 1680). [Autor: Tian Yingxia, pp.145-160]

História de e para Macau: A Questão do Estudo da História Local nas Escolas Secundárias de Macau

Durante os últimos anos antes da transferência do poder administrativo para a República Popular da China em 1999, Macau atravessou um período de rápida mudança e incerteza. No meio desta incerteza, a questão da identidade cultural tornou-se cada vez mais urgente para o governo e para as instituições

ABSTRACTS

cívicas. Dirigentes, pedagogos e observadores concordaram, por isso, que para incentivar o sentido de pertença e de identidade cultural entre os jovens de Macau, seria importante introduzir cursos de História local nos currículos das escolas secundárias do território. Contudo, apesar do muito esforço e entusiasmo, poucas escolas adoptaram a História local nos currículos defendidos pelo governo. Este documento, baseado em pesquisas etnográficas levadas a cabo

em 1997, explora as razões do fracasso aparente desta iniciativa. Examinando o contexto das reformas educacionais dos anos noventa, entrevistando pedagogos e funcionários sobre os problemas por eles enfrentados, e comparando, com detalhe, o conteúdo dos currículos de História de Macau em duas escolas, fica claro que esta iniciativa ficou paralisada pela questão, não resolvida, da identidade local – “quem somos nós?” – que era suposto colocar-se. Ironicamente, o

sucesso de uma escola ao promover o estudo de História de Macau *fora* da sala de aula, pode ser um indicativo de que uma abordagem diferente para entender como as identidades colectivas emergem e se tornam significativas – e como podem ser encorajadas para que os jovens confirmem importância ao estudo da História – poderia ser uma resposta para esta questão.

[Autor: Cathryn Clayton, pp.170-191]

ABSTRACTS

The Early Days of European Sinology in Macao and Manila in the Late 16th Century

News of the Portuguese settlement in Macao soon reached Spain, leading to new attempts by the Spanish to establish a trading base in the East Indies. In 1564-65, the Spanish made their first return trip between the Americas and the Philippines, where they settled on a long-term basis. In Manila and Macao, Catholic missionaries of various denominations made a systematic effort to develop a *European sinology*, initiating the study of written Chinese and the collection of printed Chinese works. In the short term, these efforts to decipher the Mandarin language were very fruitful, leading to the development of the first Catholic catechisms in the Chinese language, the first Romance language/Chinese dictionaries and the first translations of Chinese texts into European languages. The first written reference to China in a modern European source dates from 1502. It appears on the *Cantino Planisphere*, in a legend placed next to Melaka that mentions the principal Chinese goods that flowed regularly into that important Asian commercial centre. The Portuguese, therefore, initially saw and represented China as a very attractive market on the outer fringes of Asia, one brimming with the promise of lucrative business ventures.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp.6-23]

The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty

Between the 15th and the 16th centuries the Portuguese made contact with lands and peoples previously unknown to the Western World – areas which stretched from the Eastern coast of Africa, Arabia, India, China up to Japan and Korea, throughout the whole of Southeast Asia, from Malaysia to the Philippine Islands. The Portuguese Empire attempted to control local oceanic space economically and politically from the Atlantic through the old maritime Silk Road of the Indian Ocean to the Pacific Ocean. The aim of this paper is to analyze the impact of the maritime Silk Road for the Portuguese presence in China. We will also analyze the role of silk and silver in the Macao-Manila road. Did the Portuguese change the character of the silk maritime network? What did they bring that was new?

Why were the Portuguese so effective in gaining temporary control of the silk trade? China was very important for the Portuguese trade due to the several kinds of merchandise produced, mainly silk and porcelain, and due to the large quantities of silver consumed. The regions best known to the Portuguese were the flourishing mercantile regions of “Liampó” (Ningbo in the province of Zhejiang), “Chincheo” [this name was used by the Portuguese to refer the

traders of Zhangzhou and the Quanzhou (region of Amoy), in the province of Fujian], and particularly Macao (Aomen in the district of Xiang Shan) in the province of Guangdong (Canton). In order to understand the Macao-Manila route, it will be necessary to bear in mind its place within a complex mercantile network of routes which linked those cities to the main ports of the Indian and Pacific oceans (from the coast of Malabar to the coasts of America). Macao was a field of confrontation for a great variety of interest groups involved in Chinese trade – not only Portuguese, but also other European (Spanish, Dutch, English), Japanese and Southeast Asian traders. We will try to answer the intriguing question of why the Chinese authorities allowed the Portuguese settlement in Macao and did not allow any other Europeans to settle permanently on the Chinese Coast. We argue that in general the survival and prosperity of Portuguese in China depended more on the level of Cantonese trade led by Macao than on anything else. We argue also that, at a deeper level often ignored in the official records (official chronicles and official documents), the line that determined the division of interests was not the nationality of the trades, but the route along which they traded (e.g., the Europeans involved in the Macao-Manila-New-Spain route were in competition with the Europeans involved in the route of Seville or the

RESUMOS

route of the Cape of the Good Hope). As is well known, one of the factors that enhanced contact between European and Asian peoples, particularly the Chinese, was the exchange not only of goods but also of knowledge, technology and culture.

[Author: Rui D'Ávila Lourido, pp.25-46]

Musk, Agalloch and Mercury in the Trade between Macao and Japan and in East Asian Trade (ca. 1555–1640)

As everyone knows, in the sixteenth century and the early seventeenth century, trade relations between Macao and Japan were based mainly on the trade in silk and silver. Only two other products had any significance: gold and copper. The trade in 'rare goods' that were sent from Macao to Japan in small quantities is less well known, however. This article analyses the exports of three relatively 'insignificant' products from Macao to Japan and integrates them into the general context of maritime trade in Asia. The products in question are musk, agalloch/eaglewood and mercury, that is, animal, vegetable and mineral products. In the sixteenth century and the early seventeenth century, the Portuguese in Macao were not the only ones who supplied Chinese products to Japan, and often they were not even the most important group of foreign merchants. On the contrary, Japan was linked to the international trading network in Asia and, in particular to the Chinese market, through other groups of merchants and even through its own merchants, as described in this study. From this vast trading network, Japan obtained products that the Portuguese in Macao also offered, including musk, agalloch/eaglewood and mercury. However, in order to evaluate the significance of Portuguese supplies in relation to those of other merchant groups, in the general context of Sino-Japanese and Southeast Asian trade, it is necessary to examine both European and Asian sources. This article paints

only part of the picture, based exclusively on published sources – one that will hopefully be completed by new studies on the subject, especially since exports of silver from Japan were halted in the seventeenth century, while agalloch/eaglewood continued to be exported from Indo-China for centuries.

[Author: Roderich Ptak, pp.47-61]

A Protagonist in the Jesuit Mission in China in the Seventeenth Century: Martino Martini, S.J.

This essay examines the role played by Martino Martini, a Jesuit from Trento, in the 'Chinese rites controversy', a role that was decisive in his time with respect to knowledge of China. Indeed, Martini produced the first geographical atlas with 17 plates. Until then, the only map that was available was that of M. Ruggeri and M. Ricci. Considered less important are the first history of ancient China (ca. 400 pp.), which raised various problems related to comparisons with the Bible; the first Chinese grammar; a highly detailed account of the spread of Christianity in China; a treatise on friendship, equivalent to divine grace, written in Chinese; as well as the first chronicle of the political events taking place at the time. In the eighteenth century, because of an anti-Jesuit campaign that reached as far as the pope, Martini and his collaborators (G. Aleni, P. Intorcetta, A. Schall, etc.) were faced with the responsibility of an exaggerated appraisal of the Chinese reality, one that was denigratory in nature and essentially led historians to extinguish the Jesuit's memory. Since Martino Martini was rediscovered in the past few decades by important authors, namely B. Bolognani, G. Melis, J. Sebes, H. Walravens, P. Corradini, M. Chang, G. Bertuccioli, R. Étiemble, S. Zoli and C. von Collani, this article examines the recent revival of the man and his work, which culminated in an international convention held in Peking in April 1994.

[Author: Franco Demarchi, pp.62-81]

Cooperation and Contradiction: Portugal and Holy See in the Ecclesiastical Affairs in China in the 17-18th Centuries

Royal Patronage was a form of Church-State relationship during the Discovery Age. The Holy See used it as powerful method to expand its evangelical activities during the colonial expansion of Portugal and Spain. However, with the passage of the years, the Holy See discovered the fact that king's power interfered with the internal affairs of the Church. The creation of the system of the Vicars-Apostolic was a way to change this situation.

The attitude of Portuguese court was against the establishment of the Vicars-Apostolic. The Holy See sent the de Tournon delegation to India and China to settle the Chinese Rites Controversy as well as to try to end the power of patronage. But de Tournon's mission failed. On the other hand, the Holy See tried to seek the help of Lisbon to settle the disputes over religious affairs in Far East, and it had to make compromises. As a result, there were two kinds of Church systems and dioceses existing in China and the administration of the Church was thrown into confusion. In addition, the procession of naturalization of the Chinese Catholic Church was delayed or ignored.

[Author: Gu Wei-min, pp.90-95]

Thoughts on the Positions of *Shou Ao Guan* and *Haidao Fushi*, and Other Problems Associated with the History of Macao

In recent years, the history of Macao has been looked at mainly from a macro-historical point of view, which has impeded the rigorous study of certain specific questions. The author of this article, who has devoted about ten years to historical research on Macao, attempts to shed light on three enigmas surrounding our knowledge of the territory's past. With the arrival of the Portuguese, Macao gained new importance in the eyes of the government of the Ming dynasty, which,

ABSTRACTS

between 1573 and 1580, established an elaborate administrative system to monitor the activities of the foreigners. However, as Pang Shangpeng states in a document dating from 1565, there were *shou ao guan* (officials in charge of Macao) in Macao before that time. These officials of modest importance (*xun jian si*, *bei wo* and *ti diao*), who were mainly responsible for maintaining public order and inspecting maritime cargo to prevent smuggling, were the first to enter into contact with the Portuguese.

2) The position of *haidao fushi* (vice-commissioner of Coastal Defence) is especially significant to the study of the early years of the presence of the Portuguese in China, since the holder of this position was the one who initially authorized the Portuguese to settle in Macao and conduct trade there. Strangely enough, this position was not included in the bureaucratic system described in the *History of the Ming Dynasty* [*Ming Shi*], although it is mentioned in numerous accounts and records produced by officials. The author concludes that this position was specific to Guangdong, and was most likely an abbreviated version of another position, something common at the time. However that may be, the *haidao fushi* was directly responsible for the administration of maritime defence and foreign trade in Macao.

3) Wang Bo held the position of *haidao fushi* when the Portuguese were given authorization to conduct trade in Canton and, subsequently, settle in Macao. The author of the article attempts to shed light on Wang Bo's behaviour, arguing that he attempted to obtain ambergris to gain favour with the emperor, while at the same time acting as an exponent of powerful regional interests who sought to revive maritime trade with foreigners and give Guangdong's economy a boost. [Author: Yang Renfei, pp.96-107]

Compilation of Historical Data on Portugal and Macao in the Ming Dynasty Report

This compilation presents the partial results of a more extensive research project

aimed at systematically collecting, translating and publishing references to Portugal and Macao contained in historical sources from the Ming and Qing dynasties. The project gives priority to official dynastic chronicles, such as the *Ming Dynasty Report* [*Ming Shi Lu*], the *Qing Dynasty Report* [*Qing Shi Lu*] and the *Sources on the History of the Ming and Qing Dynasties* [*Ming Qing Shi Liao*], since they all contain an abundance of important historical data that are extremely relevant to the study of the history of Macao. This article contains all the excerpts from the *Ming Shi Lu* that refer to the "Portuguese" (*fulangji*), "Macao" (*Haojing* and *Xiangshan'ao*) and the "foreigners in Macao". The dozens of excerpts compiled deal with three main themes: the conflicts that arose on the coast of China as a result of the illicit activities of the Portuguese, especially in the period preceding their settlement in Macao; the opinions of the central and regional Chinese authorities with respect to the settlement of the Portuguese in Macao; and the cultural and technological exchanges the Portuguese initiated through Macao, with special emphasis on the role the Portuguese played in helping the Ming dynasty repel the Manchus. All the excerpts from the *Ming Shi Lu* are presented in chronological order. [Author: Chen Wenyuan, pp.108-129]

Historical Documents Related to Macao in the Canton Reports

Over the past few years, Chinese and foreign historians have gone through Chinese historical sources from the Ming dynasty in search of information on the history of Macao. A wealth of relevant data has been found in official chronicles, especially the *History of the Ming Dynasty* [*Ming Shi*] and the *Ming Shi Lu*, as well as in literary collections, essays and unofficial histories. Most historical material that exists has already been discovered; however, the author of this article had the good fortune of finding a historical source that had not attracted the attention of scholars who are studying the history of Macao. That source is the *Canton Reports* [*An Yue Shu Gao*], written in the early seventeenth

century by Tian Shengjin, an imperial inspector who was stationed in Canton from 1615 to 1619, and worked with Zhang Minggang and Zhou Jiamo, both governors of the two Guangs. This article presents annotated and contextualized excerpts from six of the 103 reports Tian Shengjin sent to Peking, in which there are references to Macao and the Portuguese. The six reports, which, until now, had been overlooked, contain information that is extremely relevant to the history of Macao, dealing mainly with institutional and trade relations between Canton authorities and the Portuguese, some aspects of which were illegal. Tian Shengjin was a diligent official who gathered detailed information on the activities of the foreigners who were in Macao. His reports reflect, among other things, the opinions that prevailed in Guangdong with respect to the official position to be adopted in relation to the presence of the Portuguese in Macao. He realized that the presence of a foreign community in Macao posed certain risks. Still, he was in favour of allowing the Portuguese to settle because the regional economy would benefit substantially and there were considerable advantages with regard to security along the coast of Guangdong. Much of the information in the Canton reports can be found in other official Chinese sources, but Tian Shengjin's version of the events is generally more detailed and well informed, which is why this little-known historical source is extremely important to the study of the history of Macao. [Author: Tang Kaijian, pp.130-144]

Accounts of Visits to Macao during the Ming and Qing Dynasties

After the Portuguese settled in Macao, during the reign of Ming emperor Jia Jing, Chinese scholars made regular visits there. Some were on official missions, usually related to inspections, while others went as tourists or sought refuge. Many of them wrote accounts of their visits. This article presents a wide range of texts of this nature, covering

RESUMOS

the period from 1565 to 1745. The information they contain is extremely interesting, not only because the accounts stem from direct observation, but also because they often deal with subjects that are not covered in other historical sources. In addition to documenting numerous aspects of daily life in Macao, the texts convey important information on how the Chinese viewed the Portuguese. Various texts (such as those by Ye Quan, from 1565; Wang Linheng, from 1601; and Qu Dajun, from 1688) include detailed observations on the physical appearance of the Portuguese and their peculiar habits and customs. Others, such as that of Lu Xiyan (1680), clearly favour the presence of the Portuguese in Macao. [Author: Tian Yingxia, pp.145-160]

History of and for Macao: Some Observations on Teaching Local History and Identity in Macao's Middle Schools

In the years just prior to the transfer of administrative control to the People's Republic of China in 1999, Macao experienced a period of rapid change and uncertainty. In the midst of this uncertainty, the question of cultural identity became an increasingly urgent one for a variety of government and civic institutions. Many administrators, educators and observers agreed that in order to instill a sense of belonging and cultural identity among Macao's young people, it would be important to introduce courses on local history into the curricula of Macao's middle schools. Yet despite a great deal of effort and enthusiasm, very few schools ended up adopting the kinds of local history curricula that the government was promoting. This paper, based on ethnographic research conducted in 1997, explores the reasons for the apparent failure of this initiative. In examining the context of the educational reforms of the 1990s, interviewing educators and administrators about the problems they faced, and comparing in detail the content of the Macao history curricula at two schools, it becomes clear that this

initiative was hamstrung by the very unresolved question of local identity – “who are we? – that it was supposed to address. Ironically, the success of one school at promoting the study of Macao history *outside* the classroom may indicate that a different approach to understanding how collective identities emerge and become meaningful – and how young people may be encouraged to find relevance in studying local history – could provide a resolution to this question.

[Author: Cathryn Hope Clayton, pp.170-191]

ERRATA

A autoria e a data do mapa que publicámos na *Revista de Cultura* – Edição Internacional, 1, 2002, p.52, foram, por lapso, atribuídas a Gerard Mercator/Jodius Hondius, 1606. Na verdade, o mapa em questão é datado de c. 1585 e o seu autor foi Abraham Ortelius.